

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciência Sociais



**O Tinto em transição – definição e redefinição de um rio através
da acção colectiva**

José Pedro Ribeiro da Silva

Doutoramento em Sociologia
Especialidade: Sociologia do Ambiente e Território

2014

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciência Sociais



**O Tinto em transição – definição e redefinição de um rio através
da acção colectiva**

José Pedro Ribeiro da Silva

Tese orientada pela Professora Doutora Luísa Schmidt

Doutoramento em Sociologia
Especialidade: Sociologia do Ambiente e Território

Financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
(SFRH/BD/48762/2008)

2014

Aos meus pais

*O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E de onde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.*

Alberto Caeiro

Resumo

A presente investigação consiste num estudo de caso sobre o protesto ambiental local. São estudadas duas campanhas de protesto centradas no mesmo tema, localizadas no mesmo espaço geográfico, e distanciadas no tempo por menos de uma década, mas ainda assim distintas, porque marcadas por protagonistas, reivindicações e estratégias diferentes. As duas campanhas, centradas na cidade de Rio Tinto e protagonizadas, sobretudo, por actores colectivos locais, tiveram como objecto o rio Tinto, um afluente do Douro que, ao longo do seu percurso de cerca de 10 km, passa por Ermesinde, em Valongo; Rio Tinto, em Gondomar; e Campanhã, no Porto. Esta linha de água conhece uma longa história de degradação, que se cruza com o crescimento demográfico e as transformações profundas que a sua bacia demográfica conheceu, e apresenta problemas como a poluição da água, artificialização drástica, ocupação das margens, perda de biodiversidade desvalorização social. As disfunções do Tinto, conjugadas com as mudanças profundas e multidimensionais verificadas nos territórios da sua bacia, esvaziaram-no do seu valor ambiental e sócio-cultural e limitaram a sua utilidade económica, ao mesmo tempo que reduziram a sua visibilidade. O Tinto deixou de ser reconhecido como rio; no entanto, o protesto contribuiu para a recuperação e transformação, parcial e em curso, dos seus significados, dando-lhe uma nova visibilidade e activando-o social e politicamente. São reveladas as condições que permitiram a emergência do protesto em Rio Tinto e, ao mesmo tempo, mostra-se de que forma os actores colectivos locais que lideraram o protesto contribuíram para devolver ao Tinto o seu estatuto de rio, revelando-se, ao mesmo tempo, uma articulação estreita entre o ambiente e vários temas sociais, económicos, culturais e políticos.

Palavras-chave: protesto ambiental, rio, degradação ecológica, urbanização, ordenamento

Abstract

This investigation consists of a case study about local environmental protest. Two protest campaigns were studied, both centered on the same issue, located in the same geographical space, and separated in time by less than a decade, but still different, because the players, claims and strategies were also different. The two campaigns, located in the city of Rio Tinto and mainly with local collective actors as protagonists, had the Tinto river as their subject. The Tinto is a tributary of the Douro river, about 10 km long, and it crosses the parishes of Ermesinde, in Valongo, Rio Tinto, in Gondomar, and Campanhã, in Porto. This small river has a long history of environmental degradation, connected to the demographic growth and deep transformations in its basin, and faces several problems: water pollution, drastic artificialization, occupation of its margins, biodiversity loss and social devaluation. The Tinto's problems, articulated with the deep, multidimensional changes that occurred in the basin's territories, depleted the river's environmental and socio-cultural value and limited its economical utility, while at the same time reducing the river's visibility. The Tinto was no longer recognized as a river; however, the protest has contributed to the – ongoing and partial – transformation of the Tinto's meanings. The river acquired a new visibility and was socially and politically activated. We unravel the context that allowed for the outbreak of protest in Rio Tinto while at the same time showing how the local collective actors who led the protest contributed to recover the Tinto's river status. A close articulation between the environment and several social, economical, cultural and political issues is also revealed.

Keywords: environmental protest, river, ecological degradation, urbanization, planing

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido possível sem o contributo de um conjunto alargado de pessoas, a quem deixo um sincero agradecimento.

À orientadora da tese, a professora Luísa Schmidt, agradeço sobretudo a confiança transmitida e o espírito crítico, mas construtivo, com que acompanhou este percurso.

Deixo um agradecimento profundo a todas as pessoas que, generosamente, colaboraram de uma maneira crucial para a realização desta investigação, através da autorização e concessão de entrevistas, disponibilização de documentos e informações, e indicação de contactos. Em termos de instituições e grupos, agradeço ao Movimento em Defesa do Rio Tinto, ao Movimento Rio Tinto a Concelho, ao núcleo do Porto da Quercus, à Campo Aberto, à Escola Secundária de Rio Tinto, ao Agrupamento de Escolas de Rio Tinto, ao Agrupamento de Escolas de Rio Tinto nº2, à Junta de Freguesia de Rio Tinto, à Águas do Porto e à Administração de Região Hidrográfica do Norte.

À doutora Maria Goretti Matias e ao Gabinete de Estudos Pós-Graduados do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa agradeço todo o apoio prestado.

Agradeço também aos funcionários das bibliotecas do ISCTE, do ICS-UL, da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca Municipal do Porto.

Agradeço os comentários enriquecedores dos professores Tiago Saraiva e Luís Baptista em diferentes momentos de discussão do trabalho, bem como a discussão de ideias com o professor Álvaro Domingues.

Aos colegas e amigos do ICS-UL deixo um agradecimento pelas horas de trabalho partilhadas em bibliotecas, os almoços e lanches, e pela troca de impressões. Agradeço particularmente ao José Gomes Ferreira, com quem tive também a oportunidade de discutir e trabalhar, de forma enriquecedora, algumas questões relacionadas com a tese.

Agradeço o apoio, a paciência e a compreensão de familiares e amigos, fundamentais para levar este trabalho até ao fim. Estou particularmente grato, pela generosidade e pela preciosa ajuda prestada, à Fernanda Roxo, à Luciana Fernandes, ao João Duarte e à Ana Roseira.

Índice geral

I

Introdução.....	1
------------------------	----------

II

Metodologia.....	9
-------------------------	----------

O ponto de partida: a opção pelo método do estudo de caso.....	9
A escolha do Tinto como caso a estudar.....	11
O percurso da investigação.....	12
As técnicas de recolha de informação utilizadas e a análise dos dados.....	16

III

As coordenadas teóricas.....	20
-------------------------------------	-----------

As questões fundamentais.....	20
A Sociologia do Ambiente: uma nova possibilidade para abordar o «ambiental» e o «social».....	21
Desenvolvimentos e debates na Sociologia do Ambiente.....	25
Realismo versus construtivismo: duas perspectivas irreconciliáveis?.....	26
A água a partir de uma perspectiva social.....	32
Definindo um rio.....	34
Degradação dos rios e paradigmas de gestão da água.....	38
A água e os rios como património.....	41
Rios e não-rios.....	42
Os rios urbanos.....	45
Acção colectiva, protesto, e protesto ambiental local.....	49
O conceito de protesto.....	50
O protesto e o conflito.....	57
Do protesto ao protesto ambiental.....	58
O protesto ambiental no plano local: um fenómeno dotado de especificidade própria.....	59
O carácter imediato de certos problemas ecológicos localizados como explicação para um maior efeito mobilizador.....	61
Uma perspectiva conflitual: a incompatibilidade entre utilizações diferentes dos recursos ambientais.....	64
Not In My Backyard, ou o protesto ambiental egoísta.....	66
O protesto ambiental local como tradução localizada de problemas globais.....	69
O protesto ambiental local como uma luta pela definição do lugar.....	72
A importância dos recursos mobilizáveis.....	75
A importância do contexto local.....	76
Relações entre os grupos de protesto e outros actores sociais.....	78
Síntese das coordenadas teóricas.....	80

IV

O estado ecológico dos rios portugueses.....	83
---	-----------

V

A bacia do Tinto.....89

Os problemas ecológicos do Tinto.....98

O contexto político.....109

VI

A produção do conflito: uma breve abordagem cronológica.....112

VII

Os protagonistas do protesto ambiental.....119

Formas de organização e caracterização sociográfica.....119

A origem dos grupos de protesto: a ideia de espontaneidade e a importância das redes locais.....137

As estratégias seguidas e os reportórios empregues.....143

Estratégias de mobilização de recursos.....165

VIII

O rio Tinto como tema político.....186

IX

Tensões e divisões, alianças e redes.....198

X

O rio e o não-rio Tinto.....213

XI

A reabilitação simbólica do Tinto e os significados das campanhas de protesto: construção de sentido, legitimação e mobilização.....235

XII

Outras formas de legitimação: a natureza estratégica da construção da identidade e a escolha de boas companhias.....271

XIII

Os residentes das margens à margem do conflito.....279

XIV

Conclusão.....295

XV

Bibliografia.....316

ANEXOS

Índice de Quadros

Quadro nº1: escolaridade dos residentes de Ermesinde, Baguim do Monte, Rio Tinto, Campanhã e território nacional (em percentagem).....	94
Quadro nº2: distribuição dos residentes de Ermesinde, Baguim do Monte, Rio Tinto, Campanhã e do território nacional por grupos sócio-profissionais (em percentagem)....	95
Quadro nº 3: Escolaridade dos entrevistados do MRTC.....	118
Quadro nº4: Actividade profissional dos entrevistados do MRTC.....	118
Quadro nº5: Tempo de residência em Rio Tinto dos entrevistados do MRTC.....	118
Quadro nº6: Participação política e cívica dos entrevistados do MRTC.....	119
Quadro nº7: Participação social e política dos entrevistados do Movimento Pró-Rio...	120
Quadro nº9: Escolaridade dos entrevistados do Movimento Pró-Rio:.....	121
Quadro nº 10: Actividade profissional dos entrevistados do Movimento Pró-Rio.....	121
Quadro nº 11: Participação política e cívica dos entrevistados do Movimento em Defesa do Rio Tinto.....	126
Quadro nº 12: Local e tempo de residência dos entrevistados do Movimento em Defesa do Rio Tinto.....	127
Quadro nº 13: Escolaridade dos elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto.....	128
Quadro nº 14: Actividade profissional dos elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto.....	128

I

Introdução

Várias investigações científicas na área das ciências sociais têm apontado a fragilidade da cultura de intervenção cívica e política dos portugueses. Contudo, apesar deste reconhecido défice de mobilização cívica e política, multiplicam-se os eventos de protesto no espaço público, geralmente associados a questões localizadas. Olhando para uma área mais específica, a do ambiente, assistimos a uma situação análoga: apesar de o movimento ambientalista ser considerado frágil, uma vez que as ONGAS possuem poucos recursos e uma base social de apoio reduzida, e apesar de serem geralmente atribuídos aos portugueses, níveis de cultura e informação ambiental reduzidos e uma escassa mobilização cívica relacionada com o ambiente, multiplicam-se os protestos relacionados com problemas ecológicos no nível local, frequentemente descritos como manifestações da síndrome NIMBY - *Not in My Backyard*. A importância do protesto ambiental na sociedade portuguesa actual é revelada por Mendes e Seixas quando mostram que este foi o terceiro tema que mais eventos de protesto motivou entre 1992 e 2002, surgindo como um assunto claramente menos mobilizador do que os temas sociais e educativos, mas inquestionavelmente mais mobilizador do que as esferas cultural, política e religiosa (2005); para além disso, com demonstraram Figueiredo e Fidélis (2003), a frequência do protesto ambiental local tem vindo a crescer desde 1974, o que estará relacionado com o agravamento dos problemas ecológicos e com uma maior capacidade de intervenção da sociedade civil. Esta multiplicação de protestos relacionados com o ambiente local marca, na sociedade portuguesa, uma oposição entre uma fraca disponibilidade para a participação em associações ambientalistas e uma forte disponibilidade para a participação em acções referentes a problemas ambientais concretos, o que desafia a ideia de que no nosso país exista uma cultura política marcada pela inércia dos cidadãos e uma indiferença face aos problemas ambientais (Kousis *et al*, 2008). Estas iniciativas de defesa do ambiente local são protagonizadas, sobretudo, por residentes locais informalmente organizados, que emergem de forma mais ou menos espontânea – e, geralmente, sem qualquer ligação às organizações de defesa do ambiente institucionalizadas – como resposta directa a uma ameaça ambiental perceptível; são extremamente localizadas e de carácter efémero, privilegiando formas de acção pouco convencionais e fora da esfera institucional, que captem a atenção dos *media* e permitam aumentar a visibilidade do problema ambiental em causa (Figueiredo e Fidélis,

2004).

Em termos gerais, apesar de já ter sido considerado «o segmento do movimento ambientalista mais dinâmico e com o crescimento mais rápido» (Mertig *et al*, 2001), o protesto ambiental local tem merecido menos atenção, por parte das ciências sociais, do que as associações de defesa do ambiente nacionais e internacionais (Rootes, 2007). Tal também é válido para a sociedade portuguesa, onde, como vimos, a sua presença não pode ser ignorada. Alguns académicos já reclamaram a necessidade de uma maior atenção às formas de protesto local (Estanque, 1999) em geral e também ao protesto ambiental local em particular (Figueiredo e Fidélis, *ibidem*; Rodrigues, 2004).

Esta multiplicação de protestos ambientais não é dissociável do processo de modernização - tardio e cheio de contradições - que o país tem vindo a conhecer desde finais da década de 1960, e que trouxe um aumento de escala dos problemas ambientais e o seu progressivo reconhecimento enquanto problemas sociais, relacionado com fenómenos como o crescimento do sector industrial, a intensificação da produção agrícola e pecuária, a concentração de da população no litoral e a urbanização abrupta, todos eles num contexto marcado pela ausência e/ou ineficácia de regulação ambiental (Schmidt, 2008). Por outro lado, os protestos ambientais também não são separáveis da revolução de 25 de Abril de 1974, que ditou o final de uma ditadura e permitiu a construção do regime democrático em Portugal, acabando com a repressão a que se encontravam sujeitos anteriormente. Por fim, Nave e Fonseca sugerem que a propensão dos portugueses para a adesão a mobilizações de defesa do ambiente local está relacionada com uma quebra de confiança nas instituições políticas e científicas e com a percepção mais evidente do risco (2004: 270).

A investigação que agora apresentamos consiste num estudo de caso que tem, como objectivo fundamental, contribuir para o conhecimento sobre o protesto ambiental local. O caso seleccionado consiste no rio Tinto, uma pequena linha de água urbana localizada no Grande Porto com cerca de 10 km de extensão, atravessando quatro freguesias em três concelhos (Ermesinde, Gondomar e Porto), radicalmente artificializada em vários pontos e poluída ao longo de todo o seu percurso. Este rio foi objecto de uma primeira campanha de protesto iniciada em 1997, que entretanto decaiu nos primeiros anos da década seguinte, e tem sido objecto de outra, iniciada em 2006 e ainda em curso.

Este é um caso particularmente interessante para estudar o protesto ambiental local. Em primeiro lugar, porque convoca várias dimensões que se encontram interligadas com a

degradação ecológica e o protesto: a mobilização, o território, a água, a política e o sentido de lugar. Em segundo lugar, porque engloba duas campanhas de protesto com o mesmo objecto mas, em muitos aspectos, distintas e até mesmo contrastantes, permitindo-nos estabelecer comparações. Em terceiro lugar, por serem campanhas particularmente localizadas no tempo e no espaço – só acontecem a partir dos anos 90 do século XX, quando a degradação do rio contava já várias décadas, e centram-se numa das 3 localidades atravessadas pelo rio - as duas campanhas de protesto oferecem pistas importantes sobre as condições que permitem a eclosão do protesto e suas continuidades/descontinuidades. Em quarto lugar, ele está relacionado com um dos problemas ambientais mais marcantes e persistentes do país, o desordenamento do território, e, ao mesmo tempo, com outro problema ambiental muito mediatizado e associado, desde há várias décadas, a múltiplos protestos populares: a degradação dos rios. E em quinto lugar, estes aspectos fazem dele um caso emblemático e quase laboratorial de outros que ocorrem no país e particularmente nas duas grandes áreas metropolitanas. Por último, ele mostra que um rio, muito mais do que um canal que transporta água, é um complexo sistema multidimensional e interdependente, com grande importância ecológica, que comporta dimensões sociais, culturais e simbólicas fundamentais, decorrentes das utilizações que deles podem ser feitas pelas comunidades que atravessa. E, neste sentido, evidencia o processo de passagem simbólica e efectiva de um rio quase morto e esquecido a um rio reanimado e até vivo na esperança e desejo de grupos sociais locais e até na luta política, onde passou a assumir importância.

O objectivo central da nossa investigação passa, assim, por compreender o caso do Tinto, procurando articulá-lo com o conhecimento disponível sobre o protesto ambiental local e, ao mesmo tempo, debatendo uma questão fundamental: a forma como um rio ambientalmente morto, um «não rio», se transforma, primeiro, num «nado vivo» e, depois, num rio verdadeiramente reanimado e vivo em todas as suas dimensões, através das novas vivências da água socialmente transversais, ao ponto de gerar um forte significado cultural e político, que acaba por contribuir para a visibilidade e reconhecimento dos seus problemas mas também do seu potencial ambiental e social – ainda que permaneça poluído. Eis uma questão central que orienta o nosso percurso. Outro objectivo consiste em perceber as condições que permitiram o eclodir do protesto num momento particular da história de degradação do Tinto e numa cidade específica da sua bacia, o que implica convocar para a análise o contexto da acção colectiva. Temos ainda, como objectivo, reconstruir o historial de utilização do Tinto,

de forma a melhor compreendermos a relação entre o rio e as populações da sua bacia, as formas de apropriação e utilização do rio e DE como ele se foi construindo e modificando enquanto entidade sócio-ambiental – isto é, com significados que são construídos a partir das suas propriedades físicas mas também de processos sócio-culturais.

No presente capítulo I - *Introdução* - apresentamos as interrogações fundamentais que orientaram a nossa investigação e os seus objectivos, bem como a estrutura da tese.

No capítulo II – *Metodologia* - apresentaremos as opções metodológicas da nossa investigação. Apresenta-se o método de estudo de caso, reflectindo-se sobre as suas vantagens e desvantagens, e justifica-se a escolha do rio Tinto como o caso a estudar, mostrando-se que, se em certos aspectos, este curso de água espelha fenómenos que marcam a realidade nacional, ele é também dotado de especificidades e que, por reunir diferentes dimensões, torna-se especialmente interessante ao olhar sociológico. São ainda descritas as técnicas de recolha e de tratamento de informação utilizadas e o seu encadeamento.

No capítulo III – *As coordenadas teóricas* - são estabelecidas as principais coordenadas teóricas da nossa investigação. No primeiro ponto, procurando não descontextualizar nem dissociar o protesto ambiental dos problemas ambientais a que ele se liga, apresentaremos uma reflexão sobre as dimensões sociais dos fenómenos ambientais e a forma como estas podem ser pensadas pela sociologia, defendendo-se uma perspectiva conciliadora das correntes realista e construtivista. Quer isto dizer que a constituição dos fenómenos ambientais enquanto fenómenos sócio-ambientais é entendida enquanto produto de uma relação complexa entre aquilo que são as suas propriedades físicas e os significados sócio-culturais neles inscritos, pondo-se em causa que os significados resultem de forma automática das características físicas do ambiente, mas também que os primeiros sejam produzidos de forma independente das segundas. Tendo em conta o objecto particular do protesto no nosso caso de estudo, parte-se, no segundo ponto, para uma reflexão sobre as dimensões sociais da água e, em seguida, dos rios. As características físicas e o estado ecológico de um rio potenciam um leque de utilizações possíveis que em conjunto com condicionantes sociais e culturais, explicam as formas através das quais ele é socialmente apreendido. Estas, por sua vez, podem transformar as referidas características físicas, modificando as possibilidades de utilização do rio redefinindo assim o que ele é enquanto fenómeno sócio-ambiental. No entanto, as maneiras predominantes de conceber a água e os rios, nem sempre reconheceram o valor económico e social da água e dos rios, valorizando-os

sobretudo pelo seu potencial económico. É necessária a emergência de um novo paradigma da água, já em curso, que reconheça esses aspectos. O valor multifacetado dos rios faz com que estes possam ser pensados enquanto um bem comum, um património ameaçado por problemas ambientais. A degradação ambiental e social dos rios, nos casos mais extremos, pode implicar a sua conversão em «não rios», isto é, em canais de água profundamente transformados, impossibilitados de proporcionar os serviços eco-sociais dos curso de água e que, por isso mesmo, não são reconhecidos enquanto rios. Com o Tinto em mente, reflecte-se, também, sobre as linhas de água urbana de pequenas dimensões, mostrando-se que, apesar de terem o potencial para, em bom estado ecológico, melhorarem a qualidade de vida dos cidadãos, estes apresentam, de uma forma geral, sintomas graves de degradação, podendo-se mesmo falar de uma «síndrome de ribeiro urbano». Discute-se ainda a transição para um novo paradigma de gestão da água, que atribui uma nova importância à qualidade ecológica, por oposição ao paradigma anterior, onde a água era vista como um mero recurso. No terceiro ponto do capítulo é teorizado o conceito de protesto. Esta noção é definida e distinguida de outras que com ela se relacionam, como acção colectiva e movimento social. Apresenta-se o protesto enquanto uma forma de conflito que envolve sempre uma dimensão política e que deve ser reconhecida enquanto uma forma de intervenção política legítima no quadro das sociedades democráticas, complementar, e não oposta, a outras formas de participação mais institucionalizadas. Partindo, no quarto ponto, para o tema mais específico da acção colectiva relacionada com o ambiente, clarifica-se o conceito de «protesto ambiental». São apresentadas as principais características do protesto ambiental, mostrando-se a sua especificidade, e são revistas, de forma crítica, algumas das principais propostas que procuram explicar a produção de conflitos ambientais no plano local e a emergência do protesto, identificando-se vários factores que devem necessariamente ser equacionados numa análise sobre o protesto local.

O capítulo IV – o *estado ecológico dos rios portugueses* - um capítulo de enquadramento do objecto de estudo, é dedicado à situação ecológica genérica dos rios de Portugal. Mostra-se que, de uma forma geral, a sua qualidade se encontra ainda longe das metas definidas pela Directiva-Quadro da Água, reconhecendo-se, porém, os progressos realizados ao longo dos anos. São também apresentadas, de forma sintética, as principais causas que contribuem para o actual panorama pouco animador.

O capítulo V – a *bacia do Tinto* - é dedicado aos territórios que envolvem a linha de água. Proceda-se à caracterização das localidades cruzadas pelo rio – as cidades de Ermesinde e Rio

Tinto e a extremidade oriental de Campanhã - tendo em conta a sua evolução histórica recente. É apresentado, também, o estado ecológico do Tinto, descrevendo-se os principais problemas ambientais que ele conhece e mostrando-se como o rio se foi transformando à medida que os locais que ele atravessa sofreram modificações importantes: aquilo que o rio Tinto é hoje resulta de especificidades dos territórios por onde passa, mas também da tradução local de fenómenos que marcam de forma decisiva o país das últimas décadas.

O capítulo VI – *A produção do conflito: uma breve abordagem cronológica* - apresenta sinteticamente as duas campanhas de protesto centradas no Tinto que eclodiram justamente na localidade de Rio Tinto. Recorrendo a uma abordagem cronológica, revela-se a origem dos conflitos em torno do rio, identificam-se os actores em oposição e descrevem-se os principais momentos das campanhas de protesto.

O capítulo VII – *Os protagonistas do protesto ambiental* - é dedicado à análise dos três actores colectivos que desencadearam e lideraram as duas campanhas de protesto estudadas: o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho (MRTC) em 1997 e o Movimento em Defesa do Rio Tinto (Move Rio Tinto) desde 2006. Num primeiro ponto, revelam-se as formas de organização escolhidas e caracterizam-se sociograficamente os protagonistas destes actores colectivos, revelando-se alguns aspectos comuns encontrados nos indivíduos que assumiram a sua liderança. Um segundo ponto examina a génese do Movimento Pró-Rio e do Movimento em Defesa do Rio Tinto, dois actores colectivos produzidos no decurso do conflito, mostrando-se que, ao contrário do que enfatizam alguns participantes, a sua criação teve pouco de casual. No terceiro ponto são discutidas as opções estratégicas e táticas utilizadas pelos protagonistas das campanhas de protesto, bem como o seu reportório de acção colectiva. O quarto ponto é dedicado à forma de organização escolhida. Mostra-se que os grupos informalmente organizados não deixavam de ter uma liderança informal, nem uma distribuição de tarefas mais ou menos definida. O quinto e último ponto revela os recursos que foram utilizados pelos grupos de protesto e as estratégias que foram mobilizadas para adquirir recursos de que, à partida, eles não dispunham.

O capítulo VIII – *O rio e o protesto como armas de arremesso políticas* - explora a dimensão partidária do Tinto e do protesto nele focado, mostrando como o rio se tornou num tema relevante de debate político local e analisando algumas conotações partidárias que foram atribuídas às duas campanhas de protesto.

No capítulo IX – *Tensões e divisões, alianças e redes* - analisam-se as relações que se

estabeleceram entre os grupos locais que lideraram as campanhas de protesto e também com outros actores colectivos que nelas participaram - organizações ambientalistas e outras instituições relevantes, como as escolas de Rio Tinto. Revela-se a existência de alguns esforços colaborativos, mas também de diversas tensões, resultantes, por um lado, das opções estratégicas adoptadas e, por outro, da forma como o confronto político local marca de forma indelével o tema do rio Tinto.

O capítulo X – *O rio e o não-rio Tinto* - consiste numa análise à forma como as transformações físicas que o Tinto conheceu ao longo da sua história de degradação ecológica, conjugadas com as profundas mudanças ocorridas no território por ele cruzado, conduziram à alteração dos seus usos e, consequentemente, à sua desvalorização social e conversão num não-rio. Entre o rio do passado, existente na memória, e o rio do presente existem diferenças acentuadas: eles opõem-se em quase todos os aspectos. Ainda assim, vão persistindo alguns recantos do rio com potencial ambiental, mantendo-se em aberto a possibilidade da sua revalorização.

No capítulo XI – *A reabilitação simbólica do Tinto e os significados das campanhas de protesto: construção de sentido, legitimação e mobilização* - mostra-se como os actores colectivos que promoveram o protesto procuraram transformar os significados do Tinto, recuperando a memória dos seus usos eco-sociais e económicos, procurando ampliar o seu valor simbólico e convertê-lo num marco incontornável da identidade de Rio Tinto enquanto lugar e revelando o valor ambiental que, apesar da sua degradação, o rio ainda tem em algumas zonas. Mostra-se que esta reabilitação do Tinto no plano simbólico operada pelos grupos de protesto consistiu, também, numa forma de legitimar as suas reivindicações e de tentar conquistar a simpatia de uma parte significativa da população de Rio Tinto para a sua causa.

Para além de procurarem inscrever no Tinto significados positivos, os grupos de protesto exploraram outras formas de legitimação, que são analisadas no capítulo XII – *Outras formas de legitimação: a natureza estratégica da identidade e a escolha de boas companhias*. A apresentação de identidades estratégicas, que enfatizam a sua natureza popular, a sua independência face a outros grupos e instituições e a sua actuação desinteressada, motivada apenas pela reabilitação do Tinto; bem como a tentativa de obter o apoio de actores, individuais e colectivos, dotados de reconhecimento e prestígio social.

O capítulo XIII – *Os residentes das margens à margem do conflito* - constata a incapacidade

dos grupos que protagonizaram o protesto em envolver, de uma forma significativa, aqueles que sofrem de uma forma mais directa com a degradação do Tinto: os moradores da zona ribeirinha. Na primeira das duas campanhas, estes surgem até como antagonistas, enquanto que, na segunda, são sobretudo espectadores do conflito. São também apontadas as razões que explicam que os residentes das margens do rio tenham, em grande medida, assistido como espectadores ao protesto e que, por vezes, se tenham posicionado contra as reivindicações dos seus promotores.

No capítulo XIV – *Conclusão* - encerra a tese. São apresentadas as conclusões do nosso estudo de caso, mostrando-se de que forma ele contribui para o conhecimento mais geral sobre o protesto ambiental local e referindo-se algumas pistas de investigação que não foram seguidas mas que poderão orientar outras pesquisas interessantes do ponto de vista sociológico.

II

Metodologia

O ponto de partida: a opção pelo método do estudo de caso

É necessária uma reflexão sobre o método escolhido para a nossa investigação: o estudo de caso. O estudo de caso consiste no estudo aprofundado de uma determinada realidade, tendo sempre como referência o seu contexto. Esta questão é particularmente importante: nenhum caso pode ser devidamente estudado se ao contexto em que ele se encontra inserido não for dedicada a devida atenção (Stake, 1995; Yin, 2003, 2004). Por permitir colocar em evidência as relações entre o fenómeno estudado e o seu contexto, o estudo de caso é um método crucial para investigar o protesto ambiental local, tendo em conta, como veremos mais à frente, a grande influência que as características dos locais onde ocorrem os protestos têm sobre eles, colocando-lhes oportunidades e constrangimentos que o moldam de forma indelével. Devido à singularidade de cada caso e à importância do contexto, não é possível, a partir dos resultados obtidos através de um estudo de caso, realizar generalizações com base em critérios de representatividade estatística. Contornar este problema trabalhando, simultaneamente, num plano micro, correspondente ao caso, e noutro macro também não é viável, por motivos práticos. No entanto, a articulação entre os dois pode ser feita através de «inferência teórica»: a partir dos dados obtidos no primeiro plano de análise, produzem-se especulações teóricas sobre o segundo (Vaughn, 2005: 182). De acordo com esta perspectiva, um caso a estudar é sempre «um caso de algo mais» (Walton, 2005: 121), ou seja, uma situação singular que é particularmente reveladora de uma realidade que a extravasa, e que se revela através da orientação teórica escolhida.

Conceber um estudo de caso como uma forma de «extrair o geral a partir do único» (Burawoy, 1998: 5) coloca, desde logo, questões relativamente ao modo de selecção do caso a estudar. A principal pergunta que se põe desde logo é esta: se, como afirma Walton, o caso é um caso porque representa algo mais, como escolher a situação particular que melhor permita apreender a realidade mais geral que se pretende estudar a partir do plano micro? A resposta a esta pergunta não é simples, não existindo unanimidade relativamente aos melhores critérios de selecção. Para agravar este problema, as verdadeiras razões para a escolha de um caso a estudar nem sempre correspondem a critérios científicos: como nos diz Walton, «na prática de

investigação concreta, claro está, os casos são escolhidos por todo o tipo de razões, desde a conveniência e a familiaridade até ao fascínio e estratégia»; quer isto dizer que, muitas vezes, a justificação da escolha é feita *a posteriori* (2005: 125).

Walton afirma que a escolha do caso a estudar deve ser justificada de forma a demonstrar que se trata de um «caso de algo importante» (2005: 125). Daqui se depreende que, para este autor, o caso seleccionado deve assentar em critérios de representatividade da realidade mais vasta que pretende ser estudada. Vaughn, pelo contrário, defende a rotura com a noção de «caso apropriado» (2005: 174) e a comparação entre vários casos. A comparação entre diversos casos é também preferida por Yin, que defende que a escolha de um caso apenas implica sempre um maior esforço no sentido de justificar convenientemente a sua selecção. A vantagem em realizar o estudo de vários casos reside na possibilidade de comparar vários resultados: se estes forem similares, é permitida a replicação de resultados, se estes forem divergentes, abrem-se novas possibilidades na construção de teoria (2003).

Numa linha oposta a esta, Stake sugere que a escolha de um caso pode também ser justificada a partir do seu valor intrínseco, e não devido ao seu potencial enquanto ponto de partida para a compreensão de realidades mais gerais (Stake, 1995). Apesar de admitir que o estudo de caso pode funcionar como um meio para obter conhecimento generalizado, Stake afirma que a primeira preocupação do estudo de caso deve consistir sempre em conhecer o caso escolhido, sugerindo que, no momento de selecção do caso, o interesse intrínseco do mesmo se deve sobrepor a questões relacionadas com a sua representatividade, uma vez que o estudo de caso permite apenas generalizações de natureza teórica (1995). Se o estudo de caso é particularmente apropriado para compreender uma realidade em relação ao seu contexto, então, aquilo que deve orientar a selecção de um caso é, sobretudo, o seu valor intrínseco, pois ele contribuirá sempre para a obtenção de conhecimento mais generalizado. Por fim, a escolha do caso a estudar não deve negligenciar questões mais pragmáticas, tais como a facilidade de acesso ao terreno e outras relacionadas com a sua conveniência. Ainda que não concordemos que estas devam, como princípio geral, suplantam considerações relacionadas com o valor intrínseco do caso ou o problema teórico em estudo, a sua importância não deve nunca ser negligenciada, sob pena de os diversos custos associados à escolha feita se revelarem demasiado elevados.

A escolha do Tinto como caso a estudar

A nossa opção pelo estudo das campanhas de protesto ambiental associadas ao rio Tinto assentou, sobretudo, em questões relacionadas com o seu valor intrínseco, tendo sido igualmente consideradas questões de natureza mais pragmática. Quer isto dizer que, por um lado, vislumbrámos no caso a estudar certas características que, pensámos nós, o poderiam tornar especialmente interessante para um estudo sociológico, enquanto, por outro lado, considerámos que o acesso e a recolha de dados para proceder à investigação seria exequível. Começamos por apresentar as razões que nos levaram a considerar que o pequeno rio Tinto poderia ser um caso revelador. Em primeiro lugar, deve ser assinalado que o protesto acontece num território que se transformou radicalmente em relativamente pouco tempo; que, do ponto de vista demográfico, cresce continuamente ao longo das últimas décadas; e que transitou rapidamente de uma realidade rural para outra, urbana, sendo hoje, de um modo geral, uma área urbana de qualidade inferior onde persistem ainda algumas marcas de uma ruralidade que não foi completamente apagada nem do território, nem da memória de quem a conheceu. Estas transformações que marcam o contexto do protesto tornam-no particularmente interessante para a realização de um estudo de caso, por traduzirem processos de mudança profundos.

Para além disso, o Tinto conta uma história de poluição hídrica que já tem décadas, tendo-se esta agravado desde, pelo menos, os anos 60 do século XX. A artificialização do curso de água, primeiro através do emparedamento de alguns troços também já é muito longa, bem como a ocupação das margens, inicialmente através da agricultura e depois com construções diversas. No entanto, ainda que no passado tenham ocorrido alguns eventos de protesto mais ou menos espontâneos, a primeira campanha de protesto relacionada com este rio acontece apenas a partir de 1997. Mais tarde, em Abril de 2006, teve lugar uma reunião pública no salão nobre da Junta de Freguesia de Rio Tinto que pode ser vista como o primeiro evento da segunda campanha de protesto relacionada com o Tinto. Desde logo, surgem perguntas que merecem ser investigadas: que circunstâncias explicam a emergência do protesto precisamente naqueles dois momentos da história de degradação do rio? Que conflitos é que estão subjacentes ao protesto? Qual o significado do protesto e quem o protagoniza?

O facto de estarmos perante duas campanhas de protesto que, apesar de ocorrerem no mesmo local, de estarem associadas ao mesmo rio e de estarem separadas no tempo por menos de

uma década, são independentes entre si, poderia contribuir também para o enriquecimento do estudo: no fundo, são dois casos num só, sendo possível procurar comparações entre duas campanhas de protesto que se centram no mesmo objecto mas ocorrem em momentos diferentes e com protagonistas distintos. Tratando-se de um rio com uma história longa de degradação e uma história de protesto mais breve, mas que, mesmo assim, já tem mais de uma década, o caso que estudámos é mais do que um conflito passageiro motivado por uma situação de degradação ambiental pontual, o que também poderia ser revelador das condições que permitem o seu prolongamento no tempo. Por fim, o facto de o rio Tinto percorrer, como iremos demonstrar, territórios desfavorecidos no contexto do Grande Porto poderia eventualmente conduzir a pesquisa para questões de justiça ambiental.

Apesar de terem sido as questões acima descritas aquelas que maior peso tiveram quando escolhemos o caso a estudar, existem também razões para acreditar que o nosso objecto poderá contribuir para enriquecer o conhecimento disponível sobre os conflitos ambientais no nosso país. Em primeiro lugar, porque, como referimos num momento anterior, o conhecimento de que dispomos sobre o protesto ambiental local é reduzido e resultou de estudos que se preocuparam sobretudo em caracterizá-lo de maneira extensiva. Em segundo lugar, como veremos, a degradação do Tinto é um pouco o espelho das transformações que os territórios que ele cruza conheceram e estas, por sua vez, reflectem certos processos de mudança que marcaram de forma vincada a realidade portuguesa ao longo das últimas décadas, alterando-a profundamente. Poderia, por isso, funcionar como um ponto de partida «laboratorial» para melhor percebermos essas mudanças e as suas repercussões no meio ambiente e nos conflitos relacionados com o mesmo.

O percurso da investigação

Partimos para a investigação com o objectivo de conhecer uma determinada realidade – as campanhas de protesto ambiental associadas ao Tinto – em profundidade, tendo, como primeiro objectivo, explicar o porquê de elas terem acontecido quando aconteceram. Mais do que verificar hipóteses ou testar relações entre variáveis e conceitos, estávamos preocupados em compreender aquele conflito em particular - pelo seu valor intrínseco, mas também pela convicção de que isso poderia acrescentar algo de novo ao conhecimento, ainda reduzido, de que dispomos sobre o protesto ambiental local em Portugal. Quer isto dizer que não iniciámos

o estudo com hipóteses teoricamente sustentadas e prontas para serem submetidas a uma prova empírica; no entanto, também não nos colocámos do lado da proposta da *grounded theory*, procurando descobrir teoria a partir da análise dos dados empíricos recolhidos (Glaser e Strauss, 1967). Acreditamos que se o olhar do sociólogo não for orientado por referenciais teóricos, será ainda mais condicionado pelas suas pré-concepções e pelo seu conhecimento oriundo do senso comum sobre aquilo que observa (Pinto, 2010). Mas a teoria foi, para nós, uma forma de orientar as perguntas que construimos ao longo do estudo. Optámos por manter uma relação de circularidade entre a teoria e dados empíricos, procedendo a reorientações e reajustamentos da primeira em vários momentos, a partir daquilo que a informação recolhida nos revelava. Para este esforço de reflexividade constante em muito nos ajudou a manutenção de um diário de campo, onde eram anotadas todo o tipo de reflexões motivadas pelas nossas incursões no terreno, incluindo reflexões teóricas. Assim, em vez de partirmos para a recolha da informação com uma teoria que seria testada após a recolha da informação, num momento único, partimos com interrogações e orientações teóricas, reflectindo constantemente, a partir das mesmas, sobre os dados recolhidos e, a partir destes, sobre as primeiras.

Tendo como referência o contexto do caso em estudo, o passo seguinte da nossa investigação consistiu no aprofundamento do conhecimento sobre o enquadramento das campanhas de protesto associadas ao rio Tinto. Não sendo Rio Tinto, a localidade que foi palco dos protestos, um microcosmos isolado de unidades geográficas mais vastas, como a região ou o país: a nossa preocupação incidiu não só sobre esse local, mas também sobre outros territórios que o contextualizam: os restantes locais cruzados pelo rio (Ermesinde e Vale de Campanhã), o Grande Porto e a Área Metropolitana do Porto (AMP), e o país, sem esquecer que a realidade deste é profundamente marcada pela sua integração na União Europeia. A nossa aproximação ao contexto implicou, assim, várias dimensões geográficas interligadas e indissociáveis.

Existe outra questão importante sobre o contexto do caso, relacionada com a perspectiva que deve ser utilizada para aprofundar o conhecimento sobre o mesmo. Como refere Stake, o quadro onde o caso se encontra localizado pode ser abordado a partir de uma grande diversidade de contextos, dos quais o autor salienta o histórico, o físico e o cultural, referindo ainda os enquadramentos social, político, económico, ético e estético que, diz-nos, são «frequentemente» de interesse (2005: 448).

O nosso esforço de conhecimento do contexto do caso implicou a consulta de diversos

materiais. No plano nacional, consultámos vários estudos sobre a sociedade portuguesa, no sentido de melhor conhecer o contexto português no que diz respeito a conflitos ambientais, à situação do ambiente e, particularmente, da água. Foi considerado especialmente importante, para enquadrar o caso em estudo na realidade nacional, aprofundar o conhecimento sobre o estado ambiental dos rios portugueses e os principais problemas que os afectam, com ênfase nos cursos de água urbanos; para isso, consultámos diversos estudos e documentos sobre o tema, sem esquecer as tentativas que entretanto foram promovidas para tentar preservar ou melhorar a qualidade ecológica dos cursos de água, e tendo em conta os desafios que a adesão à União Europeia implicou no que diz respeito ao incremento da qualidade do ambiente.

No que diz respeito ao Grande Porto, a nossa preocupação consistiu, sobretudo, em enquadrar a bacia do Tinto neste território urbano mais vasto. Para isso foram consultados vários documentos sobre a AMP e o Grande Porto. Veremos como certas características do segundo aglomerado urbano referido e certos processos que nele operam contribuíram para marcar, de forma vinculada, aquilo que são hoje Ermesinde, Rio Tinto e Campanhã.

Finalmente, no que diz respeito aos três territórios que partilham o rio Tinto, estivemos atentos, por um lado, às suas mudanças recentes, sendo consultadas fontes estatísticas, estudos e outros documentos sobre estes locais. Foi prestada especial atenção a Rio Tinto, o palco do protesto, havendo também alguma preocupação relativamente à história eleitoral desta freguesia e do concelho que a integra, Gondomar, uma vez que estudos consultados sobre o protesto ambiental mostraram que existe a possibilidade de este ser apoiado por partidos políticos, com o objectivo de obter ganhos eleitorais e que nos deparámos com um grau considerável de politização do tema do Tinto, pelo menos no plano local.

Afirmaremos, em momento posterior, a intenção de estudar o protesto associado ao Tinto a partir de uma perspectiva enquadrada pela Sociologia do Ambiente, ou seja, analisando o conflito tendo em conta o fenómeno sócio-ambiental que se lhe encontra associado – a degradação do Tinto. Este terceiro passo implica não só conhecer os problemas ambientais que se verificam no curso de água, mas também revelar as suas origens e implicações sociais – isto porque um problema ambiental, a partir de uma perspectiva da sociologia ambiental, também é, sempre, um problema social. Conhecer as origens e implicações sociais dos problemas ecológicos de um curso de água que conta com uma história de degradação longa exige, por sua vez, o conhecimento da sua história e, sobretudo, da história da sua relação com o território que o integra e a população que nele reside.

A estratégia adoptada para dar este passo passou por consultar estudos pré-existentes sobre o rio Tinto e os seus problemas ambientais e entrevistar actores com um conhecimento privilegiado sobre o rio, conhecimento esse que poderá ser de natureza técnica e científica ou mais prática. Assim, realizámos entrevistas com investigadores universitários e responsáveis técnicos de instituições com responsabilidades na gestão do rio, mas também com locais que vivem ou viveram nas margens do Tinto. Como se revelará ao longo da discussão dos resultados, as entrevistas com os segundos foram também fundamentais para melhor interpretar o protesto ambiental.

Como já referimos, as campanhas de protesto associadas ao Tinto têm, já, mais de uma década de história. Antes de partirmos para o terreno e contactarmos com os seus protagonistas à procura de respostas, era necessário adquirir algumas informações preliminares, que nos permitissem saber o que perguntar. Mais do que isso, era preciso, saber quem é o protagonista da segunda campanha – o Movimento em Defesa do Rio Tinto - e quem foram os protagonistas da primeira – Movimento Rio Tinto a Concelho e Movimento Pró-Rio. O nosso quarto passo consistiu em reconstruir a história do protesto ambiental. As respostas de que necessitávamos foram procuradas através da análise de notícias da imprensa escrita. Relativamente à segunda campanha de protesto, foram também consultados o blogue do Movimento em Defesa do Rio Tinto e vários materiais disponibilizados *online* por este actor colectivo. Estes materiais serviram quatro propósitos no nosso trabalho de investigação: complementar o conhecimento sobre a degradação do rio Tinto obtido a partir de outras fontes, ter uma visão global, exploratória, do protesto, identificar os actores colectivos envolvidos e, em cada um destes, os seus protagonistas mais salientes, e começar a perceber, através daquilo que os protagonistas do protesto e os seus opositores declararam, quais os significados do conflito.

Reconstruída a história do protesto, estávamos em condições de dar mais um passo no nosso percurso. A partir da análise da imprensa escrita conseguimos identificar os actores colectivos envolvidos nas campanhas de protesto e alguns nomes que desempenham ou desempenharam um papel de relevo nos mesmos. Essas pessoas foram as primeiras a ser contactadas com o objectivo de serem entrevistadas. Os restantes entrevistados foram seleccionados através do processo conhecido como «bola de neve», que, neste caso, se revelou particularmente adequado para identificar e ganhar acesso a diversos indivíduos fundamentais no protesto ambiental relacionado com o Tinto. Outra forma encontrada para seleccionar entrevistados

envolvidos na segunda campanha consistiu na participação nos eventos de protesto: isso permitiu-nos perceber a existência de um pequeno grupo de pessoas mais comprometidas com as actividades do Movimento em Defesa do Rio Tinto. A participação em todos os eventos promovidos pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto teve outros objectivos: para além de nos permitir recolher informações sobre o protesto, foi através dela que entrámos em contacto com os seus protagonistas, servindo, assim, como forma de “ganhar acesso” aos mesmos.

As técnicas de recolha de informação utilizadas e a análise dos dados

As entrevistas foram administradas a grupos distintos e, por isso, serviram objectivos diferentes, tendo sido preparados guiões específicos para cada um desses grupos. Optámos pelo formato da entrevista semi-estruturada, o que nos permitiu abordar os temas definidos previamente procurando manter a agilidade suficiente para explorar temas de interesse não previstos que eventualmente emergissem a partir da conversa mantida, o que aconteceu algumas vezes. Como exemplo, podemos citar o tema das divisões e discordâncias existentes entre os protagonistas da primeira e da segunda campanha de protesto, questão que foi espontaneamente abordada por um entrevistado e, mais tarde, integrada nas entrevistas posteriores.

Os nossos entrevistados podem ser divididos por cinco grupos fundamentais: 1) especialistas e técnicos com elevada informação sobre o Tinto, 2) Participantes dos três actores colectivos que lideraram as duas campanhas de protesto (Movimento Pró-Rio, Movimento Rio Tinto a Concelho, Movimento em Defesa do Rio Tinto), 3) outros protagonistas do protesto e colaboradores dos actores colectivos anteriormente referidos, 4) residentes nas margens e outros locais com uma forte ligação ao rio, 5) políticos e responsáveis por instituições com responsabilidades na gestão do rio. Em alguns casos, o entrevistado pertence a mais do que um grupo: por exemplo, o presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto em exercício no momento em que recolhíamos a informação no terreno, entretanto eleito presidente da Câmara Municipal de Gondomar nas eleições autárquicas de 2013, é um dos nomes que surge na imprensa como elemento-chave do Movimento Pró-Rio. Neste caso, interessou-nos entrevistá-lo pelo papel que então desempenhava no poder local, mas também pela sua participação activa numa das campanhas de protesto. Realizámos, no total, 46 entrevistas, que foram posteriormente transcritas e submetidas a análise de conteúdo temática.

A informação a que pretendíamos aceder era variável consoante o grupo – ou grupos - em que se incluía o entrevistado: para o primeiro grupo, pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre a degradação do Tinto, as suas origens e as suas implicações. Para o segundo, estivemos preocupados, sobretudo, com aspectos relativos ao próprio actor colectivo (formação, organização, história, estratégia, recursos, aliados e adversários, dificuldades e oportunidades), à relação entre o entrevistado e o actor colectivo (momento do recrutamento, razão para a adesão, funções desempenhadas) e para o significado do conflito (apropriação do rio, memória e significado do mesmo), para além de dados de caracterização do entrevistado relevantes (actividade profissional, escolaridade, participação cívica e política, sentimento de pertença ao local). Relativamente ao terceiro grupo, interessou-nos perceber a relação estabelecida com os actores colectivos que lideraram o protesto, a sua origem, os significados do rio e do seu envolvimento no protesto, e a caracterização do entrevistado. As entrevistas com os residentes das margens incidiram sobre o estado de degradação do rio, a sua evolução e as suas implicações quotidianas, a relação com o rio, memória e significado do mesmo, e sobre a sua participação – ou não participação – no protesto e razões para a mesma, incluindo, por isso, as mesmas perguntas de caracterização utilizadas para os dois grupos anteriores. Quanto ao último grupo, as entrevistas tinham, como objectivo, conhecer as propostas de reabilitação do rio existentes ou planeadas.

Antes da administração das entrevistas, foram seleccionados para a análise os três jornais locais de Rio Tinto que existiram ao longo do período em que se verificaram as duas campanhas de protesto associado ao Tinto (o *Arauto de Rio Tinto*, o *Voz de Rio Tinto*, e o *Vivacidade*). Seleccionou-se, ainda, um jornal nacional: o diário *Jornal de Notícias*, escolhido por ser um diário generalista com elevada tiragem e circulação, com sede no Porto e reconhecido enquanto um jornal com vasta informação local (Figueiredo e Fidélis, 2003).

A nossa análise incluiu todos os números publicados dos três jornais de Rio Tinto, o que foi viável devido à sua periodicidade e ao tempo de vida relativamente curto de cada publicação¹. Para o *Jornal de Notícias*, optámos por analisar todos os números publicados desde 1997, o ano em que eclodiu a primeira campanha de protesto.

Para cada notícia foi registado o título, a data de publicação, o facto que estava na origem da notícia, os actores relacionados com o conflito referidos na notícia e os significados do rio emergentes do texto – incluindo, quando aplicável, das declarações citadas pelo texto por

¹ O *Arauto de Rio Tinto* foi um mensário que existiu entre Agosto de 1993 e Novembro de 2004. O *Voz de Rio Tinto* foi fundado em Março de 1997, inicialmente com periodicidade quinzenal e depois mensal. Deixou de ser publicado em 2001. O primeiro número do *Vivacidade*, um mensário, foi editado em Abril de 2006.

parte de intervenientes no conflito.

Tivemos também oportunidade de analisar um conjunto muito diversificado de documentos, alguns deles disponibilizados publicamente, outros que nos foram cedidos por protagonistas das campanhas de protesto. No caso da documentação relativa à primeira campanha de protesto, foi possível aceder a duas colecções de documentos na posse de protagonistas do protesto com uma grande diversidade de materiais produzidos pelo Movimento Rio Tinto a Concelho, pelo Movimento Pró-Rio e pelos actores com os quais estes actores colectivos interagiram ao longo do conflito ambiental: panfletos, correspondência, processos desencadeados pelas acções, discursos e intervenções públicas, artigos de jornais e textos enviados para a imprensa. No que diz respeito à segunda campanha de protesto, foi apenas conseguido acesso a um documento para além daqueles que o Movimento em Defesa do Rio Tinto disponibiliza *online* através do seu *site* e do seu *blogue*, uma «síntese informativa» da actividade do primeiro ano de existência deste actor colectivo, que se encontrava na posse de um protagonista da primeira campanha de protesto. Ainda assim, este já é um conjunto de materiais vasto e diversificado: o *blogue* conta com mais de duas centenas de *posts*, para além disso foi possível descarregar, a partir do *site*, os três números publicados do boletim informativo do Movimento em Defesa do Rio Tinto, o seu manifesto e uma carta enviada à Metro do Porto.

Realizámos uma análise de conteúdo, registando a data, título, autor e destinatário de cada documento, mas analisando também as reivindicações apresentadas e a sua justificação e a forma como outras entidades foram referidas.

Recolhemos e analisámos, ainda, 15 documentos obtidos através do arquivo digital da Assembleia da República (AR): 8 perguntas ao governo, 4 requerimentos e 3 propostas de emenda ao Orçamento de Estado, que tinham como tema central o Rio Tinto.

Uma vez que a segunda campanha de protesto estudada ainda decorria enquanto realizávamos a presente investigação, tivemos a possibilidade de acompanhar *in loco* todos os eventos de protesto promovidos pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto, assim como em reuniões públicas realizadas pelo mesmo. Isto serviu dois propósitos: o de contactar os elementos deste actor colectivo, no sentido de realizar entrevistas e tentar aceder à documentação, e o de aplicar a técnica da observação directa. Para cada evento procurámos, através da observação, perceber quais os objectivos do mesmo (aqueles que eram verbalizados por quem o promovia, mas também aqueles que não eram verbalizados), a quantidade aproximada de participantes,

quem estava presente e de que forma estava presente (mesmo que em silêncio), aquilo que era dito e por quem, a forma como os presentes interagiam (por exemplo, se o trato era formal ou informal, se havia maior ou menor espontaneidade), revelando alguns aspectos da relação e do interconhecimento existente entre os mesmos. Outros tópicos a que procurámos estar atentos diziam respeito à forma como o actor colectivo apresentava a sua identidade: existência – ou inexistência – de símbolos, palavras de ordem, semelhanças na apresentação de si, e outros aspectos semelhantes.

Considerando que as conversas espontâneas e informais que ocorrem durante o processo de observação são uma importante fonte de informação, optámos por participar nos eventos em que estávamos presentes, ainda que tenhamos reduzido o nosso envolvimento ao um nível mínimo, sem criar uma grande interferência nem relações de amizade com os elementos do actor colectivo, no sentido de conseguirmos o maior grau de objectividade possível. Aquilo que foi o nosso «envolvimento mínimo» variou muito de acordo com as situações em que estivemos envolvidos: nas reuniões públicas, foi possível assistir à discussão em silêncio, excepção feita à apresentação inicial que, por vezes, era solicitada aos presentes - momento em que esclarecemos sempre o propósito da nossa presença; por outro lado, nas acções de limpeza do rio, fomos sempre participantes activos nas mesmas, ajudando a remover o lixo, evitando assim o problema do observador silencioso referido por Firmino da Costa (1999a) e criando condições para um diálogo informal que pode fornecer – e, muitas vezes, forneceu - informações úteis. Nestes casos, naturalmente, não foi possível registar as observações no momento; o registo foi adiado para a noite do dia ou para o dia seguinte. Relativamente ao registo, procurámos seguir a recomendação de Becker e Geer (1957), ou seja, esforçámo-nos por ser descritivos, de uma forma detalhada, factual, completa e precisa

III

As coordenadas teóricas

As questões fundamentais

Este trabalho pretende investigar um fenómeno eminentemente social: a acção colectiva. No entanto, no centro dos momentos de acção colectiva encontra-se um fenómeno ambiental: a degradação física e ecológica de um rio num contexto de transformação territorial rápida e profunda. Uma vez que a degradação de uma linha de água é algo que tem origens sociais e que pode também ter consequências sociais, a divisão entre o que é social e o que é ambiental esbate-se. Muitos rios serão mais correctamente abordados enquanto entidades sócio-ambientais: entidades físicas transformadas, em maior ou menor grau, pelas actividades do homem. O nosso objecto de estudo, a acção colectiva relacionada com um rio urbano profundamente transformado e muito poluído coloca-nos no campo da sociologia ambiental.

É necessário reflectir teoricamente sobre dois temas centrais. Em primeiro lugar, é preciso perceber como é que uma entidade física – um rio – pode ser abordada a partir de uma perspectiva sociológica. Veremos que existem algumas propostas que procuram revelar as dimensões sociais e culturais dos rios, tentando dar conta do modo como a apropriação social destes não deve ser explicada apenas a partir de definições sobre os rios socialmente construídas, mas está relacionada, igualmente, com as propriedades dessa substância tão especial que é a água e com as características físicas e ecológicas dos cursos de água. Estes, como sabemos, podem ser radicalmente transformados pelas actividades humanas a qualquer momento, o que acaba por se repercutir nas maneiras de utilizar e interpretar o rio. A apropriação de um rio é algo que não resulta exclusivamente de definições sociais nem das características da própria linha de água, mas sim das maneiras complexas como ambas se relacionam entre si.

Este posicionamento remete-nos para um conjunto de debates fundamentais que têm marcado a sociologia ambiental pelo menos desde a década de 1970 do século passado. A questão fundamental que se coloca é compreender em que medida é que um problema ambiental pode ser um problema social e, também, um problema sociológico. A partir daqui emerge um debate sobre a forma como as relações entre variáveis físicas e biológicas, por um lado, e sociais, por outro, podem ser abordadas na procura da explicação dos fenómenos

sócio-ambientais.

Um segundo aspecto que tem necessariamente de ser abordado pelo nosso enquadramento teórico está relacionado com a acção colectiva. Os sociólogos e outros cientistas sociais que se dedicam e dedicaram ao estudo do protesto e dos movimentos sociais produziram, com o decorrer do tempo, um grande volume de literatura dedicado a estes temas. No entanto, o conhecimento já produzido é informado por perspectivas teóricas distintas e, muitas vezes, dificilmente conciliáveis. Frequentemente, os próprios conceitos de base são definidos de maneiras diferentes. É fundamental escolher e clarificar os conceitos utilizados nesta investigação para abordar os processos de acção colectiva estudados. E, depois disso, de uma forma mais específica, é igualmente necessário abordar as maneiras através das quais a acção colectiva associada a fenómenos de degradação ambiental muito localizada no tempo e no espaço pode ser abordada.

A Sociologia do Ambiente: uma nova possibilidade para abordar o «ambiental» e o «social»

Os fenómenos ambientais também são, em grande medida, fenómenos sociais. O ambiente biofísico em que vivemos hoje foi amplamente transformado pelas actividades e pelos estilos de vida dos seres humanos, o que, por sua vez, pode gerar repercussões importantes sobre os segundos. Ao longo das últimas quatro décadas, vários sociólogos têm vindo a dedicar-se ao estudo das implicações sociais da actual crise ambiental ou, por outro lado, das origens sociais dos problemas ecológicos que hoje vivemos; bem como a procurar teorizar as relações entre as sociedades humanas e o ambiente biofísico em que estas se inserem. No último terço do século XX, a Sociologia do Ambiente distingue-se precisamente ao colocar o ambiente biofísico no centro das suas preocupações. Nas palavras de Dunlap e Marshall, «quer seja definida de forma mais estrita, enquanto o estudo das relações entre ambiente e sociedade, ou de forma mais lata, abrangendo todo o seu trabalho sobre as questões ambientais, aquilo que faz da sociologia ambiental um campo distinto, é o seu enfoque sobre o ambiente» (2007: 330).

Várias revisões do estado da arte do campo da Sociologia do Ambiente e diversos textos introdutórios a esta subdisciplina (Buttel, 1987, Pardo, 1996; Schmidt, 1999; Goldman e Schurman, 2000; McCarthy e King, 2005; Dunlap e Marshall, 2007) dão conta de um

momento incontornável para a sua afirmação, que se traduz pela publicação de um artigo científico intitulado *Environmental Sociology: a new paradigm* (Catton e Dunlap, 1978). Neste texto, defendia-se que o paradigma a que a sociologia se encontrava subordinada, o HEP (*Human Exceptionalist Paradigm*), veiculava uma visão do mundo segundo a qual o ser humano, pelas suas características excepcionais, se encontraria livre dos constrangimentos da natureza. Os seus autores advogavam ainda a sua substituição por um novo paradigma, o NEP (*New Environmental Paradigm*) que, ultrapassando essa perspectiva antropocêntrica sem negar as particularidades únicas dos seres humanos, colocasse como centrais as relações entre natureza e o homem. Catton e Dunlap viriam a refinar e expandir as ideias então defendidas (Catton e Dunlap, 1980) e, desde então, alegando igualmente que a interdependência entre natureza e sociedade não pode ser ignorada, vários autores têm reclamado a inclusão de variáveis biofísicas na explicação dos fenómenos sociais, sem a qual, consideram, a sociologia será sempre uma ciência incompleta e redutora (Benton, 1991; Murphy, 1995; White, 2004; Carolan, 2005; McCarthy e King, 2005). Ao mesmo tempo, outros cientistas sociais têm-se mostrado críticos face à divisão do trabalho entre ciências exactas e sociais, assente numa divisão considerada artificial entre a ordem natural e a ordem social (Pardo, 1996; Harvey, 1996; Carter e Charles, 2009). Ressalve-se que, de acordo com os defensores destas perspectivas, as variáveis ambientais não devem substituir as variáveis sociais na explicação dos fenómenos sociais e devem ser utilizadas com grande cuidado, para não se cair nos determinismos que Durkheim desejava evitar quando declarou que aquilo que é social se deve explicar sempre pelo social (1998) [1895]. Não se deseja, tão pouco, criar uma espécie de “super-ciência” sócio-ambiental. Pretende-se, num quadro em que a crise ecológica veio colocar em evidência a interpenetração entre as esferas social e ambiental, ultrapassar as limitações da sociologia convencional para compreender essa nova realidade global.

A proposta pioneira dos dois sociólogos norte-americanos parte de uma crítica veemente àquilo que era a prática sociológica dominante no momento em que escreveram o seu texto. Na sua opinião, a sociologia tinha-se tornado incapaz de explicar a realidade social devido à premência dos efeitos da crise ambiental então emergente, necessitando de transitar para outro paradigma (Catton e Dunlap, 1980: 15), dissociado da «visão do mundo ocidental dominante» (*dominant western worldview*), caracterizada por uma forte tradição antropocêntrica. De acordo com esta perspectiva, o homem encontra-se acima da natureza e das suas leis, estando isento dos seus constrangimentos. O desenvolvimento científico e tecnológico e a expansão

económica europeia estão na origem de uma «era de exuberância» no ocidente, marcada pela abundância, bem como por um sentimento de optimismo face ao progresso e ao crescimento e de «arrogância face à natureza» (Idem, *ibidem*: 16-17). Ao mesmo tempo, o processo de urbanização implicava que, cada vez mais, os homens vivessem num ambiente construído, distanciando-se do ambiente natural. Estavam lançadas as condições para a emergência dessa visão do mundo ocidental dominante, caracterizada por quatro pressupostos fundamentais: especificidade do homem e domínio sobre os outros seres, liberdade individual de escolha de objectivos e aprendizagem do caminho para os alcançar, oportunidades ilimitadas para os seres humanos, crença no progresso e capacidade para solucionar todos os problemas (idem, *ibidem*: 18). Para os autores, esta visão do mundo, profundamente não ecológica, reflecte-se de sobremaneira na sociologia, sendo possível encontrar em boa parte dos trabalhos realizados no âmbito desta ciência a crença na isenção do ser humano face às leis naturais e uma fé optimista no progresso.

Não obstante, certas especificidades da própria sociologia contribuíram também para que ela se revelasse incapaz de problematizar as relações entre sociedade e ambiente. Desde logo, os autores destacam os «tabus anti-reducionistas» da disciplina, cuja origem atribuem, em boa parte, a Durkheim (Idem, *ibidem*: 18-20). Também a tradição sociológica Weberiana, assente na «necessidade de compreender a forma como os indivíduos ‘definem’ as suas situações» (Idem, *ibidem*: 21), terá contribuído para este panorama, uma vez que o ambiente físico passa a ser remetido para segundo plano relativamente às interpretações que os actores fazem das suas situações. Na tradição sociológica, o termo ambiente deixaria de se referir ao meio físico envolvente para passar a dar conta das «influências sociais e culturais sobre a entidade examinada» (idem, *ibidem*: 22).

Para Catton e Dunlap, todas as correntes sociológicas, apesar de tudo aquilo que as afasta, partilham entre si quatro premissas centrais que, de modo implícito, orientam toda a reflexão produzida no âmbito da sociologia dominante: há uma diferença fundamental entre o Homem e as restantes espécies animais, assente no património cultural; as actividades humanas são determinadas, sobretudo, por factos sociais e culturais; o ambiente social e cultural é crucial para as sociedades, o ambiente físico é de relevância menor; o progresso tecnológico e social não tem limites, pelo que não existem problemas sociais sem solução (idem, *ibidem*: 24-25). O paradigma resultante destes pressupostos base foi denominado, pelos autores, como “*Human Exceptionalist Paradigm*” (idem: 1978), tendo sido este nome ligeiramente alterado

para “*Human Exemptionalist Paradigm*” (idem, 1980). Os autores justificam esta pequena correcção por pretenderem negar não o carácter excepcional do ser humano, mas sim que este se encontre isento das leis e dos constrangimentos impostos pela natureza (idem, 1980: 25).

Catton e Dunlap reconhecem que o HEP teve um papel importante na delimitação do campo da sociologia, no entanto, os problemas ecológicos, crescentemente reconhecidos a partir da década de 70 do século XX, viriam determinar o princípio do fim da «era da exuberância», tornando-o desadequado face à nova realidade. Deveria, por isso, ser substituído por um novo paradigma, de cuja ascensão já era possível encontrar alguns sinais. Este viria a ser designado pelos autores, primeiro, por «*New Environmental Paradigm*» (Idem, 1978) e, depois, por «*New Ecologic Paradigm*» (Idem, 1980). Os seus pressupostos basilares podem ser sintetizados através dos seguintes pontos: apesar das suas características excepcionais, os humanos encontram-se envolvidos nos ecossistemas de forma independente com as outras espécies; as acções humanas também são influenciadas por ligações complexas na natureza, e têm consequências não desejadas; o Homem depende do ambiente biofísico finito em que vive, e este impõe constrangimentos importantes à sua actividade; a inventividade humana não permite que as leis ecológicas sejam ultrapassadas (Idem, *ibidem*: 35).

Dunlap e Catton, porém, não foram os primeiros a equacionar as relações entre o Homem e a Natureza (Schmidt, 1999). Apesar da responsabilidade geralmente imputada aos autores clássicos desta ciência - principalmente a Durkheim – pelo seu antropocentrismo, «é possível buscar neles antecedentes teóricos que forneçam uma genealogia às novas propostas e desafios da sociologia do ambiente» (Idem, *ibidem*: 177). Mas, na proposta dos dois autores norte-americanos, aquela relação surge num quadro de mudança ambiental induzida, em grande parte, pelas actividades humanas. O que está em causa não é a novidade dos problemas ambientais, mas sim a «nova dinâmica social onde eles se inscrevem» (idem, *ibidem*: 179). O argumento de que a génese desta área sociológica está associada ao crescente reconhecimento do impacto ambiental das sociedades no ambiente e das suas consequências verificado no final da década de 60 e ao longo da década de 70 do século XX com o apoio dos media, bem como à crítica que vários movimentos sociais e diversas correntes de pensamento então emergentes lançaram a uma visão do mundo dominante fundamentalmente antropocêntrica e pouco ou nada ecológica, encontra-se difundido pela literatura (Pardo, 1996; Schmidt, *ibidem*; Goldman e Schurman, 2000; Carter e Charles, 2009). Catton e Dunlap foram responsáveis por, neste contexto, lançarem à sociologia o desafio de - recorrendo aos termos utilizados por

estes dois sociólogos - ultrapassar as vendas impostas pelos seus pressupostos basilares e voltar-se para o ambiente físico, de modo a não se tornar cega face à crise ambiental da modernidade e às suas múltiplas consequências, não só para o ambiente biofísico, mas, sobretudo, para as próprias sociedades humanas.

Desenvolvimentos e debates na Sociologia do Ambiente

Não será difícil reconhecer a ousadia desta proposta de ruptura (Buttel, 1987; Goldman e Schurman, 2000). Consequentemente, não será surpreendente que a mesma tenha despertado não só reacções favoráveis, adquirindo grande importância para o campo da Sociologia do Ambiente, mas também sérias críticas. Cerca de uma década depois, Buttel afirmava que, desde esse momento, a nova subdisciplina tinha dado passos importantes; no entanto, no mesmo texto, este sociólogo considerava que, até então, as «intenções ambiciosas» de conjugar, do ponto de vista teórico, fenómenos sociais e ambientais tinham falhado (idem, *ibidem*: 466). Os desenvolvimentos que a subdisciplina conheceu desde o início da década de 90 vêm relativizar a importância desta crítica sem, no entanto, a refutar completamente. Hoje, o campo da sociologia ambiental, no panorama internacional, pode ser considerado uma área sociológica fértil (Dunlap e Marshall, 2007). Não obstante, para Schmidt, a disciplina apresentava um «duplo défice» que fragiliza o seu corpo teórico: ela não possuía o saber das ciências biofísicas e tinha ainda de recorrer, por vezes, às teorias sociológicas clássicas (1999: 176).

É verdade que têm surgido múltiplas propostas que procuram explicar a crise ambiental a partir de uma abordagem sociológica; e que algumas delas conheceram um grau de influência considerável. De acordo com Mercedes Pardo, o contributo dos sociólogos foi de importância decisiva, permitindo o abandono de modelos causais redutores da complexidade da realidade social, oriundos das ciências naturais, e a consequente adopção de conceitos mais sofisticados, criados por cientistas sociais (1996: 43). A diversidade de perspectivas existentes é grande (idem, *ibidem*; Dunlap e Marshall: 2007)².

² Entre as abordagens sociológicas à crise ambiental que se revelaram mais influentes destacam-se a proposta de inspiração marxiana de Schnaiberg (1980) que, centrada no conceito de rotina de produção, procura explicar a degradação ambiental através da lógica de acumulação do sistema capitalista; a corrente da modernização ecológica, que, com Mol e Spaargaren como figuras centrais, concebe a crise ecológica como uma consequência da modernidade – sobretudo da sua dimensão industrialista – e postula uma transformação ecológica dos processos de produção industrial e de consumo, para a qual a tecnologia e o mercado assumem um papel fundamental (Mol e Spaargaren, 1992); e as propostas de Giddens (1992) e Beck (1992) que, ainda que apresentando modelos teóricos distintos entre si, também consideram a degradação ambiental um fenómeno inerente à modernidade – constituindo a primeira, aliás, um dos riscos que a caracterizam – mas partilham uma visão mais pessimista relativamente ao papel da produção industrial, do desenvolvimento tecnológico e, sobretudo no caso do segundo, do capitalismo

Realismo versus construtivismo: duas perspectivas irreconciliáveis?

O campo da sociologia ambiental é atravessado, sobretudo, por uma divisão entre dois posicionamentos. Se, na esteira da proposta de Catton e Dunlap, têm surgido vários autores, habitualmente designados de «realistas», que consideram que a análise sociológica deve reconhecer a realidade dos fenómenos ambientais e atribuir-lhes a capacidade de influírem sobre os fenómenos sociais, outros optam por uma abordagem «construtivista», dedicando-se a perceber as formas através das quais os problemas e as controvérsias ambientais são socialmente construídos sem contemplar, na sua análise, os próprios fenómenos ambientais. Foi o caso, por exemplo, do trabalho de Steven Yearley sobre a emergência de valores, discursos e comportamentos ambientalistas enquanto resultado de factores como a acção do movimento ambientalista, a influência dos *media*, a mudança de comportamentos das empresas e a adopção de legislação «verde» (1992a). Geralmente, os autores que desenvolvem perspectivas ancoradas no construtivismo, no âmbito da sociologia do ambiente, reconhecem a existência material dos problemas ambientais; no entanto, centram a sua análise nos processos sociais que permitem a sua emergência enquanto problemas socialmente reconhecidos, conferindo aos primeiros pouca importância na análise realizada.

De acordo com os defensores da perspectiva realista, o construtivismo social, quando aplicado à sociologia do ambiente, implica consequências negativas que desaconselham seriamente o recurso a essa orientação teórica. Uma vez que a abordagem em causa parte do princípio de que tudo o que sabemos sobre a realidade é socialmente construído, ele implica, na opinião dos seus críticos, que a realidade dos problemas ambientais é questionável. Na opinião de Dunlap e Catton, isto tem várias implicações negativas. Em primeiro lugar, desvia a atenção dos sociólogos das causas sociais dos problemas ambientais. Para além disso, conduz ao imobilismo face a esses mesmos problemas, através da relativização da sua veracidade. Por outro lado, é uma perspectiva que reduz as potencialidades da sociologia ambiental, ao marginalizar as interações entre sociedade e ambiente. Por fim, é uma abordagem tributária do paradigma HEP que, como vimos, os autores consideram ser necessário substituir (Dunlap e Catton, 1994: 19-22). Também Raymond Murphy tece várias considerações críticas sobre a sociologia «feita como se a natureza não fosse importante» (1995). Na sua opinião, o construtivismo consiste numa abordagem que marca presença na sociologia do ambiente através de uma postura na qual «as questões ambientais são interpretadas como ‘pânicos

sociais' socialmente construídos, e que desviou a atenção das suas relações com as alterações nos ecossistemas» (Idem, *ibidem*, 691). Assim, a perspectiva construtivista sofre de miopia, uma vez que ignora a existência de interacções entre as ordens ambiental e social que, para este sociólogo, são fundamentais para a compreensão da acção humana. De acordo com Murphy, «a sociologia feita como se a natureza não fosse importante ignora a característica distintiva do período contemporâneo, nomeadamente, a manipulação da natureza através da ciência e da tecnologia para atingir objectivos materiais, rompendo assim o equilíbrio construído pela natureza e libertando a sua reacção dinâmica, que ameaça as construções humanas» (idem, *ibidem*: 693).

Por sua vez, os adeptos da perspectiva construtivista aplicada à sociologia ambiental apresentam diversos argumentos para defender a utilidade da mesma. Yearley recusa a ideia de que esta abordagem negue a realidade ou severidade dos problemas ambientais. Para além disso, na sua opinião, ela consiste numa forma de fazer sociologia que permite perceber porque é que certos problemas ambientais emergem, também, enquanto problemas sociais, ao mesmo tempo que outros não despertam a mesma preocupação (Yearley, 2002). A crítica segundo a qual esta postura intelectual nega a realidade é também rejeitada por Burningham e Cooper, que consideram que um estudo construtivista pode permitir a compreensão de questões importantes sobre o movimento «verde». Assim, na opinião destes autores, «a posição estritamente construtivista pode [...] ser resumida enquanto um cepticismo radical relativamente às afirmações ontológicas, e não enquanto uma afirmação ontológica quanto à não existência da realidade (neste caso, ambiental)» (1999: 309). Por outro lado, a relativização das posições dos diferentes actores não conduz necessariamente ao imobilismo político; impede, apenas, que as mesmas sejam justificadas de modo objectivista: Burningham e Cooper consideram que «analisar e, possivelmente, contestar afirmações é colocar-se no coração do debate ambiental». Os autores concluem afirmando que a crítica movida pelos «realistas» aos «construtivistas» radica muitas vezes em motivos ideológicos, e não científicos: uma vez que muitos dos primeiros se encontram envolvidos «num projecto prático, moral e político de chamada de atenção para os maus tratos humanos ao ambiente», e que, por isso «tendem a assumir que os construtivistas sociais perseguem um projecto que ameaça enfraquecer as suas próprias reivindicações ambientalistas». No entanto, o construtivismo tanto pode ser utilizado desse modo como pode ser útil para o próprio projecto partilhado pelos adeptos do realismo na sociologia do ambiente (idem, *ibidem*: 311-312).

Se, numa primeira leitura, as duas posições podem parecer opostas, elas são conciliáveis, permitindo uma perspectiva mais rica. Parece-nos que, como afirma Dickens, o debate em questão é, num certo sentido, enganador (1996: 73). Se o construtivismo moderado aceita que algumas formas de conhecimento sejam abstracções particularmente sólidas, os realistas críticos também reconhecem que todo o conhecimento tem qualquer coisa de construído, não sendo possível obter saberes absolutos sobre a realidade. Como afirma Murphy, «a realidade é, simultaneamente, uma construção social e uma construção da natureza» (1995: 704). Assim, no que diz respeito à sociologia ambiental, cada vez mais, os estudos construtivistas assentam em versões moderadas (Burningham e Cooper, *ibidem*; Murphy, 2002; White, 2004; Dunlap e Marshall, 2007). Ainda que alguns realistas se mantenham críticos mesmo face a estas abordagens construtivistas moderadas (Murphy, *ibidem*), outros reconhecem que elas podem fornecer contributos importantes para a compreensão dos processos de reconhecimento dos problemas ambientais (Dunlap e Marshall, *ibidem*). Por outro lado, os realistas enveredam por um realismo crítico que, embora reconhecendo a existência de uma realidade natural, independente das construções sociais, que enquadra a realidade social, a primeira e a segunda encontram-se em constante interacção de maneiras complexas, não podendo existir, por isso, nenhuma forma de conhecimento definitiva e perfeita (Martell, 1994; Murphy, *ibidem*; Carolan, 2005; Dunlap e Marshall, *ibidem*).

Raymond Murphy, partindo de uma perspectiva realista, mas não negando a capacidade dos processos sociais para moldar o significado do ambiente biofísico e modificar profundamente as suas características, propõe um conceito interessante para analisar a forma como aquilo que é “ambiental” e aquilo que é «social» se encontram sempre relacionados nas construções sociais sobre o ambiente. Contrastando com a linha de reflexão que defende que toda a natureza é socialmente construída, e ainda com a proposta de autores como Giddens ou Beck, que defendem a abolição da natureza por via da sua integração nas sociedades através das transformações induzidas pelo homem, o conceito de «flexibilidade interpretativa» (Murphy, 2002) defende que a natureza é socialmente construída dentro de certos limites, limites esses que são fixados pelas propriedades físicas e biológicas do mundo natural. Trata-se de um esforço deste autor para, perante a teoria social que reduz a natureza a uma construção social, reafirmar a importância das variáveis ambientais na constituição da realidade.

Murphy rejeita a expressão «construção da natureza», considerando mais adequada a ideia de «manipulação da natureza» (2002: 316), uma vez que o homem não erradica a influência dos

processos naturais: o facto de já não existir natureza inalterada não quer dizer que esta tenha perdido a sua autonomia. A cada vez maior intervenção humana sobre o ambiente biofísico significa que os processos naturais passam a ser internalizados pelas sociedades. O autor rejeita, igualmente, que os vários significados da natureza sejam construídos exclusivamente através de processos sociais, insistindo que entre aqueles e as dinâmicas do mundo natural existem relações que não devem ser ignoradas. De uma maneira ou outra, os significados predominantes do ambiente acabam por ser coerentes com as suas propriedades. Murphy explica porquê: «as pessoas podem construir socialmente os peixes com o significado de que os peixes têm asas e voam. Talvez alguém o tenha feito na história da Humanidade. Mas a tendência predominante tem sido construir o significado de que os peixes não têm asas e não podem voar. Porquê? Porque as dinâmicas da natureza impõem restrições na flexibilidade interpretativa através da observação, da experiência, e da ciência enquanto um modo de observação e experiência da natureza sistemático e refinado» (2002: 322).

Este sociólogo defende que os fenómenos ambientais devem ser abordados pelos sociólogos a partir de uma perspectiva alicerçada no realismo crítico, capaz de reconhecer a influência das dinâmicas biofísicas, mas simultaneamente consciente do seu carácter socialmente mediado. Apesar de reconhecer a influência dos processos sociais para a construção dos significados ambientais, Murphy mantém-se do lado «realista» do debate e concede a primazia aos processos biofísicos. Porém, outros autores tentaram superar o debate entre realismo e construtivismo: Freudenburg *et al* (1995) ofereceram um contributo muito importante para a compreensão do modo como a realidade material e as construções sociais se entrecruzam intrinsecamente na maneira como percebemos o ambiente. Usando como exemplo uma montanha que conheceu diferentes utilizações sociais ao longo da história, o que, por sua vez, originou várias transformações físicas, embora nem sempre perceptíveis, estes autores demonstraram que o modo como um determinado fenómeno ambiental é percebido não é definitivo nem resulta apenas da sua materialidade (embora esta também contribuía para isso), sendo, bem pelo contrário, algo que pode ser manipulado. Do mesmo modo, a própria realidade material dos fenómenos ambientais não é imutável, sofrendo várias transformações que decorrem tanto de processos naturais como da intervenção humana. A forma como esse fenómeno ambiental é percebido acaba por resultar da intersecção entre processos sociais, actividades humanas que transformam a natureza e representações socialmente construídas. Aquilo que os autores pretendem é fornecer um contributo para uma nova forma de conceber

as relações entre o ambiente biofísico e as sociedades humanas a partir de uma perspectiva sociológica, que não partilhe as mesmas limitações das três abordagens do mesmo fenómeno que identificam como predominantes.

A primeira dessas três abordagens, apelidada pelos autores de «primazia analítica» (*ibidem*, 364), assenta na atribuição a uma das duas dimensões em causa, «ambiente» ou «sociedade», de uma importância causal mais elevada. A generalidade da produção sociológica assenta numa perspectiva que confere primazia analítica à «sociedade», ou porque nega explicitamente a causalidade das variáveis ambientais, procurando com isso evitar o «determinismo naturalista», ou porque, face ao exigente e difícil desafio que consiste em conjugar variáveis ambientais e sociais na explicação de um fenómeno, omite as primeiras e centra-se apenas nas segundas. Também é possível inverter esta ordem de importância e atribuir primazia às variáveis situadas no campo «ambiente».

Uma segunda possibilidade de conceptualização das relações entre fenómenos sociais e ambientais, frequentemente associada a Buttell, consiste naquilo que os autores apelidam de «equilíbrio dualístico» (*ibidem*, 365). Trata-se de uma abordagem que procura conciliar as concepções antagónicas acima referidas: reconhece-se que o «ambiente» e a «sociedade» exercem causalidade um sobre o outro, procurando-se obter, assim, uma perspectiva mais equilibrada, em que nenhuma das duas dimensões surja com maior poder explicativo dos fenómenos do que a outra. De acordo com esta corrente, mais importante do que escolher um conjunto de variáveis explicativas «sociais» ou «ambientais» será reconhecer a importância destes dois tipos de factores.

A terceira abordagem possível consiste na «constituição conjunta» de ambiente e sociedade, e parte da ideia segundo a qual os fenómenos ambientais são frequentemente moldados por processos sociais, ao mesmo tempo que os fenómenos sociais também são muitas vezes influenciados por «estímulos e constrangimentos provenientes do mundo biofísico» (*ibidem*, 366). Esta é, segundo os autores, uma perspectiva que encontra inspiração no trabalho de autores como Latour, Woolgar ou Knorr-Cetina que, partindo do campo da sociologia da ciência, têm vindo a mostrar que a separação entre os factos físicos e as construções sociais sobre esses factos é, frequentemente, mais complicada do que aparenta e merecedora de uma análise crítica. Não é, porém, uma perspectiva que se inscreva na mesma corrente desses autores, nem nos debates sobre a «agência material» que eles têm protagonizado. Trata-se, antes, de uma abordagem que pretende demonstrar que a separação entre fenómenos sociais e

ambientais é artificial, podendo ter algum valor analítico em certas circunstâncias, mas podendo também, em circunstâncias diferentes, funcionar como uma venda que tolda o olhar do cientista social. Assim, considera-se que a maior parte dos fenómenos sociais não são estritamente sociais, e a maior parte dos fenómenos ambientais não são estritamente ambientais: são, antes, explicados simultaneamente por processos sociais e constrangimentos ambientais. Freudenburg *et al* denunciam, assim, um processo de «naturalização da natureza» (*ibidem*, 369) que impede que se reconheça a forma como os mundos social e físico são constituídos de forma conjunta. Como nos dizem os autores, «as características físicas são importantes, mas de uma forma que depende em grande medida das práticas, perspectivas e tecnologias que são tidas como garantidas num determinado espaço-tempo. Ao mesmo tempo, as definições sociais da situação podem depender – de maneiras não reconhecidas mas também reconhecidas – do ambiente físico, tanto na sua forma crua como nas modificações introduzidas pela actividade humana passada» (*ibidem*: 372).

Esta forma de conceptualizar as relações entre os fenómenos ambientais e sociais é aplicada, no mesmo artigo, para demonstrar como os significados e usos de uma montanha localizada na América do Norte se foram modificando ao longo do tempo. Essas modificações, ainda que constrangidas pelas características físicas da montanha, estão associadas ao modo como as definições sociais sobre os recursos naturais se foram modificando o que, por sua vez, está associado à mudança social e tecnológica. Quando os exploradores europeus chegaram àquela área, a montanha era, para os nativos americanos que ocupavam o território, uma entidade poderosa e sagrada, que consistia, ao mesmo tempo, no espaço onde viviam e no local onde podiam pescar e caçar abundantemente.

A partir do início do século XIX, com a presença mais intensa de indivíduos de origem europeia, e com a introdução de formas de processamento de matérias-primas cada vez mais industrializadas, a montanha deixa de ser vista como um recurso natural para ser percebida, sobretudo, como um «aborrecimento natural» (*idem, ibidem*: 375), na medida em que dificultava o acesso a locais onde a actividade mineira marcava uma presença importante. Tinham sido descobertas grandes quantidades de minério de ferro na montanha, no entanto, este não fora considerado suficientemente valioso para justificar a sua exploração. Tratava-se de uma época, explicam os autores, em que a procura de ferro e aço era ainda reduzida, embora viesse a crescer muito significativamente cerca de um quarto de século depois, e a montanha era, então, um lugar distante e difícil de aceder a partir das povoações

mais próximas. As dificuldades de transporte ditaram que o minério de ferro não fosse, por enquanto, explorado. A actividade mineira na montanha teve início a partir da década de 1860, produzindo, lentamente, modificações nos seus significados. No entanto, essa actividade não teria sido possível sem certos avanços tecnológicos, que, por isso, contribuíram também para essas transformações. O final desta fase, já no século XX, seria ditado não pela exaustão do recurso, mas pela articulação de razões de natureza económica, social e tecnológica com outros factores físicos. Por um lado, existia a concorrência de outros locais de extracção, onde a composição do minério era mais valorizada. Por outro lado, o facto de, naquele local, o minério se encontrar a grande profundidade, num momento em que os avanços tecnológicos focavam a extracção mais perto da superfície, fez com que os custos da actividade aumentassem. O valor atribuído às reservas de minério deixou de ser suficiente para justificar a sua extracção. A partir da década de 1950, a montanha passaria a ter um novo significado: transformava-se numa atracção turística.

Os autores demonstram assim que, apesar das reduzidas mudanças físicas que a montanha sofreu ao longo de um período de tempo longo, a forma como ela foi sendo socialmente apropriada e definida transformou-se gradualmente. Para essa transformação foram importantes as características físicas da montanha, mas igualmente certas mudanças sócio-culturais e tecnológicas que ocorreram nesse período de tempo. Os autores retiram deste exercício uma conclusão valiosa: «embora seja possível separar o físico do social em termos de conveniência analítica, é importante reconhecer que o social é inerente àquilo que é normalmente visto como físico, tal como o físico é muitas vezes integral naquilo que é percebido como social» (idem, *ibidem*: 386).

Esta é uma ideia de grande relevância para a nossa investigação. Se queremos compreender o modo como a acção colectiva associada a um rio emergiu há que perceber o que é que esse rio significa e foi significando. E esses significados são o resultado das suas características físicas, mas também de processos sociais. Igualmente relevante será compreender de que modo é que, no decurso dos conflitos ambientais associados ao rio, esses significados e usos do Tinto foram apropriados e utilizados pelos seus protagonistas.

A água a partir de uma perspectiva social

A água, como é amplamente reconhecido, constitui um elemento fundamental para o

desenvolvimento e a manutenção da vida. É uma substância de importância primordial para todos os ecossistemas, bem como para os seres humanos e para as suas sociedades. As suas utilizações mais óbvias incluem a alimentação (não só através do consumo da própria água, mas também a sua utilização para a produção de outros alimentos), a produção de bens diversos, e a limpeza e higiene (Besrat, 2000: 3). Haughton e Hunter consideram que a poluição da água traz efeitos negativos sobre «o funcionamento dos ecossistemas aquáticos, a saúde humana, a agricultura, a indústria, os transportes, a exploração mineira e o encanto dos recursos aquáticos» (Haughton e Hunter, 1994, 173). A água surge como um elemento fundamental para um conjunto diversificado de actividades económicas, devendo, por isso, encontrar-se em bom estado. Mas a frase citada coloca em evidência, também, o seu valor ambiental, a sua importância para o bem-estar e ainda o seu valor simbólico e estético; como Pedro Arrojo Agudo sugere, a água é um “elemento de vida, de beleza e de magia” (2006: 6). Nesta linha, não surpreende que outros autores considerem que a água ocupa um «lugar especial na psique humana» (Besrat, 2000: 17), o que pode ser ilustrado através da literatura (Jiménez Torrecilla e Martínez Gil, 2005: 3-4). Bouguerra defende que a água marca forte presença não só no organismo dos homens mas também no seu pensamento e discurso, para além de ter uma enorme importância para as sociedades e a sua história (2005: 24). Ela carrega, desde sempre, um enorme simbolismo, representando habitualmente fertilidade, pureza e renovação da vida (Jiménez Torrecilla e Martínez Gil, *ibidem*: 4). Isto é constatável, por exemplo, na rica simbologia que rodeia esta substância nas grandes religiões (Besrat, *ibidem*; Bouguerra: *ibidem*; Szöllösi-Nagy, 2009), e ainda nas múltiplas obras literárias produzidas nos mais diversos pontos do globo que se inspiram naquele elemento. Para Besrat, a enorme importância cultural e histórica da água é visível, ainda, através da controvérsia que as grandes obras hidráulicas, como as transferências de água, tendem a gerar (*ibidem*, 18).

Vítor Matias Ferreira *et al* consideram que a água é um «elemento estruturador e estruturante de vários níveis sociais – económico, social, cultural, simbólico e urbanístico» (1997: 69). Schmidt e Prista, por sua vez, descrevem a água como um «líquido social» (2010). Esteban Castro afirma mesmo que a água se infiltra em todas as esferas de actividade humana, públicas ou privadas, «subjugando os nossos quotidianos» (2006: 31). Esta ideia de que a água penetra em múltiplas esferas sociais é também partilhada pelos antropólogos Ben Orlove e Steven Caton (2010), que mostram que esta substância pode e deve constituir um objecto de estudo privilegiado para a antropologia. Os autores não hesitam em considerar que a noção de

«fenómeno social total», celebrizada por Marcel Mauss, é aplicável à água. De acordo com esta perspectiva, ela não pode ser abordada apenas enquanto um facto biológico, mas antes enquanto uma substância que atravessa múltiplos domínios sociais, senão mesmo todos.

Orlove e Caton não se limitam a reivindicar para a água o estatuto de fenómeno social total, sugerindo também que ela é dotada de conectividade social, isto é, constitui um elemento fundamental para a articulação de diversas esferas sociais que se encontram dependentes umas das outras, de tal maneira que a utilização da água numa delas irá condicionar a utilização da água nas restantes. Ao conjunto dos domínios sociais articulados pela água, os autores atribuem a designação de «mundos da água». Por sua vez, a conectividade é mediada por diferentes níveis de complexidade sócio-organizacional. Nas suas palavras, «obter água de uma coisa aparentemente tão simples como uma torneira é, na verdade, algo que não é simples, porque depende de uma estrutura física que é, ao mesmo tempo, extensiva e complexa, já para não mencionar a burocracia que vai desde a unidade mais local (uma associação de utilizadores de água ou as estruturas hidráulicas de uma aldeia, por exemplo) até às autoridades nacionais e estruturas de governança internacional como o Banco Mundial» (*ibidem*: 402).

A materialidade da água, ou seja, os atributos físicos que condicionam os seus usos, é considerada fundamental para que ela possa ser pensada enquanto um fenómeno social total. As utilizações e os significados da água, sugerem os autores, serão sempre o resultado da relação intrincada entre a sua materialidade e a forma como ela é socialmente construída, o que significa que dependem tanto das suas propriedades físicas objectivas, como dos atributos que lhe são inscritos socialmente e culturalmente pelos seres humanos. Ao cientista cabe a tarefa não de determinar onde acaba a primeira e começa a segunda, mas sim de demonstrar a forma complexa como as duas se encontram associadas.

Definindo um rio

Um rio não pode ser confinado apenas ao seu leito nem reduzido a um mero canal que transporta água. Mesmo definido apenas a partir das suas características físicas e ecológicas, ele deve ser visto como um sistema multidimensional (Petts, 2001): longitudinalmente, estende-se desde a sua nascente até à foz. Lateralmente inclui, também, os canais, zonas inundáveis e zonas ribeirinhas que, nos períodos de cheias mais intensas, são invadidas pela

água do leito. Num plano vertical, não devem ser esquecidos os aquíferos subterrâneos com os quais as águas de superfície interagem. Entre estas três dimensões existem diversas interações, das quais dependem as características do rio como um todo e o seu equilíbrio. Assim, de um ponto de vista geológico, um rio pode ser entendido como um sistema complexo e interdependente, sendo que uma modificação numa das partes afecta o estado do todo. A partir de uma perspectiva ecológica, um rio será concebido como um ecossistema rico e complexo, que abrange não só o leito mas também as sensíveis zonas ripárias (Carvalho, 2008). A vegetação que se desenvolve nestas zonas tem um papel fundamental na articulação entre ecossistemas aquáticos e terrestres e na manutenção do seu bem estar, fornecendo nutrientes, energia e matéria orgânica, ajudando a regular a temperatura e a qualidade da água e contribuindo ainda para controlar as cheias e a estabilizar as margens. Torna-se claro que, também deste ponto de vista, um rio é um sistema complexo, e a interdependência entre os seus diversos elementos é fundamental.

Se, tal como fizemos relativamente à água, procurarmos encontrar as dimensões sociais dos rios, obtemos um retrato ainda mais complexo e multifacetado, captando importantes vertentes que as duas perspectivas já referidas deixam escapar. Como salientam Schmidt e Valente, os rios são elos naturais que atravessam «o espaço territorial e social em toda a sua diversidade» (2003: 382), o que também contribui para a sua elevada importância nos planos social e simbólico. Mark Cioc enfatiza a importância dos rios enquanto ecossistemas complexos e locais ideais para a presença de seres humanos, que lhes imprimem actividades políticas, económicas e culturais (2002: 6). O mesmo autor nota que os rios, para além de servirem de fonte de inspiração para as mais diversas artes, são muitas vezes personificados: «a noção de que um rio é uma entidade biológica – que tem uma 'vida' e uma 'personalidade' e por isso uma 'biografia' – não se encontra totalmente desfasada da noção de rio da ciência ou do senso comum» (*ibidem*: 5).

Pedro Arrojo Agudo procura afirmar a importância social dos rios abarcando os múltiplos serviços e benefícios com que estes podem contribuir para as sociedades humanas. Este autor defende que um rio possui um valor multidimensional, que designa de «valor eco-social» (Arrojo Agudo, 1999; Arrojo Agudo *et al*, 1997). Ao propor este conceito, o autor defende que, para além da sua importância ambiental e ecológica, os cursos de água podem contribuir para a vida social de maneiras muito diversificadas. Em primeiro lugar, eles têm um importante potencial produtivo, podendo ser útil para diversas actividades económicas. De

acordo com as suas características hidromorfológicas, um curso de água doce pode servir como uma via de transporte, permitir a pesca, e a sua água pode ser utilizada para a irrigação de explorações agrícolas ou para a produção de electricidade. Mas, para além disso, pode ter, também, um importante valor cultural e simbólico, funcionando como um importante marco identitário e como um elemento de património cultural para os territórios que atravessa. Um rio pode consistir num elemento de elevado valor cénico e num local privilegiado para o lazer e as sociabilidades. O conceito de valor eco-social da água revela-se muito útil para captar um rio em todas a sua plenitude. Mais do que um canal que transporta água e mais do que um sistema ecológico complexo, ele surge, através do conceito de Arrojo Agudo, como um «fenómeno social total», com importantes dimensões sociais e culturais.

O valor eco-social de um rio, no entanto, está dependente do seu estado ecológico. Para Arrojo Agudo, a degradação da qualidade ecológica compromete não só os ecossistemas aquáticos e ripários, mas também muitos dos benefícios que estes, quando em bom estado, proporcionam aos seres humanos. A degradação dos rios impede que estes cumpram as suas funções ecológicas, sociais e culturais, transformando-os em locais que geram malefícios em vez de benefícios. Viver ao lado de um rio poderá ser um privilégio ou um sinal de degradação social, caso este se encontre, respectivamente, em bom estado ecológico ou poluído e artificializado (Arrojo Agudo *et al*, 1997: 178). Se um rio perde o seu valor ecológico, vários dos seus serviços económicos, sociais e culturais estão também comprometidos. Actividades como a pesca e o turismo são limitadas ou mesmo impossibilitadas, o rio deixa de ser um lugar de fruição, o seu valor estético e simbólico degrada-se e pode mesmo perder-se. Através deste conceito, aquilo que é a definição de um rio, num dado momento, surge relacionado com as suas características físicas. Mas essa definição não é permanente, podendo-se modificar a qualquer momento, ao mesmo tempo que as actividades humanas modificam a realidade física do rio. O conceito proposto por Arrojo Agudo é valioso para a problematização dos rios a partir de uma perspectiva sociológica, uma vez que, como já referimos, permite captar todas as dimensões de um rio, transcendendo, por um lado, visões economicistas e não se limitando, por outro lado, aos aspectos ecológicos.

Recordando a proposta de Freudenburg *et al* (1996) que, a partir do exemplo de uma montanha, defende a constituição conjunta de ambiente e sociedade – isto é, que os fenómenos sociais e ambientais se encontram interligados de uma forma complexa e dinâmica, constituindo-se mutuamente e estando sempre sujeitos a transformações –

defendemos que aquilo que é percebido, num determinado momento, como o valor eco-social de um rio não resulta apenas daquilo que são, num dado momento, as suas propriedades ecológicas, mas também de significados e processos sócio-culturais. Esta ideia já se encontra, de alguma maneira, presente na visão de Arrojo Agudo, quando reclama a necessidade um maior reconhecimento dos aspectos sociais, culturais e ambientais dos rios, através da superação de uma visão da água que assenta numa concepção redutora, associada a valores produtivistas (Arrojo Agudo, 2001; Arrojo Agudo *et al*, 1997). A importância das construções sociais para a definição dos rios é mostrada por Orlove e Catton (2010), quando, a título de exemplo demonstrativo da importância das construções sociais para a determinação dos significados dos fenómenos biofísicos, lembram que as águas do rio Ganges, ainda que altamente contaminadas, continuam a ser vistas como sendo possuidoras de poderes curativos, atraindo, por isso, elevado número de pessoas que nelas se banham, acreditando que assim estão a beneficiar dos seus poderes medicinais. Podemos recorrer ao conceito de «flexibilidade interpretativa» de Raymond Murphy (2002) para afirmar que, mais tarde ou mais cedo, a poluição das águas acabará por impedir esta utilização do rio: de acordo com este autor, a materialidade dos fenómenos biofísicos e ambientais acaba sempre por condicionar e delimitar as possíveis interpretações sociais dos mesmos por via da observação – nomeadamente da observação científica – das suas características, mesmo admitindo que, à partida, possam ser inscritos neles quaisquer significados construídos pelos seres humanos, ainda que desfasados da realidade material. Assim, ainda que os banhistas possam construir os significados e representações mais variados e mais díspares sobre as águas do Ganges, uma interpretação desta realidade alicerçada neste conceito considerará que, através da observação dos fenómenos naturais, as pessoas que se banham nesse rio chegarão à conclusão de que as suas águas contaminadas não possuem propriedades benéficas para a sua saúde. Ainda assim, o exemplo escolhido pelos antropólogos citados mostra bem o modo complexo como, num dado momento, construções sociais e propriedades físicas se entrecruzam na construção dos significados sempre abertos à revisão e redefinição dos fenómenos naturais e, neste caso, da água.

A história do rio de Los Angeles mostra-nos, de uma forma exemplar, como é que a articulação complexa da realidade física de um rio com significados sócio-culturais produz e reproduz o rio enquanto entidade simultaneamente social e ambiental. Gumprecht (2005) mostra-nos como o rio em causa, de caudal pouco significativo, sobretudo no Verão, foi

valorizado sobretudo pela sua importância económica pelos colonos vindos de zonas mais húmidas. Posteriormente, ao longo de décadas, este curso de água sofreria um conjunto de transformações profundas que conduziriam à sua degradação e poluição; não obstante, enquanto estava bem conservado, ele nunca viu o seu valor eco-social plenamente reconhecido. Antes pelo contrário, os seus meandros repletos de vegetação teriam um aspecto considerado demasiado selvagem. Para os primeiros colonos, esta linha de água sazonal, com um caudal reduzido, dificilmente terá tido algum valor estético e muito menos um certo tipo de poder encantatório. No entanto, no final do século XX, já extremamente artificializado, o rio começou finalmente a ser reconhecido como tal, gerando processos de acção colectiva tendo em vista a sua reabilitação.

Degradação dos rios e paradigmas de gestão da água

Para Arrojo Agudo, a degradação dos rios associa-se intimamente a uma concepção da água enquanto mera matéria-prima que deve ser explorada de modo a maximizar o seu potencial produtivo e o lucro que a partir dela pode ser obtido, mesmo que isso coloque em causa outras dimensões do seu valor que não são quantificáveis. Esta visão economicista da água é dominante entre os poderes públicos e os grandes detentores de capital, e justifica a sua manipulação, exploração e contaminação até ao ponto de rotura com os limites biofísicos. A ideia de que a degradação da hidrosfera se encontra associada a uma visão da água subjacente à sua gestão que tende a reduzi-la a um recurso (como tão bem revela a própria expressão «recursos hídricos») é partilhada também por outros especialistas em água. A Fundação Nova Cultura da Água³, actor colectivo de que Arrojo Agudo é uma figura central, defende que o paradigma tradicional de gestão da água ibérico - assente numa utilização da água orientada para o crescimento económico – gera problemas de qualidade e quantidade da água, irracionalidade económica, e está na origem da degradação ecológica dos rios (Bukowski *et al*, 2012). Outros autores também consideram que os grandes problemas da água estão relacionados com uma política de gestão da água assente em pressupostos produtivistas e

³ A Fundação Nova Cultura da Água é um relevante actor colectivo ibérico que defende a recuperação ambiental, mas também social e cultural, dos ecossistemas aquáticos (FNCA, 2012). Fundado em 1998 por vários profissionais de diversas actividades relacionadas com a água, incluindo académicos reconhecidos como importantes especialistas no tema água, a partir das mais diversas perspectivas científicas, este actor colectivo esforça-se para que as políticas da água contemplem uma dimensão ambiental e sócio-cultural, denunciando a responsabilidade do paradigma economicista de gestão da água no processo de degradação dos ecossistemas aquáticos. Reconhecida pela autoridade científica de vários dos seus membros, a Fundação Nova Cultura da Água tem estimulado a discussão em torno das dimensões sociais e ecológicas da água a partir de múltiplas perspectivas e revela capacidade para influenciar as políticas da água (FNCA, 2012; Bukowski *et al*, 2012).

economicistas. Esteban Castro (2007), considera-a a principal razão para que se viva hoje uma «crise da água», expressão que, apesar de ainda ser questionada e disputada em certos sectores, reúne um consenso cada vez maior e já é reconhecida por organismos tão relevantes como a UNESCO (ONU, 2003).

A manipulação do ciclo da água que, a partir do século XIX, conhece uma dimensão inédita, permitida pela inovação técnica (Gleick, 2009), é indissociável do agravamento dos problemas. Conjugada com a expansão dos processos (e ideias) industrialistas que marcaram esse período, ela contribuiu para a emergência de uma concepção da água enquanto um mero recurso produtivo que deveria ser explorado da forma mais eficiente possível do ponto de vista económico (Cioc, 2002). Ao longo desse século, e durante grande parte do seguinte, os rios foram vistos enquanto um recurso «e pouco mais» (Gumprecht, 2005: 134), sendo necessário domá-los e aperfeiçoá-los para melhor servir propósitos económicos (Cioc, *ibidem*: 102). Como alguns estudos aprofundados demonstram (Cioc, 2002; Castro, 2006), esta «domesticação» da água – e dos rios em particular - tendo em vista a maximização do potencial económico, correcção de problemas como as secas ou as inundações e contenção de doenças relacionadas com a água, tem implicações não previstas e não desejadas. Os métodos que, desde o século XIX, têm vindo a ser empregues para esse efeito produziram alguns efeitos benéficos, como o controlo de certas doenças (cólera e disenteria, por exemplo) nos países industrializados, o aumento da produção de alimentos e o controlo parcial de eventos como as secas ou as cheias; não obstante, «implicaram também custos económicos, sociais, políticos e ambientais enormes e inesperados»; custos esses que, face ao crescimento da população e à emergência de novas classes médias em várias zonas do globo, à destruição dos ecossistemas aquáticos e às alterações climáticas, serão agravados cada vez mais (Gleick, 2009: 20). Muitos cursos de água, sobretudo industriais e urbanos, sofreram transformações profundas e de difícil – senão impossível – reversibilidade (Arrojo Agudo, 1997: 178).

Para além disso, historicamente, os rios foram, também, rios-esgoto, isto é, receptores de desperdícios. (Besrat, 2000; Portela, 2001; Petts, 2001). Se, durante séculos, esta actividade não colocou problemas de maior à qualidade ecológica dos rios, a partir de um determinado momento, com o aumento da população e concentração da mesma nas cidades, com a industrialização e as transformações profundas que se verificaram no sector agro-pecuário, o despejo de águas residuais começou a transformar-se num problema preocupante.

A Fundação Nova Cultura da Água tem vindo a defender a necessidade de um novo

paradigma de gestão da água, que valorize os seus aspectos ambientais e sociais, de forma a garantir a sustentabilidade da água e a valorização dos seus ecossistemas. A ideia da necessidade de um novo paradigma da água é partilhada por outros especialistas da água; alguns autores consideram mesmo que a transição paradigmática já está em curso (Nakamura, 2000; Petts, 2001; Findlay e Taylor, 2006; Gleick, 2009; Schmidt e Prista, 2010).

Desde o final do século XX que, quer a visão meramente economicista da natureza, que a reduz a uma fonte inesgotável de recursos a ser explorada pelo homem, quer o papel de dominação e controlo da ciência sobre o mundo natural, estão a ser colocados em causa devido ao agravamento da degradação global do ambiente biofísico. Começam a emergir novas formas de ver a relação entre o homem e a natureza, capazes de reconhecer que o actual paradigma necessita de ser repensado rapidamente, sob pena de consequências desastrosas. Isto tem implicações sobre o modo como a água é percebida e gerida. Escrevendo sobre o Reno, Cioc afirma que o final do século XX trouxe uma nova atitude para com os rios, com a crescente importância dos aspectos ecológicos (2002). A preocupação cada vez maior com esta dimensão é visível na direcção que a gestão da água tem vindo a tomar, reflectindo-se, por exemplo, na multiplicação de projectos de reabilitação ou restauração de linhas de água contaminadas, independentemente das suas dimensões, que têm em conta a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade fluviais. A direcção que as políticas da água começam a tomar na Europa indica uma maior sensibilidade face às questões ambientais, algo que é já visível na recente legislação Europeia da água. Como nota Barraqué, a Directiva-Quadro da água, publicada em 2000, é o documento que define as grandes linhas pelas quais os Estados-membros da União Europeia deverão orientar as suas políticas hídricas. Os seus principais objectivos consistem em permitir um «bom estado ecológico de todos os rios europeus», a «recuperação integral de custos por parte dos utilizadores dos serviços» e a promoção de processos de informação e participação pública adequados (Barraqué, 2003: 281-282); o que, no entendimento deste autor, mostra claramente uma preocupação séria em conseguir um equilíbrio entre as principais dimensões económica, ambiental e ética da água. O cumprimento das metas ambiciosas traçadas pela Directiva-Quadro - que fixou 2015 como o ano limite para a obtenção de boa qualidade ecológica para as massas de água europeias - implica a modernização da estrutura de tratamento de esgotos e o controlo da poluição resultante do escoamento superficial das águas. No entanto, Jiménez Torrecilla e Martínez Gil (2005), figuras ligadas à Fundação Nova Cultura da Água, consideram que a

Directiva-Quadro da Água, apesar da sua importância para a sustentabilidade da água, para a valorização de aspectos ambientais e para a participação das populações na definição das políticas, ainda não reflecte uma concepção holística da água: apesar de levar em conta as suas interacções com a biosfera e a importância da qualidade ecológica das massas de água, falta-lhe ainda reconhecer o seu valor social e cultural.

A água e os rios como património

Devido ao multifacetado valor dos rios e à sua referida «personalidade», estes são frequentemente entendidos enquanto um bem comum de que todos os indivíduos – sejam eles das gerações presentes ou vindouras - devem poder usufruir em bom estado. Bouguerra defende que «antes de ser um bem económico, a água é um bem comunitário e patrimonial» (2005:168). Esteban Castro vai de encontro a esta ideia, quando afirma que «a noção de que a água para os usos humanos essenciais é um bem comum que não pode ser negado a ninguém pode ser encontrado na maior parte das culturas e constitui um legado da civilização humana que foi transmitido às sociedades modernas». Este sociólogo nota ainda que o acesso à água e ao saneamento básico se encontram entre os direitos sociais que hoje são tidos como fundamentais (Esteban Castro, 2006: 2). Pode-se mesmo considerar que o estatuto da água se foi modificando, passando de «uma coisa de ninguém, isto é, disponível para a apropriação e livre uso de cada um», até ser percebida, mais recentemente, enquanto património colectivo, «destinado ao uso de todos» (Durand, 2003, 28).

Se a noção de património remetia originalmente para um entendimento específico, proveniente do Direito, ela remete hoje para um conjunto de significados mais lato, referindo-se, também, a «'coisas' (que podem ser imateriais, quaisquer que sejam as dificuldades ou até as impossibilidades decorrentes daí) que passam por ter um valor mas cuja reprodução e continuidade, apesar deste valor colectivamente reconhecido, são vistas como incertas e que, em consequência, aparentam necessitar de uma intervenção protectora determinada e controlada pela comunidade» (Idem, *ibidem*: 26). Isto implica não só que a água deve ser acessível e utilizável por todos, mas também que ela é um bem valioso, mas cuja continuidade se encontra ameaçada, devendo, por isso, ser protegida. A crescente consciencialização de que os impactos ambientais pode ter efeitos negativos a longo prazo, podendo ameaçar as gerações futuras, será a razão que explica o porquê desta mudança de

estatuto (idem, *ibidem*).

Defendendo também esta ideia da água enquanto património, Arrojo Agudo considera que os ecossistemas aquáticos «não são algo que seja nossa propriedade, são antes um património que nos é emprestado durante o nosso tempo de vida e que precisamos de preservar para as próximas gerações» (Arrojo Agudo, 2009: 104). Na mesma linha, Jiménez Torrecilla e Martínez Gil consideram que o importante e multifacetado valor da água faz com que ela seja um bem comum, cuja má gestão afecta todos (2005: 11). A definição dos rios e restantes ecossistemas aquáticos enquanto património permitiria impor regras relativas à sua utilização que garantam a sustentabilidade de todas as suas funções e das várias dimensões do seu valor (Idem, *ibidem*).

Rios e não-rios

A noção de «não-rio» surge a partir de um texto de Katie Price (2005) sobre o rio de Los Angeles e o lugar paradoxal que este ocupa no imaginário daquela metrópole norte-americana. A clarificação do sentido com que a expressão é aqui utilizada impõe uma referência breve a este curso de água, a sua história e as suas características.

Como Gumprecht (2005) demonstrou, o rio de Los Angeles – uma linha de água originalmente com caudal reduzido no Inverno e praticamente inexistente no Verão, com uma extensão de cerca de 80 km – atravessou um longo processo de transformação profundo que conduziu à sua degradação ecológica extrema, induzido pelo crescimento de Los Angeles e pela utilização que dele foi feita, que culminaria com a sua conversão num canal de betão com um caudal permanente, devido à recepção de águas residuais.

Durante muito tempo, este rio foi a única fonte de água da cidade. Porém, com o crescimento de Los Angeles, acabou por se tornar insuficiente, forçando o recurso a pontos de captação mais distantes. Nesse momento, a degradação do rio já se tinha iniciado, através da redução considerável do seu caudal por via da captação de água. Mas, a partir de então, ele perdeu a sua utilidade, o que agravou os seus problemas, uma vez que, numa época em que os cursos de água eram valorizadas sobretudo pelo seu potencial produtivo, a aparência natural deste rio com pouca água, muitos meandros e margens repletas de arbustos nunca terá exercido qualquer poder encantatório sobre os residentes de Los Angeles, tendo mesmo uma aparência considerada desagradável e demasiado selvagem. A partir do momento em que deixa de ser

útil enquanto fonte de água, ele passou a funcionar, sobretudo, como o receptáculo das águas residuais de Los Angeles, ao mesmo tempo que as suas margens eram ocupadas pela cidade em expansão. Como consequência da construção em zonas inundáveis, por várias vezes, as cheias do rio provocaram prejuízos materiais avultados, o que, entre as décadas de 1930 e 1950, motivou intervenções de engenharia de grande escala que o transformaram num canal de betão totalmente artificializado. Hoje, ele é mais um canal de escoamento de águas do que um rio (Barden, 2008).

Até ao final do século XX, a degradação do rio Los Angeles não suscitou quaisquer preocupações ecológicas. Apesar disso, existiram, pontualmente, algumas propostas no sentido da sua reabilitação, sempre motivadas por interesses económicos. Uma das principais preocupações subjacentes era o péssimo cartão de visita que aquele rio constituía para quem chegava a Los Angeles de comboio, ameaçando o turismo. Desde os anos 80 do século XX, porém, existe um movimento, cada vez mais alargado, que visa reabilitar o rio, apesar das grandes limitações que o seu grau de degradação e de artificialização criam a qualquer projecto de melhoramento. Ainda assim, já no final da década de 1980, houve uma proposta para transformar o leito do rio numa auto-estrada para camiões (Gumprecht, 2005).

Hoje, ao mesmo tempo que políticos, ecologistas e diversas individualidades se empenham no sentido de reabilitar este curso de água, a generalidade dos habitantes de Los Angeles conduz diariamente sobre o canal de águas residuais em que ele se transformou sem reconhecer que ali existe um rio. Isto prende-se não só com a sua escassa visibilidade na paisagem urbana - corre por um canal situado cerca de 9 metros abaixo do nível das ruas (Barden, 2008: 82) - mas também com a extrema artificialização de que foi alvo, que lhe retirou o aspecto visual de um rio, bem como a capacidade de fornecer os benefícios com que os cursos de água – mesmo os mais pequenos, como veremos – podem contribuir para uma melhor qualidade de vida nos territórios urbanos. O rio de Los Angeles funciona hoje «como um enorme esgoto de cimento» (Price, 2005: 220), e ainda como um sistema de controlo de inundações. Para Barden, ele é hoje «uma versão do rio que ninguém deseja ou imagina que um rio seja» (2006: 84 – 85). Recorrendo à expressão que aqui adoptámos e procuramos problematizar, Price considera que os residentes de Los Angeles «rotularam o rio como um não-rio e baniram-no do seu entendimento colectivo do lugar» (*ibidem*: 229).

O nosso entendimento de «não-rio» é inspirado por estas ideias, sobretudo pela utilização da expressão para aludir a um rio profundamente transformado do ponto de vista físico que, por

isso, se esvazia de qualquer valor eco-social. Esta nova entidade pouco tem já em comum com o rio multidimensional que descrevemos anteriormente, exceptuando talvez o facto de transportar água através de um canal e de manter a função de escoamento de desperdícios.

A conversão de um rio em não-rio tem, por isso, duas dimensões que se encontram profundamente interligadas: uma física e uma simbólica. Retomando o caso do rio de Los Angeles, recordamos que, de acordo com Gumprecht, este curso de água de caudal sazonal e aspecto bravio, ainda no seu estado natural, não possuía qualquer valor estético, simbólico ou identitário para os residentes da metrópole emergente, sendo valorizado apenas pela sua utilidade económica (2005). Não obstante, era um sistema complexo, constituído pelo leito, pelas margens e pelas águas subterrâneas que permite a proliferação de - e a conectividade entre - ecossistemas aquáticos e terrestres, e, porque fornecia água para a cidade, tinha um papel económico importante. Apenas quando quando foi convertido num canal de cimento onde seria possível instalar uma auto-estrada é que passou a ser visto como um não-rio, um elemento da paisagem que já foi um rio, mas que passou a ser outra coisa, devido às profundas transformações geomorfológicas e biológicas que lhe foram impostas e à sua desvalorização económica.

Estes processos de artificialização e degradação podem conduzir a uma transformação importante na forma como um rio é percebido. Quando muito modificado, ele passa frequentemente a ser um «esgoto a céu aberto», uma expressão que é indicativa não só da extensão das transformações verificadas, mas também da perda de valor social que ele sofreu: os esgotos querem-se sob o solo, invisíveis.

Embora não empregue esta expressão, o não-rio é descrito de forma detalhada por Martínez Gil, quando se refere ao actual estado dos grandes cursos de água espanhóis por via, sobretudo, de acções de regularização, construção de barragens e grandes transferências de água e à construção de novos canais artificiais. O autor fala-nos de «cursos de água sem bosques ripários, sem leitos naturais, sem tocas nem refúgios para a vida animal, e sem vegetação; rios que são um canal de betão, rios sem pulsação, sem história e sem memória, rios sem vinculação emocional ao ser humano» (2010: 86).

Tal como os lugares e os não-lugares⁴ (Augé, 2008), os rios e os não-rios encontram-se profundamente interligados: a possibilidade dos primeiros está sempre contida nos segundos e nenhum deles existe na sua forma pura. O que Marc Augé escreveu acerca das relações entre

⁴ Para Augé, um lugar é um ponto que contém relações, identidade e memória inscritas em si. O não-lugar define-se por oposição ao lugar, referindo-se, assim, a um espaço que não contém nenhum destes três aspectos.

lugares e não-lugares deve também ser lembrado quando se fala de rios e não-rios: «o lugar e o não-lugar são como pólos opostos: o primeiro nunca é plenamente apagado, o segundo nunca é plenamente concretizado, eles são como os palimpsestos nos quais o jogo baralhado da identidade e das relações é incessantemente reescrito» (idem, *ibidem*: 64).

Os rios urbanos

Os rios são elementos de importância maior para as cidades. Ainda assim, muitos dos cursos de água mais degradados e artificializados encontram-se entre aqueles que atravessam zonas industriais e/ou urbanas (Carvalho, 2008). As bacias hidrográficas urbanas de pequenas dimensões são especialmente vulneráveis; ainda assim, a importância de pequenos rios e ribeiros para as cidades que atravessam - apesar de, em princípio, não possuírem o mesmo poder evocador e encantatório de cursos de água maiores e mais visíveis nem tão-pouco o seu potencial económico e produtivo - não deve ser desconsiderada.

Apesar das suas reduzidas dimensões e da sua vulnerabilidade, são vários os benefícios que as pequenas linhas de água urbanas podem prestar às populações. Devido à sua conectividade, os ecossistemas fluviais têm um papel importante nos territórios urbanos, podendo funcionar como corredores biológicos que abrigam biodiversidade (Findlay e Taylor, 2006: 317). Por outro lado, facultam aos habitantes da cidade uma oportunidade para contactar com a natureza num ambiente fortemente modificado. Elas contribuem para uma melhor qualidade de vida, uma vez que têm o potencial para funcionar enquanto espaços de lazer com valor estético, com um impacto positivo sobre a saúde dos residentes e ainda a capacidade de interagir com a ilha de calor urbano, amenizando os seus efeitos (Idem, *ibidem*; Rome, 2001; Paul e Meyer, 2001). São também locais privilegiados para que se possam desenvolver projectos ecológicos e de sensibilização para a importância da qualidade do meio-ambiente, e podem funcionar como marcos paisagísticos com importância simbólica e identitária para as comunidades (Paul e Meyer, *ibidem*). Por fim, a manutenção das condições naturais das margens e das zonas inundáveis pode reduzir o risco de inundações. O potencial das pequenas linhas urbanas para a melhoria das condições de vida na cidade levam Findlay e Taylor a afirmar que qualquer melhoria que se verifique ao nível do estado ecológico das linhas de água urbanas se traduz numa melhoria ao nível da qualidade de vida dos residentes das suas bacias hidrográficas (2006: 317).

Apesar desta importância fundamental e multidimensional de que os cursos de água doce se revestem para as cidades, o processo de urbanização concorre para a degradação dos rios, de diversas formas. No passado, os rios urbanos foram geridos tendo em conta, sobretudo, certos proveitos para os seres humanos: abastecimento de água, despejo de desperdícios, mitigação das cheias e contenção de doenças relacionadas com o meio aquático. Outros aspectos sociais, e também os aspectos ecológicos e ambientais, foram descurados durante muito tempo. Não obstante, a mudança de paradigma de política e gestão da água em curso, a que já tivemos oportunidade de aludir, contribui para que seja agora reconhecida uma importância reforçada a algumas destas questões, o que está a originar um esforço no sentido da reabilitação e recuperação dos rios (Petts, 2001; Findlay e Taylor, 2006; Schmidt e Prista, 2010).

Ainda assim, por todo o mundo, muitas das pequenas bacias hidrográficas localizadas em áreas urbanizadas encontram-se em estado de degradação ecológica. A suposta universalidade deste fenómeno é reflectida pelo conceito «síndrome de ribeiro urbano» (Walsh *et al*, 2005; Bernhardt e Palmer, 2007), que se refere a um conjunto de efeitos de degradação ecológica relacionados com a urbanização que se podem observar de forma consistente nas pequenas linhas de água que atravessam territórios urbanizados. Ainda que as características destes façam variar o modo como aquelas se degradam, e apesar das diferentes características geológicas e climáticas de cada bacia hidrográfica, identificam-se alguns efeitos que são sistematicamente observados em múltiplas cidades.

No que diz respeito aos aspectos hidrológicos (Bernhardt e Palmer, 2007; Findlay e Taylor, 2006; Walsh *et al*, 2005, Paul e Mayer, 2001) os cursos de água urbanos são mais instáveis do que seria expectável: as cheias são de maiores dimensões e prolongam-se por períodos mais longos, por outro lado, o pico de cheia é atingido mais rapidamente. Estes fenómenos estão associados à impermeabilização do solo: em períodos de chuva, os ribeiros recebem um elevado volume de água que escorre pelas superfícies impermeáveis e que, noutras condições, se infiltraria no solo. Este acréscimo chega, muitas vezes, através de sistemas de canalização que conduzem a água desde as zonas impermeáveis directamente para a linha de água mais próxima (Rome, 2001).

A impermeabilização do solo implica, também, uma menor capacidade de recarga por parte dos aquíferos subterrâneos, o que significa que o caudal de base do ribeiro tenderá a diminuir. Isto, porém, pode ser contrariado pelas descargas de águas residuais que ele eventualmente receba.

Um outro efeito que se verifica frequentemente, embora de uma forma menos sistemática do que as transformações hidrológicas e geomorfológicas acima descritas, é a elevada concentração quer de substâncias poluentes, quer de nutrientes (Paul e Mayer, 2001; Allan, 2004; Walsh *et al*, 2005; Findlay e Taylor, 2006; Bernhardt e Palmer, 2007). As águas pluviais fazem chegar aos ribeiros diversos contaminantes, tais como metais pesados (provenientes sobretudo de estradas e parques de estacionamento), dejectos de animais domésticos, fertilizantes, herbicidas e pesticidas (oriundos de jardins e parques) e substâncias farmacêuticas. Findlay e Taylor afirmam que, frequentemente, estas águas que chegam ao rio vindas das superfícies impermeáveis da cidade se encontram pelo menos tão poluídas como o efluente de uma ETAR de tratamento secundário, contribuindo de uma forma significativa para a contaminação das linhas de água (2006: 315). A poluição pode chegar também das redes de saneamento e tratamento de águas residuais, através de descargas de estações de tratamento, descargas ilegais não tratadas, ou fugas na canalização dos sistemas de esgotos que, frequentemente, estão instaladas ao longo dos cursos de água. Para além disso, alguns sistemas permitem que, em caso de grande afluência, as águas residuais sejam descarregadas directamente com as águas pluviais. Uma gestão adequada destes sistemas pode minimizar este problema, não obstante, em muitas cidades, persistem situações que prejudicam a qualidade ecológica das linhas de água. Também é comum encontrar maior número de sólidos suspensos nas pequenas bacias localizadas em territórios urbanizados.

A nível morfológico, a urbanização conduz, geralmente, a uma simplificação do leito dos cursos de água através de modificações nos processos de sedimentação. Em território urbano também são muito comuns as intervenções de engenharia que visam estabilizar o leito, impedindo a sua migração, e disciplinar o seu curso (Bernard e Palmer, 2007; Walsh *et al*, 2005). As formas mais extremas destas intervenções serão a canalização entre paredes de betão e, sobretudo, a canalização sob o solo do ribeiro. A simplificação do leito implica uma diminuição do seu valor enquanto *habitat*.

A perda de biodiversidade é outra característica das linhas de água urbanas: as espécies mais sensíveis tendem a desaparecer, enquanto as espécies mais tolerantes proliferam. Para além disso, a diminuição do caudal, a modificação e destruição da vegetação ripária e a própria ilha de calor gerada pela cidade alteram a temperatura da água, o que, por sua vez, também tem consequências negativas sobre os ecossistemas aquáticos.

Todas as condicionantes da vida aquática são transformadas pela urbanização (Paul e Mayer,

2001). Por outro lado, a presença de bactérias torna-se frequentemente mais significativa, o que é revelador da presença de águas residuais domésticas, provenientes ou de descargas ilegais ou de fugas dos sistemas de saneamento.

Quando atinge graus extremos, o síndrome de ribeiro urbano pode implicar ainda uma desvalorização social da linha de água: perdendo a capacidade de proporcionar amenidades, ele passa a ser um local desagradável, que deve ser evitado. Frequentemente, o grau de degradação ecológica dos rios e ribeiros localizados em territórios urbanos é tão elevado que a sua recuperação (isto é, o regresso a uma condição natural de referência) já não é possível; é o caso de rios canalizados entre muros de betão ou enfiados em tubagens (Bernhardt e Palmer, 2007). Não obstante, é frequentemente viável, melhorar o funcionamento dos ecossistemas do rio até certos limites, ou seja, reabilitá-lo. Os esforços desenvolvidos no sentido da reabilitação das linhas de água urbanas deparam-se com múltiplas dificuldades (Idem, *ibidem*). Um deles tem a ver com o espaço disponível para a implementação do projecto. Múltiplas estruturas que se encontram nas margens dos cursos de água ou que os cruzam, de que são exemplos comuns as estradas ou as tubagens dos sistemas de saneamento e de escoamento de águas residuais, impõem limites físicos às possibilidades de reabilitação dos rios. Caso o rio se encontre confinado por um canal de cimento ou conduzido por tubagens subterrâneas, as opções são ainda mais limitadas e a recuperação dos valores naturais de referência não é possível. Por outro lado, para além do Domínio Público Hídrico, a propriedade das margens no meio urbano é geralmente muito repartida, o que traz dificuldades acrescidas relativamente à selecção de locais onde implementar projectos de reabilitação, podendo esta implicar negociações com múltiplos proprietários. Frequentemente, essa implementação ocorre em terrenos de propriedade municipal não por serem os locais mais indicados, mas sim por serem a escolha possível face à dificuldade referida.

A presença de poluentes devido às águas pluviais, a descargas directas de efluentes ou ao mau funcionamento e gestão da rede de recolha e tratamento de águas residuais constitui outro problema que deve ser referido; sendo também importantes, por outro lado, os constrangimentos em termos de financiamento disponível – a reabilitação de linhas de água urbanas é mais cara do que noutros contextos territoriais – e pressões políticas diversas.

O mau estado ecológico dos ribeiros urbanos pode trazer consequências negativas para aqueles que vivem nas cidades. Por um lado, vêem-se privados dos benefícios que os ecossistemas fluviais e ripários podem fornecer, perdendo qualidade de vida. A degradação

ambiental dos ribeiros urbanos pode acarretar a desvalorização da paisagem, a degradação e o abandono das suas proximidades, a proliferação de maus cheiros provocados pela poluição das águas, e a proliferação de espécies animais resistentes e indesejadas. Para além de tudo isto, pode também acarretar alguns riscos significativos. A poluição pode constituir um problema para a saúde pública, caso persistam actividades de lazer na linha de água ou ela seja utilizada para irrigar pequenas hortas e outros terrenos agrícolas, permitindo assim a entrada de substâncias perigosas na cadeia alimentar. Outro problema consiste no aumento do risco de cheias causadoras de danos materiais significativos, para o qual concorrem dois factores: por um lado, os leitos de cheia de rios e ribeiros, pelo baixo preço do terreno e relevo plano, apresentam-se como sítios particularmente vantajosos para a edificação. Significa isto que um número importante de construções diversas, sobretudo em zonas de urbanização mais ou menos espontânea e desregulada, se pode localizar em zonas inundáveis, podendo correr sérios riscos em caso de cheia (Rome, 2001). Para além disso, como já referimos, a impermeabilização dos solos e a erradicação dos sistemas naturais de escoamento de águas também contribuem para fazer com que os territórios urbanos sejam mais vulneráveis a inundações.

Acção colectiva, protesto, e protesto ambiental local

Outro tema que requer a nossa atenção antes de mergulharmos no nosso objecto de estudo é o do protesto. Ao longo das páginas seguintes serão esclarecidas as nossas opções relativamente à conceptualização escolhida para abordar os «movimentos» (utilizando a sua própria terminologia) que colocaram em marcha as duas campanhas de protesto sobre o Tinto. Os movimentos relacionados com o rio Tinto podem ser designados como actores colectivos, ou seja, como grupos de pessoas que agem conjuntamente, com o objectivo de promover interesses comuns. Esta é uma definição de «acção colectiva» que se encontra presente numa importante obra de Tilly (1978: 75), onde o autor procura sintetizar várias correntes teóricas clássicas que se desenvolveram, respectivamente, a partir do pensamento de Weber, Durkheim, Marx e John Stuart Mill, com o objectivo de problematizar a acção colectiva e o conflito entre diferentes grupos sociais. Quer isto dizer que, apesar de simples, esta definição de acção colectiva é informada por um trabalho de pesquisa e reflexão teórica profundo, e, como veremos, também já inspirou outros autores. Para Tilly, a acção colectiva comporta

quatro componentes fundamentais: para além da já referida acção comum em favor de interesses partilhados, esses componentes são a organização (isto é, a estrutura do grupo e a sua influência), a mobilização (a aquisição dos recursos fundamentais para a acção) e a oportunidade (a relação entre o grupo e o mundo que o rodeia).

Assim definido, o conceito de acção colectiva (e, consequentemente, o de actor colectivo) é muito lato, cabendo nele diversos fenómenos empíricos. Esse aspecto será destacado, décadas mais tarde, pelo próprio Tilly e por Sidney Tarrow: «as equipas de futebol envolvem-se em acção colectiva, mas as igrejas, as associações voluntárias, e os vizinhos que limpam as ervas de um lote vazio também o fazem» (Tilly e Tarrow, 2007: 5). Se os «movimentos» a que nos referimos podem ser tratados como exemplos de fenómenos de acção colectiva, isso também é verdade para coisas muito distintas destes, como por exemplo os grupos que adoptam trechos do rio Tinto relacionados com o Projecto Rios, ou os grupos alunos das escolas de Rio Tinto que realizam trabalhos escolares sobre aquele curso de água. Para captarmos convenientemente as diferenças entre todos estes fenómenos, teremos de apertar um pouco mais as malhas da nossa rede teórica.

O conceito de protesto

Um conceito que se pode revelar de especial utilidade é o de protesto. Porém, devido ao facto de, tal como outros conceitos utilizados em ciências sociais, ele querer dizer coisas diferentes para autores diferentes, e também por ser amplamente utilizado na linguagem quotidiana comum, torna-se necessário clarificar, com base na literatura disponível, aquilo que ele significa para nós. Assinale-se, a este respeito, que não é difícil encontrar, na literatura especializada, referências a fenómenos e acontecimentos como «movimentos de protesto», «campanhas de protesto» ou «protesto ambiental» em que o significado de «protesto» surge dado como garantido, isto é, não problematizado nem clarificado. Porém, existem algumas propostas que tentam definir claramente aquilo que deve ser entendido por protesto que, apesar das diferenças que existem entre elas, podem fornecer contributos importantes para percebermos como é que essa noção pode funcionar enquanto um conceito sociológico.

Ao cruzamento entre política, contencioso e acção colectiva, Tilly e Tarrow dão o nome de «política contenciosa». Utilizando as palavras dos próprios autores, «a política contenciosa envolve interacções, nas quais os actores realizam reivindicações sobre os interesses de

outrem, o que conduz a esforços coordenados em nome de programas ou interesses partilhados, nos quais os governos estão envolvidos enquanto alvos ou iniciadores das reivindicações, ou outra parte» (Tilly e Tarrow, 2007: 4). Para Tilly, a política contenciosa é, então, um processo interactivo que envolve actores colectivos com interesses contraditórios e as entidades políticas com poder decisório.

A política contenciosa é o campo dos movimentos sociais; no entanto, de acordo com Tilly e Tarrow (2007), a maior parte dos fenómenos de política contenciosa não envolve movimentos sociais. Estes, para Tilly, são formas de acção colectiva caracterizadas pela sua perenidade, por um conjunto diversificado de maneiras de apresentar reivindicações, como as marchas e as manifestações, as actividades de *lobbying*, as petições, as reuniões públicas e a criação de organizações especializadas que procuram promover os interesses que estão na origem da acção colectiva, e as *WUNC displays*, que consistem em demonstrações de públicas de Valor (*Worth*), Unidade (*Unity*), Números (*Numbers*), e o Compromisso (*Commitment*) (Tilly, 2004, 2008; Tilly e Tarrow, 2007).

Na sua investigação sobre o impacto político do movimento ambientalista espanhol, Jiménez Sánchez (2003) opera uma distinção clara entre protesto e movimento social, duas formas de acção colectiva (conceito que este autor entende da mesma forma que Charles Tilly) que considera distintas mas interligadas. O protesto consiste numa modalidade de acção colectiva pública, estrategicamente seleccionada, organizada e lançada por actores não governamentais, com o objectivo de fazer prevalecer interesses que se encontram afastados do processo de tomada de decisões. O seu objectivo é persuadir as autoridades a incluir as reivindicações apresentadas no processo decisório. O protesto é, para este autor, uma parte importante da actividade dos movimentos sociais, constituindo a sua faceta mais crítica e dotada de maior visibilidade: estes orientam-no dão-lhe continuidade, e é através dele que promovem a mudança social. Não obstante, protesto e movimentos sociais referem-se a fenómenos distintos e, consequentemente, não devem ser confundidos. Reforçando esta ideia, Jiménez Sánchez afirma que nem todos os actores colectivos que protestam podem ser considerados movimentos sociais. Inspirando-se assumidamente em Mario Diani, este autor considera que um movimento social é uma rede difusa de diferentes protagonistas que partilham uma certa identidade, e que procuram promover mudança social.

Fillieule é outro autor que, constatando um considerável nível de indeterminação dos conceitos utilizados para analisar a mobilização e o comportamento colectivo, procurou

distinguir várias formas distintas de acção colectiva de carácter público e que ocorrem na esfera política. O autor alicerça os seus conceitos numa revisão da literatura sobre a acção colectiva e os movimentos sociais, revisitando criticamente várias orientações teóricas distintas e procurando o que de melhor cada uma delas pode oferecer, tentando, ao mesmo tempo, superar as limitações de cada uma. Usando como referências as teorias do comportamento colectivo de actores como Park e Blummer, a obra de Charles Tilly e a escola da teoria da mobilização dos recursos, desenvolvida na esteira de Zald e Mayer, Fillieule apresenta-nos o protesto como uma forma específica de acção colectiva, associada às actividades dos movimentos sociais, definida como «uma acção concertada dirigida, antes de mais, contra um sector do estado» (idem, *ibidem*: 39). Por sua vez, a acção colectiva remete para para «todas as acções concertadas de um ou mais grupos» (idem, *ibidem*: 38). Trata-se, como o próprio autor assinala, de uma definição próxima daquela que é sugerida por Tilly, e que pode ser utilizada para descrever quaisquer acções que impliquem um certo grau de coordenação entre pessoas diferentes ou grupos diferentes. Mas Fillieule também admite que os intervenientes num processo de acção colectiva possam possuir interesses (explícitos e dissimulados) que não são perfeitamente homogéneos. O protesto é, para o autor, uma condição fundamental para identificar um movimento social, uma vez que por esta expressão se entende «toda a organização, ou grupo de organizações, que colocam em marcha estratégias de acção compostas de uma série de interacções com objectivos e que comporta, de uma forma privilegiada, o recurso à acção protestatária» (1997: 37)

Analisando a definição de protesto do autor, rapidamente detectamos dois os aspectos que marcam a sua especificidade enquanto forma de acção colectiva: o seu carácter conflitual e o facto de ser dirigida ao estado, que tanto pode assumir o papel de alvo do protesto como de moderador de um conflito entre outros grupos. Este último aspecto faz com que o protesto, de acordo com esta visão, seja sempre algo de natureza política.

Tal como Fillieule e Jiménez Sánchez, Donatella della Porta e Mario Diani (1999) vêem o protesto como um fenómeno eminentemente político. Para aqueles sociólogos, esta noção abarca uma multiplicidade de formas de intervenção sobre os decisores políticos exteriores ao quadro da política institucionalizada e tidos como pouco convencionais. Os autores referem-se, entre outros, a fenómenos como manifestações, petições e boicotes, formas de intervenção na esfera das decisões políticas que se tornaram frequentes a partir, sobretudo, da década de 1960, tendo vindo a ser-lhe reconhecido um grau de legitimidade cada vez maior.

Espelhando um pouco esta tendência para uma aceitação cada vez maior destas formas de intervenção política, vários autores (Fillieule, 1997; Goldstone, 2004; Martins, 2004; Mendes, 2005; Mendes e Seixas, 2005) têm vindo a contestar uma corrente de pensamento que as considera ilegítimas no contexto das democracias parlamentares, onde a participação política legítima deveria, segundo esta visão, cingir-se às esferas e aos mecanismos institucionalizados que existem para esse efeito. Para quem contesta esta perspectiva existe uma complementaridade, e não uma oposição, entre formas de participação na vida política convencionais e não convencionais.

Della Porta e Diani destacam ainda um outro aspecto do protesto que o distingue de outras formas de acção colectiva: ele procura influenciar as decisões políticas por via indirecta. Quer isto dizer que os promotores do protesto procuram mobilizar grupos mais poderosos e beneficiar da atenção mediática no sentido de aumentar a sua capacidade persuasiva. Os autores explicam como se desenrola este processo: «o protesto mobiliza diversos actores. Aqueles directamente interessados pelas decisões políticas compõem a base de apoio do protesto. Desta base de apoio emerge uma liderança que dirige a acção e mantém relações externas. Os *media* espalham a mensagem, uma mensagem dirigida, em primeiro lugar, à audiência de referência dos decisores; estes são o alvo do protesto. De modo a ser bem sucedido, o protesto necessita de produzir estímulos positivos, conquistando as simpatias daqueles que têm mais recursos para investir nas arenas onde as decisões são tomadas» (idem, *ibidem*: 169). A influência exercida pelos promotores do protesto sobre os grupos que precisa de activar para ter sucesso não é sempre positiva; neste caso, a audiência de referência pode-se transformar, também, num alvo do protesto. De assinalar também que, para estes autores, o protesto está longe de ser uma forma de acção colectiva homogénea, podendo-se reger de acordo com lógicas muito distintas. Uma delas é a «lógica dos números» (1999: 174-176), presente em iniciativas como manifestações, marchas e petições: quanto mais participantes o protesto incluir, maior será a sua capacidade de influenciar os decisores, mostrando-lhes que as reivindicações apresentadas são apoiadas por um grande número de pessoas. A «lógica do prejuízo material» (*ibidem*: 176-178) encontra-se subjacente a tácticas como a greve, a sabotagem ou a violência contra a propriedade privada. Os protestantes que optam por esta estratégia têm como objectivo gerar prejuízos materiais junto do alvo das suas acções, procurando, deste modo, impor as suas reivindicações. Para Diani e Della Porta, todas as formas de protesto seguem, até um certo ponto, a lógica do prejuízo material, uma vez que

todas elas, de um ou outro modo, ameaçam a normal manutenção da ordem. Uma terceira lógica do protesto consiste em «demonstrar a verdade» (*ibidem*: 178-181), e visa mostrar um elevado nível de compromisso para com objectivos considerados de elevada importância. Quando agem de acordo com esta lógica, os protestantes estão dispostos a correr riscos pessoais elevados para mostrar a força das suas convicções. Um exemplo desta forma de protesto encontra-se na táctica da desobediência civil.

Em jeito de balanço, constata-se que existem, entre as perspectivas apresentadas, algumas semelhanças, mas também diferenças importantes que as tornam difíceis de conciliar. Enquanto Fillieule enfatiza o seu carácter conflitual (bem presente, desde logo, na definição que propõe, em que o protesto é uma acção *contra* o Estado), essa dimensão está pouco explícita nas propostas de Jiménez Sánchez, por um lado, e de Della Porta e Diani, por outro. Se, para os últimos, tal como para Jiménez Sánchez, o protesto é sempre, e estrategicamente, público, o mesmo não se encontra explícito na perspectiva de Fillieule. No entanto, um traço comum importante atravessa o pensamento dos autores apresentados. O protesto é visto como uma acção colectiva de carácter político, no sentido em que consiste, sempre, numa interacção com o Estado ou os seus representantes. Tilly, por outro lado, quando apresenta a noção de política contenciosa - próxima dos conceitos de protesto avançados pelos autores previamente referidos - define de forma clara os elementos que a compõem: a existência de um conflito, e a interacção entre actores colectivos e o governo (ou actores deste), através da apresentação de reivindicações dos primeiros ao segundo.

Em todas as propostas, o protesto surge associado aos movimentos sociais; no entanto, os autores referidos concordam que estes não detêm o monopólio do protesto. Actores colectivos que apenas podem ser catalogados enquanto movimentos sociais se entendermos esta expressão de forma muito lata e muito pouco rigorosa, tais como partidos políticos ou grupos de vizinhos, podem também participar ou desencadear protestos⁵.

Na língua portuguesa, o acto de protestar tem múltiplos significados, entre os quais, «insurgir-se contra alguma coisa, reclamar», e ainda «dar demonstrações de repulsa ou revolta contra alguma coisa» (Machado, 1981: 480). É com estes significados em mente, bem como

⁵ O conceito de movimento social tem sido definido e aplicado de formas distintas, sendo por vezes utilizado, sem grande cuidado, como referência a actores colectivos muito distintos (Diani, 1996; Tilly, 2004). Mario Diani procurou aspectos comuns nas principais abordagens teóricas aos movimentos sociais - a teoria do comportamento colectivo, a teoria da mobilização de recursos, a teoria do processo político e as teorias dos Novos Movimentos Sociais (NMS) - para chegar a uma definição unívoca, sintética e compreensiva (1996). No entendimento deste autor, um movimento social é uma rede complexa de actores individuais e/ou colectivos heterogéneos envolvidos num conflito de natureza política ou cultural e que partilham entre si traços de uma identidade colectiva. Os limites desta rede são estabelecidos pela identidade colectiva que os actores envolvidos na interacção partilham. Por outro lado, a acção desenvolvida pelos movimentos sociais tanto pode situar-se nos limites da esfera institucional como fora deles: a pluralidade de actores envolvidos num movimento social implica uma diversidade de estilos de participação e de acção (*ibidem*, 2003).

as propostas anteriormente referidas, que construímos o nosso entendimento de protesto: uma forma de acção colectiva através da qual um ou mais actores colectivos manifestam a sua oposição contra uma determinada medida ou um dado estado de coisas, com o objectivo de persuadir quem detém o poder político a concretizar as reivindicações apresentadas e, deste modo, modificar a situação que originou o protesto. Os decisores políticos tanto podem constituir o alvo directo do protesto (no caso, por exemplo, de uma acção contra um aumento de impostos) como um meio que se pretende accionar para forçar outra entidade a atender às reivindicações de quem protesta (pense-se numa acção junto das autoridades locais contra a poluição gerada por uma fábrica). O protesto passa por formas de participação política exteriores à política dita convencional de maior ou menor radicalidade, tais como marchas, manifestações, promoção de abaixo-assinados, destruição de propriedade, sabotagem, entre outras. Como nota Tilly com o seu conceito de «reportório de acção», os meios (ou tácticas) escolhidos para a acção não são produto do acaso. Apesar da vasta panóplia de tácticas disponíveis, os reportórios são surpreendentemente estáveis e dizem muito sobre os grupos que os utilizam, estando intimamente relacionados com a sua cultura de acção colectiva (2008). No entanto, isto não significa necessariamente que quem protesta não possa recorrer, também, a formas de participação enquadradas pela política convencional.

Partilhamos a ideia de Della Porta e Diani (1999) segundo a qual, frequentemente, os grupos que desencadeiam o protesto procuram, estrategicamente, obter a simpatia do maior número de pessoas possível e mobilizar para a sua causa outros grupos mais poderosos. Esta é uma forma de, simultaneamente, garantir mais recursos para a acção e maior legitimidade para as reivindicações que são feitas. Por isso, é comum o recurso a tácticas que, à partida, despertam a atenção dos meios de comunicação social e adquirem grande visibilidade pública. Este tipo de estratégia, embora exija um certo conhecimento do modo como os *media* funcionam, é comum, sobretudo, junto de grupos que possuem menos recursos para a acção colectiva.

Este é um fenómeno político que ocorre fora da esfera da política institucionalizada, considerada convencional, mas que, ainda assim, como dissemos, deve ser entendido como uma forma de participação política. Como dizem José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas, as concepções mais restritivas de democracia, associadas a uma determinada visão normativa, postulam uma divisão entre participação política «convencional» ou «modesta», por um lado, e «não convencional» ou «radical», por outro; este último tipo de participação seria tido como ilegítimo e também deixado de fora das análises sobre participação política informadas por

tais perspectivas (2005: 103). Os autores mostram-se críticos relativamente a esta linha de pensamento, considerando que, se as acções de protesto, por um lado, podem ser vistas como um indicador das falhas das democracias participativas e dos sistemas partidários, elas não deixam de ser uma parte importante, e legítima, da democracia.

O recurso a formas de intervenção não institucionalizadas (por exemplo, uma manifestação) não tem de ser forçosamente oposta a uma forma de actuação tida como convencional (por exemplo, a apresentação de listas para um acto eleitoral local). As duas podem ser usadas de modo complementar pelos mesmos actores, tendo como objectivo a obtenção de uma maior vantagem política. Goldstone (2004), estudando a história dos movimentos sociais desde o século XIX, constatou que os mesmos actores e os mesmos temas tanto podem emergir na esfera da política institucionalizada como na actividade de movimentos sociais e no protesto. Assim, refuta a tese de que o último seja uma arma utilizada exclusivamente por grupos sem acesso aos canais mais convencionais de exercício de influência sobre a decisão política, defendida, por exemplo, por Della Porta e Diani. Quem protesta envolve-se, frequentemente, na política institucionalizada, e esta complementaridade entre os dois fenómenos assenta numa forte semelhança, nem sempre reconhecida, entre as suas lógicas: como diz Goldstone, «tanto o protesto como as eleições normais procuram influenciar as decisões de corpos de representantes apresentando ao público e a esses corpos o grau de apoio popular por trás de determinados objectivos. A actividade dos movimentos sociais e a política convencional são abordagens diferentes - mas paralelas - para influenciar os resultados políticos, frequentemente baseando-se nos mesmos actores, tendo os mesmos alvos, e procurando as mesmas metas» (*ibidem*: 324).

O protesto e a «participação política rotineira» (idem, *ibidem*, 324) são, na óptica deste autor, complementares, de tal forma que «é expectável, e geralmente revelado que, à medida que as sociedades ganham e estendem a sua participação política institucionalizada, através dos partidos políticos e do sufrágio, estendem *também* os seus reportórios institucionalizados e a sua participação em através de movimentos sociais e protesto político» (idem, *ibidem*: 343). Essa complementaridade ocorre de diversas formas: em primeiro lugar, e ao contrário da participação através do voto em eleições, o protesto não tem necessariamente um carácter intermitente, podendo-se prolongar continuamente durante períodos de tempo alargados. Enquanto a participação política convencional, de um modo geral, apenas permite optar por entre escolhas muito latas, o protesto pode focar pontos mais específicos. O protesto pode,

ainda, servir para balançar os poderes eleitos; e pode, igualmente, influenciar o resultado de processos eleitorais.

Quando ocorre uma sequência coordenada de episódios de protesto que apresentam reivindicações ou alvos semelhantes estamos perante uma campanha de protesto (Tilly, 2004, 2008). Esta envolve sempre, pelo menos, três protagonistas distintos: o grupo que apresenta reivindicações, o objecto dessas reivindicações, e um público.

O protesto e o conflito

Aquilo que entendemos por protesto envolve um confronto entre interesses antagónicos, traduz um conflito. A importância do conflito nas relações sociais reflecte-se no lugar importante que ele ocupa no pensamento de figuras como Marx, Durkheim, Weber, Simmel e Pareto (Fernandes: 1993). Apoiando-se na obra clássica destes autores, Teixeira Fernandes considera que a conflitualidade está presente na constituição das sociedades e é inerente à vida social, acentuando-se com a complexificação das formações sociais (Fernandes, *ibidem*). O conflito não é um fenómeno intrinsecamente negativo, mas sim “sinal de vitalidade da actividade colectiva” (*idem, ibidem*: 790) e um motor da mudança social. O despoletar do conflito pode estar relacionado com a afirmação da diferença que faz parte das sociedades democráticas, com a luta por objectivos iguais mas que não podem ser alcançados por todos, e com a tomada de consciência da desigualdade e da estigmatização social.

Para Simmel (1968), o conflito permite a obtenção da unidade, mesmo que através da destruição de uma das partes. Os seus efeitos podem ser analisados em dois planos: o das relações entre os grupos que nele participam, e o das relações dentro de cada um desses grupos, isto porque o conflito gera transformações importantes ao nível da estrutura grupal. A necessidade de juntar forças para o confronto gera um processo de coesão interna. Numa situação de conflito, como diz Simmel, os grupos «não podem permitir desvios individuais da unidade do princípio coordenador para lá de um certo limite» (*ibidem*: 93), situação que, apesar da elasticidade do grupo, pode levar à exclusão de alguns elementos que se mostrem dissidentes. Isto é particularmente relevante no caso dos grupos mais pequenos, onde «a periferia está mais próxima do centro, todas as incertezas de um membro ameaçam o núcleo e, logo, a coesão do todo» (*ibidem*: 97). Quando o adversário é um grupo bem definido e centralizado é mais fácil para o grupo focar as suas forças: «se estivermos contra uma

multidão difusa de inimigos, ganhamos mais com vitórias particulares, mas temos maior dificuldade em obter acções decisivas que moldem definitivamente a relação entre as forças» (*ibidem*: 91).

Os processos de conflito podem mesmo gerar novos grupos: «cada elemento numa pluralidade pode ter um opositor, mas porque este opositor é o mesmo para todos os elementos, todos eles se unem – e, neste caso, eles podem, antes disso, não ter tido nada a ver uns com os outros, ou podem ter tido, mas novos grupos emergem entre eles» (*ibidem*: 91-92). O tipo de união que emerge dos antagonismos depende da sua natureza. Por outro lado, a resolução do conflito pode, ou não, conduzir à desagregação dos grupos que nele emergiram.

Um grupo pode desejar o final do conflito por perder as suas forças ou por perder interesse no seu objecto. De qualquer modo, os conflitos podem acabar de várias maneiras: com a derrota ou vitória; com a conciliação ou compromisso; ou com o desaparecimento do motivo de conflito. A propósito do final do conflito, e lembrando-nos da sua latência permanente na sociedade, Simmel escreve: «uma continuação vazia da querela, um processo estéril de acusação mútua, o reavivar de diferenças anteriores, há muito enterradas, ocorre frequentemente» (*ibidem*: 112).

Do protesto ao protesto ambiental

Por protesto ambiental entendemos o protesto que tem como objectivo a obtenção de benefícios ambientais, seja através da oposição a uma acção que pode deteriorar o ambiente biofísico, seja através da reivindicação de soluções para problemas ambientais pré-existentes. Se o protesto ambiental é uma das faces do movimento ambientalista, é necessário ter em conta que nem sempre é protagonizado por ele. Relembramos que o protesto pode ser promovido por outros actores colectivos que não os movimentos sociais. Na opinião de diversos autores, o movimento ambientalista tem, necessariamente, de ser definido de uma forma algo vaga e inclusiva, devido, precisamente, à diversidade de actores colectivos que nele se incluem (Rootes, 1999a; Mertig *et al*, 2001; Tranter, 2004): partidos políticos que se auto-definem como ecologistas, grandes organizações nacionais e mesmo internacionais, pequenas associações regionais e locais, grupos informais envolvidos em conflitos ambientais locais, ou o movimento de justiça ambiental. Os múltiplos actores que integram a rede do

movimento ambientalista divergem muitas vezes em aspectos fundamentais de caracterização dos actores colectivos, tais como a estratégia e as tácticas privilegiadas, o grau de institucionalização, o tipo de organização, a sua dimensão, a sua base geográfica. Se pensarmos no movimento ambientalista moderno como um movimento social de acordo com a influente e compreensiva definição proposta por Diani (1996, 2003), ele consiste numa rede complexa de actores diversificados que partilham traços identitários e estão envolvidos no mesmo lado de um conflito procura de processos de mudança social que, como afirmam Mertig *et al* (2001) conduzam a uma sociedade mais sustentável. Os actores colectivos que se envolvem no protesto ambiental local não têm necessariamente de se identificar com o movimento ambientalista.

O protesto ambiental no plano local: um fenómeno dotado de especificidade própria

As acções de protesto ambiental circunscritas a um determinado local constituem «a forma de contencioso ambiental mais persistente e ubíqua» (Rootes, 2007: 722), ocorrendo mesmo quando os problemas ambientais parecem esquecidos pela agenda mediática. Tratam-se de fenómenos dotados de uma especificidade própria, distintos das actividades das associações ambientalistas de âmbito territorial mais vasto e com preocupações ecológicas amplas. Esta especificidade assenta em diversos aspectos característicos.

Em primeiro lugar, as acções de protesto ambiental que se desenvolvem no plano local traduzem, frequentemente, uma «consciência ambiental mais estreita» (Schnaiberg e Gould, 1994: 150). Quer isto dizer que o protesto incide sobre um problema ambiental específico, bem identificado e muito localizado, frequentemente percebido como uma ameaça, não traduzindo uma preocupação mais geral com questões ecológicas de fundo.

Para além disso, é frequente encontrar, como protagonistas envolvidos no protesto ambiental associado a um problema local, grupos sociais que não costumam ser relacionados com movimento ambientalista. De acordo com Schnaiberg e Gould, os grupos sociais mais penalizados estão claramente sub-representados no movimento ambientalista, uma vez que «a agenda, retórica e pressupostos da maior parte das organizações ambientalistas *mainstream* são frequentemente incapazes de representar as preocupações dos grupos mais penalizados das sociedades modernas». Estes dois sociólogos admitem, no entanto, que as mobilizações populares de carácter local podem constituir uma excepção a esta regra (1994: 156). Apesar

de as preocupações ambientais e a simpatia pelo ambientalismo serem, para alguns sociólogos, relativamente transversais de um ponto de vista social (Van Liere e Dunlap, 1980; Tranter, 2004), outros, como os já citados Schnaiberg e Gould, defendem que entre os indivíduos que ocupam posições menos vantajosas do espaço social existe uma menor probabilidade de encontrar pessoas identificadas com o movimento ambientalista. É sobretudo nos contextos mais urbanos, e, nestes, entre os mais jovens, os mais escolarizados e os que detêm profissões mais qualificantes em sectores como o ensino e a ciência ou a administração, que há uma maior possibilidade de encontrar níveis de conhecimento e consciência relativos aos problemas ecológicos mais elevados, bem como um maior envolvimento no movimento «verde» (Mertig *et al*, 2001). Por outro lado, os grupos de protesto ambiental local são muitas vezes constituídos por pessoas oriundas de posições menos privilegiadas do espaço social, menos escolarizadas, dotadas de menos recursos, relativamente às quais seria expectável um menor envolvimento nestes processos (Rodrigues, 2000). Frequentemente, os indivíduos mobilizados não tinham qualquer experiência de activismo anterior (Rootes, 2003: 7). A expressão «cidadãos-trabalhadores», cunhada por Gould, Schnaiberg e Weinberg (1996), refere-se aos participantes em grupos de protesto ambiental local nos Estados Unidos que, pelo seu perfil social se distinguem, por um lado, dos sócios de organizações de preservação e conservação do ambiente e, por outro, dos participantes do movimento de justiça ambiental. Tipicamente, os cidadãos-trabalhadores são «indivíduos brancos, da classe operária e da classe média, a maior parte dos quais teve pouco ou nenhum envolvimento em movimentos políticos» (idem, *ibidem*: 2).

Os actores colectivos que protestam prescindem quase sempre de formas de organização rígidas, raramente se formalizando. Isto está relacionado com outra característica que distingue o protesto ambiental local: a sua volatilidade (Rodrigues, 2000; Kousis, 2001; Figueiredo *et al*, 2001; Figueiredo e Fidélis, 2003). De acordo com alguns trabalhos que têm procurado caracterizar este fenómeno, a maior parte das campanhas de protesto são efémeras: causam um grande impacto inicial mas desmobilizam-se rapidamente. Apesar de existirem, os casos em que elas se prolongam para lá daquilo que é necessário para inverter a situação contra a qual se opõem, em caso de sucesso; ou, em caso de insucesso, para lá da consolidação da situação que conduziu à degradação ambiental, são mais raros. As razões para a efemeridade das campanhas de protesto ambiental local são abordadas por Rootes (1999b). Para este sociólogo, o seu carácter demasiado estrito, centrado geralmente num problema

ambiental circunscrito a um determinado espaço, cria um número de dificuldades importantes quer para o sucesso das reivindicações apresentadas, quer para o seu prolongamento no tempo. Deve-se ter em conta que as decisões mais importantes para as disputas locais em torno do ambiente são frequentemente tomadas por entidades supra-locais e que, muitas vezes, os protestantes não têm capacidade para influenciar. Em muitos casos, as reivindicações apresentadas estão condenadas ao fracasso à partida. Por isso, a mobilização local parece, frequentemente, fútil.

Outro problema consiste na dependência «das competências, conhecimentos e charme de uma mão-cheia de indivíduos» (*ibidem*: 299), o que não só limita a dimensão e pertinência que o protesto local pode alcançar, como significa que pode ser facilmente absorvido por actores com uma dimensão maior e dotados de mais recursos. Deste modo, o protesto ambiental local ou se limita a abordar questões particularistas ou, no sentido de ganhar uma maior pertinência, tem de promover a sua articulação com um actor que consiga articular as questões no plano supra-local, como um movimento social ou um partido político. Porém, entre os grupos que se mobilizam no plano local e as organizações ambientalistas de grandes dimensões existe uma distância social que complica essa articulação. Os seus protagonistas são distintos: entre os participantes das grandes associações ambientalistas contam-se, sobretudo, pessoas altamente qualificadas, que ocupam posições no espaço social relativamente privilegiadas. Muitas delas, de resto, resultam de iniciativas de elites (Rootes, 2007). Isto gera uma dissonância entre os seus interesses e os interesses dos grupos de acção local, geralmente constituídos por pessoas mais desfavorecidas e alheias a preocupações ecológicas globais de fundo (Schnaiberg e Gould, 1994).

O carácter imediato de certos problemas ecológicos localizados como explicação para um maior efeito mobilizador

Para captar a especificidade do protesto ambiental local é preciso ter em conta que ele não tem de estar relacionado com uma lógica de procura da sustentabilidade ou de valorização e protecção dos ecossistemas pelo seu valor intrínseco. Frequentemente, ele emerge como resposta a um problema ambiental que é percebido como uma ameaça para a população local. Esta ameaça pode-se fazer sentir sobre várias dimensões, como a qualidade de vida, a saúde pública, ou o bem-estar material e económico. Ao contrário de problemas ecológicos globais

extremamente complexos e que podem parecer algo distantes do quotidiano de cada um, as situações que se encontram na origem do protesto ambiental local consistem, muitas vezes, em casos de degradação que são directa e facilmente apreensíveis pelos indivíduos. Os seus efeitos negativos sobre a vida das pessoas são mais facilmente perceptíveis, e os factores que se encontram na origem do problema também podem ser mais facilmente detectados. Tratam-se, por isso, de situações consideravelmente distintas dos grandes perigos ambientais globais, caracterizados, tal como outros perigos e riscos associados à modernidade tardia teorizados por Ulrich Beck, pela sua complexidade e difícil inteligibilidade, pela sua invisibilidade, pela latência e pela incerteza (Beck: 1992).

É a própria natureza do problema ambiental que contribui para a origem do protesto e dos actores colectivos que o promovem que, para alguns autores, contribui para explicar algumas das suas características. A este propósito, Rootes lembra-nos que «para a maior parte das pessoas, os problemas de poluição mais sérios são invisíveis» (1999b: 293); ao mesmo tempo que considera que «as preocupações ambientais com maior probabilidade de se transformarem em temas públicos capazes de mobilizar números significativos de cidadãos comuns são aquelas que: os afectam, ou, especialmente, às suas crianças; são inteligíveis; derivam de e/ou podem ser acomodados por valores populares; são questões que são, ou que as pessoas acreditam ser, compreensíveis por si; são questões que as pessoas acreditam poder abordar de uma forma eficaz» (*idem, ibidem*: 293-294). Para este autor, isto explicará porque é que indivíduos e grupos geralmente alheios aos problemas ecológicos globais de fundo se mobilizam para procurar impedir a degradação ambiental no seu local de residência.

Subjacente a esta argumentação de Rootes está a consciência de que nem todos os problemas ambientais são iguais: podem afectar todo o planeta ou apenas um local, podem ser imediatamente apreensíveis ou latentes e invisíveis, podem ser mais ou menos complexos e mais ou menos inteligíveis, a sua solução pode ser relativamente simples ou de uma enorme complexidade. A consciência relativamente aos problemas do primeiro tipo – dificilmente apreensíveis, complexos e globais - que correspondem às situações mais graves que ameaçam os ecossistemas, requer uma capacidade cognitiva mais elevada, geralmente presente, de acordo com o autor, em indivíduos mais escolarizados (*idem, ibidem*). A dificuldade em compreender a verdadeira dimensão e as implicações destes problemas, aliada à incapacidade dos meios de comunicação social – a principal e, em alguns casos, praticamente a única fonte de informação que a generalidade das pessoas tem sobre os problemas ambientais globais – de

abordá-los de forma detalhada e consistente, explica, para o autor, que pessoas se sintam confusas face a fenómenos mais complexos e que não desenvolvam qualquer acção prática relativamente a este e outros assuntos ambientais globais se mobilizem face a problemas ambientais locais mais imediatos, mais compreensíveis, e que afectam as suas vidas quotidianas de uma forma mais directa (idem, *ibidem*).

Esta hipótese de Rootes consiste numa tentativa de articular o protesto ambiental com a própria natureza dos fenómenos de degradação ambiental que tem valor por salientar que as ameaças ao ambiente não são todas igualmente perceptíveis nem igualmente imediatas, e que nem todas geram o mesmo tipo de consequências sobre o quotidiano dos indivíduos. Assim, será expectável que problemas diferentes gerem respostas diferentes por parte de grupos diferentes. Não obstante, a acção (ou inacção) dos indivíduos relativamente aos problemas ambientais não pode ser explicada apenas pela perspectiva que aqueles desenvolvem sobre estes a partir da sua capacidade cognitiva. Aspectos fundamentais para explicar a mobilização (ou a não mobilização) dos indivíduos, como, a existência de relações de dependência relativamente aos responsáveis pela degradação ou o acesso a recursos mobilizáveis para a acção colectiva, também têm de ser referidos. Afinal, nem todos os problemas ambientais localizados, imediatos e geradores de impactos perceptíveis sobre o quotidiano das pessoas mobilizam quem afectam: perante problemas ambientais similares em lugares diferentes, alguns são capazes de gerar mobilização, e outros não.

Kenneth Alan Gould coloca em causa a ideia de que os problemas ambientais mais visíveis e inteligíveis sejam, automaticamente, mais mobilizadores. Na sua opinião, esta é uma relação de causa e efeito intuitiva que, como outras associações do mesmo tipo não resiste à pesquisa sociológica, revelando-se falsa (1993: 157-158). Este sociólogo norte-americano alicerça a sua visão num trabalho de investigação que realizou na região dos Grandes Lagos, partilhada pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Investigando a poluição hídrica em várias localidades fortemente industrializadas, Gould concluiu que os sítios onde se tinham verificado protestos mais veementes e sustentados contra a poluição não foram nem aqueles onde esta era mais grave, nem aqueles onde a degradação era mais facilmente apreensível, levando-o a afirmar que «existe uma disjunção entre problemas ambientais socialmente visíveis e consciência ambiental pública» (1993: 158). A visibilidade do problema ambiental é, antes, um recurso manipulável pelas partes envolvidas nas situações de conflito ambiental que estudou: enquanto os responsáveis pela degradação procuravam diminuí-la, tentando ocultar as fontes

da poluição de diversas formas, os grupos de protesto esforçavam-se por mobilizar mais pessoas tentando aumentá-la (idem, *ibidem*: 174-175). Permanecia por explicar, porém, o porquê de, independentemente da visibilidade maior ou menor dos problemas de poluição, apenas alguns locais terem assistido a campanhas contra a degradação, de dimensão e impacto variáveis. Para tal, diz-nos o autor, é fundamental contemplar factores sociais e económicos. Este contributo de Gould é importante para perceber que o conhecimento da existência do problema ambiental é uma condição «necessária» para o protesto local, mas não «suficiente» para a explicar sua existência ou inexistência (idem, *ibidem*: 176). Não se negando a importância fundamental que a visibilidade social dos problemas ambientais tem para que seja possível a mobilização, ela, só por si, não pode explicar a ocorrência ou não ocorrência de acção colectiva centrada nesses problemas. Para isso é fundamental a inclusão de outras variáveis, de natureza social e económica. Este autor atribui grande importância aos recursos políticos e científicos mobilizáveis e também à estrutura económica local: o protesto é pouco provável se as actividades poluidoras tiverem um grande peso na economia e no emprego locais, mas pode ser facilitado se o peso de actividades que necessitam de boa qualidade ambiental, como o turismo, for mais elevado.

Uma perspectiva conflitual: a incompatibilidade entre utilizações diferentes dos recursos ambientais

Uma perspectiva diferente sobre a mobilização local relacionada com problemas ambientais, que coloca, também, a degradação ambiental em primeiro plano, é oferecida por Schnaiberg e trabalhada também por Gould e Weinberg. Para Schnaiberg, o ambiente biofísico é a base de sustentação que torna possível todas as actividades humanas: o primeiro fornece os recursos fundamentais para as segundas, ao mesmo tempo que absorve os seus excedentes. A relação entre ambos é marcada por um processo contínuo de subtracções (de recursos) e adições (de poluição e desperdícios) gerado pela actividade produtiva e que compromete o equilíbrio do ambiente e gera a sua degradação (1980). Os esforços consistentes e concertados do estado, dos capitalistas e dos trabalhadores para garantir um crescimento económico contínuo capaz de satisfazer o interesse de todos estes grupos, algo a que Schnaiberg chama de «rotina de produção» (*treadmill of production*), encontra-se na origem da crise ambiental contemporânea. Os conflitos ambientais locais, para este autor, resultam da oposição entre

formas de valorizar os recursos naturais incompatíveis: o seu valor de uso, ou seja, a sua capacidade para satisfazer interesses diversos, de natureza ambiental, estética e recreativa; e o seu valor de troca, isto é, o quão rentável eles poderão ser no mercado (2005). Recorrendo a uma lógica de incompatibilidade entre as diferentes funções dos ecossistemas, Schnaiberg considera que a utilização dos recursos naturais subordinada ao seu valor de troca gera a sua degradação e faz diminuir ou desaparecer o seu valor de uso. Assim, os conflitos ambientais locais envolvem frequentemente residentes locais mobilizados em defesa do valor de uso dos recursos naturais e contra a sua utilização de acordo com uma lógica assente no valor de uso e que, de acordo com Schnaiberg, é geralmente privilegiada pelos grupos mais poderosos (*ibidem*). Gould, Schnaiberg e Weinberg (1996) complexificam esta perspectiva sobre os conflitos locais ambientais: mantendo a ideia de que estes emergem quando se verificam utilizações incompatíveis dos recursos naturais, os autores chamam a atenção para uma contradição que pode inibir o protesto: se os locais que beneficiam do valor de uso dos recursos naturais, os cidadãos-trabalhadores, podem protestar contra a sua degradação devido a utilizações orientadas pela procura de lucro, eles também podem ter interesse, por outro lado, na exploração do seu valor de troca, uma vez que também beneficiam da riqueza e dos postos de trabalho que ela gera. Dito de outra forma, os cidadãos-trabalhadores também têm interesse na manutenção da rotina de produção que degrada o meio-ambiente, o que pode inibir o protesto.

Esta perspectiva pode ter alguma utilidade para compreendermos a inevitável tensão entre as diferentes dimensões do valor eco-social da água; no entanto, apresenta também um problema. Ainda que o «valor de uso» e o «valor de troca», as duas formas diferentes de valorar os recursos naturais identificadas por Schnaiberg, sejam apresentadas como opostas e em constante tensão, elas, em certas situações, podem-se complementar e sobrepor. Muitas das utilizações de um determinado recurso ambiental estão simultaneamente relacionadas com o seu valor de uso e de troca. Se pensarmos na utilização das águas de um rio, é esse o caso de muitas actividades de lazer – como a pesca desportiva ou a utilização recreativa de embarcações, por exemplo - que podem permitir a obtenção de vantagens económicas aos seus promotores (valor de troca), ao mesmo tempo que, para os seus praticantes, constituem momentos de recreação e fruição da natureza (valor de uso).

Por outro lado, não deve ser esquecido que a emergência de conflitos ambientais e a acção de movimentos ambientalistas no plano local não pode ser explicada tendo em conta, apenas,

esta oposição entre valores de uso e de troca - que, como vimos, pode não ser sempre linear. Devido à complexidade destes fenómenos, é necessário considerar outras variáveis – como, de resto, o próprio Schnaiberg e outros autores que trabalham com perspectivas próximas da sua fazem, ao atribuírem grande importância à estrutura económica local para explicar a existência, ou não, de protesto ambiental.

***Not In My Backyard*, ou o protesto ambiental egoísta**

O acrónimo NIMBY, originário da expressão inglesa *Not In My Backyard* (que pode ser traduzida para o português como «no meu quintal não»), é utilizado de modo frequente para caracterizar a acção colectiva ambientalista de base local. A expressão que se encontra na sua origem ilustra o sentido em que esta noção tem vindo a ser utilizada, tanto na linguagem comum como das ciências sociais. Este acrónimo refere-se a protestos ambientais locais gerados não por uma preocupação ecológica, mas sim por interesses locais de outro tipo, ameaçados pela degradação ambiental. Estes são vistos como protestos de carácter reactivo, dotados de uma forte componente emotiva e irracional, de génese mais ou menos espontânea, que, sob o manto da protecção do ambiente, visam, na verdade proteger, de modo egoísta, determinados interesses locais, sem levar em conta interesses mais gerais, que podem até ser colocados em causa por quem protesta (Dunlap *et al*, 2001; Jodelet, 2001; Nave e Fonseca, 2004; della Porta e Piazza, 2007). Esta expressão foi inicialmente utilizada para caracterizar a oposição à instalação de infra-estruturas não desejadas localmente, mas consideradas vantajosas no contexto de unidades territoriais mais vastas. No entanto, ela acabou por se banalizar, sendo hoje utilizada, dentro e fora do universo das ciências sociais, para caracterizar qualquer acção de protesto ambiental protagonizada por residentes locais informalmente organizados e de génese aparentemente espontânea, sem grandes cuidados de refinamento ou clarificação do seu sentido (Burningham *et al*, 2006).

Hoje, devido à sua vulgarização e crescente utilização, «NIMBY já é um acrónimo que não necessita de explicações» (Burningham, 2000: 55). Apesar da popularidade assinalável que, desde 1980, este conceito vem conhecendo (Nave e Fonseca, 2004; Burningham *et al*, 2006), também é possível encontrar quem defenda que ele não deve ser utilizado por quem estuda conflitos ambientais locais. Recorrendo a argumentos convincentes, Kate Burningham defende que o recurso ao conceito NIMBY traz consigo mais problemas do que vantagens.

Recorrendo a um trabalho prévio da autoria de Freudenburg e Pasteur (1992), a autora identifica três grandes linhas de acordo com as quais esta noção tem vindo a ser utilizada. Uma delas, relativa ao sentido original da expressão (ou seja, de oposição à instalação de estruturas localmente não desejadas), utiliza a etiqueta NIMBY para caracterizar o protesto como irracional e estúpido: os riscos que a instalação da estrutura acarreta são percebidos localmente de forma exagerada, e isso despoleta o conflito. Esta concepção tem as suas raízes no já muitas vezes criticado modelo deficitário da compreensão da ciência (Burningham, 2000).

A segunda perspectiva identificada atribui ao protesto NIMBY um carácter essencialmente egoísta (Idem, *ibidem*: 3). Assim, ele não é desencadeado por preocupações relacionadas com o meio ambiente, mas sim pela protecção de interesses próprios. Esta segunda leitura da expressão NIMBY entra em clara contradição com a primeira, porque se a contestação é desencadeada em prol da manutenção de interesses egoístas, ela dificilmente poderá ser considerada irracional.

Por último, socorrendo-se ainda do trabalho de Freudenburg e Pasteur referido anteriormente, Burningham identifica um último sentido em que tem vindo sendo utilizado o acrónimo NIMBY no âmbito das ciências sociais, claramente distinto dos dois anteriores. De acordo com esta terceira perspectiva, o protesto *Not In My Backyard* caracteriza-se melhor como sendo prudente, «alicerçado numa preocupação bem fundamentada sobre o impacto de novos desenvolvimentos» (Idem, *ibidem*, 4). Esta é, no entanto, uma linha mais recente e ainda mal consolidada.

Burningham considera que as três grandes tendências identificadas têm gerado análises que procuram, essencialmente, perceber a origem do protesto focando os indivíduos e grupos que nele participam. Porém, outros trabalhos têm procurado descortinar os factores que contribuem para a produção do próprio conflito e que não se extinguem nos grupos que o protagonizam. Esta quarta linha de investigação tem permitido perceber como, muitas vezes, o protesto local caracterizado como NIMBY é potenciado pela forma como as decisões são tomadas a nível institucional, limitando frequentemente a participação da generalidade dos residentes locais (Idem, *ibidem*: 4-5). Por outro lado, outras investigações têm evidenciado que o protesto contra a instalação de equipamentos prejudiciais para o meio-ambiente local pode, na verdade, ser visto como um contributo rumo a uma sociedade mais sustentável (idem, *ibidem*, 5).

Estas são novas formas de abordar o protesto ambiental local que colocam em causa a utilidade e o valor do conceito NIMBY; no entanto, como Burningham afirma, «apesar do reconhecimento alargado de que a caracterização de protestos locais como sendo NIMBY não é adequada, a utilização do termo sobrevive». Como já referimos, a expressão é muitas vezes utilizada como referência a protestos ambientais de carácter local de forma generalista, sem pretender implicar necessariamente que estes sejam egoístas ou irracionais; não obstante, esta autora considera que «parece problemático e confuso reter o acrónimo quando não se estão a utilizar estes pressupostos negativos» (Idem, *ibidem*: 6). O conceito em causa continua a ser utilizado, também, para proceder a distinções entre protestos motivados pelo egoísmo e irracionalidade e protestos motivados por princípios sociais e ambientais mais latos. No entanto, para Burningham, tal distinção consiste num juízo de valor que «serve para legitimar um protesto e enfraquecer o outro» (Idem, *ibidem*: 6; ver também Burningham *et al*, 2006: 6). A utilização do acrónimo NIMBY também é criticada por Gould *et al*, que consideram que ele apenas serve para «negar as estratégias, táticas e contextos de cidadãos locais que lutam para proteger os seus direitos de cidadãos e trabalhadores» (1996: 3), uma vez que retrata o protesto ambiental local como uma atitude conservadora que se opõe ao progresso e desenvolvimento económico.

A classificação NIMBY é utilizada amiúde pelos grupos e pelas organizações que são alvo dos protestos ambientais, como maneira de enfraquecer a posição de quem protesta através da conotação negativa que o acrónimo possui. Para Burningham, «distinguir protestos e indivíduos NIMBY de protestos e indivíduos não NIMBY *faz parte* das disputas em torno da localização de infra-estruturas. Para aqueles que procuram compreender as respostas locais aos desenvolvimentos propostos, envolver-se nesta actividade será, provavelmente, pouco produtivo, e contribuirá com pouco valor analítico». Mais valioso, para a autora, será «explorar o papel da linguagem NIMBY como parte das dinâmicas e estratégias das disputas em torno do planeamento» (Burningham, *ibidem*: 12).

A análise de Burningham mostra-nos as dificuldades que a utilização da noção NIMBY por uma sociologia que se dedique aos conflitos ambientais locais comporta, pelo facto de se lhe encontrar associada uma conotação negativa, mesmo quando a expressão é usada sem intenções pejorativas. Mostra-nos, ainda, os problemas associados aos diversos sentidos com que tem vindo a ser utilizada e ao facto de não ser utilizada exclusivamente pelos investigadores, mas também pelos próprios alvos do protesto ambiental, enquanto arma que

lhes pode dar alguma vantagem no conflito.

Convém lembrar, no entanto, que a polissemia e a carga valorativa não são problemas exclusivos deste conceito. Bem pelo contrário, eles podem ser associados a um conjunto amplo de noções utilizadas nas ciências sociais que, quer por existirem tanto na linguagem das ciências sociais como na linguagem comum do quotidiano dos actores sociais, quer por, mesmo no âmbito das primeiras, serem apropriadas de diferentes maneiras por diferentes autores, têm um significado pouco preciso e adquirem, por vezes, uma carga valorativa ou ideológica. A título de exemplo, podemos pensar no conceito de «comunidade». Este problema implica não uma desistência do conceito, mas sim uma clarificação rigorosa do significado com que ele é utilizado. Recusamos, isso sim, que o acrónimo em causa possa ser utilizado para caracterizar um movimento ambientalista popular e local *a priori*, sem uma indagação cuidada sobre o actor colectivo em causa e a consideração de outras perspectivas teóricas.

Não rejeitando de forma imediata a utilização do conceito NIMBY enquanto um tipo de protesto ambiental local mais ou menos espontâneo, de carácter reactivo e horizontes estreitos, motivado por preocupações que não são ecológicas, convém, no entanto, salientar que, por vezes, as mobilizações ambientais locais, mesmo quando caracterizadas pelo seu carácter mais estrito, podem por vezes transcender, de forma implícita ou explícita, essa natureza limitada que tão frequentemente lhes é atribuído. O envolvimento em campanhas locais caracterizadas por problemas ecológicos particulares permite, não obstante essa sua característica, que aqueles que nelas participam possam desenvolver um maior conhecimento sobre as problemáticas ambientais e uma maior preocupação relativamente às mesmas. De acordo com Rootes, «estudos sobre disputas locais relativas à gestão de lixo sugerem que o envolvimento em campanhas NIMBY contra a localização de estações de tratamento de lixo é uma experiência profundamente educativa para muitos dos envolvidos; não só aprendem mais sobre a natureza do lixo e as tecnologias existentes para o seu tratamento e remoção, como se tornam sensíveis a questões como a energia utilizada no transporte do lixo e as possibilidades de formas de gestão do lixo locais e de menor escala» (1999b, 298).

O protesto ambiental local como tradução localizada de problemas globais

Analisando as acções de protesto local no nosso país, Mendes e Seixas encontram, em muitas

delas, “uma relevante componente internacional e universalista, sobretudo nos protestos de âmbito ambiental e político” (2005: 123). Outros autores que detectaram a presença de temas mais gerais em conflitos ambientais locais têm procurado explicar as campanhas de protesto ambiental local relacionando-as com temas de carácter nacional ou mesmo global.

Também no nosso país, Nunes e Matias consideram que a luta contra a co-incineração não traduz uma «manifestação de irracionalidade ou de oposição à ciência», consistindo antes numa forma de luta política que revela «identidades colectivas emergentes» que, embora constituídas em torno de questões sentidas localmente, «se vão ligando a lutas e movimentos de âmbito mais geral, centrados na luta pela defesa do ambiente, pela justiça ambiental e pelo direito dos cidadãos a participar em decisões que afectam a sua vida, a sua saúde e o ambiente» (2003: 148). Estudando o protesto ambiental na Irlanda, Garavan afirma que «o protesto no nível local levanta, frequentemente de forma implícita, mas às vezes de forma explícita, questões fundamentais tendo em conta a natureza da sociedade moderna. Muitas vezes enterradas em disputas ostensivamente sobre questões específicas encontram-se pressupostos relacionados com a vida boa, a natureza da modernidade e os custos de manutenção do sistema industrial» (2007: 846). Esta é quase uma inversão da abordagem NIMBY: o protesto ambiental local é gerado por uma preocupação por temas vastos, embora não necessariamente ambientais, que têm repercussões locais. Assim, ele não deve ser interpretado como uma manifestação da defesa de interesses particularistas, mas antes como uma forma de oposição ao actual modelo de desenvolvimento. A sua abordagem a partir do conceito NIMBY é errada, uma vez que «impede o reconhecimento da importância deste fenómeno social crescente de resistência contra os custos físicos da manutenção do sistema industrial» (idem, *ibidem*: 861). Porém, a caracterização destas acções de protesto enquanto «ambientais» também não será, para o autor, a mais correcta, uma vez que «pode obscurecer as questões mais vastas e plurais envolvidos no protesto em torno do lugar» (*ibidem*: 861).

Esta ideia de que o ambiente se mistura com outros temas no protesto local também se encontra em Rootes, que, oferecendo como exemplo o caso dos movimentos populares de países menos industrializados, nota que os temas ambientais surgem frequentemente inseridos num conjunto mais alargado de reivindicações. Este autor vai mais longe, afirmando mesmo que, tal como a identidade, o carácter ambiental de uma campanha de protesto pode ser construído durante o seu desenrolar (2007). Assim, as questões ambientais são apenas uma componente das movimentações populares ambientais, misturando-se com elas problemas

como as relações comunitárias e familiares, os estilos de vida, a saúde e o bem-estar ou o valor estético da paisagem.

A mesma linha de raciocínio é utilizada por Della Porta e Piazza, quando escrevem que «investigações prévias sobre o conflito territorial demonstraram que aqueles que protestam têm capacidade para ultrapassar a síndrome NIMBY. Os comités locais que se opõem ao uso indesejado da sua terra procuram, de facto, adoptar uma retórica que os afasta de acusações de particularismo, mudando, sempre que possível, de um discurso local para um discurso global» (2007, 867-868). Para esta transformação contribui «a utilização de um procedimento retórico que define a sua própria actividade como oposição ao abuso de poderes ou à falta de transparência dos processos de tomada de decisão públicos, para além de um ataque aos conluíus entre governo e mundo dos negócios» (idem, *ibidem*: 868). Não obstante, estas duas autoras inserem na sua proposta uma salvaguarda que consideramos de grande importância: a utilização de um discurso mais generalista por parte dos promotores do protesto local, com a utilização de referências a problemáticas mais globais, não tem de ser forçosamente o reflexo directo das reais inquietações que conduziram à mobilização e à decisão de protestar. A este respeito, dizem-nos as autoras que «enfatizar a presença dos elementos mencionados nas narrativas do protesto não se traduz automaticamente, como é óbvio, na confirmação da ausência de interesses egoístas que podem estar instrumentalmente escondidos por trás de um discurso mais ético. A busca dos 'verdadeiros motivos' é difícil na pesquisa empírica que foca *frames* colectivas» (2007: 880). É certo que se pode perguntar até que ponto o questionamento de uma certa ideia de «progresso» que quer Garavan, quer Rootes, apontam como característico das mobilizações locais relacionadas com problemas ambientais, é realmente uma crítica geral aos custos sócio-ambientais do modelo de desenvolvimento vigente ou apenas a recusa de sofrer esses custos no próprio quintal, numa lógica mais NIMBY. Para além disso, a inscrição de um conflito ambiental particular e muito localizado numa lógica que transcende o lugar e que pode mesmo levantar outro tipo de questões para lá da temática ambiental pode ter um carácter estratégico e instrumental: pode consistir numa arma que quem protesta utiliza deliberadamente de forma a ganhar vantagem no conflito em curso, afastando o rótulo de NIMBY e a carga pejorativa inerente, e assim conquistar outra legitimidade.

O protesto ambiental local como uma luta pela definição do lugar

As campanhas de protesto ambiental circunscritas, no espaço geográfico, a um determinado lugar e aos indivíduos e grupos que esse lugar enquadra estão, naturalmente, profundamente relacionadas com as realidades locais que constituem não só o seu ambiente biofísico, mas também social, cultural, político e económico. Não queremos, com isto, afirmar o lugar como uma entidade sócio-espacial fechada, artificialmente separada do resto do mundo e regida pelas suas próprias lógicas. Num momento em que o processo de globalização se intensifica, isso não seria sustentável. No entanto, acreditamos que a posição teórica oposta, ou seja, negar ao plano local qualquer tipo de relevância para a análise dos fenómenos sociais nas sociedades contemporâneas, não é menos errada. Não é só de um ponto de vista geográfico e ambiental que os lugares se diferenciam uns dos outros: locais diferentes são ocupados por grupos que, do ponto de vista demográfico, social e cultural, podem ser também distintos, e são marcados por estruturas económicas que, da mesma forma, são muitas vezes diversas. Para além disso, os espaços geográficos são inscritos com narrativas e significados que não devem ser ignorados. Tudo isto configura um quadro que irá retraduzir localmente fenómenos e tendências mais globais.

A importância do conceito de lugar num mundo cada vez mais global é defendida por Gyerin. Os problemas que a utilização desta noção acarreta nos dias de hoje não são evitados por este autor, que admite que a vida social se move agora entre os «nódulos de uma ou outra rede social, através de pontos de poder, convergência ou tradução que não estão necessariamente ancorados num lugar». No entanto, mesmo assim, Gyerin afirma que «o lugar persiste como um elemento constitutivo da vida social e da mudança histórica» (2000: 463). Negar a sua importância, insiste, é a mesma coisa que negar que entre duas cidades distintas (o autor exemplifica aludindo a Nova Iorque, por um lado, e Maastricht, por outro) existam diferenças significativas, não captáveis através de outros conceitos sociológicos (*ibidem*). Recorrendo à obra de Casey e também de Harvey, McCright e Clark concebem os lugares enquanto «uma localização geográfica que inclui as pessoas, objectos, práticas, e significados desse lugar» (2006: 23). Por sua vez, Marc Augé afirma que os lugares são locais físicos inscritos com significado e que partilham três características fundamentais, na medida em que «pretendem ser – ou as pessoas pretendem que eles sejam – lugares de identidade, de relações e de história» (Augé, 2008: 43). Um lugar produz-se, então, através da inscrição de relações num

determinado espaço e, simultaneamente, no tempo, de maneira que ele consiste num marco importante para a construção de identidades, a produção de relações sociais e a inscrição de memórias.

Procurando sintetizar os vários contributos relevantes dispersos pela literatura que existe sobre o conceito de lugar, Gieryn (*ibidem* 464-466) apresenta três dimensões fundamentais. De acordo com esta proposta, um lugar corresponde a um determinado espaço geográfico único e finito. A correspondência de um lugar a um determinado ponto identificável no espaço geográfico é um aspecto importante, no entanto, como mostrou Firmino da Costa, é necessário ter em consideração que os seus limites são socialmente construídos e podem ser pouco claros, volúveis e contestados: no caso do de Alfama, onde a delimitação administrativa do bairro não é coincidente com a delimitação simbólica que lhe é atribuída pelos seus residentes (1999b), os limites geográficos do lugar são contestados. Um lugar tem, também, uma dimensão física, constituída pela paisagem natural e pelas construções humanas consideradas como um conjunto. Por fim, os lugares encontram-se inscritos com significado, tendo, por isso, uma dimensão cultural.

Constituído por estas três dimensões – espacial, física e cultural – um lugar «não é um mero cenário ou plano de fundo, mas um elemento do jogo dotado de agência – uma força com elementos detectáveis e independentes sobre a vida social» (Gieryn, *ibidem*: 466). De modo a evitar uma análise que caia no determinismo ambiental e geográfico ou, inversamente, no construtivismo social exagerado, este sociólogo defende que não é possível hierarquizar estas três dimensões nem considerar uma delas enquanto expressão das outras. O lugar resulta da interacção entre as três. Esta ideia de que o lugar se constrói na relação entre elementos físicos e sociais também é defendida por McCright e Clark, quando afirmam que «os ambientes, sejam eles construídos ou naturais, são lugares socialmente construídos. As relações sociais, as forças da natureza, e o significado interagem na produção da experiência quotidiana do lugar» (2006: 23).

Acrescentaríamos que o lugar tem de ser visto como algo que está em permanente transformação, uma vez que as suas três dimensões estão constantemente sujeitas a mudanças; para além disso, elas não interagem entre si sempre da mesma forma. Relembre-se também, que considerar o lugar enquanto algo imutável e fechado relativamente às realidades mais vastas onde este se insere – regionais, nacionais e internacionais – seria igualmente um erro. Deve ser ainda referida a existência frequente de uma conexão emocional entre os indivíduos

e os lugares onde as suas vidas se desenrolam. As experiências biográficas dos indivíduos enquadradas no lugar estão na origem da pertença ao lugar, isto é, de sentimento de ligação ao lugar, e contribuem para a construção da sua dimensão simbólica (McCright e Clark, 2006).

Alguns autores têm procurado explicar o protesto ambiental local enquanto algo que está relacionado com a definição do lugar. De acordo com esta perspectiva, o protesto estará mais relacionado com a ameaça que um determinado problema ambiental consiste para um dado entendimento do lugar partilhado por quem se mobiliza do que propriamente com uma preocupação ecológica. Pode-se considerar, como fez Rootes (2007), que, por vezes, para aqueles que protestam, o que está em causa, mais do que a defesa do ambiente, é a defesa da comunidade, dos estilos de vida locais e do sentido de lugar.

Aykut Çoban procura interpretar o movimento de resistência à exploração mineira de ouro em Bergama, na Turquia - que classifica como o mais importante movimento ecológico moderno desse país - enquanto uma tentativa de preservar as características ambientais de um determinado território e, conseqüentemente, da comunidade que este enquadra. A sua análise parte do pressuposto segundo o qual as comunidades não podem ser dissociadas do ambiente que as enquadram, desenvolvendo-se, entre ambos, uma relação simbiótica, em que cada um é, ao mesmo tempo, causa e efeito do outro. A defesa do ambiente, no contexto comunitário, é mais correctamente entendida como defesa da relação simbiótica que existe entre a comunidade e o mundo material que a rodeia: «as exigências da comunidade não se desenvolvem à volta de uma ideia de 'salvem o ambiente' nem de 'salvem a comunidade', mas, antes, entre os dois. Porque a comunidade e o ambiente são vistos não enquanto duas áreas diferentes e independentes, mas sim relacionadas, um esforço para proteger o ambiente local é também um esforço para proteger a vida da comunidade, e vice-versa» (2004: 440). A percepção de uma ameaça à relação simbiótica entre ambiente e comunidade desencadeia então uma reacção defensiva e reactiva, procurando terminar com essa ameaça ao modo de vida da comunidade.

Esta perspectiva relaciona-se com um entendimento de comunidade enquanto um conjunto de indivíduos unido por laços sociais fortes que, ocupando um determinado ponto geográfico, partilha entre si um conjunto de valores e estilos de vida relativamente coerente. Trata-se de uma ideia de certa forma tributária da obra de Tönnies (1955) [1887], onde a comunidade (*Gemeinschaft*), caracterizada pelos fortes vínculos que unem os seus elementos (com especial importância para os laços familiares), a identificação com um lugar e a partilha de

uma determinada memória colectiva, geradores de relações de solidariedade e amizade, se opõe à sociedade (*Gesellschaft*), marcada por relações mais formais e distantes e por condutas individuais orientadas pelo individualismo e pelo racionalismo. A comunidade surge como um grupo com uma noção muito clara do «nós» e do «eles» e, para além disso, muito bem integrado e com um certo grau de homogeneidade. Por isso, esta perspectiva pode conduzir à negligência dos conflitos e as divergências, que são tão marcantes num grupo de indivíduos que partilha um determinado lugar como as convergências.

A utilização do conceito de comunidade requer um certo cuidado para não a apresentar como uma entidade cristalizada, isolada do mundo exterior e imune à transformação. Trata-se de uma perspectiva de difícil aplicação no caso de conflitos ambientais que se processem em locais em rápida transformação, densamente povoados e urbanizados, ou sub-urbanizados. Se existem comunidades como aquelas que Tönnies nos descreve, não as encontraremos, provavelmente, nestes contextos, onde as relações entre as pessoas, como já Simmel sugeria ao escrever sobre o fenómeno urbano, são marcadas pelo anonimato, pela efemeridade e pela impessoalidade (1967) [1903]. No entanto, a ideia da comunidade, mesmo que algo artificializada, pode ser utilizada no decurso do protesto, enquanto argumento mobilizador e legitimador.

No entanto, o conceito de lugar, enquanto um ponto no espaço socialmente construído e delimitado, dotado de marcas físicas e simbólicas próprias, pode-nos ajudar a compreender melhor os conflitos ambientais locais. «Coisas» como os rios, as florestas ou as montanhas constituem parte importante da dimensão física dos lugares, e podem muito bem ser investidos com significados importantes. Por outro lado, o lugar pode também ser uma arma retórica que os lados envolvidos no conflito têm a possibilidade de usar, tentando, precisamente, manipular a sua dimensão simbólica e inscrever no ambiente significados antes negligenciados ou inexistentes, no sentido de mobilizar mais actores para o seu lado do conflito, conquistar legitimidade e ver reconhecida a relevância do seu protesto. Há que ter consciência, porém, que nem em todos os espaços geográficos existirá um sentimento de pertença nem uma ligação afectiva ao território generalizados que permitam que estes processos ocorram.

A importância dos recursos mobilizáveis

Um movimento social tem um custo, na medida em que implica o consumo de recursos (Tilly, 2008). Esses recursos são tudo aquilo que pode ser útil para a acção colectiva (idem, 1978). Nesta definição cabem coisas materiais, como, por exemplo, dinheiro, e coisas imateriais, como, por exemplo, conhecimentos e competências. A mobilização de recursos, ou seja, o processo de aquisição e distribuição de recursos por parte de um actor colectivo (idem, *ibidem*), encontra-se no foco de uma tradição de análise dos movimentos sociais e da acção colectiva. Em 1977, McCarthy e Zald publicaram o artigo *Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory*, onde propunham a análise dos movimentos sociais enfatizando a forma como as organizações que fazem parte deles angariam e empregam recursos fundamentais para a acção colectiva.

A questão da mobilização de recursos não se coloca apenas relativamente às organizações dos movimentos sociais. No plano do protesto local também é um tema que deve ser explorado, tornando-se particularmente relevante porque os seus protagonistas, pela sua composição social, organização, e localização acentuada, enfrentam constrangimentos importantes no processo de mobilização de recursos. Isto é particularmente importante se tivermos em conta que o acesso aos recursos é fundamental para a emergência e configuração do protesto ambiental local, como demonstrou Gould (1993). Para este sociólogo, a explicação da ocorrência, ou não ocorrência, de protesto face a problemas de degradação ambiental está mais relacionada com a possibilidade de adquirir recursos fundamentais, como dinheiro, competência política e conhecimentos científicos, do que com o impacto desses problemas. Por outro lado, Rootes (2006) e, no nosso país, José Manuel Mendes (2004, 2005) e José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas (2005) têm chamado a atenção para a importância das redes sociais locais onde os activistas se encontram situados para a emergência, configuração e resolução dos conflitos locais, deixando antever a importância fundamental do capital social para o protesto local⁶. Tilly, por sua vez, refere a necessidade de tempo disponível e de competências específicas, coisas necessárias para «organizar encontros, trazer hordas de apoiantes, e esboçar declarações públicas» Tilly, 2008: 123).

⁶ Num artigo em que aprecia criticamente os limites da teoria do actor rede, Mendes (2010), defende também que as ciências sociais devem prestar maior atenção aos «grupos órfãos», conceito através do qual Michel Callon se refere aos indivíduos e grupos situados fora das redes que capacitam os indivíduos para a acção e projecção na esfera pública.

A importância do contexto local

A importância que cada lugar, com a sua configuração específica, comporta para a emergência e para a configuração do protesto no plano local não pode ser negligenciada. Como afirma Rootes, existem «relações complexas e recursivas entre o lugar e as campanhas de protesto [ambiental]» (2007: 723). Alguns autores têm-se dedicado a mostrar como é que as características sociais, económicas e culturais dos lugares onde o protesto ocorre contribuem para o moldar, e têm concluído que a importância destes factores é muito elevada. Procurando encontrar as razões que permitiriam explicar o sucesso ou insucesso de diferentes campanhas de protesto contra a instalação de incineradores de resíduos em vários pontos do território inglês, Rootes acabou por concluir que o contexto local onde a oposição à instalação destes equipamentos emerge desempenha um papel importante para o seu resultado final: «o carácter das comunidades locais, porque condiciona os recursos e as competências específicas disponíveis para os protestantes locais, parece ser um factor com peso sobre as campanhas locais e as suas hipóteses de sucesso. Os esforços e o engenho dos protestantes são, sem dúvida, importantes, mas são significativamente afectados pelo carácter das comunidades das quais emergem ou que procuram mobilizar» (2006: 194). Assim, as campanhas de protesto que Rootes estudou conheceram maior sucesso quando decorreram em contextos onde as interações se revelaram mais intensas e diversas, e onde as redes sociais onde as pessoas estão integradas lhes permitiram mobilizar competências úteis para o protesto. Para além disso, os lugares onde se verificava a existência de um sentido de identidade local mais forte tinham uma maior probabilidade de gerar campanhas de protesto mais dinâmicas (idem, *ibidem*).

Se é verdade que nenhuma análise da acção colectiva no plano local relacionada com temas ambientais está completa se não contemplar os constrangimentos que o contexto local exerce sobre a mesma, não é menos correcto afirmar que qualquer análise que se dedique apenas a essas condicionantes estará sempre incompleta. Apesar de colocar a tónica da sua explicação para o sucesso ou insucesso dos protestos contra a instalação de incineradores de resíduos nas características sociais de cada lugar onde estes ocorreram, Rootes mostra-se consciente disto, sugerindo que é indispensável prestar atenção, também, aos protagonistas da acção colectiva. As suas características, os recursos que conseguem mobilizar, as suas estratégias e os significados que imprimem à sua acção, são sem dúvida fundamentais para analisar

convenientemente os conflitos ambientais locais. Como escreve o autor, «a acção ambientalista local é o produto de um *cocktail* volátil de constrangimentos e oportunidades estruturais e conjunturais, e as acções e inacção dos cidadãos individuais que são confrontados por, e, por vezes, tentam ultrapassar os constrangimentos e criar oportunidades» (idem, *ibidem*: 194). Por outro lado, apesar de se desenrolarem num território específico e bem delimitado, estes conflitos não estão fechados ao resto do mundo, envolvendo frequentemente actores supra-locais – por exemplo, o governo - que podem acabar por decidir o seu resultado.

Relações entre os grupos de protesto e outros actores sociais

Na citação que fizemos de Rootes sobre oportunidades e constrangimentos que o contexto geográfico do protesto local exerce sobre ele, o autor já refere a importância das redes de relações em que, por via de outros papéis sociais, os activistas estão envolvidos para a mobilização de recursos, deixando antever a importância fundamental que o capital social tem para a acção colectiva. No entanto, há outra questão que deve ser equacionada: as relações estabelecidas pelos grupos de protesto com outros actores sociais são fundamentais para a análise do protesto ambiental. A análise de uma campanha de protesto ambiental local não pode cingir-se a quem promoveu o protesto nem ao fenómeno que se encontra na sua origem, é necessário, também, levar em conta o seu contexto, como dissemos antes, mas tendo em conta grupos, pessoas e instituições que são determinantes para o seu resultado. De acordo com Goldstone, a análise do «campo de relações externo» (2004) de um movimento social ou grupo de protesto é fundamental para a sua compreensão. Através deste conceito, o autor refere-se ao contexto que envolve o actor colectivo e também às suas relações com os grupos que exercem influência sobre a sua actividade, recusando que a emergência do protesto possa ser analisada através de uma lista pré-definida de factores explicativos.

Se o protesto tem como objectivo convencer os decisores a modificar uma determinada situação contra a qual quem protesta se opõe, é fundamental ter em conta as entidades decisoras a que as reivindicações são apresentadas. De outra forma, o resultado do protesto não pode ser devidamente percebido. O papel do poder local é fundamental: de acordo com Rootes, quando os grupos de protesto estabelecem laços com decisores políticos locais e estes adoptam um papel activo no protesto, os segundos podem assumir um maior protagonismo e a

liderança, reduzindo o espaço dos primeiros (2006). Porém, a abordagem não se pode limitar aos decisores locais, uma vez que o resultado dos conflitos ambientais locais é frequentemente decidido por entidades supra-locais, através de processos de decisão sobre os quais os actores colectivos que protestam têm reduzida, ou nenhuma, influência (idem, *ibidem*).

A análise do papel dos partidos políticos é igualmente importante. Estudando as relações entre partidos políticos e protesto ambiental local, Kousis recusa a ideia de que este seja dominado por partidos políticos, afirmando que a influência dos primeiros sobre o segundo é «modesta» (2007: 795). Não são estes que se encontram na origem dos protestos, embora possam juntar-se a eles: afinal, ignorar o protesto ambiental local pode ter custos eleitorais (Jiménez Sánchez, 2003) A probabilidade da sua participação aumenta para mobilizações que envolvam elevado número de participantes, relacionadas com questões de poluição, ou quando os interesses económicos ou a saúde das populações estão ameaçados (Kousis, *ibidem*, Jiménez Sánchez, *ibidem*). Caso ocorram alianças entre grupos de protesto e partidos, estas não são necessariamente estáveis: um actor colectivo pode emergir sob a influência de um partido e, posteriormente, afastar-se dele; por outro lado, um grupo de protesto que, inicialmente, pode não ter quaisquer conotações partidárias, pode posteriormente aliar-se, ou ser instrumentalizado, por uma formação política (Esteban Castro, 2006). Expectavelmente, são os partidos de esquerda aqueles que estão mais propensos a associar-se ao protesto, especialmente quando estão afastados do poder (Kousis, *ibidem*). A possibilidade de uma aliança com um partido político é, para um grupo de protesto local, potencialmente problemática, colocando um dilema importante: por um lado, uma aliança com um partido político pode ser uma forma de ganhar acesso a recursos importantes que, de outro modo, ele pode ter dificuldades em mobilizar (idem, *ibidem*) e também de aumentar a visibilidade do protesto (Jiménez Sánchez, *ibidem*); por outro lado, a participação de formações políticas no protesto pode ser vista como oportunista. Deve-se referir, também, a maior propensão do protesto ambiental local para acontecer em vésperas de eleições, o que terá como objectivo conquistar um maior mediatismo e atrair a atenção dos decisores políticos.

A comunicação social também deve ser considerada. Nas sociedades contemporâneas, os *media* são importantes produtores de significados e, como afirmam della Porta e Diani (1999), funcionam como mensageiros do protesto, percebendo-se, por isso, que quem promove o protesto local opte, frequentemente, por realizar iniciativas no espaço público, pouco

convencionais, com uma carga simbólica significativa e de certa forma performativas: um dos objectivos deste tipo de acções consiste, precisamente, em chamar a atenção dos jornais e das televisões (Schmidt, 2003). Para além disso, os episódios de conflito ambiental são capazes de despertar o interesse dos jornalistas pelo seu valor de notícia (Ferreira, 2012).

Por outro lado, não podemos esquecer que os *media* têm um papel fundamental para o reconhecimento dos problemas ambientais, tendo contribuído, de forma decisiva, para que estes pudessem ser também percebidos enquanto problemas sociais. Eles são uma das principais fontes de informação sobre o ambiente de que a generalidade dos indivíduos dispõe, contribuindo, por isso, de forma decisiva para uma maior consciência ambiental (Schmidt, 2003; Marshall e Dunlap, 2007; Ferreira, 2012). A importância dos *media* para o protesto ambiental local deve, por isso, ser equacionada na medida em que contribui para aumentar a visibilidade dos problemas que lhe estão subjacentes e, ao mesmo tempo, a visibilidade do próprio protesto e das suas reivindicações.

Os residentes locais são outro grupo a considerar. Eles são, nos termos de Della Porta e Diani (1999), a audiência do protesto, ou seja, aqueles que poderão ser beneficiados, pelo menos de forma mais imediata, caso as reivindicações dos promotores do protesto ambiental sejam atendidas. Para além disso, é preciso ter em conta que as campanhas locais são frequentemente protagonizadas, precisamente, por residentes locais afectados de forma imediata pelo problema ambiental que procuram resolver, e que as características sócio-económicas dos locais onde as campanhas se desenrolam, como já referimos, são decisivas para a configuração do protesto e para as estratégias e reportórios empregues.

Finalmente, e ainda que o protesto ambiental local não esteja necessariamente relacionado com ele, há que referir o movimento ambientalista, designadamente as organizações não governamentais na área do ambiente. A sua presença em momentos de protesto ambiental local é expectável, no entanto, muitas vezes não são elas as responsáveis pela sua génese. As relações entre grupos de protesto local e associações ambientalistas são marcadas por uma certa distância, produzida por diferentes objectivos, diferentes formas de entender os problemas ambientais e, não menos importante, pelo perfil social muito distinto dos indivíduos que compõem uns e outras.

Síntese das coordenadas teóricas

A abordagem que adoptámos procura compreender a génese do protesto relacionado com o Tinto a partir de uma dimensão sócio-ambiental. Pretende-se compreender o conflito sem afastar da análise o seu objecto, o que implica traçar um retrato das principais características do Tinto, da sua degradação e das transformações que ela induziu na linha de água. Interessa-nos, numa primeira linha de análise, perceber o rio enquanto fenómeno sócio-ambiental, ou seja, enquanto uma realidade física dinâmica, em transformação, na qual os indivíduos inscrevem significados que resultam de condicionantes sociais, mas também das suas propriedades objectivas. Perceber o rio enquanto objecto sócio-ambiental é fundamental para compreender a forma como ele é localmente apropriado, o que, por sua vez, e tendo em conta que um conflito ambiental pode ser interpretado como uma disputa gerada por utilizações incompatíveis de um recurso natural, deve ser convocado para a análise do protesto. Porém, se o protesto pode estar relacionado com aquilo que o rio é enquanto realidade sócio-cultural, ele também pode contribuir para redefinir o segundo aspecto, através da inscrição de novos significados.

Uma segunda linha de análise está relacionada com o palco do protesto, Rio Tinto. A importância do local onde o protesto ambiental tem lugar para a sua compreensão é dupla: primeiro, enquanto contexto da acção colectiva, o local onde o protesto ocorre é fundamental para que se possa compreender o campo de relações externo do actor colectivo, as pessoas que nele participam e os recursos que ele pode mobilizar. Por outro lado, alguns trabalhos de investigação anteriores interpretaram o protesto ambiental local como um conflito pela definição e construção do lugar enquanto espaço físico dotado de referências e de sentido. Há que considerar a importância que os rios podem adquirir enquanto referência histórica, simbólica e identitária dos locais que cruzam, mesmo que, no caso do Tinto, este aspecto surja relativizado pelas suas características físicas, designadamente o seu caudal, as suas dimensões muito reduzidas, e os seus problemas de poluição e artificialização. De qualquer forma, caracterizar a localidade de Rio Tinto, pelo menos no que diz respeito aos seus aspectos fundamentais é de grande relevo.

Numa terceira linha, o campo de relações externo dos protagonistas do protesto, ou seja, os grupos e actores colectivos com que eles estabelecem relações e os contextos que podem condicioná-los, contribui para moldar e influenciar decisivamente o seu resultado. O protesto

tem sempre um alvo e uma audiência, os grupos de protesto têm opositores e aliados, e estes têm de ser devidamente analisados. Aspectos como as relações estabelecem os actores do protesto e o modo como estas contribuem para o moldar têm de ser incluído na análise.

A última linha de análise diz respeito às campanhas de protesto e aos seus protagonistas. Saber como começou o protesto, quem o protagonizou, a que estratégias e reportórios recorreu, que recursos mobilizou e como os mobilizou, e que significados atribuiu à acção colectiva: todos estes aspectos são fundamentais para se perceber a origem, a evolução e o desfecho das duas campanhas de protesto ambiental.

IV

O estado ecológico dos rios portugueses

O actual estado dos cursos de água portugueses não é o desejável. São muitos os rios, entre os quais alguns dos mais importantes e conhecidos do país, mas também várias linhas de água de dimensões mais modestas, que enfrentam problemas ecológicos de natureza diversa. O mau estado dos rios nacionais é um problema que tem gerado importantes repercussões, estando ligado a episódios de protesto ambiental e chamando a atenção da comunicação social. Ferreira identifica, como um dos primeiros conflitos ambientais relacionados com a poluição hídrica em Portugal, um protesto popular motivado pela poluição resultante da lavagem de minério de uma mina de cobre em Talhadas, Águeda, em 1924 (2012: 117-118). A este, outros se seguiram, em diversos rios, como por exemplo o Alviela, cuja contaminação, com uma história de décadas, tem gerado acções de protesto ambiental desde a década de 1950 (Ferreira, *ibidem*: 118; Cautela, 1977), ou o caso do Lis que, conhecendo igualmente um sério problema de poluição com uma longa história, tem suscitado a mobilização de organizações ambientalistas e sido alvo de ampla cobertura mediática (Garcia, 1999, Ferreira, *ibidem*). Do ponto de vista mediático, o problema da degradação dos rios portugueses terá conhecido o seu período de maior visibilidade durante as décadas de 1980 e 1990, momento em que as notícias sobre a poluição dos cursos de água se vulgarizaram, ao mesmo tempo que os *media* os retratavam menos como locais de lazer e começavam a abordar a necessidade da sua conservação (Schmidt e Valente, 2003). No entanto, nos últimos anos, o interesse mediático pela degradação dos rios tem sido menor, o que se explica, em parte, por uma quebra do seu valor de notícia, relacionada com a consolidação dos problemas ambientais dos cursos de água (Schmidt, 2007b).

A informação divulgada pelo Serviço Nacional de Informação sobre os Recursos Hídricos (SNIRH) indica que, desde 2004, a qualidade da água dos rios portugueses tem, de uma forma geral, melhorado significativamente. Os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica apresentam, tal como é definido pela legislação comunitária, uma caracterização detalhada dos rios nacionais e do seu estado ecológico, de acordo com os critérios previstos pela Directiva-Quadro da Água. Contudo, embora mais de metade dos rios tenha sido avaliado com a classificação de «bom» ou «excelente», o número de casos que não se encontra nessa situação ainda é muito elevado, totalizando 39%. Até 2015, ano no qual, de acordo com a

Directiva-Quadro da Água, todos os rios da comunidade europeia deverão estar em bom estado, a situação deverá registar uma evolução favorável, mas pouco significativa: cerca de um terço dos rios nacionais não deverá, ainda, possuir a qualidade preconizada pela legislação em vigor (Silva e Ferreira, 2012).

Não podemos deixar de referir alguns factores que contribuem para este quadro geral pouco animador respeitante ao estado das massas de água nacionais, em particular dos rios, nem de procurar perceber de que modo é que a situação evoluiu ao longo do tempo. De um modo geral, de acordo com o Relatório-Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas Previstas na Directiva-Quadro da Água (INAG, 2005), as indústrias não abrangidas pela Directiva 96/61/CE, relativa à prevenção e controlo integrados pela poluição, os efluentes domésticos urbanos e os aterros sanitários são as fontes de poluição tóxica com um impacto mais preocupante. Relativamente às fontes de poluição difusa destaca-se a agricultura. Em algumas regiões hidrográficas, os efluentes domésticos, as indústrias não abrangidas pela Directiva 96/61/CE, a agricultura e os aterros sanitários também são apontados como pressões importantes.

Aprovado e publicado em 2002 através do Decreto-Lei 112/2002 de 17 de Abril, o Plano Nacional da Água reconhecia que a qualidade das águas se estava a degradar progressivamente, e apontava um conjunto diversificado de factores que contribuíam para essa situação. Um desses factores, a forte erodibilidade de muitas bacias hidrográficas, é de natureza geológica. Outro, a condição de Portugal enquanto país de jusante de muitos rios, é de natureza geográfica. Outras razões estão relacionadas com o processo produtivo, tais como a persistência de práticas agrícolas prejudiciais ou o recurso a soluções tecnológicas que implicam o consumo de grandes quantidades de água, e o transporte de produtos perigosos. A informação insuficiente sobre as unidades industriais e a ausência de uma base de dados actualizada sobre as descargas industriais constituem outros problemas. Por outro lado, as linhas de água são vulneráveis à poluição tóxica, e persistem múltiplos focos de poluição difusa. O uso intensivo dos recursos hídricos, a artificialização dos cursos de água e a criação de barreiras que causam a redução do caudal e as dragagens são outros dos factores apontados.

Devem-se referir, ainda, os problemas colocados pelas insuficiências dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, uma situação de natureza estrutural no nosso país e que tarda a ser resolvida, apesar das possibilidades trazidas pela adesão à União Europeia (Ferreira,

2012). Não obstante os avultados investimentos realizados e dos importantes progressos realizados, o país tem-se revelado incapaz de cumprir as metas que traça para o sector (Ferreira, 2012; Silva e Ferreira, 2012). Os dados oficiais disponibilizados pelo Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais (INSAAR) referentes ao ano de 2009 revelam que, em Portugal Continental, os índices de cobertura (respeitantes à população que tem o serviço disponível) e de atendimento (relativos à população que efectivamente usufrui do serviço) dos sistemas de drenagem águas residuais se ficam, respectivamente, pelos 83% e 77%, ficando aquém da meta prevista pelo segundo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), situada numa taxa de cobertura dos sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais de 90% em Portugal Continental. No que diz respeito ao tratamento de águas residuais, as metas definidas encontravam-se ainda mais distantes: em Portugal Continental, o índice de atendimento equivale a 72% (INSAAR: 2010).

Em termos do funcionamento das redes de saneamento, e apesar dos progressos efectuados, persistem vários problemas que prejudicam a sua qualidade. A avaliação efectuada pela Entidade Reguladora do Sector da Água e Resíduos (ERSAR) referente ao ano de 2010 considerou que, na vertente em alta⁷, cerca de metade (52%) das entidades gestoras realiza um serviço satisfatório, ao mesmo tempo que um quinto das mesmas recebeu uma avaliação insuficiente. O peso das avaliações negativas para a vertente em baixa é muito semelhante (19%), verificando-se, no entanto, uma percentagem maior de avaliações satisfatórias (62%). Em qualquer dos casos, existem muitas oportunidades para introduzir melhorias (ERSAR, 2011: 445-447). Relativamente ao tratamento de águas residuais, existem também diversos problemas. A ineficiência de muitas ETAR (estações de tratamento de águas residuais) é um problema se verifica desde que elas começaram a ser implementadas no país, no âmbito do primeiro Quadro Comunitário de Apoio. O desempenho insatisfatório de muitas estações de tratamento de águas residuais do nosso país, mesmo depois de já ter motivado sanções, continua a ser um problema actual (IGAOT, 2004; Schmidt, 2007a, 2008).

Numa perspectiva histórica, e tal como outros problemas ambientais em Portugal, a degradação dos cursos de água, apesar de ser um fenómeno antigo, agravou-se a partir de meados do século XX (Ferreira, 2012), e foi impulsionada, sobretudo, por três factores fundamentais. Em primeiro lugar, o impulso industrial que se verificou a partir da década de

⁷ Nos sistemas de saneamento de águas residuais, a vertente “em baixa” diz respeito à recolha das águas residuais na sua origem, e a vertente “em alta” é responsável pela ligação entre a vertente anterior e o ponto final de rejeição das águas residuais.

1960, embora possa ser considerado débil, contribuiu para que se verificassem alguns problemas ambientais importantes, agravando também a poluição das águas. As transformações ocorridas nos sectores da agricultura e pecuária iriam também contribuir para uma maior contaminação do meio hídrico. Vários rios conheceram - conhecem, ainda - situações graves de poluição hídrica, associada, sobretudo, à actividade industrial (por exemplo, o Ave), agrícola (como o Guadiana) e pecuária (como o Lis) (Silva e Ferreira, 2012).

No mesmo período, os fenómenos de urbanização e suburbanização que se verificaram no país alcançaram uma nova dimensão, sobretudo nos territórios do litoral do país, e o tecido urbano cresceu num contexto inicial de ausência de planeamento e, posteriormente, de ineficácia do mesmo (Schmidt, 2008), o que implicou pressões muito importantes sobre os rios, desencadeando a multiplicação de casos de ocupação descuidada das margens e das zonas inundáveis, a destruição da galeria ripícola e intervenções sobre as linhas de água que conduziram a situações de artificialização graves, das quais os exemplos mais extremos são a canalização e o entubamento de linhas de água. Hoje existem, em Portugal, mais de 2000 quilómetros de linhas de água entubadas, intervenções geralmente levadas a cabo com o objectivo de construir vias de comunicação ou obter espaço para a ocupação urbana, mas que também surgem frequentemente como alternativa mais barata, no curto prazo, à reabilitação, permitindo a estabilização de margens durante longos períodos de tempo, a redução do risco de inundações, o controlo do volume de caudal ou a supressão dos cheiros intensos e desagradáveis que resultam da poluição. Estas são situações associadas sobretudo ao espaço urbano, mas também ocorrem com alguma frequência em áreas rurais (Teiga, 2011). Por outro lado, a urbanização rápida e mais ou menos espontânea não foi acompanhada à mesma velocidade pela instalação de infra-estruturas fundamentais, entre as quais o saneamento, com consequências negativas para a qualidade das águas e os ecossistemas fluviais (Domingues, 1996). De facto, a ineficácia do planeamento no nosso país contribuiu para a amplificação dos problemas que podem ocorrer em cursos de água urbanos. Foi apenas durante a década de 80 do século XX que surgiram os primeiros esforços no sentido de regular a utilização do solo, nomeadamente através da regulamentação e delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), que tinham como objectivo, respectivamente, a preservação dos solos mais férteis do país para as actividades agrícolas e a protecção de áreas de elevado valor ecológico, consideradas necessárias para a utilização e a exploração de

recursos equilibradas. A RAN e a REN só seriam, no entanto, regulamentadas no início dos anos 90, altura em que foram também aprovados os primeiros Planos Directores Municipais, instrumentos de ordenamento do território de grande importância no plano local. Não obstante, estas ferramentas foram elaboradas e accionadas quando muitos problemas já estavam instalados e se assistia à edificação nas margens e leitos de cheia dos cursos de água, muitas delas poluídas. Esta aproximação do edificado às linhas de água conduz à execução de intervenções de regularização das mesmas, no sentido de fixar as margens, impedir a migração do leito e evitar as consequências mais negativas dos períodos de cheias, o que teve como resultado a progressiva artificialização e degradação ecológica dos rios e ribeiros em território urbano.

A urbanização desordenada implica um risco de cheia mais elevado. De acordo com Miguel Azevedo Coutinho (1984), a expansão urbana promoveu a alteração dos usos do solo, comprometendo as práticas conservacionistas herdadas da tradição ou legalmente impostas. Ao mesmo tempo, verificou-se a construção em zonas de inundação, leitos de cheia e nos próprios leitos menores das linhas de água, frequentemente sem conhecimento das suas características ou dos potenciais riscos, situação que o autor considera poder ser analisada a dois níveis distintos: a incapacidade de prever estas situações, ou a omissão das mesmas ao nível do planeamento do território; e incumprimento da lei.

Devem ser assinalados, ainda, outro tipo de situações que contribuem para o mau estado dos rios portugueses. Um deles tem a ver com a reduzida eficácia da legislação ambiental (Figueiredo e Fidélis, 2003; Schmidt, 2008) e, mais especificamente, da água, o que está relacionado com o desconhecimento da mesma, mas também com a falta de uma fiscalização eficaz (Teiga, 2011). O Plano Nacional da Água identifica um reduzido nível de efectiva concretização dos objectivos de protecção da água definidos pelo quadro legal devido à fraca eficácia e comunicabilidade das normas em vigor. Muitas vezes, as intervenções sobre os cursos de água não se encontram em conformidade com os padrões de qualidade ambiental definidos (Teiga, *ibidem*).

O reduzido nível de informação da população em geral sobre o ambiente (Nave *et al*, 2000; Nave e Fonseca, 2004) e especificamente sobre os recursos hídricos, conjugado com a fraca participação e mobilização cívica (Garcia *et al*, 2000; Schmidt, 2009) concorre, também, para o actual estado de coisas, tal como o predomínio de processos de participação pública passivos, assentes em consulta e audiência pública (Teiga, 2011). Nas palavras de Pedro

Teiga, «a Participação Pública se encontra fragmentada, dispersa, em vários casos inexistente, ou reduzida a mera formalidade, traduzindo-se como inconsequente no processo de decisão. A causa da reduzida Participação Pública é multifactorial, essencialmente devido à falta de sensibilidade da sociedade e deficiente cultura política participativa. A reduzida cultura pública é notória na limitada mobilização dos cidadãos, na falta de motivação para a discussão de bens comuns, nas lacunas de informação e conhecimento, na ausência de *feedback* das acções de Participação Pública e ainda pela não aplicação de metodologias convergentes na gestão e actividades de participação pública» (idem, *ibidem*: 322-323).

V

A bacia do Tinto

De acordo com Teiga (2011: 515), o Tinto realiza um percurso de 9,5 quilómetros, tem uma bacia de drenagem com 7,6 quilómetros quadrados de área, e possui um caudal médio anual de 1,6 metros cúbicos por segundo. O rio desenha um vale longo e de declive pouco acentuado, de solos férteis e rico em recursos hídricos. Isso terá facilitado a fixação de populações e o desenvolvimento da agricultura, actividade que, desde um passado distante até meados do século XX, marcou a paisagem do vale do Tinto. As marcas desse passado rural estão, ainda hoje, presentes.

O percurso desta linha de água, com uma orientação genérica de Nordeste-Sudoeste, inicia-se no lugar dos Montes da Costa, localizados no concelho de Valongo, freguesia de Ermesinde. A maior parte do seu trajecto é realizado no concelho de Gondomar, na cidade de Rio Tinto, dividida administrativamente pelas freguesias de Baguim do Monte e Rio Tinto. Depois de percorrer mais alguns, poucos, quilómetros através da extremidade oriental da freguesia de Campanhã, no Porto, o rio finalmente desagua no rio Douro, no Freixo. A bacia hidrográfica do Tinto é ainda partilhada pela freguesia de Águas Santas, na Maia, por onde corre uma pequena linha de água afluente. Todo o trajecto do Tinto é realizado na AMP, região predominantemente urbana, formalmente criada como área administrativa em 1991 que, desde 2008, é oficialmente composta por 16 municípios - Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Este aglomerado urbano é habitado por mais de 1,7 milhões de pessoas, concentrando quase 17% da população portuguesa, mas encerra em si mesmo uma grande diversidade de situações distintas: alguns dos municípios que a compõem são territórios urbanos consolidados e densamente povoados, enquanto outros vivem ainda uma realidade predominantemente rural, apresentando uma densidade populacional mais baixa. O centro de influência da região, o Porto, é o concelho com mais habitantes por quilómetro quadrado (5710,2); por outro lado, Arouca apresenta uma densidade populacional muito baixa, com um valor de 67,6 habitantes por quilómetro quadrado, que reflecte uma realidade mais rural (Gato, 2013). De um modo geral, a AMP apresenta-se como um território urbano fragmentado, heterogéneo e difuso, resultante de “uma dinâmica espontânea de ocupação do solo, mais regulada pelo mercado e

pelos agentes imobiliários, do que pela existência de planos” (Domingues, 1999: 59).

De uma maneira geral, os territórios cruzados pelo Tinto encontram-se entre os mais urbanizados e densamente povoados da Área Metropolitana do Porto, estando incluídos naquilo que Rio Fernandes (2000, 2003, 2005) designa de «Grande Porto»: uma grande urbe desigual, composta pelo Porto e pelos seus municípios contíguos – Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo, Maia e Matosinhos - onde residem quase 1,1 milhões de habitantes. O Grande Porto deve ser entendido enquanto uma «cidade alargada, espaço de cidadãos que partilham e usam um território extenso» (Fernandes, 2003: 230), e que constitui o centro de um território litoral com forte ocupação urbana e demográfica, mas heterogéneo e policêntrico, delimitado, de forma grosseira, por Viana do Castelo a Norte e Aveiro a sul.

Na AMP – e, diminuindo a escala territorial, no Grande Porto - a lógica de centro e periferia não é tão marcada como, por exemplo, em Lisboa e na sua área envolvente: os municípios periféricos são relativamente independentes do centro, apresentando dinâmicas económicas e sociais relevantes, com uma presença importante de zonas industriais e comerciais, bem como de infraestruturas e equipamentos de grande relevância como, por exemplo, o aeroporto localizado na Maia (Gato, 2013; Fernandes; *ibidem*). Se no caso da periferia de Lisboa, se pode falar da existência de «cidades-dormitório», a mesma expressão não descreve convenientemente a realidade do Porto, sendo preferível pensar em «cidades-satélite» (Gato, *ibidem*: 7). A afirmação relativamente autónoma dos municípios periféricos faz com que o Grande Porto possa ser caracterizado como uma «realidade historicamente policêntrica» (Fernandes, *ibidem*: 234; ver também Vásquez, 1992; Gato, *ibidem*).

Nas quatro freguesias atravessadas pelo Tinto vivem mais de 136 mil pessoas. Ermesinde, Baguim do Monte, Rio Tinto e Campanhã são locais distintos, com as suas especificidades, mas também com alguns aspectos semelhantes. Eles situam-se na zona mais intensamente urbanizada do Grande Porto. Veremos que, comparativamente com Campanhã, Rio Tinto, Baguim do Monte e Ermesinde se urbanizaram recentemente, mas as marcas do passado rural ainda não abandonaram completamente nenhuma destas freguesias, estando presentes de forma persistente, sobretudo, nas margens do troço do rio localizado na primeira.

Por outro lado, importa também referir que todo o percurso do Tinto se localiza na zona oriental do Grande Porto. Isto é relevante porque existe uma oposição entre as zonas oeste e leste do Porto: quando comparada com a primeira, a segunda é mais penalizada do ponto de vista urbanístico, social, económico, ambiental e simbólico (Fernandes: 2000; 2003; 2005).

Esta é uma oposição que tem raízes históricas, remontando, pelo menos, ao século XIX, à fixação da comunidade inglesa no Oeste do Porto e à instalação da indústria (e, consequentemente, de alojamentos baratos e com condições precárias para os operários que chegavam vindos do mundo rural) em Campanhã.

Esta oposição não se limita ao município do Porto, alargando-se a todo o Grande Porto: Campanhã, as zonas interiores de Vila Nova de Gaia e os municípios orientais de Valongo e Gondomar oferecem sobretudo alojamento barato, proliferando os bairros sociais de grandes dimensões e contrastando com as zonas mais próximas do mar, onde se multiplicam os condomínios fechados. As diferenças não se fazem sentir apenas a nível habitacional: é igualmente do lado oriental que se concentram estabelecimentos comerciais de luxo e especializados, as sedes das organizações mais relevantes, escolas privadas prestigiadas e equipamentos culturais (Fernandes, 2005: 237-239). Esta dicotomia é acompanhada por um fenómeno de segregação social no Grande Porto, concentrando os privilegiados a oriente e os penalizados a ocidente, e tem sido agravada pelas decisões políticas e pelos investimentos públicos realizados (*idem, ibidem*: 239).

Por outro lado, todas as freguesias percorridas pelo Tinto são lugares de fronteira entre concelhos distintos do Grande Porto. Ermesinde está localizada na zona limite entre Valongo, a que pertence administrativamente, Gondomar e Maia; Baguim do Monte e Rio Tinto, freguesias de Gondomar, fazem fronteira com o Porto, Valongo e Maia; e Campanhã é a zona do Porto contígua a Gondomar. Reforçando ainda mais a sua condição de rio «fronteiriço», este pequeno curso de água nasce numa zona de Ermesinde já muito próxima de Baguim do Monte e o território que cruza em Campanhã localiza-se, como dissemos, na extremidade oriental da freguesia, logo, muito perto de Gondomar.

A localização do curso de água, percorrendo sempre territórios que delimitam concelhos distintos do Grande Porto, tem elevada relevância: Num contexto marcado pela ausência de uma coordenação inter-municipal eficaz (Fernandes: 2000, 2003) e de uma estratégia supra-municipal de ordenamento (Domingues: 1999; Fernandes: 2000), estes espaços de fronteira «são 'naturalmente' espaços menos valorizados e mais esquecidos, já que a sua condição periférica (pelo menos em termos administrativos) dificulta a priorização de investimentos autárquicos e facilita que aí se localizem alguns dos equipamentos menos bem vistos pelas populações» (Fernandes, 2005: 269). Este não é um problema exclusivo do Grande Porto, mas algo que ocorre em contextos de urbanização difusa: a expansão urbana

difficilmente é acompanhada pela estrutura administrativa, o que conduz a uma actuação descoordenada de múltiplas instituições, em territórios e competências diversas. Consequentemente, não existe uma intervenção estratégica devidamente coordenada e de nível macro (Domingues, 1999). É também nestes espaços «fronteiriços» que, frequentemente, se localizam estruturas que não são desejadas pelas populações locais, como é o caso do aterro da Lipor, situado na fronteira entre Baguim do Monte (Gondomar) e Ermesinde (Valongo) (Fernandes, 2003: 242-246).

Mas, entre os territórios referidos, também existem diferenças vincadas, sobretudo entre o vale de Campanhã, por um lado, e as cidades de Rio Tinto e Ermesinde, pelo outro. Campanhã foi, até meados do século XIX, uma área rural, onde se produziam alimentos para abastecer o Porto, e também local de veraneio das famílias burguesas portuenses. A partir da segunda metade desse século, esta freguesia do Porto conheceu um surto de industrialização com alguma importância que, conjugado com a chegada do caminho-de-ferro, esteve na origem de um crescimento demográfico assinalável (Gomes, 2003). A chegada de mão-de-obra industrial proveniente de zonas rurais deu origem à proliferação, por toda a freguesia, de habitações precárias de baixo custo – as «ilhas». A partir de meados do século passado, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, desenhou-se uma tendência para a concentração da habitação social do Porto nas suas freguesias periféricas, com especial relevo para Campanhã, que concentra, hoje, cerca de um quinto da habitação social desta cidade (Idem, *ibidem*: 78). A proliferação de “bairros sociais” transformou a paisagem da freguesia, e as consequentes transferências de população oriundas de outros locais da cidade, conjuntamente com o declínio da indústria, estiveram na origem da rotura das relações comunitárias inscritas no território (Pacheco *et al*, 1999). Campanhã, tal como o município a que pertence de um modo geral, tem perdido população ao longo das décadas mais recentes – com 32659 habitantes em 2011, contava com menos cerca de 6000 residentes do que em 2001 - e é, hoje, uma freguesia do Porto penalizada do ponto de vista urbanístico, económico e social. A sua extremidade oriental, onde correm os rios Tinto e Torto, apresenta ainda uma paisagem com fortes marcas de ruralidade, mesmo que algo descaracterizada pela presença de estradas e vias-rápidas de grande impacto visual. É também nesta zona que se pode encontrar uma das duas ETAR instaladas no rio Tinto, a ETAR do Freixo, que recebe as águas residuais do Porto oriental.

Ainda assim, este é um território a que é reconhecido um elevado valor ambiental no contexto

da cidade do Porto (Campo Aberto, 2006), devido à persistência de espaços não edificadas e pequenos bosques.

Não é demasiado arriscado afirmar que, para um grande número de portuenses, esta área, apesar de pertencer aos limites da cidade e do concelho (que são os mesmos), está excluída dos seus mapas mentais do Porto. Para além do contraste vincado entre o resto da cidade e esta zona particular de baixa densidade populacional e pouco edificada, outras razões concorrem para que ela seja afastada daquilo que é geralmente percebido como o Porto. Em primeiro lugar, ela encontra-se a oriente da estrada da Circunvalação, via que circunscreve a maior parte da cidade e é frequentemente tida como a linha que a separa dos municípios circundantes, a norte do Douro. No contexto do município trata-se de um território relativamente remoto, situado numa extremidade da cidade, para lá de alguns bairros sociais de grandes dimensões estigmatizados instalados em Campanhã.

Por outro lado, é uma zona consideravelmente desqualificada, um vale cruzado por viadutos rodoviários de grandes dimensões, onde existem cursos de água visivelmente poluídos e onde existem aterros e lixeiras ilegais. Neste território existe outro grande bairro de habitação social estigmatizado – o bairro do Lagarteiro – e não é difícil encontrar alojamentos em más condições de conservação, nem sequer habitações muito precárias, construídas de forma mais ou menos improvisada – os «barracos». É uma zona com grandes carências a nível de infraestruturas: em 2011, a rede de saneamento não se encontrava concluída nesta zona, e uma reportagem do *Jornal de Notícias* de 28 de Dezembro de 2009⁸ dava conta de insuficiências a nível do abastecimento de água e da iluminação pública. É, ainda, uma zona onde a oferta comercial é pouco diversificada, e com pouca presença de serviços, equipamentos educativos, sociais e de saúde e reduzida oferta cultural (Câmara Municipal do Porto, 2005). Na área do desporto e lazer, a situação melhorou com a inauguração do Parque Oriental, em Junho de 2010.

De uma maneira geral, a população desta zona ocupa espaços penalizadores do espaço social, possuindo baixas qualificações escolares. A taxa de desemprego é muito alta e a maior parte dos indivíduos empregados tem profissões pouco qualificadas e rendimentos baixos. Esta é, ainda, uma zona onde se verificam alguns problemas sociais graves e que agravam o risco de exclusão, como o consumo e o tráfico de droga (idem, *ibidem*). O perfil do Vale de Campanhã ajuda a perceber a distância simbólica que existe entre ele e o resto do Porto, materializada na

⁸ «Eles vivem do lado errado da cidade», *Jornal de Notícias*, 28.12.2009

expressão, usada pelos seus residentes, «vou ao Porto»⁹. Trata-se de uma zona da cidade singular, física e simbolicamente isolada, e estigmatizada.

Os restantes territórios atravessados pelo Tinto apresentam realidades diferentes, em muitos aspectos, daquela que marca Campanhã e, especificamente, a sua extremidade oriental. Ermesinde, o local onde o Tinto nasce e onde faz o seu percurso inicial, é a freguesia de Valongo mais próxima do Porto, zona de fronteira entre este concelho e os municípios vizinhos de Gondomar e Maia, e é também a sua zona mais urbana e mais densamente povoada: de acordo com os dados do recenseamento da população de 2011, nesta cidade vivem 5070 pessoas por quilómetro quadrado.

Ermesinde encontra-se ligada ao Porto por comboio desde 1875, e, em 1916, já era possível viajar entre as duas localidades de eléctrico. Mais tarde, este território foi atravessado por algumas das principais vias rodoviárias regionais. Ele foi classificado como vila em 1938 e como cidade em 1990 (Dias e Pereira, 2001), o que evidencia o forte crescimento demográfico que conheceu ao longo do século XX, sobretudo nas suas décadas finais. Se, em 1900, viviam em Ermesinde apenas 2733 pessoas, esse número tinha subido para 9229 em 1950. Na segunda metade do século, o crescimento demográfico é assinalável: em 2001, este território já tinha 38315 habitantes, menos 483 do que aqueles que tem hoje, o que sugere um abrandamento do crescimento. Se atentarmos na época de construção dos edifícios existentes em Ermesinde ficamos a perceber melhor a dimensão do crescimento urbano desta freguesia ao longo das últimas décadas do século XX: dos 6448 edifícios existentes, 5604 (ou seja, perto de 87%) foram construídos depois de 1960; destes, 4140 (cerca de dois terços do total) foram edificadas entre 1971 e 2000, e apenas cerca de 8% foram construídos entre 2001 e 2011, o que configura um valor claramente inferior aos observados nas décadas anteriores, sempre acima dos 20%. A densidade de edifícios é muito alta: 868,2 por quilómetro quadrado. Neste território predomina a função residencial.

A cidade de Rio Tinto, constituída oficialmente em 1995 e englobando as freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte, também conheceu um processo de crescimento urbano e demográfico assinalável ao longo do século XX, sendo hoje a zona mais populosa do concelho de Gondomar. A densidade populacional de Baguim do Monte é de 2584,3 habitantes por quilómetro quadrado, valor inferior àquele que se regista na freguesia de Rio Tinto, onde vivem 5404,2 pessoas por quilómetro quadrado. Localidade servida pelos

⁹«Eles vivem do lado errado da cidade», *Jornal de Notícias*, 28.12.2009

transportes urbanos do Porto desde 1921 e ligada a esta cidade pelo caminho de ferro desde 1889 e também por uma estrada nacional (Gomes, 2003; Magalhães *et al*, 1999); Rio Tinto foi um dos exemplos de periferização em relação ao Porto mais precoces, registando grandes aumentos populacionais ao longo da segunda metade do século: com uma população de 7890 em 1900, o território que viria a constituir a cidade de Rio Tinto tinha 22269 habitantes em 1950, número que quase duplicaria nas duas décadas seguintes, chegando aos 40270 habitantes em 1970. Em 2011, Rio Tinto contava com 50713 residentes e Baguim do Monte 14102, o que significa que na cidade constituída por estas duas freguesias viviam então 64815 pessoas. Entre 2001 e 2011, o número de residentes conheceu um incremento de mais de 3000 pessoas, revelando um abrandamento do seu crescimento demográfico. Na freguesia de Rio Tinto, cerca de dois terços dos edifícios existentes foram construídos após 1960, e 20% entre 1960 e 1970. A construção abrandou gradualmente ao longo das décadas seguintes: entre 1970 e 1980 foram construídos cerca de 15% de todos os edifícios hoje existentes na freguesia, valor que cairia para 7% no período 2001-2011. Em Baguim do Monte, o processo de urbanização foi mais tardio: cerca de 83% dos edifícios existentes são posteriores a 1960, sendo que, entre 1981 e 2000, foram construídos cerca de 45% dos 3167 edifícios existentes, e na década seguinte, construíram-se cerca de 11% daqueles, num claro abrandamento face aos dez anos anteriores, quando se construíram cerca de um quarto dos edifícios. A densidade de edifícios por quilómetro quadrado é hoje de 1034,36 em Rio Tinto e pouco mais de metade desse valor em Baguim do Monte, valores muito elevados, sobretudo no primeiro caso. Ermesinde, Baguim do Monte e Rio Tinto são, hoje, cidades que têm uma função predominantemente residencial.

Em termos de indicadores sociográficos, nota-se que os níveis de escolaridade, nos territórios que o Tinto atravessa, são similares entre si e não se afastam muito dos valores nacionais. Não obstante, Campanhã surge ligeiramente penalizada face às restantes freguesias. A taxa de analfabetismo que se verifica em Campanhã, de 4,6%, é quase tão alta como o valor que se verifica na generalidade do território nacional – 5,2% - e consideravelmente mais elevada do que os valores que se observam em Rio Tinto, Baguim do Monte e Ermesinde – respectivamente 2,5%, 2,9% e 2,7%.

Quadro nº1: escolaridade dos residentes de Ermesinde, Baguim do Monte, Rio Tinto, Campanhã e território nacional (em percentagem)

Grau de escolaridade	Freguesia				
	Ermesinde	Baguim do Monte	Rio Tinto	Campanhã	Portugal
Sem escolaridade	7	6,3	6,2	7,1	8,5
Ensino pré-escolar	2	2,4	2,3	1,8	2,5
Ensino básico, 1º ciclo	29	29,4	28,2	36,9	29,8
Ensino básico, 2º ciclo	11	10,9	11,5	11,6	10,4
Ensino básico, 3º ciclo	17	17,1	17,3	17,2	15,7
Ensino secundário	18	18,2	19	13,5	16,8
Ensino pós-secundário	1	0,9	1	0,7	0,9
Ensino superior	15	14,8	15,5	11,6	15,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: dados do Recenseamento Geral da População de 2011, INE

Outro indicador que penaliza a freguesia de Campanhã é a taxa de desemprego. De acordo com o último recenseamento da população, o desemprego em Portugal atingia, em 2011, um valor de 13,19%. Ermesinde, Baguim do Monte e Rio Tinto apresentam valores um pouco superiores a este e semelhantes entre si - respectivamente 15,58%, 17,87% e 15,76% - números que são muito inferiores à taxa de desemprego registada na freguesia portuense, onde cerca de um quarto da população activa (25,21%) não tinha emprego. A taxa de actividade de Campanhã (perto de 42%) é mais baixa do que aquela que se regista para os restantes territórios analisados (entre 50% e 52%). O quadro seguinte mostra a distribuição da população dos territórios atravessados pelo Tinto, sobressaindo o peso relativamente elevado dos trabalhadores não qualificados em Campanhã, comparativamente com as restantes freguesias:

Quadro nº2: distribuição dos residentes de Ermesinde, Baguim do Monte, Rio Tinto, Campanhã e do território nacional por grupos sócio-profissionais (em percentagem)

Grupo sócio-profissional	Freguesia				
	Ermesinde	Baguim do Monte	Rio Tinto	Campanhã	Portugal
Profissionais das forças armadas	0,4	0,2	0,3	0,3	0,7
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e executivos	6,5	8,4	6,5	5,1	7
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	8,1	8,1	9,1	8,1	8,5
Técnicos e profissionais de nível intermédio	12,3	11,3	12,9	10,1	9,5
Pessoal administrativo	14,3	12,5	15,5	13,5	11
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	17	16,6	18,6	18,4	14,1
Trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0,4	0,9	0,4	0,4	4
Trabalhadores qualificados da construção, indústria e artífices	20,3	22,1	17	17,3	21,5
Operadores de instalações e máquinas e operadores da montagem	8,6	8,4	7,3	7,3	8,6
Trabalhadores não qualificados	12,1	11,5	12,4	19,5	15
Total	100	100	100	100	100

Fonte: dados do Recenseamento Geral da População de 2011, INE

O processo de urbanização acelerada e forte crescimento demográfico que, primeiro Rio Tinto, e depois Baguim do Monte e Ermesinde conheceram implicou algumas consequências negativas para os territórios em causa. Vários dos problemas ambientais que, desde a década de 1960, ganharam especial expressão em Portugal estão relacionados com a urbanização do litoral do país. O processo de urbanização que se intensificou em Portugal a partir da segunda metade do século XX ocorreu num quadro inicial de ausência de planeamento, e que os instrumentos de planeamento e ordenamento do território entretanto criados se têm verificado pouco eficazes, o que produziu um urbanismo difuso e desordenado, predador do ambiente e desprovido de espaços públicos de qualidade (Domingues, 1999; Schmidt, 2008). Ermesinde e Rio Tinto são, hoje, locais onde ocorre um «encontro entre o rural e o urbano, normalmente menos bem conseguido, com aspectos de clara suburbanidade no caos aparente e na menor qualidade dos prédios e dos espaços públicos» (Fernandes, 2000: 129). A respeito das transformações ocorridas em Ermesinde ao longo das últimas décadas, Dias e Pereira

escreveram, na sua monografia sobre Ermesinde: «a partir de meados do século XX, Ermesinde mudou muito – foi o crescimento louco, em avalanche, desorganizado e incontrolável das últimas décadas»; acrescentando, ainda, que: «nas últimas décadas a população de Ermesinde mais que duplicou. Para tal facto contribuíram por certo as ocorrências políticas como o 25 de Abril e a descolonização portuguesa, mas que obrigaram a retomar à pátria muitos portugueses, mas também as melhores vias de comunicação com o Porto e com todo o Norte do país que fizeram de Ermesinde uma zona especialmente atractiva. Por isso, a construção civil tornou-se, em poucos anos, numa autêntica cidade-dormitório. Avançou o camartelo e o betão, mas faltaram espaços verdes, espaços para a cultura, para o desporto e para o lazer da população» (2001: 68-69). Relativamente a Rio Tinto, a impressão provocada pelas grandes mudanças que se fizeram sentir desde meados do século XX nos autores da *Monografia de Rio Tinto* é semelhante: eles lamentam a quebra dos laços pessoais e de interconhecimento que existiam no Rio Tinto rural, a descaracterização do território, e o crescimento desordenado e com pouca qualidade das áreas urbanizadas (Magalhães *et al*: 1999). A cidade de Rio Tinto, na verdade, não tem rosto de cidade: marginalizada e percebida como um subúrbio do Porto, espelha uma urbanização «de génese espontânea, sem qualquer tipo de plano» (Domingues, 1999: 60), e, consequentemente, sem qualidade e com carências infraestruturais.

Os problemas ecológicos do Tinto

O Tinto é um curso de água que conhece um conjunto diversificado de problemas ambientais graves que, apesar de já terem sido objecto de perguntas ao governo por parte de deputados da AR, de dois grandes momentos de conflito ambiental - ambos capazes de despertar um volume considerável de atenção por parte dos *media* e de produzir um impacto local assinalável - e de terem sido já realizados, por iniciativa de diferentes organismos administrativos, vários diagnósticos da sua situação, várias propostas e vários anúncios de projectos para a despoluição e valorização ambiental do rio, bem como propostas de dotação de verbas para a melhoria das suas condições na AR, continuam a fazer-se sentir ao longo de todo o percurso. O rio também foi, e continua a ser, estudado pelas universidades, a partir de diversas perspectivas científicas.

Os diagnósticos recentes do estado ecológico do Tinto revelam, de forma consensual, que esta

linha de água se encontra em mau estado. No âmbito do Plano Geral de Bacia Hidrográfica do Douro, o estado ecológico do Tinto foi considerado mau, a pior das cinco classificações previstas na Directiva-Quadro da Água, uma vez que a avaliação de qualidade biológica produziu o resultado de «mau» e a qualidade química da água foi considerada «insuficiente», as duas piores avaliações possíveis; para além disso, o rio enferma de vários problemas hidromorfológicos (ARH-N, Anexo II, 2011: 191). Trata-se de um curso de água onde foi detectada a presença de diversas substâncias poluentes, incluindo substâncias definidas como prioritárias pela legislação, e onde a qualidade da água se mantém consistentemente baixa ao longo de todo o percurso do rio (ARH-N, 2011; Teiga, 2011). O Tinto está desprovido de um corredor ecológico, encontra-se fortemente artificializado e, em diversos pontos, as alterações que sofreu foram «drásticas» (Teiga, *ibidem*: 520). O rio encontra-se fortemente artificializado desde a sua nascente: esta está encerrada numa estrutura de cimento, e ele só é visível alguns metros depois, atravessando um lavadouro, seguindo por um canal que, um pouco mais à frente, desaparece sob uma rua, aparecendo do outro lado, num leito muito estreito, confinado por uma casa de cada lado, voltando a desaparecer mais à frente, sob uma bomba de gasolina e uma estrada. Na zona da foz, o curso de água está, também, fortemente artificializado: depois de passar sob a rotunda do Freixo, corre para o rio Douro por um canal delimitado por duas altas paredes de pedra. Ao longo de todo o percurso, de resto, são muitos os locais onde o leito do rio se encontra emparedado por muros por vezes construídos em pedra, outra vezes em gabiões, e, outras vezes ainda, em cimento, sendo vários os troços onde, apesar de correr a céu aberto, o leito se encontra transformado num canal artificial. Estas transformações resultaram de intervenções com o objectivo conquistar solo ao rio, de estabilizar as suas margens ou de conter os riscos de inundação, que alteraram a sua morfologia, nem sempre beneficiando os seus ecossistemas e o seu valor ambiental.

Outro problema, comum ao longo de todo o percurso do rio, e que está relacionado com a sua artificialização, porque a impulsiona, consiste na ocupação das margens. O rio atravessa territórios fortemente urbanizados, onde a multiplicação dos edifícios e outras construções nem sempre respeitou critérios de preservação do domínio hídrico. Como consequência, caminhando ao longo do Tinto, encontrámos armazéns, fábricas, quintais e pátios, casas, prédios de apartamentos de grandes dimensões, um campo de futebol, que foram edificadas a escassos metros do canal do rio, ou que, em alguns casos, confinam com ele. Isto é visível, sobretudo, em Ermesinde, Rio Tinto e Baguim do Monte; no Porto, apenas algumas

construções antigas - estruturas como moinhos e algumas habitações - estão encostadas ao rio. Mas não é só com construções que as margens do Tinto são ocupadas e radicalmente transformadas: ao longo de todo o seu trajecto há, também, terrenos agrícolas contíguos ao rio e, no Porto, o Parque Oriental modificou drasticamente parte das margens do Tinto, transformando-as num relvado. Mais recentemente, a construção de uma linha do sistema de metro do Porto - entre o Estádio do Dragão, no Porto, e a Venda Nova, em Rio Tinto - que, em algumas zonas, entra em conflito com o rio, ocupando leitos de cheia e sobrepondo-se parcialmente com o seu canal, implicou também intervenções em alguns pontos que agravaram a sua artificialização.

O Tinto funciona como depósito de lixo. Em alguns locais mais isolados das suas margens, é fácil encontrar lixeiras a céu aberto, onde se concentra todo o tipo de desperdícios. A grande quantidade e diversidade de lixo existente no curso de água, bem como a existência de lixeiras a céu aberto nas margens, foi por nós constatada quando participámos em acções de limpeza promovidas pelo Move Rio Tinto. Existe, também, a prática de arremessar lixo directamente para o leito do rio, como nos explicaram alguns moradores das margens e os cientistas que entrevistámos.

Apesar de os dados oficiais apontarem para uma cobertura da rede de saneamento muito elevada na bacia do Tinto - índice de recolha e tratamento de águas residuais de 92%, de acordo com o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Douro (ARH-N anexo III: 482)¹⁰, a deficiente qualidade que a água deste rio conhece está relacionada com as pressões colocadas pelas águas residuais urbanas (idem, *ibidem*). De acordo com informações cedidas pela empresa Águas do Porto (AdP) em 2011, a presença de esgotos nas águas do Tinto - resultante da cobertura insuficiente da rede de saneamento, da ausência pontual de infraestruturas de saneamento e a inexistência de monitorização e manutenção regular das estações elevatórias e ejectores, e da persistência de ligações de águas residuais domésticas à rede de águas pluviais, bem como de descargas directas no rio - consiste no principal factor que contribui para o mau estado desta linha de água. Várias habitações localizadas na bacia deste curso de água não se encontram, ainda, ligadas à rede pública de saneamento, descarregando directamente para o rio: ainda que as estruturas de recolha de águas residuais estejam disponíveis em vários casos, nem todas as pessoas estão a usufruir do serviço. Por outro lado, ela sofre de várias disfunções: sob o leito do rio, em Rio Tinto, foram instalados colectores, e, em vários pontos,

¹⁰ Valor que ultrapassa a meta de 90% traçada pelo PEAASAR II para 2013

caixas de saneamento ocupam algum espaço no canal da linha de água. Por vezes, devido à ocorrência de danos ou obstruções nestas estruturas, as águas residuais que elas transportam chegam ao rio. A sua qualidade suscita dúvidas nos grupos de protesto focados no rio Tinto e, também, em alguns académicos. Durante o período de recolha de dados para a realização deste trabalho, deparámo-nos com três situações de rotura de condutas de saneamento na bacia do Tinto instaladas no leito de linhas de água que contribuíram para episódios de aumento significativo da poluição.

Como causas para a poluição do Tinto foram apontadas a falta de ligações de várias casas nas margens à rede de saneamento pública, descarregando antes na linha de água, mas também problemas na própria rede de saneamento, nomeadamente: 1) uma ETAR que não funciona adequadamente, sendo antes mais um foco de poluição (foi explicado por um dos formadores que a ETAR, de tratamento secundário, está subdimensionada e apresenta múltiplos defeitos de concepção, drenando água do rio quando o caudal deste é maior) 2) um emissário de saneamento enterrado no leito do rio, construído em cimento e fibrocimento, de impermeabilidade duvidosa, que frequentemente se danifica em momentos de maior caudal e drena directamente para o rio (e capta, também, água do rio).

Diário de Campo, 13.07.2011 (sobre a participação num curso de verão promovido pela Universidade Católica Portuguesa, dedicado ao tema da degradação das linhas de água e movimentos cívicos associados).

Para além disso, a ETAR de Rio Tinto tem tido um funcionamento deficiente. Esta estação de tratamento secundário é considerada desadequada por vários actores colectivos que reivindicam a valorização do rio Tinto, mas igualmente por políticos locais e académicos, contribuindo, com o seu mau desempenho, para a poluição do rio. Esta estação entrou em funcionamento em 1996 e, logo no ano seguinte, foram-lhe apontados, pelo *Arauto de Rio Tinto*¹¹, os defeitos de subdimensionamento relativamente à população servida e de recurso a tecnologia obsoleta. Os odores intensos produzidos por este equipamento motivaram, por diversas vezes, queixas dos moradores da zona que, ocasionalmente, encontraram eco na comunicação social nacional¹². Se, há alguns anos atrás, a empresa Águas de Gondomar (AdG) afirmava que esta infraestrutura funcionava em consonância com as regras definidas, apesar de admitir algumas dificuldades, motivadas pela recepção de efluentes industriais que não está preparada para tratar¹³, o plano de bacia hidrográfica do Douro previu um investimento de cerca de cinco milhões de euros com o objectivo de melhorar o seu

¹¹ Edição de 06.1997

¹² «Mau cheiro no rio Tinto sem solução à vista», *Jornal de Notícias*, 05.04.2009; «Rio Tinto sofre com o cheiro de ETAR», *Jornal de Notícias* de 03.06.2005

¹³ «Descarga ilegais poluem o rio», *Vivacidade*, 04.2007

desempenho¹⁴. Esta proposta, no entanto, não reuniu total consenso: o Movimento em Defesa do Rio Tinto defende que a possibilidade de reformar, com sucesso, uma ETAR antiga e com um funcionamento insatisfatório é reduzida, preferindo o seu encerramento. Esta é uma posição que encontra eco em alguns actores políticos e que vai de encontro, também, à opinião de alguns investigadores do mundo académico, que acreditam que a reestruturação da ETAR não será uma medida que possa elevar o seu desempenho para os níveis de qualidade exigíveis. Acrescente-se que, para além desta, outra ETAR descarrega para o rio Tinto a escassos quilómetros de distância: a ETAR do Freixo, um equipamento inaugurado no ano 2000, com capacidade para efectuar o tratamento terciário.

Ainda que a poluição que se verifica no Tinto esteja hoje relacionada, sobretudo, com a presença de águas residuais domésticas, o rio também recebe efluentes não tratados provenientes de actividades agrícolas e industriais que contribuem para a sua contaminação. Uma importante fonte de poluição do Tinto é uma vacaria que rejeita as suas águas residuais directamente para o curso de água. De acordo com o que apurámos através das entrevistas com académicos conhecedores do Tinto, as descargas industriais são, por vezes, responsáveis por estragos nas duas estações de tratamento de águas residuais instaladas nas proximidades do Tinto, e a comunicação social já revelou outros danos materiais causados por este problema, designadamente em embarcações ancoradas na marina do Freixo¹⁵ que, localizada junto ao sítio onde desaguam os rios Tinto e Torto, numa curva apertada do Douro e local de fortes correntes onde a água é de qualidade muito baixa, levantando dúvidas quanto às suas condições de segurança¹⁶.

A poluição é, de resto, um problema antigo, com uma história de várias décadas, agravando-se, de acordo com a memória de alguns moradores mais idosos, a partir da segunda metade do século XX, sobretudo na década de 1960. Mas, na opinião de um cientista entrevistado, as questões de poluição podem ser anteriores a esse momento.

¹⁴ O anúncio de concurso público para a remodelação da ETAR de Rio Tinto foi publicado na II série do Diário da República de 15.12.2011. O valor base apresentado foi de 4,75 milhões de euros e o contrato tinha um prazo de execução de 480 dias. As obras foram concluídas em 2013, mas a controvérsia relativamente ao desempenho da ETAR persiste.

¹⁵ «Descargas ilegais no rio Tinto pintam de branco água da marina do Freixo», *Jornal de Notícias*, 29.11.2006

¹⁶ «Saúde pública e segurança em risco na marina do Freixo», *Jornal de Notícias*, 21.01.2005; «Associação ambientalista critica nova marina», *Jornal de Notícias*, 03.02.2005.

No caso do rio Tinto, quando comecei a fazer o estudo, não me preocupei tanto em encontrar um referencial temporal do estado da qualidade, o que é bastante difícil, porque provavelmente teria de recuar até antes da instalação das indústrias, antes da ocupação agrícola intensiva das margens, e isso poderia significar ir aí para o início do século passado. Mil novecentos e vinte, ou ainda mais tarde.

Cientista

Este problema já teve contornos mais graves quando, nos territórios que enquadram o rio Tinto, a indústria tinha uma presença mais visível. A memória de um rio que, devido às descargas industriais não tratadas que recebia provenientes, sobretudo, do sector têxtil, mudava frequentemente de cor, ainda persiste em pessoas que conhecem o Tinto de há duas ou três décadas atrás. Em Rio Tinto há mesmo quem diga, erradamente, que o nome do rio se deve à poluição gerada pelas indústrias.

Devemos ainda referir a presença de um aterro sanitário nas imediações do Tinto, na zona de fronteira entre Ermesinde, Baguim do Monte e Águas Santas. Em meados da década de 1960 foi aí instalada uma lixeira e unidade de aproveitamento de resíduos urbanos, com o nome de Fertor, que se viria a revelar um foco de poluição muito significativo durante as décadas seguintes. Não se verificava, na altura, preocupação com o impacto ambiental da lixeira, sendo inexistentes os cuidados com a impermeabilização, a drenagem dos lixiviados, ou a captação do biogás. Foi ainda nos anos sessenta do século XX que se assistiu a alguma contestação contra os efeitos poluidores deste complexo, designadamente contra os odores intensos e desagradáveis que se faziam sentir na região. Em 1982, com a criação da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto¹⁷ – a lixeira seria adquirida por esta organização. É a partir da década de 1990 que passam a existir alguns cuidados ambientais, com a aplicação de uma camada de selagem, a instalação de sistemas de drenagem e a estabilização do agora aterro com um revestimento vegetal. Na década seguinte deu-se o encerramento do aterro, mantendo-se, desde então, um conjunto de medidas destinadas a controlar os seus impactos ambientais: estabilização, revestimento vegetal, selagem e desgazeificação. Os lixiviados produzidos no aterro são, de acordo com a Lipor, acumulados em reservatórios, sendo, depois, transportados para serem tratados em ETAR. Ao longo dos últimos anos, tem sido experimentado um novo sistema de tratamento de lixiviados nas instalações desta entidade. É ainda efectuada a monitorização das águas subterrâneas.

Esta antiga lixeira contribuiu, no passado, para a degradação da qualidade da água do rio

¹⁷ A Lipor, constituída como associação de municípios em 1982, é responsável pelo tratamento dos resíduos urbanos dos oito municípios da Área Metropolitana do Porto que a integram actualmente: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

Tinto. A Lipor afirma que, nos últimos anos, tem adoptado todas as medidas necessárias para minimizar esses efeitos e que já deixou de contribuir para a poluição da linha de água, perspectiva que é partilhada por elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto; no entanto, dois cientistas que entrevistámos consideram que os efeitos da Lipor sobre o rio Tinto ainda não estão devidamente clarificados, alegando que os lixiviados do aterro poderão poluir a linha de água. A Lipor continua a ser apontada como um dos principais poluidores do Tinto pelo Movimento Rio Tinto a Concelho.

O formador afirmou que, apesar de o aterro da Lipor estar selado e impermeabilizado, a impermeabilização não foi total, e ainda existe alguma contaminação do rio por parte do aterro. Pelo menos, a água apresenta pior qualidade logo após a Lipor do que imediatamente antes. Mas concluindo-se as ligações à rede de saneamento pública e encaminhando-se as águas residuais de Rio Tinto para a ETAR do Freixo, desactivando-se a ETAR do Meiral, o problema de poluição do rio estaria, em grande parte, resolvido.

Diário de Campo, 13.07.2011 (sobre a participação num curso de verão promovido pela Universidade Católica Portuguesa, dedicado ao tema da degradação das linhas de água e movimentos cívicos associados).

Apesar disso, nem o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro, nem o plano de reabilitação do rio Tinto coordenado pela Águas do Porto contemplam a necessidade de adoptar medidas que mitiguem eventuais efeitos poluidores gerados pelo aterro em causa, que não é identificado enquanto fonte de contaminação.

A generalidade dos problemas ecológicos encontrados no rio Tinto é directamente perceptível através dos sentidos, sendo identificada pelas pessoas que têm algum contacto com o rio. Para além disso, deles advêm consequências negativas para quem habita na bacia hidrográfica, sobretudo para os que residem nas margens, em casas muito próximas da linha de água.

O rio exala um odor desagradável e intenso, sobretudo no seu troço localizado no Porto, onde o pudemos sentir em todas as deslocações que lá fizemos. A montante, este incómodo da poluição não tem uma presença tão forte, mas também se faz sentir. Para além disso, a poluição do rio e a presença do entulho criam um ambiente de insalubridade e contribuem para a presença de animais indesejados nas proximidades do Tinto, nomeadamente ratos e mosquitos. Algumas das intervenções realizadas nas margens e leito poderão também ter funcionado, inadvertidamente, como um convite para a presença de espécies animais indesejadas, como se discutiu numa sessão de participação pública do Plano Geral de Bacia Hidrográfica do Douro:

A interveniente chamou a atenção para as técnicas a utilizar na requalificação do Tinto, uma vez que certo tipo de intervenções poderia ter efeitos negativos e diminuir a qualidade de vida de quem vive perto da linha de água. Exemplificou com as obras de regularização das margens de vários troços em Rio Tinto, na sequência da construção de uma linha de Metro de superfície: a colocação de muros de gabiões para estabilizar as margens acabou por, indirectamente, contribuir para uma infestação de ratos, uma vez que os detritos sólidos que abundam no rio ficaram presos nos arames que seguram cada bloco do muro, atraindo assim aqueles animais.

Diário de Campo, 29.03.2012. Sessão de Participação Pública no âmbito do Plano Geral de Bacia Hidrográfica do Douro

A presença de uma grande quantidade de lixos sólidos, num rio que tem grande parte da sua bacia de drenagem impermeabilizada e do seu canal artificializado, tem criado problemas de obstrução em zonas onde o leito é mais estreito ou onde se verifica a intersecção com vias rodoviárias, o que é um problema em caso aumento do volume de caudal, exponenciando o risco de inundação. Este, por sua vez, tem vindo a crescer com a ocupação das margens e a artificialização e estreitamento do leito. Através das entrevistas que realizámos com moradores das margens do Tinto, e também através da participação nas iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto, ficamos a saber que há locais em que é comum, em momentos de chuva mais intensa, as águas do rio transbordarem o seu canal, inundando partes de via rodoviárias, quintais e garagens. Isto acontece em zonas onde o rio passa sob ruas, em situações em que as garagens estão a uma cota inferior à do rio, e em casas construídas em zona inundável. No ano 2000 ocorreram inundações no Tinto que encontraram eco na imprensa local, e deram origem a artigos de opinião, por parte de pessoas ligadas ao Movimento Rio Tinto a Concelho, onde se considerava a possibilidade de acontecimentos como esse, ou ainda mais graves, voltarem a ocorrer, associados à forte artificialização do rio – nomeadamente, ao entubamento de um troço – e à impermeabilização dos terrenos e ocupação das margens¹⁸. Alguns anos depois, em Dezembro de 2009, ocorreram as mais graves cheias do Tinto das últimas décadas, responsáveis por prejuízos de cerca de 2 milhões de euros e pelo realojamento temporário de 15 famílias na freguesia de Rio Tinto. A sua origem foi associada não só à pluviosidade intensa que, durante um período de tempo prolongado, se fez sentir na bacia do Tinto, mas também aos constrangimentos de espaço que o rio enfrenta, à sua artificialização, à edificação nas margens, e à presença de lixos sólidos no leito e nas margens (muitos destes foram arrastados para o leito), que contribuíram para a

¹⁸ Serafim Coutinho (membro do Movimento Rio Tinto a Concelho), «Rio Tinto, o rio e o que poderá vir!... ou uma tragédia em embrião», *Voz de Rio Tinto*, 01.2001

obstrução do canal em vários pontos críticos. As obras, então em curso, para a construção da linha F do Metro do Porto foram, também, apontadas como algo que contribuiu para a inundação verificada e para os estragos provocados, sobretudo na zona das Perlinhas¹⁹. Alguns materiais empregues na construção da linha, nomeadamente tubos de grandes dimensões, estavam armazenados nas margens e foram, na sequência das chuvas, arrastados para o leito do rio e, uma vez lá, conduzidos, pelas águas, ao longo do seu trajecto, destruindo e danificando aquilo com que iam colidindo pelo seu caminho²⁰.

Afirmámos que a realidade do Tinto reflecte as transformações que os territórios que ele percorre conheceram, bem como certos condicionamentos que estes enfrentam pelo seu posicionamento na AMP. O estado de degradação ambiental do Tinto reflecte a sua localização geográfica, no oriente do Grande Porto, circulando por zonas que delimitam diferentes municípios, e os condicionalismos que os territórios que se situam em zonas de fronteira entre municípios do Grande Porto e que são menos próximos do mar enfrentam.

Quando procura exemplos para mostrar que o oriente do Porto é penalizado face ao ocidente e que essa penalização é agravada pela actuação dos decisores políticos, Rio Fernandes refere as intervenções sobre linhas de água no sentido de melhorar as suas condições, opondo a ribeira da Granja, situada a oeste, com o Tinto e o Torto, localizados a este (2005). Quer isto dizer que o facto de, no contexto desta dicotomia este-oeste, o Tinto estar situado no lado menos privilegiado da cidade ajuda a perceber porque continua a correr poluído e, ao longo da maior parte do seu percurso, ao ar livre, gerando incómodos e riscos para a população mais próxima.

As dificuldades de coordenação entre os diversos municípios do Grande Porto e de tomar decisões estratégicas tendo em conta todo esse território, e não apenas o nível de um concelho, são também evidentes no caso do Tinto. Elas estão patentes, por exemplo, nas dificuldades em coordenar um esforço conjunto no sentido de reabilitar o curso de água entre Porto, Gondomar e Valongo, assistindo-se a situações como a criação de um parque no primeiro dos municípios nas margens de um rio que já entra no seu território muito poluído; à inauguração, num intervalo de tempo de apenas quatro anos, de duas ETAR nas margens do rio, em municípios diferentes, mas distanciadas entre si por não mais de dois ou três quilómetros; ou na demora, apesar de declarações públicas nesse sentido de todas as partes e da multiplicação de estudos sobre o estado ambiental do rio, de colocar no terreno um esforço

¹⁹ «Cheia do rio Tinto causou prejuízo de milhões», *Jornal de Notícias*, 14.04.2010

²⁰ «Vítimas das cheias do rio Tinto ainda à espera de ajuda», *Jornal de Notícias*, 15.08.2010

conjunto de valorização do rio ao longo de todo o seu percurso e envolvendo as diversas instituições com responsabilidades na sua gestão.

Podemos ainda referir outro episódio que demonstra como este problema, que se verifica no Grande Porto e, noutra escala territorial, na AMP, deve ser equacionado quando se fala na degradação ecológica do Tinto e na incapacidade que os poderes públicos têm revelado para implementar soluções: Em 2002, foi desactivado temporariamente um colector de saneamento que servia uma zona partilhada pelas cidades do Porto e de Rio Tinto para permitir a construção do centro comercial Parque Nascente. O colector acabaria por ficar danificado e, durante os seis anos seguintes, o Tinto recebeu diariamente seis milhões de litros de esgoto encaminhados para a rede pluvial, enquanto se discutia sobre que entidade recaía a responsabilidade da reparação e, posteriormente, se elaboravam pareceres técnicos, até que, em 2008, o colector foi finalmente reparado²¹.

Afirmámos que a realidade do Tinto reflecte as transformações que os territórios que ele percorre conheceram, bem como certos condicionamentos que estes enfrentam pelo seu posicionamento na Área Metropolitana do Porto. Podemos, ainda, considerar que as disfunções ecológicas que esta linha de água enfrenta também espelham vários problemas ambientais que existem em Portugal. Os sintomas associados ao síndrome do ribeiro urbano são facilmente detectados neste curso de água – incluindo, como teremos oportunidade de demonstrar mais à frente, a sua degradação social por via da perda dos benefícios que um rio em bom estado fornece a uma cidade, ou seja, através da quebra do seu valor eco-social. O Tinto reflecte não só a urbanização dos territórios envolventes, mas também várias características desse processo: ineficácia, deficiências e erros ao nível do planeamento que conduziram à ocupação das margens e canalização do rio, pouca preocupação com aspectos ambientais, e a rapidez e espontaneidade que marcaram o crescimento do tecido urbano, o que fez com que as cidades crescessem mais depressa do que as suas infraestruturas fundamentais, como a rede de saneamento. As carências relativas aos sistemas públicos de saneamento e de tratamento de águas residuais são, lembramos, um dos problemas ambientais que o país ainda tem de resolver, não obstante os importantes progressos registados e possibilitados pela elevação dos padrões de exigência e pelo acréscimo de meios que a adesão à União Europeia implicou. O falhanço do ordenamento do território, articulado com a urbanização abrupta do país, é também outro traço fundamental do país ambiental das últimas décadas.

²¹ «Parque Nascente repara colector seis anos depois», *Jornal de Notícias*, 16.08.2008

O caso do Tinto mostra, ainda, que a mais elementar exigência de preservação de qualidade do ambiente não foram plenamente adoptados pelos portugueses, seja por falta de informação e cultura ambiental - como indicia a abundância e a diversidade de lixo sólido abandonado na linha de água, quando existem locais próprios para a sua deposição e sistemas de recolha gratuitos - seja, também, por dificuldades económicas, dada a persistência de casas que despejam esgoto directamente no Tinto em zonas já servidas pela rede pública de saneamento, mas à qual ainda não estão ligadas. O que também está bem presente é a pouca eficácia dos instrumentos legais de protecção do ambiente e das autoridades locais responsáveis, bem como a falta de fiscalização que existe nesta área.

As declarações públicas sobre a necessidade de reabilitação do rio e os projectos e estudos para reabilitar o Tinto multiplicam-se²². Ainda assim, o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro considera que, previsivelmente, o rio Tinto não irá alcançar o bom estado ecológico até 2015, não conseguindo, assim, cumprir a meta estipulada pela legislação comunitária e nacional relevante, e prevê a prorrogação deste prazo para 2027, por motivos de exequibilidade técnica (ARH-N anexo III, 2011: 482). Este documento define, como medidas necessárias para cumprir esse objectivo, a implementação de melhorias na ETAR de Rio Tinto, «requalificação e valorização» (idem, *ibidem*: 483) do rio, diagnóstico e, se necessário, controlo das afluições indevidas aos sistemas de saneamento urbano e à rede hidrográfica, e identificação de descargas ilegais na linha de água. Para colocar estas medidas em prática estimou-se um investimento total de 6,55 milhões de euros, dividido pelos anos de 2012 (a maior fatia, cerca de 5,4 milhões, seria aplicada ao longo desse ano) a 2015.

²² Não é objectivo deste trabalho abordar as tentativas de despoluição do Tinto nem tentar explicar o seu insucesso. No entanto, referimos algumas iniciativas com que nos deparamos, através da comunicação social ou do contacto com instituições com responsabilidade na gestão do rio, ao longo da realização da pesquisa. No ano 2000, a Lipor financiou a elaboração de um projecto de despoluição do rio que poderia ser implementado pelos municípios, mas que nunca foi concretizado. No mesmo ano, a empresa Atkins concluiu um estudo denominado “estratégia de valorização ambiental do vale do rio Tinto”, encomendado pela Câmara Municipal de Gondomar. Em 2006 foram apresentados os resultados de um estudo sobre a qualidade da água do Tinto e as fontes de poluição encomendado pela empresa Águas de Gondomar à Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica. Consequentemente, a Águas de Gondomar, através de um dos seus administradores, anunciou, nessa ocasião, que iria promover uma campanha de sensibilização ambiental da população e uma maior fiscalização, comprometendo-se, ainda, a completar a rede de saneamento, em Rio Tinto, em três anos. Em 2007 foram apresentados os resultados de um estudo para a reabilitação do Tinto encomendado pela Câmara Municipal do Porto ao Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Também em 2007, a empresa Águas do Porto iniciou o projecto “ribeiras do Porto”, com o objectivo de despoluir as linhas de água urbanas da cidade até 2009. No âmbito deste projecto foi elaborado um plano de intervenção para o rio Tinto envolvendo também as câmaras municipais de Valongo, Gondomar e Porto e as empresas Águas de Gondomar e Águas de Valongo – Grupo Veolia, que tinha como objectivos a redução da poluição e a requalificação paisagística e ambiental do curso de água. Em 2013, foi assinado um protocolo entre a Lipor, Agência Portuguesa do Ambiente, a Universidade Fernando Pessoa e as Câmaras Municipais de Valongo, Gondomar e Porto, estabelecendo um programa de identificação e erradicação das fontes de poluição com a duração de 3 anos. Após as cheias de 2009, a ARH do Norte voltou a sua atenção para o Rio Tinto, tendo submetido duas candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para obter financiamento para projectos relacionados com a linha de água: um estudo sobre o risco de cheia e outro sobre o desordenamento fluvial. A ARH-N também reuniu com o Move Rio Tinto e com várias entidades relevantes no sentido de discutir os problemas do Tinto e encontrar soluções.

O contexto político

As possíveis relações identificadas, no momento da apresentação do nosso enquadramento teórico, entre as relações de força entre partidos políticos e a emergência de protesto ambiental tornam indispensável uma referência àquela que é o quadro político no território onde eclodiu o protesto. Vamos retratar aquela que tem sido a representação dos diferentes partidos na Câmara Municipal de Gondomar e nas Juntas de Freguesia de Rio Tinto e Baguim do Monte.

A história dos resultados das eleições autárquicas no município de Gondomar, mais especificamente das votações para a Câmara Municipal, pode ser dividida em quatro momentos distintos: até 1997, e apesar de o Partido Socialista (PS) ter vencido o sufrágio por três vezes consecutivas, em 1982, 1985 e 1989, as preferências dos eleitores estiveram divididas, sobretudo, entre aquele partido e o Partido Social-Democrata (PSD), concorrendo sozinho ou integrado na coligação Aliança Democrática. As listas de cada uma destas forças políticas surgiam sempre separadas, em termos de votos obtidos, por escassos pontos percentuais, e, exceptuando o caso do sufrágio de 1976, a lista vencedora conseguia apenas mais um mandato de vereador do que a segunda lista mais votada. Em 1993, ano em que Valentim Loureiro foi eleito presidente pela primeira vez, concorrendo pelo PSD, o equilíbrio foi quase total: separados por menos de 1% dos votos, PSD e PS elegeram, cada um, cinco vereadores.

A partir de 1997 e até 2009 revelou-se uma tendência completamente diferente: a do domínio da Câmara Municipal por Valentim Loureiro, primeiro encabeçando listas apoiadas pelo PSD e, depois, por cidadãos independentes. Em 1997, o então presidente da Câmara Municipal foi eleito com mais de dois terços dos votos, obtendo, nos dois sufrágios seguintes, votações bem acima dos 50%, que garantiram às suas listas maioria absoluta de mandatos.

Nas autárquicas de 2009, porém, a lista do grupo intitulado Valentim Loureiro Gondomar no Coração, não logrou preencher mais do que cinco dos onze lugares possíveis de vereador, perdendo a posição muito confortável que, durante 12 anos, tinha detido na Câmara Municipal de Gondomar. Este foi um cenário que durou apenas um mandato: nas autárquicas seguintes, em 2013, com Valentim Loureiro impedido de se candidatar por ter atingido o limite de mandatos consecutivos e a lista Valentim Loureiro Gondomar no Coração, liderada por Fernando Paulo, excluída do sufrágio pelo tribunal de Gondomar por irregularidades no

processo de recolha de assinaturas, a lista do PS, encabeçada por Marco Martins, venceu a eleição com maioria absoluta, dando início a um quarto e novo momento.

Outro aspecto que chama imediatamente a atenção é a dificuldade que as forças políticas que não o PS, o PSD e o grupo de Valentim Loureiro sentem, sobretudo em votações mais recentes, para eleger vereadores. É certo que a coligação Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) conseguiu eleger 2 vereadores em 1976, o mesmo número que a coligação Aliança Povo Unido (APU) colocou em 1985. O Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral MDP/CDE elegeu um vereador em 1989, tal como o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), e a Coligação Democrática Unitária (CDU) fez o mesmo em 1993, 2001 e 2013. Porém, em 1997, todos os vereadores eleitos pertenciam às listas do PSD ou do PS e, em 2005 e 2009, apenas as listas de Valentim Loureiro e destes dois partidos – ou das coligações por eles integradas, uma vez que o PSD se apresentou coligado com o CDS-PP - lograram obter mandatos na Câmara Municipal.

Na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto verifica-se uma alternância de períodos de maioria socialista (1976-1979, 1989-1997 e 2005 até agora) com outros de maioria da coligação AD (1979-1982) e de um dos partidos que compõem esta coligação, o PSD (1982-1989 e 1997-2005). As votações foram quase sempre muito divididas, e, até 2013, apenas uma lista - a do PS, em 2005 - obteve mais de 50% dos votos.

Na Assembleia de Freguesia de Baguim do Monte, o PS venceu duas eleições consecutivas (1989 e 1993), a que se seguiram duas vitórias do PSD (1997 e 2001), voltando depois o PS a ser o partido mais representado, vencendo as eleições de 2005 e 2009. Até 2013, e excepto nos dois primeiros sufrágios, o partido vencedor conseguiu sempre a maioria absoluta dos lugares na Assembleia.

Quer isto dizer que, quando a primeira campanha de protesto ambiental estudada se inicia, Valentim Loureiro estava prestes a ser reeleito presidente da Câmara Municipal de Gondomar pelo PSD pela primeira vez e a passar de uma situação em que os restantes partidos tinham maior número de vereadores (1 da CDU e 5 do PS contra 5 do seu partido) para outra em que as listas por si encabeçadas - do PSD e, depois, compostas por cidadãos independentes - dominam a Câmara Municipal, situação que se prolongou até 2009. As Assembleias de Freguesia de Rio Tinto e Baguim do Monte estavam, também, prestes a ser conquistadas pelo PSD, embora, no primeiro caso, o partido não tenha conseguido obter maioria absoluta. Assim, em 2006, quando se iniciou a segunda campanha de protesto, a lista de Valentim

Loureiro continuava a ser a mais representada da autarquia, onde apenas PS e PSD tinham conseguido conquistar mandatos. As Assembleias de Freguesia de Rio Tinto e Baguim do Monte tinham passado a contar com maior número de deputados do PS, sendo que, no segundo caso, este partido passou a ter mais representantes do que todos os outros juntos. É de assinalar, também, em 2001, 2005 e 2009, a ida a votos de uma lista do MRTC para a Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, conseguindo eleger 1 deputado na primeira vez que concorreu, 3 na segunda vez, e 2 na terceira.

VI

A produção do conflito: uma breve abordagem cronológica

Como tivemos oportunidade de revelar no capítulo anterior, os problemas de degradação ecológica que o rio Tinto conhece começaram a tornar-se mais visíveis, sobretudo, a partir da década de 1960. Terá também sido nessa altura que começaram a registar-se os primeiros sinais de descontentamento com essa situação, protagonizados, sobretudo, por grupos de pessoas que tinham actividades profissionais relacionadas com o rio e que se viram ameaçadas pela sua degradação ecológica. Os dois relatos seguintes mostram como, há décadas atrás, as lavadeiras que ganhavam a vida no Tinto, ao verem a poluição industrial ameaçar o valor económico que, para elas, o rio tinha, protestavam directamente junto dos responsáveis por esse problema.

Eu tenho memória de uma coisa que acontecia com alguma frequência quando eu ainda era miúdo [*década de 1960*] e ia com a minha avó muitas vezes para o rio. Os armazéns de [*imperceptível*], volta meia volta faziam a lavagem dos tambores do azeite aí embalado e despejavam para o rio. Nesse dia, as lavadeiras não podiam lavar. Cheguei a vê-las, mais que uma vez, juntarem-se em grupo e irem lá a bater à porta a perguntar como é que era, dizer que o rio era de todos, deviam ter a preocupação de, quando fizessem aquilo, pelo menos avisar as pessoas porque eles sabiam quem eram as lavadeiras, elas lavavam para outras pessoas e depois tinham de arcar com as consequências daquilo tudo. Para mim também era uma preocupação ambiental embora ali estivesse mais subjacente o aspecto de não serem prejudicadas na sua tarefa [...]. Sempre que estas coisas surgiam, havia conflito, mas de uma forma muito mais *soft* porque as pessoas tinham medo, não é? Falavam entre elas, e se havia algumas com mais poder de decisão, eram capazes de agregar e irem fazer um protesto, só que sem resultados. E mais, é preciso ver que aquilo que era lançado para o rio era resíduos de azeite, é um produto natural. A preocupação, para elas, era não estragar a roupa das clientes, mas que não deixa de ser uma preocupação.

Membro do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Na rua Infante D. Henrique, que nós conhecemos por Cabanas, ainda se vê o edifício daquele grande empresário, o Pinto de Azevedo. Era a fábrica de Cabanas. Era uma fábrica de tecidos e coisas dessas. A páginas tantas, as lavadeiras que estavam aqui, e sobretudo aquelas que estavam mais para o lado da Lourinha - onde agora está aquela porcaria toda onde só se vê água, lixo e tudo mais – começaram a fazer um barulho desgraçado lá com a fábrica porque começou a ver-se que a água tinha óleo.

Membro do Movimento Rio Tinto a Concelho

Os momentos de conflito entre poluidores e grupos que beneficiavam economicamente do rio, necessitando, para isso, que este se encontrasse num estado ambiental razoável, são acima descritos como espontâneos, reactivos, pontuais e desconectados. Por não terem como alvo decisores políticos, estes episódios não cabem na definição de protesto social utilizada neste trabalho, e, por se tratarem de eventos isolados, sem que se registe uma continuidade, não poderemos falar da existência de uma campanha de protesto ambiental. Mas não deixámos de registar estes primeiros conflitos associados à degradação ambiental do Tinto, decorridos ainda no clima de repressão do protesto que caracterizou o período do Estado Novo, mesmo que fossem episódios motivados, sobretudo, por preocupações relacionadas com a perda de valor económico da linha de água.

Deparámo-nos, igualmente, com manifestações públicas de desagrado relativamente à situação do rio, protagonizados por grupos pessoas que, morando perto deste, sentiram a sua qualidade de vida a ser prejudicada pelos problemas que ele enfrenta, nomeadamente pelos maus cheiros que entram nas suas casas provenientes do rio e, sobretudo, pelo risco de cheia. No entanto, tratam-se, igualmente, de episódios pontuais, espontâneos e efémeros, sem continuidade, distintos das campanhas de protesto estudadas.

P: E as pessoas, quando há inundações, fazem o quê? Protestam junto à Câmara, protestam junto à Junta de Freguesia, vão aos jornais, vão à televisão...

R: [risos] Quando isso acontece, normalmente juntamo-nos na rua, porque está tudo na rua. Ir à Junta, é na sexta feira, fim de mês, que vamos lá. Apresentam os problemas deles, e tal, e apresentam os prejuízos. Naquela altura [cheia de Dezembro de 2009], quando foi para apresentar justificações dos prejuízos, facturas e tudo, *p'ra* receber e cobrir os prejuízos, apareceu tudo. Começaram a receber, ou pouco, ou nada, ou qualquer coisa, acabou-se esse processo, acomodou-se, já não há movimentos nenhuns. Continuam aqueles cromos, que já cá estavam há bastante tempo.

Morador nas margens do rio Tinto

Apesar de os problemas de poluição e artificialização do rio se fazerem sentir há várias décadas, a primeira campanha de protesto ambiental associada ao rio Tinto apenas ocorreu no final dos anos 90 do século passado: o MRTC e, simultaneamente, o Movimento Pró-Rio, por vezes em colaboração, promoveram, durante alguns anos, um conjunto diversificado de acções de protesto, às quais se juntariam, ocasionalmente, a Escola EB 2,3 de Rio Tinto, o Núcleo do Porto da Quercus e o Fundo para a Conservação dos Animais Selvagens (Fapas).

Recuando um pouco no tempo, regressamos ao rastilho da controvérsia que esteve na origem

da primeira campanha de protesto ambiental relacionada com o Rio Tinto: no dia 12 de Setembro de 1990, a Junta de Freguesia de Rio Tinto, presidida por Carlos Pires, e a Câmara Municipal de Gondomar, presidida por Aníbal Lira, definiram como prioridades melhorar o acesso à feira e ao mercado de Rio Tinto e canalizar o rio Tinto entre a rua da Ranha e a travessa Calouste Gulbenkian. Trata-se de uma área localizada no vulgarmente chamado centro cívico de Rio Tinto, onde estão equipamentos e edifícios de referência como a igreja matriz, a sede da Junta de Freguesia, o posto da PSP ou o parque da Quinta das Freiras. Cerca de um mês depois, no dia 15 de Novembro, a autarquia contactou a direcção Hidráulica do Douro sobre a canalização do rio em três sítios diferentes, tendo como objectivo a construção de uma ligação entre os dois arruamentos acima referidos, obtendo resposta daquela entidade cerca de um mês depois. No dia 7 de Março de 1991 é celebrado o contrato de empreitada de «arranjo urbanístico da Quinta das Freiras – rio Tinto – canalização do rio Tinto para futura ligação da rua da Ranha à Travessa Calouste Gulbenkian». Na zona do entubamento foi também construída uma piscina municipal. Consumava-se, assim, uma primeira intervenção de entubamento deste curso de água em Gondomar que, embora gerador de alguma controvérsia, não viria a despoletar uma campanha de protesto ambiental, como aconteceria alguns anos mais tarde.

Houve de facto algumas movimentações anteriores ao Movimento Pró-Rio. Estiveram associados, um pouco, àquele primeiro desvio do rio para a construção da piscina. Já houve algumas movimentações por aí, algum protesto, de algumas pessoas. Mas assim organizado, digamos, movimento que perdurou durante alguns meses, foi o Movimento Pró-Rio, que esteve associado a este último desvio [*desvio e canalização do Tinto em 1997*].

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

Há vinte anos, quando se começou a fazer isso [*canalizar e cobrir o rio*] para resolver um problema, ainda não havia uma tão grande consciência ambiental como há agora. Já foi há muitos anos. Também não apareceu ninguém, na altura, a chamar a atenção. Não me recordo, pelo menos.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Em Novembro de 1996, a Câmara Municipal de Gondomar aprovou o desvio, canalização e cobertura de um troço a montante e outro a jusante desta primeira intervenção, prolongando o entubamento já existente. Em Janeiro de 1997, numa decisão muito dividida, decidida pelo voto de qualidade do seu então presidente, uma vez que cinco dos dez vereadores presentes no momento da votação – todos eleitos por outros partidos que não o PSD – se pronunciaram

contra, a Câmara Municipal de Gondomar aprovou uma minuta de contrato-promessa para a aquisição de terrenos, tendo em vista a construção da Via da Conduta, o arranjo urbanístico da Quinta das Freiras e do Largo do Mosteiro, e a canalização do Tinto. De acordo com os termos da minuta, o proprietário dos terrenos cederia uma parcela à Câmara Municipal de Gondomar e autorizaria a colocação de um emissário de esgotos; em contrapartida, esta comprometer-se-ia a procurar atribuir ao terreno a capacidade de construção máxima permitida pelo Plano Director Municipal (PDM), prometendo, no caso de não o conseguir fazer, 15000\$00 por cada metro quadrado utilizado. Foi ainda aprovada uma segunda minuta de contrato-promessa, relativa à mesma obra, que previa a cedência à Câmara Municipal de Gondomar de um prédio rústico, comprometendo-se esta, por sua vez, a dotar o mesmo terreno a que se aludiu acima com máxima capacidade construtiva ou, alternativamente, pagar 24.000.000\$00 pela ocupação do prédio rústico. A primeira alternativa de compensação deveria concretizar-se, nos dois casos, até 30.11.1997²³.

Foi esta decisão de prolongar a canalização sob o solo deste curso de água em Rio Tinto, associada à possibilidade de construção em terrenos até então incluídos na Reserva Agrícola Nacional, que desencadeou a primeira campanha de protesto ambiental relacionada com o rio. Este é um ponto importante: demonstraremos que a campanha de protesto em causa não pode ser compreendida, apenas, por referência ao desvio e à canalização coberta de um segmento do Tinto, estando fortemente relacionada com um conflito pela utilização dos terrenos atravessados pelo troço em causa. Em Maio de 1997, o mensário local *Arauto de Rio Tinto* publicou um artigo intitulado «o rio Tinto vai acabar num extenso esgoto» e, em Agosto de 1997, o Movimento Rio Tinto a Concelho iniciou a sua contestação à decisão da Câmara Municipal de Gondomar. Em Fevereiro de 1998, foi a vez de se revelar publicamente o outro actor colectivo que mais se destacou ao longo da campanha: o Movimento Pró-Rio, nascido na sequência do próprio conflito.

As últimas acções do Movimento Pró-Rio remontam ao ano de 2001, quando denunciou ao Ministério do Ambiente e à imprensa a construção de uma avenida sobre parte do segmento entretanto entubado do Tinto, com 21 metros de largura divididos por três faixas de 7 metros, com a faixa central, um separador, colocado sobre o tubo por onde corre a linha de água, temendo que fosse o primeiro passo para a desafecção e urbanização de terrenos entretanto incluídos na Reserva Ecológica Nacional aí localizados, cenário que não se verificou, tendo o terreno permanecido na REN. Em 2004, o MRTC realizou as últimas acções de protesto que

²³ IGAT. Relatório do processo 130400-1/2001

podemos considerar como fazendo parte da primeira campanha associada ao Tinto: em Setembro, surgiu uma reportagem no *Jornal de Notícias*, noticiando que esta associação, tendo em conta que a futura linha do sistema de metro de superfície do Porto que iria servir Gondomar passaria pelo antigo leito do Tinto, paralelamente à avenida construída sobre o novo canal em 2001, receava que a intenção de construir prédios de habitação no local ainda não tivesse sido abandonada pela Câmara Municipal de Gondomar e que a linha de metro servisse de motor à desafecção de terrenos da REN e consequente urbanização. O movimento ameaçava, ainda, pedir uma providência cautelar caso isso se verificasse. A intenção do Movimento Rio Tinto a Concelho foi, igualmente, noticiada pela RTP. Em 2004 realizou-se, ainda, uma das veladas (uma iniciativa de protesto contra o entubamento do Tinto realizada uma vez por ano) organizadas por aquela associação, porém, de acordo com a reportagem do *Jornal de Notícias* que cobriu o acontecimento, o principal objecto dessa iniciativa foi reivindicar a elevação da freguesia de Rio Tinto a concelho.

Também em 2004, os planos de construção de uma nova linha do sistema de metro do Porto, ligando a Venda Nova, em Rio Tinto (Gondomar) até ao Estádio do Dragão, em Campanhã (Porto), cujo projecto tinha sido aprovado em 2003, são cada vez mais referidos na comunicação social. Previa-se, então, que o primeiro troço da linha, em Rio Tinto, pudesse estar pronto em 2005. A edição de Julho do *Arauto de Rio Tinto* de Junho de 2004 deu conta de uma intervenção de José Zulmiro Barbosa, do Movimento Rio Tinto a Concelho, na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, pedindo esclarecimentos sobre a linha de metro e também sobre um projecto de despoluição do Tinto que seria levado a cabo pela Lipor. No mês seguinte, este jornal local publicou a sua última edição, terminando após 132 meses de actividade.

Na sua primeira edição, de Abril de 2006, o jornal local de Rio Tinto e Baguim do Monte *Vivacidade* publicou uma entrevista a Macedo Vieira, presidente do concelho de administração da Lipor, onde este anunciava um investimento de 6 milhões de euros para valorização do aterro sanitário, que, consequentemente, não iria poluir o Tinto no futuro. Também neste mês, ocorreu um momento decisivo para o início de uma nova campanha de protesto relacionada com este curso de água, que ainda decorre no momento em que escrevemos estas linhas, e que tem como protagonista mais visível o Movimento em Defesa do Rio Tinto: a realização de uma reunião, no salão nobre da Junta de Freguesia de Rio Tinto, que consistiu no primeiro acto público deste novo actor colectivo associado ao rio Tinto.

Estávamos no dia 18 de Abril de 2006 e, nessa reunião - que, de acordo com o actor colectivo que a organizou, juntou cerca de uma centena de pessoas - foi aprovado o manifesto do Move Rio Tinto. Apesar de definir como seu objectivo a reabilitação do Tinto e de toda a zona ribeirinha, a emergência deste actor colectivo naquele momento não pode ser entendida sem que se refira uma situação mais específica: a futura construção de uma nova linha de metro de superfície através de um traçado que, em alguns locais, entra em conflito com o rio e atravessa, também, as parcelas de terreno que tinham estado no centro da controvérsia gerada no final dos anos 90 do século XX, voltando-se a suspeitar da possibilidade de essa zona ser urbanizada. Apesar da oposição do Move Rio Tinto, a linha acabaria mesmo por passar paralelamente à Avenida do Rio Tinto, implicando o desvio de um afluente do Tinto, a ribeira da Castanheira, que corre agora entre essas duas estruturas, nos terrenos que se encontraram no centro da primeira campanha de protesto.

Eu não estive no início de todo o processo, mas falou-se da linha do metro durante uns largos anos e é em 2002-2003 que se começa a falar da linha para Gondomar. E andou para aqui durante uns anos, em discussão, se a linha ia pela avenida da Conduta, por ser uma zona densamente povoada, portanto, que em questões de rentabilidade... ou se a linha iria para um outro sítio qualquer. Na altura, essa discussão durou longos anos e acabou por se decidir - ou alguém decidir, nomeadamente a Câmara, que era na altura o grupo do major Valentim Loureiro - que a linha ia por onde está, por onde foi. Ora bem, isso acaba por se concretizar, mais coisa, menos coisa, ali por alturas de 2005-2006. Ou seja, quando em 2007 a Metro começa decididamente a trabalhar no projecto, antes já tinha havido uma decisão política. Aliás, a construção do Estádio de Rio Tinto, onde foi, já tinha em vista... portanto, há ali um conjunto de coisas, de negócios e não sei quê, e então o que é que se faz? Aquilo é na zona de Reserva Agrícola, mete-se lá o estádio, invocando o interesse público, uma instituição desportiva e tal, e furou-se a Reserva Agrícola. Depois mete-se lá o metro, como um projecto de interesse nacional, ou de interesse regional, e fura-se mais a reserva agrícola. Ou seja, terrenos que à partida não tinham qualquer valor, de um momento para o outro, ficaram com um valor desmesurado. Ora bem, há por aí uma série de negociatas e o metro, se repararmos, tem um traçado ligeiramente afastado de habitações, de zonas densamente povoadas. Se a gente for ali acima até Fânzeres vê isso, claramente. Mas a questão que aqui se colocava depois era o problema: por onde é que ele vai passar para ir lá para cima. E aqui só havia duas alternativas: ou era desde a saída dali, porque havia um compromisso feito com o Parque Nascente do metro passar ali, por causa de direitos, de coisas que estavam acordadas. E começou-se a pensar que o metro ia, mais uma vez, colidir com o rio. Esse foi uma das motivações iniciais.

Participante do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Seria uma preocupação semelhante, em vários aspectos, àquela que o Movimento Rio Tinto a Concelho tinha evidenciado dois anos antes, e com vários pontos de contacto com as questões

na origem da primeira campanha de protesto, que estaria na origem da nova campanha de protesto.

VII

Os protagonistas do protesto ambiental

Formas de organização e caracterização sociográfica

Identificamos os protagonistas chave das duas campanhas de protesto ambiental associadas ao Tinto: o MRTC e o Movimento Pró-Rio, na primeira campanha, ocorrida sensivelmente entre 1997 e 2004; e o Move Rio Tinto, na segunda campanha, iniciada em 2006 e ainda em curso. Será importante, antes de prosseguirmos, explicarmos quem são estes três «movimentos».

1) De todos, o MRTC é aquele que apresenta características mais diferenciadas relativamente aos outros dois, uma vez que é o único que tem uma existência formalizada, neste caso enquanto associação, enquanto os restantes são actores colectivos que se regem – ou regeram, no caso do Movimento Pró-Rio – de acordo com uma lógica informal; é também o único que não foi gerado como consequência de um dos conflitos associados ao rio Tinto que estudámos, já existindo antes; e é ainda o único que não definiu os seus objectivos declarados tendo como referência principal essa linha de água: a sua razão de ser é procurar elevar a freguesia gondomarense de Rio Tinto a concelho, uma vez que, na sua óptica, essa será a melhor forma de promover os interesses dessa localidade. O rio Tinto acabou por se tornar num dos temas mais importantes para esta associação.

As origens do MRTC remontam a uma tertúlia mantida habitualmente por um pequeno grupo de pessoas num café de Rio Tinto. Foi de uma conversa telefónica entre um dos tertulianos e o fundador da Liga dos Futuros Concelhos, Fernando Vale, que surgiu a ideia de criar uma associação que procurasse promover a elevação de Rio Tinto a concelho, tema que já fazia parte das conversas deste grupo. É desta tertúlia que surge um grupo de 11 fundadores do MRTC, que reúne pela primeira vez, enquanto tal, em 28 de Maio de 1994. A escritura de constituição desta nova associação foi feita em 8 de Maio de 1995.

Outro aspecto que distingue o MRTC dos outros dois actores colectivos que foram os protagonistas centrais das campanhas de protesto estudadas é o facto de, a partir de um certo momento, a associação ter decidido entrar no jogo eleitoral local, elegendo representantes na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto. Na primeira vez que concorreu, nas eleições

Autárquicas de 2001, o MRTC elegeu 1 representante, fruto de uma votação de 7,61%. Em 2005, esta associação conseguiu os votos de 14,04% dos eleitores, passando a ser a terceira força política na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, com 3 eleitos. Esta votação caiu para 11% em 2009, o que se traduziu na perda de 1 representante. Em 2013, a associação optou por não apresentar nenhuma lista.

O MRTC dispõe, entre os seus filiados, de pessoas altamente escolarizadas. Olhando para a lista de onze fundadores desta associação, vemos que um deles era, na altura da constituição da associação - ou seja, em 1994 – doutorado, três deles licenciados e dois deles possuíam o grau de bacharel. Olhando para as pessoas que tomaram posse dos corpos sociais do movimento, no dia 14 de Novembro de 1995, podemos constatar que, entre os elementos da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, era, então, possível encontrar um professor catedrático, dois professores, dois economistas, um engenheiro civil, um gestor de empresas, um engenheiro técnico civil, um fotoquímico, dois bancários, um delegado de informação médica, um ourives, um industrial, e um reformado. Mesmo sendo algo lacónica, esta informação relativa à ocupação profissional dos primeiros elementos dos corpos sociais do MRTC mostram-nos que, de uma forma geral, se tratavam de pessoas que exerciam actividades qualificadas, muitas delas exigindo uma carreira escolar prévia longa, o que, combinado com a escolaridade geralmente elevada, nos leva a concluir que ocupavam posições do espaço social relativamente vantajosas.

Uma característica comum aos elementos mais influentes do Movimento Rio Tinto a Concelho, para além do perfil qualificado, é o facto de serem pessoas ou naturais de Rio Tinto, ou que residem nessa localidade há vários anos. Para além disso, partilham, ainda, outra característica comum: são, maioritariamente, pessoas já com uma idade avançada.

Entrevistámos os 4 elementos daquela associação que o trabalho de reconstituição da história do protesto relacionado com o Rio Tinto que empreendemos revelou terem estado mais envolvidas no mesmo. Os quadros seguintes mostram-nos um grupo de indivíduos, de uma maneira geral, altamente escolarizados e com ocupações profissionais muito qualificadas, residentes em Rio Tinto há longos anos.

Quadro nº 3: Escolaridade dos entrevistados do MRTC

Licenciatura em Economia
Mestrado em Física
Licenciatura em Engenharia Civil
4º ano do liceu

Quadro nº4: Actividade profissional dos entrevistados do MRTC

Economista (aposentado)
Professor do ensino superior
Engenheiro Civil
Empresário

Quadro nº5: Tempo de residência em Rio Tinto dos entrevistados do MRTC

75 anos
Toda a vida
Toda a vida
Toda a vida

O quadro seguinte mostra que se tratam de quatro pessoas com uma certa cultura de participação cívica e política, que extravasa o MRTC.

Quadro nº6: Participação política e cívica dos entrevistados do MRTC

Fundador do Movimento Rio Tinto a Concelho, tendo integrado a sua direcção e desempenhado o cargo de deputado da Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, eleito por uma lista promovida por esta associação. Participou na Juventude Operária Católica. Teve um espaço no jornal local <i>Arauto de Rio Tinto</i> . Viu vários textos seus que enviou para diversos jornais publicados.
Fundador do Movimento Rio Tinto a Concelho, tendo integrado a sua direcção. Dirigente de uma associação mutualista de Rio Tinto. Participou na Juventude Operária Católica. Viu vários textos seus que enviou para diversos jornais publicados.
Deputado na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto pelo Movimento Rio Tinto a Concelho, associação de que já integrou a direcção. Sócio de duas associações de Rio Tinto, tendo já ocupado cargos de direcção em ambas. Assinou vários artigos de opinião em jornais locais.
Fundador do Movimento Rio Tinto a Concelho, tendo integrado a sua direcção. Dirigente de uma associação mutualista de Rio Tinto. Durante muitos anos assistiu regularmente às sessões públicas da Assembleia de Freguesia.

O MRTC é uma associação com objectivos políticos – promover o desenvolvimento de Rio Tinto e elevar esse território à categoria administrativa de concelho – que foi constituída por pessoas cujas vivências se cruzam, há muito tempo, com a própria cidade, possuidoras de um conhecimento significativo da localidade e da sua história. Um dos seus fundadores é reconhecido pelo elevado conhecimento que possui de Rio Tinto e da sua história, tendo já publicado alguns livros e vários artigos em jornais sobre esse tema, e outro foi-nos descrito como a «Torre do Tombo de Rio Tinto»²⁴, precisamente pela quantidade de informação e documentos sobre a cidade que tem em sua posse.

Ao protesto iniciado pelo MRTC viria juntar-se, em 1998, o Movimento Pró-Rio, um grupo informal que foi criado com o objectivo fundamental de se opor àquela decisão. O núcleo de participantes regulares neste actor colectivo, responsáveis pela tomada de decisões e

²⁴ Diário de Campo, 05.03.2003

coordenação, era muito restrito, não chegando à dezena de pessoas, embora o grupo se alargasse para determinadas iniciativas.

2) O Movimento Pró-Rio foi criado especificamente para se opor ao entubamento de um troço do Tinto e possível urbanização dos terrenos envolventes. Foi um movimento desprovido de uma estrutura organizativa formal ou rígida. No entanto, apesar disso, o movimento teve uma liderança, ainda que informal, constituída pelas pessoas que, de uma forma mais regular, reuniam e discutiam o planeamento da acção colectiva. Ele teve também uma divisão de tarefas não formalizada, que aproveitava as competências específicas dos seus elementos.

No meu caso, quando eu entrei [*no Movimento Pró-Rio*], era muito engraçado, porque fazíamos uma parceria muito engraçada. Era eu, o Marco, o Domingos Mendes, e o Onofre Varela, o pintor. Aliás, ainda outro dia o Marco contou, que eu não sabia disso, o Marco conheceu o Varela, o Onofre Varela, ali naquele pátio onde está o carro. Eu levei-o ali, porquê? Ele estava ali a fazer os cartazes, e levei ali o Varela a fazer os cartazes.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Não é possível traçar um perfil que se pretenda representativo das dezenas, ou até centenas, de pessoas que participaram nas manifestações promovidas pelo Movimento Pró-Rio ou que assinaram as suas petições, e que, por terem aderido a essas iniciativas. Mas é perfeitamente viável, e importante, traçar o perfil do núcleo de pessoas que esteve na origem dessas iniciativas.

Em primeiro lugar, deve ser assinalado que os impulsionadores do Movimento Pró-Rio – de resto, tal como os elementos centrais do Movimento Rio Tinto a Concelho – contarem já com algum envolvimento na vida pública e política, concretamente, de Rio Tinto. Recorrendo novamente às entrevistas realizadas com elementos do Movimento Pró-Rio facilmente se ilustra este facto:

Quadro nº7: Participação social e política dos entrevistados do Movimento Pró-Rio

Militou na Juventude Socialista, militando actualmente no PS. Foi dirigente do movimento estudantil associativo. É bombeiro voluntário. Dirigente de uma IPSS de Rio Tinto. Em 2005 foi eleito presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto pelo Partido Socialista, tendo sido reeleito em 2009. Dirigente da ANAFRE. Em 2013 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Gondomar pelo PS.
Militou na Juventude Socialista, militando actualmente no PS. Foi dirigente do movimento estudantil associativo no ensino secundário, tendo participado activamente na contestação às Provas Globais de Acesso. Em 2005 foi eleito para o executivo da Junta de Freguesia de Rio Tinto pelo PS, tendo sido reeleito em 2009. Em 2013 foi eleito presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto pelo PS.
Militou na Juventude Socialista, militando actualmente no PS. Em 2005 foi eleito para o executivo da Junta de Freguesia de Rio Tinto pelo PS, tendo sido reeleito em 2009 e 2013. Participa activamente em diversas associações e colectividades desde muito jovem.
Habituada desde muito jovem a participar civicamente. Sócia de várias associações. Envolveu-se activamente em diversos movimentos sociais, sobretudo no movimento feminista. Já depois de ter participado no Movimento Pró-Rio, filiou-se no PS. Sócia da associação ambientalista Campo Aberto.
Autor de múltiplos artigos de opinião em jornais do Porto e de Gondomar, tendo colaborado de forma regular com algumas publicações. Diz estar politicamente conotado com a esquerda. Integrou listas da CDU concorrentes à Assembleia de Freguesia de Rio Tinto.

A partilha de múltiplas experiências de participação política e cívica prévias à existência do Movimento Pró-Rio não é o único traço comum aos seus principais dinamizadores. Os nossos cinco entrevistados são residentes de longa data em Rio Tinto, alguns deles tendo residido nesse território toda a vida.

Quadro nº8: Local e tempo de residência dos entrevistados do Movimento Pró-Rio

Local de residência	Tempo de residência no actual local
Rio Tinto	Toda a vida
Rio Tinto	Toda a vida
Rio Tinto	Toda a vida
Rio Tinto	30 anos
Rio Tinto	59 anos

Tendo em conta o longo tempo de residência em Rio Tinto e as experiências de participação na vida colectiva desse território, não surpreende que todos os entrevistados, incluindo aqueles que não são naturais desse território, se declarem «riotintenses», afirmando possuir um sentimento de pertença à cidade e uma ligação afectiva à mesma. Da mesma forma, muitas das suas relações de amizade e conhecimento estão espacialmente enquadradas em Rio Tinto.

Dos 5 entrevistados envolvidos na liderança do Movimento Pró-Rio, dois deles têm um diploma do ensino superior e um deles frequentou a universidade sem concluir o respectivo curso, outro possui o décimo-segundo ano, e outro completou o nono ano de escolaridade. Todas as profissões desempenhadas – ou últimas profissões, nestes três casos – exigem, em

maior ou menor grau, qualificações específicas e/ou conhecimentos e competências especializadas.

Quadro nº9: Escolaridade dos entrevistados do Movimento Pró-Rio:

Licenciatura em Gestão
Frequência de Licenciatura em Direito
Nono ano de escolaridade
Mestrado em estudos sobre as mulheres
Décimo-segundo ano de escolaridade

Quadro nº 10: Actividade profissional dos entrevistados do Movimento Pró-Rio

Técnico de administração tributária (suspendeu funções para presidir à Junta de Freguesia de Rio Tinto)
Técnico de emergência do INEM
Empresário
Professora do ensino básico (reformada)
Ilustrador principal de um jornal (reformado)

Refira-se que, no momento em que o Movimento Pró-Rio emergiu, o perfil de algumas destas pessoas, relativamente à sua experiência em termos de participação cívica e política, de escolaridade e de actividade profissional desenvolvida, era consideravelmente diferente do actual. As duas pessoas aposentadas ainda exerciam a sua actividade profissional e, à data, uma delas possuía escolaridade equivalente ao 9º ano. Mas as maiores alterações são relativas aos três entrevistados associados ao PS que, em 1998, eram ainda muito jovens, com idades a rondar os 18 anos. Dois deles estavam ainda a estudar, e a sua experiência de participação cívica não incluía, ainda, o exercício de funções em órgãos do poder local, sendo as suas experiências mais relevantes a participação activa na Juventude Socialista (JS) e no movimento associativo estudantil. Ou seja, estavam ainda num momento formativo, não só relativamente à sua situação escolar como também à vida política e cívica, apesar de esta já não ser uma novidade completa.

P: Na altura, apesar de serem bastante jovens, não é, já tinham algum traquejo nesta coisa de participar...

R: Já, já tínhamos porque sempre fomos jovens irreverentes, não é, sempre nos preocupamos e já andávamos aqui. Na altura eu já fazia parte da Juventude Socialista. Isto estamos a falar em 97. Em 95 fizemos a campanha do António Guterres, portanto já tínhamos alguma experiência em termos de associativismo e do próprio partido, como mobilizar, como fazer algumas coisas. Portanto, já não éramos bem aqueles putinhos, porque também já estávamos envolvidos noutras coisas, não é?

Participante no Movimento Pró-Rio

3) Em 2006 emergiu um novo actor colectivo determinado a colocar o rio Tinto na agenda: o Movimento em Defesa do Rio Tinto. Tal como o Movimento Pró-Rio, este é um actor colectivo que não tem uma distribuição de tarefas nem uma liderança formalmente definidas. Não obstante, a liderança acaba por ser informalmente assumida por um grupo, que vários dos seus elementos apelidam de «núcleo duro» do Move Rio Tinto, que reúne mais frequentemente para debater a estratégia do actor colectivo e as iniciativas a desenvolver. Dentro deste «núcleo duro», alguns participantes têm mais influência sobre os destinos do Move Rio Tinto do que outros. A divisão do trabalho informal desenhou-se a partir das diferentes disponibilidades dos participantes, mas também de competências e recursos específicos que cada um dos elementos do actor colectivo adquiriu antes de aderir ao grupo de protesto e que poderiam ser mobilizáveis enquanto recursos para a acção colectiva. Em alguns casos, estas funções foram apresentadas logo no momento do recrutamento para o actor colectivo.

Porque é que me pediram no movimento que eu fizesse o contacto com as escolas? Primeiro, porque eu sou professora. Pronto. Ponto final parágrafo, travessão, continuarei a ser. Segundo, porque continuo a ter boas relações, dentro do possível, com as pessoas que continuam a fazer o trabalho que nós fizemos. Portanto, enquanto não me fecharem a porta e não me disserem «não voltes cá mais», eu continuarei a partilhar com eles as minhas preocupações, os meus interesses [...]. Como é que cheguei? Porque alguém me falou. Alguém me perguntou: «não quer vir?» E eu disse: «o que é que eu vou fazer?». «Ligação às escolas». «Então está bem!». Pronto, e cá estou.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

A citação mostra como o capital social mobilizável através dos laços com a comunidade escolar e o conhecimento do funcionamento das escolas que a entrevistada possui – foi professora numa escola de Rio Tinto durante muitos anos - foram utilizados para facilitar a comunicação com as instituições de ensino locais e a colaboração e articulação com as mesmas. Mostra ainda que no momento do convite, feito por um participante do Move Rio Tinto que já a conhecia, já estava pensada uma função para a qual esses recursos seriam úteis. O Move Rio Tinto debateu a sua formalização e constituição em associação, uma opção defendida por alguns dos seus participantes, que acabou por não vingar. Foram duas as razões apresentadas para manter o funcionamento do actor colectivo segundo uma lógica informal de participação voluntária e informal. Uma teve a ver com o desejo de evitar procedimentos burocráticos e uma certa rigidez de processos. Outra está relacionada com a percepção de que

a formalização deste actor colectivo numa associação poderia colocá-lo em risco de ser influenciado, ou mesmo coagido, por actores externos à mesma - designadamente pelo poder local. A manutenção do funcionamento enquanto grupo informal foi visto como a organização mais adequada à disponibilidade dos seus participantes para se comprometerem com as actividades do actor colectivo e, simultaneamente, de preservar a sua independência.

Eu recordo-me da primeira noite que nós fizemos aqui o debate, na Junta de Freguesia, tivemos cento e tal pessoas lá. Um debate muito interessante, acabou era uma hora da manhã. E, no final, ficámos tão satisfeitos que ficamos ali à porta a conversar. E até foi o Pedro Teiga na altura, que convidámos para vir, que nos disse «você têm que se formalizar como ONG, organização do ambiente não governamental, vocês têm financiamento, não sei quê, não sei que mais». O nosso problema é que esse tipo associações exige depois um plano de trabalho e um nível de organização para os quais nós não estávamos preparados. [...] Aquilo ficou assim um bocado em *stand by* e tal, mas depois nós começámos a perceber que seria muito exigente. Começou a malta a desinteressar-se um bocado por isso. E vingou uma ideia deste género: as organizações não governamentais ficam vinculadas aos poderes. Eu tenho noção, tenho conhecimento e sei que é assim, tenho experiência disso, a gente vê aqui, em Gondomar: às vezes, a associação pode não fazer grande coisa, mas se dá notoriedade, dá projecção, diz bem, bajula, tem tudo. Se, às vezes, não tem uma actividade que seja do agrado de, passam um bocado as passas do Algarve.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

A análise do Move Rio Tinto permitiu-nos, ainda, detectar um aspecto que contribui de forma muito importante para a sua existência prolongada num contexto de organização informal e de participação livre: a importância dos laços de amizade que entretanto se estabeleceram entre muitos dos participantes que estão presentes na coordenação do actor colectivo. De acordo com Shemtov, são as relações que existem entre os elementos de um movimento social que geram a solidariedade necessária para a sua manutenção depois de ele ter perdido a sua razão de ser inicial ou laços institucionais importantes (2003: 216-217). No caso deste actor colectivo em particular, existiam já laços sociais entre vários dos participantes, e alguns dos nossos entrevistados afirmaram-nos que, num contexto de dificuldade de concretização do objectivo fundamental do actor colectivo, ou seja, impulsionar a reabilitação da bacia do Tinto, os laços de amizade construídos com outros elementos e a satisfação que retiram da participação no grupo e o carácter lúdico de que a acção colectiva se reveste são muito importantes para manter a motivação e o compromisso com a sua causa.

Já tivemos pessoas que gostariam de trabalhar, por exemplo, na área das memórias do rio, com depoimentos de pessoas antigas. Fizeram um ou outro... e pararam. E porquê? Eu percebo porquê. Porque este trabalho ou é um trabalho que tem que estar muito apoiado, ou então é difícil manter isto. É como lhe digo, nós vamo-nos mantendo porque somos um grupo de amigos. Somos um grupo de amigos, alguns que não nos conhecíamos, nunca tínhamos trabalhado, só que nestes cinco anos de trabalho tornamo-nos amigos.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Entre o Movimento Pró-Rio e o Move Rio Tinto não existem tantas semelhanças como se poderia pensar à partida. De facto, o segundo não é, de modo nenhum, a continuação do primeiro: é um actor colectivo novo, dinamizado por pessoas que, de uma forma geral, não estiveram presentes no Movimento Pró-Rio ou que, nos casos em que estiveram, não pertenciam ao núcleo de participantes regulares que tomavam as decisões fundamentais e impulsionavam a sua acção. Os objectivos definidos pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto também são distintos daqueles que o Movimento Pró-Rio estabeleceu: se este declarava pretender, fundamentalmente, evitar o entubamento de um segmento do Tinto e a urbanização de um terreno integrado na RAN atravessado pela linha de água, aquele afirma desejar a reabilitação de toda a bacia do Tinto, de modo a torná-la um elemento qualificante do território, criando espaços públicos verdes de qualidade que rareia em Rio Tinto, e contribuindo desta forma para o bem-estar dos residentes locais.

Tal como o Movimento Pró-Rio, também o Move Rio Tinto é formado por um pequeno núcleo de pessoas, rondando uma dezena de indivíduos, que toma as decisões, define as estratégias e lança as iniciativas, mas tem a capacidade de se estender para largas dezenas, ou, em certos momentos, centenas de pessoas, se incluirmos os participantes nas suas iniciativas. Acompanhando de perto a actividade deste actor colectivo durante três anos, e conversando e entrevistando vários participantes, foi possível perceber que esse núcleo que funciona como motor do actor colectivo não se mantém completamente estável desde 2006. Bem pelo contrário, algumas pessoas que, num dado momento, participavam mais intensamente no Move Rio Tinto abandonaram-no, outras continuam a participar em algumas das suas iniciativas, mas abdicaram da coordenação, e, em sentido contrário, registaram-se ainda entradas de novos elementos que acabaram por integrar esse núcleo principal. Este facto era expectável – afinal, no momento em que escrevemos estas palavras, a história deste actor colectivo já tem cerca de sete anos, e os grupos de protesto são entidades fluidas e instáveis – mas torna mais complexa a tarefa de identificar as pessoas que deram origem ao Move Rio

Tinto e que assumem a sua coordenação. Entrevistámos um conjunto de pessoas que esteve sempre associada a essa actividade ao longo dos três anos que acompanhámos o movimento e falámos ainda com duas pessoas que, estando, de forma voluntária, relativamente afastadas dos processos de tomada de decisão do grupo, participam regularmente nas suas iniciativas e desenvolvem um trabalho mais ou menos continuado neste actor colectivo. Deve ser referido que, destas pessoas, apenas três acompanharam os primeiros passos deste actor colectivo, anteriores à sua primeira reunião pública, ocorrida em Abril de 2006, que, oficialmente, marcou a origem do Move Rio Tinto. Quer isto dizer que, de fora do nosso grupo de entrevistados, ficaram muitas das pessoas que, originalmente, lançaram o movimento. Não foi possível chegar até elas; não obstante, conseguimos entrevistar todas as pessoas que, ao longo dos três anos de trabalho de campo, tiveram mais influência na definição da sua estratégia e das suas tácticas.

Observando o perfil dos elementos centrais do Move Rio Tinto que entrevistámos, é possível encontrar duas semelhanças com as características das pessoas que estavam ao leme do Movimento Pró-Rio. Por um lado, todas as pessoas que tivemos oportunidade de entrevistar tinham já, em maior ou menor medida, experiência de participação política e cívica, concretamente em Rio Tinto, em maior ou menor grau.

Quadro nº 11: Participação política e cívica dos entrevistados do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Foi um dos fundadores do Partido Humanista. Elaborou textos para partidos políticos. Pertence a várias associações locais e a vários clubes literários. Começou a participar em associações diversas ainda muito jovem.
Envolvido, desde muito jovem, em associações culturais, recreativas e desportivas - sobretudo como praticante de desporto, mas tendo também sido dirigente de uma delas. Habitado a participar, também desde a juventude, em tertúlias e grupos de discussão (ainda antes de 1974). Membro do Movimento Rio Tinto a Concelho, tendo integrado sempre as listas de candidatos por esta associação à Junta de Freguesia de Rio Tinto. Após a revolução de 25 de Abril militou num partido político, apenas durante duas semanas.
Enquanto estudante universitário, foi dirigente do movimento associativo estudantil, interessando-lhe a oposição ao Estado Novo. Após a revolução de 25 de Abril militou, por pouco tempo, num partido político. Foi dirigente sindical. Tem uma história de participação informal em diversos movimentos sociais com que se identifica.
Militante do Partido Comunista Português. É sindicalizada. É dirigente de uma instituição privada de solidariedade social de Rio Tinto. Tem uma história, iniciada na juventude através da prática de desporto, de participação em movimentos sociais e associações. Interessa-se sobretudo pelo trabalho social.
Foi sindicalizada. Atenta à política, mas nunca pertenceu a nenhum partido. Pertenceu ao conselho executivo de uma escola de Rio Tinto, tendo, por isso, participado em várias iniciativas que lhe chegavam por essa via. Enquanto professora, procurou estimular o conhecimento dos alunos sobre o local e a ligação ao mesmo.
Sindicalizada. Mantém-se atenta às questões locais, embora, geralmente, não participe na vida cívica local. Participa em iniciativas associadas ao tema do ambiente do Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto e da Quercus.
Foi dirigente de uma instituição privada de solidariedade social de Rio Tinto, à qual ainda se encontra associado. Pertenceu a algumas associações de pais. Associou-se a algumas reivindicações sindicais associadas à sua actividade profissional, apesar de não estar sindicalizado.
Militante do Partido Comunista Português desde a adolescência. Militou na Juventude Comunista Portuguesa. Já foi dirigente partidário e esteve num grupo de trabalho do Porto do PCP. Foi candidato à presidência da Junta de Freguesia de Baguim do Monte nas autárquicas de 1997. Não exerce qualquer cargo no partido desde meados da década de 1990. Tem um longo percurso de participação em associações diversas, tendo sido já dirigente de algumas.
Dirigente de uma associação ambientalista. Enquanto aluna universitária, participou activamente num núcleo académico dedicado às questões ambientais, que se associou ao Projecto Rios. Mantém-se atenta e participa activamente em vários movimentos sociais relacionados com questões ambientais, económicas e sociais.
Militante de uma juventude partidária. Dirigente do movimento associativo estudantil.

Por outro lado, a maior parte dos entrevistados que integram o núcleo central do Movimento em Defesa do Rio Tinto residem em Rio Tinto há mais de uma década ou mesmo desde que nasceram.

Quadro nº 12: Local e tempo de residência dos entrevistados do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Local de residência	Tempo de residência no actual local
Rio Tinto	15 anos
Rio Tinto	Toda a vida
Rio Tinto	49 anos
Rio Tinto	Toda a vida
Rio Tinto	27 anos
Rio Tinto	Toda a vida
Rio Tinto	Toda a vida
Valongo	-
Rio Tinto	20 anos
Valongo	-

Os elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto que entrevistámos tinham todos eles, incluindo os únicos que não residem em Rio Tinto, uma história de vida associada a esta localidade. É nela que estão enquadradas muitas das suas memórias, bem como das suas relações pessoais de amizade e afecto.

Eu, por exemplo, não vivo em Rio Tinto. Vivo em Valongo. Mas como passava a maior parte dos dias na casa dos meus avós, andei sempre na escola aqui. E os meus pais são daqui, todos os meus avós vivem aqui.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

Por fim, se olharmos para a escolaridade e para as actividades profissionais exercidas pelos elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto, verificamos que predominam as qualificações escolares elevadas e actividades profissionais que requerem percursos escolares longos:

Quadro nº 13: Escolaridade dos elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Décimo-segundo ano
Curso complementar de contabilidade e administração
Licenciatura em Ciências Geológicas
Décimo-segundo ano
Licenciatura em Filosofia
Licenciatura em Engenharia do Ambiente
Doutoramento em Engenharia Química
Licenciatura em Gestão de Empresas e Auditoria
Licenciatura em Engenharia do Ambiente
Décimo-primeiro ano

Quadro nº 14: Actividade profissional dos elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Assalariado de uma empresa onde executa diversas tarefas administrativas, comerciais e logísticas.
Técnico de operações de recursos humanos
Professor do ensino básico (aposentado)
Funcionária administrativa
Professora do ensino básico (aposentada)
Técnica superiora do ambiente
Professor do ensino superior
Técnico de administração tributária
Caixeira (desempregada)
Estudante

Entrevistámos também as duas pessoas identificadas como as principais dinamizadoras das actividades do pequeno grupo resultante do Limpar Portugal do Porto que adoptou um troço do rio Tinto na zona de Azevedo de Campanhã. Ambas são caracterizadas um perfil altamente

qualificado. A primeira tem o curso complementar do liceu, e trabalha como empresária e a outra estava desempregada no momento da entrevista, e possuía um doutoramento em geologia.

Estas duas pessoas revelaram-nos já terem algum tipo de experiência de mobilização cívica, antes de se dedicarem ao problema do Tinto e mesmo antes de participarem activamente na organização e concretização do primeiro dia de limpeza nacional do Limpar Portugal. Uma delas fez, durante muitos anos, voluntariado com idosos, tendo sido dirigente de uma associação da área durante 16 anos. A outra é voluntária de uma associação ambientalista, onde organiza e participa em diversas de terreno iniciativas relacionadas com o tema do ambiente, como, por exemplo, florestação e limpeza. Participando numa visita ao troço de rio adoptado por este grupo, e também através destas entrevistas, foi possível concluir que, de uma maneira geral, as pessoas que nele participam estão, de um modo ou outro, ligadas à área do ambiente.

Deve-se notar que as pessoas deste grupo - que adoptou um troço do Tinto e, esporadicamente, organiza algumas iniciativas mais alargadas relacionadas com o mesmo, colaborando, também de forma ocasional, com o Move Rio Tinto - não são residentes de Rio Tinto, para além disso, no caso dos nossos dois entrevistados, nenhum deles conhecia o rio Tinto antes de aderir ao projecto Limpar Portugal. Verifica-se aqui uma grande diferença relativamente aos entrevistados dos actores colectivos de Rio Tinto, todos eles residentes nessa localidade, e todos eles com conhecimento prévio do curso de água, embora com memórias diferentes do mesmo: os mais jovens, ou os que vivem em Rio Tinto há menos tempo, recordam-no como um rio muito degradado, sempre afectado pela poluição, enquanto os mais velhos lembram o tempo em que o rio tinha maior biodiversidade, a poluição não era significativa e as margens eram agradáveis. O contraste entre as declarações seguintes, as primeiras de uma pessoa na terceira década de vida e as segundas de alguém com mais de cinquenta anos, é vincado, e reflectem uma oposição entre o rio do passado e o rio do presente que teremos oportunidade de abordar mais detalhadamente num momento posterior:

Uma das recordações mais antigas que eu tenho do rio, é de atravessar a Ponte de Rio Tinto, a Baixa da Ponte, onde é hoje o restaurante Madureiras, e de o ver, num sentido, numa cor, e, no regresso, com a água de outra cor. Essa é a recordação que eu tenho, mais antiga, do rio. Sempre o conheci poluído. Não o vi despoluído, limpo, em nenhum momento. Mas recordações, ou melhor, relatos, na família, de um rio limpo, onde se pescava, onde as pessoas lavavam a roupa, onde se brincava, onde se convivia. Mas é através dos relatos dos meus familiares, não da minha vivência.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto, 31 anos

Desde muito pequeno me vi envolvido com as actividades do rio. Não vou dizer que aprendi a nadar no rio porque mentia, mas também dei os meus mergulhos no rio, embora com muito medo, às vezes. Também fui dos que apanhei peixes, também fui dos que fiz muitas judiarias às lavadeiras que lá estavam porque ocupavam muito relvado para podermos jogar futebol, então muitas das vezes as roupas... *eh* pá e isso são tudo bons momentos, não vou dizer saudade, mas são bons momentos que ficam.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto, 53 anos

Fazendo um balanço destes três actores colectivos de Rio Tinto relativamente ao perfil dos seus participantes regulares e com maiores responsabilidades na coordenação de cada um deles, encontrámos um conjunto de semelhanças que deve ser assinalado: em primeiro lugar, apenas dois entrevistados não residiam na cidade de Rio Tinto, mas, mesmo essas, apresentam uma história de vida fortemente associada a esse território, e é nele que se encontram muitas das pessoas que integram a sua rede de conhecimentos e amizades. Em segundo lugar, todas as pessoas entrevistadas apresentam algum tipo de experiência, em termos de participação cívica e política, para além da participação nas campanhas de protesto associadas ao Rio Tinto. Por fim, predominam, dentro deste grupo de entrevistados, pessoas que tiveram trajetórias escolares longas, passando pelo ensino superior, e que desempenham – ou desempenharam, nos casos dos aposentados - actividades profissionais qualificadas. Há ainda outro aspecto que salta à vista: se exceptuarmos os casos de uma pessoa que participou no Movimento Pró-Rio e duas que participam no Move Rio Tinto que são sócias de associações de defesa do ambiente ou, pelo menos, participam voluntariamente em algumas iniciativas de organizações deste tipo, a história de mobilização e participação prévia dos entrevistados não passou pelas questões do ambiente. A generalidade destas pessoas revelou-nos que se preocupa com as questões ecológicas, procurando adoptar, no seu quotidiano, comportamentos «verdes» como, por exemplo, a reciclagem ou a poupança de energia e de água, mas revelou-nos igualmente que não se consideravam ambientalistas.

Tivemos oportunidade de referir que, em boa parte da literatura especializada, os participantes nas campanhas de protesto relacionadas com problemas ambientais locais têm, previsivelmente, um perfil muito diversificado, sendo provável encontrar, entre elas, indivíduos que habitualmente não serão tão propensos à mobilização cívica – ou seja, socialmente mais penalizados, menos escolarizados²⁵ e com pouca ou nenhuma experiência anterior de participação. As mesmas fontes dizem-nos ainda que as pessoas que integram os grupos de protesto ambiental local apresentam, tipicamente, algumas características distintas daquelas que fazem parte das organizações ambientalistas: não só as segundas apresentam, de uma forma geral, um perfil social mais coerente com aquele que é expectável para quem se mobiliza cívica e politicamente, como as primeiras, muitas vezes, não possuem uma preocupação relativa às questões ambientais que vá para além do problema que despoletou o protesto e são menos escolarizadas.

Esta caracterização, que enfatiza sobretudo a diversidade sociográfica de quem protesta, pode corresponder à realidade das campanhas ambientais que estudámos se tivermos em conta todas as pessoas que participaram nas iniciativas promovidas pelos indivíduos que, numa e noutra, assumiram a sua liderança. Na primeira campanha estudada tiveram lugar duas manifestações, na primeira das quais, pelo menos, terá participado um número de pessoas na ordem das centenas. Houve também recolhas de assinaturas para petições em que a adesão se terá pautado, pelo menos, por várias dezenas de pessoas. Na segunda campanha, que ainda decorre, foram as marchas anuais que reuniram mais participantes, por vezes superando o meio milhar. É de admitir que os indivíduos que marcaram presença neste tipo de iniciativas de maiores dimensões e amplamente divulgadas no local apresentem características sociográficas que se afastem daquelas que são a regra quando se observa o núcleo organizador de cada um dos movimentos, como indicam as informações que recolhemos através de entrevistas, análise de documentos e observação directa.

Comecemos por olhar para as iniciativas com maior número de participantes que ocorreram durante a primeira campanha de protesto relacionada com o Rio Tinto: as veladas concretizadas pelo Movimento Rio Tinto a Concelho com o apoio do Movimento Pró-Rio, uma manifestação organizada pelo Movimento Pró-Rio, outra manifestação, organizada pela Quercus, Fapas e Movimento Pró-Rio, e as recolhas de assinaturas para subscrever petições.

²⁵ O grau de escolaridade é, para Villaverde Cabral (2000), uma variável com particular importância para o exercício da cidadania política, sendo que, quanto mais elevado aquele for, maior é a probabilidade de este ocorrer. Para além disso, e situando-nos agora noutros referenciais teóricos, se o grau de escolaridade é uma medida do capital cultural institucionalizado, ela está relacionada com a capacidade e a legitimação social dos indivíduos para opinarem e intervirem em temas políticos (Bourdieu, 1979).

No caso das veladas, recorria-se a uma estratégia para, simultaneamente, conquistar notoriedade para o evento, garantir uma participação elevada e atrair a presença de pessoas que, de outra forma, provavelmente, não estariam presentes: estas decorriam no Largo do Mosteiro²⁶, coincidindo com uma importante festa popular de Rio Tinto, a romaria do São Bento das Pêras. A festa de São Bento das Pêras funcionava, ainda, como uma oportunidade para recolher assinaturas para petições promovidas pelos coordenadores do protesto, permitindo a participação de um número elevado de populares que concordassem com os seus objectivos:

E fazíamos as veladas numa sexta-feira, antes da festa de S. Bento, porquê? Porque aí havia pessoal. Porque se fizéssemos noutro dia qualquer, o pessoal não aparecia. O pessoal, aqui, não aparece. Por isso escolhíamos esse dia, que era bom. Os bombeiros vinham, andavam aí, apanhávamos aí uns grupos de pessoas, misturavam-se todos uns com os outros, e aquilo era um sucesso.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

O momento e o local escolhidos para realizar as veladas fazem parte das estratégias utilizadas Movimento Rio Tinto a Concelho para ganhar força em termos de números e, assim, aumentar a sua legitimidade e capacidade de pressão. Mais tarde analisaremos estes aspectos, por agora estamos preocupados com a caracterização dos participantes das duas campanhas de protesto estudadas.

A informação das entrevistas indicam, claramente, uma participação alargada e heterogénea por parte dos residentes locais nas iniciativas referidas, aproximando-se da ideia, acima descrita, que é possível encontrar em muita literatura. No que diz respeito à manifestação organizada pelo Movimento Pró-Rio em Março de 1998, é possível encontrar, também, indícios nesse sentido: por um lado, parte da imprensa retratou-a, na época, como uma manifestação de “populares”, de residentes em Rio Tinto; no entanto, também temos consciência de que essa pode ter sido a identidade estratégica escolhida pelo Movimento Pró-Rio²⁷. Relativamente à manifestação organizada pela Quercus, Fapas e Movimento Pró-Rio, os seus participantes são um reflexo de quem procedeu à sua organização: estiveram presentes, sobretudo, elementos dos três grupos referidos e alunos de uma escola de Rio Tinto, precisamente a escola onde trabalhava um dos líderes informais do Movimento Pró-Rio e que

²⁶ Localizado em frente à igreja de Rio Tinto, no local mais central da localidade, frequentemente designado de Centro Cívico de Rio Tinto

²⁷ Teremos oportunidade de explorar melhor a construção e mobilização de identidades estratégicas no protesto associado ao Rio Tinto noutro momento.

participou activamente na campanha de protesto de diversas formas.

O mesmo efeito de alargamento da participação em determinadas iniciativas e, simultaneamente, de diversificação do perfil dos participantes, é também visível na segunda campanha de protesto relacionada com o rio Tinto. Foi-nos possível constatar isso indirectamente, através das entrevistas realizadas e da análise de fontes diversas, e directamente, através da técnica de observação participante ao longo dos 3 anos em que acompanhámos as actividades do Move Rio Tinto. As caminhadas de periodicidade anual pela reabilitação do rio Tinto são as iniciativas que mais participantes conseguem reunir, congregando largas centenas de pessoas, um número que, no ano inaugural, surpreendeu os seus organizadores.

A quantidade e heterogeneidade dos participantes nas caminhadas foram observadas *in loco* nas 3 edições em que tivemos oportunidade de participar: de cada uma das vezes, estavam presentes pessoas de todas as idades, famílias inteiras, figuras conhecidas da política local, ambientalistas, e muitos jovens das escolas de Rio Tinto e alguns professores das mesmas:

O Move Rio Tinto revelaria, mais tarde, que estiveram presentes mais de 400 participantes. Eu estimei, “a olho”, entre 300 a 400 pessoas presentes na caminhada. Algumas pessoas ligadas à Rio Tinto TV faziam a cobertura do acontecimento para esta televisão *online*. Vi também um jornalista que já havia estado presente noutras caminhadas pelo rio Tinto. Entre os presentes contavam-se vários dos participantes mais regulares do Move Rio Tinto e várias pessoas que já vi nas caminhadas de outros anos (embora, a algumas, nunca tenha visto noutras iniciativas do movimento, tais como reuniões públicas ou limpezas do rio). Algumas personalidades da política local marcavam, como vem sendo habitual, a sua presença: o presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, o único representante da CDU na Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, um conhecido militante local do Bloco de Esquerda. Uma mulher envergava uma camisola alusiva à associação ambientalista Quercus. Estavam ainda presentes alguns professores de pelo menos uma escola de Rio Tinto. Havia pessoas de todas as idades (incluindo bebés) presentes.

Diário de Campo, 25.05.2012. Sobre a 5ª Caminhada pelo Rio Tinto

Mas não é só nesta iniciativa que se constata um alargamento dos participantes. Em várias visitas ao rio estiveram presentes pessoas alheias à coordenação do movimento e com uma menor experiência de participação cívica: grupos de alunos das escolas de Rio Tinto estiveram em várias visitas ao rio e em algumas acções de limpeza, bem como residentes de Rio Tinto que, em alguns casos, claramente, ocupam um lugar distinto no espaço social daquele que é ocupado pela generalidade dos coordenadores do Movimento em Defesa do Rio Tinto e não

estão habituadas à mobilização política.

Ao mesmo tempo, três mulheres, com cerca de 50 a 70 anos, residentes naquela zona, mas na margem oposta, queixavam-se dos danos patrimoniais provocados pelas cheias e da inacção das entidades locais no que diz respeito quer à resolução dos problemas gerados no rio e nas margens, quer à protecção e compensação das suas perdas materiais. Uma das mulheres queixava-se de que tinha perdido tudo o que tinha em casa, e, tendo procurado obter apoio, já se tinha dirigido à Câmara Municipal e à empresa Metro do Porto, sem qualquer resultado prático. Uma destas mulheres vestia uma bata usada habitualmente para realizar tarefas domésticas, e todas falavam com um acentuado sotaque do Porto, de forma espontânea e com um discurso pouco elaborado, muitas vezes elevando o tom de voz ou gesticulando de forma muito expressiva, o que contrastava claramente com a postura mais contida e discurso mais elaborado dos restantes manifestantes. Relembrei a primeira entrevista realizada para esta investigação, quando o entrevistado me dizia que nas margens do rio viviam essencialmente pessoas mais envelhecidas e com menores recursos, que, por isso mesmo, não mudavam de local. *Diário de Campo, 5.06.2010. Participação numa manifestação pela reparação de um talude e de um emissário de esgoto danificados nas cheias de 2009*

Em síntese, no caso das duas campanhas de protesto ambiental relacionado com o Rio Tinto verifica-se esta tendência: se tentarmos traçar, com as limitações que já referimos e com um grau de rigor e detalhe menor, um perfil social de todos os indivíduos que nelas participaram, encontraremos, provavelmente, residentes locais, com os mais variados perfis em termos de idade, género, habilitações escolares, situação profissional e cultura de participação cívica. No entanto, se olharmos apenas para as pessoas que decidiram e organizaram essas mesmas campanhas, encontramos um perfil dominante bastante específico: residentes de Rio Tinto com uma forte integração local, geralmente mais escolarizados, ocupantes de posições sociais intermédias e com uma história prévia de participação política e cívica. Sobressai a importância dos conhecimentos e competências um pequeno grupo de indivíduos, como Rootes observa (1999b). Acrescentem-se, ainda, dois aspectos importantes: de uma maneira geral, os líderes da primeira e da sua campanha de protesto que estudámos não são, em geral, ambientalistas, e também não são parte do grupo de pessoas que, de uma forma mais directa, vê a sua qualidade de vida diminuída pelos problemas que o rio enfrenta, ou seja os moradores nas suas margens.

Perceber quem é que dirige o protesto ambiental é um passo importante para melhor compreender o nosso objecto de estudo: lança pistas sobre as possibilidades de mobilização de recursos para a acção colectiva (que recursos estão ao alcance dos grupos e como é podem ser acedidos), ajuda a perceber o seu significado e contribui para revelar o processo da génese

de cada uma das campanhas.

A origem dos grupos de protesto: a ideia de espontaneidade e a importância das redes locais

Perceber a forma como o Movimento Pró-Rio e o Move Rio Tinto foram criados não é tão simples como pode, inicialmente, parecer: participantes diferentes no mesmo actor colectivo contam-nos versões diferentes, algumas atribuindo um papel muito importante à casualidade ou à espontaneidade, e outras denotando o papel fundamental de relações sociais prévias entre os participantes ou mesmo de actores colectivos que já existiam antes quer do Movimento Pró-Rio, quer do Movimento em Defesa do Rio Tinto.

1) Os excertos de entrevistas seguintes ilustram bem o quão diferentes as explicações para a emergência do Movimento Pró-Rio, por aqueles que nele participaram, conseguem ser:

Era um grupo de pessoas que, na altura... alguns conheciam-se, de vários grupos, só que nunca se tinham juntado. E, um dia, numa acção esporádica, de casualidade, na altura da festa do S. Bento, lembro-me, juntamo-nos um grupo de pessoas, umas todas chateadas, outras a mandar vir, outras a conversar, e acabámos por constituir um movimento. E com essa constituição do movimento acabámos por ter acção pró-activa. Fizemos manifestações, visitas, contestações... uma série de coisas. Mas começou de uma forma muito esporádica, de um conjunto de pessoas que se juntaram, vários grupos que se conheciam, e que tinham um objectivo comum.

Participante no Movimento Pró-Rio

Portanto, eu fiquei: «meu Deus. Se esta terra se chama Rio Tinto, e vão entubar o rio, então isto vai ficar sem identidade. Isto fica sem rio nenhum». Fiquei aflita com aquela reunião [*fala de uma reunião com pessoas do PS e do MRTC, onde se discutiu o projecto de canalização de um troço do Tinto*]. Então, eu era professora aqui no Monte da Burra, de história. E, entretanto – isto foi naqueles dias, se não foi no dia seguinte, foi quase – apareceram lá na escola dois rapazes. Eles tinham 18 anos, na altura. Eram o Marco, que é hoje presidente da Junta, e o Nuno Fonseca. Eles queriam pedir o apoio dos professores para serem contra o entubamento do rio. Entretanto, eles disseram que eram do grupo Pró-Rio. Aquilo era tudo muito *ad hoc*. Eram eles os dois, não sei se eram muitos mais. Eles precisavam de apoio, pediram o apoio dos professores. Então, o conselho directivo passou-os para mim. Eu entrei em contacto com eles. E, a partir daí, a gente reunia-se com o MRTC, sempre com eles.

Participante no Movimento Pró-Rio

Eu não sei, não me lembro quem veio ter com quem, mas eu e o Marco, o actual presidente da Junta, estamos lá desde a primeira reunião, lembro-me perfeitamente de reuniões com três ou quatro pessoas. Agora, não me lembro, de facto, quem juntou quem. Se isso partiu de nós e fomos nós que nos juntámos ao MRTC ou se foi ao contrário. Mas havia ali ligações de pessoas conhecidas e julgo que foi uma questão natural, a Fina D'Armada e por aí fora, e foi natural.

Participante no Movimento Pró-Rio

R: Chegámos lá através da Juventude Socialista, que éramos activos e quando soubemos disto lutámos com isso, eu, o Marco Martins, o Nuno Fonseca, a Cláudia Nogueira, mais alguns jovens que, neste momento, já não estão na vida activa por cá mas estão presentes.

P: Portanto é um núcleo que nasce da Juventude Socialista...

R: Núcleo que nasceu da Juventude Socialista, exactamente, aqui da secção da Estação.

P: Souberam da situação também através do Partido Socialista?

R: Sim. Mas nós soubemos de que ia acontecer o rio, não é? Não porque nós éramos na altura éramos uma juventude que participávamos nas assembleias e 'távamos em cima do acontecimento, portanto interessávamo-nos por aquilo tudo que era interesse da freguesia de Rio Tinto. Então onde houvesse qualquer coisa, nós estávamos lá.

Participante no Movimento Pró-Rio

Analisando os excertos transcritos verificámos que as explicações da origem do Movimento Pró-Rio fornecidas oscilam entre um processo de criação do mesmo explicado, quase exclusivamente, pela casualidade e pela espontaneidade (sobretudo o primeiro, mas também o terceiro) até à génese a partir de uma organização política pré-existente, a Juventude Socialista (último excerto transcrito). Porém, se lermos cuidadosamente todos os pedaços de entrevista apresentados, verificamos que, mesmo nos relatos que colocam a ênfase na casualidade e na espontaneidade, não identificando explicitamente outros factores que tenham contribuído para a emergência do grupo, o actor colectivo em causa não nasceu num vazio contextual. Está presente um aspecto que é fundamental para explicar a emergência do Movimento Pró-Rio: entre os pioneiros do referido actor colectivo, existiam laços sociais anteriores à emergência do próprio actor colectivo.

Um exercício interessante consiste em perceber qual a origem dos laços sociais que uniam os dinamizadores do Movimento Pró-Rio ainda antes da existência deste grupo: o conhecimento prévio está ancorado na participação ou no contacto com outros actores colectivos anteriores a este, nomeadamente o PS e a JS, por um lado, e o MRTC, por outro. Repare-se ainda como, de acordo com um dos relatos obtidos, dois dos primeiros impulsionadores do movimento,

militantes da JS, recorreram a uma instituição local, uma escola de Rio Tinto, para obterem apoio para o movimento que estavam a iniciar, acabando por recrutar uma pessoa que acabaria por pertencer ao seu núcleo de dinamizadores regulares. É através da integração no tecido social local, conjugada com a cultura de participação e intervenção na vida colectiva que já tinham adquirido ou estavam a adquirir, e sem descurar o facto de já existirem, entre elas, ligações – directas ou indirectas - prévias, que se explica como é que algumas pessoas que se opunham à decisão de entubar um troço do Rio Tinto e se preocuparam com o futuro dos terrenos adjacentes entraram num processo de acção colectiva para tentarem impedir o projecto da Câmara Municipal de Gondomar. Repare-se ainda que, se a pertença ou o contacto com determinadas organizações políticas foi fulcral para que o grupo dinamizador do Movimento Pró-Rio ganhasse forma, outras formas de integração no tecido social local, nomeadamente o desempenho da profissão numa instituição local e a pertença a redes de relações informais de conhecimento e amizade enraizadas no espaço, desempenharam também um papel importante na emergência do Movimento Pró-Rio. O primeiro caso está presente no relato da professora que atendeu ao pedido de apoio de dois jovens, militantes da JS, que pretendiam lançar uma campanha contra o entubamento do rio. O segundo caso é ilustrado pela forma como um quinto participante nos explica como é que acabou por conhecer o grupo que se estava a formar e colaborar com ele, quando nos diz que deste faziam parte amigos de infância que, como ele, usufruíram do rio em bom estado.

2) Quando questionados sobre a origem do Movimento em Defesa do Rio Tinto, também os seus elementos nos oferecem respostas distintas. Por vezes, verifica-se que a origem deste grupo é tida como uma coisa natural, mais ou menos fortuita:

P: O Movimento em Defesa do Rio Tinto nasce em 2006.

R: Sim, em 2006.

P: Antes disso estas pessoas já estavam, de algum modo, a organizar-se para formar este movimento?

R: Não. Foi nessa altura que se acabou por fazer este movimento. Não foi assim uma coisa que tivesse estado a cozinhar muito tempo. Pensou-se, e surgiu.

P: E porquê nessa altura? Há alguma razão?

R: Não. Penso que não. Não há nada, a não ser duas ou três pessoas terem-se lembrado que isto podia ser um movimento com interesse. Não há nenhuma data histórica, não há nenhuma efeméride que possa dizer “foi ali porque”. Não.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

Outra explicação para a origem – e, sobretudo, para a altura em que ela acontece – do Movimento em Defesa do Rio Tinto com que nos deparámos nos discursos dos nossos entrevistados remete, também, para a espontaneidade, mas não para a casualidade: a criação do Movimento em Defesa do Rio Tinto aparece como uma resposta natural e espontânea a um crescendo de problemas ambientais na linha de água em causa:

P: E como é que chegaste a este movimento, e a estas questões?

R: Essa pergunta, por acaso, é muito engraçada, porque não faço a mais pálida ideia. Houve uma altura, que eu não consigo precisar, mas terá sido por volta de 2005, talvez, que as questões do rio começaram a surgir nas manchetes do jornal, e se começou a debater a situação grave que se estava a viver. Também na altura do Parque Nascente, da construção do centro comercial, estava-se a viver ali um problema grave com os esgotos. E foi nessa altura que também comecei a estar atenta e a aproximar-me de outras pessoas que estavam preocupadas com o que se estava a passar.

P: Portanto, já estavas, de certa forma, num círculo de pessoas onde isso era debatido.

R: Sim, sim. Já estava num círculo de pessoas atento aos problemas, e que já discutiam as medidas que estavam a ser tomadas e outras que não estavam.

P: Era isso que eu queria perceber, se conhecias as pessoas, ou se alguém te levou a uma reunião e ficaste, ou se viste a divulgação do movimento...

R: Não. Lembro-me que, na altura, conversava com familiares, e estávamos todos sintonizados de que as coisas não estavam bem. Não estavam a ser tomadas as medidas devidas para acabar com os problemas ambientais. Palavra puxa palavra, este fala com aquele, e foi-se juntando um grupo de pessoas com uma certa preocupação.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

Porém, a origem do Movimento em Defesa do Rio Tinto poderá não ter sido tão espontânea como estes relatos dão a entender. Em primeiro lugar, relembramos que as pessoas que o lançaram, e que, hoje, o dinamizam, possuem todas, de uma forma ou outra, um historial de participação política e cívica com relevância – maior ou menor, conforme os casos individuais - que antecede a sua participação neste actor colectivo. Para além disso, foi-nos possível apurar que, entre a generalidade destas pessoas, existiam já laços sociais, directos ou indirectos, algo que é demonstrado pelo último excerto de entrevista citado e que surge também no seguinte:

P: Disse-me há bocadinho que as pessoas que constituem o movimento já se conheciam...

R: Sim. Isto é: nem toda a gente conhecia toda a gente. Mas há sempre uma ligação de conhecimento. Isto é, no fundo: A conhecia B, B conhecia C, C conhecia D, e acabaram por se juntar. E é normalmente esse grupo de pessoas que lidera este movimento. Mas temos, neste momento, uma pessoa que surgiu numa reunião porque simplesmente foi vendo as nossas divulgações no blogue e no site, e um dia apareceu a uma reunião.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

Atente-se no depoimento acima recolhido: o nosso entrevistado identifica um participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto que se juntou ao grupo após conhecer o trabalho de divulgação do mesmo. Mas esse elemento surge como um caso excepcional, em contraste com os dinamizadores do actor colectivo que já se encontravam interligados através de laços sociais - mesmo que, em muitos casos, indirectamente - e que acabam por assumir a sua liderança. Ao longo do período de tempo em que acompanhámos as actividades do Movimento em Defesa do Rio Tinto, foi possível confirmar que, para a formação deste, e para a constituição, a cada momento, do seu núcleo central, a pré-existência de laços entre os participantes jogou quase sempre um papel fundamental. O Move Rio Tinto surgiu a partir de um conjunto de pessoas, de um modo geral, altamente escolarizadas, para quem a participação política e cívica não era uma novidade, que estavam previamente ligadas entre si por laços sociais directos ou indirectos e, para mais, partilhavam visões relativas à questão do Tinto com pontos de contacto entre si.

Recolhemos, ainda, outros relatos que removem completamente o acaso e a espontaneidade do processo de criação do Movimento em Defesa do Rio Tinto, associando-o a uma organização pré-existente – neste caso, um partido político, o Partido Comunista Português (PCP) - e que, para além disso, mostram que ele poderá estar associado a motivos que vão para além da reabilitação da sua bacia hidrográfica, relacionando-se com o futuro dos terrenos na zona onde um troço de rio foi entubado, por onde iria passar uma nova linha de metro (entretanto inaugurada em 2011).

Quando veio toda esta problemática do metro há uma outra força política, claramente o PCP, que diz: «estes

gajos, quer o PS, quer o PSD estão comprometidos com esta porcaria» - estamos a falar PS e Partido Social Democrata, porque o PSD não está nada zangado com o Valentim Loureiro. Portanto, quer o PS, quer o PSD estão comprometidos com isto: «vamos desenvolver aqui um trabalho para procurar pôr em causa, em torno das questões da poluição e em torno da salvaguarda de toda a bacia, de todas as linhas de água, da protecção, do património, não sei quê, não sei que mais». E é lançado este movimento. E este movimento acaba, sem falar do metro, por se opor. Os seus objectivos iniciais acabam por se opor tacitamente àquilo que a metro pretendia.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

Em síntese, e como dizíamos no início do capítulo, as explicações que os participantes quer no Movimento Pró-Rio, quer no Move Rio Tinto, oferecem para a forma como o actor colectivo em que participaram foi constituído são divergentes. Algumas transmitem a ideia de que ele foi o resultado de uma reacção espontânea a uma situação - ou no segundo caso, um conjunto de situações - relacionada com o Tinto por parte de pessoas interessadas entre as quais, por acaso, se verificou um encontro de ideias e de vontades. Outras contam uma história diferente, dizendo-nos que os dois «movimentos» foram produzidos por organizações políticas pré-existentes - a JS no primeiro caso, o PCP, no segundo - para discutir e tentar evitar certas intervenções sobre o Tinto e certas opções de ocupação do solo que lhes estariam associadas para uma zona central de Rio Tinto onde o curso de água passa.

Tilly desmistificou a ideia, geralmente veiculada por quem participa em movimentos sociais, de que a sua origem é espontânea, afirmando que ela envolve sempre «experiências de vida, organização deliberada, e episódios concertados de reivindicação» (2008: 20). De facto, a pré-existência de laços entre diversas pessoas com uma certa cultura de participação política e cívica também foi fundamental para a génese dos actores colectivos que estudámos. Esses laços estavam sempre contextualizados pelo local e pela importância deste para o quotidiano dos entrevistados, enquanto espaço de socialização, de actividade profissional, de residência, e de intervenção cívica e política. José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas (2005) afirmam que as redes sociais inscritas no espaço local são fundamentais para as hipóteses de sucesso e de durabilidade no tempo do protesto local; o que o caso estudado mostra é que eles foram decisivas, desde logo, para a génese do protesto.

A disparidade entre as várias versões que nos foram contadas pode ser explicada de várias maneiras: podemos admitir que, por terem tido papéis e protagonismos diferentes no processo de criação dos actores colectivos, alguns dos entrevistados visões distintas do mesmo, conhecendo alguns aspectos e desconhecendo outros. Podemos igualmente admitir que, tendo

já decorrido alguns anos sobre os acontecimentos em causa, sobretudo sobre a génese do Movimento Pró-Rio, essas divergências estejam, em parte, relacionadas com as imprecisões associadas ao acto de recordar. Mas também podemos considerar que alguns entrevistados optaram por colocar a ênfase no papel da espontaneidade e da casualidade por essa ser a narrativa da génese do seu actor colectivo que melhor assenta na identidade oficial que para ele querem construir e que lhe permite obter mais vantagens no conflito em que ele esteve, ou está, envolvido e que, como veremos mais à frente, passa por insistir numa imagem de independência relativamente a outros actores colectivos, de alheamento da luta partidária local e da existência de um interesse pelos problemas do Tinto que não está relacionado com nada que transcenda a degradação do rio e as suas implicações para a qualidade de vida local.

As estratégias seguidas e os reportórios empregues

Apesar de ambas terem como objecto o rio Tinto, e mesmo estando as duas centradas no território que partilha com ele, as campanhas de protesto estudadas foram consideravelmente diferentes. Para além de, como verificamos no capítulo anterior, terem sido protagonizadas por grupos de protesto distintos, os seus objectivos declarados também divergiram consideravelmente, assim como as estratégias seguidas para os tentar alcançar.

O Movimento Rio Tinto a Concelho iniciou a campanha de 1997 com uma meta bem definida: impedir o desvio e a canalização coberta de um troço do rio Tinto decididos pela Câmara Municipal de Gondomar, que prolongavam um entubamento executado em 1991. Subjacente a este objectivo estava outro: evitar a urbanização de uma zona central de Rio Tinto que incluía terrenos classificados em RAN e, posteriormente, REN. Estes objectivos seriam partilhados pelo outro actor colectivo que mais se destacou ao longo da campanha pelo seu papel de dinamização desta, o Movimento Pró-Rio. A estratégia adoptada privilegiou 3 linhas fundamentais, empregando um conjunto diversificado de formas de protesto, algumas das quais serviam, ao mesmo tempo, mais do que uma dessas grandes orientações estratégicas.

Uma primeira linha foi a de tentar persuadir directamente a Câmara Municipal de Gondomar a não prosseguir com o entubamento. Para isso, foram enviadas cartas à autarquia onde eram apresentadas objecções ao entubamento do Tinto, e elementos do Movimento Pró-Rio marcaram presença em sessões públicas daquele órgão de poder local, tomando a palavra e

participando nelas activamente. A autarquia foi uma das entidades a que o MRTC enviou, em Agosto de 1997, uma carta onde se pedia o embargo da obra e a elaboração de estudos que apresentassem alternativas menos danosas para o ambiente e que esclarecessem os seus impactos para a população, fundamentando esta solicitação com os argumentos de que o rio era um marco identitário importante para Rio Tinto, de que o seu entubamento era uma decisão errada do ponto de vista ambiental, pois iria tornar invisível e, assim, agravar a poluição, e de que existiam suspeitas de que não haviam sido emitidas as autorizações necessárias para a obra. Por outro lado, a edição de Março de 1998 do mensário local *Arauto de Rio Tinto* documenta a presença do Movimento Pró-Rio numa sessão pública da Câmara Municipal de Gondomar e o diálogo entre um dos seus elementos, Marco Martins, e Valentim Loureiro. A autarquia não mostrou qualquer abertura à negociação, considerando que quem se opunha à sua decisão o fazia por motivos partidários, servindo os interesses eleitorais do PS de forma consciente mas encapotada.

Uma segunda orientação estratégica passou por tentar impedir o entubamento denunciando-o e pedindo a sua suspensão a órgãos de poder supra-locais - Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura, Comissão Regional da Reserva Agrícola (CRRRA) de Entre Douro e Minho, Instituto de Hidráulica, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N), AR - e pedindo averiguações à Provedoria de Justiça e à Inspecção Geral da Administração do Território (IGAT). As denúncias efectuadas assentavam na convicção de que o processo continha ilegalidades que seriam suficientes para justificar o seu embargo. Reclamava-se que a obra se tinha iniciado antes da necessária desafectação dos terrenos em causa da RAN - que, na verdade, só veio a acontecer depois do início dos trabalhos. Para além disso, o facto de a Direcção-Geral do Ambiente e Recursos Naturais do Norte ter fundamentado o licenciamento do desvio, canalização e cobertura daquele troço do Tinto com base no artigo 41º do Decreto-Lei 46/94, de 22 de Fevereiro, acabou por ser aproveitado, pelos actores colectivos que se opunham a essa intervenção, como mais um argumento contra ela. O diploma em causa regulava a utilização do domínio hídrico, público ou privado, definindo as utilizações que necessitavam da atribuição de uma licença ou de contrato de concessão. O nº2 do artigo 41º, invocado pela Direcção Regional do Ambiente do Norte, define que «a construção, reparação, alteração ou demolição de infra-estruturas hidráulicas, independentemente do fim a que se destinam, está sujeita à obtenção de licença, que pode ser outorgada pelo prazo máximo de 10 anos, nos termos do nº1 do artigo 6º, com as

especificidades previstas na presente secção»²⁸. O Movimento Pró-Rio argumentou que, sendo o entubamento de um troço de rio, com o objectivo de urbanizar os terrenos por ele cruzados – tratando-se, consequentemente, de uma utilização permanente do domínio hídrico, não fazia sentido a atribuição de uma licença temporária, com a duração de 10 anos, e que deveria ter havido lugar a um inquérito público antes da sua concessão.

De acordo com o *Jornal de Notícias*, os trabalhos de entubamento estiveram suspensos devido a um processo de contra-ordenação instaurado pela CRRRA, notícia que a autarquia, através do vereador José Luís Oliveira, desmentiu nas páginas deste diário²⁹. De acordo com a IGAT³⁰, a autarquia foi alvo de um processo de contra-ordenação por realizar as obras em zona de RAN, tendo sido absolvida em 17.11.2000.

Nesta tentativa de procurar bloquear a decisão da Câmara Municipal através da denúncia a instituições supra-locais com poder para a impedir, os dois grupos de protesto contaram com alguns aliados: Em 1998, e tal como o Movimento Pró-Rio, também a Escola EB 2,3 nº1 de Rio Tinto denunciou a obra decidida pela Câmara Municipal de Gondomar à Provedoria de Justiça³¹ e, em Dezembro de 2000, o deputado municipal socialista Manuel Martins, na sequência da não resposta da Câmara Municipal a um pedido de esclarecimentos e de documentação relativos à canalização do rio, apresentou uma denúncia à IGAT, seguindo-se uma exposição ao mesmo organismo, pelo Movimento Rio Tinto a Concelho, em 2003. Antes deste processo, a IGAT já tinha apreciado uma queixa efectuada pela Quercus contra a canalização de um troço do Tinto com a extensão de 700 a 1000 metros, associada à intenção de urbanizar terrenos integrados em RAN e REN. O inquérito consequente detectou irregularidades, questionando a legalidade das duas minutas de contrato-promessa aprovadas pela Câmara Municipal de Gondomar e a posse dos terrenos em causa, alegando que os referidos contratos nunca foram assinados³². A Câmara comunicou à IGAT que decidiu, em Fevereiro de 2007, revogar as deliberações que conduziram à aprovação das duas minutas de contrato-promessa e iniciar novo processo de aquisição das parcelas em causa. Os inspectores da IGAT também questionaram o estatuto dos solos ocupados pela avenida construída sobre o troço entubado a jusante das piscinas em 2001. O solo foi desafectado da Reserva Agrícola

²⁸ O artigo 6º, por sua vez, determina que cada licença pode ser válida por um período máximo de 10 anos ou de 35 anos, consoante os usos licenciados, sendo que as licenças de duração superior a 10 anos deveriam ser objecto de um inquérito público.

²⁹ «Entubamento do rio Tinto 'embargado'», publicado pelo *Jornal de Notícias* em 24.04.1998

³⁰ Processo 130400-1/2001

³¹ A denúncia da EB 2,3 de Rio Tinto gerou o processo 1082/98 (A1), a que foi apensado o processo R1253/98 (A1), resultante da queixa do Movimento Pró-Rio. A Provedoria de Justiça acabaria por encerrar o processo, concluindo que as obras haviam decorrido dentro da legalidade.

³² IGAT. Relatório do processo 130400-1/2001

Nacional em Março de 1999, no quadro do Plano de Urbanização de Rio Tinto e Baguim do Monte. No entanto, como esse plano não fora, entretanto, ratificado, estes consideraram que os solos em causa se mantinham na RAN, admitindo, porém, que o arruamento é de interesse público e que a Câmara Municipal de Gondomar terá agido na convicção de que os solos já não integravam a Reserva Agrícola. A Comissão Regional da Reserva Agrícola emitiu um parecer favorável à desafecção dos solos em causa em 23.02.2007, regularizando a situação. Assim, e após apreciação do contraditório da autarquia, o processo foi arquivado em 2008.

A terceira estratégia seguida consistiu em atrair a atenção mediática para o conflito e para o entubamento do Rio Tinto. Neste sentido foram promovidas iniciativas com uma carga simbólica forte, com a presença do maior número de participantes possível, e com um certo grau de espectacularidade, e, por vezes, originalidade, pensadas para atrair o máximo de atenção possível, como foram a manifestação organizada pelo Movimento Pró-Rio em Março de 1998, a manifestação organizada pela Quercus, Fapas e Movimento Pró-Rio em Dezembro de 1999, e as várias veladas do Movimento Rio Tinto a Concelho. Destas, a última iniciativa, pelo seu simbolismo, merece especial destaque: a velada consistia na colocação de um grande número de velas, na ordem dos milhares, sobre o local do entubamento do rio e nas suas redondezas, acesas durante a noite, simbolizando um velório pela morte do Rio Tinto. Numa dessas iniciativas, o MRTC colocou uma forca com um ramo de loureiro (simbolizando o então presidente da Câmara Municipal de Gondomar, Valentim Loureiro), um ramo de oliveira (representando o vice-presidente da mesma autarquia da altura, José Luís Oliveira) e uma moura (aludindo a João Moura, na altura presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto). O mensário local *Arauto de Rio Tinto*, criado por um dos fundadores do Movimento em Defesa do Rio Tinto, publicou um número elevado de artigos sobre o entubamento do Tinto e o conflito decorrente, sempre em tom crítico relativamente à decisão da Câmara Municipal de Gondomar. Para além de produzir os seus próprios textos, onde surgiam os mesmos argumentos contra o entubamento do Tinto que eram utilizados pelo Movimento Pró-Rio e pelo Movimento Rio Tinto a Concelho, o jornal reproduzia, também, documentos a que tinha acesso produzidos por outros opositores à canalização do rio, e documentava várias acções que os dois grupos de protesto e alguns eleitos locais do Partido Socialista empreendiam no sentido de contestar a canalização do Tinto. Alguns dos colaboradores do jornal, como Onofre Varela, Agostinho da Silva Ribeiro e Joaquim dos Santos Marinho, dedicaram, também, textos ao tema. Pode-se considerar que este jornal foi, também, um actor da campanha de protesto,

não se limitando a documentá-la mas participando activamente nela, o que se explicará, em boa parte, pelas ligações entre o Movimento Rio Tinto a Concelho e esta publicação local que se designava a si própria como «o primeiro órgão de comunicação do futuro concelho de Rio Tinto»³³.

Mas o *Arauto de Rio Tinto* não foi o único meio de comunicação social onde o entubamento do Tinto e o consequente conflito foram abordados. No dia 6 de Fevereiro desse ano, o *Jornal de Notícias*, na época um dos diários mais lidos no país, publicou uma reportagem sobre a realização da obra, referindo o seu início antes da desafecção da RAN, bem como da oposição à mesma por parte do Movimento Rio Tinto a Concelho³⁴. Este órgão de comunicação social revelou ainda que a intervenção estava a ser realizada sem que existisse qualquer estudo paisagístico ou um estudo de impacte ambiental – que poderia, de resto, ser dispensado, dadas as dimensões do entubamento em causa. O artigo incluía afirmações de dois vereadores da Câmara Municipal de Gondomar eleitos pelo PSD, do presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – todos favoráveis às obras em curso - de um ex-vereador do PCP e de um elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho - que se manifestavam contra as mesmas. Ao longo dos meses seguintes, o *Jornal de Notícias* continuou a acompanhar o conflito e a publicar vários artigos sobre ele, noticiando os seus desenvolvimentos, dando voz a quem se opôs ao entubamento – não apenas ao Movimento Pró-Rio e ao Movimento Rio Tinto a Concelho, mas também ao PS e à JS – e apresentando a argumentação da Câmara Municipal de Gondomar.

A esta mediatização do conflito não foram alheios os esforços desenvolvidos pelos elementos do Movimento Pró-Rio, que tomaram a iniciativa de contactar directamente os meios de comunicação social, procurando atrair a sua atenção, nem do Movimento Rio Tinto a Concelho, que dispunham de alguma capacidade para fazer chegar o tema à imprensa. Resta-nos referir, relativamente a este esforço de mediatização do protesto, que foram ainda publicados textos enviados a jornais locais (*Voz de Rio Tinto*), regionais (*Primeiro de Janeiro* e *Comércio do Porto*) e nacionais (*Jornal de Notícias*) por elementos do Movimento Pró-Rio e do Movimento Rio Tinto a Concelho, que tinham como tema, precisamente, o entubamento do Rio Tinto.

Em 2006, o Move Rio Tinto declarou que o seu principal objectivo consistia em promover a reabilitação da bacia do Rio Tinto, de maneira a que a linha de água pudesse ser utilizada

³³ Esta frase surge na capa de todos os números do *Arauto de Rio Tinto*

³⁴ «Rio Tinto encanado», publicado pelo *Jornal de Notícias* em 06.02.1998

como elemento qualificador do espaço urbano. Tendo pensado primeiro numa estratégia de confronto com o poder local, este actor colectivo acabou, ainda numa fase inicial da sua actividade, por reorientar a sua preferência estratégica para um esforço de construção de um consenso alargado em torno da ideia recuperação do rio e da zona envolvente, abarcando as diversas entidades com responsabilidade na gestão do rio, a população local, organizações ambientalistas e partidos políticos.

Esta estratégia assentava em 3 pilares fundamentais: estabelecimento de diálogo com o poder local (Câmaras Municipais de Porto, Gondomar e Valongo, Junta de Freguesia de Rio Tinto) e outros órgãos de poder e instituições relevantes - AdP, AdG, Águas de Valongo, Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH-N), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N), AR, partidos políticos - com o objectivo alertar para a degradação do rio e pressionar no sentido de serem adoptadas medidas para a sua reabilitação; apresentar a reabilitação do rio à população local como algo que trará vantagens em termos de qualidade de vida; ampliar a visibilidade do problema ambiental, tanto na sua vertente primária - ou seja, a percepção directa através dos sentidos - como secundária - através de relatos de outros, como os *media*, cientistas e ambientalistas (Gould, 1993). Para além destas três orientações estratégicas fundamentais, o Move Rio Tinto desenvolveu, ainda, uma componente de controlo social informal sobre o rio, alertando para os novos problemas com que ele se depara.

A tentativa de criar um consenso em torno da ideia de reabilitar o Tinto fez com que as relações do Move Rio Tinto com a Câmara Municipal de Gondomar, definida exclusivamente, pelos protagonistas da campanha de protesto do final dos anos noventa, como um adversário, não fossem pautadas exclusivamente pelo antagonismo: entre a autarquia e o actor colectivo referido existe espaço para o diálogo e mesmo para a cooperação, que se estendem também para outros actores locais e regionais que podem contribuir para melhorar o estado do Tinto. Esta cooperação traduziu-se em apoios de tipo diverso a algumas das actividades do Move Rio Tinto: as caminhadas iniciais contaram com o apoio financeiro da Lipor e da Câmara Municipal de Gondomar; enquanto as acções de limpeza do Tinto tiveram o apoio logístico e, por vezes, a presença de funcionários daquela autarquia e da Junta de Freguesia de Rio Tinto. Foi também comum, durante os primeiros anos de actividade do Move Rio Tinto, verificar-se a presença de representantes das entidades referidas em algumas das suas iniciativas, sobretudo nas caminhadas anuais pela reabilitação do rio Tinto.

À medida que foi desenvolvendo a sua actividade, o Move Rio Tinto solicitou e obteve reuniões com políticos locais dos diversos partidos, mas também com deputados da AR, representando os diferentes grupos parlamentares, gerando perguntas e propostas sobre a linha de água. O actor colectivo reuniu pela primeira vez com a ARH-N em Fevereiro de 2010, instituição que, partilhando o objectivo de reabilitar e valorizar o Tinto, ainda anunciou ter pedido um estudo sobre o risco de cheia no Tinto à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, mas que se viu constrangida pela escassez de recursos. Também a CCDD-N, com a qual o Move Rio Tinto também reuniu, reconheceu, de acordo com o actor colectivo, a necessidade da elaboração de um projecto de reabilitação do Tinto que envolva os três municípios por onde ele passa.

Não obstante, esta postura dialogante exibida perante as instituições coexiste, com uma outra, de denúncia e crítica pública. As relações com as entidades em causa, sobretudo com a Câmara Municipal de Gondomar, também são caracterizadas por momentos de tensão e mesmo de conflito, com críticas veementes à actuação não só da autarquia, mas também da Junta de Freguesia de Rio Tinto e, por vezes da ARH-N e da CCDD-N.

Em alguns dos discursos de abertura das caminhadas pelo rio, em algumas das reuniões públicas, e em alguns artigos publicados no blogue do actor colectivo, o tom adoptado relativamente à actuação destas entidades foi claramente crítico. Note-se, a título de exemplo, um excerto de um texto publicado no blogue do Move Rio Tinto em 26 de Março de 2010 e também no seu terceiro boletim informativo, esclarecedoramente intitulado «a destruição prossegue, apesar das boas palavras»:

Para a CMG [Câmara Municipal de Gondomar], a Metro, as entidades dependentes do Ministério do Ambiente e a CCDD-N, regularizar o rio entre a Rua da Lourinha e a Zona do Paço em Baguim do Monte, é construir muros de gabiões por tudo o que são linhas de água; regularizar é arrasar os muros construídos, há centenas de anos, em pedra e substituí-los por mais muros de gabiões; regularizar é destruir árvores que consolidavam as margens e serviram de abrigo e alimento à biodiversidade antes existente; regularizar, é arrasar moinhos e outras construções de interesse patrimonial.

Enquanto a Metro do Porto e a Câmara Municipal de Gondomar foram sobretudo acusadas de contribuir directamente para a degradação do rio através de intervenções ambientalmente erradas, outras instituições foram criticadas por manterem uma postura considerada passiva face à degradação do rio, demorando a actuar perante os problemas que agravam a degradação

e tolerando decisões que contribuem para os problemas ambientais, como a já referida construção da linha de Metro. Entre estas entidades encontram-se, para além da Junta de Freguesia de Rio Tinto, a empresa Águas de Gondomar, a ARH-N e a CCDR-N.

O primeiro momento de confrontação aberta entre o Move Rio Tinto e o poder local ocorre em 2009, e é motivado pelas obras de construção da nova linha de metro de superfície. Para além da já referida questão do traçado, a que este actor colectivo se opôs, dois outros aspectos estiveram na origem de um conjunto de críticas e acusações: em primeiro lugar, os impactos da construção da linha sobre o Tinto. A execução da obra implicou o desvio e entubamento temporário de um troço da linha de água, o reforço de pontões e a construção de uma plataforma, assente em estacas, sobre o rio, e a regularização do leito e das margens em alguns pontos. Em segundo lugar, a construção da linha de metro na zona da Quinta das Freiras implicou o desentubamento temporário do rio nas traseiras da rua Calouste Gulbenkian, algo que foi aproveitado pelo Move Rio Tinto para defender que o rio, naquela zona, permanecesse a céu aberto permanentemente, o que não veio a acontecer. Tudo isto suscitou um conjunto de críticas à Metro do Porto mas também à Câmara Municipal de Gondomar e à Junta de Freguesia de Rio Tinto, consideradas coniventes com a obra. A segunda viu-se envolvida num dilema: vários dos elementos da sua direcção estiveram envolvidos no Movimento Pró-Rio e defenderam a reabilitação do rio; no entanto, a Junta de Freguesia – tal como a Câmara Municipal, de resto - optou por reclamar parte do mérito pela chegada do Metro a Rio Tinto, obra bem vista pela população e há muito prometida, ignorando alguns aspectos menos positivos desta obra. Em plena fase de execução, o Move Rio Tinto acabou por denunciar a obra ao Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto e a outros organismos, considerando haver, entre outros problemas, uma desconformidade com a Declaração de Impacto Ambiental.

Este foi um momento de antagonismo importante: 2009 foi o último ano em que a caminhada anual pelo Tinto contou com a presença do vereador do ambiente da Câmara Municipal de Gondomar. As limpezas do rio, apoiadas pelo poder local, deixaram também de se fazer: o Move Rio Tinto participou pela última vez numa limpeza do rio em 2010, colaborando numa acção organizada por um grupo do Porto saído da iniciativa Limpar Portugal. Os momentos de antagonismo e crítica mútua, sobretudo entre o Move Rio Tinto e a Câmara Municipal, continuaram a verificar-se ao longo dos anos seguintes, com o primeiro a criticar decisões da autarquia e a considerar que esta não faz tudo o que está ao seu alcance relativamente à

reabilitação do rio, e esta a acusar o primeiro de faltar à verdade relativamente à sua actuação. Por exemplo, num texto publicado no seu blogue em 5 de Julho de 2012, intitulado «Reunião com a CCDDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte) I parte», o Move Rio Tinto acusou a autarquia de, por incapacidade ou falta de vontade, desperdiçar a possibilidade de apresentar uma candidatura de um projecto de reabilitação do Tinto ao QREN. Respondendo em comunicado, a Câmara Municipal de Gondomar acusou o actor colectivo de mentir e caluniar, reafirmando a sua preocupação com o Tinto e exemplificando com a submissão de duas candidaturas ao Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos da ARH-N em 2010, que resultaram na obtenção de financiamento da reparação de estragos causados pela cheia do Tinto na margem do Tinto junto na rua Actor Mário Viegas. Esta reacção mereceu a publicação no blogue, em 8.07.2012, do texto «a verdade dos factos ou afinal quem calunia?», onde se reafirmou que a autarquia não estava a fazer um esforço no sentido de reabilitar o Tinto, tendo perdido uma oportunidade de concorrer a financiamentos do QREN.

Outro momento de tensão entre o grupo de protesto e as entidades com responsabilidades na gestão do rio foi motivado pela demora da reparação de uma queda de água destruída na sequência das cheias de Dezembro de 2009, bem como de um talude e de um emissário de saneamento danificados pela mesma razão, na rua Actor Mário Viegas. O Move Rio Tinto organizou uma manifestação motivada por esta situação, no dia 4 de Junho de 2010, cerca de seis meses depois da cheia; no entanto, não deixa de ter um certo significado o facto de ter escolhido chamar a esse acontecimento uma «concentração», retirando-lhe assim alguma carga conflitual e revelando algum cuidado para não cair numa relação de antagonismo total com as entidades que, no seu entender, deveriam ter reparado a situação de maneira mais célere: Câmara Municipal de Gondomar, AdG, Metro do Porto e ARH-N.

A reparação que então foi realizada mereceu, também, críticas do Move Rio Tinto, que a considerou deficiente: a reparação do colector de saneamento em Junho de 2010 foi considerada uma «obra de remedeio», por outro lado, a reabilitação do talude danificado e da queda de água destruída mereceram também reparos: em 24 de Junho de 2011, este actor colectivo promoveu uma visita ao Tinto iniciada, justamente, no ponto onde se verificou a obra em causa. O leito estava coberto com grandes pedras, sob as quais escoava o reduzido caudal estival do rio, praticamente invisível, o que levou os organizadores da visita a considerarem que aquele troço da linha de água tinha sido convertido numa «calçada

romana». Passando sob as pedras, a água não produzia, na zona de declive, o efeito de queda de água desejado, aspecto que também foi criticado pelo seu carácter inestético. Mais tarde, a 26 de Dezembro de 2011, o Movimento em defesa do Rio Tinto voltou a aludir à obra realizada no local, publicando no seu blogue um texto, ilustrado com imagens fotográficas, onde revelava que o talude reparado já apresentava, novamente, danos.

Uma fonte recorrente de críticas à actuação dos poderes públicos por parte do Move Rio Tinto é a ETAR de Rio Tinto. A decisão de remodelar este equipamento no âmbito do Plano Geral da Bacia Hidrográfica do Douro, com um custo de cerca de cinco milhões de euros, mereceu uma manifestação de desacordo veemente por parte do actor colectivo, que defende o seu encerramento definitivo e o encaminhamento do seu efluente para a ETAR do Freixo, com capacidade para efectuar tratamento terciário. O desempenho desta estação tem sido um dos temas que mais tem contribuído para a dimensão crítica e de denúncia da acção do Move Rio Tinto, motivando declarações e denúncias na comunicação social, a colocação de uma faixa no centro de Rio Tinto e a entrega de garrações com água recolhida a montante e a jusante da estrutura junto da Câmara Municipal de Gondomar e da empresa Águas de Gondomar, com o objectivo de demonstrar a deterioração da qualidade da água após receber a descarga da estação.

Outro episódio de tensão, designadamente com a Câmara Municipal de Gondomar, ocorreu quando foi revelada a aprovação, no âmbito do Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto, da alteração da localização de um equipamento público, um futuro «fórum de Rio Tinto», dos terrenos do antigo mercado para uma zona entre a ribeira da Castanheira e a Avenida do Rio Tinto, sob a qual corre o curso de água com o mesmo nome, e que no primeiro local pensado para o novo equipamento seriam edificadas quatro prédios para habitação³⁵. O Move Rio Tinto manifestou-se publicamente contra esta proposta, que considerou beneficiar interesses privados em vez do interesse público, defendendo, alternativamente, a implementação de zonas verdes nos dois locais em causa e a instalação do «fórum» num terceiro local ou, caso isso não fosse possível, no terreno do antigo mercado, desde que devidamente integrado numa zona verde. Escreveu este actor colectivo:

³⁵ Em Fevereiro de 2012, o Movimento em Defesa do Rio Tinto, através do seu blogue, revelou que a CCDR-N tinha emitido um parecer em grande medida desfavorável ao referido plano. Com a vitória do PS nas autárquicas de 2013 e a mudança de poder na Câmara Municipal de Gondomar, o futuro desta zona ainda está em aberto.

A Câmara Municipal de Gondomar, por inacção, nada tem contribuído para a recuperação do rio Tinto. Agora por acção toma uma decisão que, mais uma vez, nada contribui para uma valorização do já delapidado vale do rio Tinto. Devemos contrariar mais esta má decisão e vamos permanecer atentos e actuates. Esperamos que outros também o façam e não se escondam por detrás de uma ignorância cómoda sobre o assunto ou por votos de abstenção [*referências ao presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, que declarou não conhecer oficialmente o projecto, e aos dois vereadores do PSD, que se abstiveram na votação em que ele foi aprovado*], que não são mais do que uma aceitação tácita e encapotada da proposta camarária para o centro cívico de Rio Tinto.

Posição do Movimento em Defesa do Rio Tinto, sobre o Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto, publicado em moveriotinto.blogspot.pt em 21.05.2011

Ainda como consequência deste episódio, nos meses de Novembro e Dezembro de 2012, o Move Rio Tinto colocou uma faixa e dois cartazes nos terrenos onde se previa a construção dos prédios de habitação, designados pelo mesmo como «torres», demonstrando a sua oposição ao projecto.

Apesar dos vários momentos conflituais entre o Movimento em Defesa do Rio Tinto e várias entidades administrativas, com consequências negativas para a relação, sobretudo, entre este e o poder local, ainda se manteve alguma disponibilidade para a colaboração. O último momento de cooperação que registámos foi uma iniciativa de florestação que incluiu a plantação de árvores em dois pontos diferentes da bacia do Tinto: na margem da ribeira da Castanheira, nas imediações do antigo mercado de Rio Tinto, e em Campanhã, no Porto, ocorrida em Novembro de 2012. No primeiro local, a acção foi desempenhada por participantes do Move Rio Tinto, que contaram com o apoio da Câmara Municipal de Gondomar: a carrinha que transportou as árvores e os utensílios usados eram da autarquia, e estiveram presentes o chefe do seu departamento do ambiente e dois técnicos.

Quanto à segunda orientação estratégica, são várias as iniciativas desenvolvidas pelo Move Rio Tinto que permitem um aumento da visibilidade primária dos problemas ambientais do Tinto, porque colocam os participantes em contacto com eles. O exemplo mais evidente é a realização das acções de limpeza do Tinto. Nos seus primeiros anos, este actor colectivo envolveu-se em várias limpezas das margens e leito do Tinto e da Ribeira da Castanheira, organizadas por si ou por outras entidades (como a Junta de Freguesia de Rio Tinto e o movimento Limpar Portugal), no entanto, já não promove nem se associa a nenhum evento destes desde 25 de Setembro de 2010, quando uma limpeza que envolveu a Quercus, o grupo do Porto do Limpar Portugal, a Campo Aberto, o Move Rio Tinto e a Câmara Municipal do

Porto teve lugar. Nesse ano registaram-se duas limpezas do Tinto com o envolvimento do Move Rio Tinto, e, nos três anos anteriores, uma em cada um deles. O abandono (pelo menos por enquanto) destas iniciativas acontece pouco depois dos primeiros momentos de antagonismo com o poder local.

Este tipo de iniciativa, classificada como «simbólica» pelos seus organizadores, tem o objectivo de sensibilizar as pessoas para o estado de degradação e desvalorização do rio, revelando a abundância e diversidade de detritos sólidos que lá são depositados; ao mesmo tempo, cumpre também uma função de pedagogia, ao mostrar a importância de dar ao lixo um destino apropriado e, ao mesmo tempo, a transmitir a indicação de que uma limpeza de um rio consiste em remover os detritos lá depositados – sobretudo os que não são biodegradáveis – e não em remover a vegetação ribeirinha.

Ao todo, estiveram vinte e sete pessoas presentes, a maior parte das quais crianças, aparentando ter entre dez e catorze anos de idade. Uma pessoa pertencente ao Move Rio Tinto mostrou-se ligeiramente desagradada com a presença das crianças, uma vez que impediriam a realização de uma limpeza «a sério». Outro elemento, reconhecendo que a presença de crianças limitava a limpeza, lembrou, no entanto, que o carácter pedagógico da iniciativa saía reforçado. [...] As professoras de uma escola local participantes mostraram-se negativamente surpreendidas com a quantidade e diversidade de lixo encontrado, uma delas considerando a situação «horrível» e «incompreensível», e mostrando-se perplexa com a capacidade dos locais para abandonarem os seus resíduos em qualquer sítio.

Diário de Campo, 20.03.2010

Apesar de afirmar preferir a cooperação, a oscilação entre essa abordagem e uma mais confrontacional responde à evolução da relação com as entidades administrativas com as quais o actor colectivo interage e a várias situações relativas à bacia do Tinto. O Move Rio Tinto tem adaptado a sua estratégia às circunstâncias, tendo em conta a actuação das instituições com responsabilidades sobre o rio e a evolução da situação da sua bacia.

Nós andamos há meses, há anos, a dizer: resolva-se o problema da ETAR de Rio Tinto. No dia 1 de Fevereiro na tal reunião que tivemos com a ARH, o presidente da ARH disse-nos que estava a fazer todos os esforços para acordar com a Câmara do Porto, com a Câmara de Gondomar uma solução para a ETAR. A gente faz uma sugestão, faz um estudo, faz uma visita, vem o vereador. Resposta: «Sim senhor, temos que encontrar uma alternativa, uma solução» Convidámos dois professores universitários. Começamos a falar publicamente deste problema com mais insistência, fazemos propostas concretas à Câmara, às Águas de Gondomar, ninguém nos liga, ninguém nos responde. Passado mais de um ano e meio, a situação mantém-se igual. O que é que a gente vai fazer? Nós estamos numa nova fase. Está mais do que visto que os problemas só passam a ser problemas, para a Câmara, para as entidades, quando há discussão pública. Então, se é por aí, vamos por aí. Sem prescindir de um certo trabalho, que exige alguma paciência, alguma pele de sapo, que é preparar minimamente os dossiers, as lições minimamente fundamentadas e credíveis, dar tempo para eles as decidirem, não as implementam, vamos lá ver: não as implementam porque?

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Quer isto dizer que as escolhas e alterações estratégicas realizadas pelos grupos de protesto em cada uma das campanhas não são dissociáveis da actuação do poder local e outras entidades administrativas. A forma como a Câmara Municipal de Gondomar lidou com o Movimento Pró-Rio e MRTTC, fechando-se ao diálogo e procurando retirar-lhes legitimidade, tornou o confronto inevitável; por outro lado, a janela de diálogo que o Move Rio Tinto encontrou inicialmente tornou possível uma mudança estratégica com enfoque na construção de consenso. Não obstante, em momentos em que este actor colectivo considera que as palavras favoráveis às suas reivindicações são contrariadas pelas medidas implementadas no terreno e a sensibilização dos poderes não está a resultar – um dos insucessos que, geralmente, o actor colectivo reconhece na sua actuação – surgem situações em que se opta pelo confronto e denúncia. Deve-se acrescentar que, de acordo com elementos do Move Rio Tinto, nem todas as entidades com que procuraram dialogar se mostraram especialmente receptivas, procurando evitá-lo, como foi o caso da Metro do Porto ou da empresa AdG. Por outro lado, como vimos, instituições como a ARH-N, a CCDR-N, a Águas do Porto, a Lipor e a Câmara Municipal de Gondomar mostraram-se disponíveis para o diálogo, ainda que o Move Rio Tinto reconheça ter uma capacidade de influência muito limitada sobre a sua actuação, considerando que, até ao momento, não conseguiu produzir os resultados que pretendia com a estratégia de sensibilização dos decisores locais e regionais.

O facto de esta última abordagem suplantarem, em certos momentos, a abordagem da cooperação e procura de consenso, tem também a ver com questões internas do Move Rio Tinto: a segunda estratégia, ainda que se tenha revelado como o principal caminho seguido ao longo

dos anos, nem sempre reúne unanimidade entre os participantes neste actor colectivo. A sua escolha terá estado, aliás, na origem do distanciamento, e mesmo do abandono, de vários participantes das suas actividades:

Eu posso dizer que nós perdemos algumas pessoas, de início, porque queriam partir logo *p'ró* confronto. E achavam que isto ia tudo resolver-se pelo confronto. O que é uma ideia muito sedutora *p'a* muitas pessoas. Simpatizam com uma atitude muito guerrilheira, de denúncia, de acusação. E nós achámos que isso não seria o caminho adequado. Talvez dependa um bocadinho da personalidade das pessoas que no momento estão mais ligadas a esse núcleo duro, não é? É inevitável, a maneira de pensar e de agir dessas pessoas acabam por contaminar o movimento.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

A escolha desta estratégia de procura de consenso, por parte do Movimento em Defesa do Rio Tinto, prende-se fundamentalmente com duas razões: por um lado, julgou-se que uma aproximação ao poder local iria contribuir para a legitimação das suas pretensões e das suas actividades. Por outro lado, reconhece-se que as entidades administrativas locais e regionais, ao contrário do Movimento em Defesa do Rio Tinto, têm, se assim o entenderem fazer, a capacidade para atrair financiamentos, implementar medidas e influenciar decisões no sentido de promover a reabilitação da bacia do Tinto. Assim, considerou-se que uma estratégia de sensibilização destas instituições, procurando convencê-las a reabilitar o curso de água em causa, seria mais eficaz do que uma estratégia de confronto, como a que foi usada na campanha de protesto anterior.

Outra pessoa (um colaborador da Campo Aberto) presente mostrou desagrado pela presença de representantes da Câmara Municipal de Gondomar (nomeadamente Castro Neves, vereador do Ambiente) nas iniciativas do Move Rio Tinto, quando eles, na sua opinião, têm uma elevada responsabilidade na actual situação de degradação do rio. Um elemento do Move Rio Tinto retorquiu que, independentemente daquela que fosse a sua opinião pessoal sobre os responsáveis da câmara, esses é que são os decisores com o poder de mudar a situação do rio e que, por isso, não ganhariam muito em atacá-los e isolá-los das suas iniciativas. É necessário tentar trabalhar com eles e sensibilizá-los também a eles, apesar de tudo. Outro participante deste actor colectivo complementou, dizendo que no movimento existiam diversas sensibilidades relativamente a esse assunto. O primeiro elemento do Move referiu que a presença de tais pessoas nas iniciativas no movimento tem contribuído para afastar algumas pessoas que prefeririam uma via «caceteira» e que acusam o Move Rio Tinto de lhes estar a dar protagonismo, mas acrescentou que, por outro lado, serve para uma maior legitimação do movimento aos olhos da população.

Diário de Campo, 07.02.2010. Visita ao rio organizada pelo Move Rio Tinto e pela Campo Aberto.

Algumas das visitas a locais do Tinto que o Move Rio Tinto organiza são pensadas para mostrar aos participantes situações específicas de degradação ecológica na linha de água. Podemos referir, como exemplo, uma visita organizada com a Campo Aberto em Fevereiro de 2010, que conduziu os participantes pelas zonas onde as obras de construção da linha F do metro do Porto estavam a gerar transformações muito significativas no Tinto e por alguns dos locais mais afectados pelas cheias de Dezembro de 2009, enfatizando-se os problemas da artificialização do rio e ocupação do leito de cheia, e consequente aumento do risco de cheia. Outro exemplo foi uma visita organizada em Setembro de 2011 para que os participantes pudessem verificar alguns problemas ao longo do rio, entre eles as diferenças relativas ao aspecto e odor das águas do Tinto antes e depois da ETAR do Meiral, pretendendo demonstrar o mau funcionamento dessa estrutura e o seu contributo para a degradação do rio, onde as consequências das insuficiências da rede de recolha e tratamento de águas residuais se tornaram mais visíveis. Nestas visitas, a marcha é sempre pontuada por algumas paragens, para que os participantes possam observar melhor o problema em causa e ouvir algumas considerações de elementos do Move Rio Tinto e de colaboradores deste grupo.

Mas as iniciativas que melhor servem esta estratégia, pelo número de participantes muito elevado que envolvem sempre, são as caminhadas anuais pelo Rio Tinto. De acordo com estimativas dos seus organizadores, a caminhada mais participada, a segunda, teve mais de 700 participantes, enquanto a menos participada, a quarta, contou com mais de 400. Este evento consiste numa marcha ao longo de um percurso pelas margens do rio, geralmente em Rio Tinto, embora, numa ocasião, a caminhada tenha terminado em Campanhã, na zona do Pego Negro. Em todas as edições em que participámos, e em que constatámos o elevado número de participantes, eles foram propositadamente desenhados para mostrar vários dos problemas que afectam o Tinto: a poluição resultante das carências da rede de recolha e tratamento de águas residuais e das descargas directas, a artificialização do leito, a ocupação das margens, a perda de biodiversidade. As caminhadas são sempre acompanhadas por Pedro Teiga, especialista na reabilitação de linhas de água urbanas, que dá algumas explicações sobre os problemas do rio que o percurso vai revelando aos participantes, em momentos de paragem da caminhada, mas chama também a atenção para a biodiversidade que, apesar de tudo, ele ainda alimenta em algumas zonas, fazendo notar o potencial ambiental do rio e os benefícios que dele podem decorrer. O seu discurso contém, também, uma componente pedagógica.

A amplificação da visibilidade secundária dos problemas do rio é conseguida de quatro formas diferentes. Por um lado, o Move Rio Tinto desenvolveu um conjunto de ferramentas para, recorrendo aos seus próprios meios, fazer chegar a muitas pessoas informação não só sobre as suas actividades, mas também sobre os problemas de degradação do Tinto. Um exemplo disso é o seu boletim informativo, do qual, porém, só foram editados 3 números. A Internet, no entanto, revelou-se uma ferramenta fundamental para este actor colectivo divulgar não só a sua existência, os seus objectivos e as suas actividades, mas também alguns problemas ecológicos do rio Tinto, através da colocação de vídeos no *site Youtube* onde são exibidos problemas ecológicos do Tinto e onde se mostram imagens das suas iniciativas, e da manutenção de um *site*, um blogue e uma página de *Facebook* que, entre outras, servem a função de tornar mais visível a degradação ambiental que afecta a linha de água.

O *site* serve para anunciar as iniciativas públicas promovidas pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto, para publicar textos e para divulgar alguns materiais produzidos por este actor colectivo: o seu manifesto, os três boletins informativos que publicou, uma carta enviada à Metro do Porto e alguns comunicados encontram-se todos disponíveis.

O blogue, por sua vez, tem-se mantido como uma importante ferramenta para a actividade do Move Rio Tinto, cumprindo diversas funções: documentar a actividade deste actor colectivo, divulgar as suas iniciativas e apelar à participação nas mesmas, denunciar a degradação do rio e aumentar a sua visibilidade, e possibilitar a comunicação com algumas pessoas que, identificando-se com o actor colectivo, não participam habitualmente no mesmo. Tem um importante papel na divulgação e documentação das actividades, na publicação de posições públicas e na transmissão de notícias relacionadas com o Tinto. A sua utilização deliberada como um instrumento para dar a conhecer o actor colectivo é evidente, revelando-se de modo inequívoco num texto publicado no dia 15 de Fevereiro de 2007, onde se fazia um apelo, a outros bloguistas, pela divulgação do blogue, com o objectivo de que a dimensão local deste grupo pudesse ser, de alguma forma, transcendida através da Internet³⁶.

Mas ele também desempenha outras funções: para além de divulgar e alargar o movimento, acaba por funcionar como um elo de ligação entre pessoas que se identificam com o Move Rio Tinto – isto é, recorrendo a uma expressão utilizada por Diani para propor a sua definição de movimento social (1996), que se encontram do mesmo lado da barricada do que aquele, revendo-se nas suas reivindicações e nos seus objectivos. O objectivo de utilizar o blogue para transcender o espaço local produziu alguns frutos no universo da *Internet*: lendo a caixa de

³⁶«Defender um rio, uma tarefa colectiva», publicado em *Moveriotinto.blogspot.com* em 15 de Fevereiro de 2007

comentários, é possível perceber que algumas pessoas, pelo menos em determinados momentos, frequentaram assiduamente este espaço virtual, apesar de nem sempre estarem localizadas no espaço físico de Rio Tinto, onde o Move Rio Tinto se encontra enraizado e realiza a maior parte das suas actividades. Entre estes comentadores reincidentes contam-se membros de organizações tão distintas como a CDU de Rio Tinto ou o grupo que, emergindo do Limpar Portugal do Porto, adoptou um troço do rio, mas também outros bloguistas, residentes de Rio Tinto e participantes no Movimento em Defesa do Rio Tinto, entre os quais elementos da sua coordenação. Os debates são efémeros mas, ainda assim, a publicação relativamente frequente de materiais por parte do Move Rio Tinto, o interesse pelo tema partilhado pelos leitores do blogue, a sua identificação com o actor colectivo que o gere e, em alguns casos, o facto de esses leitores conhecerem alguns dinamizadores do Move Rio Tinto também fora do espaço virtual da *Internet*, fazem com que o endereço electrónico em causa funcione como um ponto de encontro virtual entre pessoas ligadas a este actor colectivo, reforçando, desta forma, o sentimento de identidade colectiva.

Por fim, a página do *Facebook* funciona, sobretudo, como uma ferramenta de publicitação do Movimento em Defesa do Rio Tinto e das suas actividades, de recrutamento de novos elementos e de interacção com indivíduos que, não participando nas suas actividades, se revêem nos objectivos do actor colectivo. A criação da página de *Facebook* ocorreu bastante depois da criação do *site* e do blogue do Movimento em Defesa do Rio Tinto, e, demorou mais algum tempo até que este actor colectivo decidisse apostar de um modo mais sério na sua dinamização.

Se o blogue funciona como um espaço de discussão de reforço da identidade comum dos participantes do Movimento em Defesa do Rio Tinto, ou, dito de outra forma, do sentimento de estar do mesmo lado de um conflito de que fala Diani (1996), o *Facebook* revela-se mais eficaz do que aquele como ferramenta de divulgação e de ampliação da visibilidade deste actor colectivo, chegando a audiências que o blogue não atinge, através do envio de *links* que os utilizadores da rede social fazem, utilizando os seus contactos.

Outra maneira encontrada para aumentar a visibilidade secundária dos problemas do Tinto foi a organização de eventos onde eles são discutidos. Entre estes encontram-se as reuniões públicas, incluindo a reunião de Abril de 2006, que marca o início oficial do Movimento em Defesa do Rio Tinto, uma conferência, em 5 de Junho de 2006, onde pessoas de diversas áreas, com conhecimento privilegiado sobre o Tinto e os problemas que o afectam – o

especialista em reabilitação de rios e ribeiras urbanas e coordenador do Projecto Rios Pedro Teiga, o hidrobiólogo Adriano Bordalo e Sá, o ex-vereador do ambiente da Câmara Municipal do Porto, Rui Sá, e Catarina Guimarães, médica do centro de saúde de Rio Tinto - discutiram os problemas da linha de água, ou o debate organizado antes da autárquicas de 2009, com a presença dos candidatos à Câmara Municipal de Gondomar do Bloco de Esquerda e da CDU e de representantes das candidaturas do PSD e PS, onde se discutiram, exclusivamente, possíveis soluções para os problemas ambientais do Tinto.

Uma quarta e última forma de amplificação da visibilidade secundária dos problemas do Tinto consistiu em atrair sobre eles a atenção dos *media*, o que aconteceu de maneiras diferentes. Por um lado, algumas das iniciativas desenvolvidas no espaço público, na rua, foram orientadas para esse efeito. Este é, sobretudo, o caso das já referidas caminhadas, que são marcadas por vários aspectos capazes de despertar o interesse mediático. Para além do número muito elevado de participantes, as primeiras três edições das caminhadas contaram com a presença de indivíduos notáveis de diversas áreas, convidados pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto para participar, incluindo políticos locais e atletas famosos, aumentando o seu valor de notícia. Em todas as edições, a caminhada é iniciada com o transporte de uma faixa alusiva ao evento e ao grupo que o organiza, levada pelas pessoas que se encontram à cabeça da marcha, onde estão elementos do Move Rio Tinto e, nas primeiras edições, os convidados. Nas três primeiras, os participantes usaram *t-shirts* alusivas ao evento, todas com o mesmo padrão, distribuídas pelos organizadores e exibindo, discretamente, os logos da Câmara Municipal de Gondomar e da Lipor, entidades que apoiaram a realização da caminhada, transmitindo, assim, uma ideia de união.

Outra maneira encontrada para chamar a atenção da comunicação social foi tomar iniciativas orientadas para ela, destacando-se a elaboração de comunicados e a realização, nos primeiros momentos de vida do grupo de protesto, de uma conferência de imprensa, mais precisamente em Janeiro de 2007. Resta-nos acrescentar que o Move Rio Tinto publicou alguns artigos no jornal local *Vivacidade* e manteve contactos com o canal de televisão *online* Rio Tinto TV, que, desde o ano de 2011, tem documentado as suas actividades. Tal como fizeram alguns elementos do MRTC e do Movimento Pró-Rio, também alguns participantes no Movimento em Defesa do Rio Tinto enviaram cartas sobre a degradação do rio que seriam publicadas em jornais, designadamente no *Jornal de Notícias*. A degradação do rio marcou uma presença importante e regular nos *media* locais, através do jornal *Vivacidade* e da televisão *online* Rio

Tinto TV, e conseguiu, sobretudo nos primeiros anos da campanha, aparecer nas páginas de jornais nacionais, como o *Jornal de Notícias*, em televisões dedicadas à região, como o *Porto Canal* e a *Norte TV*, e nas rádios e televisões nacionais, com uma participação num programa da Antena 1 e referências no *Biosfera* da RTP2, que dedicou mesmo um programa, na sua totalidade ao Tinto. Um episódio que contribuiu de forma decisiva para a mediatização do rio e atraiu sobre ele uma atenção redobrada, colocando-o nos telejornais de vários canais de televisão foram as cheias ocorridas em Dezembro de 2009.

A última grande orientação estratégica, a construção de uma imagem positiva e mobilizadora do Tinto, foi feita de várias maneiras. Uma delas, que analisaremos posteriormente com detalhe, consistiu em reconstruir os significados do rio através de um discurso que enfatiza o seu potencial contributo, se despoluído e reabilitado, para a qualidade de vida e qualificação do território urbano em Rio Tinto, ao mesmo tempo que recupera a memória - de uma forma algo romantizada - de um rio do passado, com valor eco-social para a população local. Mas este trabalho simbólico foi acompanhado por iniciativas desenvolvidas pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto em que se procurava, por um lado, colocar a população em contacto com alguns pontos do rio onde o seu valor ambiental e o seu potencial social são mais evidentes e, por outro, recuperar e preservar memórias associadas às utilizações passadas do rio. Somos obrigados a referir, mais uma vez, as caminhadas anuais pelo rio Tinto: se, como dissemos, os seus percursos são pensados para mostrar aos participantes vários aspectos da degradação do rio, eles também servem para reforçar a ideia de que o Tinto pode ainda ter algum valor eco-social, passando por zonas do rio em que as suas margens estão ainda mais ou menos naturalizadas e livres de construções e ainda apresenta uma galeria ripícola relativamente bem conservada e por estruturas – mais ou menos arruinadas ou transformadas – como moinhos e azenhas, associadas à importância económica que o rio teve para os territórios que atravessa.

O percurso da caminhada pareceu pensado de modo a produzir um contraste entre um rio que pode ser aprazível e um curso de água degradado, artificializado, e ainda enterrado em betão, terminando depois num local onde o futuro ainda estava em jogo e poderia resultar algo de positivo. Assim, o itinerário começou em Vila Cova, uma zona em que as margens são rodeadas por zonas de cultivo, sendo estas, por sua vez, rodeadas por um pequeno bosque.

Diário de campo, 18.04.2010. Participação na 4ª caminhada pelo rio Tinto.

Relembrámos que as explicações e os comentários de Pedro Teiga não incidem apenas sobre

os problemas ambientais que se fazem sentir no Tinto, sendo comuns, também, observações que remetem para o seu valor ambiental, referindo aspectos como a importância das linhas de água urbanas como corredores ecológicos em espaços densamente edificados e profundamente artificializados, e as chamadas de atenção para a presença de determinadas espécies animais e vegetais e, no caso destas, das suas possíveis utilizações e benefícios, foram frequentes.

Para além das caminhadas, também outras visitas ao Tinto, dedicadas a um tema específico e pensadas para um número de participantes menor, foram utilizadas para evidenciar simultaneamente os problemas da linha de água e o potencial que ela ainda contém. Foi o caso, por exemplo, de uma saída em que foi visitado aquilo que restava de alguns moinhos, com chamadas de atenção para a história das utilizações económicas passadas do Tinto e apresentação destas construções como elementos da história local e parte do seu «património».

Até as limpezas do leito e das margens do rio permitiram um contacto, muitas vezes inesperado, com o valor eco-social do rio: ao mesmo tempo que removiam lixos sólidos, os participantes contactavam com a fauna e a flora ribeirinha, deparando-se com detalhes surpreendentes que despertavam o seu interesse e evidenciavam que o não-rio Tinto ainda tinha qualquer coisa de rio em si, como documenta o seguinte excerto do nosso diário de campo:

Mas a primeira zona de limpeza, perto das habitações, atesta bem a degradação do Tinto: existem armazéns abandonados, a margem do rio está revestida de cimento, com aquele curso transformado num canal. Pedacos de tubos de cimento encontram-se no seu leito emparedado. Todo o contexto físico transmite uma ideia de abandono. Ainda assim, limpando nessa zona, foi possível encontrar um ninho de pássaros e uma rã, o que despertou o interesse de muitos dos presentes, sobretudo das crianças e adolescentes.

Diário de Campo, 15.05.2010. Participação numa limpeza organizada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto

Alguns dos meios utilizados pelo Move Rio Tinto para ampliar a visibilidade secundária da degradação do rio são também úteis para divulgar o seu potencial eco-social. Alguns dos *posts* publicados no blogue deste actor colectivo - que, no topo da sua página inicial, apresenta uma fotografia da queda de água destruída pelas cheias de 2009 e posteriormente reconstruída, tirada antes desse episódio - chamam a atenção, precisamente, para aspectos positivos do rio, como a existência de determinados recantos que preservavam um certo valor

ambiental, ou a presença de determinados animais no rio. Em Abril de 2007, um texto dava conta da existência de um pântano, dado a conhecer ao grupo por uma professora local³⁷. No mês anterior tinha sido publicado um *post* em que se referia a presença solitária de um pato real numa zona do rio onde se via grande quantidade de lixo preso na vegetação nas margens³⁸.

Noutros textos publicados no blogue e em materiais como os boletins informativos, o Move Rio Tinto acentuava a dimensão do rio enquanto repositório da memória local, centrando-se nos seus moinhos ou publicando excertos de uma entrevista com uma antiga lavadeira do rio. Noutras ocasiões, procurou-se mostrar o potencial que a reabilitação do Tinto poderia ter para o tecido urbano e para a qualidade de vida, explorando-se as suas potencialidades enquanto o centro de um eventual parque que, no centro cívico de Rio Tinto, prolongasse a Quinta das Freiras.

O Move Rio Tinto procurou sempre mostrar que a ideia de reabilitar o Tinto é não só viável como desejável porque vantajosa para os habitantes locais. Uma das formas encontradas para fazer isso foi associar cientistas, técnicos e outras pessoas da academia às suas iniciativas e utilizar argumentos científicos para fundamentar as suas propostas e posições. Para além da colaboração prolongada com Pedro Teiga, deve ser referida a relação construída com um grupo de alunos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto que, no âmbito de um mestrado em Arquitectura Paisagista, estavam a construir uma proposta de reabilitação para a zona da Levada que passava pela conversão dessa zona num parque urbano, com o Tinto como elemento central. Este trabalho foi apresentado publicamente na Escola Secundária de Rio Tinto, numa conferência em que foram oradores os seus autores, a docente responsável pela orientação e avaliação do trabalho, um elemento do Move Rio Tinto e a directora da escola. Mais tarde, este trabalho seria exposto, juntamente com outros realizados por outros alunos, sobre o mesmo tema e no mesmo âmbito, no centro comercial Parque Nascente.

Devemos ainda referir uma outra faceta do Move Rio Tinto, que foi emergindo ao longo da sua actividade: o exercício de um certo controlo social informal sobre o Tinto, que consiste em vigiar o estado do rio e denunciar a ocorrência de episódios de poluição, de ocupação de margens e outros problemas. Esta denúncia é feita, fundamentalmente, de duas formas: o problema é reportado directamente às instituições com responsabilidades na gestão do rio e/ou é divulgado através do blogue do Move Rio Tinto. A caixa de comentários do blogue é uma

³⁷ «Um pântano, perto do rio», publicado em Moveriotinto.blogspot.com em 26.04.2007

³⁸ «Um pato-real no Tinto», publicado em Moveriotinto.blogspot.com em 28.02.2007

ferramenta pode ser usada para fazer chegar ao grupo de protesto alertas sobre problemas na linha de água, contribuindo, também, para que esse controlo social informal exista.

Lembro-me de um artigo que falava sobre aquelas obras junto do centro de saúde [*de reparação de um talude danificado nas cheias de 2009*], e então aparece um comentário a dizer: «olhe que aquilo já está a aluir outra vez em frente ao prédio não sei quantos», e é engraçado, eu fui lá ver e tirei mais umas fotografias, e vi que já está outra vez a rua a ir abaixo, o que motivará se calhar um destes dias mais um texto no blogue.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

A vigilância sobre o rio exercida pelo Move Rio Tinto já permitiu a detecção e resolução de problemas de poluição na bacia hidrográfica do Tinto. Dois episódios que mostram que o controlo social sobre o rio pode ter resultados práticos ocorreram em 2010 e 2011, no maior afluente do Tinto, a ribeira da Castanheira. Em Setembro de 2010, e durante alguns dias, as águas da Castanheira tornaram-se mais escuras e exalaram um mau cheiro intenso, episódio que motivou queixas por parte dos residentes nas imediações. Alguns elementos do Move Rio Tinto seguiram o rasto de poluição até encontrarem a origem do problema – a rotura de uma conduta de saneamento instalada no leito do curso de água – reportando-a à AdG, à ARH-N e ao SEPNA, e o problema foi reparado. Esta situação motivou *um post* no blogue do Move Rio Tinto em 17 de Outubro de 2010, intitulado «Mais uma ruptura de um emissário e mais poluição». No dia 9 de Fevereiro de 2011, num texto intitulado «Novas agressões sobre a ribeira da Castanheira», o actor colectivo dava a conhecer, através do seu blogue, que as águas da ribeira da Castanheira estavam novamente poluídas e que alguns dos seus elementos tinham visitado a linha de água e conversado com moradores da zona para tentar perceber qual a origem do problema. O texto apelava ainda à Câmara Municipal de Gondomar, à Águas de Gondomar e à Administração da Região Hidrográfica do Norte para encontrarem uma forma de conter a poluição. Apenas 10 dias depois, através de um novo texto publicado no blogue, intitulado «Alertar e insistir vale a pena», o Move Rio Tinto revelava que tinha visitado novamente a ribeira da Castanheira e que, conversando com moradores, tinha ficado a saber que a poluição estava relacionada com a obstrução de caixas de saneamento, problema que tinha entretanto sido resolvido pela Águas de Gondomar.

Em suma, constata-se que entre as estratégias adoptadas pelos grupos que protagonizaram a primeira e a segunda campanha de protesto existem diferenças importantes, mas também semelhanças assinaláveis. Se o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho

mantiveram exclusivamente uma postura de antagonismo face à Câmara Municipal de Gondomar, a relação entre esta autarquia e o Move Rio Tinto oscilou entre o conflito e a colaboração. Para a definição da relação entre os grupos de protesto e o município contribuíram as reivindicações apresentadas – os dois primeiros actores colectivos tinham como objectivo fundamental impedir uma decisão da Câmara Municipal, o segundo definiu a reabilitação do Tinto como meta a atingir – mas também a forma como a postura da Câmara Municipal mudou e o seu discurso relativamente ao rio se alterou: se, ao longo da primeira campanha de protesto, a autarquia reduziu o rio a não-rio, argumentando tinha um caudal muito reduzido e estava irremediavelmente poluído, e desvalorizou a actuação do Movimento Pró-Rio e do MRTC argumentando que esta tinha, apenas, objectivos políticos; ela adoptou, posteriormente, um discurso favorável à reabilitação do rio e apoiou algumas iniciativas do Move Rio Tinto. Por outro lado, detectamos uma flutuação entre uma orientação para a colaboração e construção de consenso e outra para a denúncia e o conflito na acção deste último actor colectivo que está relacionada com a evolução dos acontecimentos e da actuação das instituições. Relativamente a este actor colectivo, destaca-se ainda o controlo social informal que exerce sobre a linha de água, identificando, mediatizando e comunicando às entidades responsáveis alguns problemas ambientais que encontra.

Todos os grupos de protesto apresentaram as suas reivindicações a actores do estado supralocais, procurando desse modo desequilibrar o conflito a seu favor num plano que não o local. No caso da primeira campanha de protesto, isto desencadeou processos contra a Câmara Municipal de Gondomar que atrasaram o entubamento e mantiveram em aberto o futuro dos terrenos envolventes, pelo menos durante algum tempo. O tema do rio regressou, desta forma, à Assembleia da República, depois de os protagonistas da primeira campanha de protesto também já terem levado o assunto aos grupos parlamentares. Os grupos de protesto procuraram também chamar a atenção dos *media* para o conflito, contactando-os directamente e organizando iniciativas disruptivas da ordem quotidiana, como marchas e manifestações. O Movimento em Defesa do Rio Tinto esforçou-se por aumentar a visibilidade dos problemas ecológicos do rio através da *Internet* e promovendo o contacto dos locais com a linha de água. Este maior contacto com o rio incluiu, ainda, uma dimensão pedagógica, uma vez que aos participantes são fornecidas explicações sobre a biodiversidade dos ecossistemas ribeirinhos, os seus benefícios ambientais para os territórios urbanos e as consequências da sua degradação.

Estratégias de mobilização de recursos

Ao longo do nosso estudo, foi possível constatar que foi mobilizado, por parte dos protagonistas das duas campanhas de protesto estudadas, um conjunto diversificado de recursos: dinheiro e outros recursos materiais, mas também trabalho, capital social, competência política e, sobretudo na segunda campanha, capital científico. O capital cultural, também por ser uma condição importante para a aquisição de alguns dos outros recursos enunciados – a sua posse é fundamental para a competência política e para o capital científico, como veremos mais detalhadamente – jogou, igualmente, um papel fundamental. Para além disso, determinadas competências específicas previamente adquiridas pelos participantes no protesto foram também importantes para a sua dinamização, como se verá, caso a caso. Tão importante como perceber que recursos foram mobilizados e como foram utilizados na acção colectiva, é revelar de que modo é que os actores colectivos em causa ganharam acesso a esses mesmos recursos. Antes de partirmos para essa análise, é necessário, porém, clarificar alguns conceitos.

No contexto desta análise, utilizamos a palavra «trabalho» para nos referirmos ao tempo e esforço despendidos em actividades - físicas ou intelectuais – dedicadas aos actores colectivos dinamizadores do protesto por parte dos seus elementos. Incluímos, por isso, coisas tão diversas como a participação em reuniões, redacção de textos, elaboração de cartazes, estabelecimento de contactos, presença em manifestações e outras iniciativas.

Capital social é um conceito frequentemente utilizado na sociologia: a expressão foi utilizada, de forma aparentemente independente, por pelo menos 6 autores diferentes ao longo do século XX (Putnam, 2000). A ideia que se encontra na base deste conceito, segundo a qual a participação em grupos pode trazer benefícios quer para o indivíduo, quer para a comunidade, não é inovadora, já se encontrando presente no raciocínio de figuras clássicas da sociologia, como Durkheim e Marx. A originalidade do conceito reside no enfoque sobre as qualidades positivas da sociabilidade e na chamada de atenção para outra fonte de poder e influência que não o dinheiro (Portes, 2003). A noção transcendeu, recentemente, o vocabulário da sociologia, passando a integrar a linguagem comum e sendo utilizada de diversas maneiras e, frequentemente, num tom laudatório, correndo o risco, por isso, de perder o seu significado (Portes, 2000:133-134).

Autores diferentes apresentaram versões distintas do mesmo, embora todas veiculem a ideia

de que o estabelecimento de laços sociais é vantajoso para os indivíduos. Para Bourdieu, o capital é um produto da acumulação de trabalho, inscrito em objectos ou nos actores sociais, que permite aos indivíduos e grupos ganhar acesso a trabalho, após a sua apropriação (1986). A acumulação de capital implica custos – designadamente, em termos do tempo despendido – mas a sua posse permite a reprodução de capital ou a obtenção de lucros. É o capital que estrutura e regula o universo social: o volume total de capital que um determinado indivíduo possui, e o peso específico que cada tipo de capital tem nesse volume global, determinam a sua posição no espaço social (2001: 7). Existem diferentes formas de capital: o capital económico, o capital cultural, o capital social, e ainda o capital simbólico, que consiste em capital não reconhecido como tal, mas antes como autoridade ou competência reconhecida (idem, *ibidem*). É possível a convertibilidade entre as diferentes formas de capital, embora ela seja limitada e envolva, em muitos casos, um esforço de transformação considerável.

Em 1980, Bourdieu publicou um artigo dedicado ao conceito de capital social onde nos diz que este consiste num «conjunto de recursos actuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou, noutros termos, à *pertença a um grupo*» (1980: 2. Itálicos no original). Quanto mais extensa for a rede de relações mobilizáveis do indivíduo e quanto maior for o volume de capital cultural, económico e simbólico detido pelos elementos dessa rede, maior será o volume de capital social a que ele é capaz de aceder. A rede de relações que possibilita o capital social não é uma coisa natural, nem sequer um dado social; pelo contrário, a sua construção e manutenção existe um investimento, com carácter estratégico, por parte do indivíduo (idem, *ibidem*).

Para Bourdieu, o capital social é um recurso que resulta de um investimento estratégico em relações sociais, e que pode ser convertido noutras formas de capital. Como nos diz Portes, «os actores podem alcançar, através do capital social, acesso directo a recursos económicos (empréstimos subsidiados, informações de negócios, mercados protegidos); podem aumentar o seu capital cultural através de contactos com especialistas ou com pessoas cultas (i. e., capital cultural incorporado); ou, em alternativa, podem filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas (i. e., capital cultural institucionalizado)» (Portes, 2003: 135).

Outro conceito de Pierre Bourdieu importante para a interpretação da realidade que observámos ao longo da nossa pesquisa, até pela sua relação com outros conceitos que exploraremos de seguida, é o de capital cultural. O capital cultural existe em três formas

distintas: incorporado, objectivado e institucionalizado – que é uma forma específica de capital cultural objectivado.

A posse de capital cultural incorporado – ou aquilo a que se chama vulgarmente de cultura – implica um processo de assimilação que obriga a um investimento no mesmo e depende das capacidades de aquisição individuais (embora seja possível, de forma limitada, a sua aquisição sem um processo deliberado de incorporação), estando também relacionada com processos de transmissão hereditária camuflados. Esta forma de capital está, assim, intimamente relacionada com o corpo, constitui um *habitus*, quase uma parte do seu detentor.

O capital cultural, na sua forma objectivada, encontra-se em diversos objectos, como livros, obras de arte ou máquinas, e, ao contrário do que se verifica relativamente ao capital cultural que se encontra na forma incorporada, a sua posse é facilmente transmissível entre diferentes pessoas, ainda que a sua apropriação exija a posse do segundo tipo de capital cultural.

Por fim, o capital cultural institucionalizado, uma variante de capital cultural objectivado correspondente a títulos escolares e académicos, funciona como um certificado durável e relativamente autónomo face ao seu portador e ao capital cultural que este possui num dado momento, que atesta a posse de «competência cultural» (1986).

A noção de competência política que utilizámos foi trabalhada pelo sociólogo espanhol Navarro Yáñez (2000), a partir, sobretudo, do trabalho de Bourdieu e de Almond e Verba. Para este autor, a competência política diz respeito à capacidade dos indivíduos para se sentirem competentes para intervir na vida política. Ela encontra-se dependente de factores diferenciados, como a capacidade dos indivíduos para produzir discursos e opiniões, a sua relação com o trabalho³⁹, o lugar que ocupam no espaço social e a sua exposição a processos de socialização que incentivam a participação na vida pública. Precisamente por isto, não se encontra distribuída de modo igualitário pelo espaço social. Os indivíduos que são mais escolarizados tendem a possuir maior competência política do que os menos escolarizados, uma vez que um percurso académico mais longo contribui para a aquisição de ferramentas conceptuais e cognitivas que facilitam a produção do discurso e a expressão de opiniões. Relativamente à importância da situação no trabalho, Navarro Yáñez diz-nos que aqueles que desempenham uma profissão terão, expectavelmente, um maior *à-vontade* para intervir na política do que aqueles que se dedicam à esfera doméstica. Por fim, se o processo de socialização orientou o indivíduo para a participação política, espera-se, por parte deste, uma

³⁹ Aqui entendido como actividade humana produtiva, e não no sentido que utilizamos para analisar os recursos mobilizados.

maior competência política. Precisamente devido à importância dos processos de socialização e às diferenças de gênero por ele geradas, Navarro Yáñez admite a possibilidade de existir uma disparidade típica entre a competência política de indivíduos de sexo diferente. Desta forma, são os homens altamente escolarizados e profissionalmente activos que, expectavelmente, se sentirão mais capacitados para intervir no âmbito público.

Saliente-se que a concepção de competência política de Navarro Yáñez assenta mais na percepção que os indivíduos têm da sua capacidade para intervir na vida pública do que nessa capacidade, embora, implicitamente, ela também seja um componente do conceito, uma vez que a justificação fornecida para a importância do capital cultural para um maior volume de competência política consiste nas ferramentas de pensamento e de produção de discurso que os indivíduos possuem. Ao dividir, ainda que de forma tácita, a competência política nestas duas dimensões - a capacidade dos indivíduos para se sentirem competentes para participar na vida política, e essa capacidade propriamente dita – e ao colocar a ênfase na primeira, Navarro Yáñez inspira-se claramente no trabalho de Pierre Bourdieu e na sua análise das desigualdades entre grupos sociais no que diz respeito à capacidade para formular opiniões políticas. Para este sociólogo francês, a competência política traduz-se por «uma capacidade, maior ou menor, de reconhecer a questão política como política e de a tratar como tal e de responder politicamente, ou seja, a partir de princípios propriamente políticos (e não éticos, por exemplo), capacidade que é inseparável de um sentimento de mais ou menos vivo de ser competente no sentido pleno da palavra, o mesmo é dizer, socialmente reconhecido como habilitado a ocupar-se dos assuntos políticos, a dar a sua opinião a seu propósito ou mesmo a modificar o seu curso» (Bourdieu, 1979: 465-466).

Está bem explícita, nesta definição, a divisão da competência política em dois componentes: a capacidade de compreender e produzir o discurso político, e o reconhecimento social daquela. Quanto mais elevado for qualquer um destes dois elementos, maior a probabilidade de um indivíduo se sentir legitimado para produzir uma intervenção política. Escreve Bourdieu: «compreender-se-á melhor o 'interesse' ou a 'indiferença pela política' se se souber ver que a propensão a usar um 'poder' político (o poder de votar, de 'falar política', ou de 'fazer a política') é à medida da realidade desse poder ou, se se preferir, que a indiferença não é mais do que uma manifestação de impotência» (idem, *ibidem*: 473). Quer isto dizer que, para Bourdieu, a posse de ferramentas cognitivas e conceptuais que permitam a formulação de ideias e discursos políticos não chega para que um indivíduo realmente o faça, esta sua

competência tem de ser socialmente reconhecida, caso contrário, verificam-se fenómenos de exclusão e exclusão relativamente ao fenómeno político. O volume de capital dos actores sociais, sobretudo de capital cultural, de acordo com o autor, tem um papel fundamental para a cultura política, porque está não só relacionado com a capacidade de produção do discurso político, mas também com o «sentimento (socialmente autorizado e encorajado) de ser autorizado a ocupar-se de política, de ser autorizado a falar de política, a ter autoridade para falar politicamente de coisas políticas, de accionar uma cultura política específica» (idem, *ibidem*, 473). O conceito de competência política é importante para se perceber quem se envolve no protesto e quem não se envolve.

Por capital científico referimo-nos a conhecimentos de natureza técnica e científica que sejam úteis para que os grupos de protesto possam desenvolver a acção colectiva em prol das suas reivindicações. O capital científico está relacionado com o capital cultural que, por isso, também adquire um papel importante para a acção colectiva: quanto mais elevado for o segundo, mais elevado deverá ser o primeiro. Esta relação é facilmente compreensível: o conhecimento científico caracteriza-se por um elevado grau de especialização, de abstracção, e por possuir um vocabulário e uma linguagem específicas. Por isso, à partida, um indivíduo com maior volume de capital cultural terá uma probabilidade mais elevada de possuir as ferramentas cognitivas necessárias para a compreensão, apropriação e utilização de discursos e conceitos científicos.

Muitas das iniciativas desenvolvidas ao longo das campanhas de protesto necessitaram de recursos materiais diversos. A impressão de boletins e panfletos requer uma impressora e grandes quantidades de tinta e papel. As «veladas» do Movimento Rio Tinto a Concelho implicaram a utilização de um número muito elevado de velas, as acções de limpeza do Movimento em Defesa do Rio Tinto exigiram materiais como luvas e sacos de plástico, as manifestações promovidas por este grupo, mas também pelo Fapas, Quercus e Movimento Pró-Rio envolveram cartazes e faixas, para os quais é necessário tinta e uma base de cartolina ou outro material, nas primeiras edições das caminhadas do Move Rio Tinto, os participantes, na ordem das centenas, envergaram *t-shirts* alusivas ao evento, fornecidas pelos seus organizadores. Atendendo as reduzidas dimensões de todos os actores colectivos envolvidos na dinamização das campanhas e os poucos recursos financeiros de que, à partida, teriam à sua disposição – sobretudo no caso do Movimento Pró-Rio e do Move Rio Tinto, a aquisição de todos os recursos materiais necessários levanta problemas.

Em muitos casos, eles foram adquiridos com dinheiro, dinheiro esse que, por sua vez, foi disponibilizado pelos elementos dos actores colectivos em causa. No caso do Move Rio Tinto e do Movimento Pró-Rio, as pessoas que assumem a coordenação e uma participação regular no actor colectivo investiram o dinheiro necessário para realizar determinadas iniciativas ou adquirir determinados materiais. No caso do Movimento Rio Tinto a Concelho, o dinheiro necessário foi por vezes conseguido junto dos associados desta colectividade, através da organização de jantares que tinham como objectivo, precisamente, a angariação de fundos que lhe permitissem desenvolver as suas actividades.

Também foram frequentemente colocados ao serviço do Movimento Pró-Rio e do Move Rio Tinto, por parte de alguns participantes nestes actores colectivos – sobretudo por parte dos seus dinamizadores – recursos materiais que são sua propriedade. Os exemplos são muitos: podemos referir as máquinas fotográficas utilizadas para documentar as actividades realizadas ou, apenas no caso do segundo, vários pares de luvas de plástico usadas nas acções de limpeza, os automóveis utilizados para algumas das visitas promovidas, utilizados em esquemas de boleias para transportar todos os participantes, ou a utilização de pincéis e ferramentas dos próprios participantes para a elaboração de cartazes.

Com o trabalho de pintar a mensagem do cartaz - «4 torres, 11 pisos, aqui não! Movimento em Defesa do Rio Tinto» - a desenrolar-se, envolvendo todos os presentes menos a pessoa da televisão *online*, chegaria mais uma pessoa, numa carrinha [...]. Trazia uma caixa de ferramentas que acabaria por ser útil para dar os últimos retoques nos cartazes. As placas, essas, haviam sido obtidas por um outro elemento do movimento junto da empresa onde trabalha.

Diário de Campo, 1.12.2011. Participação na elaboração e colocação de cartazes

Uma outra forma de obter os recursos materiais necessários para determinados momentos a que o Move recorreu consistiu em pedir, pontualmente, o apoio de instituições com maior volume dos mesmos e que também pudessem ter interesse em associar-se a determinadas iniciativas do mesmo, ou até à sua actividade, de uma forma geral. Todas as acções de limpeza, em maior ou menor medida, contaram com recursos materiais fornecidos pela Junta de Freguesia de Rio Tinto ou pela Câmara Municipal de Gondomar: uma carrinha de caixa aberta para conduzir os detritos recolhidos a um destino apropriado, sacos plásticos para armazenar o lixo, por vezes luvas. Funcionários destes órgãos do poder local também ajudaram a fazer a limpeza

Alguns minutos mais tarde chegava ao local uma carrinha de caixa aberta do pelouro do ambiente da Câmara Municipal de Gondomar, transportando uma equipa composta por cinco funcionários de limpeza. Vinham equipados com sacos de plástico, coletes reflectores, galochas, luvas e alguns ancinhos. Traziam ainda luvas em número suficientes para todos os participantes, dois pares de galochas e dois fatos impermeáveis que cederam a dois elementos do Move que, a certa altura, entraram no leito do rio.

Diário de Campo, 15.05.2010. Participação numa acção de limpeza do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Já mencionámos que nas primeiras edições das caminhadas pelo rio todos os participantes envergaram *t-shirts*, todas iguais, alusivas ao evento. Estas peças de vestuário foram patrocinadas pela Câmara Municipal de Gondomar e pela Lipor, e exibiam os *logos* destas duas entidades. O Move publicou três números de um boletim informativo, referente às suas actividades e aos seus objectivos, mas também ao rio que é objecto dos mesmos, que foi, igualmente, apoiado pela Lipor.

Nós temos muitas limitações. Começa logo pelo problema técnico, depois da disponibilidade individual, depois os problemas financeiros, porque não temos apoios. A actividade do movimento é toda paga por nós. Quotizamos. Na última reunião falámos na necessidade de pôr um pano por causa da construção, um painel. Aquele pano que nós comprámos, custou-nos 70 euros, 5 euros a cada um e tal... percebe? Uma ou outra vez pedimos apoio à Lipor, a Lipor pagou-nos a produção dos boletins. Mas não temos tido apoios. Também não estamos legais. Quer dizer, nós estamos legais, não é? Agora, somos é uma associação informal.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

O recurso trabalho adquiriu, naturalmente, um papel fundamental no decurso das duas campanhas de protesto associadas ao Tinto. Lembramos, porém, que os actores colectivos que se destacaram ao longo das mesmas não dispunham, à partida, de um volume considerável deste recurso. Se por trabalho entendemos o tempo e esforço dedicados à acção colectiva pelos seus participantes, facilmente se depreende que quanto maior for o número de elementos de cada um dos actores colectivos, e quanto maior for a disponibilidade dos mesmos (ou seja, em quanto menos actividades concorrentes na aplicação do seu tempo e do esforço eles estiverem envolvidos), maior será o volume de trabalho disponível. A questão da aquisição de trabalho por parte dos dinamizadores das campanhas de protesto ganha relevância se nos recordarmos das características dos mesmos. Tanto o Movimento Pró-Rio

como o Move Rio Tinto são grupos locais que apenas existem no plano informal, organizados de forma muito flexível, sem chefias formais ou atribuição rígida de tarefas, dependendo do voluntarismo dos seus elementos. Cada um deles é constituído por um grupo restrito que assume a sua coordenação e lhe dedica algum trabalho de modo mais regular. Para colocar em marcha algumas das iniciativas levadas a cabo ao longo das duas campanhas de protesto, foi necessário, para todos estes actores colectivos, adquirir mais trabalho do que aquele que, à partida, possuiriam, assente nos contributos voluntários dos participantes mais regulares.

O MRTC encontrou duas formas de mobilização de trabalho suplementar. Uma delas consistiu na sua aquisição através da utilização de um outro recurso: dinheiro. Foi assim que conseguiu concretizar as suas «veladas» de periodicidade anual: pagando a pessoas para ajudarem a colocar as velas. Outra, já referida, foi mais engenhosa: as mesmas «veladas» realizavam-se sempre no dia da maior festa popular local de Rio Tinto, a festa do São Bento, e incluíam uma concentração nas imediações do Largo do Mosteiro, o sítio onde esta se encontrava concentrada. Isto permitiu atrair pessoas que, à partida, não participariam no evento, e é plausível que, graças à presença, mesmo que passageira, de curiosos, se conseguisse criar a ilusão de um número de manifestantes superior àquele que, na realidade, se verificava.

Por sua vez, no caso do Movimento em Defesa do Rio Tinto, já referimos aqui a colaboração de funcionários de autarquias locais nas limpezas do rio.

Todos os dinamizadores das campanhas de protesto coincidiram na utilização de uma forma, relativamente óbvia, de recrutar participantes e mobilizar trabalho para as suas iniciativas que se pretendiam com uma quantidade de pessoas elevada, de modo a obedecer à lógica de demonstração de números encontrada por Tilly (2004) nas estratégias típicas dos movimentos sociais: divulgar o mais possível a iniciativa e apelar à participação na mesma. Neste caso, a aquisição de trabalho implicou um investimento de outros recursos: recursos materiais (a divulgação de iniciativas e apelo à participação nas mesmas passou sempre pela elaboração de cartazes de dimensão variável ou de pequenos panfletos) e, como veremos, capital social.

Relembrando Bourdieu, o capital social mobilizável por um determinado indivíduo depende da extensão das suas redes sociais e dos indivíduos aos quais ele se encontra ligado através daqueles, e pode ser convertido noutros recursos. Ao longo do nosso estudo, percebemos que o capital social - entendido de acordo com a proposta teórica do sociólogo francês citado - foi um recurso fundamental para que os dinamizadores da primeira e da segunda campanha de protesto relacionada com o rio Tinto colocassem em marcha acções tendo como objectivo a

colocação das suas reivindicações na agenda pública, sobretudo por funcionar como um recurso que permite o acesso a outros recursos que, à partida, não se encontram disponíveis. No caso do Movimento em Defesa do Rio Tinto, percebeu-se a importância do capital social para angariar, desde logo, recursos materiais diversos. A sede provisória do Move é, na verdade, a sede de uma outra associação local, que disponibilizou a sua morada para a recepção de correspondência e para a realização de algumas das reuniões do grupo, embora esta não tenha participado directamente no protesto. Conseguimos perceber a existência de laços sociais entre, pelo menos, um dos principais dinamizadores do Move e um elemento dessa associação, revelando-se, assim, o papel do capital social para que aquele actor colectivo conseguisse utilizar o espaço em causa como sede.

Mais importante, porém, foi a função fundamental que o capital social de alguns dos elementos centrais quer do Move, quer do Movimento Pró-Rio desempenhou quando foi necessário angariar trabalho. Começamos pelo mais antigo dos dois.

Relembrámos que o Movimento Pró-Rio contava, no seu pequeno núcleo de organizadores e participantes regulares, com militantes da JS local. Ora, a filiação nessa organização política foi de grande importância para mobilizar participantes para as iniciativas daquele grupo de protesto.

Nessa altura tínhamos uma grande vida, era a mesmo através da Juventude Socialista que conseguíamos fazer várias coisas. Chegámos a fazer debates sobre o rio Tinto e conseguíamos mobilizar muita gente. E foi um bom ano, porque se eu quisesse ter cem pessoas ou duzentas e tal pessoas, eu tinha. Nós só aqui na Juventude Socialista tínhamos 300 militantes e eu mobilizava metade deles, não é? E conseguíamos fazer várias coisas. Não tínhamos problemas de mobilização.

Elemento do Movimento Pró-Rio

O capital social mobilizável através da ligação ao universo do PS e dos laços sociais existentes com outros elementos deste partido político pode ter ainda permitido o acesso a outros recursos. Recordamos que os relatos dos participantes no Movimento Pró-Rio relativamente às eventuais ligações entre este grupo de protesto e aquele partido político são contraditórias: alguns deles assumem a ligação à JS de vários dos participantes mais destacados do primeiro mas destacam que o PS se manteve à margem de todo o processo, mas um entrevistado identificou a existência de algum apoio por parte de algumas figuras notáveis do PS local. Esse apoio terá consistido, precisamente, em indicações relativamente a acções

que poderiam ser tomadas para tentar travar as intenções da Câmara Municipal de Gondomar, mais especificamente, junto de que entidades administrativas a oposição à intervenção sobre o rio poderiam ser apresentada, e de que forma se deveria fundamentar a argumentação contra essa mesma intervenção. Se esta segunda versão for correcta, o capital social das pessoas que, simultaneamente, participavam na Juventude Socialista e no Movimento Pró-Rio permitiu-lhes a aquisição de conhecimentos e competências importantes para o contacto mantido com alguns órgãos de poder.

Não foi apenas a filiação de alguns elementos do Movimento Pró-Rio na JS que permitiu ao primeiro actor colectivo a mobilização de capital social que acabaria por se converter em trabalho. O contexto profissional também revelou esse potencial, no caso de uma professora de uma escola local que, sendo também uma das líderes informais da campanha de protesto, mobilizou vários alunos para participar numa manifestação organizada pelas associações ambientalistas Quercus e Fapas e pelo Movimento Pró-Rio.

As próprias relações informais acabaram por ser uma fonte de capital social accionada pelos dinamizadores do Movimento Pró-Rio quando foi necessário recrutar pessoas para participarem na manifestação que este actor colectivo organizou contra o entubamento do Rio Tinto: alguns dos seus organizadores optaram por contactar os seus amigos e conhecidos para que estivessem presentes naquele evento de protesto.

O Marco contou que, na altura dessa manifestação de Março de 98... precisávamos de gente, não é? Eu não conhecia muita gente, porque não sou daqui, mas toda a gente que eu conhecia, ou que ouvia falar, ou que me diziam que era importante, eu pedia os números de telefone, eu telefonava a toda a gente. E disse: «*Oh* Marco, tu agora tens de ir movimentar os jovens». E ele disse que foi à cama levantar os do CDS. Eles estavam a dormir, e ele conhecia-os, foi lá dentro, «anda-te embora, levanta-te anda *p'ra* manifestação». Portanto, aquilo não tinha a ver com a cor política. Nós queríamos era gente.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Também no caso do Move Rio Tinto, o capital social detido por alguns dos seus elementos foi também utilizado para mobilizar participantes para algumas das suas iniciativas. Já aqui referimos as caminhadas pelo Rio Tinto e a sua importância enquanto momento de forte presença no espaço público, de sensibilização e pedagogia, e de demonstração dos números do movimento: todas as edições deste evento, iniciado em 2007 e realizado com periodicidade anual (exceptuando o ano de 2011). A mobilização de participantes implicou sempre um investimento material na sua divulgação - feita na Internet, através do blogue e, mais

recentemente, através, também, da sua página de *Facebook*, mas também através da colocação de cartazes e distribuição de panfletos - e um investimento em capital social, com alguns dos elementos mais empenhados do Move Rio Tinto a procurarem converter este recurso em mais participantes, divulgando as iniciativas pelas redes em que estão inseridos.

O capital social foi ainda o elemento que possibilitou o acesso a trabalho para desempenhar tarefas específicas, relacionadas, designadamente, com a vertente lúdica das caminhadas pelo Rio Tinto que o Move Rio Tinto procurou acentuar nas duas últimas edições. Mas foi, também, importante para a realização de trabalhos mais especializados, que requerem competências muito específicas, como mostra o seguinte excerto do nosso diário de campo:

Os presentes discutiam ideias para um segundo cartaz. Sugeria-se colocar uma segunda placa mais alta do que a primeira, com o desenho de um prédio de habitação. Nessa altura, conversando entre si, alguns dos participantes lamentavam não se terem lembrado de pedir a colaboração de um artista residente no local, colaborador do movimento, para aquela iniciativa. Em muito pouco tempo - diziam, ao mesmo tempo que elogiavam o seu talento - faria um cartaz interessante e apelativo. Um deles decidiu, então, telefonar a este artista, dizendo aos outros que, se estivesse desocupado, iria aparecer no local. Ele apareceria, efectivamente, pouco tempo depois, disposto a colaborar.

Diário de Campo, 1.12.2011

Se o autor dos cartazes em questão não partilhasse vários aspectos daquele que é o conceito de rio e dos objectivos para o rio que o Movimento em Defesa do Rio Tinto, podemos questionar se aceitaria, naquele preciso momento e sem qualquer retribuição material, desenvolver aquele trabalho; mas podemos questionar também, se o trabalho seria aceite, nas mesmas condições (sem retribuição material e obrigando a uma deslocação e à sua realização imediata), caso não existisse, entre ele e pelo menos um elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto, um laço social que permitiu mobilizar a sua competência específica para executar aquela tarefa.

Outra das vantagens associadas à posse de capital social é, como já postulava Coleman na sua análise deste conceito (1989), um maior acesso à informação. Ao longo da nossa investigação deparámo-nos com momentos em que elementos do Movimento Pró-Rio e, posteriormente, do Movimento em Defesa do Rio Tinto, recorreram à sua rede de contactos para acederem a determinadas informações que, de outro modo, seriam de acesso mais difícil.

Mudando de assunto e tomando a palavra, uma das presentes perguntou se o Move Rio Tinto não poderia requerer o Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto. Um dos elementos do movimento respondeu afirmativamente, acrescentando, no entanto, que a Câmara de Gondomar era especialista em contornar o dever de informação, encontrando sempre formas de não responder (ou de responder inconclusivamente) às solicitações que lhe são feitas. A primeira interlocutora lembrou a existência de prazos legais e disse já saber há muito, por experiência própria, que com a actual administração municipal é necessário «falar grosso», invocando o Código do Processo Administrativo e ameaçando com o recurso aos tribunais. Outro elemento do Move respondeu que assim faria, se tal fosse necessário, mas preferia tentar, primeiro, um contacto informal de que dispunha junto de uma entidade administrativa supra-local.

Diário de Campo: 08.10.2011. Participação numa reunião aberta do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Os principais dinamizadores das campanhas de protesto souberam, ainda, fazer valer o seu capital social para aumentar a visibilidade secundária dos problemas do rio Tinto, utilizando-o para convocar, na medida daquilo que lhes foi possível, os *media* para abordarem esse tema. No caso do Movimento Rio Tinto a Concelho, os contactos que alguns dos seus elementos possuíam terão facilitado a colocação do rio Tinto em alguns órgãos de comunicação; relativamente ao Movimento em Defesa do Rio Tinto, a atenção que uma televisão *online* local de Rio Tinto começou a dedicar à linha de água a partir de um certo momento não estará dissociada do laço existente entre os responsáveis por ela e um elemento deste actor colectivo

Quando fizemos a manifestação abriram os telejornais com isso, tivemos sorte de não haver naquele dia mais factos jornalísticos. Eu era muito novo, isto para mim era uma novidade, e eu lembro-me de termos ido à reunião pública de câmara, falar contra o rio, e estava o Marco a intervir, e eu ter que sair para fora para falar com os jornais que me estavam a ligar e a dar entrevistas para as rádios e tudo enquanto estava a decorrer aquilo. Foi espontâneo. Provavelmente aí nesse início, nessa passagem para a comunicação social, se calhar aí houve vantagem de haver alguns elementos do Movimento Rio Tinto a Concelho que se movimentavam melhor do que nós nessas áreas, como é óbvio. Provavelmente, isso aí já tem mais a ver como uma mais-valia do lado deles.

Elemento do Movimento Pró-Rio

O Move Rio Tinto procurou, ainda, utilizar o capital social de alguns dos seus participantes para mobilizar determinados indivíduos, enquadráveis em perfis relativamente aos quais tem conhecido maiores dificuldades em cativar, designadamente os mais jovens. Tentando recorrer a uma participante do movimento muito jovem e ainda estudante, unida por laços familiares a um dos seus principais dinamizadores - ou, melhor dito, tentando mobilizar o seu capital social - Move procurou levar o tema do rio às gerações mais novas e, ao mesmo tempo,

recrutar participantes para as suas iniciativas entre as mesmas. Isso é demonstrado pelas declarações de uma participante do movimento que, quando a entrevistámos, frequentava ainda o ensino secundário:

Nós tentamos, sempre que há uma iniciativa, eu tento puxar as pessoas da escola para as iniciativas do movimento. Tirando isso, temos coisas do género, por exemplo, colar cartazes. No 8º ano, quando se fez pela primeira vez a caminhada pelo Rio Tinto, eu reuni um grupo de colegas para irmos aos estabelecimentos públicos pedir para colar os cartazes do movimento. Portanto, o trabalho de colar cartazes, fazer faixas, distribuir panfletos – cheguei a distribuir muitas vezes panfletos e autocolantes. E as pessoas do movimento também tentam puxar as pessoas da nossa idade, porque nós somos o futuro, isto não se vai resolver num ano, nem em dois, portanto há que puxar a malta nova para esta causa, para isto não ficar por aqui.

Participante no Movimento em Defesa do Rio Tinto

O capital social funcionou, ainda, como um instrumento fundamental para construir e alargar a rede de parceiros dos dinamizadores das campanhas de protesto, colocando outras instituições e outros grupos a abordar, também, o tema do rio - ainda que, frequentemente, com objectivos, motivações e lógicas de actuação muito distintas. Relembremos que, no final da década de 1990 do século XX, uma escola de Rio Tinto apresentou uma denúncia relativa às obras de desvio e canalização do rio na zona central daquele território junto da Provedoria de Justiça; além disso, o conselho pedagógico da mesma instituição de ensino emitiu uma tomada de posição pública crítica relativamente a essa intervenção decidida pela Câmara Municipal de Gondomar. Também foram realizados, pelas crianças dessa escola, trabalhos relativos ao tema: tivemos acesso a algumas composições onde se lamentava o estado poluído da linha de água e o seu entubamento. Foi precisamente uma professora que participava também na coordenação do Movimento Pró-Rio que apresentou o tema ao conselho pedagógico da escola em questão, tendo, a partir daí, sido produzida a referida tomada de posição.

De qualquer maneira, acabava por se ligar o ensino, porque era eu que estava ligada à escola, a Juventude Socialista, e o Movimento Rio Tinto à Concelho. Portanto, fazíamos todos esta parceria. Ali na minha escola, eu levei o assunto ao conselho pedagógico, e o conselho pedagógico foi, também, a favor do não entubamento do rio, e mandaram aquilo lá p'ra baixo, e isso é que teve peso. Assinaram todos. E eu escrevi artigos nos jornais.

Elemento do Movimento Pró-Rio

O Movimento em Defesa do Rio Tinto procurou explorar o capital social de alguns dos seus

elementos para encontrar aliados e colaboradores na sua campanha de protesto. Várias escolas de Rio Tinto decidiram abordar o tema da linha de água que partilha o seu nome com aquele território, a partir de uma perspectiva pedagógica, de sensibilização para os problemas ambientais e de incentivo da cidadania, da sensibilidade ambiental, e de conhecimento do lugar. A partir desta abertura para o tema, o Move Rio Tinto procurou estimular o trabalho por parte destas instituições de ensino e construir algumas pontes de colaboração com as mesmas. As relações entre este actor colectivo e as escolas foram facilitadas por alguns dos elementos do primeiro estarem integrados, ou terem estado integrados, na comunidade escolar de Rio Tinto.

Diz-nos Pierre Bourdieu (1980) que a posse de capital social implica uma estratégia, mais ou menos consciente, de construção de redes de relações com outros actores. Para além da aproximação às escolas, no caso do Movimento em Defesa do Rio Tinto observámos um investimento importante em ligações a actores - individuais e colectivos - do mundo académico e do movimento ambientalista. É de referir novamente a colaboração com Pedro Teiga, que funcionou, por vezes, como o elo de contacto entre o grupo e outros actores e que presta apoio técnico ao actor colectivo, e a procura de estabelecer pontes para associações e grupos ambientalistas, designadamente o núcleo do Porto da Quercus, a Campo Aberto e o grupo do Porto que emergiu da iniciativa Limpar Portugal. Recorrendo ainda à conceptualização do capital social de Bourdieu, a construção desta rede pode ser vista como um investimento com o objectivo de obter um retorno em capital social que, por sua vez, pode ser convertido noutros recursos para a acção colectiva: trabalho e, talvez de forma mais importante e mais notória, capital cultural e capital científico.

O capital cultural é um recurso do qual qualquer um dos três principais mobilizadores das campanhas de protesto detinha um volume considerável. Recuando um pouco, e recordando o perfil sociográfico dos elementos centrais do Movimento Pró-Rio, do Movimento em Defesa do Rio Tinto e do Movimento Rio Tinto a Concelho que entrevistámos ao longo do processo de recolha de dados desta investigação, lembrámos que vários deles possuíam um volume de capital cultural institucionalizado - isto é, certificado pela posse de títulos escolares - importante: na coordenação todos estes actores colectivos estiveram envolvidas pessoas detentoras de licenciaturas, sendo que no Move Rio Tinto, encontrámos participantes com qualificações superiores à licenciatura.

A posse de capital cultural revela-se fundamental para a acção desenvolvida por qualquer um

dos três actores colectivos que se destacaram na dinamização das campanhas de protesto associadas ao Tinto. Este é um recurso muito importante, desde logo, para aquela que foi uma das principais actividades quer do Movimento em Defesa do Rio Tinto, quer do Movimento Pró-Rio e do Movimento Rio Tinto a Concelho: a produção de discursos, escritos ou orais, capazes de veicular opiniões, argumentos e conceitos com o objectivo de fundamentar as suas opiniões e de persuadir o destinatário dos mesmos relativamente à sua justeza e razoabilidade. Mas o capital cultural foi necessário por outras razões: ao longo das duas campanhas, os seus dinamizadores viram-se confrontados com a necessidade de conhecer legislação pertinente, relacionada com a água e com a gestão do território. Na primeira campanha, instrumentos legais como a RAN, a REN e o PDM de Gondomar, para além de alguns regulamentos respeitantes à gestão e preservação dos cursos de água doce, foram frequentemente invocados por aqueles que se opuseram ao entubamento do Tinto no centro de Rio Tinto. A interpretação e apropriação dessas normas implicou, necessariamente, a posse de capital cultural. O Move Rio Tinto, por sua vez, cita frequentemente documentos, relatórios e propostas administrativas, como o Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto, o Plano Geral da Bacia Hidrográfica do Douro, a Declaração de Impacte Ambiental da obra de construção da Linha F do Metro do Porto e vários instrumentos legislativos, revelando que, entre os seus participantes, se encontram pessoas com o capital cultural incorporado necessário para interpretar e utilizarem a informação contida nesses documentos.

A posse de capital cultural é, como já referimos, determinante para a compreensão, apreensão e utilização de conceitos científicos, devido a determinadas características dos mesmos: a sua complexidade, o seu elevado nível de abstracção, e o recurso a uma linguagem específica, própria de cada uma das disciplinas científicas. A posse de capital cultural é condição necessária para a aquisição de capital científico. O conhecimento científico, por sua vez, é um instrumento fundamental para o movimento ambientalista (Yearley, 1992b) e pode também revestir-se de grande importância para os grupos de protesto ambiental local: dele também depende a capacidade que uns e outros têm para definir os problemas ambientais. No caso dos grupos de protesto ambiental que dinamizaram as campanhas de protesto focadas no rio Tinto, pelas suas próprias características - grupos locais, de pequenas dimensões, com poucos recursos e dependentes da iniciativa e dos recursos de alguns elementos centrais - a aquisição de capital científico seria, à partida, problemática. É certo que vários dos elementos de qualquer um dos três actores colectivos em causa possuem um volume de capital cultural

considerável, no entanto, o conhecimento científico possui outra característica que dificulta a sua apropriação: o seu grau de especialização muito elevado. Mesmo alguém que tenha conhecimentos profundos relativos a uma determinada área do saber científico pode ter - terá, certamente - dificuldades quando procurar utilizar conceitos oriundos de outras disciplinas. O caso do Tinto comporta, ainda, outro problema: a multiplicidade de perspectivas científicas a partir das quais é necessário abordar um curso de água para compreender todas as suas dimensões, entre as quais se contam, por exemplo, a física, a geologia, a engenharia, a biologia, e as ciências sociais. Isto é particularmente importante para o Move Rio Tinto, com a sua proposta de reabilitação da bacia hidrográfica tendo em conta não só aspectos ecológicos mais estritos, mas também a sua integração no tecido urbano enquanto local de usufruto e lazer e a preservação do património associado ao rio. Se recordarmos os principais problemas do Tinto, facilmente percebemos a necessidade de abarcar várias áreas científicas para proceder a uma definição mais aprofundada dos mesmos: desordenamento do território, poluição das águas com origem doméstica e industrial, poluição das margens e leito com entulho e lixo sólido, artificialização do leito, ocupação das margens com construções, erosão, impermeabilização da bacia hidrográfica, destruição da galeria ripícola, perda de biodiversidade, risco acrescido de cheia, aceleração do caudal, diminuição da qualidade de vida das populações ribeirinhas, desvalorização simbólica do rio e consequente negligência do mesmo.

A formação académica e a actividade profissional de alguns elementos do MRTC e, sobretudo, do Move Rio Tinto indiciam que estes actores colectivos podem mobilizar capital científico suficiente para definir e discutir alguns destes problemas com maior ou menor grau de profundidade: o primeiro actor colectivo contava com engenheiros civis, o segundo com um engenheiro químico e engenheiros do ambiente. No caso do segundo actor colectivo em causa, presenciámos, através da técnica de observação participante, alguns momentos em que a capacidade de alguns dos elementos para definir, discutir ou fundamentar cientificamente certos aspectos da degradação do Tinto se revelou de forma muito esclarecedora, como revela o seguinte excerto retirado do nosso diário de campo:

A apresentação incidiu sobretudo nos cuidados para evitar a contaminação dos lençóis freáticos e das linhas de água para as quais a Lipor drena (rio Tinto). Apresentaram-se os valores da monitorização de substâncias poluentes para as águas subterrâneas sobre as quais a Lipor está instalada, o que deu origem a um debate entre um engenheiro da Lipor, uma pessoa que estava na assistência, acompanhando um político local do Bloco de Esquerda, e um participante do Movimento em Defesa do Rio Tinto, centrado na questão de a Lipor poder ou não estar a poluir águas subterrâneas. O debate ocorreu em termos muito técnicos, tendo sido debatida, durante algum tempo, uma questão muito específica: os valores de azoto amoniacal verificados num determinado ponto de monitorização.

Diário de Campo, 19.05.2012. Participação numa visita à Lipor organizada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto

Não obstante, tanto no caso do primeiro actor colectivo mencionado como do segundo, esse capital revelou-se manifestamente insuficiente para abordar todos os problemas acima enumerados. Existem problemas que afectam o Tinto que o Movimento em Defesa do Rio Tinto aborda de forma menos frequente, ou mais superficial, porque não possui o conhecimento suficiente para apresentar opiniões e propostas devidamente fundamentadas do ponto de vista técnico e científico.

Nós não falamos das cheias, efectivamente não. Esta questão aqui tem problemas muito complexos, não é? E nós também não temos nem conhecimentos técnicos, nem temos capacidade para abranger e usar todos os instrumentos, como é óbvio, mas enfim, vemos, com alguma preocupação, muitas das vezes algumas obstruções, por exemplo. Dentro de dias vai começar a chover, e continuam as linhas de água altamente obstruídas, com monstros, com tubos, com coisas. Aquilo faz barreira, a água começa a galgar. E isto é de uma irresponsabilidade, a malta tem estado a chamar a atenção mas em Abril... Março, Abril deste ano pusemos no blogue uma série de fotos, alertamos para isto.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

O MRTC - tal como, de resto, o Movimento Pró-Rio – poucas vezes definiu os problemas do Tinto em termos ambientais, como veremos mais à frente. O Move Rio Tinto, por sua vez, procurou aumentar o volume de capital científico disponível junto de outros actores e outras instituições, estabelecendo contactos com as universidades. Os resultados desses contactos são vários, contando-se, entre estes, a participação de especialistas em áreas diversificadas (arquitectura, biologia, tratamento de águas residuais) em iniciativas deste actor colectivo e a colaboração regular de Pedro Teiga, e contribuíram para uma maior capacidade para definir as questões do Tinto a partir de uma perspectiva ambiental e cientificamente informada e

fundamentada.

Nós, se fizemos muito barulho, chegam-nos os projectos. Hoje em dia, as universidades e os institutos estão abertos à população. Os professores dessas escolas têm algum interesse também, em termos científicos e académicos, nestes problemas. E, por isso, não é difícil chegar a esses contactos, em particular para mim, que me movimento nesses meios. Por isso é que nós temos sempre a necessidade de que as nossas propostas sejam sempre viáveis e fundamentadas. E depois, acho que a cultura ambiental e científica de uma franja da população tem crescido enormemente nos últimos tempos. Não é da população em geral. É mais fácil encontrar um conjunto de pessoas capazes, tecnicamente, de responder aos problemas. Por exemplo: a primeira iniciativa que o movimento realizou foi um debate na Junta, como eu já lhe disse. Eu estava presente mas na plateia, ainda não era do movimento. Foi possível trazer cá o professor Bordalo e Sá, foi possível trazer o ex-vereador [*do ambiente*] da Câmara do Porto, o Rui Sá, foi possível trazer uma médica do centro de saúde. Hoje em dia é possível. Dá trabalho, contactar estas pessoas, encontrar datas, juntar estas pessoas. Mas é viável. E algumas pessoas têm mais facilidade, outras menos, mas o nosso movimento teve essa grande mais-valia, que foi, desde o início, tentar encontrar pessoas que dêem resposta científica ao problema. Temos, nas nossas manifestações, sempre a presença do Pedro Teiga, que é um investigador que está a fazer um doutoramento na Faculdade de Engenharia ligado à recuperação de rios. Temos pessoas que trabalham directamente ligadas a instituições do ensino superior.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Atentando ao depoimento acima transcrito, constatámos o reconhecimento da importância do capital científico para fundamentar as posições do Move Rio Tinto e, mais uma vez, fica patente a importância que o capital social de um elemento deste actor colectivo tem para a obtenção de outros recursos. Refira-se, ainda, que a utilização de argumentos científicos para solidificar as posições relativas ao rio consiste também, no fundo, numa de muitas formas de mostrar que as reivindicações perseguidas pelos grupos de protesto são adequadas, razoáveis e justas - ou, numa palavra, legítimas. Mas esta questão da legitimação será abordada noutro momento.

Por fim, a competência política foi igualmente um recurso de grande importância para as duas campanhas de protesto. No momento de caracterização sociográfica dos participantes mostrámos que, de uma forma geral, os elementos dos três grupos que as lideraram possuíam uma cultura de participação cívica e política anterior significativa, iniciada, em alguns casos, ainda durante a sua juventude. Alguns deles militam ou militaram em partidos políticos, foram ou são elementos activos ou mesmo dirigentes de associações diversas, participaram ou participam em movimentos sociais, escrevem artigos de opinião para jornais. Por outro lado,

muitas destas pessoas possuem, como vimos, um volume de capital cultural acima da média. Estas são duas condições necessárias para a posse de competência política, ou seja, a capacidade de intervir na política e a auto-percepção dessa capacidade. Também foi a competência política dos protagonistas do processo ambiental que lhes permitiu contactar o poder local e actores do estado supralocais e apresentar os seus pontos de vista, intervir em sessões da Assembleia de Freguesia de Rio Tinto, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Gondomar, formular publicamente as suas reivindicações e apresentar propostas alternativas relativamente ao uso do solo no centro de Rio Tinto.

Nesta secção revelou-se a importância decisiva que a posse ou o acesso a determinados recursos para a acção colectiva foi fundamental para que as duas campanhas de protesto tenham sido colocadas em marcha. As duas campanhas implicaram a mobilização de trabalho, dinheiro, capital cultural, capital social, competência política e conhecimentos científicos, recursos que possibilitaram e ajudaram a configurar o protesto. O trabalho e o dinheiro, bem como outros bens materiais, foram fundamentais para colocar no terreno certas iniciativas de protesto, como as marchas, as veladas e as manifestações, e para produzir materiais de divulgação como *posters* e panfletos. O capital cultural foi o recurso fundamental para a interpretação e utilização de legislação pertinente, de planos, de estudos e diagnósticos sobre o Tinto, e para a produção de argumentos e opiniões. Para além disso, é condição necessária para a existência de outros dois recursos: competência política e conhecimento científico. A competência política, isto é, a predisposição e a capacidade para intervir nos assuntos políticos, foi fundamental para que os actores colectivos formulassem as suas propostas e reivindicações. O conhecimento científico é necessário para traçar um diagnóstico dos problemas ambientais do Tinto. O capital social revelou-se muito importante para mobilizar pessoas para as actividades do movimento e alargar a sua rede de participantes, bem como para aceder à informação.

Analisaram-se ainda as estratégias que os grupos locais, de pequenas dimensões e, à partida, detentores de poucos instrumentos, empregaram no sentido de mobilizar os recursos acima referidos. Constatámos que tanto o Movimento Rio Tinto a Concelho como o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto possuíam, à partida, um volume importante de capital cultural, capital social e de competência política e, no último caso, de conhecimento científico, e colocaram por diversas vezes dinheiro e alguns materiais seus ao serviço das actividades dos grupos que integravam. Alguns destes recursos foram aplicados directamente

na acção colectiva mas, também, convertidos noutros recursos. Por exemplo: ao pagar a pessoas para colocarem as velas sobre o Tinto, o Movimento Rio Tinto a Concelho converteu dinheiro em trabalho. No entanto, especialmente importante pela sua convertibilidade noutro tipo de recursos foi o capital social: as redes em que os participantes dos actores colectivos se encontram inseridos foram accionadas para recrutar trabalho, para aceder com menos custos a alguns materiais, e para aumentar o volume de capital científico. Outra forma de obter recursos encontrada, sobretudo no caso do Movimento em Defesa do Rio Tinto, foi o estabelecimento de laços de colaboração com outros actores: o poder local forneceu apoio material; a Lipor, apoio financeiro; e alguns cientistas, conhecimentos.

VIII

O rio Tinto como tema político

Os dois conflitos relacionados com o rio acabaram por adquirir uma dimensão política e partidária. Por um lado a origem do Movimento Pró-Rio foi por vezes associada ao PS e a fundação do Move Rio Tinto ao PCP, e verificou-se a presença de elementos do primeiro partido citado na liderança do Movimento Pró-Rio, bem como de membros do PCP no segundo grupo de protesto referido. Para além disso, determinados partidos políticos opuseram-se de forma pública e veemente à decisão da Câmara Municipal de Gondomar, projectando assim o tema na arena da política institucionalizada. Nas autárquicas de 1997, o PS fez do Tinto um assunto de campanha eleitoral, tal como a CDU faria, anos mais tarde, na autárquicas de 2009. Esta politização do tema Rio Tinto explica-se, ainda, por outra razão: como explicaremos mais à frente de forma detalhada, subjacente à primeira campanha de protesto relacionadas com o Tinto esteve, mais do que uma preocupação estrita com a qualidade ecológica do Tinto, a oposição à construção em terrenos no centro de Rio Tinto e o tema da utilização e ocupação do solo nessa zona da cidade. Na segunda campanha, o tema da poluição aparece, também, articulado com o tema do ordenamento, designadamente da utilização do solo no centro da cidade. As duas foram, portanto, campanhas de protesto relacionadas com a água, mas também com outro problema ambiental que está profundamente associado à degradação do rio: o desordenamento do território. Deste modo, abordaram questões centrais sobre o futuro de uma zona central de Rio Tinto.

Relativamente ao primeiro aspecto, o das eventuais ligações partidárias dos dois actores colectivos referidos, deve ser referido que elas não são claras. Para além de termos ouvido, dos participantes em cada um deles, versões contraditórias sobre a sua origem, algumas dos quais enfatizando a causalidade e espontaneidade da génese destes movimentos, e outras reconhecendo a acção e influência de organizações partidárias, também recolhemos sinais contraditórios relativos à relação que depois se desenvolveu entre uns e outros. No caso do Movimento Pró-Rio, alguns dos seus elementos, quando entrevistados por nós, reforçaram a independência deste grupo de protesto face ao Partido Socialista:

Na altura, convém recordar, quer a Junta de Rio Tinto, quer a Câmara de Gondomar eram de um partido político, o PSD. E, portanto, julgo eu que o objectivo [*de procurar associar o Movimento Pró-Rio ao Partido Socialista*] seria desvirtuar e partidarizar a coisa, em vez de a assumir como uma causa comum da população de Rio Tinto.

Elemento do Movimento Pró-Rio

P: E isto era um grupo de pessoas que, de uma forma ou doutra, mesmo que indirectamente, estavam ligadas: os alunos da escola onde trabalhava...

R: Exacto.

P: O Movimento Rio Tinto a Concelho, também já tinha contactos prévios com eles...

R: Exactamente. E família. Não tivemos muito auxílio do partido. Eles foram à manifestação. Sei que foi o Pires [*refere-se a Carlos Pires, antigo presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto eleito pelo Partido Socialista*]. Mas não falou, não falaram. Para não tornarem isto partidário.

P: O Partido Socialista?

R: Sim. E nós também não queríamos tornar isto partidário. O Pires, o Carlos Pires, foi.

Elemento do Movimento Pró-Rio

No primeiro caso, o entrevistado separa o Movimento Pró-Rio da influência de outras organizações – apesar de, como verificámos, elas terem tido importância para a sua génese e na sua acção e de aquele actor colectivo contar com participantes influentes da JS e colaborar com o MRTC - identificando a criação, por parte do PSD local, de uma estratégia de deslegitimação que assentava em apresentar o Movimento Pró-Rio como tendo determinadas preferências políticas, tentando assim particularizar e, dessa forma, enfraquecer as suas reivindicações. O segundo trecho expressa a existência de um distanciamento entre esse grupo e o PS, mas que não é total: é dito que o Movimento Pró-Rio tinha pouco (mas não nenhum) apoio do segundo, que procurava manter o conflito numa lógica não partidária, mas também se diz que notáveis locais daquela formação partidária marcaram presença na manifestação organizada em Março de 1998.

Uma ideia semelhante, ou seja, de existência de solidariedade de elementos do PS para com o Movimento Pró-Rio, mas com uma intervenção reduzida ou nula na campanha de protesto, pode ser encontrada no excerto seguinte, que nos fornece ainda uma explicação possível para esse relativo distanciamento do partido: a possibilidade de, dentro do próprio Partido Socialista de Gondomar, existir uma corrente favorável ao entubamento do Rio Tinto.

R: Não houve uma grande intervenção muito decisiva [do PS]. Um apoio, aquela palmadinha nas costas, está tudo bem. Mas não nos esqueçamos que o Partido Socialista tinha uma grande responsabilidade, porque muito poucos anos antes tinha dado início ao entubamento do rio na zona das piscinas. Portanto, havia ali aquela palmadinha nas costas. Se nós estivermos a falar de Rio Tinto. Se nós estivermos a falar de pessoas do concelho de Gondomar mas fora de Rio Tinto, até acredito que houvesse imensas delas contra a nossa posição. Não tenho dúvidas sobre isso.

P: Porquê?

R: Porque, relativamente ao rio, se for falar com as pessoas, vai encontrar duas posições. Encontra a posição em que o rio está poluído, o rio é um esgoto a céu aberto, está todo entubado, deixem-no estar, as piscinas foram feitas e foram muito bem feitas e são um equipamento muito importante. Eu também acho isso, mas acho que elas podiam ter sido feitas noutro sítio. Não faltam terrenos para fazer as piscinas, não precisavam de ser ali. Aliás, as piscinas, se fossem feitas do outro lado da rua, já não havia o problema de o rio estar na frente do terreno. Portanto, havia malta que não entendia muito bem isso. E depois há a outra posição, pessoal de Rio Tinto para quem o rio é diferente. É aquela comparação que eu lhe fiz com a ribeira da Castanheira que passa lá ao lado, não é? A ribeira da Castanheira ninguém conhece, o rio Tinto toda a gente conhece.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Um quarto participante do Movimento Pró-Rio – o mesmo que explicou a sua génese a partir de uma iniciativa de militantes da JS - porém, apresenta uma versão diferente das anteriores relativamente à relação entre este actor colectivo e o PS:

Pronto, aqui já sabíamos com quem é que havíamos de falar, não é? Também tínhamos alguém com alguma experiência. E, se eu não me engano, essa altura, acho que o Ricardo Bexiga era uma das pessoas que também estava mais ou menos por trás [...]. Já tínhamos pessoas do próprio partido que nos sabiam já dizer como fazer. Nós, como já éramos interessados, já sabíamos a quem é que havíamos de recorrer: o Ministério do Ambiente, Hidráulica.

Elemento do Movimento Pró-Rio

No seu discurso, alguns elementos do PS – sendo citado o nome de um elemento destacado do PS de Gondomar - surgem a apoiar directamente os militantes da JS envolvidos no Movimento Pró-Rio de uma forma importante: ajudando-os a perceber a quem deveriam colocar as suas objecções ao desvio, canalização e cobertura do troço do rio no decurso da campanha de protesto.

Para além dos grupos de protesto, também alguns partidos se viram envolvidos num conflito contra a Câmara Municipal de Gondomar, primeiro motivado pelo entubamento do rio, depois centrado sobre a sua degradação e a reivindicação da sua reabilitação. A deliberação da

Câmara Municipal de Gondomar, em Janeiro de 1997, que, relembremos, aprovou uma proposta onde a autarquia, em troca da cedência de uma faixa de solo para realizar a obra de entubamento, se comprometia a dotar os terrenos que a compreendiam com máxima capacidade construtiva ou, caso falhasse o compromisso, a indemnizar o seu proprietário, foi extremamente dividida, tendo sido aprovada através do voto de qualidade do presidente da autarquia, Valentim Loureiro, uma vez que o número de vereadores que votou a favor – cinco vereadores do PSD, que possuía o maior número de mandatos – tinha igualado o número de votos contra, provenientes do único representante da CDU e de quatro vereadores socialistas. Estes assinaram, inclusivamente, uma declaração de voto onde expunham as razões que os levaram a decidir opor-se à obra, onde se manifestaram contra uma alteração do PDM que, defendiam, iria dar capacidade construtiva a terrenos situados em zona de RAN, REN e área de protecção de parque, uma vez que isso desqualificaria o centro de Rio Tinto, acusando a ausência de pareceres das entidades gestoras dos cursos de água e dos gabinetes que estavam a trabalhar o Plano de Urbanização e o Plano de Pormenor da área em causa, apontaram a necessidade de esclarecimentos sobre a posse do canal do rio Tinto, e consideraram demasiado elevado o valor atribuído aos terrenos em caso de compensação financeira por parte da autarquia.

A partir desse momento, o PS de Gondomar moveu uma oposição forte e visível, com vários ecos no jornal local *Arauto de Rio Tinto* e outros no *Jornal de Notícias*, à decisão do município. O entubamento do rio Tinto foi mesmo um tema importante durante a campanha eleitoral do partido para as eleições autárquicas de Dezembro 1997, com o candidato à presidência da autarquia, Pedro Baptista, a assinar um texto publicado no *Arauto de Rio Tinto* profundamente crítico relativamente à intervenção sobre o rio⁴⁰, onde a qualificou como uma «aberração». Considerando que se tratava de uma medida que iria, apenas, esconder a poluição, e que as obras se realizavam num momento em que, em vários países Europeus, se adoptavam já medidas de sentido contrário – limpeza e revalorização dos cursos de água – o candidato socialista apontava como especialmente graves os termos do contrato-promessa efectuado entre a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários dos terrenos em causa, manifestando, ainda, as suas dúvidas relativamente à legalidade da obra. No dia 11 de Fevereiro de 1998, numa coluna de opinião do *Jornal de Notícias*, o mesmo Pedro Baptista, então deputado na Assembleia da República, condenou as obras que efectuavam no rio,

⁴⁰ *Arauto de Rio Tinto*, 11.1997

considerando que o seu objectivo era abrir caminho para negócios imobiliários que comprometeriam a qualidade do único local que poderia funcionar como «centro» da cidade de Rio Tinto.

Na sua edição de Julho de 2000, o *Arauto de Rio Tinto* noticiou uma intervenção do socialista Manuel Martins na Assembleia Municipal de Gondomar, opondo-se à obra de desvio e canalização do Tinto, que considerava ilegal e motivada pela busca do lucro através de negócios imobiliários lesivos do interesse público, mostrando dúvidas quanto às suas garantias técnicas, defendendo a despoluição do curso de água e solicitando à Câmara Municipal um conjunto de esclarecimentos relativos ao contrato-promessa entre a Câmara Municipal de Gondomar e o proprietário dos terrenos onde a obra decorria. Em Janeiro de 2001, a mesma publicação noticiou que, tendo a Câmara Municipal deixado expirar o prazo para responder ao seu pedido de informações sem, no entanto, o ter feito, Manuel Martins tinha decidido participar o caso do rio Tinto junto da IGAT, participação essa que, em conjunto com outra denúncia do Movimento Rio Tinto a Concelho, esteve na origem de um inquérito ao município de Gondomar movido por esta entidade de fiscalização.

A JS de Rio Tinto também se opôs activamente ao entubamento do rio: para além da participação de alguns militantes no Movimento Pró-Rio, esta organização dedicou-se ao assunto no seu boletim, o *Atitudes*, e fez chegar à imprensa local e nacional, designadamente ao *Jornal de Notícias*, as suas críticas e objecções à obra.

Também o PCP mostrou publicamente a sua oposição ao entubamento do Tinto, distribuindo um panfleto da autoria da Comissão Concelhia de Gondomar, onde, num texto estruturado em dez pontos, reconhecia a má qualidade das águas do rio e o seu impacto negativo para a qualidade de vida das populações e defendia a necessidade de regularizar o curso de água, argumentando, porém, que deveriam ser equacionadas opções urbanisticamente e ambientalmente mais equilibradas do que a canalização com cobertura. O texto identificava uma contradição entre essa obra, por um lado, e os investimentos avultados realizados na construção de um emissário de saneamento ao longo das margens do rio e de uma ETAR no Meiral, bem como a projecção de uma futura ETAR no Porto, também nas margens do Rio Tinto, por outro; e denunciava que a obra, executada em solos da RAN, carecia de pareceres obrigatórios por lei. Por fim, acusava a autarquia de pretender, com aquela obra, urbanizar um espaço contíguo à Quinta das Freiras, valorizando o terreno e favorecendo interesses privados à custa de dinheiros públicos.

Num espaço do mensário do *Arauto de Rio Tinto* atribuído aos candidatos locais nas autárquicas de 1997, Victor Fernandes, candidato da CDU à Junta de Freguesia de Rio Tinto, apontava como prioridade «defender o rio Tinto e as suas margens», definindo ainda a necessidade de investir no saneamento em Rio Tinto, preocupação partilhada, de resto, por Carlos Pires, e José Ferreira, candidatos, respectivamente, do PS e do CDS-PP àquele órgão de poder local, bem como por David Marques e Serafim Silva, candidatos pelo Partido Socialista e Partido Social Democrata à Junta de Freguesia de Baguim. A nível do concelho, Pimenta Dias, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Gondomar, colocava entre as suas prioridades o investimento no saneamento, o tratamento de águas residuais e a despoluição de rios - sem, no entanto, referir directamente o Tinto.

Nas autárquicas de 2001, o Tinto foi um dos temas de campanha da CDU em Rio Tinto: a sua candidata à presidência da Junta de Freguesia local, Cristina Nogueira, elegeu a dignificação do rio como uma das suas prioridades, manifestando, igualmente, o seu desacordo com o entubamento. Na sua edição de Dezembro, o *Arauto de Rio Tinto* publicou uma reportagem sobre um debate entre os candidatos ao cargo acima referido, onde o socialista Carlos Pires, tal como a já mencionada Cristina Nogueira, se mostraram críticos relativamente à controversa canalização do curso de água em questão. Anos mais tarde, em Agosto de 2005, num momento em que a primeira campanha de protesto havia terminado e o Movimento em Defesa do Rio Tinto ainda não tinha sido criado, o *Jornal de Notícias* dava conta de um comunicado da CDU de Gondomar, criticando uma intervenção realizada pela Câmara Municipal de Gondomar nas margens do rio, mostrando dúvidas relativamente à adequação das soluções técnicas escolhidas, acusando ainda o município de ter optado por entubar segmentos do rio em vez de o reabilitar e despoluir com o objectivo de favorecer interesses imobiliários, e manifestando o receio de que, no futuro, todo o troço do Tinto em Rio Tinto acabasse canalizado e coberto.

Seguindo o blogue do Move Rio Tinto, encontram-se comentários feitos pelos seus leitores, simultaneamente críticos quer da actuação da Câmara Municipal de Gondomar, quer da Junta de Freguesia de Rio Tinto, e favoráveis a propostas e posições defendidas pela CDU. Existem igualmente comentários assinados por eleitos e militantes locais da CDU, ou até pela CDU de Rio Tinto. Frequentemente, estes pequenos textos elogiam a actuação do Move Rio Tinto e manifestam o seu acordo e apoio relativamente a posições ou iniciativas deste actor colectivo, ou tecem críticas veementes à actuação do poder local e dos restantes partidos políticos,

responsabilizando-os pelo mau estado do rio, ou fazem as duas coisas ao mesmo tempo. Atente-se nos exemplos seguintes, dois comentários colocados no blogue do Move Rio Tinto em resposta a dois textos diferentes:

É absolutamente criminoso o que continuam a fazer ao nosso rio. A CDU propôs em tempo útil que fosse exigido à Metro do Porto a alteração do traçado da linha do Metro na Rua da Ranha para evitar que fosse ocupado irreversivelmente o antigo leito do rio. O presidente da Junta disse «Não pode ser, porque isso vai atrasar as obras». O PS e outras forças políticas fizeram-lhe a vontade e é o que se está a ver. A CDU propôs em tempo útil que fossem aproveitadas as obras realizadas no troço Avenida da Conduta/Lourinha. O presidente da Junta disse «Já estamos a tratar disso. O que for possível desentubar, nem que seja um metro, será desentubado». A proposta da CDU foi aprovada por unanimidade. Mas da promessa do presidente da Junta é o que se está a ver. O presidente da Junta jurou que devido à sua «intervenção» para alterar o traçado da linha não seria entubado nem mais um metro do rio. Dessa «intervenção» resultou o que se está a ver: o rio Tinto continua a ser entubado. No dia 12 de Outubro as outras forças políticas deixaram de se interessar pelo rio, como fizeram no passado. No dia 12 de Outubro e em todos os outros dias a CDU continuará a falar do rio Tinto e das malfeitorias que lhe continuam a fazer. Por isso, no dia 17, lá estaremos, em mais uma iniciativa do Movimento.

Comentário de CDU/Rio Tinto, publicado em www.moveriotinto.blogspot.com em 07.10.2009

Poucos dias após mais uma iniciativa levada a cabo pelo Move [Rio Tinto], chegou-me a informação de que as máquinas já estavam no rio... todos pensavam que finalmente as obras iriam recomeçar, mas tudo não passou de um filme já visto, com realizadores já bem nossos conhecidos que se prestam as estas encenações. Vistas as imagens, vêm confirmar duas coisas, o serviço prestado pelo Move [Rio Tinto] à população, porque ao publicar estas imagens está a prestar um serviço público aos riotintenses; segundo, o empenho que não se vê dos vários responsáveis autárquicos, seja em que órgão estiverem representados, uns fazem de conta que fazem, outros fazem de conta que não vêm. Mas há uma coisa que tenho que salientar é que os partidos não agem todos da mesma forma, nem são todos iguais... a justificar isso basta estar a par do trabalho desenvolvido pela CDU, que nunca virou costas a esta questão. Para confirmar isso, faço um convite para que visitem o blogue da CDU-Rio Tinto <http://cduriotinto.blogs.sapo.pt/> para que fiquem a par do que se passou na última Assembleia Municipal de Gondomar, sobre o nosso rio Tinto.

Comentário de Adérito Machado (deputado da Assembleia de Freguesia de Rio Tinto eleito pela CDU), publicado em www.moveriotinto.blogspot.com em 19.06.2010

O primeiro dos comentários foi publicado em reacção ao quarto texto da série «obras do Metro: se outros calam, falemos nós», composta por seis *posts* colocados *online* em Setembro e Outubro de 2009, ao longo da qual o Move se mostrou muito crítico relativamente à evolução das obras para a construção da linha de metro Dragão – Venda Nova e às suas implicações para o Rio Tinto. O *post* em questão anunciava a realização de uma visita aos

locais onde os impactos negativos da construção da nova linha para o curso de água eram mais evidentes. O segundo comentário foi colocado na sequência de um texto onde o Move Rio Tinto criticava a forma como a reparação de uma conduta de saneamento instalada no leito do rio Tinto tinha sido feita, considerando-a uma solução provisória quando se impunha uma intervenção mais definitiva. No primeiro comentário, vemos a CDU local a afirmar-se como uma entidade que faz propostas tendo em vista a preservação do rio Tinto e que denuncia o seu mau estado ecológico e as intervenções erradas que nele se verificam, ao mesmo tempo que considera que a Junta de Freguesia de Rio Tinto e os restantes partidos políticos locais se demitem dos problemas da linha de água. O mesmo comentário destaca a participação da CDU na visita promovida pelo Move Rio Tinto, revelando, pela forma como o faz, que essa participação já é habitual: «lá estaremos, em mais uma iniciativa do Movimento». O segundo comentário, da autoria de um deputado da Assembleia de Freguesia de Rio Tinto eleito pela CDU e habitual participante em iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto, afirma igualmente esta coligação como uma força política que, no plano local, se diferencia das restantes por não negligenciar os problemas ambientais do Tinto, ao mesmo tempo que elogia a actuação do Movimento em Defesa do Rio Tinto. Pudemos de facto observar que, nas iniciativas públicas organizadas pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto que acompanhámos, estiveram presentes militantes e eleitos locais do PCP.

Há ainda que referir a presença de, pelo menos, dois militantes do PCP no núcleo de coordenação do Movimento em Defesa do Rio Tinto, sendo que um deles é um dos seus elementos mais mediáticos e, ao mesmo tempo, mais influentes na coordenação do grupo, o que também pode contribuir para a percepção, que por vezes se revela em algumas pessoas envolvidas na vida cívica e política, de uma identificação deste actor colectivo com aquele partido.

A argumentação escolhida pela CDU, de afirmação do seu interesse pela situação ambiental negativa do rio Tinto, de responsabilização de outros partidos pela sua degradação, e de aprovação e apoio relativamente às actividades do Move Rio Tinto foi particularmente visível na campanha eleitoral das autárquicas de 2009, como demonstra o seguinte excerto do nosso diário de campo, referente a um debate promovido pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto entre as diversas candidaturas à Câmara Municipal de Gondomar:

Cristina Nogueira [*candidata da CDU à Câmara Municipal de Gondomar*] procura afirmar a CDU enquanto a única força política local que se interessa verdadeiramente pelo rio. Assim, diz que esta coligação esteve em todas as iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto, ao mesmo tempos que os outros partidos não só se voltam para o rio apenas em altura de eleições, como têm responsabilidades directas na sua actual situação. Diz que a CDU tem propostas sobre o rio desde 1990, nota o problema da pressão imobiliária e falta de espaços verdes da cidade, e defende, também, uma solução articulada entre Valongo, Gondomar e Porto. Nega a «apartidarização» da questão, responsabilizando PS, PSD e Valentim Loureiro pelos entubamentos e pela ausência de medidas de resolução (nomeadamente, candidatura ao QREN). Intervenção que colhe muitos aplausos entre a plateia.

Diário de campo, 20/06/2009

Na referida campanha eleitoral, a reabilitação do Rio Tinto foi um tema abordado, com maior ou menor insistência, por todas as candidaturas à Câmara Municipal de Gondomar; no entanto, como se vê através do trecho acima citado, a CDU não se limita a colocar este tema como prioritário: também reivindica o estatuto de única força política em Rio Tinto e Gondomar com legitimidade para o fazer, uma vez que, de acordo com a sua argumentação, tem procurado introduzir melhorias na linha de água ao longo dos anos, ao mesmo tempo que outros actores políticos envolvidos na gestão autárquica têm contribuído para a sua degradação, ora através de intervenções erradas, ora através da negligência e passividade. O Tinto surgiu como uma arma que a coligação usou no debate político. Durante a campanha, a CDU colocou, em Rio Tinto, na estrada da Circunvalação, uma faixa negra de grandes dimensões, com uma mensagem alusiva à degradação do Tinto pintada em letras brancas. Nesta campanha, de resto, todos os candidatos, incluindo Valentim Loureiro, definiram como uma das suas prioridades a reabilitação de rios, referindo especificamente o Tinto. Como nos disse um político local, o rio acabou por se tornar um tema político incontornável, se não no concelho de Gondomar, pelo menos na freguesia de Rio Tinto. Para isso contribuíram as duas campanhas de protesto estudadas, que chamaram a atenção para a degradação ambiental do Tinto, articularam-na, como veremos com mais pormenor, com as consequências ambientais do desordenamento do território, com a definição da localidade enquanto lugar da experiência quotidiana, com questões relativas à qualidade dos poderes públicos e que, sobretudo no caso da campanha que ainda decorre, colocaram diversos actores e instituições, como as escolas locais e universidades, a falar do rio. Isto sem esquecermos a centralidade da linha de água em Rio Tinto, que não se verifica nem no Porto, nem em Ermesinde.

Julgo que estamos perante duas questões. A primeira questão que é a importância que o próprio rio tem dentro daquilo que é a esfera política e a importância de trazer o tema requalificação do rio para o período pré-eleitoral. E eu acredito que qualquer partido que não o faça, mesmo que não tenha essa intenção, corre um sério risco de ser penalizado por algumas pessoas que têm uma relação afectiva, uma relação bastante forte, uma relação diária com o rio. Se calhar cada vez menos, infelizmente. Depois, outra questão, que é: o que é que os partidos fazem desse tal manifesto pré-eleitoral e qual é, realmente, a sua intenção relativamente a essa ideia de requalificação. Eu considero que muito se diz e pouco se faz. É essa também a opinião das pessoas de cá, são independentes a qualquer tipo de partido, e eu realmente sou obrigado a concordar. Não estou a dizer com isto que as pessoas que estão à frente dos partidos não tenham realmente vontade de o fazer, estou a dizer com isto que há sempre uma barreira que não as deixa fazer.

Dirigente do PSD de Rio Tinto

Por outro lado, há quatro factores que devem ser convocados para explicar que ao Movimento Pró-Rio e ao Movimento em Defesa do Rio Tinto tenha sido, por vezes, atribuída uma identificação partidária. O primeiro aplica-se apenas à primeira campanha, e está relacionada com a reacção da Câmara Municipal de Gondomar às reivindicações do Movimento Pró-Rio e do Movimento Rio Tinto a Concelho. A autarquia optou por legitimar o entubamento do rio de três maneiras: afirmando a utilidade e o interesse público da obra, por eliminar o impacto visual e os incómodos associados a um pequeno rio poluído bem no centro da cidade; desvalorizando o próprio rio, associando-lhe, assim, uma imagem de insignificância e repugnância⁴¹; e, por fim, classificando quem protestava contra a sua obra como estando ao serviço do Partido Socialista e passando a ideia de que o protesto era um instrumento criado por este partido com o objectivo de obter ganhos eleitorais⁴². Ao longo da primeira campanha de protesto assistiu-se, portanto, a uma tentativa, por parte da Câmara Municipal, de «arrumar» politicamente quem protestava, tentando isolar e deslegitimar a sua acção.

Outro factor tem a ver com a visibilidade pública obtida pelos protagonistas do protesto, através da mediatização dos conflitos, que se tornaram em assuntos frequentes nas páginas dos jornais locais e foram abordados, igualmente, pela imprensa nacional e pela televisão e, sobretudo no caso da segunda campanha de protesto, pelo elevado número de participantes que certas iniciativas conseguiram atrair, tornando o Tinto num tema apetecível quando se aproximam as eleições autárquicas. Neste contexto, verificaram-se algumas tentativas de «colagem» de partidos políticos aos actores colectivos promotores do protesto.

⁴¹ Uma reportagem do *Jornal de Notícias* de 6 de Fevereiro de 1998 cita declarações do vice-presidente da Câmara Municipal de Gondomar, José Luís Oliveira, em que este classifica o Tinto como «uma coisa que era tudo menos um rio – era um ribeizito - mas ratanzas, lixo e um cheiro nauseabundo», e do presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, João Moura, que descreve a linha de água como «um rio de podridão, um esgoto que não pode ser remediado».

⁴² *Jornal de Notícias*, 20.02.1998; “Rio Tinto por um canudo”, *Gondomar Actual*, 8.12.1999

Devemos ainda referir a importância eleitoral que, na freguesia de Rio Tinto, o curso de água com o mesmo nome conquistou através da discussão, presente em qualquer uma das campanhas de protesto estudadas, das opções em aberto, em termos de utilização do solo, para terrenos situados na margem desta linha de água e no designado «centro cívico» de um território urbano denso, confuso, com pouca qualidade e com um défice de elementos identificadores, bem como de espaço público. Esta discussão revelou a centralidade do Rio Tinto na cidade.

Por último, reportando-nos agora ao contexto político local, deve ser lembrado que, nas autárquicas de 1997, Valentim Loureiro foi reeleito presidente da Câmara Municipal de Gondomar, elegendo 9 vereadores em 11 possíveis e limitando fortemente a influência de outros partidos na Câmara Municipal de Gondomar, designadamente do PS e da coligação CDU que, no último caso, não elegeu qualquer vereador. As listas encabeçadas por Valentim Loureiro, pelo PSD ou por grupos de cidadãos, conquistaram sempre a maioria absoluta na Câmara Municipal até 2009, ano em que o Movimento Valentim Loureiro Gondomar no Coração elegeu apenas 5 vereadores, contra 4 do PS e 2 do PSD. Entre 1997 e 2009, a CDU apenas contou com um representante na Câmara Municipal entre 2001 e 2005. Quer isto dizer que os partidos que mais insistiram no tema do rio e se procuraram aproximar do protesto viram a sua capacidade de influenciar as decisões políticas diminuída pelo número reduzido de representantes na Câmara Municipal, num contexto de domínio das listas de Valentim Loureiro⁴³. Se admitirmos a existência de alianças entre PS e Movimento Pró-Rio por um lado e, por outro, entre PCP e Movimento em Defesa do Rio Tinto, o interesse destes partidos no protesto também pode ser lida como uma tentativa de influenciar decisões relativas à gestão do território em Rio Tinto por vias não institucionais num contexto de perda de importância no contexto do poder local do que com objectivos eleitoralistas.

Ao longo desta secção, mostrámos que o tema do rio Tinto se politiza e é atravessado pelo confronto partidário no plano local, sendo usado como arma de arremesso. Muito por causa da acção dos grupos de protesto, o Tinto ganhou um significado e uma importância política que, até então, não tinha, tendo-se tornado «mote» das principais forças políticas, incluindo do grupo de Valentim Loureiro. Para isso foi particularmente a segunda campanha, com os esforços desenvolvidos pelo Move Rio Tinto no sentido de colocar a reabilitação do Tinto na agenda política e a sua capacidade para reunir diversos actores em torno deste rio, numa

⁴³ Como referimos num momento anterior, a Câmara Municipal de Gondomar mudou de mãos em 2013, com a vitória de uma lista do PS liderada por Marco Martins, numa eleição em que a lista Valentim Loureiro Gondomar no Coração, com Fernando Paulo como candidato a presidente (Valentim Loureiro já tinha atingido o limite de mandatos), foi impedida de concorrer pelo tribunal de Gondomar.

perspectiva de sensibilização. Às duas campanhas de protesto estudadas foi atribuída uma conotação partidária e uma motivação política que se colou aos actores colectivos que as protagonizaram. Analisámos as razões para isso se ter verificado. Por um lado, a decisão de entubar o Tinto tomada pela Câmara Municipal de Gondomar e a possibilidade de urbanizar terrenos onde até então não se previam construções abriu um debate sobre a utilização do solo e o ordenamento do território no centro de Rio Tinto, tema que, inevitavelmente, despertou o interesse dos partidos políticos locais. A CDU e o PS manifestaram-se publicamente contra a opção da autarquia. Por outro lado, na primeira campanha, a Câmara Municipal de Gondomar, como forma de deslegitimação dos grupos de protestos, desvalorizou-os enquanto um instrumento de oposição criado pelo PS. Por outro lado, ao longo da primeira campanha de protesto, as posições do PS sobre o entubamento do Tinto e a possibilidade de urbanizar os terrenos no centro de Rio Tinto estiveram próximas das reivindicações do Movimento Pró-Rio e do MRTC, tal como, na segunda campanha de protesto, a CDU apresentou propostas relativas ao Tinto próximas daquelas que o Move Rio Tinto defendeu. Aquele partido fez-se sempre representar nas iniciativas públicas deste actor colectivo. Depois das eleições de 1998, tanto o PS como a CDU viram a sua capacidade de influência na Câmara Municipal de Gondomar diminuída pelas sucessivas vitórias eleitorais com maioria absoluta de listas lideradas por Valentim Loureiro, apoiadas primeiro pelo PSD e depois por grupos de cidadãos, que terminaram apenas em 2009, quando a lista liderada por este político ganhou as eleições mas elegeu apenas cinco vereadores em onze possíveis. Esta perda de influência no quadro da política institucional local também nos ajuda a perceber o interesse destes partidos pelas campanhas de protesto analisadas.

IX

Tensões e divisões, alianças e redes

Entre os actores colectivos que estiveram no centro de cada uma das campanhas de protesto existiram relações de colaboração, mas também de tensão e conflito. Isto aconteceu entre os protagonistas de cada uma das campanhas (entre o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho, por exemplo), entre os dinamizadores de campanhas diferentes (por exemplo, entre o Movimento Rio Tinto a Concelho e o Movimento em Defesa do Rio Tinto) e mesmo entre elementos do mesmo actor colectivo. Duas razões fundamentais ajudam-nos a compreender a existência destes conflitos e destas divisões: a conotação política por vezes atribuída ao conflito e a escolha de estratégias distintas.

As conotações que foram estabelecidas entre determinados partidos políticos e determinados grupos de protesto dão origem a um fenómeno que divide a mobilização relacionada com o Tinto: alguns elementos de cada um dos actores colectivos centrais das campanhas ambientais iniciadas em 1997 e 2006 descrevem a acção do seu grupo como legítima e desinteressada, tendo como único objectivo a melhoria do ambiente urbano em Rio Tinto e, consequentemente, a defesa do interesse geral da sua população, ao mesmo tempo que consideram que outros intervenientes são – ou foram - instrumentos de partidos políticos, que apenas entraram no processo com o objectivo de obterem um capital político que poderia ser rentável, em períodos eleitorais, para o partido ao qual se encontram associados.

O que era evidente, neste caso [*campanha de protesto de 1997*], era toda uma envolvente de militância partidária que existia. Podia ser um veículo para me direccionar para outro lado qualquer. Eu não quero dizer que isto fosse assim, mas era o que eu pensava e continuo a pensar assim. Hoje se calhar já digo com alguma propriedade mais que, de facto, foi. Foi uma rampa de lançamento, chamemos-lhe assim. Nesse tipo de coisas eu sou muito céptico. Não tenho nada contra nenhum partido político, agora, não perfilho de nenhum ideal, e como tal não gosto de doutrinas, seguidismos. Tenho mente aberta e espírito abertos de conhecer qualquer tipo de manifestação, colóquio, debate que seja. Agora, quando começa a entrar numa de cartilha aí, pura e simplesmente, para mim, acabou.

Participante do Movimento em Defesa do Rio Tinto, explicando porque não participou em nenhum dos actores colectivos da campanha de protesto de 1997

Eu penso que a luta entre as diversas facções político-económicas que nos monopolizam tem sido uma das razões para surgirem estes movimentos, que eu considero muito a destempo, com o devido respeito por todos aqueles que, de boa vontade, e com muita honestidade e dignidade, andam por aí a lutar por esta reabilitação. Porque eu não entendo como é que o Metro ocupa uma grande parte de leitos de cheias, construído numa altura em que não se viam e não se ouviam grandes manifestações alertando para essa situação. O rio foi entubado, só depois surgiram as manifestações. O metro passa no leito de cheia, só depois começam a surgir as manifestações. Quer dizer, há aqui uma dessincronização que eu tenho dificuldade em perceber.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Julgo que nasceu até um pouco ali da escola secundária, de um grupo de professores [*refere-se ao Move Rio Tinto*]. As mesmas pessoas da altura [*refere-se ao Movimento Pró-Rio*] dão apoio, agora com outras funções, na Junta. Mas estou convencido que, hoje, essa questão do rio é mais partidarizada do que era na altura. Hoje em dia é claramente partidarizada. Se o grupo [*refere-se ao Movimento Pró-Rio*] era espontâneo, não tinha ligações políticas ou não as apresentava e havia apenas um querer fazer, hoje em dia, as ligações do movimento do rio são ligações a outros movimentos políticos que têm ali uma janela de oportunidade e uma janela de visibilidade.

Participante no Movimento Pró-Rio

Mas nem só os grupos que foram associados a partidos políticos – ou seja, o Movimento Pró-Rio primeiro e o Move Rio Tinto depois – são rotulados pelos restantes protagonistas do protesto como tendo uma actuação orientada por interesses próprios que vão para lá da degradação do rio e das suas implicações para a população. O MRTC é acusado de ter utilizado o entubamento do rio Tinto como arma ao serviço do seu objectivo de promoção do estatuto administrativo de Rio Tinto e consequente separação de Gondomar, ao mesmo tempo que a Quercus é acusada de ter entrado no processo atrasada e com o principal objectivo de conquistar algum mediatismo.

R: Depois deixámos toda a gente entrar. Quem se quisesse aliar. Foi depois que tudo começou a aparecer: aparecemos na televisão, começamos a não sei quê e aí é que começou a aparecer tudo. Vem a Quercus, vem não sei quem, vem não sei que mais, não é? Mas quando vieram, já era tarde, não é, já estava a obra em execução, já estava tudo feito. Puseram-se lá em cima do tubo, “somos contra, contra, contra” mas o tubo já estava lá. O que é que interessa ser contra? A gente tem que ser contra enquanto as coisas não estão feitas, agora depois de estar feito, vamos ser contra quê? Vão tirar o tubo de lá? Quer dizer, não faz grande sentido. Nós, na altura, mandámos cartas para toda a gente, para ajudar, e ninguém nos respondeu e ninguém quis saber de nada, não é? Pronto, a única coisa que conseguimos foi embargar a obra. Não continuou mais nem fizeram nada ali. Depois é que eles depois vieram tentar buscar alguns lourozitos, não é?

Participante no Movimento Pró-Rio

Esta divisão entre os protagonistas a partir de linhas desenhadas pela percepção de preferências e identificações partidárias e de eventuais interesses encapotados por trás do protesto concorre para a explicação da existências de protagonistas diferentes em cada uma das campanhas de protesto do Tinto, bem como de algumas das dificuldades sentidas para mobilizar, na mesma campanha, um número elevado de pessoas que poderiam estar, à partida, predispostas a embarcar na acção colectiva e possuíam as ferramentas para o fazer: a partir do momento em que o confronto político e partidário é associado ao tema do rio, seria de esperar, como efectivamente aconteceu, uma segmentação do mesmo partir de simpatias e antipatias para com partidos políticos e o afastamento de algumas pessoas devido à questão da possível instrumentalização dos actores colectivos envolvidos por parte daqueles, revelando-se uma vontade de demarcação relativamente aos partidos políticos.

Eu estava numa associação, e tínhamos uma reunião todas as semana. E chegava lá propaganda, cartazes. Eu via-me negro *p'á* direcção aceitar que se colasse um cartaz da caminhada do Move Rio Tinto. Sabe porquê? «Não cole, que esses são comunistas. Não quero nada disso». E eu: «mas é uma caminhada de um movimento», «mas o movimento é comunista», *et cetera*. O movimento chegou a pedir que um grupo fosse actuar no fim de uma caminhada. Um grupo de cavaquinho, muito popular. Resposta: «ah, isso não, é propaganda política e a gente não participa».

Participante do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Por outro lado, a reacção do executivo da Câmara Municipal de Gondomar à acção do Movimento Pró-Rio, classificando-o publicamente, e num tom depreciativo, como um mero instrumento do PS utilizado para, na sequência da vitória eleitoral do PSD que lhe deu a maioria dos vereadores da autarquia, reforçar a oposição através de vias não institucionais. Afirmar que o Movimento Pró-Rio era um actor colectivo que tinha objectivos de índole política e partidária pode ser visto como uma estratégia para legitimar a actuação da Câmara Municipal de Gondomar e, ao mesmo tempo, deslegitimar a acção daquele grupo, e teve o efeito de reforçar a partidarização do conflito em torno do rio, associando a campanha de protesto à oposição política que enfrentava a nível do concelho.

Depois, nas televisões, o Valentim Loureiro dizia que era sempre a oposição. Ele achava, e o argumento dele, que ele dizia *p'ra* televisões, *p'ra* jornais, *p'ra* tudo, é que tinha legitimidade *p'ra* fazer aquilo, porque tinha sido votado. Portanto, ele era presidente da Câmara, tinha legitimidade, tinha a maioria do povo, incluindo Rio Tinto, tinha-lhe dado o voto. Portanto, ele tinha de desenvolver isto conforme ele achava melhor. E então, nós éramos a oposição.

Elemento do Movimento Pró-Rio

A campanha de protesto acabou por surgir conotada, ainda que por poucas vezes, com o Partido Socialista e também com o Movimento Rio Tinto a Concelho na comunicação social. É verdade que, de uma forma geral, os protagonistas do protesto foram identificados pela imprensa que analisámos como movimentos populares ou ambientalistas, porém, foi possível encontrar dois artigos de um jornal local e outro de um jornal nacional em que aqueles eram associados, respectivamente, à JS e, simultaneamente, ao PS e o MRTC⁴⁴.

Outro factor que produz divisões entre os diversos envolvidos nas duas campanhas de protesto ambiental relacionadas com o Tinto tem a ver com as estratégias adoptadas e os reportórios empregues na acção colectiva. Embora existam algumas opções comuns a todos os grupos que alimentaram as campanhas de protesto sobre o Tinto, encontrámos, também, alguns pontos discordantes e dificilmente compatíveis.

Apesar da vertente crítica assumida ao longo de toda a campanha, a estratégia de cooperação com os poderes públicos delineada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto - designadamente com a Câmara de Gondomar, mas também com outras entidades por vezes apontadas como responsáveis pela degradação do Tinto, como a Lipor - traçou outra linha de separação entre alguns dos protagonistas da anterior campanha de protesto ambiental e o Move Rio Tinto. A primeira campanha foi marcada por uma relação de antagonismo com duas entidades – a Lipor e, sobretudo, a Câmara Municipal de Gondomar – consideradas responsáveis pela degradação do rio – a primeira, pela poluição, a segunda, pela poluição e artificialização, com a agravante de ser responsável directa pelo entubamento de um troço do rio a que se associou a intenção de urbanizar terrenos classificados como RAN - e algumas das pessoas que a lideraram consideraram a colaboração entre estas instituições e o Move Rio Tinto – muito visível através da presença de representantes das primeiras em algumas

⁴⁴ Em 20 de Fevereiro de 1998, o *Jornal de Notícias* publicou uma reportagem sobre a presença do Movimento Pró-Rio numa sessão pública da Câmara Municipal de Gondomar. O texto fala num protesto de «gentes de Rio Tinto» contra o entubamento, mas diz também que aquele actor colectivo tem «conotações com a Juventude Socialista e com os que pretendem elevar Rio Tinto a concelho». Na sua edição de Março de 1998, o *Arauto de Rio Tinto* descreveu uma intervenção do Movimento Pró-Rio na sessão pública da Junta de Freguesia de Rio Tinto como tendo «maior prevalência do cariz partidário». Na sua edição de Abril de 1998, o mesmo jornal local declarou que a manifestação do Movimento Pró-Rio de 7 de Março de 1998 tinha sido organizada pela JS.

iniciativas do segundo, nomeadamente as caminhadas anuais, o apoio dado por elas a algumas das suas actividades, e a utilização, por parte deste, de materiais com menção das duas entidades anteriores – é uma estratégia ineficaz, contribuindo para legitimar a sua acção, obscurecer a sua responsabilidade na degradação do rio e criar a ilusão de que elas estão a contribuir para a resolução dos problemas da bacia do Tinto quando, na verdade, não o fazem. Para estas pessoas - mas também para outras, como ambientalistas e mesmo ex-participantes do Move Rio Tinto - a estratégia a seguir é uma de confronto e de denúncia da responsabilidade dessas instituições na actual situação do rio.

Eu vou-lhe dizer uma coisa: eu achei tudo isso um folclore [*refere-se ao Move Rio Tinto*]. Pode ser positivo, para alertar as pessoas que se estão borrifando, de que há um problema no rio. Mas depois não resolve nada, é um bocado folclórico. E eles agora estão a chegar a essa conclusão, tanto que hoje já quase não ouve falar disso. Mais uma caminhada, mais uma caminhada, mais isto, mas já estão a chegar à conclusão de que a Câmara não faz nada. Digamos que não é mau, mas também não é bom. E nós não queríamos muito metermo-nos nisso, porque entendemos que o caminho é outro. O caminho era ter reivindicado, era ter chateado o Ministério do Ambiente, e era ter feito manifestações – manifestações, não era caminhadas! Manifestações! Uma caminhada pelo rio dá a sensação de que estamos todos irmãos nisto: a Câmara de Gondomar, o MRTC, o PS... está tudo de acordo, e o rio está na mesma! Uma manifestação contra a Câmara de Gondomar era o que eu propunha. Com toda a gente daqui, com milhares de pessoas. Isso sim. Contra a Câmara de Gondomar, e contra a Lipor. Está a perceber? A Lipor, porque é a principal poluidora. A Câmara de Gondomar, porque é a principal responsável. Agora, uns e outros financiaram as caminhadas, deram lanches e não sei quê. Lanche, eu lancho em casa, não é? 'Tá a ver? É uma hipocrisia. Isso é uma maneira de dizer: nós também somos a favor. Não são nada. Não são nada! Olhe, a Lipor não quer gastar dinheiro na tal ETAR. A Câmara de Gondomar está-se nas tintas para o rio. Como é que eles podem entrar numa caminhada? Estamos a misturar no mesmo saco os polícias e os ladrões. Eu, por aí, não vejo nenhuma vantagem nisso. Tem de ser enfrentado! E denunciar quer a Lipor quer a Câmara de Gondomar.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Por outro lado, e ao mesmo tempo que construiu a sua estratégia de sensibilização e procura de consenso em torno da ideia de reabilitação do rio, o Movimento em Defesa do Rio Tinto mostrou publicamente o seu desacordo relativamente à estratégia seguida pelos promotores da primeira campanha de protesto pelo Tinto, ao apresentar as suas opções, também, como uma forma de evitar erros cometidos por aqueles:

A defesa do rio originou o aparecimento de outros Movimentos e os seus objectivos eram mais do que justificados, mas fracassaram. Então porque falharam? Talvez porque não centraram a sua luta na recuperação integral do rio, mas, apenas e só, num dos problemas do rio – o entubamento – e porque, injustamente, foram vistos como arma de arremesso político. A discussão efectuada cedo demonstrou que defender o desentubamento do rio era abordar uma pequena parte do problema. Usar uma expressão popular, era pôr “o carro à frente dos bois!”

“Síntese Informativa da Actividade – Abril de 2006 a Fevereiro de 2007”, Movimento em Defesa do Rio Tinto, 27 de Fevereiro de 2007

Mas as opções estratégicas seguidas não provocaram tensões e divisões, apenas, entre diferentes actores colectivos, gerando-as, também, dentro do mesmo actor colectivo. Ainda que a acção colectiva seja classicamente definida, como vimos, enquanto um esforço conjunto de vários actores para alcançar objectivos comuns, isso não significa, como alerta Fillieule (1997), que esses objectivos comuns sejam perfeitamente integrados e coesos, podendo coexistir, entre os participantes do mesmo actor colectivo, interesses distintos e nem sempre explícitos. Por outro lado, as motivações individuais para o envolvimento na acção colectiva e os meios julgados mais adequados para atingir os objectivos comuns podem, também, não ser coincidentes. Importa ter presente que um actor colectivo não é um todo harmonioso, existindo sempre tensão, fluidez, entrada e saída de participantes. E, como se evidencia no discurso de alguns participantes do Movimento em Defesa do Rio Tinto, as tensões, o desacordo e a circulação de participantes marcaram a realidade deste actor colectivo, sendo que a estratégia a seguir foi um dos motivos para alguma instabilidade⁴⁵. O facto de a abordagem da denúncia e confrontação suplantar, em certos momentos, a abordagem da cooperação e procura de consenso, tem também a ver questões internas do Movimento em Defesa do Rio Tinto: a segunda estratégia, ainda que se tenha revelado como o principal caminho ao longo dos anos, não reúne unanimidade entre todos os participantes neste actor colectivo. A opção de a privilegiar terá estado, aliás, na origem do distanciamento, e mesmo do abandono, de vários participantes das suas actividades.

⁴⁵ A existência de desacordos e tensões motivadas pelas preferências estratégicas dos participantes no protesto é bem visível no retrato que Mendes (2005) apresenta de dois momentos marcantes do conflito pela atribuição do estatuto de concelho à localidade de Canas de Senhorim.

Na altura do arranque disto [Movimento em Defesa do Rio Tinto] estiveram pessoas que eu percebi que estariam com outro tipo de motivação, talvez mais política, partidária. E algumas dessas pessoas foram-se afastando. Fomos percebendo, não é, que, inicialmente, havia uma grande motivação político-partidária no arranque disto. Mas depois, aos poucos, isso foi-se esbatendo e passou a ser um problema cujo objectivo não era tanto o protesto pelo protesto, mas procurar fazer sugestões de trabalho e procurar que o movimento fosse, digamos, uma força de colaboração, de acção, não é? E que motivasse, digamos, soluções, que apresentasse sugestões, *et cetera*.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Mas nem só as divisões entre os protagonistas dos diferentes actores colectivos marcaram as campanhas de protesto em torno do Tinto. Apesar de todas as divergências assinaladas, foram desenvolvidas relações de colaboração, umas relativamente estáveis e mais ou menos duráveis, outras mais episódicas, entre vários dos seus protagonistas. Começando pela primeira campanha, e apesar da troca de acusações acima registada, o Movimento Pró-Rio e o MRTC estabeleceram um certo nível de cooperação entre si. A execução das veladas, ou pelo menos das primeiras, contou com a colaboração de elementos do primeiro grupo citado, que ajudaram na colocação das velas nos locais desejados. Dissipando qualquer dúvida que pudesse persistir sobre as ligações de colaboração entre o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho, um panfleto de apelo à mobilização para uma das manifestações contra o entubamento do rio incluía mesmo exibida uma composição em que, lado a lado, estavam os nomes destes dois actores colectivos, com duas alianças ligeiramente sobrepostas no meio deles.

Ainda que, como verificámos anteriormente, alguns dos dinamizadores dos protestos iniciados na década de 1990 se mostrem críticos relativamente à campanha agora em curso – e alguns protagonistas da presente campanha se mostrem críticos relativamente aos anteriores – encontramos também algumas pessoas que, tendo estado presentes na liderança de uma das campanhas, tiveram, também, alguma participação, embora menor, na outra. Podemos, por exemplo, referir um elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho que, tendo estado muito envolvido nos protestos iniciais, cedeu um texto para publicação no boletim informativo do Move Rio Tinto, bem como uma participante nas actividades deste segundo grupo que esteve presente na manifestação promovida pelo Movimento Pró-Rio no dia 7 de Março de 1998, e ainda uma das líderes do Movimento Pró-Rio, que participou em várias iniciativas do Move Rio Tinto, entre caminhadas, visitas ao rio e reuniões públicas. Um artista residente no local, participante no Movimento Pró-Rio e responsável pela elaboração de uma boa parte das suas

faixas e cartazes, colabora ocasionalmente com o Move Rio Tinto, fazendo algumas ilustrações quando as mesmas lhe são solicitadas. É reconhecido mérito ao Movimento Pró-Rio e ao MRTC, por parte de participantes no Move Rio Tinto, pela sua importância no combate à urbanização de terrenos anexos ao troço do Tinto entubado, enquanto este é reconhecido, por alguns participantes nos actores colectivos antes referidos, pelo seu papel na sensibilização da população para os problemas do curso de água

Os três actores colectivos que identificámos como principais dinamizadores das campanhas de protesto não deixaram, porém, de procurar a colaboração de outros actores, até como forma de aumentar a sua capacidade de mobilização de recursos, acedendo a bens fundamentais para a sua acção aos quais, de outra maneira, teriam uma maior dificuldade de chegar. Entre os “aliados” que, primeiro, o Movimento Pró-Rio e o MRTC e, depois, o Move Rio Tinto conheceram devemos referir, em primeiro lugar, algumas das escolas locais. Na primeira campanha de protesto, o conselho pedagógico da escola EB 2,3 nº1 de Rio Tinto pronunciou-se publicamente contra o entubamento do Tinto. A mesma instituição apresentou uma queixa contra esta decisão da Câmara Municipal de Gondomar ao Provedor de Justiça. Para além disso, foi realizada, entre outros trabalhos – designadamente composições – dedicadas ao rio uma peça de teatro, interpretada por alunos daquela escola.

O Move Rio Tinto, por sua vez, procurou levar o tema do rio até às instituições escolares locais. As escolas de Rio Tinto em causa e o Move Rio Tinto desenvolvem um trabalho diferente sobre o Tinto, de forma autónoma, existindo, no entanto, possibilidades para a colaboração entre ambos, que são vistas como potencialmente úteis por ambas as partes.

P: Esse trabalho de ligação com as escolas, consiste em quê?

R: Já foi mais forte. No início do movimento foi preciso dar a conhecer, ir às escolas, fazer informação sobre defesa ambiental, sobre o rio. Fui dar uma aula à EB 2,3 nº2, uma colega que estava a dar a temática do rio pediu-me e eu fui dar uma aula na área de projecto, fui dar a conhecer a realidade. Depois, a parceria é... sei lá, no nosso segundo ano de existência fez-se uma exposição de trabalhos feitos na escola sobre o rio. Penso que foi a minha [EB 2,3 nº1], e a nº2. Foi sobre a biodiversidade, a qualidade da água... e depois aquelas imaginações muito giras que os miúdos têm sempre, sobre o que é que poderia ser o rio. Quer dizer, foi um trabalho de que não fomos nós os promotores, mas fomos nós, de algum modo, os motivadores, os proponentes de um tema. E as escolas agarraram, não quer dizer que fossem todas as turmas, mas entretanto surgiu um trabalho. Eu penso que, em ambas as escolas, continua a haver projectos. Hoje já toda a gente conhece o movimento. Se precisarem de nós, já sabem o que hão-de fazer [...]. Já têm o contacto com o Pedro Teiga, que é um elemento importantíssimo, também, como técnico. Portanto, eles agora já têm os pézinhos para caminharem e procurarem as informações que acharem pertinentes.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

A ligação entre o Move Rio Tinto e algumas das escolas locais produz troca de informações, divulgação de iniciativas de parte a parte, participação de membros da comunidade escolar em algumas iniciativas daquele grupo, e participação do actor colectivo em alguns projectos desenvolvidos pelas instituições de ensino.

Muitas das vezes temos entidades externas à escola, que estão direccionadas para a aplicação dos projectos, por exemplo, a nível da Câmara, e que participam, estão nas reuniões. Por exemplo, a nível do projecto Eco-escolas, nós temos reuniões que são trimestrais, e temos sempre o representante da escola, o representante da Câmara, da Junta, temos o representante do Move Rio Tinto, temos os representantes da própria associação de pais envolvidos, temos agentes operacionais, temos representantes dos alunos. Portanto, digamos que é alargado ao maior número possível de intervenientes, para que, de facto, toda a gente se sinta envolvida e possa dar um pequeno contributo, para que depois se torne num grande contributo.

Representante de uma escola de Rio Tinto

P: O movimento tem algumas iniciativas que, penso eu, poderão ser de alguma utilidade, de algum valor, do ponto de vista pedagógico. As caminhadas, aquele contacto mais próximo com o rio...

R: Nós damos a informação aos alunos. Nós damos as informações. E, no caso de haver uma limpeza, já há acordo com o movimento do rio de que nós participaremos num acto desses. Porque é um acto de cidadania. É como o Limpar Portugal, ou seja o que for.

Representante de uma escola de Rio Tinto

Os objectivos, as motivações e as formas de abordar o Tinto são, como seria expectável, muito distintas. Nas escolas de Rio Tinto, os problemas ecológicos do curso de água que dá o

nome a este território são reconhecidos como importantes no plano local, e vistos como uma oportunidade dupla do ponto de vista educativo: por um lado, o Tinto apresenta uma oportunidade para trabalhar alguns dos conteúdos incluídos nos currículos e desenvolver determinadas competências. Para além disso, é visto como uma possibilidade para estimular junto dos alunos uma cultura cívica activa, a sensibilidade para os problemas ambientais e um maior conhecimento do local e uma melhor integração no mesmo.

Porquê o rio? Desde há muitos anos que sou professora de biologia e geologia, ligada ao ambiente, trabalhei também nos clubes do ar livre, que foi um projecto de nível nacional, portanto, sempre tentei puxar os alunos para as problemáticas ligadas ao ambiente, não é? E tento sempre dizer-lhes que só podemos mudar - portanto, aquele chavão, pensar globalmente, actuar localmente. Trabalhei sempre esta ideia com os alunos e, quando nos propusemos a desenvolver o tal projecto para o concurso Ilídio Pinho, acabámos por decidir investir no rio porque, lá está, localmente, uma questão ambiental fazia todo sentido, para nós. Desenvolvemos então o trabalho pensado mais a nível de recolhas de amostras, análises químicas, observação geológica e observação biológica *in loco*, para verificar a qualidade da água, pelo menos de uma forma superficial. E, ao mesmo tempo, desenvolvemos com os alunos as competências experimentais, e as análises, não é? E, este ano, também continuamos com essa vertente, mas estamos também a virar para outro tipo de trabalho. Neste momento, os alunos, vamos fazer uma caminhada, vamos fazer recolhas, e estamos também a desenvolver uma história infantil, eles estão a fazer desenhos, mesmo à moda antiga, infantis, para depois construir, com o *movie maker*, uma história, com música, com a voz deles, para, no fundo, levar às escolas do primeiro ciclo; para também começar, já, a motivar os meninos para as questões do ambiente, as questões do seu rio, do seu local, para todas essas questões. Portanto, já começar os mais velhos, a meter o bichinho nos mais pequeninos sobre as questões do ambiente, e que temos de pensar sobre o nosso local.

Representante de uma escola de Rio Tinto

P: E porquê o ambiente? Porquê, especificamente, abordar o ambiente e, dentro deste, o rio Tinto?

R: Devido à localização geográfica. Parece-nos óbvio, não é? O facto de os miúdos também terem a oportunidade de conhecer um pouco da história, como é que evoluiu, o que é que era antes. O rio Tinto já teve dias muito bons, em que era um rio com uma grande diversidade. E eles perceberem o que é que era antes, o que é que correu mal, e o que é esta situação actual, que, pronto, decorre de um determinado conjunto de factores que contribuem para o estado menos bom do rio. Claro que isto é um bocado integrador, porque nós, ao estarmos a formar cidadãos para a questão do ambiente, estamos também a formar cidadãos para a questão ética, para os problemas da sociedade. Futuramente, cada um dos nossos jovens vai ter a sua profissão, não é? É tentar que ele percebam que, se vão ser, por exemplo, políticos, ou, sei lá, médicos, ou geógrafos, ou até mesmo professores, têm de entender que a realidade é múltipla, diversificada, e que cada um de nós tem a sua responsabilidade, enquanto membro da sociedade.

Representante de uma escola de Rio Tinto

A utilidade desta colaboração entre o Movimento em Defesa do Rio Tinto e as escolas de Rio Tinto assenta em diversas vantagens que este pode retirar dela. Se as instituições de ensino dedicarem alguns projectos ao Tinto e aos seus problemas ambientais, a visibilidade social secundária destes aumentará, o que é do seu interesse. Para além disso, convencer uma escola a participar numa das suas iniciativas com potencial interesse pedagógico, como o serão as limpezas do rio e, de certa forma, as caminhadas e algumas visitas ao rio, significa mobilizar para essa mesma iniciativa, de uma só vez, um número elevado de pessoas. Para além disso, há o objectivo, consciente e reconhecido, de chegar às famílias através das crianças.

Através das escolas, tem-se verificado, de facto, o alargamento da divulgação dos problemas ecológicos do rio e a sensibilização para a sua resolução pelos residentes de Rio Tinto, através dos trabalhos realizados pelos alunos, mas também através de iniciativas como debates ou encenações teatrais e exposições submetidas ao tema, abertas à comunidade.

Muitas das vezes que, inclusive, nós deslocámo-nos - por exemplo, já tivemos uma saída a Viana do Castelo, que foi inserida no Projecto Rios, em que os próprios pais levaram os meninos a Viana, para eles poderem fazer o espectáculo. Portanto, apresentaram sequências de dança, e portanto, nesse sentido, a colaboração é super importante. Temos pais que colaboram, e que se interessam, e que vão acompanhando os alunos. Vê-se isso, também, ao nível de qualidade de alguns materiais que são feitos, que os pais apoiam, no sentido de, por exemplo, fazer maquetes. Portanto, há todo um conjunto de material que precisa de ser adquirido, e vemos toda a disponibilidade dos pais, e o interesse, em que as coisas saiam bem.

P: Há esta ideia de trazer também os pais e os encarregados de educação para este projecto, mas apenas no sentido de acompanharem o trabalho dos filhos, ou também no sentido de, entre aspas, fazer chegar a mensagem aos pais?

R: Sim, também, através, nomeadamente, das palestras que são levadas a cabo. Os próprios espectáculos, em que eles ficam necessariamente a saber mais, e a conhecer informações que, se calhar, não saberiam se os filhos não estivessem envolvidos num trabalho deste nível, digamos assim.

Representante de uma escola de Rio Tinto

As associações ambientalistas são outros candidatos privilegiados a colaboradores dos dinamizadores das campanhas de protesto associadas ao Tinto. Encontrámos também alguma colaboração entre algumas delas e, primeiro, o Movimento Pró-Rio e o MRTC a Concelho e, agora, o Move Rio Tinto.

A Quercus e o Fapas organizaram uma manifestação, em Dezembro de 1999, apoiada pelo Movimento Pró-Rio. Para além disso, a primeira associação citada apresentou uma queixa contra aquela obra promovida pela Câmara Municipal de Gondomar. Ao longo de algum

tempo, o núcleo do Porto da Quercus e os dois actores colectivos de Rio Tinto que lideraram o protesto mantiveram contacto entre si.

O Movimento Rio Tinto a Concelho e o jornal local fundado por um dos seus associados, o *Arauto de Rio Tinto*, reclamaram, desde o início do processo de entubamento, a intervenção das associações ambientalistas, particularmente da Quercus, mas a informação que recolhemos mostra que esta só se envolveu no protesto a partir de 1999. Apesar da iniciativa conjunta entre esta e o Movimento Pró-Rio, e da troca de informações mantida com este e com o Movimento Rio a Concelho, a relação que a associação ambientalista manteve com estes dois grupos não foi, como já assinalámos, isenta de alguma tensão.

Na segunda campanha de protesto estudada, o Movimento em Defesa do Rio Tinto conseguiu, igualmente, obter a colaboração de algumas associações ambientalistas, entre as quais a Quercus e a Campo Aberto. Pertence ainda à rede do Projecto Rios, um programa de monitorização de troços de cursos de água doce apoiado pela Associação Portuguesa para a Educação Ambiental e pela Liga para a Protecção da Natureza, e participou na iniciativa “Limpar Portugal”, tendo posteriormente estabelecido laços de cooperação com um grupo de pessoas do Porto que emergiu dessa iniciativa e continua ligado à Associação Mãos à Obra. No entanto, a colaboração entre o Movimento em Defesa do Rio Tinto e estes actores colectivos tem sido relativamente limitada: ela pauta-se pela partilha de informações, divulgação de iniciativas, e participação em algumas – poucas - acções comuns.

A Quercus não tem *'tado* muito envolvida. A Quercus apoia o Movimento do rio Tinto, *'teve* já presente em várias caminhadas, já fez algumas declarações públicas de apoio e apelo à salvaguarda do rio. Mas não temos capacidade *p'ra* estar envolvidos mais, em termos da Quercus - eu estou a falar, agora, em nome do núcleo - dando o apoio. Em termos de divulgação, damos o apoio. Portanto, já é um canal diferente, de abrangência. O núcleo do Porto também adoptou um troço do rio. Portanto, tentámos ajudar, mas através de uma perspectiva mais de divulgação, do que propriamente de apoio.

Elemento da Quercus

Para Rootes (2003), é no volume de recursos limitado das associações ambientalistas que reside a explicação para o seu menor envolvimento no protesto local. No nosso país, onde os recursos das associações de defesa do ambiente são particularmente escassos e a sua base social de apoio frágil, (Soromenho-Marques, 2002) esta é uma questão particularmente premente. Todas as associações acima citadas têm uma amplitude regional ou nacional e uma

preocupação ampla com a conservação da natureza e a ecologia. Quer isto dizer que as solicitações que lhes chegam desde o Movimento em Defesa do Rio Tinto se encontram em concorrência com outras solicitações que chegam a estas organizações, bem como com as suas próprias iniciativas e objectos de interesse, pela afectação dos recursos para a acção colectiva limitados que elas poderão mobilizar. Se o ordenamento do território no centro de Rio Tinto e os problemas ambientais do Tinto constituem o objecto do Move Rio Tinto, da mesma forma que o primeiro, juntamente com a artificialização radical de um segmento do rio através do seu desvio, canalização e cobertura – foi o objecto do Movimento Pró-Rio, eles são apenas um dos muitos tópicos de interesse para estas associações. Isto limita as possibilidades de cooperação entre ambos. Ainda assim, o Move Rio Tinto tem contado, desde o primeiro ano de actividade, com o apoio técnico regular do coordenador nacional do Projecto Rios, naquilo que se tem revelado uma parceria estável e com importantes benefícios para aquele actor colectivo, como veremos na secção seguinte.

Deve ser igualmente referida a colaboração com um grupo de residentes do Porto que emergiu na sequência do projecto Limpar Portugal. Tendo estabelecido contactos com o Move Rio Tinto, este grupo acabou por tentar manter uma acção mais regular de conservação da natureza na bacia hidrográfica do Tinto, bem como de colaboração com aquele actor colectivo. Para além da realização de iniciativas conjuntas, designadamente limpezas do rio, e da participação de elementos deste grupo do Porto em muitas iniciativas do grupo de rio Tinto e em duas das suas reuniões, surgiu mesmo a possibilidade de o primeiro funcionar como uma extensão do segundo para o trecho do rio que percorre o vale de Campanhã. Este grupo de pessoas adoptou um troço do Tinto no âmbito do Projecto Rios, na zona de Azevedo, já perto da foz da linha de água.

Foi a Isabel, na altura em que andava com as pesquisas do rio Tinto, que entrou em contacto com o Carlos Duarte. Eu penso que já na altura foi o Pedro Teiga que lhe deu o contacto do Carlos Duarte. Pronto, e a partir daí começamos a juntar-nos, inclusivamente já fomos a uma ou duas reuniões que eles tiveram, nós aqui do Porto, exactamente *p'a* tentar trazer para o Porto o dinamismo que eles têm em Gondomar, em Rio Tinto. *P'ra* já ainda não conseguimos, mas é a nossa ideia, portanto, continuar de facto com o dinamismo que eles têm, continuá-lo aqui no Porto também.

Elemento do grupo emergido da iniciativa Limpar Portugal

Não obstante, a ideia de prolongar o Movimento em Defesa do Rio Tinto para o Porto através deste grupo de pessoas acabou por não se concretizar até agora. Os dois grupos estão

separados por lógicas de actuação e de abordagem ao problema muito distintas: se o primeiro é um grupo de protesto, ou seja, de intervenção pública e política com o objectivo de apresentar reivindicações aos órgãos de poder relativamente a uma situação com a qual discorda, o segundo é um grupo mais vocacionado para a monitorização e conservação da natureza, constituído, sobretudo, por pessoas que já têm alguma cultura participativa nesta área.

Entrevistámos dois elementos fundamentais na organização e dinamização deste grupo, e nenhum deles rejeitou a hipótese de enveredar, no futuro, por um caminho de protesto junto do poder político, considerando que, nesse campo, o Move Rio Tinto tem desenvolvido um trabalho muito interessante. Justificam ainda não o terem feito com o argumento de que ainda possuem, apenas, um reduzido conhecimento do Tinto, sendo por isso difícil fundamentar qualquer reivindicação que viessem a fazer, um domínio insuficiente da legislação respeitante aos cursos de água, e por ainda não disporem de canais de comunicação com as entidades que têm responsabilidades na gestão do Tinto.

P: E disse-me que estavam a tentar trazer um pouco dinamismo que vêm no Move Rio Tinto para o Porto, mas que para já ainda não...

R: Não se conseguiu porque não temos os contactos oficiais. Quer dizer, não temos o conhecimento do rio necessário para poder protestar. Eles têm, perfeitamente, estão completamente embrenhados no rio, sabem tudo e mais alguma coisa. Nós aqui no Porto não temos esse conhecimento. E, além disso, também não temos os contactos para poder fazer pressão.

Elemento do grupo emergido da iniciativa Limpar Portugal

O Movimento em Defesa do Rio Tinto tem, também, encontrado oportunidades de colaboração na comunidade académica, contando com a participação de investigadores e docentes universitários em algumas das suas iniciativas, especializados em áreas do saber relevantes para a compreensão dos rios em várias das suas dimensões (biólogos, engenheiros, arquitectos), e, frequentemente, com um grande conhecimento sobre o Tinto, tendo colaborado também com um grupo de estudantes de arquitectura paisagista que se propuseram a realizar, enquadrado no programa de mestrado que frequentavam, um trabalho sobre o Tinto. Entre as colaborações que o Movimento em Defesa do Rio Tinto conseguiu estabelecer com pessoas do mundo académico deve ser incluído, também, laço duradouro com Pedro Teiga. A discussão apresentada ao longo deste ponto mostra a existência de dissonâncias entre os

diversos protagonistas das duas campanhas de protesto, que se explicam por algumas opções estratégicas incompatíveis e também pelas tentativas de partidarização do Tinto, conotando-o com partidos diferentes. Estudando o Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim, José Manuel Mendes concluiu que as identificações político-partidárias deixam uma marca «indelével» nas identidades dos activistas, e que o processo, difícil mas necessário, de submissão dessas identificações ao objectivo comum do actor colectivo pode criar «linhas de fractura, de silenciamento e até de censura na comunidade» (2004: 41). No caso estudado, as identificações partidárias atribuídas aos actores colectivos envolvidos no protesto serviram, por vezes, como factor de divisão. Alguns dos protagonistas do protesto foram também acusados de estar, sobretudo, à procura de protagonismo. Ao mesmo tempo que questionam as reais motivações de outros protagonistas dos protestos, alguns dos entrevistados parecem reclamar, para o respectivo grupo de que fazem parte, uma legitimidade acrescida, reafirmando a autenticidade dos seus objectivos e do interesse pela situação do Tinto.

Os desacordos entre os vários actores colectivos estão ainda relacionados com opções estratégicas divergentes. O Move Rio Tinto procurou sensibilizar diversas entidades para a reabilitação do rio e estabelecer uma relação de colaboração com elas, no entanto, uma vez que alguns desses organismos – sobretudo a Câmara Municipal de Gondomar – são considerados responsáveis pela degradação do rio, aquele actor colectivo recebeu críticas segundo as quais, dessa forma, estava a ajudá-los a «limpar» a sua imagem e a encapotar a sua responsabilidade pelos problemas do rio.

Apesar das tensões, existiram momentos de colaboração entre grupos diferentes, e verificou-se a colaboração de alguns protagonistas do primeiro momento de protesto com iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto. O estabelecimento de laços com outros actores colectivos foi fundamental para obter recursos para o protesto e para aumentar a sua visibilidade. Algumas escolas locais tiveram um papel importante na abordagem ao tema do Tinto. A participação de outras associações ambientalistas, nacionais ou regionais, nas duas campanhas pode ser considerada modesta: a Quercus e o Fapas organizaram uma manifestação em 1999 com o Movimento Pró-Rio; o Movimento em Defesa do Rio Tinto mantém contactos com vários grupos e associações ambientalistas, tendo beneficiado da divulgação das suas iniciativas e de algum apoio em certas iniciativas. Por outro lado, tem mantido contactos com as universidades.

X

O rio e o não-rio Tinto

Iniciamos esta secção recordando uma ideia central desenvolvida no nosso enquadramento teórico: revisitando de forma breve o debate entre as abordagens realista e construtivista que, na década de 1990, ocupou vários sociólogos dedicados ao tema do ambiente, concluímos que ambas as perspectivas apresentavam limitações e encontramos algumas propostas de compromisso entre ambas, que permitem enriquecer uma reflexão sociológica sobre a problemática ambiental. Como Freudenburg *et al* (1995) demonstraram utilizando como exemplo uma montanha, aquilo que um recurso natural, como um rio ou uma floresta, significa num determinado momento resulta de uma intrincada relação entre as suas propriedades físicas e definições socialmente construídas, o que implica a sua inevitável instabilidade. Nenhum destes dois elementos é mais importante do que outro para a construção do significado da natureza: os dois condicionam-se mutuamente. Sem nunca reflectir, ou sequer referir o dilema realismo - construtivismo, Gumprecht (2005) mostra como as características físicas do rio de Los Angeles, em constante mutação, se entrelaçaram com determinadas ideias prévias sobre o que é um rio e como se pode utilizar um rio, bem como com as necessidades de Los Angeles do recurso água, convertendo-o gradualmente num curso de água profundamente artificializado, a que Price chama não-rio (2005).

Aquilo que pretendemos fazer neste momento é dar conta de como aquilo que o rio Tinto significa não é uma coisa unívoca nem estável, tendo sofrido transformações profundas: ao longo das últimas décadas, as mudanças físicas que conheceu, articuladas com importantes alterações sociais, económicas e culturais nos territórios da sua bacia, fizeram com que se tenha convertido num «não-rio», ou seja, com que tenha sido esvaziado do seu valor eco-social. Este é um passo importante na nossa investigação para que possamos compreender melhor não só a emergência do protesto ambiental, mas também a maneira como os actores colectivos que o promoveram construíram os seus argumentos de legitimação e mobilização e como é que reconstruíram os problemas ambientais do Tinto.

Por outro lado, nos últimos anos, assiste-se à possibilidade do ressurgimento do Tinto enquanto rio com valor eco-social, através da sua reabilitação física, social e simbólica, sendo anunciados estudos sobre o seu estado e propostas de reabilitação por diversas entidades com

responsabilidade na sua gestão, a ponto de servir como tema de todos os partidos nas últimas autárquicas. Este processo de reabilitação do Tinto, nomeadamente na sua vertente simbólica, não está dissociado das campanhas de protesto que estudámos, nem dos significados que os seus protagonistas procuraram atribuir ao rio - estando também relacionado com uma mudança na forma de perceber os problemas ambientais em geral e os problemas hídricos em particular e com a contínua transformação do Tinto, do ponto de vista físico.

Ao longo da nossa pesquisa deparámo-nos com uma separação clara entre aquilo que é o rio Tinto actual – e que tem vindo a ser ao longo das últimas décadas, e aquilo que ele foi antes do agravamento da sua degradação, a partir de meados do século XX. Estas duas realidades são muito distintas, apesar de se referirem ao mesmo curso de água em diferentes momentos no tempo, e são, sobretudo, apresentadas de forma oposta e incompatível por muitos testemunhos que recolhemos. Os nossos entrevistados que residem há mais tempo em Rio Tinto, e, entre estes, sobretudo, aqueles que, de algum modo, têm a sua história de vida associada ao curso de água que partilha o seu nome com esta localidade, recordam um rio muito diferente daquele que encontrámos hoje. Não são só as características físicas e biológicas do rio que são distintas: ao mesmo tempo que a linha de água que persiste na sua memória é positivamente valorada, o Tinto de hoje é associado a características essencialmente negativas; se o rio que recordam podia ser utilizado e fruído de formas diferentes, o de hoje é visto como algo incómodo e desagradável. Isto é uma consequência da sua degradação ambiental que, por sua vez, o esvaziou do valor eco-social de que, apesar das suas dimensões reduzidas, ele era dotado, convertendo-o, para algumas pessoas que não conhecem o seu passado – e mesmo para algumas que o conhecem – num não-rio.

O nosso trabalho de reconstrução dos significados do Tinto recorre a alguns materiais escritos e, sobretudo, à memória de habitantes do vale do Tinto, principalmente daqueles que têm um percurso de vida onde o rio ocupa um papel importante. Porém, sabemos que os sujeitos estruturam muitas vezes a sua memória de uma maneira que tende a sobrevalorizar as vivências da juventude, nomeadamente os seus “componentes lúdicos e afectivos” (Costa, 1999b: 410. Corremos assim o risco de obter representações idílicas do Tinto de há várias décadas atrás que não correspondam completamente àquilo que era a realidade de então, opondo-se acentuadamente, e talvez de forma exagerada, à situação preocupante, do ponto de vista ambiental, que aquele rio conhece hoje. No entanto, a forma como a memória do rio é reconstruída poderá, também, ser um dos factores relacionados com o modo como ele é

percebido e valorado, num momento em que se encontra altamente degradado e artificializado.

Antes da agudização do processo de artificialização e degradação, o Tinto foi, do ponto de vista ecológico, um curso de água muito mais rico, alimentando ecossistemas delicados e potenciando uma biodiversidade importante. Esta é, só por si, valorizada pelos entrevistados que dela têm memória: a presença de diversas espécies animais é um dos aspectos quase sempre referidos quando se pergunta como era o rio antes de estar degradado, e sempre de uma maneira positiva. Ela é associada a um rio vivo e saudável. As espécies referidas são diversas: anfíbios, peixes diversos, aves aquáticas e, apenas num caso, até são referidos avistamentos raros de lontras. Se ainda hoje é possível encontrar vida animal no rio e em algumas áreas verdes que ainda subsistem nas suas margens, a diversidade é menor, e proliferam espécies indesejáveis, como ratos.

Havia ali peixes de várias qualidades. Havia escalos, havia vargos, havia uns peixinhos azulados... como é que se chamava aquilo? Eu sabia o nome daquilo. Eram uns peixinhos com uma cor diferentes uns dos outros. Aquilo era uma coisa linda. Depois veio esta desgraça por aí abaixo, esses esgotos a correr por aí fora, aqueles esgotos que dão para ali, deram cabo de tudo. Agora nem aqueles cabeçudos, que a gente lhes chamava os cabeçudos, aqueles bichitos com a cabeça grande e o rabito espalmadito, pequenino, nem rãs.

Morador em Rio Tinto

Ali na Levada – quando falo na Levada falo na rua Guedes de Oliveira, lá em baixo - havia lá uma pontezinha. Era lá que a maior parte das lavadeiras lavavam. E naquela rua que agora vai dar aos serviços médicos. Aí era mais fácil haver alguma inundação. Era onde se viam as lontras, era nesse sítio que se viam as lontras.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Apesar da sua extensão reduzida e do seu caudal pouco significativo, o Tinto, enquanto conheceu condições ecológicas aceitáveis, teve alguma importância para as populações da sua bacia, prestando-lhe serviços de natureza diversa. As transformações que o território conheceu ao longo das últimas décadas – consequências do processo de modernização tardia e, em muitos aspectos, atribulado que, como se sabe, Portugal conheceu a partir das décadas de 1960 e 1970 – fizeram com que a importância de alguns desses serviços decrescesse, ao mesmo tempo que a crescente degradação do rio – fortemente relacionada quer com essas transformações locais, quer com mudanças estruturais no país – reduziram a sua capacidade para cumprir muitas das suas funções. Apesar das limitações impostas pelas suas

características físicas, o Tinto é recordado como um curso de água que teve, no passado, alguma importância económica para os lugares que cruza.

Os cerca de 10 quilómetros de extensão do Tinto desenhavam um vale longo e de declive geralmente pouco acentuado. A presença abundante de recursos hídricos e a fertilidade dos solos favoreceu o desenvolvimento da agricultura nos territórios envolventes. Desde um passado remoto, e até ao século XX, o vale do Tinto foi marcado por uma paisagem rural. O rio teve alguma importância económica, fornecendo água para a irrigação dos terrenos agrícolas existentes nas suas margens e energia aos moinhos situados nas suas margens. Existiram, durante o século XVIII, largas dezenas de moinhos a operar ao longo do seu percurso (Marinho, 2003: 39). No entanto, nos anos trinta do século XX, Camilo de Oliveira (1931) apenas refere a existência de oito moinhos no segmento do curso de água situado no interior dos limites da então rural freguesia de Rio Tinto. Em meados do século XX, ao mesmo tempo que se acelerava a degradação do Tinto, subsistiam, ainda, na freguesia de Rio Tinto, três moinhos, localizados na Vitória, na Ranha e perto da Ponte. Ainda residem, em Rio Tinto, algumas pessoas que, quando jovens, trabalharam nos moinhos que persistiam nas margens do rio. Algumas destas estruturas encontram-se hoje arruinadas, mas também existem casos de adaptação a residências.

Parámos junto ao moinho da Vitória, onde foi chamada uma pessoa que vive nas proximidades, para nos falar dele. Através dele, e de uma descendente da última moleira daquele moinho, ficámos a saber que, naquela zona, existiram mais dois moinhos para além daquele. Apesar de alguns participantes, professores nas escolas de Rio Tinto, insistirem que tinham ideia de ter levado alguns alunos a ver o funcionamento do moinho nos anos 80, ele, de acordo com a descendente da moleira, tinha sido reconvertido numa habitação há cerca de 50 anos, após um período de abandono, e os seus moradores tinham destruído as mós, de modo a ganharem mais espaço para a sua habitação. O residente local confirmava que há muito que não se fazia trabalhar o moinho, referindo que se produzia muita farinha em Rio Tinto há várias décadas atrás. Ele próprio tinha trabalhado ocasionalmente nos moinhos da zona, quando era mais jovem. Alguém do movimento referiu que, historicamente, os moinhos do Tinto tinham alguma importância para os padeiros de Vale Ferreiros.

Diário de Campo, 05.11.2011. Visita aos moinhos do Tinto, organizada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto

Um reduzido número de moinhos terá subsistido, também até meados do século XX, nas margens do Tinto localizadas em Campanhã, a julgar pelo retrato que Hélder Pacheco esboça dos lugares da freguesia mais oriental da cidade do Porto, cruzados por aquele curso de água, nas zonas de Tirares e Azevedo de Campanhã (1999). Surpreendentemente, os autores de *Rio*

Tinto: Apontamentos Monográficos (Magalhães *et al*, 1999), obra publicada num momento em que o rio conhece já um estado de avançada degradação, afirmam ter encontrado, ainda, dois moinhos em actividade naquela freguesia. Acrescente-se que, nesta localidade, existiram até tempos muito recentes duas quedas de água, conhecidas como levadas, construídas pelo homem para acelerar as águas do curso de água, de modo a transmitirem maior quantidade de energia aos moinhos e irrigar campos agrícolas. Uma delas foi destruída na sequência do entubamento de um troço do rio para permitir a construção de uma via rodoviária em 1991; a outra foi arrasada em Dezembro de 2009, durante uma cheia do Tinto.

As utilizações económicas do Tinto eram diversificadas. Até meados do século passado, este curso de água foi uma fonte de rendimento não só para os moleiros e agricultores mas também para outro grupo que beneficiava do seu potencial económico: as lavadeiras que, no território que partilha o nome com aquele curso de água, lavavam as roupas de famílias mais abastadas do Porto. A estas mulheres que tinham como fonte de rendimento a lavagem de roupas no Tinto juntavam-se outras que lavavam as suas roupas, e as da família, na linha de água.

Havia também uma zona onde as mulheres lavavam a roupa, porque havia umas senhoras que pediam às mulheres lá de baixo, à beira do rio, para lavarem a roupa, e elas lavavam, pagavam-lhes, naturalmente. Havia também o moleiro, que me lembro dele.

Moradora em Rio Tinto

Ainda que por vezes se reclame a lavadeira do rio Tinto como uma figura icónica de Rio Tinto⁴⁶, tendo sendo mesmo proposta a criação de um monumento a esta figura do passado da freguesia e criada uma comissão destinada a conceber esse monumento e escolher a sua localização⁴⁷, também em Campanhã existiram, pelo menos até aos anos trinta do século XX, mulheres que obtinham pelo menos parte do seu rendimento lavando roupas de famílias portuenses naquele curso de água. Para além disso, tal como em Rio Tinto, as mulheres dos lugares daquela freguesia mais próximos deste rio lavavam nas suas águas as roupas das suas famílias (Pacheco, 1999: 31; 59; 63).

As diversas espécies de peixes que existiam no Tinto permitiam, também, a pesca. É de admitir que a pesca assumia não só uma dimensão recreativa mas teria também um papel de

⁴⁶ Algo que foi feito, como veremos, pelo Movimento Rio Tinto a Concelho e pelo Movimento Pró-Rio no decurso da primeira campanha de protesto associada ao rio Tinto.

⁴⁷ O abandono do projecto foi noticiado pelo *Arauto de Rio Tinto*, «sessão pública da Junta de Freguesia de Rio Tinto», 04.2004

complemento económico para as famílias de reduzidos rendimentos.

Praticava-se a pesca, a rega. O que ficou foi a rega. E é curioso de ver, se olharmos para mapas antigos, que a zona de hortas era muito superior antes àquela que existe hoje. Mas mais por sobrevivência. No tempo de pobreza, e estamos a falar, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, no tempo de fome, as pessoas iam ao rio para comer. Isso foi desaparecendo, porque, infelizmente, o pouco peixe que existe sabe mal.

Cientista

Também para alimentação serviam algumas das plantas que, espontaneamente, cresciam nas margens do rio. Por outro lado, os peixes capturados no pequeno curso de água podiam, ainda, ser utilizados como animais de estimação, presos em aquários.

P: Exacto. Outra coisa. Recuando um bocadinho no tempo: disse-me que os seus filhos brincavam aqui quando eram pequenos, comiam agriões... plantava aqui?

R: Não! Nasciam!

P: Nas margens, era?

R: Nasciam, sim. Não faltavam aí agriões! E... a água infelizmente levou-me muita coisa. Eu nem quero falar nisso! Mas os meus filhos, quando eram pequeninos... eu metia-os dentro do rio, e a imagem deles via-se no fundo.

Moradora nas margens do Tinto

Ao Domingo era assim [*faz um gesto com a mão, indicando grande quantidade*], vinham gajos de longe. De longe! Ao domingo vinham aí com os carros, paravam os carros por ali fora, e pediam àquela miudagem que lhes deixassem entrar no ribeiro a ver se caçavam peixinhos, uns com umas bacias, outros com uns sacos, e davam vinte e cinco tostões por cada um, para levar, para pôr nas taças, nos jardins deles, nas casas.

Morador em Rio Tinto

A utilização da água do Tinto para a irrigação de terrenos agrícolas nas margens dos rios foi comum no passado, sobrevivendo até ao presente. O Tinto inundava, nos meses chuvosos, terrenos nas margens que eram utilizados como pequenas hortas familiares, sendo cultivados depois das cheias (Pacheco 1999). Esta função de abastecimento de água para campos agrícolas resistiu à poluição hídrica, apesar de esta ser facilmente constatável. Assim, ainda que a água do Tinto possa apresentar sinais de má qualidade (mau cheiro, escurecimento da água, alteração de cor, presença de espumas) imediatamente apreensíveis através dos sentidos, ela continua a ser usada para irrigar terrenos de cultivo que, em várias zonas ao longo de toda

a bacia hidrográfica, e apesar da crescente urbanização e construção nas margens, ainda subsistem. Percorrendo as margens do rio é possível encontrar alguns canais de irrigação que, partindo do mesmo para hortas e pequenos campos, ainda estão em utilização. Apesar dos sinais óbvios de poluição, a água é utilizada na mesma.

Visitámos ainda uma zona de hortas para onde se prevê que o parque se possa expandir. Em conversa com dois idosos, já conhecidos de Teiga, que cultivavam a terra, eles confessaram regar as suas hortas com água do rio, que diziam ser boa (a este propósito, mais tarde, Teiga contaria que um agricultor de Rio Tinto lhe tinha dito que a água do rio era ótima, pois o milho crescia mais 20 centímetros do que o habitual). Ao longo de todo o percurso que fizemos, a água apresentava-se cinzenta, o fundo era difícil de ver, o cheiro era difícil de suportar.

Diário de Campo, 13.07.201. Sobre a participação num curso de verão promovido pela Universidade Católica Portuguesa, dedicado ao tema da degradação das linhas de água e movimentos cívicos associados.

Para além de ser a origem de peixe, que por vezes era usado na alimentação, e de fornecer água para a irrigação de hortas e terrenos agrícolas, o rio permitia ainda suprir outras carências: era nas suas águas que algumas famílias lavavam a roupa e a louça, e cuidavam da sua higiene pessoal (Pacheco, 1999).

Nos arrabaldes do centro [*de Rio Tinto*] viviam as pessoas desfavorecidas, normalmente em ilhas. Normalmente junto ao rio, porque era ao rio que iam lavar, era ao rio que iam buscar água. Não havia quartos de banho, era ao rio que iam lavar os miúdos, era ao rio que iam ensaboar-se a qualquer hora do dia ou da noite. Essa gente vivia muito dependente do rio, e por isso havia os surtos de cólera, porque, com qualquer contaminação, contaminavam-se uns aos outros.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Para além dos usos económicos, podemos ainda assinalar várias funções sociais que o Tinto preencheu no passado. Ele aparece, desde logo, como um local recreativo. Foram as crianças quem mais explorou esta vertente do pequeno rio, que, para vários dos nossos entrevistados, foi local de brincadeiras diversas. Quando a qualidade da água do Tinto era aceitável, elas utilizavam-no para se recrearem no seu leito. Recolhemos relatos de pessoas que diziam ter nadado no rio, referindo a existência de locais mais profundos onde era possível fazê-lo. Um desses sítios seria na zona da Lourinha, onde terá existido uma represa que criava uma espécie de piscina no curso de água, local privilegiado para as brincadeiras das crianças⁴⁸.

⁴⁸ Joaquim dos Santos Marinho, «o rio Tinto», *Arauto de Rio Tinto*, 11.1994

Via-se lá os peixinhos a nadar, quando era este tempo bom. Porque eles, quando vem o Inverno, metem-se nos buracos, e só vêm lá comer quando têm fome. Mas eu lembro-me que ia *p'ra* lá mais os meus filhotes, que eram novos na altura, com umas caninhas pequeninas, a fazer de conta que pescavam. Eram uns alfinetes de cabeça dobrada, e amarravam uns coisinhos ali a brincar. Nunca tiraram nenhum, mas entretinham-se ali. Tomava-se banho. Do lado daqui, ali do lado esquerdo, a gente tomava banhos. Havia ali um sítio ali fundo, dava assim aqui mais ou menos pelo peito de uma pessoa.

Morador em Rio Tinto

Também as margens do rio funcionaram como local de lazer, sobretudo para os mais jovens. As zonas onde as lavadeiras trabalhavam e deixavam a roupa sobre a relva, a secar ao sol eram convidativas para a realização de partidas diversas, partidas que também ocorriam entre aquelas que iam para o rio para se recrearem, e às suas margens, como espaço de lazer. Estas actividades eram possíveis porque as características físicas do Tinto e da sua zona envolvente eram consideravelmente diferentes daquilo que são hoje.

Depois havia aqui uma zona, que antes de se ter dado esta desgraça, digamos assim, era cultivada, começaram a cultivar aquilo. Mas, na altura, ainda não cultivavam nada. Aquilo era erva, onde depois também punham as roupas a corar, e aquilo tinha um declive, assim pouco acentuado. Então nós gostávamos muito de ir para aí, porque podíamos rebolar por ali abaixo, era fresco, era bom. E era basicamente assim que funcionava, porque não havia parques na altura, não havia zonas verdes nem nada, então aquela zona aqui era muito apreciada por nós.

Moradora em Rio Tinto

Outras actividades recreativas do rio estavam associadas aos animais que lá viviam. Entre estas, contam-se a pesca, a caça de aves, e a apanha de pequenos animais, como, por exemplo, girinos.

O rio tinha peixe, e os rapazes normalmente pescavam, com cestas velhas e isso, porque de cana não me lembro de ter visto ninguém a pescar. Pegavam nas cestas velhas e pescavam pela borda do rio. Depois havia também erva, vegetação, o rio era baixo, e nós podíamos entrar lá para dentro sem qualquer problema de nos afogarmos naquela zona. E pronto, eu gostava também de fazer o mesmo que os rapazes, e tentávamos pescar, nós, as raparigas. Saíam uns cabeçudos, os girinos. E pronto, era muito giro.

Moradora em Rio Tinto

Também no troço do rio no Porto existiam pontos que tinham uma função de lazer, com capacidade para atrair pessoas de outras zonas. De acordo com um depoimento recolhido por

Pacheco (1999), existia, no lugar de Tirares, um ponto no rio conhecido como o porão, onde a profundidade era maior, funcionando como uma piscina. A essa zona deslocavam-se muitas pessoas, algumas de outros locais, para aí passarem o dia, levando merenda consigo.

Associadas ao rio em boas condições ecológicas encontram-se, ainda, funções estéticas. Não obstante as suas dimensões e caudal reduzidos e, provavelmente, pouco impressionantes, e apesar do seu trajecto sinuoso e da reduzida visibilidade, o Tinto, pelo menos em alguns pontos do seu percurso, era considerado, por alguns entrevistados, um rio bonito. Esta consideração pode estar relacionada com o facto de o usufruto do rio estar associado às fases da vida que, geralmente, são recordadas de forma mais romantizada (a infância e a juventude); não obstante, determinados aspectos do rio como as zonas em que as suas margens se encontravam relvadas e as quedas de água, são descritas como belas. Repare-se que o valor estético é atribuído a dois aspectos do rio que já revelam alguma transformação humana: as quedas de água artificiais e as margens relvadas.

Isto era pobre, mas era giro! Tinha bouças aqui perto, ia-se apanhar pássaros aí a uns sítios, com fiskas. E era bonito. Eu trazia amigos meus *p'ra* dar umas voltas por aqui, porque isto era bonito! Tirando uma parte, tudo bem. E agora é tudo mau, tudo feio! O próprio rio era bonito, tinha umas cascatas, *et cetera*. Tinha recantos bonitos. E agora está tudo assassinado. E para quê, caro amigo? Para que meia dúzia de maduros, começando pelos proprietários dos terrenos – mas esses, coitados, até se compreende – e os senhores das câmaras e da burocracia camarária ganharem mais uns milhões.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

A minha memória do rio é ali à volta da Quinta das Freiras, ia ali para a Quinta das Freiras, havia ali uma cascata, do género da que foi destruída agora. Mas, na minha geração, já não era comum as pessoas irem nadar para o rio. É uma recordação de o ver, de usufruir dele ali na zona em que está totalmente entubado, na zona das piscinas. É a minha memória mais persistente. É desta queda de água.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

O rio poderá cumprir, ainda, uma função cultural, contendo marcas do passado do território predominantemente rural que atravessava à algumas décadas atrás. Existem hoje, ao longo de todo o seu percurso, vestígios de estruturas hídricas como moinhos e azenhas, algumas convertidas em habitações e, por isso mesmo, profundamente transformadas, outras arruinadas. Já referimos, também, a proposta de criação de um monumento à lavadeira de Rio Tinto, que visava não só diminuir a falta de marcos simbólicos e identitários naquele território, como lembrar uma actividade profissional considerada, pelos proponentes da ideia,

como contendo uma elevada força identitária para o local.

P: Eu lembro-me de ter lido, no “*Arauto*”, sobre uma proposta de fazer uma estátua à lavadeira.

R: Pois foi. E quem é que teve a ideia? Foi o movimento [*refere-se ao MRTC*]. Até fui eu que tive a ideia. Eu, na altura, costumava ir às reuniões da Junta de Freguesia e àquelas coisas que há lá. E então, como eu conhecia bem o Carlos Brito, que era o tipo da cultura, e o João Moura, que era o presidente, e também me dava bem com ele, perguntei quando é que se fazia isso. Tinham aberto uma coisa que era lindíssima, que já não existe, e que era aquilo a que eu chamava “Alameda da Quinta das Freiras” [*entre a Quinta das Freiras e a rua Calouste Gulbenkian*]. Aquilo agora está num estado miserável mas, antigamente, até estava bonitinho. Aí devia-se - dei uma ideia completamente esquisita – pôr uma espécie de placas a falar do rio Tinto. E propus outra coisa. Aquilo que é mais falado aqui - que era, agora é raro falar – era exactamente a lavadeira de Rio Tinto. E então, por exemplo, na Maia, aquilo está cheio de estátuas e aqui não há nada? Então dei a ideia. E eles: “Sim, senhor”. Até hoje. Até se chegou a escolher o lugar. Era na Lourinha, no sítio onde estou a dizer que agora até está cheio de água.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Ao contrário daquilo que acontece relativamente aos segmentos do Porto e de Ermesinde, o rio possui um relativo valor simbólico no território com que partilha o nome: há uma lenda que associa o topónimo Rio Tinto a uma batalha ocorrida no século IX e que se encontra representada graficamente no brasão da localidade. O pequeno curso de água é, assim, oficialmente, um dos símbolos do território de Rio Tinto - o que não implica necessariamente que assim seja reconhecido pela generalidade dos locais. De facto, se, por um lado, os actores colectivos que lideraram as campanhas de protesto estudadas atribuem ao Tinto uma carga simbólica importante, veremos de seguida que, por outro lado, ele se encontra hoje desvalorizado e que a sua existência é desconhecida por muitos dos habitantes de Rio Tinto.

Nós não estamos a falar de um rio qualquer, estamos a falar de um rio que dá nome a uma cidade. Portanto, existe ali uma identidade com o rio diferente. Se eu lhe disser que ali na zona do mercado, exactamente no sítio onde nós estamos a falar de entubamento, existe uma ribeira da Castanheira que ninguém conhece, é exactamente porque é diferente. O rio Tinto tem uma identidade ligada à formação da cidade e à história da cidade que outros rios não têm.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Há uma situação que é interessante de referir, que é o nome da cidade estar ligado ao rio. E há aqui, também, essa identidade que pode dizer mais qualquer coisa a este núcleo do que a Ermesinde, ou do que ao Porto. Que são meios menos ligados, em termos de identidade, em termos de memória... em termos de memória talvez sejam, pelo menos aquelas pessoas mais antigas. Mas esta perspectiva de a lenda estar ligada ao nome do rio, de a lenda da cidade estar ligada ao nome do rio, também poderá ser mais um elemento de motivação para alguma disponibilidade e algum envolvimento das pessoas.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Alguns entrevistados com uma memória do rio Tinto antes de a sua degradação ambiental se acentuar associam um sentimento de bem-estar à proximidade do mesmo. Ele como um lugar não só de fruição através das actividades recreativas, mas também da contemplação e do repouso. Este bem-estar pode surgir associado ao ruído da água a correr, aos sons emitidos por animais, como rãs, que viviam na zona ribeirinha, à beleza atribuída a determinados locais, ou a determinadas sensações positivas associadas ao rio, como, por exemplo, o sossego. Aqui não estamos longe da noção de fluviofelicidade de Martínez Gil (2010), ou seja, do rio enquanto potenciador de um sentimento de bem-estar interior, distinto daquele que pode ser obtido através do conforto material.

A gente estava na cama a dormir e ouviam-se as rãs, *croá, croá, croá*, de noite, ao amanhecer, ao anoitecer. E aquilo era a coisa mais linda do mundo que podia haver por aí abaixo, esse ribeirão. Agora, está como o senhor vê.

Morador em Rio Tinto

P: Disse que, claro, com 17 anos, já não brincava da mesma maneira. Como é que usufruía desse espaço [*zona ribeirinha da Levada*], nessa altura?

R: Era passar por ali, recordar os tempos de quando éramos miúdos, e apreciar, porque eu sempre gostei da água. Embora já não estivessem as mesmas pessoas comigo, que já não estavam quando éramos crianças. Com 17 anos, depois de eu ter ido para fora, cada um tinha tomado diversos rumos, mas aquele não deixava de procurar para passar um bocadinho de tempo.

Moradora em Rio Tinto

A utilização da água para rega de terrenos agrícolas, embora ainda se mantenha, perdeu importância, e outros usos económicos do rio, como a moagem e a lavagem de roupa na linha de água para clientes privados, desapareceram. Apesar de, como referimos, o Tinto atravessar zonas economicamente e socialmente penalizadas, sobretudo no Porto, a melhoria das

condições materiais de vida da generalidade da população fizeram com que a importância do rio para suprir carências fundamentais tenha desaparecido. Utilizar o rio para pescar peixes usados na alimentação ou para limpeza e higiene não deixou apenas de ser possível, deixou também de ser necessário para muitas pessoas – isto apesar das importantes carências que têm subsistido em certas zonas próximas do rio⁴⁹.

Ao mesmo tempo, as transformações culturais e dos estilos de vida e a maior diversidade de ofertas para o tempo de lazer, associadas a um incremento da mobilidade das pessoas - graças à generalização do automóvel – reduziu a importância recreativa do pequeno curso de água. Admitimos, porém, que caso este se encontrasse num bom estado ecológico, poderia ser aproveitado para outras actividades, recreativas e culturais, distintas das do passado, como o demonstram a ideia de criação de um parque urbano e de um centro de educação ambiental nas margens da linha de água. A sua integração no Parque Oriental da cidade do Porto poderá já ser um primeiro sinal destas possibilidades, porém, o mau estado da água, facilmente identificável e repelente, é um senão importante.

Segunda paragem: Parque Oriental, no Porto. Aí pudemos ver a erosão das margens e discutir opções para sua estabilização, lembrando que é necessário ter sempre em conta um equilíbrio entre o tipo de estabilização que se pretende e os prejuízos ambientais das intervenções. Foi possível constatar, também, a carga poluente que a água transporta, mais facilmente apreensível através da visão e do olfacto no Porto do que em Rio Tinto. O elemento do Move lembrou que isso se deve essencialmente à descarga da ETAR do Meiral, que não funcionará como desejado.

Diário de Campo, 29.03.2012. Visita ao rio Tinto organizada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto

Revendo a diversidade de funções eco-sociais cumpridas pelo Tinto antes do agravamento da sua degradação, não é surpreendente que este ocupe um lugar importante na memória que alguns dos nossos entrevistados com mais de cinquenta anos têm da sua juventude. A forma como alguns deles recordam o Tinto revela uma valoração positiva do mesmo muito clara, e é também algo nostálgica – o que não surpreende, tendo em conta que lembrar o curso de água é, também, lembrar a infância ou a juventude.

Como foi possível perceber, também, através de alguns dos depoimentos acima transcritos, esta valoração positiva é altamente contrastante com a forma como a condição actual do Tinto é descrita. Por um lado, torna-se claro, através da escolha de tempos verbais no passado, que

⁴⁹Como já tivemos oportunidade de referir noutro momento, na extremidade oriental do Porto, onde persistem habitações precárias e há falta de infra-estruturas e equipamentos básicos e de equipamentos sociais, a população ocupa, de uma maneira geral, os lugares mais penalizadores do espaço social.

as funções eco-sociais que o rio cumpria pertencem ao passado: *havia* biodiversidade, *lavava-se* e *brincava-se* no rio, o rio *era* bonito. Hoje, no entanto, «está tudo assassinado», recuperando uma expressão utilizada por um dos elementos do MRTC que nos concedeu uma entrevista. Este contraste entre o rio do passado – positivamente valorado e capaz de oferecer diversos serviços à população - e o rio do presente – negativamente valorado, reduzido a algo repelente e desagradável, um esgoto – está presente, por exemplo, em alguns textos da autoria do fundador do MRTC Joaquim Marinho, publicados no jornal local *Arauto de Rio Tinto*. Em «da Foz do rio Tinto à Quinta das Freiras», de Julho de 1997, o autor relata um passeio entre os dois locais que figuram no título, seguindo o percurso do rio, e descreve a degradação com que se vai deparando (maus cheiros da ETAR de Rio Tinto, poluição hídrica, entulho e lixo sólido, desvio do leito do rio tendo em vista o seu entubamento) ao mesmo tempo que recorda algumas das suas utilizações passadas, encerrando a sua prosa em jeito de lamento: «Rio Tinto límpido e de margens belas quão distante vai esse tempo! Que passeio nostálgico este!». Também os textos «O rio Tinto», «Rio Tinto: terra de fenómenos!», «As lavadeiras do rio Tinto (continuação)», «Passeios higiénicos», «Alguns moinhos do rio Tinto», «Histórias de Rio Tinto», e o poema «Requiem pelo rio Tinto», publicados, nos dois primeiros casos, na edição de Novembro de 1994 e, nos restantes, nas edições de Agosto de 1995, Dezembro de 1995, Outubro de 1996, Dezembro de 1998 e Fevereiro de 1997 do *Arauto de Rio Tinto*, operam um contraste muito vincado entre o rio que o autor recordava e o rio que com que se deparava quando escrevia os textos, deixando transparecer um certo pesar pela desvalorização da linha de água.

O tom destes textos, como dizíamos, mas também do discurso de alguns dos nossos entrevistados, é quase sempre nostálgico, e o Tinto é por vezes retratado de forma idílica, fazendo sobressair algumas dimensões perdidas ou entretanto desaproveitadas do seu valor eco-social que deixam uma certa saudade em quem recorda o curso de água, mas, frequentemente, esquecendo ou subalternizando aspectos negativos. Se exceptuarmos um elemento do MRTC que nos falou da dependência de certos grupos relativamente ao rio como um resultado da sua pobreza e como algo que continha riscos, referindo casos de cólera, as más condições materiais de vida que obrigavam muitas pessoas a utilizar o rio numa perspectiva económica são omitidas ou referidas de forma suavizada. Certos aspectos do rio que denotam intervenção humana, como as quedas de água, a existência de zonas relvadas nas margens e de campos agrícolas, são sempre referidas como características esteticamente

agradáveis, não se discutindo a forma como transformavam o rio e os seus ecossistemas. Não há referências ao potencial contributo da agricultura para a poluição da linha de água e a ocupação de margens para esta prática. Sobre o sabão utilizado pelas lavadeiras do Tinto, Joaquim dos Santos Marinho diz-nos que era inofensivo e até tornava as escamas dos peixes mais brilhantes⁵⁰.

Mesmo entre pessoas mais jovens, que nunca conheceram o Tinto antes do agravamento da sua degradação e da perda de muito do seu valor eco-social, é possível encontrar, no seu discurso, esta oposição entre o rio «agradável» do passado e o rio «desagradável» do presente. Isto porque, apesar de nunca terem conhecido a primeira das duas faces do Tinto, esta lhes foi relatada por algum familiar ou conhecido mais idoso. A imagem de um rio do passado, saudável, útil e agradável é transmitida entre gerações, sendo assim partilhada por pessoas que apenas contactaram com o não-rio profundamente artificializado, poluído e abandonado em que o Tinto se transformou ao longo das últimas décadas. Alguns dos nossos entrevistados mais jovens, apesar de nunca terem usufruído do valor eco-social do Tinto, também apresentam uma oposição entre o rio «bom» do passado, aquele que não conheceram, e o rio «mau» do presente.

R: As pessoas mais velhas diziam que o rio era limpo, lavavam lá roupa, tinha peixinhos. Falavam muito sobre isso. Tinham pena de 'tar assim naquele estado, agora. Mas eu não me lembro.

P: Pois. Tu não tiveste essa percepção do rio. Não conheceste esse rio.

R: Não.

Moradora na margem do Tinto, 27 anos

O processo de urbanização desordenado e espontâneo que a bacia conheceu, e conhece ainda, transformou o Tinto num rio com muito pouca visibilidade, escondido pela malha urbana, em vez de estar integrado na mesma. A sua nascente encontra-se num parque urbano em Ermesinde, no interior de uma estrutura de cimento. Ao longo de todo o seu percurso ele é pouco visível, tendo troços canalizados sob o solo (um em Ermesinde, um no centro de Rio Tinto, outro em Campanhã, sob a Rotunda do Freixo) e um outro ocultado por uma plataforma sobre a qual circula a linha de metro Dragão – Venda Nova. Noutros locais, é a vegetação que diminui a sua visibilidade. Nas zonas mais urbanizadas, o rio passa, geralmente, pelas traseiras das casas e de outros edifícios, o que não deixa de ser, também, um

⁵⁰ «As Lavadeiras do Rio Tinto». Publicado pelo *Arauto de Rio Tinto* em 08.1995

sinal de desvalorização e de como, no contexto o crescimento urbano de Rio Tinto, ele não foi visto como um elemento do território com potencial valorizador. Nos locais mais remotos, para além de campos agrícolas e zonas arborizadas, é possível encontrar edifícios abandonados, em estado de degradação mais ou menos avançado: moinhos e azenhas, uma fábrica, casas. Estes locais são, naturalmente, sítios com pouco trânsito de pessoas, uma vez que não funcionam como passagem para lugar nenhum e o acesso aos mesmos nem sempre se encontra facilitado – em alguns deles há arruamentos estreitos para a circulação de automóveis, mas muitos destes locais nas margens apenas são acessíveis caminhando a pé. Eles tornaram-se palco de actividades que se querem, por parte quem as pratica, furtivas: algumas das nossas entrevistas dão conta da existência de tráfico e consumo de droga em algumas destas zonas, bem como de furtos. Quem procura estes espaços mais ou menos recônditos para as práticas acima descritas não é bem recebido pelos poucos moradores daquela zona. As nossas deambulações pelas margens do rio permitiram-nos encontrar vestígios de algumas das práticas desviantes acima mencionadas:

R1: Ui credo! É zona de prostituição [refere-se às imediações da ETAR de Rio Tinto].

R2: Prostituição, drogados...

R1: Isto, às sextas feiras à noite, é uma carreira.

R2: Felizmente não se têm virado aos carros, e a gente dá graças a Deus.

R1: Já roubaram um, ainda agora há pouco tempo!

R2: Ah, pois foi. Foi sim senhor, roubaram um. É muito fraco aspecto.

R1: Só queria que o senhor visse os carros que aqui passam, com uma velocidade...

R2: E os traficantes, com uma velocidade, com brutos carros. É muito escondido. Aquela ruinha que vai dar ao horto, por trás da ETAR, é muito escondido.

P: Pois. Eu consegui perceber isso pelas coisas que vi no chão.

R2: É, é. É uma porcaria.

R1: E não viram muito, porque aqui há pouco tempo a Junta veio limpar. Mas é tanta porcaria, tanta seringa por ali...

R2: E aqui à face da rua. Da nossa rua. Ali à beira daquele poste é sempre uma porcaria. E aqueles carros estacionados, à noite, vai um, vem outro, vai um, vem outro... ai meu Deus, nós estamos num ambiente... não se pode ter uma criança aqui, e deixar a criança andar à vontade, porque é só porcarias. Às vezes temos aqui os nossos netos, eles querem ir jogar a bola, mas não se pode.

Moradoras nas margens do Tinto

No decorrer da limpeza, deparei-me com muitos vestígios do consumo de drogas injectáveis. Isto indica o quão degradadas as margens do rio se tornaram, numa zona situada nas traseiras de um prédio de apartamentos e várias casas mais pequenas. Caminhando na direcção do Porto, à medida que nos afastávamos da zona habitada e da ETAR e penetrávamos numa zona em que as margens ainda são rodeadas por um pequeno bosque e antigos terrenos agrícolas, aumentava a presença destes vestígios, para, à medida que penetrávamos mais na vegetação, voltar a diminuir e, finalmente, desaparecer. Mas a primeira zona de limpeza, perto das habitações, atesta bem a degradação do Tinto: existem armazéns abandonados, a margem do rio está revestida de cimento, e ele está transformado num canal. Pedacos de tubos de cimento encontram-se no seu leito emparedado. Todo o contexto físico transmite uma ideia de abandono e degradação.

Diário de Campo, 15.05.2010. Participação numa acção de limpeza do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Para além disto, encontrámos ainda vestígios da prática de outra actividade que também se reveste, geralmente, de um certo secretismo: a prática de rituais mágicos.

Fez-se uma paragem debaixo de um viaduto que cruza o rio, no sentido de limpar uma lixeira ilegal de dimensões razoáveis aí situada, constituída quase exclusivamente por roupas indesejadas. Ainda assim, foi possível encontrar outros objectos: ajudei a transportar um sofá para a carrinha da Câmara. Perto da lixeira encontrámos vestígios da prática de rituais de magia: sobre uma pedra de dimensões consideráveis encontrava-se uma fotografia a preto e branco, cera derretida e restos de velas.

Diário de Campo, 15.05.2010. Participação numa limpeza do rio do Move Rio Tinto

O abandono e a degradação que observámos em vários pontos das margens ao longo do percurso do Tinto confirmam que estamos perante um rio degradado, não apenas de um ponto de vista ecológico, mas social – ou seja, incapaz de cumprir as suas funções ambientais e esvaziou-se do seu valor social, cultural e simbólico: ele circula ora por locais recônditos dos territórios que compõem a sua bacia, ora por pontos de passagem e zonas centrais e com grande densidade de pessoas - estando, neste último caso, geralmente escondido, por vezes sob o solo, outras vezes pela vegetação, outras vezes no fundo de declives pronunciados, outras vezes por muros de protecção, e, outras vezes ainda, correndo nas traseiras de edifícios que impedem que seja visto por quem passa nas ruas. Devido a esta reduzida visibilidade, o Tinto é um curso de água desconhecido para muitas pessoas que vivem ou trabalham nos territórios que este cruza, podendo passar despercebido mesmo por quem passa por ele quotidianamente.

Percebi, ao longo da limpeza, que várias professoras presentes não residiam na cidade nem tinham conhecimento da situação do rio – uma delas confessava não se ter, sequer, apercebido da existência do mesmo nas suas deslocações entre a casa e o trabalho.

Diário de Campo, 20.10.2003. Participação numa de limpeza do rio do Move Rio Tinto

Foi também no sentido de inverter esta tendência de invisibilidade do rio, de expulsão do mesmo da ideia de cidade, que o Movimento em Defesa do Rio Tinto sugeriu à Junta de Freguesia de Rio Tinto a colocação de placas que assinalem a presença do rio, numa tentativa de o tornar mais perceptível para os locais, uma vez que nem todos conhecem a sua existência.

Interveio então o deputado da CDU da Assembleia de Freguesia, para lembrar que em muitas zonas, o rio está escondido ou pela vegetação ribeirinha, ou por construções. Sugeriu que o Move Rio Tinto defendesse a colocação de diversas placas identificadoras do rio. Considerou que muitos locais não sabem sequer que existe um rio em Rio Tinto, dando como exemplo um episódio que se passou consigo quando distribuía cartazes alusivos a uma iniciativa do Move na Triana, uma zona periférica de Rio Tinto, afastada do rio: num talho, um idoso, ao ver os cartazes, perguntou: «mas nós temos um rio?» Afirmou, ainda: «muitas pessoas passam ao lado do rio e não sabem que está ali». A sugestão foi bem aceite pelos elementos do Movimento em Defesa do Rio Tinto.

Diário de Campo, 8.10.2011. Participação numa reunião aberta do Move Rio Tinto

A relativa invisibilidade do Tinto, a degradação do curso de água e do espaço envolvente e a concomitante perda de valor eco-social, cada vez mais reduzido à função de despejo de desperdícios, faz com que o mesmo possa deixar de ser considerado um rio, passando a ser algo que já foi um curso de água, mas que agora não o é.

Depois de o deixar ele abandonou o café, e eu fui falar com um jovem que se encontrava noutra mesa, sozinho, lendo o jornal e bebendo cerveja. Anuiu a conversar comigo, mas demonstrou um grande desconhecimento e alheamento das questões relacionadas a degradação do rio. O início da nossa conversa não deixou de conter, porém, um detalhe que pode ter um significado importante. Quando lhe expliquei as minhas intenções, ele sorriu e disse-me: «chegou tarde. Já não temos rio, aqui». Eu respondi: «sim, está entubado. Podemos chamar-lhe um ex-rio, se calhar. Mas isso também me interessa». Ele retorquiu, sempre sorrindo, «ex-rio. É isso mesmo».

Diário de Campo, 06.02.2012.

Ao Tinto, como está hoje, são muitas vezes associados adjetivos que indicam fealdade, sujidade e, mais do que isso, repugnância. Tal como a um esgoto, termo que aliás, já foi

utilizado para definir a linha de água.

É o rio Tinto, mas este rio, o nome que nós lhe damos, é o rio porco.

Moradora nas margens do Tinto

O Tinto poderá ser considerado, neste momento, um «não-rio», ou, como referimos, um rio de tal forma artificializado e degradado e, conseqüentemente, esvaziado do seu valor eco-social, que deixa de ser reconhecido por um curso de água. Deve ser recordado, porém, que, tal como já esclarecemos num momento anterior, os conceitos de rio e não-rio não se opõem de forma total: nenhum deles existe de forma pura, e, em cada um, está contida a possibilidade do outro. Isto é visível no caso do rio de Los Angeles: o facto de ser um curso de água sazonal, com um caudal reduzido mesmo no Inverno, escondido pela vegetação e sinuoso, fez com que os colonos do século XIX, pouco impressionados com o curso de água porque oriundos de zonas mais húmidas, o valorizassem sobretudo pelo seu potencial económico. A sobre-exploração deste, porém, acabou por conduzir, primeiro, à sua poluição e, depois, à sua artificialização extrema, transformando-se num não-rio. Diz-nos Gumprecht (2005) que o rio foi condenado também pelas suas características naturais, ou seja, por, devido à sazonalidade do caudal e ao seu aspecto geral, nunca ter sido valorizado enquanto um rio pelos colonos, e apenas enquanto uma fonte de água que acabou por se tornar insuficiente.

Mesmo quando era valorizado como um curso de água com múltiplas utilizações, o Tinto tinha problemas ambientais: recolhemos relatos de poluição industrial ainda na década de 1960 capazes de comprometer algumas das utilizações do rio (sobretudo para quem lavava a roupa nas suas águas) e, atendendo a que, em Rio Tinto e, sobretudo, Campanhã, a presença da indústria é antiga, é admissível que elas acontecessem ainda antes disso.

Foi um rio de moinhos. Eram famosos os moleiros. Um rio onde se ia tratar o linho, onde se iam curtir as azeitonas e os tremoços. Por outro lado, outras entidades que ajudaram a poluir o rio foram, precisamente, os armazéns de óleo e azeites e vinhos que existiam aqui à margem. Ajudaram, também, a contaminar o rio. Mas eu penso que as pocilgas, a pequena indústria artesanal, a galvanoplastia, o têxtil... coisas pequenas, porque o rio também é pequeno, com os corantes, *et cetera*, associados à Lipor, que ajudou, contribuíram todos para a contaminação do rio. Acrescida ainda pelos serviços municipalizados, que iam à minha casa ou à sua casa limpar as fossas, e depois iam despejá-las ao rio. Durante anos! Além da impotência da Câmara, ou da incapacidade, em dotar a freguesia com uma rede de saneamento, que evitasse que todas as águas sujas estivessem ligadas à canalização pluvial e, portanto, descarregassem sobre o rio.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Embora alguns entrevistados associem o rio em bom estado à presença de margens cultivadas, convém recordar que a agricultura nas margens também pode ser prejudicial para os rios, sobretudo no caso de um curso de água com dimensões tão diminutas como o Tinto. Ainda que possamos interrogar-nos sobre a gravidade da poluição eventualmente provocada pelos fertilizantes e outros químicos, uma vez que se trata de agricultura em pequena escala e não sabemos, sequer, se, na altura, estes eram utilizados, há a questão do emparedamento do rio, para aproveitamento do máximo de terra nas margens, e consequente destruição da flora ribeirinha.

A degradação do Tinto, até ser ponto, lembra o pasto descrito na “tragédia dos comuns” de Garrett Hardin (1968)⁵¹: os residentes locais, os empreendedores e o poder local foram explorando o rio, construindo - ou permitindo a construção de - casas e outras estruturas nas margens, descarregando esgotos directamente nas suas águas, alterando a morfologia do canal e das margens, impermeabilizando a bacia, até que a sua capacidade para preencher as funções eco-sociais se viu drasticamente diminuída. A urbanização do território e a sociedade de consumo contribuíram para que esse limite fosse atingido, multiplicando as solicitações feitas ao rio e transformando-as: a utilização de água para lavar e para regar e a utilização do rio como espaço de recreio deram lugar ao rio enquanto receptor de desperdícios. No entanto, a responsabilidade colectiva da degradação do Tinto nem sempre é reconhecida, nem pelos locais, nem por alguns actores colectivos, sendo direccionada, sobretudo, para a Câmara Municipal de Gondomar, acusada de, através das suas intervenções sobre o rio e de outras intervenções que autorizou ou tolerou, assassinar o Tinto, e para a Lipor.

⁵¹ Hardin descreve um pasto comunitário, onde cada pastor, procurando, racionalmente, maximizar os seus ganhos, vai aumentando o seu rebanho, uma vez que os ganhos de introduzir mais um animal ofuscam as perdas dessa acção, que, ao contrário dos primeiros, são partilhadas por todos. No entanto, a capacidade do pasto tem um limite que acaba por ser excedido.

O MRTC identifica os inimigos do rio. Estão identificados: a Câmara de Gondomar. Há mais, depois também há o «Zé das Iscas», que foi sujar o rio. Mas esse é irrelevante. Ou uma senhora qualquer que deitou lá o colchão, ou um penico. Mas essa gente [*Movimento em Defesa do Rio Tinto*], depois, tira sempre essa conclusão: «a culpa é das populações, que são muito mal educadas». Pelo amor de Deus! Por muito mal educada que essa gente seja, educa-se. O que é difícil é tirar aqueles marmanjos que estão a fazer negócios de terrenos, que não querem saber do rio.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Por outro lado, o não-rio Tinto contém em si, ainda, a possibilidade de um rio. Apesar da completa artificialização de vários troços e da má qualidade da água, o potencial ambiental persiste em alguns locais, onde nas margens subsiste espaço livre. Alguns destes espaços apresentam ainda uma biodiversidade considerada interessante, capaz de despertar o interesse de associações ambientalistas como a Campo Aberto (Campo Aberto, 2006). Mesmo em sítios mais transformados surgem, por vezes, alguns animais, como patos e outras aves aquáticas, que, ao contrário daquilo que acontece com outras espécies, como os ratos, têm uma presença que é muitas vezes considerada agradável pelos locais. A nossa participação nas actividades do Movimento em Defesa do Rio Tinto permitiu-nos observar momentos em que os participantes – sobretudo os adolescentes e as crianças – se mostram particularmente interessados em determinados aspectos da flora e, sobretudo, da fauna do rio.

Há que referir, ainda, no troço anterior à ETAR de Rio Tinto, a melhoria da qualidade da água em anos mais recentes, ou, pelo menos, a melhoria do seu aspecto. A água corre frequentemente com um aspecto límpido, apesar de, por vezes, emanar um odor desagradável. Embora um dos cientistas que entrevistámos defenda que a situação do rio não melhorou e deverá manter-se ou agravar-se devido ao crescimento urbano e aos reduzidos recursos disponíveis para um projecto de reabilitação (relembrando, ainda, o falhanço ou a não implementação de planos anteriores), os moradores das margens falam-nos de um passado não muito distante em que a poluição de efluentes domésticos e industriais era muito mais visível, embora ainda se verifiquem, ocasionalmente, episódios graves de contaminação com origem nestas fontes. A melhoria relativa da qualidade da água no troço a montante da ETAR de Rio Tinto é identificada pelo Move Rio Tinto e por um especialista que entrevistámos. Recorde-se ainda a construção do Parque Oriental, em Campanhã, no Porto, concluída recentemente - foi inaugurado em Julho de 2010 - que, instalado nas suas margens, poderá não só dar uma maior visibilidade ao rio como contribuiu para o reconhecimento da

necessidade da sua despoluição. Deve ser lembrado o projecto de despoluição das ribeiras do Porto, com o mote «desentubar, despoluir, reabilitar», da Câmara Municipal do Porto e da Águas do Porto, que entra no terreno em finais de 2006, prevendo a conclusão da rede de saneamento e a valorização das pequenas linhas de água da cidade. É, também, necessária uma referência a uma valorização crescente dos cursos de água no nosso país, que se materializa no esforço desenvolvido no sentido de completar e melhorar as redes públicas de saneamento e nos planos desenvolvidos para devolver boas condições ecológicas a rios com longas histórias de poluição, como o Leça, o Alviela ou o Ave, e em projectos como o Projecto Rios, que tem conduzido à adopção e monitorização de vários quilómetros de rios e ribeiras nacionais, incluindo do Tinto, com a colaboração de instituições como várias autarquias e escolas. Também não deve ser esquecido o objectivo, definido pela Directiva-Quadro da Água, publicada em 2000, de garantir um bom estado ecológico para todas as massas de água comunitárias até 2015, nem a transposição desse importante diploma para a legislação nacional através da lei nº 58/2005, conhecida como «lei da água».

Há ainda a acrescentar, aos contributos para que o Tinto possa ser novamente um rio, e não apenas um esgoto, a criação de novos significados positivos para o mesmo - bem como a reabilitação de significados do passado - operada pelos protagonistas do protesto ambiental, assunto ao qual dedicaremos a nossa atenção de seguida.

Em jeito de síntese, podemos dizer que a degradação ecológica do Tinto foi acompanhada da sua degradação social: de um rio com utilidade ambiental, económica e social, ele foi despromovido a um canal de água desagradável, reduzido à sua função de escoamento de desperdícios, repelente e pouco visível como um esgoto. Em alguns pontos mais isolados ao longo do seu percurso, as margens são locais abandonados e desvalorizados, onde existem edifícios em ruínas e lixeiras a céu aberto, procurados para actividades socialmente reprovadas. Para esta degradação social contribuíram, por outro lado, as transformações que os territórios por ele cruzados conheceram, que fizeram com que algumas das utilizações do rio que passava por zonas rurais tenham perdido importância à medida que se urbanizaram. Os locais que usufruíram do Tinto em bom estado distinguem dois rios opostos em tudo: o rio bom do passado - um espaço agradável com biodiversidade, água limpa, margens naturalizadas - e o não-rio actual, um canal sem vida, artificializado, degradado, poluído, repelente e perigoso. Esta oposição vincada entre o rio de hoje e o rio de meados do século XX também é operada por pessoas jovens, que apenas conheceram o Tinto degradado,

mostrando que a memória deste curso de água enquanto um local positivamente valorado é transmitida entre gerações.

Ainda que esta oposição seja muito forte, podendo-se mesmo falar de um rio e de um não-rio que é o seu oposto em praticamente todos os aspectos, o Tinto, mesmo muito degradado, mantém algum do seu potencial eco-social, e persistem outras utilizações para além do escoamento de desperdícios. A água, apesar de poluída, ainda é utilizada por algumas pessoas que cultivam terrenos agrícolas nas suas margens, para rega. Em algumas zonas mais isoladas, o rio atravessa pequenos bosques, permitindo ainda alguma biodiversidade e surpreendendo quem os visita.

XI

A reabilitação simbólica do Tinto e os significados das campanhas de protesto: construção de sentido, legitimação e mobilização

O conflito motivado pelo destino a dar ao troço do Tinto localizado no centro de Rio Tinto e aos terrenos que o envolvem incluiu uma importante vertente simbólica. Podemos dizer, até certo ponto, que ele foi também um conflito de significados, uma vez que os promotores das duas campanhas de protesto procuraram reabilitar a imagem do Tinto e combater a percepção de um rio inevitavelmente degradado e repelente. Para compreendermos os significados construídos - ou melhor, recuperados e amplificados, como veremos - relativos ao Tinto por quem promoveu o protesto teremos de perceber de que forma é que eles se inserem no quadro interpretativo geral que os actores colectivos em causa construíram a respeito do próprio protesto.

Para analisarmos convenientemente estes quadros simbólicos associados ao protesto do Tinto há que ter em conta que, tal como defendem os proponentes da perspectiva sobre os movimentos sociais conhecida como *collective frame analysis*, estes têm uma função que é quádrupla: interpretar a realidade, orientar a acção, legitimar a acção, e mobilizar. Veremos como isto se verifica nas campanhas que estudámos mas, por agora, importa reflectir um pouco sobre esta proposta e explicitar a nossa abordagem.

A expressão inglesa *frame analysis*, no estudo dos movimentos sociais, diz respeito a uma tradição analítica, para a emergência da qual muito contribuiu o artigo «*Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation*» (Snow *et al*, 1986). O conceito central empregue, o *de frame*, é retirado da obra de Goffman. Reflectindo sobre a organização da experiência e procurando perceber como é que os indivíduos respondem à pergunta «o que é que se passa aqui» - ou, dito de outra forma, procurando explicar como é que as pessoas dão sentido às situações com que se deparam e em que se envolvem – este sociólogo trabalhou o conceito de *frame*, através do qual se refere aos princípios de organização que orientam os eventos sociais e o envolvimento dos actores, e de acordo com os quais são construídas as suas definições (1974: 10-11). Seguindo esta definição, uma *frame* funciona, simultaneamente, como um esquema interpretativo que permite dar sentido à experiência, e como um guia para a acção.

Os investigadores que aplicam esta perspectiva ao estudo dos movimentos sociais utilizam o

conceito de Goffman para analisar «a luta pela produção de ideias e significados mobilizadores e contra-mobilizadores, até então negligenciada pela literatura sobre movimentos sociais e acção colectiva» (Snow e Benford, 2000: 613). Procura-se, assim, chamar a atenção para os movimentos sociais enquanto produtores de significados, a par dos *media* e do estado. *Framing*, para os proponentes desta tradição analítica, refere-se a um «fenómeno activo e processual que implica agência e disputa a nível da produção de significados», cujo resultado são os esquemas interpretativos utilizados pelos movimentos sociais para atribuir novos significados aos conflitos em que se encontram envolvidos, ou seja, as *frames* da acção colectiva.

As *frames* da acção colectiva, para além de funcionarem como esquemas interpretativos da realidade, também devem mobilizar os elementos do actor colectivo, conquistar o apoio público, e desmobilizar os adversários. Podem, assim, ser definidas como «um conjunto de crenças e significados orientados para a acção que inspiram e legitimam as actividades e campanhas de uma organização de um movimento social» (idem, *ibidem*: 614), sendo que, onde se lê «organização de movimento social» também se poderá ler «grupo de protesto», uma vez que os conflitos em que se envolvem também incluem processos de criação de quadros de interpretação dos mesmos que funcionem, ao mesmo tempo, como argumentos mobilizadores e de legitimação. Este trabalho de interpretação da realidade é fundamental para os movimentos sociais, uma vez que estes, «correcta ou incorrectamente, acreditam que o significado influencia a acção» (Benford, 1997: 410).

Num dos artigos seminais desta perspectiva, Snow *et al* analisaram aquilo que designarem de alinhamento de *frames*, ou seja, “a ligação entre orientações interpretativas individuais e das organizações dos movimentos sociais, de modo a que algum conjunto de interesses, valores e crenças individuais e as actividades, objectivos e ideologia das organizações de movimentos sociais sejam congruentes e complementares” (1986: 464), importante para a mobilização. Daqui decorre um outro argumento: se as *frames* da acção colectiva contêm esta vertente mobilizadora e legitimadora da acção colectiva, isso significa que elas poderão ter uma dimensão instrumental, sendo possível que não correspondam totalmente aos verdadeiros motivos e às interpretações que estão na origem da acção colectiva, tendo sido produzidas com objectivos estratégicos, ou seja, procurando atribuir à situação que está associado à acção colectiva um conjunto de significados com o fito de amplificar a mobilização, mesmo que não seja essa a interpretação que o actor colectivo faz dela (Della Porta e Piazza, 2007).

Desta perspectiva retirámos algumas ideias importantes: em primeiro lugar, que o protesto tem uma importante componente de trabalho simbólico, isto é, de criação e transformação de significados relacionados com aquilo porque se protesta; em segundo lugar, que esse trabalho simbólico é não só interpretativo como também orientador da acção colectiva, legitimador da mesma e mobilizador. Aquilo que pretendemos fazer neste capítulo é perceber que significados os promotores do protesto construíram a respeito do próprio protesto, como é que o Tinto surge nesses significados, e de que modo é que eles podem ser mobilizadores.

Deve ficar claro que não pretendemos incluir este trabalho nesta tradição analítica, ou seja, não temos como objectivo perceber que tipo de *frames* foram construídas, nem através de que processos. O nosso objectivo consiste em perceber os significados atribuídos à acção colectiva e, dentro destes, ao rio Tinto. Fazemos-lhe referência porque ela chama a atenção para as funções das interpretações que os actores colectivos constroem a respeito das situações em que se encontram – dar significado à acção, orientá-la, legitimá-la, e mobilizar – e permite perceber que os conflitos também contêm uma dimensão simbólica importante, de confronto entre quadros de significado distintos.

Na secção imediatamente anterior a esta demonstrámos que a transformação do Tinto num não-rio está associada não só a factores sociais e culturais, mas também, e de forma vinculada, ao seu estado ecológico e às suas transformações físicas – com destaque para os impactos da ocupação urbana desordenada, àquilo que foi a utilização do rio no passado e a sua relação com as populações da bacia. Veremos agora como estes últimos aspectos também se encontram presentes nos significados construídos pelos promotores do protesto. Mas, antes de prosseguirmos, há dois aspectos que é preciso ter em conta. Em primeiro lugar, o Tinto não tem um significado unívoco, como nada terá «um» significado. Existe uma clara diferença na percepção do rio relacionada com a idade e com o tempo de residência em Rio Tinto - porque os mais velhos e que vivem aqui há mais tempo conheceram um curso de água com características muito diferentes do actual e um território, também ele, consideravelmente distinto do actual, tendo beneficiado do valor eco-social do rio num contexto económico e cultural consideravelmente diferente – e que a nostalgia do rio do passado era característica de pessoas com histórias de vida que, de uma maneira ou outra, se cruzavam com ele.

Em segundo lugar, e como argumentámos quando iniciamos esta secção, os movimentos sociais - e, neste caso, os grupos de protesto associados ao Tinto - realizam um trabalho simbólico, que também pode ser instrumental, e que produz significados e interpretações que

podem desafiar e entrar em conflito com outros já existentes. Estes dois pontos são centrais para percebermos os quadros interpretativos associados à acção sobre o rio de actores colectivos como o Movimento Rio Tinto a Concelho, Movimento Pró-Rio e Movimento em Defesa do Rio Tinto e a enorme diferença que existe entre estes e a ideia de não-rio que acima abordámos.

Se aquilo que um rio significa é sempre passível de ser redefinido porque nem as suas propriedades físicas, nem as definições sociais a partir das quais elas são percebidas, são imutáveis, e se, tal como referíamos em páginas anteriores, o rio Tinto já continha em si a possibilidade do não-rio Tinto, tal como o primeiro poderá ser recuperado a partir do segundo, pode-se afirmar que aquilo que o Movimento Pró-Rio, o MRTC e o Move Rio Tinto procuraram fazer, no plano simbólico, foi recuperar a ideia de que o Tinto, ainda que degradado e artificializado, poderá ser novamente um rio com valor eco-social. Se prestarmos atenção aos discursos e argumento utilizados ao longo das duas campanhas de protesto, rapidamente se percebe que os seus protagonistas procuraram resgatar o estatuto de rio para o Tinto – ainda que nem sempre utilizando os mesmos argumentos, como veremos – explorando precisamente a ideia de que a linha de água poderia fornecer serviços importantes a Rio Tinto, acrescentando-lhe algo que lhe falta.

Como vimos, muitos dos fenómenos que anteriormente descrevemos como contribuindo para transformar o Tinto num não-rio já se verificavam na década de 1990. Para além da poluição hídrica, o seu processo de artificialização já estava avançado, com dois troços – relativamente curtos, é certo – canalizados sob o solo, o que contribuía, também, para a sua crescente invisibilidade – ainda que, na zona central de Rio Tinto, o local mais densamente povoado, ao longo do percurso seu percurso, ele ainda corresse, maioritariamente, a céu aberto, sendo mais fácil saber que havia ali um rio do que é hoje, apesar de, recentemente, terem sido colocadas placas identificativas da linha de água em alguns pontos de Rio Tinto.

O seguinte excerto de um artigo publicado no jornal local *Arauto de Rio Tinto* em 1994 é bastante esclarecedor relativamente ao avançado estado de degradação do Tinto, afectando todas as dimensões do valor eco-social. O texto é escrito a propósito de uma sessão pública da Junta de Freguesia de Rio Tinto deslocada para uma escola na zona da Ponte para que o presidente daquele órgão de poder local pudesse contactar com a população daquele lugar e recolher impressões a respeito da poluição que se fazia sentir no Tinto:

Todavia, a população não se mostrou muito motivada, pois só dois dos oito residentes que compareceram a esta reunião se referiram a este magno problema da poluição do rio e do surgimento de sucatas. Mas, para o Presidente da Junta [Carlos Pires], o Executivo nada poderá fazer sem o apoio aberto da população. Torna-se imprescindível a execução de campanhas sobre os malefícios imediatos (e futuros também) destas danificações do rio e do solo com o despejo de óleos queimados (proibido por lei) no solo. Estava presente um habitante que é, simultaneamente, elemento da COERCUS [sic], a quem Carlos Pires [...] lançou o repto de, através da Coercus e com a colaboração de técnicos de reconhecido mérito (que aquela associação tem) se elaborar um programa de acções de informação e esclarecimento das populações, pois a partir deles algo se poderá corrigir. Este residente, desde há anos declarou a sua estupefacção pela facilidade com que as pessoas que moram perto do rio se decidem a fazer dele o vazadouro de todos os excedentes que deveriam, antes, colocar nos receptáculos do lixo.

Arauto de Rio Tinto, 05.1994

Perante este estado de coisas, o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho, ao longo da primeira campanha de protesto, procuraram inscrever no Tinto significados que ampliassem o seu valor e que funcionassem, simultaneamente, como legitimadores das suas reivindicações e mobilizadores para a sua causa. Dito de outra forma, a definição da situação construída apresentou o curso de água como uma coisa que, afinal, tem um valor apreciável; se tem valor, merece ser preservada, se merece ser preservada, não pode desaparecer através do seu entubamento.

Este esforço de reconstrução e reabilitação do significado do Tinto foi operado, sobretudo, a partir da dimensão cultural e simbólica do seu potencial eco-social, que foi amplificada com o objectivo de revalorizar o curso de água. De forma a reforçar a carga simbólica do rio, foram também recordadas e revalorizadas algumas funções que ele cumpriu no passado e que tiveram alguma importância no território de Rio Tinto, designadamente as suas utilizações económicas e recreativas: procurou-se utilizar uma história de utilização e apropriação do rio por certos grupos em Rio Tinto para elevar o rio a repositório da memória do território, ao mesmo tempo que se aludia à partilha do nome entre o curso de água e o território para apresentar o primeiro como símbolo maior do segundo.

De acordo com a argumentação desenvolvida para ampliar o valor simbólico do Tinto, o curso de água está indissociavelmente ligado à história de Rio Tinto, por diversas razões: terá sido a sua presença a permitir a fixação das primeiras populações na zona, e a edificação do mosteiro de Rio Tinto, entretanto desaparecido, a partir do qual terá crescido a povoação. Em segundo lugar, a memória do rio, designadamente das suas utilizações económicas e sociais

passadas, tinha uma elevada importância para aquilo que seria a memória inscrita no lugar de Rio Tinto, com destaque para a figura da lavadeira de Rio Tinto, apresentada como um elemento importante da cultura popular local. Por fim, refira-se ainda a questão da partilha do nome do território com a linha de água, da lenda que explicaria a origem do rio, ampliando, assim, a sua importância histórica, e da presença do curso de água no brasão da cidade, utilizada para apresentar o Tinto como elemento fundamental na construção de uma identidade local.

1º - O nome da povoação, hoje cidade, provém do rio, que, por sua vez, deve a sua toponímia a uma lenda histórica que provém da Reconquista Cristã.

2º - Foi nas margens deste rio que se edificou, no século XI, o mosteiro de freiras à volta do qual cresceu a povoação. Sem este rio, Rio Tinto seria hoje uma terra completamente diferente.

3º - A história de Rio Tinto está entrelaçada com a história do rio. Qualquer documento medieval a isso se refere. As *Memórias Paroquiais* do tempo do Marquês de Pombal, 1758, descreveram pormenorizadamente as características desta terra falando a cada passo no rio, como a população vive das suas águas. Fala até que havia 46 moinhos na freguesia (não está claro se funcionavam todos nas margens do rio Tinto)

4º - As tradições mais vivas ligadas a Rio Tinto, na área da cultura popular (memórias, postais ilustrados, fotografias publicadas, canções...) estão relacionadas com as lavadeiras. Até os alunos das escolas referem em trabalhos escritos que mães, avós, irmãs mais velhas lavavam no rio. Relembra-se ainda que D. António da Costa, o nosso primeiro Ministro da Educação, no século XIX, que refere as pirâmides de roupa branca que as lavadeiras nos arredores do Porto transportavam para a gente da capital nortenha.

5º - O símbolo de Rio Tinto, a suas armas, digamos, são uma espada com a ponta no rio. Este ponto é, para nós, dos mais importantes pela sua actualidade. Não fará sentido alterar-se para uma espada espetada num tubo.

Carta dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar pelo Movimento Pró-Rio, 24.04.1998

Foi utilizada uma estratégia de mobilização que passou por uma retórica em que se apelava à defesa do Tinto enquanto repositório da memória e marco fundamental da identidade de Rio Tinto: de acordo com ela, mais do que defender a existência de um rio, a oposição ao entubamento desta linha de água consistia em defender o rio de Rio Tinto, ou seja, do lugar específico, do qual faz parte e que ajuda a definir e distinguir de outros pontos geográficos. Mais do que às questões ecológicas, apela-se a um sentimento de pertença ao lugar, de partilha de uma memória e história inscrita no mesmo, do qual o Tinto seria um elemento fundamental. É muito questionável até que ponto este sentimento se encontra difundido por Rio Tinto, tendo em conta que se trata - tratava-se, já na década de 1990 - de um território rural que se tinha transformado, nas décadas anteriores, numa espécie de subúrbio

descaracterizado, algo dependente do Porto, e com uma população em crescimento rápido devido à chegada de pessoas de outros sítios. Recordamos que a própria existência do rio não é conhecida por todos, e que, entre os moradores da zona ribeirinha que entrevistámos e que apenas conheceram o Tinto num mau estado ecológico, ele não é muito mais do que um incómodo e um perigo, ainda que, em sentido inverso, os residentes de Rio Tinto de longa data e com uma história de vida que se cruza com o Tinto em bom estado ecológico denotem um certo sentimento nostálgico relativamente ao mesmo.

Os excertos seguintes, retirados de panfletos e outros documentos que pretendiam mobilizar a população local para o protesto, demonstram de forma clara o apelo a um sentimento de pertença ao local, entendido enquanto um ponto geográfico finito, distinto dos restantes devido aos seus marcos físicos - entre os quais, o curso de água em questão - e às memórias e significados neles inscritos, e de identificação do rio enquanto um desses marcos mais importantes, senão mesmo o mais importante.

NÃO ENTUBEM O NOSSO RIO!

Nos últimos meses a Câmara de Gondomar tem levado a cabo obras de entubamento do rio Tinto, o rio que deu o nome à nossa cidade. Em vez de levar a cabo as acções necessárias à despoluição do rio e à preservação da zona como Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional junto às piscinas, a Câmara preferiu esconder o rio dos Riotintenses.

Documento para recolha de assinaturas do Movimento Pró-Rio, requerendo a suspensão das obras de entubamento e a adopção das medidas de reabilitação possíveis. Destacados no original. Sem data.

Lute pela sua terra, no sábado, 7 de Março, 10h, junto da igreja de Rio Tinto.

DEFENDA O RIO QUE HERDAMOS!

Panfleto do Movimento Pró-Rio de apelo à participação na manifestação de 07.03.1998. Destacados no original.

Atente-se nas duas expressões que surgem destacadas no segundo excerto apresentado: «lute pela sua terra» e «defenda o rio que herdamos»: para além de ambas apelarem a um sentimento de defesa de uma comunidade enquadrada no espaço local, a primeira inscreve a oposição ao entubamento do rio num contexto de preservação da própria «terra», isto é, de Rio Tinto enquanto lugar com uma identidade específica e diferenciadora de outros lugares; a segunda atribui ao rio um peso histórico: converte-o, não só pela escolha específica do verbo «herdar», mas também pela sua conjugação na primeira pessoa do plural, em património

comum de quem vive em Rio Tinto. A mesma estratégia retórica, de apresentar o rio como património de uma comunidade local, surge no primeiro excerto, onde se apela à defesa do «nosso» rio, rio esse, como se escreve mais à frente, que está na origem do nome da cidade.

Ainda de acordo com este quadro interpretativo, a importância do Tinto enquanto símbolo e marco distintivo de Rio Tinto enquanto lugar, no sentido sociológico e antropológico do termo - isto é, enquanto um determinado espaço geográfico que é algo mais do que um ponto no mapa, possuindo também marcas físicas e culturais distintivas – é acrescida pelas transformações aceleradas que o território vinha a conhecer ao longo das últimas décadas. Rio Tinto é apresentado como um local que conhece mudanças profundas: um espaço rural que se urbaniza rapidamente, mas sem qualidade, descaracterizando-se, perdendo a sua especificidade, aquilo que fazia de si um lugar, e não apenas mais um ponto no mapa. De acordo com este diagnóstico da situação, transformava-se rapidamente num subúrbio incharacterístico do Porto com vários problemas que diminuía a qualidade de vida dos seus residentes, entre eles, a desorganização e a falta de espaço público. É identificada, pelos promotores do protesto, uma escassez de espaços abertos que possam funcionar como locais de encontro, reunião, ou lazer, como parques, praças e jardins. Ora, ainda seguindo esta linha de argumentação, a intervenção da Câmara Municipal de Gondomar é reprovável porque o Tinto, naquela zona central, e correndo por terrenos que ainda não estavam edificadas, oferecia a possibilidade de preencher duas lacunas que o território de Rio Tinto apresentava, enquanto lugar: por um lado, poderia funcionar como um elemento de valorização de um espaço aberto, como um parque; por outro lado, tinha potencial para ser um marco identitário, uma referência física com uma carga simbólica importante, para um território em processo de transformação, transformação essa que, como dissemos, acarretava a sua descaracterização e a perda da sua especificidade enquanto lugar. O troço de rio entubado desde então, por se encontrar precisamente no «centro cívico» da cidade e junto ao seu único parque urbano, numa área não edificada, reuniria condições privilegiadas para cumprir esta dupla função de espaço público e referência simbólica, podendo, ainda, acrescentar valor estético a um território que é visto como feio.

O rio é o nosso maior património. Além de dar o nome à cidade, toda a história local está relacionada com ele. Aqui não existem castelos, monumentos... o único património é o rio.

Carta dirigida ao Ministro do Ambiente pelo Movimento Pró-Rio, 12.03.1998

Também não se preocuparam, os sepultadores do nosso rio Tinto, em estudar as possibilidades do seu despoluimento e da sua recuperação devolvendo-lhe a vida, alindando-lhe as margens e criando à sua volta espaços verdes e parques lúdicos que poderiam ser decorados com estátuas. Aliás, estátuas é coisa inexistente na cidade! O culto do belo e do natural é algo que não parece preocupar as mentes dos responsáveis pelo reino de Gondomar, pelo menos no que diz respeito à nossa cidade!

«A NASA analisa o habitat do rio Tinto por ser semelhante a Marte», texto de Onofre Varela publicado no Arauto de Rio Tinto 11.2000

A utilização do rio – despoluído, em alternativa ao seu entubamento - como elemento central de um espaço como um parque ou um jardim implica, para os promotores do protesto, uma intervenção humana para o tornar mais atractivo enquanto espaço de lazer, intervenção essa que passa não só pela sua limpeza e pela criação de estruturas nas margens mas também pela transformação da sua morfologia e da galeria ripícola, de acordo com aquilo que são as percepções sociais de um curso de água de pequenas dimensões esteticamente agradável.

Eu não estou ligado a partido nenhum, mas, aqui há uns anos, apareceu aí um desenho muito bonito, que eu ainda tenho em casa, e posso mostrá-lo. Feito por um artista que, não sendo aqui de Rio Tinto, vive aqui há muito tempo, que é o Varela, que costuma integrar as listas da APU. Apresentou uma proposta muito bonita que eu penso que, se houvesse vontade, seria perfeitamente viável. Era... com a utilização aqui da Quinta das Freiras e de todos aqueles terrenos abaixo do Centro Social, portanto, digamos que formando um espelho de água, utilizando aquele terreno onde está construído o antigo mercado, aquele baixio todo, utilizar aquilo para a construção de um parque florestal com um espelho de água. Eu penso que isso seria viável se houvesse boa vontade, se houvesse despoluição do rio a montante. Isso, para mim, independentemente das cores, *et cetera*, é a única proposta engraçada que eu conheço, que nos faz dizer que isto ainda tinha condições.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

O desenho referido apresenta o leito do Tinto muito alargado na zona em questão, adquirindo a configuração de um lago, e rodeado por margens relvadas. Na zona alargada do leito vêm-se e, no leito e nas margens, pessoas envolvidas em várias actividades de lazer. O Tinto cumpriria, nesta proposta, o papel de elemento valorizador da paisagem e de local público de recreação, repouso e convívio, para além de oferecer alguns benefícios ambientais - embora seja discutível se esses benefícios não seriam maiores mantendo a vegetação ribeirinha e a morfologia naturais do rio.

A questão da supressão de espaço livre que poderia ser público num contexto de urbanização sem qualidade colocou-se ainda de outra forma, que demonstra bem a sua importância para o

diagnóstico da situação realizado pelo Movimento Pró Rio e pelo Movimento Rio Tinto a Concelho: de acordo com aqueles que contestavam esta obra, associada ao entubamento do rio estava, como dissemos, a intenção de urbanizar os terrenos localizados nas suas margens, que seriam dotados com a mais elevada capacidade construtiva prevista pelo PDM. O compromisso assumido pela Câmara Municipal de Gondomar com o proprietário dos terrenos onde se deu o entubamento, que previa a atribuição de capacidade construtiva elevada a terrenos RAN em troca da cedência de uma parcela para a realização da obra, foi denunciada tanto pelo Movimento Pró-Rio como pelo Movimento Rio Tinto a Concelho. Quer isto dizer que, para estes actores colectivos, mais do que suprimir um troço do Tinto, aquilo que a Câmara Municipal estava a fazer era preparar-se para transformar terrenos então classificados como não edificáveis em mais um pedaço de cidade, num território onde o espaço livre, relembramos, estava a ser substituídos por espaço construído de forma caótica, sem critérios de organização e ocupação do espaço sólidos.

Esse movimento em 97, em que eu participei com um conjunto de pessoas - algumas das quais, curiosamente, são autarcas também aqui em Rio Tinto, e outras de enorme notoriedade, como a doutora Fina d'Armada, ou o senhor Domingos, que foi fundador do movimento de criação do concelho de Rio Tinto – na altura surgiu, não só porque se estava a entubar, sem explicação aparente, como o entubamento tinha por base um contrato-promessa entre a Câmara Municipal de Gondomar e o proprietário do terreno, em que o proprietário cedia gratuitamente uma faixa para criar uma avenida que hoje está construída sobre o entubamento. E, em contrapartida, a Câmara licenciava construção de nível 1, ou seja, o máximo que o PDM permitia, para aquela zona. Ou seja, entre a Avenida da Ranha e a avenida do Rio Tinto. Isso gerou na altura uma forte contestação popular. Ainda foram dois anos de luta, com as complicações burocráticas com as diversas entidades. Ainda José Sócrates era o ministro do ambiente, quando embargou esta situação da construção. Porque senão tínhamos aqui, no local onde está o estaleiro do metro, mais uma série de torres por ali fora, de habitação, o que desvirtuava e reconfigurava completamente o rio Tinto. Eu acho que aquela zona, agora com a linha de metro ali a passar, deve ser aproveitada para pôr o rio a correr no seu leito natural. Não na totalidade, porque não é possível reconstruí-lo todo. Mas ali com um parque urbano, que fosse uma extensão da Quinta das Freiras. É aquilo que eu defendo para aquela zona.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Em alguns documentos que tivemos oportunidade de analisar, produzidos quer pelo Movimento Pró-Rio, quer pelo MRTC, foi possível encontrar ainda um esforço no sentido de articular este quadro de significado com outro, distinto, relacionado com as aspirações da elevação da freguesia a concelho. Os argumentos do segundo actor colectivo referido para

legitimar a sua pretensão seguiam três linhas gerais: a primeira defendia que Rio Tinto, enquanto freguesia mais populosa e com maior peso económico do concelho de Gondomar, teria já condições que justificavam o segundo estatuto administrativo. Depois, argumentava-se que a sua ligação a Gondomar atrasava o seu desenvolvimento, uma vez que limitava os recursos disponíveis para o mesmo e que a autarquia negligenciava aquela freguesia periférica, encostada ao Porto, ou, pior do que isso, prejudicava-a, não respeitando, no momento de definir os orçamentos e as políticas municipais, a importância que, pela sua importância em termos populacionais e económicos, ela teria. Por fim, alegavam-se também razões históricas, lembrando-se que Rio Tinto, durante um período no século XIX, já beneficiou do estatuto de concelho, tendo gozado de autonomia administrativa ainda em outros momentos da sua história.

A articulação entre a segunda linha de argumentação apresentada e os significados inscritos no rio acima descritos processou-se de uma forma muito simples: entubar o Tinto no centro da cidade, e, deste modo, suprimir um dos poucos marcos físicos e simbólicos que ainda lhe restavam e contribuir para o agravamento da pouca qualidade do território, ao comprometer um espaço central que poderia ser convertido em espaço aberto de encontro e lazer, foi considerado como uma demonstração de que, enquanto estivesse sujeita à gestão da Câmara Municipal de Gondomar, Rio Tinto continuaria a ser vítima de políticas erradas, porque negativas para a sua qualificação enquanto território, sendo necessário libertar-se do estatuto de freguesia de Gondomar e passar a concelho: deste modo, os locais de Rio Tinto - ou seja, aqueles que melhor conhecem a localidade - teriam mais influência e mais recursos na gestão do território, que poderia finalmente dar um salto qualitativo.

Se Rio Tinto fosse concelho... é aqui que entra esta história dos concelhos. Imagine que Rio Tinto era concelho. Teria certamente força política, as forças políticas daqui, não tenho dúvidas nenhuma, conseguiriam resolver o problema. Só que, como Rio Tinto não é concelho, está dependente de Gondomar, e Gondomar está-se nas tintas para isto, só vê isto como maneira de vender terrenos, taxas camarárias, urbanização, e tal e tal, está-se borrifando. Anda a empalear com isto, a dizer que se faz, não sei quê... e não faz nada. O problema do Rio Tinto é um problema político. E, não tenha dúvida nenhuma, uma das maneiras de o resolver era haver um concelho aqui. Certamente que ia resolver este problema. Havia dinheiro e força política para o resolver. Agora, isto está dependente de Gondomar...

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Talvez só sendo concelho, Rio Tinto e o rio Tinto reencontrem o seu destino, autónomos, livres. Nessa altura, a cidade não se sentirá triste por ser apenas dominada pelo rei cimento, perante outras cidades europeias, onde os rios são despoluídos e onde nos centros das cidades existem espaçosas praças verdes com estátuas!!!

Panfleto do Movimento Rio Tinto a Concelho, sem ano.

O que Gondomar acaba de fazer agora é cortar-nos as raízes e as asas. As raízes porque o rio dá o nome à cidade e é a sua própria identidade. As asas, pois não existe outro espaço, no centro da cidade, para construir um centro cívico. Ou edifícios públicos se um dia formos concelho. Nós somos capazes, temos mãos e braços para comandar os destinos desta cidade.

Discurso proferido por um elemento do Movimento Pró-Rio na manifestação de 07.03.1998. Destacados no original.

Repare-se, relativamente ao panfleto do Movimento em Defesa do Rio Tinto, e ao discurso proferido na manifestação do Movimento Pró-Rio por um dos seus principais dinamizadores, na semelhança do argumento apresentado: a gestão que Gondomar faz da freguesia de Rio Tinto prejudica-a, limitando o seu desenvolvimento e, com a intervenção sobre o rio, apaga a sua principal marca identitária. Trata-se de um diagnóstico da situação que mistura a oposição ao entubamento do rio com a defesa de Rio Tinto enquanto lugar, dotado de marcos identitários específicos e para o qual se deseja uma qualidade de vida mais elevada, e esta com a separação administrativa face a Gondomar, alinhando a ideia da preservação da linha de água ao lado da ambição da elevação de Rio Tinto a concelho e vice-versa.

Repare-se, por outro lado, na referência que o panfleto do MRTC faz a «outras cidades europeias» onde os rios poluídos são recuperados, e não entubados, e onde são preservados espaços verdes, procurando legitimar as suas reivindicações através da sua associação à realidade de países com padrões ambientais geralmente considerados mais exigentes e «avançados». O mesmo argumento foi utilizado por Pedro Baptista, candidato pelo PS à presidência da Câmara Municipal de Gondomar em 1997, num texto que publicou o *Arauto de Rio Tinto* de Novembro de 1997. Numa altura em que a Europa surgia frequentemente como sinónimo de modernidade e qualidade de vida, o entubamento do rio é apresentado como uma medida contrária àquilo que é a prática noutros países europeus.

A questão do valor ambiental do rio, apesar do avançado estado de degradação que ele já conhecia na altura, também foi colocada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto, pela publicação local criada por um dos seus fundadores, o mensário *Arauto de Rio Tinto*, e pelo Movimento Pró-Rio, ainda que com menos insistência e de forma mais geral, menos

elaborada, do que as questões que referimos anteriormente. Bem recebida por parte da população local como uma forma de eliminar o incómodo de ter uma linha de água poluída e com um aspecto repelente, a medida de entubar o rio foi considerada por aqueles dois actores colectivos e por aquele jornal como um crime ambiental, e como uma má alternativa à despoluição, que apenas a iria esconder, sem resolver o problema. A ideia de eliminar a poluição do rio surgia, neste discurso, como a alternativa desejável à canalização com cobertura, permitindo preservar e melhorar um símbolo da cidade e sendo vista, pelos seus defensores, como a opção mais correcta do ponto de vista ambiental.

Deve ser ressaltado, no entanto, que esta questão não foi o motor do protesto, nem se transformou no seu tema principal. O primeiro papel coube às questões relacionadas com a utilização e organização do espaço e o segundo à definição, física e simbólica, do lugar. Para o Movimento Pró-Rio e para o MRTC, os problemas a combater quando desencadearam o protesto eram o entubamento do Tinto no troço em causa e a possível urbanização dos terrenos envolventes, remetendo para uma questão de (des)ordenamento do território - que, num país como Portugal, é um problema com graves impactos sobre o ambiente. A poluição do rio já era um problema anos antes da decisão de desviar e canalizar o Tinto na zona em questão. Logo nos primeiros números do *Arauto do Rio Tinto*, em 1994, surgem notícias – poucas - sobre a poluição do Tinto e alguns textos, geralmente assinados por um dos fundadores do Movimento Rio Tinto a Concelho, Joaquim dos Santos Marinho, em que se lamenta o estado degradado do rio, mas não existia protesto. Por outro lado, mesmo depois de o entubamento estar já consolidado, o Movimento Rio Tinto a Concelho continuou a esforçar-se por evitar a eventual urbanização do local. No ano de 2001, a construção de uma avenida com quatro faixas de rodagem e separador central sobre parte do troço canalizado, baptizada como Avenida do Rio Tinto, abriu um novo foco de conflito entre MRTC, Movimento Pró-Rio e Câmara Municipal, com estes actores colectivos a argumentarem que a avenida cruzava zonas de REN com o objectivo de permitir a posterior desafecção e urbanização das mesmas⁵². Mesmo com o entubamento consumado, prosseguiu a campanha de protesto, associada a opções de gestão e utilização do solo no centro de Rio Tinto. O tema da poluição surge, sobretudo, para apresentar uma alternativa que pudesse resolver os prejuízos e incómodos gerados por um rio muito degradado e evitar a cobertura do mesmo, bem como para refutar a ideia de que o entubamento podia trazer vantagens por negar os

⁵² Comunicado do Movimento Pró-Rio publicado pelo *Arauto de Rio Tinto* de Março de 2001; *Jornal de Notícias*, 08.02.2001 e 05.04.2001. O local permanece, hoje, sem qualquer construção. Em 2011 tornou-se pública a intenção da Câmara Municipal de construir aí um fórum cultural, libertando outro terreno para a construção de prédios de habitação, mas o futuro da zona ainda não está definido.

inconvenientes da poluição: em primeiro lugar, o efeito de ocultação da poluição só seria alcançado se todo o Tinto fosse entubado, e não apenas um troço do mesmo; em segundo lugar, isso esconderia a poluição mas, ao fazê-lo, poderia agravá-la, e não resolveria o problema na foz do rio, nem o seu contributo para a degradação do Douro, que recebia - recebe, ainda - as águas de várias linhas de água de pequenas dimensões muito poluídas, só no seu troço final. Seguindo este raciocínio, a despoluição seria uma alternativa viável, e desejável, ao entubamento, e é usada como mais um argumento para demonstrar que não se deve colocar o rio a correr dentro de um cano.

Esta Associação Cívica, vem tentando, civilizada e legitimamente, alertar as autoridades nacionais e locais sem, infelizmente, resultados significativos. O desinteresse e a indiferença com que os problemas reais expostos, tantos e tão graves que, no dia a dia, vão comprometendo o futuro de uma cidade tão grande como Rio Tinto, degradam não só o ambiente patrimonial como o humano. Para o caso do rio Tinto, qual esgoto (mais um) a defecar no rio Douro, as autoridades locais, em vez de menorizarem a sua agonia incentivam os poluidores profissionais, como a Lipor I pois, assim, não se sabe, porque não se vê, visto os vômitos lançados passarem a sê-lo para um tubo condutor.

Ofício enviado pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto ao Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, 04.08.1997

Devemos referir, porém, que apesar de os temas do desvio e entubamento de um troço do Tinto e da possível edificação nos terrenos envolventes terem dominado a abordagem de Movimento Pró-Rio e Movimento Rio Tinto a Concelho, esta segunda associação enviou, já no ano 2000, uma carta ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, denunciando, desta vez, a poluição do rio Tinto - resultante, no seu entendimento, da presença da Lipor I junto à nascente do curso de água, das insuficiências da rede de esgotos e dos lixos presentes nas margens e no leito – pedindo-se a instalação de uma ETAR junto ao aterro referido e uma visita a Rio Tinto, para observação de vários problemas ambientais⁵³. A resposta chegaria no mês seguinte, nela, o ministério declarava que a implementação do PEAASAR e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto deveriam ser suficientes para resolver o problema de poluição hídrica⁵⁴.

Ao colocarem a questão da despoluição do rio como alternativa desejável ao entubamento, articulada com a questão da defesa de um marco identitário de Rio Tinto e da preservação de áreas livres que permitissem a criação de espaço público, os protagonistas do protesto

⁵³ Ofício número 3778/00 do Movimento Rio Tinto a Concelho, de 02.09.2000

⁵⁴ Carta do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território ao Movimento em Defesa do Rio Tinto, de 09.10.2000

reivindicavam estar a defender o interesse geral dos habitantes de Rio Tinto. Este significado atribuído ao conflito e aos seus protagonistas assentava não só na forma como o Tinto foi definido, mas também na interpretação feita da decisão da autarquia gdomarense: associada à intervenção no Tinto estaria a intenção de urbanizar um pedaço de território, o que beneficiaria interesses económicos privados associados ao sector imobiliário. De acordo com estes actores colectivos, aquilo que a Câmara Municipal estava a fazer era privilegiar o interesse privado, ao mesmo tempo que prejudicava o interesse geral dos cidadãos do território, descaracterizando-o e diminuindo a sua qualidade. Perante este diagnóstico, quem se coloca contra o entubamento do Tinto está automaticamente a defender o interesse público e a qualidade de vida no território contra a obtenção de benefícios económicos por parte de alguns. Temos, aqui, a articulação da preservação do rio com significados mais amplos da acção colectiva: a ideia de que a urbanização do território de Rio Tinto era orientada não por uma lógica de planeamento e ordenamento com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos seus residentes, mas sim por interesses privados, o que resultava na produção de um território suburbano pouco qualificado e com diversas carências, situação que decorreu de um processo de urbanização desordenado, empurrada por diversos interesses privados.

Porque se quer construir, agora... mas estamos a construir *p'ra* quê? Sem qualidade, sem qualquer interesse, ninguém consegue vender nada, hoje não se vende nada! Todas essas macaquices, não se vendem. Porque não há qualidade. Se em vez de umas torres tivéssemos um rio bonito, e umas galinholas, e uns patos, e uma moradia ou duas e mais adiante uns prédios aqui e ali, podia ser. Também há torres no Parque da Cidade do Porto. Perto, mas não vão construí-los dentro do parque. Ora, o que é que acontece aqui em Rio Tinto? Tirando aquela zona, que é o centro, que podia ser uma zona verde, com um riacho, com um plano de água, com fauna, flora, tudo isso... pondo ali as torres arruína-se a possibilidade de aquilo ser um centro cívico. Perde-se uma zona de lazer e de espaços verdes para a população. Além da memória de que era um rio que existia ali, que é sempre uma coisa de preservar. Quer dizer, além de atingir todas as disposições ambientais, urbanísticas... tudo isso foi assassinado! Passa-se por cima de tudo isso porque o que interessa é fazer dinheiro com facilidade. Mas sem estarem a estragar o que é comum, no mínimo!

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

O tema do ordenamento do território - mais especificamente daquilo que se vai fazer com o espaço onde o Tinto é entubado, porque é que se vai fazer isso, quem é que fica a ganhar e quais as consequências para a qualidade do tecido urbano em Rio Tinto - é especialmente importante aqui. No discurso de alguns dos nossos entrevistados, ela remete para segundo

plano o problema do desaparecimento do Tinto: para eles, a canalização e cobertura do rio até pode ser aceitável, desde que sirva propósitos legítimos, de interesse público, e não, como entendem e argumentam, o enriquecimento de alguns em detrimento da qualidade de vida da generalidade dos residentes em Rio Tinto. Razão pela qual, aliás, a primeira obra de canalização em Rio Tinto, realizada em 1991 e associada à edificação de uma piscina e de uma via rodoviária, seja declarada aceitável por alguns deles.

Na altura [1991] estive lá o Aníbal Lira, presidente da Câmara de Gondomar, e eles entubaram cerca de 450 metros ou 500 metros do rio Tinto. Mas foi para prolongarem a Quinta das Freiras e criar um espaço público para utilização pública [*ênfatisa a palavra «pública»*]. Tanto que ia ter uma piscina, portanto, iam entubar aquele bocadinho mas nós íamos usufruir de uma zona verde maior, com outras condições, aqui há uma tolerância. E era necessário alargar as vias, portanto, também estamos a falar de um bem público [*ênfatisa a palavra «público»*]. Quando nós soubemos que eles iriam prolongar mas com interesses imobiliários, aqui já não é um interesse público, já é um interesse particular. Portanto aqui já não fazia sentido, tanto é que nós lutávamos nessa altura para que aquela zona fosse uma zona de prolongamento da Quinta das Freitas, uma zona verde, e ainda continuamos a lutar hoje por ela, uma zona verde de Rio Tinto. Já é pouca, a tirar mais aquele espaço que tínhamos ali, ainda mais pequena iria ficar.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Uma ponte tem de passar por cima de um rio. Portanto, entubar 100 metros de rio, que foi o que se fez aqui com o Lira, se calhar foi necessário. Porquê? Porque se calhar, havia que passar a conduta que vinha da cidade do Porto, e ali há um cruzamento de estradas complicado. Complexo. Não sei se foi a melhor solução, na altura ninguém se debruçou sobre isso. O entubar aqui cem metros, ou ali duzentos metros, não tem problema. O que tem problema é, depois de entubado, continuar com o entubamento para fins comerciais. Percebeu? É que eles não entubaram o rio para beneficiar a população. Foi para beneficiar o dono dos terrenos, ou quem os comprou a seguir. Foi um problema de interesse privado que lixou a população.

Elemento do Movimento Rio Tinto a Concelho

Esta linha de argumentação remete ainda para outra discussão, que revela a dimensão social e política do ambiente: a do tipo de gestão política e do território percebida por quem protestava, em oposição àquela que desejavam. O entubamento do Tinto foi, para os produtores do protesto, o produto de uma forma de gerir o território que nem sempre está ao serviço da qualidade do mesmo nem do interesse público, permitindo espaço para a obtenção de ganhos monetários. De acordo com esta interpretação, o que está em causa no conflito motivado pelo Rio Tinto é, também, a reivindicação de uma outra forma de tomar decisões

políticas e de gerir o território, mais transparente e mais focada na qualidade de vida.

A construção deste quadro de significado para a acção colectiva, onde o rio surge como um marco identitário de Rio Tinto, ao mesmo tempo intimamente associado à possibilidade de qualificar o território no centro da cidade e, consequentemente, algo dotado de grande potencial para a mesma, vem desafiar um conjunto de ideias pré-existentes sobre o mesmo, e entra em confronto com o quadro de significado avançado por responsáveis da altura da Câmara Municipal de Gondomar - e apoiado pelo então presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto - para legitimar a sua decisão. Em primeiro lugar, ela choca com a noção do Tinto enquanto um não-rio e um elemento do território fundamentalmente desagradável, que, já na altura, como vimos anteriormente seguindo pistas que encontrámos através da análise de jornais locais e de entrevistas com residentes, se encontrava generalizada. Por outro lado, como vimos num capítulo anterior, quando elencávamos alguns dos principais obstáculos sentidos pelo Movimento Pró-Rio e pelo MRTC no decurso da campanha de protesto que dinamizaram, alguns autarcas exploraram esta ideia do Tinto enquanto não-rio - designadamente as suas reduzidas dimensões, pouca visibilidade, poluição e o caudal escasso, despromovendo-o a «regato» e a «esgoto», algo que é repelente e desagradável, devendo, por isso, estar longe da vista e do pensamento das pessoas e que, definitivamente, não é um rio - para justificar o seu entubamento.

Devemos referir, porém, que a construção de um quadro interpretativo orientador e legitimador da sua própria acção e, simultaneamente, mobilizador, por parte do Movimento Pró-Rio e do MRTC, nem sempre passou pela inscrição de significados positivos no rio através da recuperação e amplificação de dimensões perdidas do seu valor eco-social. Para estes actores colectivos, a decisão de canalizar e cobrir o Tinto foi também associada a um aumento do grau de perigosidade do curso de água. Em Abril de 1998, o *Arauto de Rio Tinto* comparou o troço do rio entubado a uma arma química, chamando-lhe, ainda «rio-bomba»⁵⁵. Tomando como exemplo um caso ocorrido em 1998, quando uma linha de água de dimensões muito reduzidas entubada sob um arruamento se libertou do seu cano, causando alguns estragos, o mensário questionava se o mesmo não poderia acontecer no troço canalizado do Tinto, com prejuízos muito mais graves, tendo em conta as dimensões deste rio⁵⁶. Em 2001, na sequência de inundações em Rio Tinto, foi publicada pelo jornal local *Voz de Rio Tinto* um

⁵⁵ «Rio Tinto entubado», *Arauto de Rio Tinto*, 04.1998.

⁵⁶ «Lições a colher de pequenos factos: a inundação da Rua Eça de Queirós não deve servir de alerta para entubamentos de cursos naturais?», *Arauto de Rio Tinto*, Julho de 1998

texto assinado por elementos do Movimento Rio Tinto a Concelho em que se apontava a urbanização e consequente impermeabilização dos solos na bacia do Tinto, incluindo nas margens, conjugada com a artificialização extrema de alguns troços do pequeno rio, como as principais razões para a ocorrência dessas inundações e potenciais catalisadores de uma catástrofe futura⁵⁷.

Os discursos do protesto incluíram, ainda, uma outra linha de argumentação: a defesa da legalidade. O Movimento Rio Tinto a Concelho e o Movimento Pró-Rio alegaram várias falhas legais na intervenção decidida pela Câmara Municipal, argumentando que a obra havia começado antes da obtenção da licença necessária e decorrido sem a desafecção dos terrenos em causa do seu estatuto de RAN. Para além disso, a concessão de licença para a utilização de domínio hídrico por prazo superior a 10 anos implicava a realização de um inquérito público; ora, não tendo acontecido esse inquérito, a licença atribuída era desadequada para a obra realizada, que tinha carácter definitivo. Considerava-se, ainda, que a legitimidade obra estava fragilizada por outros motivos: falta de consenso político, ausência de pareceres relevantes, ausência de estudo de impacte ambiental que, não sendo obrigatório, deveria ter sido realizado⁵⁸.

Uma consequência decorrente da forma como o conflito foi definido foi a sua particularização e localização geográfica. Repare-se que, apesar de o Tinto cruzar três concelhos distintos, apresentando problemas ambientais ao longo de todo o seu percurso, e de a sua bacia integrar, ainda, um quarto concelho, a interpretação da situação avançada pelos principais dinamizadores da campanha de protesto confinava a sua luta ao território de Rio Tinto. Se reduzirmos este quadro interpretativo aos seus fundamentos mais elementares, podemos apresentá-lo da seguinte forma: qual o diagnóstico do problema? Um marco identitário fundamental desta cidade (Rio Tinto) está a desaparecer, ao mesmo tempo que se sacrifica espaço público para, beneficiando interesses privados, dar continuidade a um processo de urbanização acelerado e de baixa qualidade, agravar a suburbanização e descaracterização do território. De quem é a culpa? Da Câmara Municipal de Gondomar. Porque nos devemos mobilizar? Para defender o nosso rio e a nossa terra. Ora, nesta interpretação não há espaço para os problemas ecológicas que o Tinto enfrenta fora de Rio Tinto, nem para a acção fora desta cidade. O que estava em causa na primeira campanha de protesto pelo Tinto era sobretudo a gestão do território em Rio Tinto e, de forma mais específica, no centro desta

⁵⁷ Serafim Coutinho, «Rio Tinto, o que mais poderá vir ou uma tragédia em embrião», *Voz de Rio Tinto*, Fevereiro de 2001

⁵⁸ Carta dirigida pelo Movimento Pró-Rio ao Provedor de Justiça, 25.06.1999

localidade. Estava igualmente em causa a tentativa de construir uma identidade para Rio Tinto, de encontrar um elemento territorial que pudesse contribuir para distinguir esta localidade em rápida transformação e urbanização de outras e contribuir para um sentimento de identificação com o território. Desta forma, o protesto foi muito localizado, confinado a Rio Tinto. A poluição surge quase sempre, como dissemos, como uma questão secundária. Quando ela é abordada surgem novos problemas para além do significado do curso de água para Rio Tinto – a contaminação do estuário do Douro, que recebe a poluição do Tinto - e outros responsáveis para culpar - a Lipor, apontada como o principal poluidor do Tinto - mas tudo isto aparece com menos insistência e de forma menos desenvolvida nos documentos e declarações analisados. Apesar desta localização do conflito, os promotores das campanhas de protesto perceberam que os conflitos ambientais locais se resolvem muitas vezes num plano supra-local, apelando, como vimos, a instituições como a CCDR-N, a Provedoria de Justiça, a AR, o Ministério do Ambiente, entre outras.

Envolvido neste conflito numa fase mais tardia, o núcleo da Quercus do Porto trouxe um quadro de sentido da sua intervenção que, embora partilhasse semelhanças com aquele que acima descrevemos, divergia dele noutros pontos. Uma das convergências, estava, precisamente, na caracterização do entubamento como uma obra que vinha trazer riscos de danos materiais em Rio Tinto. Um dos protagonistas do protesto associado à Quercus, Walter Gomes, declarou ao jornal local *Gondomar Actual*⁵⁹ que as construções que viessem eventualmente a ser implantadas no local corriam o risco de derrocada. Outro ponto de aproximação consistiu na acusação de que a obra em causa servia, em primeiro lugar, interesses imobiliários privados e não critérios de qualificação do território, alterando o curso do rio para facilitar loteamentos e permitindo a desafectação de terrenos da RAN que passavam a ter capacidade construtiva.

A questão do modelo de urbanização pretendido para Rio Tinto está também presente nos argumentos apresentados pela Quercus, que se afirma não contra as construções em si, mas contra a edificação desordenada, defendendo a integração do rio, e de áreas verdes, num território urbano equilibrado e harmonizado. O entubamento do Tinto surge, para esta associação, como um erro de ordenamento do território. Porém, a articulação entre o rio e o espaço é feita de uma forma mais universal, passando pela importância da preservação das linhas de água para que os territórios urbanos possam ser ecologicamente equilibrados e

⁵⁹ «Rio Tinto por um canudo», *Gondomar Actual*, 8.12.1999

capazes de oferecer qualidade de vida aos seus cidadãos. A dimensão do potencial eco-social do Tinto que foi focada pelo núcleo do Porto da Quercus não foi a simbólica, mas antes a ambiental, como mostra de forma clara este excerto de uma tomada de posição do mesmo:

Mas apesar dos problemas ambientais conhecidos, as margens do rio eram habitat para uma rica vegetação arbustiva e arbórea, para além de vários animais como melros, rolas, piscos, pardais, verdelhões, musaranhos, lagartos, cobras d'água, entre muitos outros. Com a canalização, perdeu-se a fauna e a flora; uma visão inteligente do urbanismo e ordenamento preserva sempre estruturas básicas como rios e ribeiros, procurando e valorizando neles o que há de diferente – o facto de poderem constituir corredores ecológicos em que impera a vida semi-selvagem, se praticam actividades de lazer e de educação ambiental, e se relaxa do stress da vida diária. Com a destruição do rio a paisagem citadina fica mais monótona, desinteressante e ainda menos saudável.

Documento elaborado pela Quercus sobre o entubamento de um troço do Tinto em Rio Tinto, sem ano

Para a Quercus, a oposição ao entubamento do rio Tinto também se insere na defesa do território local, no entanto, ela é articulada com um quadro de sentido amplo, que transcende as questões locais: o de uma urbanização planeada, ordenada e que leve em conta os aspectos ecológicos. A questão não é tanto o entubamento do rio Tinto, mas sim o entubamento de *uma* linha de água urbana que podia ser outra qualquer; também não é tanto a descaracterização de Rio Tinto, mas sim a urbanização desordenada de um território suburbano:

Falar em ordenamento do território tem de ser mais do que um conjunto de palavras: é preciso passar da teoria à prática! Pois apesar de toda a legislação existente, o crescimento urbano continua extremamente desordenado, sem respeitar o direito que os cidadãos têm à qualidade de vida e a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Exigimos, pois, que o entubamento de rios e ribeiras seja definitivamente proibido e que os cursos de água passem a ser vistos como elementos fundamentais da paisagem, que urge preservar. Estamos certos de que, com um investimento correcto e planeado, podem ser aproveitados para uma grande variedade de usos quer em favor das populações, quer da biodiversidade.

Documento elaborado pela Quercus sobre o entubamento de um troço do Tinto em Rio Tinto, sem ano

A definição da situação é diferente daquela que foi construída por Movimento Pró-Rio e Movimento Rio Tinto a Concelho, remetendo para questões ambientais gerais, como o valor ecológico das linhas de água, os benefícios da sua preservação em ambiente urbano, o correcto ordenamento do território e a sua importância para a qualidade de vida.

O rio, todo ele, é um só. É assim, desde a nascente até à foz. É a mesma coisa que um ser humano, é um ser vivo. O rio, para mim, é um ser vivo, mais complexo por albergar muitos seres vivos. Mas qual é a ideia de chegarmos a meio e cortarmos ou metermos betão e impermeabilizarmos? Se calhar depois tem consequências no seu todo. E depois também há a importância do rio e da vegetação, da fauna, que tem um impacto muito grande nas cidades, principalmente porque a maior parte dos espaços são todos impermeabilizados. E tem a ver com os sentidos, ouvir as árvores a bater, o vento, a água a cair, a água a correr, os sons e os cheiros que a natureza transmite para as pessoas, mesmo para as crianças quando nascem, uma série de sentidos, sensibilidades.

Elemento da Quercus em 1999

Por sua vez, a forma como o Movimento em Defesa do Rio Tinto definiu a sua actividade, e apesar da existência de alguns pontos de contacto, foi diferente daquela que marcou a primeira campanha de protesto associada ao Tinto. Entre o início de cada uma destas campanhas de protesto passou quase uma década, e o contexto em que cada uma delas aconteceu modificou-se substancialmente. Há, por isso, várias razões para que os significados construídos pelos dinamizadores das duas campanhas tenham sido diferentes: em primeiro lugar, os indivíduos que dinamizam esta nova campanha de protesto são outros. Ainda que, como vimos, a generalidade dos nossos entrevistados envolvidos de forma mais comprometida nestas campanhas partilhem determinadas características fundamentais, como a escolaridade, de uma maneira geral, elevada e, principalmente, a cultura de participação política e cívica, dificilmente o Move Rio Tinto poderá ser considerado como uma continuação do Movimento Pró-Rio, que terminou com a primeira campanha de protesto: a última referência que encontrámos a este actor colectivo é a oposição à construção de uma avenida, em 2001, sobre o troço do rio entubado a jusante da piscina municipal. Por outro lado, o momento em que a campanha ocorre é, também ele, distinto, o que significa que conhece oportunidades e constrangimentos diferentes. Do lado das oportunidades há que referir um crescente reconhecimento do ambiente enquanto tema prioritária a nível institucional, decorrente do reconhecimento cada vez mais generalizado dos graves problemas que afectam os rios, colocando em causa a sustentabilidade de um recurso fundamental. Ao mesmo tempo, os rios reemergem enquanto espaços de lazer e fruição pouco ou nada dispendiosos, num contexto de crise económica. Lembramos o já referido projecto de despoluição das ribeiras do Porto, implementado a partir de 2006, e que contemplava a criação de ciclovias e zonas pedonais nas margens das ribeiras valorizadas, no sentido de permitir a sua apropriação pela população. Ainda há a considerar o crescimento do Projecto

Rios⁶⁰. Este projecto tem crescido e ganho reconhecimento. Diversos actores adoptaram e monitorizam troços de rio, como escolas e universidades, órgãos do poder local, associações e outras instituições, para além de grupos informais. Para além disso, apesar de vários avanços e recuos, a educação ambiental conquistou, sobretudo a partir da década de 1990, uma importância crescente no nosso país, sobretudo em contexto escolar (Schmidt *et al*, 2010).

Por outro lado, o que também se encontra relacionado com o argumento anterior, em 2006, ano em que o Move Rio Tinto foi oficialmente lançado, existiam vários estudos sobre o estado ecológico do Tinto, e começava-se a falar publicamente de forma mais insistente na intenção de o despoluir. A Lipor já tinha adoptado medidas importantes de contenção da poluição no seu aterro. A construção iminente do há muito pensado e discutido Parque Oriental da cidade do Porto (inaugurado em 2010), nas suas margens, estava para breve. Por outro lado, a situação, relativamente ao estado da rede de saneamento na bacia do Tinto também já tinha registado melhorias, o que, conjuntamente com o desaparecimento de algumas indústrias poluentes, resultou numa melhor qualidade da água, ou, pelo menos, numa menor visibilidade da poluição, em alguns troços. Relativamente aos constrangimentos novos, há que referir o agravamento da artificialização da linha de água e consequente agudização do seu estatuto de não-rio, o traçado de uma nova linha de metro que entrava em conflito com o Tinto em alguns pontos (inaugurada em 2011), e uma diminuição do interesse mediático pela degradação dos rios no nosso país (Schmidt, 2007b).

O Move Rio Tinto deparou-se com um não-rio, para o qual muitas pessoas não viam possibilidade de recuperação, tendo sentido a necessidade de contrariar esta ideia e de apresentar o curso de água como algo com valor suficiente para se lutar por ele. O problema aqui enfrentado por este actor colectivo já foi referido anteriormente: se o Tinto é um não-rio, um esgoto – logo, algo repelente, que deve ser invisível – a capacidade mobilizadora de um actor colectivo que proponha a sua preservação e reabilitação estará, à partida, comprometida. Antes de recuperar o Tinto, era necessário recuperar uma imagem positiva do rio.

⁶⁰ O Projecto Rios foi criado na Catalunha, em 1997, e promove a monitorização de troços de rios com o objectivo de sensibilizar para a importância da protecção e valorização das linhas de água. Em Portugal, o Projecto Rios foi introduzido em Portugal em 2006 e promovido pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), Associação de Professores de Geografia (APG), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e Liga para a Protecção da Natureza (LPN).

Para além de eventuais actividades de protesto, havia necessidade de procurar transmitir às pessoas uma perspectiva positiva de acção para ver se nós conseguíamos, de facto, ganhar o rio. E porquê? Porque nos contactos que eu tive - estou a falar da minha experiência pessoal - na mobilização para esse debate, andei ali na junta, andei ali na feira, andei num ou noutro sítio, a distribuir papéis, toda a gente me dizia «é pá, vocês são loucos, pá». Estamos a falar na primeira iniciativa que a íamos fazer para lançar o movimento. Diziam-me: «vocês são loucos, não faz sentido nenhum. Entubem isto. Esqueçam o rio» e não sei quê. E eu fiquei indignado com esta posição porque revelava um certo conformismo e que as pessoas não acreditavam rigorosamente na possibilidade de voltarmos a ter uma linha de água, um rio, todo um sistema fluvial que pudesse ter utilidade para a cidade e para as pessoas. E eu então decidi: não, se nós continuarmos, se nós tivermos uma atitude exclusivamente de protesto, o que vai acontecer é que as pessoas, como não têm a noção nem estão sensibilizadas para a possibilidade e para a exequibilidade da despoluição, vão encarar isto como uma coisa anti-Valentim, isto é, um movimento encapotado que tem como objectivo fazer oposição ao Valentim, que tem como objectivo deitar abaixo. Então não vamos a lado nenhum.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

No Manifesto do Move Rio Tinto, a breve argumentação apresentada a favor da ideia de reabilitar o Tinto é construída em torno de duas ideias centrais: diz-se que o rio está extremamente poluído, afectando negativamente a qualidade de vida da população, e diz-se ainda que o entubamento do rio é uma alternativa ambientalmente errada à despoluição do Tinto. Estas duas linhas de argumentação são resumidas e articuladas através de uma frase que surge destacada a negrito no texto original: «tapar o rio, só para não ter que o despoluir e requalificar é um verdadeiro crime ambiental, que merece o repúdio da população». A afirmação mostra bem a intenção de, simultaneamente, se revalorizar o Tinto, salientando o seu valor ambiental, usar esse valor ambiental como argumento contra a canalização e cobertura do rio, ao mesmo tempo que contém, também, uma intenção mobilizadora.

Focando ainda a nossa atenção no documento referido, observemos agora os objectivos propostos pelo actor colectivo: «requalificar a Bacia Hidrográfica do Rio Tinto, visando o desentubamento e a recuperação do leito, das margens e dos seus afluentes»; «aumentar a atractividade da zona ribeirinha e promover a sua defesa e usufruto pelos cidadãos, com a criação de vias ciclo-pedonais arborizadas, parques de merendas e de lazer»; «recuperar e defender o património histórico-cultural, designadamente os moinhos, azenhas e levadas»; «desobstruir os locais em que o rio provoca inundações de forma cíclica»; «eliminar, com medidas de apoio social, as centenas de ligações de águas residuais que drenam directamente para o rio».

Olhando para esta lista de metas a atingir, facilmente se adivinham outros significados

atribuídos ao rio, para além da sua importância ecológica. O segundo objectivo elencado remete para o seu potencial social, designadamente enquanto elemento que poderia ser conciliado com equipamentos e utilizações recreativas; o terceiro, para a sua função cultural, mais especificamente como memória de actividades económicas passadas que eram possibilitadas pelo curso de água. Através dos objectivos propostos, o manifesto traduz uma visão de sustentabilidade local.

A valorização da componente ambiental do potencial eco-social do Tinto teve como enfoque, sobretudo, as consequências negativas que a sua degradação trazia para a população local, numa perspectiva que acabava por particularizar a sua acção e reduzi-la à bacia daquele pequeno curso de água. Ainda assim, definindo o seu objectivo principal como a reabilitação do Tinto, o Move Rio Tinto criou as condições para que a campanha que promoveu tivesse uma maior amplitude geográfica do que a anterior. É certo que ela permaneceu muito focada em Rio Tinto, quer pela localização geográfica da generalidade dos seus participantes, residentes neste território, quer pelo local onde se implementaram a maior parte das iniciativas, quer pelo assuntos específicos abordados de forma mais pormenorizada e insistente, no contexto da defesa da reabilitação do Tinto (a ETAR de Rio Tinto, o trajecto, em Rio Tinto, da linha F do metro do Porto, a ruptura de um colector de esgoto e a danificação de um talude marginal na rua Actor Mário Viegas, a eventual urbanização de terrenos junto à ribeira da Castanheira, bem no centro daquela cidade, a proposta de construção de um parque urbano na Levada, incluindo também essa zona central), quer pela atribuição das responsabilidades pelo mau estado da linha de água (apesar de outras entidades também terem sido responsabilizadas, ao longo da campanha, pelo mau estado e pelo atraso na reabilitação do rio, a Câmara Municipal de Gondomar colheu as críticas mais veementes); não obstante, houve também referências a aspectos da linha de água em Ermesinde e no Porto, iniciativas decorridas nestes territórios, e colaborações estabelecidas com organismos administrativos, associações e instituições de ensino destas cidades, incluindo cientistas e grupos de alunos de universidades. No seu manifesto, e ao mesmo tempo que afirmava a reabilitação da bacia do Tinto como o seu objectivo principal, o Movimento em Defesa do Rio Tinto defendia que esta só poderia ser alcançada através de uma intervenção articulada nos três territórios que partilham o rio, envolvendo necessariamente cada uma das suas câmaras municipais.

É possível encontrar, também, tentativas pontuais no sentido de inscrever um significado mais global na acção colectiva, fazendo-a transcender a defesa do Tinto e inserindo-a em causas

mais gerais. Um dos caminhos seguidos para se atingir esta meta consistiu em incluir a defesa da ideia de reabilitação do Tinto na defesa da qualidade dos recursos hídricos e, de uma forma ainda mais geral, na defesa do ambiente. O texto que de seguida transcrevemos mostra como este exercício não está isento de preocupações com a legitimação consciente da existência do Move Rio Tinto, da sua actividade e dos seus objectivos:

Através da sua Directiva 2000/60/CE, o Parlamento Europeu estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água. Considera esta instituição que a água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património que deve ser protegido, defendido e tratado como tal. Por isso mesmo, salienta a necessidade de legislação comunitária em relação à qualidade ecológica deste inestimável bem comum. De acordo com esta Directiva, em vigor desde 22 de Dezembro de 2000, há toda uma calendarização de etapas, onde se destaca a implementação da abordagem combinada e a implementação dos programas de medidas, em 2012, e que culmina com a obrigatoriedade do cumprimento dos objectivos ambientais nela previstos no ano de 2015. De tudo isto decorre a urgência de serem tomadas medidas que preservem a qualidade da água, em todas as suas vertentes. O que confere à luta que travamos em defesa do rio Tinto, uma acrescida premência e legitimidade.

«Directiva-Quadro da Água», publicado em moveriotinto.blogspot.com em 9.05.2007

Este esforço no sentido de colocar o caso do Tinto num quadro interpretativo que remetesse não só para questões dos benefícios eco-sociais do Tinto para o lugar, mas também numa perspectiva mais vasta de protecção do ambiente - como, na campanha anterior, apenas a Quercus tinha conseguido fazer de forma mais desenvolvida e fundamentada - deve ser interpretado tendo em conta um determinado contexto. O tema da protecção e melhoria das condições ambientais tornou-se consensual, sobretudo a partir de 2000. Na sociedade portuguesa, o ambiente emergiu como um campo temático autónomo e revestido de uma importância social relevante após a revolução de 25 de Abril de 1974, tendo, desde então, conquistado um reconhecimento crescente (Schmidt, 2008). Também devem ser considerados os investimentos avultados realizados por governos sucessivos com o objectivo de inverter a degradação ecológica dos rios nacionais que se agravou a partir de meados do século XX. Perante esta realidade, incluir, na auto-definição da acção colectiva, uma preocupação ecológica e ambiental mais lata, inscrevendo a causa do Tinto na causa mais global da preservação do ambiente, é mais uma forma de a apresentar como razoável e justa, isto é, como legítima - isto mesmo se tivermos em conta que o Movimento em Defesa do Rio Tinto nunca se definiu inequivocamente como um ambiente ambientalista, tendo mesmo vários elementos que recusam esse rótulo para o grupo.

Mas o excerto citado mostra, também que a legislação europeia fornece oportunidades de legitimação que podem ser exploradas pelos grupos de cidadãos envolvidos em causas ambientais, permitindo «a invocação de directivas mais avançadas do que as disposições do direito nacional em matéria de ambiente como modo de legitimar a acção desses movimentos» (Nunes e Matias, 2003).

À reabilitação do rio é associada, pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto, uma ideia de modernidade e de desenvolvimento conciliados com qualidade de vida. Mas, sem prejuízo do que foi escrito nos parágrafos anteriores, é necessário sublinhar que a reabilitação do Tinto e a melhoria da qualidade no território de Rio Tinto – mais do que em toda a bacia - surgem frequentemente associadas, quer nos documentos produzidos pelo Movimento, quer no discurso dos nossos entrevistados. Tal como na primeira campanha de protesto ambiental, procura-se introduzir a ideia de que o Tinto poderia oferecer importantes benefícios para o território de Rio Tinto - ressaltando-se, porém, que este teria de se encontrar num bom estado ambiental para que isso se pudesse tornar realidade. Mesmo que não fosse possível recuperar totalmente determinadas zonas, devido às transformações operadas no rio e às construções que entretanto surgiram, insiste-se nesta ideia para alguns troços, designadamente para aquele localizado entre a zona da Levada e da Ponte, que percorrem áreas ainda pouco edificadas e onde existem ruínas de estruturas como moinhos.

Os benefícios obtidos através de um rio reabilitado seriam de ordem tripla: ambiental, social e cultural. O seguinte excerto de um texto assinado por um elemento do Move Rio Tinto e publicado no blogue deste actor colectivo, juntamente com outros textos assinados por diversas pessoas de Rio Tinto, incluindo várias individualidades notáveis, com o objectivo principal de mobilizar participantes para o evento, ilustra de forma clara o que este actor colectivo defende que seriam algumas das vantagens de um rio despoluído:

O que ganhamos com um rio despoluído a passar pela nossa cidade? É sinónimo de qualidade de vida para Rio Tinto, um rio despoluído em harmonia com zonas verdes que funcionem como corredor biológico para aves e outras espécies de animais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar. Simultaneamente, ganhamos novas zonas de recreio, uma melhor paisagem e uma valorização sem precedentes para a nossa cidade.

«A despoluição do rio Tinto pode ser uma realidade», depoimento para a 3ª caminhada pelo rio Tinto, da autoria de Luiz Pinto (elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto). Publicado em moveriotinto.blogspot.com em 14.04.2009. Negritos no original

À pergunta colocada surgem, como resposta, vantagens ambientais (biodiversidade, melhor qualidade do ar, valorização paisagística) e outras relacionadas com as utilizações sociais do rio, ou, mais precisamente, com os usos recreativos. Também neste excerto está bem manifesta a localização das questões em Rio Tinto: diz o seu autor que despoluir o rio trará vantagens para a «nossa» cidade.

A importância do Tinto enquanto espaço de lazer é, de acordo com esta proposta de interpretação da situação, amplificada pela escassez de espaços públicos com as características que um espaço em torno do rio poderia oferecer: existem em Rio Tinto equipamentos com potencial recreativo, como, por exemplo, um centro comercial e uma piscina municipal, mas, como consequência do tipo de urbanização que marcou o território, existe apenas um espaço aberto, público, que permite o contacto com a natureza ao mesmo tempo que potencia a interacção entre as pessoas e várias actividades recreativas: o parque urbano da Quinta das Freiras.

O rio Tinto só poderá ser um projecto mobilizador se depois for devolvido à cidade de Rio Tinto. Não pode ser um projecto que recupera o rio, e depois não cria um conjunto de infra-estruturas que devolvam o recurso à cidade. Por isso é que eu faço uma ligação tão estreita entre o rio e a cidade de Rio Tinto. Porque, na verdade, a cidade do Porto não tem um acesso tão íntimo ao rio Tinto. Porque passa ali na zona de Campanhã, que é uma zona com pouca população. Idem aspas ali na zona de Valongo, com excepção ali de Ermesinde, onde efectivamente há núcleos de habitação muito significativos à volta do rio. Mas passa ali numa zona, à beira do aterro da Lipor, que é uma zona onde não há grande população. Onde o rio Tinto poderia ser uma mais-valia quase imediata *p' a* população, seria nesta zona. Em particular se, depois, surgisse com força um projecto do Parque Oriental, que seria uma mais-valia para o Porto, mas também uma mais-valia para Gondomar. Porque aquilo está exactamente na fronteira, apesar de aquilo serem terrenos do Porto, porque aqui as fronteiras não existem, não é? Então, ou a população de Gondomar, poderia usufruir de uma infra-estrutura que, realmente, seria uma grande mais-valia para recuperar a zona oriental da cidade do Porto, e, ao mesmo tempo, potenciar a zona ocidental de Gondomar. E esse recurso poderia ser facilmente expandido até à zona central. Porque há, em termos de possibilidade, ali no antigo mercado de Rio Tinto vai ser construído o centro cultural de Rio Tinto, mas naquele espaço que fica contíguo à linha de metro, há ali um espaço que poderia ser recuperado, perfeitamente, para uma zona de lazer. E ligado à Quinta das Freiras, que é o único espaço verde de um local com milhares de pessoas. Isso seria uma enorme mais-valia, em termos de convívio, de participação e de não deslocação das pessoas para a Foz, ou para o Porto. As pessoas de Rio Tinto não têm sítio para onde ir. Não existe espaço nenhum de convívio, não existe espaço nenhum de lazer. E a recuperação do Rio Tinto, não só como rio, mas como espaço, poderia ser uma enorme mais-valia para Rio Tinto.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Esta é uma ideia que já havia sido defendida pelos principais actores colectivos envolvidos na primeira campanha de protesto, e que, para o Movimento em Defesa do Rio Tinto, permanece válido. Afirmar-se, igualmente, que o Tinto poderia enriquecer um espaço aberto de lazer em Rio Tinto, aludindo a uma concepção dos rios que tem algo a ver com a ideia de fluviofelicidade (Martínez Gil, 2010). Aos rios é associada uma ideia de fruição e de bem-estar que decorre da presença da água, que os torna mais atractivos do que outras zonas naturalizadas:

R: Nós temos o rio, que felizmente que não está todo entubado, portanto era possível criar uma alternativa. É incomparavelmente diferente caminhar junto a um rio despoluído do que estar numa zona em que é só cimento. Isso parece que até psicologicamente transforma as pessoas.

P.: Portanto, o próprio rio em si traria uma mais-valia à tal zona pedonal. Sem ele já não seria a mesma coisa?

R: Não, não era a mesma coisa. Da minha experiência pessoal, eu vejo que quando faço, por exemplo, algumas caminhadas pela serra, e não tem o rio - embora tenha uma beleza completamente diferente, pronto, não deixa de ser bonito - mas quando eu faço algumas caminhadas em que no final da caminhada temos um rio, é completamente diferente, as pessoas molharem os pés, desfrutarem da água. As pessoas gostam da água, portanto é, sei lá... há uma ligação muito directa entre a pessoa e a água. Penso que é mesmo muito diferente do que estarem aí a criar outras zonas pedonais. Viessem elas, mas aquela também.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

P: Falaste-me em situações graves, e de perigo para a saúde pública. Há pouco, falaste-me, também, da necessidade de se olhar para o rio como um recurso. O que é que queres dizer com isso? O que é quer dizer recurso?

R: O rio Tinto é um recurso. Quer em termos de rio, porque corre água, quer enquanto local de usufruto da comunidade, de junção de gerações, de convívio. No fundo é um recurso que não tem um valor monetário. Mas é um recurso natural. É algo que acarreta um outro tipo de mais-valias, que não só as económicas. Pode ser um local de descanso, de fuga do dia-a-dia de trabalho. E tudo isso, para mim, constitui um recurso, não no sentido de ter um preço, e de ser um bem material, mas também de ser um bem imaterial. Nessa perspectiva.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Também nesta campanha, o rio Tinto surge como um elemento central para a criação de espaço livre e público de qualidade, num território que o teve quando ainda era predominantemente rural, mas que, hoje, no seguimento de um processo de urbanização muito rápido e caótico, tem importantes carências no que diz respeito a esse aspecto.

R: É uma freguesia muito grande, em termos de população, mora muita gente. Cresceu muito. Hoje, a cidade não tem nada a ver com a freguesia que eu conheci quando era pequenina, quando andava na escola primária. Mora muita gente mas, lá está, faltam coisas essenciais para mim. Faltam espaços verdes. Falta ordenamento urbanístico. Falta um sentimento de pertença. Muitas das pessoas que vivem lá não se sentem ali. E eu, se calhar, também não me sinto muito. Lá está, como faço a minha vida toda para o lado do Porto, acaba por nos influenciar e descuidarmos um pouco o local onde vivemos. Mas sinto pena, porque a cidade cresceu, mora muita gente, mas faltam outras coisas, que é tornar a freguesia mais bonita e mais interessante.

P: São as coisas de que me estavas a falar ainda agora? Espaços verdes...

R: Sim. Espaços verdes, locais de convívio. Não só prédios. O que eu sinto é que Rio Tinto são prédios. Não há contacto humano. Não há um local onde as pessoas possam estar debaixo de uma árvore, sossegadas. A Quinta das Freiras é pequeníssima. Aquilo é um parque minúsculo, para o tamanho da freguesia. Rapidamente fica cheio, ao fim de semana, é impossível as pessoas arranjam um cantinho. Eu acho que as pessoas até querem um espaço verde. Mas não existe.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Do ponto de vista do seu potencial cultural, os benefícios de um rio Tinto reabilitado, para o Movimento em Defesa do Rio Tinto, seriam vários. Ainda que não eleve o Tinto a principal símbolo do território que consigo partilha o nome, este actor colectivo sugere que ele tem uma carga simbólica importante, suficiente para, apesar das suas características físicas tidas como pouco ou nada impressionantes, poder funcionar como elemento distintivo e identificador do território, o que é especialmente importante tendo em conta o desordenamento e o (sub)urbanismo de má qualidade. Perdidos os benefícios sociais da ruralidade, o rio surge como linha agregadora e de reencontro com a ruralidade perdida e, ao mesmo tempo, de encontro com uma cultura mais moderna de natureza e qualidade de vida.

Temos consciência de que, realmente, poderá ser um aspecto icónico muito importante, o rio Tinto. O urbanismo da cidade de Rio Tinto é simplesmente desastroso. As infra-estruturas públicas são miseráveis. E, se nós não tivermos nada que dê a volta a isto tudo, continuamos a ser um local sem o mínimo de alma. O que é estranho, porque... eu nasci aqui em Rio Tinto. Depois estive uma década no centro do Porto, morei no centro do Porto, depois voltei a Rio Tinto. E, o que eu sentia aí da minha infância e adolescência é que havia mais identidade do que era ser de Rio Tinto. As pessoas conheciam-se. Havia alguma especificidade. O crescimento desbaratou todo esse poder de identificação, toda essa capacidade de identificação. E tornou tudo isto num aglomerado um bocado amorfo, sem identidade. O que é terrível para o local. E eu acho que é por isso que é tão sedutor o rio Tinto. Tem o nome dele ligado ao nome da cidade e, realmente, poderia ser um grande símbolo de Rio Tinto. Nem que no Verão pudesse ser, realmente, um fiozinho de água. Como imagem, era suficiente.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Um outro elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto leu um texto apelando à mobilização para a despoluição do rio, considerando fundamental, para tal, a ligação de todas as casas ao saneamento, e lembrando a importância do rio para a identidade da cidade, apesar da recente transformação desta num dormitório caótico. Aludiu-se ainda ao património natural e histórico (moinhos do século XVIII) associado ao rio.

Diário de Campo, 18.04.2009

Outra ideia mais desenvolvida, também relacionada com esta construção do curso de água enquanto símbolo local, foi a de que muito daquilo que é a memória de Rio Tinto se encontra associado ao, e inscrito no, rio Tinto, podendo, por isso, o curso de água funcionar como um elemento de preservação e valorização da mesma. É aqui que se insere uma linha de trabalho do Movimento em Defesa do Rio Tinto que procura preservar e valorizar memórias do rio e as suas marcas físicas, no âmbito da qual já se realizaram visitas a ruínas de moinhos e a recolha e divulgação das memórias do Tinto de pessoas mais velhas e com uma história de vida em que esse rio tem um papel importante. Desta linha de trabalho já resultou a publicação de alguns artigos sobre o passado do rio e as suas utilizações entretanto desaparecidas no jornal local *Vivacidade*.

Mas, tal como havia acontecido relativamente ao Movimento Pró-Rio e ao Movimento Rio Tinto a Concelho, a atribuição, à acção colectiva, de significados legitimadores e mobilizadores não passou apenas pela tentativa de reabilitar o sentido do rio Tinto. Tal como fizeram os promotores da campanha de protesto anterior, o Move Rio Tinto inscreve a sua acção num esforço para melhorar a qualidade do território que é Rio Tinto, remetendo-a para o tema de um ordenamento do território tido como correcto e ao serviço da qualidade de vida e dos interesses dos cidadãos.

Eu recordo-me que no primeiro debate que nós ali fizemos houve lá uma frase que foi dita, e que o sentido era mais ou menos este: «as coisas que de mal possamos imaginar, que aqui possam ocorrer, elas vão ocorrer se não fizermos nada». E o que é que de mal pode acontecer aqui, para quem defende uma perspectiva de valorização ambiental, um espaço com a qualidade que dê sentido a este espaço cívico, que é que de mal pode acontecer aqui? Construção, ainda por cima com a dimensão que querem fazer.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

O desordenamento está sempre presente no discurso dos entrevistados: foi o crescimento urbano desordenado que transformou Rio Tinto numa localidade incaracterística, com carências de espaço público, marcada por relações impessoais e é para amenizar estes

problemas que se defende a reabilitação do Tinto integrada num projecto de criação de espaço verde e público no centro da localidade. Para o Move Rio Tinto, os problemas que o território enfrenta são gerados por aquele que considera o verdadeiro motor da urbanização em Rio Tinto. Este não é o planeamento ordenado, a pensar na qualidade do território, mas sim o interesse privado. Considera-se que algumas opções de gestão do território em Rio Tinto, algumas das quais envolvendo o Tinto e a sua bacia, foram tomadas tendo em conta os interesses de minorias privilegiadas e a obtenção de lucro, em vez de procurarem aumentar a qualidade de vida no local.

Que novidade apresenta esta nova proposta? A resposta é simples: para os versáteis terrenos da antiga feira de Rio Tinto é proposta a construção de quatro blocos de apartamentos com onze andares. Para que tal seja possível, foi alterada a localização do «Fórum Municipal», inicialmente programada para esse local. Para a sua nova localização são apontados os terrenos situados entre a linha do Metro e a Avenida do Rio, junto à estação do Metro da Levada. O que ganha a nossa cidade com a alteração proposta? Do ponto de vista do Movimento em Defesa do Rio Tinto: nada. Mais betão, mais tijolos e mais densidade populacional no centro da cidade. E inaceitáveis condicionamentos e pressão sobre o rio Tinto e a ribeira da Castanheira. Mas o que ganha então a Câmara Municipal de Gondomar? Aparentemente nada. O edifício do «Fórum Municipal» não fica valorizado com a alteração do espaço em que é agora proposta a sua implantação. Mas quem beneficiará com a nova localização? A pergunta, de tão óbvia, não carece de resposta. Mais uma vez os interesses privados parecem estar a sobrepor-se a tudo e todos. Durante vários anos temos vindo a manifestar-nos pelo fim da construção de mais habitação no centro da cidade e pela criação de espaços verdes que privilegiem a qualidade de vida da população. Está na altura de voltar a afirmar os nossos propósitos e de apresentar uma proposta alternativa fundamentada, que dignifique a nossa cidade e que a transforme num local melhor para viver.

«Posição do Movimento em Defesa do Rio Tinto, sobre o Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto», publicado em moveriotinto.blogspot.com em 21 de Maio de 2011

O Movimento em Defesa do Rio Tinto atribuiu à sua actividade um outro significado que não está directamente relacionado com o Tinto, enquadrando-a num exercício activo, atento e crítico da cidadania, entendido como um direito fundamental no quadro de uma democracia e, ao mesmo tempo, uma forma de contribuir para a melhoria da qualidade do regime democrático:

A cidadania será de novo activada através da Caminhada em Defesa do Rio Tinto tentando refrear a destruição de séculos de história e de recursos ambientais únicos. Acreditamos nos bons resultados desta acção e no dever de não desistir, apesar de um elevado nível de desconfiança que as (más) decisões continuam a gerar. [...]

Além do contacto com belos espaços naturalizados e desconhecidos da imensa maioria, que urge classificar como de interesse ambiental, a 3ª Caminhada servirá para reclamar medidas concretas, que: concluam a rede de esgotos, torne eficazes os sistemas de tratamento e garantam a reabilitação do rio, valorizem a memória, o património e a sua história; reconheçam aos cidadãos, (que não são um obstáculo) o direito fundamental de se pronunciarem em qualquer altura sobre os processos, cujas decisões, devem assentar em trabalho técnico sério e indiscutivelmente reconhecido; confirmem um uso racional do território, para que seja plena e livremente adoptado pelos cidadãos como um bem público, cujos custos, ao serem suportados por todos, a todos tragam benefícios.

Depoimento para a 3ª caminhada pelo rio Tinto, da autoria de Carlos Duarte (elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto). Publicado em moveriotinto.blogspot.com em 14.04.2009. Destacados no original

Esta ideia de participação activa e quase vigilante relativamente aos poderes eleitos está associada à crença de que o exercício do poder, no contexto local e nacional, nem sempre é totalmente democrático e ainda menos transparente. Ela inscreve na acção do Move Rio Tinto um significado relacionado com o esforço de promoção de uma cidadania activa, que obrigue os decisores políticos a ter em conta e respeitar os desejos dos cidadãos.

Depois há aqui uma outra coisa que é vergonhosa, é lamentável: nós tendemos a confiar na Justiça e a depositar na Justiça alguma esperança de que possa corrigir algumas coisas, mas nós temos, por exemplo, dois ou três documentos da investigação que o Ministério fez - e eu conheço razoavelmente como é que aquilo funciona, como é que a investigação e os inquéritos funcionam. E o grande problema é este: de facto, o Ministério Público não tem meios, não quis, deturpou grande parte dos factos, não investigou os factos. Portanto, quem estiver a ler como deve ser os relatórios e as informações e tal... ultimamente nós fomos notificados, fomos prestar declarações na Polícia Judiciária sobre um conjunto de factos de que tínhamos conhecimento, entregámos documentos e depois a investigação que foram fazer refere que não encontraram nada de ilegal, que, antes pelo contrário, o metro que até melhorou. Não melhorou coisa nenhuma. Referiram-se a coisas que não tinha a ver com a Quinta da Boavista, mas que tinha a ver com a zona dali de trás da Quinta das Freiras. Quer dizer, há uma distorção. Porquê? A Justiça, neste momento, nem tem meios, nem tem tempo. E muitas das vezes também existe o *yes man*, o não incomodar pessoas proeminentes porque poriam em causa, provavelmente, pessoas muito gratas cá da nossa praça. Há uma certa podridão no meio disto tudo. Fizeram-se as obras que só *a posteriori* é que foram licenciadas, na zona REN e na zona RAN. Quer dizer, há ilícitos, há regras que não foram cumpridas, isto devia motivar a aplicação de coisas... não há! A gente fez várias coisas para o SEPNA, sobre poluição, coisas que a gente fotografa, põe vídeos, põe no *Youtube*, e os gajos mandam-nos sempre relatórios a dizer: «é pá, mandamos as nossas equipas, não detectaram nada de especial, nada de anormal». Quer dizer, o que é isto senão desactivar... as pessoas deixam de acreditar nas instituições. E é um bocado sintomático o que está a acontecer neste momento, vê-se aí esses movimentos todos por aí, um bocado à margem dos partidos, mas, na verdade, as instituições do Estado estão demasiado enfeudadas em interesses económicos, em interesses de organizações, em interesses partidários e não cumprem a sua missão. Portanto, isto só se conseguiria mudar de facto, com uma maior consciencialização dos cidadãos, com uma participação mais activa. O que não é fácil porque os cidadãos têm os seus quadros de vida cada vez mais complexos e é difícil as pessoas manterem a motivação, manterem disponibilidade, manterem, digamos, tempo e dedicação a estas coisas.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

O excerto citado revela que a vigilância cívica é tida como necessária devido à crença no mau desempenho dos actores do Estado, considerados subservientes face aos interesses de grupos específicos e ao poder económico e pouco transparentes. Mas as questões tocadas no excerto citado remetem-nos para a insatisfação face ao funcionamento da democracia que se verifica em Portugal (Magalhães, 2009), assente, entre outros aspectos, na falta de confiança relativamente à justiça, que a maioria dos portugueses considera tratar de forma diferente cidadãos situados em posições sociais distintas, na percepção de que as decisões políticas são condicionadas por outros poderes e de que a responsividade do poder político é baixa – ou, dito por outras palavras, de que as expectativas dos cidadãos não são atendidas pelos eleitos. O autor encontrou também, ainda que de forma menos pronunciada, uma tendência de

cepticismo relativamente ao conjunto de organismos que têm como função evitar abusos de poder por parte do Estado.

Por último, há que referir ainda que a necessidade da reabilitação do Tinto foi ainda justificada pelo facto de o rio, tal como se encontra hoje, ter implicações negativas sobre a qualidade de vida das pessoas, implicando, mesmo, um certo grau de perigosidade, no que diz respeito, por um lado, às potenciais consequências negativas da poluição para a saúde público e, por outro lado, aos perigos associados ao risco de cheia.

Um dos responsáveis do Movimento, elevando a voz, dirige-se às pessoas presentes, fala do protesto que está a ser realizado. Agradece a presença de todos, lamenta o atraso das reparações necessárias nas margens do rio e de um colector de saneamento instalado no leito danificado durante as cheias, e diz que no próprio dia tinha estado no local um canal de televisão – facto que atribui à acção do movimento. Revela ainda que, nos dias mais recentes, surgiram na comunicação social notícias que indicavam que, de acordo com as diversas entidades responsáveis, aquela situação seria rapidamente resolvida. No entanto, o Move Rio Tinto declarava-se céptico quanto à transformação daquelas intenções em acção concreta. Divulgou que o Movimento tinha apresentado uma queixa ao SEPNA relativamente ao estado do rio naquela zona – que classificou de «problema de saúde pública» – e que ia, naquele momento, apresentar outra no Centro de Saúde de Rio Tinto, ao delegado de saúde que, na sua opinião, deveria ter sido mais actuante face ao problema registado.

Diário de Campo, 05.06.2010. Concentração pela reparação de um talude marginal e de um emissário de saneamento

Os significados produzidos pelos promotores das duas campanhas de protesto analisadas associados às suas reivindicações e à sua acção apresentam em comum um aspecto importante: o rio Tinto foi transformado no tema central de conflitos que, como vimos, estão relacionados com as opções em aberto para a zona central de Rio Tinto: de um lado, a urbanização através da construção em altura, à qual os actores colectivos em causa se opuseram e opõem; do outro lado, a preservação da área enquanto espaço não edificado, convertido numa área de lazer. A construção, a concretizar-se, é vista, pelos protagonistas do protesto, como uma decisão errada, comprometedora da qualidade de vida num território que, devido um processo de urbanização rápido, desordenado e estimulado por interesses privados, carece de identidade, de zonas verdes públicas, e de espaços de encontro e lazer. Por outro lado, a reabilitação do Tinto integrada com a criação de um parque urbano é considerada um projecto capaz de melhorar a qualidade do território, criar uma referência física importante para a reconstrução do sentido do lugar e trazer benefícios ambientais e sociais. Revela-se,

assim, o problema do desordenamento do território e das suas consequências para a vida urbana - e menos os problemas da poluição da água, da perda de biodiversidade ou do risco associado à degradação do rio - como o principal motor dos conflitos estudados. O primeiro está, aliás, na origem dos segundos. Os participantes nos actores colectivos que mais se destacaram nas duas campanhas de protesto mostram-se animados pela ideia de uma cidade com referências físicas que reforcem o sentido de lugar, com espaços para o convívio, o lazer e o contacto com a natureza, com um tecido urbano mais legível e ordenado. O Tinto surge, no seu discurso, como parte do problema, mais vasto, da má qualidade do urbanismo.

Por outro lado, a valorização do verde dos parques por oposição ao cimento dos prédios e dos espaços de convívio público por oposição à impessoalidade da vida suburbana, bem como a utilização do rio e das actividades que lhe estavam associadas, num passado não muito distante, como elemento de referência na construção da especificidade do lugar, revelam uma valorização do passado rural da localidade que reflecte a ideia, muito presente na sociedade portuguesa, de que é o mundo rural que pode oferecer uma maior qualidade de vida (Schmidt *et al*: 2000).

Em suma, o enfoque das reivindicações no Tinto implicou um trabalho de reabilitação simbólica, procurando-se contrariar a imagem de curso de água repugnante e incómodo que ele adquiriu ao longo dos últimos anos para boa parte da população. O Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho tentaram explorar, sobretudo, a dimensão simbólica do rio, a sua presença nos símbolos oficiais da localidade de Rio Tinto e o facto de partilharem o nome, reivindicando uma ligação histórica entre ambos. O Movimento em Defesa do Rio Tinto acrescentou ainda argumentos relacionados com as vantagens que um rio devidamente integrado no território pode trazer a nível de qualidade do ambiente urbano e, consequentemente, de qualidade de vida. Ambos aludiram ainda à memória do Tinto enquanto elemento importante para o território no seu passado rural, devido à utilidade económica e social que então teve. Dito de outra forma, pretendeu-se recuperar o valor positivo que o rio teve, devido às funções que, através do seu potencial eco-social, ele preencheu no passado para parte da população e que se perderam devido aos processos, ligados entre si, de transformação profunda do território e de degradação ambiental do próprio curso de água, e às mudanças sociais, económicas e culturais que se verificaram entretanto. Por outro lado, foram sugeridos novos benefícios que podiam ser colhidos do rio, caso o seu estado ambiental fosse melhorado e a sua integração no território conseguida. Há uma relação intrincada entre aquilo

que são as características físicas do rio, o seu estado ambiental, as utilizações do mesmo, a acção dos grupos de protesto e restantes actores envolvidos nos conflitos estudados; factores como a transição do território de uma realidade rural para outra urbana de baixa qualidade – com tudo o que isso acarreta a nível cultural e económico – e o crescente consenso relativamente ao valor intrínseco dos recursos ambientais e à necessidade da sua preservação; e os vários rios – e não-rios - que, ao longo dos anos, o rio Tinto significou para grupos diferentes.

Por outro lado, e para além desta ênfase na ideia de que a defesa do Tinto é, também, a defesa de um lugar com uma identidade e com melhor qualidade de vida para aqueles que nele residem, a acção colectiva surgiu misturada com outros significados: na primeira campanha de protesto, a Quercus trouxe, com a sua participação, um conjunto de questões relacionadas com os benefícios ambientais das linhas de água urbanas e as consequências negativas de um mau ordenamento do território. Na segunda campanha, o Movimento em Defesa do Rio Tinto associou a defesa do Tinto à defesa do ambiente, mas também ao exercício activo do dever de cidadania e ao exercício de vigilância, saudável e atenta, sobre o exercício do poder por parte dos decisores políticos. Outro significado comum às duas campanhas foi a defesa do interesse público contra a implementação de medidas que iriam prejudicá-lo, beneficiando interesses económicos de uma minoria. Independentemente de se considerarem estes significados como motivos legítimos para a acção ou como argumentos estratégicos com o fito de legitimar a acção colectiva e mobilizar participantes, preservar o rio para defender o ambiente foi apenas um dos argumentos presentes no discurso dos grupos que lideraram as duas campanhas de protesto analisadas, e não foi o argumento central de nenhum deles, o que mostra como o tema ambiente não é inócuo, e não pode ser visto de uma forma isolada, surgindo, neste conflito, associado a outras dimensões que com ele se articulam: ele é, também, um tema político, social e económico.

XII

Outras formas de legitimação: a natureza estratégica da construção da identidade e a escolha de boas companhias

Não foi apenas através dos significados inscritos na acção colectiva que se procurou a sua legitimação mesma. Ao longo da nossa pesquisa, encontrámos outras formas de a apresentar como algo justo e razoável: por um lado, a tentativa de associar às campanhas de protesto actores - individuais ou colectivos - dotados de reconhecimento e prestígio social e, por outro, a construção, por partes dos grupos que foram criados precisamente para promover o protesto, de identidades que se poderão considerar estratégicas, pela forma como os apresentavam e realçavam determinados aspectos tidos como positivos.

A construção da identidade colectiva, num contexto de protesto, é feita de forma relacional e pode ser alvo de reajustamentos ao longo do conflito. Ela faz parte da própria estratégia do actor colectivo: o modo como este se define perante os seus opositores, os seus aliados e o seu público é, pelo menos parcialmente, pensado de forma a permitir vantagens no recrutamento de novos elementos, na imagem apresentada ao público do protesto, e nas relações estabelecidas com outros actores (Polletta e Jasper, 2001). A este propósito, repare-se, desde logo, na escolha da palavra «movimento» para a designação com que se apresentam, com toda a importância que ela tem como forma de apresentação de si, de resposta à pergunta «quem somos nós enquanto actor colectivo», um termo que, na linguagem comum, é utilizado para definir uma multiplicidade de actores colectivos, muito diferentes entre si, e que, como notou Tilly (2004), possui, nos dias de hoje, uma conotação positiva. Diz este autor que por «movimentos» tendemos a designar os actores colectivos com os quais simpatizámos, aqueles que valoramos positivamente. Para além disso, o nome de qualquer um dos dois actores colectivos em causa - Movimento Pró-Rio e Movimento em Defesa do Rio Tinto - transmite uma ideia positiva e com a qual é fácil concordar: a preservação e valorização de um rio. Mas, em qualquer das duas designações, essa defesa é apresentada de um modo vago e abrangente, sem se precisar o que é que, realmente, se pretende para o curso de água em causa. No caso do Movimento Pró-Rio, o nome não permite identificar o seu objectivo principal e mais imediato, que era impedir o entubamento do Tinto e a construção nos terrenos envolventes, e não promover a sua despoluição ou a sua reabilitação e enquadramento equilibrado no

território urbano, questões que foram por si abordadas, geralmente, de uma forma menos desenvolvida e como alternativas ao entubamento.

Outro aspecto onde o carácter estratégico da construção da identidade destes actores colectivos pode ser detectado é na forma como estes se apresentam relativamente à luta partidária local, afirmando com veemência a sua independência face aos partidos políticos, mesmo que, como vimos, do grupo inicial do Movimento Pró-Rio tenham feito parte militantes da JS, e do grupo inicial do Move Rio Tinto, elementos do PCP. Como já referimos num momento anterior, entre partidos políticos e grupos de protesto ambiental existe, muitas vezes, uma relação complexa: os primeiros poderão revelar-se úteis para os segundos, fornecendo-lhes importantes recursos para a acção colectiva, como competência política, dinheiro e trabalho, e poderão, também, aumentar a visibilidade do protesto; porém, a actuação dos partidos, relativamente aos temas ambientais, é, muitas vezes, guiada por objectivos eleitoralistas, o que pode gerar desconfiança.

Quando se demarcam do confronto partidário local, o Movimento Pró-Rio e o Move Rio Tinto procuram evitar ser instrumentalizados e «arrumados» politicamente; mas também procuram, implicitamente, afirmar que a sua abordagem ao tema do rio se rege por princípios distintos daqueles que são frequentemente atribuídos aos partidos políticos, ou seja, a obtenção de ganhos eleitorais e a conquista de poder. O que lhes interessa são as questões que apresentam como motivadoras da sua acção, relacionadas, como vimos, com a degradação do Tinto e com a qualidade e identidade do território de Rio Tinto. Assim, ambos se apresentam como alheios à política partidária, afirmando não tomar partidos e estar abertos à colaboração e a participação de todos, independentemente da sua preferência ideológica e simpatia partidária: o seu único interesse será melhorar as condições da bacia ecológica do rio e, a partir daí, a qualidade de vida em Rio Tinto.

É evidente uma preocupação, de resto, em afirmar este como o único objectivo subjacente à sua existência e acção e, consequentemente, a sua independência relativamente a outros interesses, procurando mostrar que a sua causa é autêntica, e não de carácter instrumental. Também o Movimento Rio Tinto a Concelho, embora não exista, obviamente, por essas razões, insistiu na ideia de que promoveu o protesto associado ao curso de água sem outros interesses ou motivações que não impedir o entubamento e a construção - e, implicitamente, valorizar do território de Rio Tinto. Aliás, esta associação sempre se apresentou como um actor colectivo que lutava não só pela elevação administrativa de Rio Tinto, mas também pela

defesa dos interesses de Rio Tinto e pelo desenvolvimento deste território.

Deve ser ainda lembrado, como já tivemos oportunidade de demonstrar, que ao mesmo tempo que os elementos centrais de cada um dos grupos envolvidos no protesto afirma a sua acção como direccionada exclusivamente para o rio, pelo menos alguns deles consideram que os restantes actores colectivos abordaram o tema do rio para tentarem conquistar vantagens para a prossecução de outros objectivos, como maior visibilidade (casos da Quercus e do MRTC) e obtenção de ganhos eleitorais para o partido a que estariam associados de forma encapotada (casos do Movimento Pró-Rio e Move Rio Tinto). Ora, ao classificar a actuação dos outros actores colectivos como subordinada a interesses camuflados, os elementos de cada um deles estavam, implicitamente, a reforçar a ideia de que tinham seguido uma lógica diferente, mais transparente e autêntica - e, logo, mais legítima - relativamente aos seus objectivos e motivações.

Assim, ao longo da primeira campanha de protesto, o Movimento Pró-Rio - onde, como vimos, participaram militantes da JS e que foi associado à esfera de influência do PS - procurou sempre apresentar-se como um grupo independente, afirmando opor-se ao entubamento do Tinto por pretender, apenas, melhorar a qualidade do território em Rio Tinto e preservar aquela linha de água:

O Movimento Pró-Rio irá levar a cabo uma concentração **ecológica, cívica e apartidária**, no dia 7 de Março, sábado, pelas 10 horas, junto à igreja de Rio Tinto.

Essa concentração tem como objectivo protestar contra o entubamento e desaparecimento do rio Tinto para nascerem gigantescas construções em cima.

Não é uma questão política, mas um corte das raízes e das asas desta terra.

Excerto de um panfleto distribuído pelo Movimento Pró-Rio em 1998. Destacados no original.

Repare-se a forma como o excerto acima transcrito, que se pretende mobilizador para uma iniciativa do Movimento Pró-Rio, procura transmitir a razoabilidade e justeza da mesma demarcando-a, por duas vezes, da política feita pelos partidos. Os momentos em que essa demarcação acontece, ainda para mais, surgem destacados no texto, primeiro a negrito e sublinhado, e depois apenas com sublinhado. É conferido maior destaque, no texto, a esta afirmação de independência relativamente aos partidos políticos do que aos objectivos do evento de protesto que ia ter lugar: mostrar o desacordo relativamente ao entubamento de um troço do Tinto e à edificação dos terrenos contíguos. Trata-se de um excerto que demonstra

bem a importância que a afirmação de um estatuto independente, do ponto de vista partidário, teve para o Movimento Pró-Rio.

Há ainda que referir que o Movimento Pró-Rio evitou, igualmente, o rótulo de «ambientalista», preferindo classificar-se como um grupo de cidadãos e procurando enfatizar a juventude de alguns dos seus elementos, procurando, desse modo, reforçar a sua imagem de independência.

Somos um movimento composto sobretudo por jovens da cidade de Rio Tinto. Surgimos após notícias de jornais, nomeadamente no 'Jornal de Notícias' de 6.02 e no 'Comércio do Porto' de 8.02.1998. Essas reportagens sobre o atentado ambiental contra o rio Tinto deram-nos força para lutar por um bem da nossa terra – o rio que deu o nome à cidade.

Excerto de uma carta do Movimento Pró-Rio dirigida ao Provedor de Justiça, 11 de Março de 1988

Bem, a gente escreveu ao Provedor de Justiça, escreveu a muita gente. E então, fazíamos uma parceria muito engraçada. Eu escrevia, eu redigia. O Marco assinava, como o jovem. Eram sempre os jovens, portanto, dava outra força. Eram sempre os jovens de Rio Tinto, mas era eu que escrevia.

Elemento do Movimento Pró-Rio

Por outro lado, o Movimento em Defesa do Rio Tinto também procura enfatizar a sua autenticidade afastando conotações partidárias e definindo-se da forma mais aberta possível, ou seja, como um «movimento popular» e um «grupo de cidadãos», definições que veiculam, simultaneamente, uma ideia de independência e de diversidade dos seus elementos. Desta forma, apresenta-se como um movimento aberto à participação de todos e abrangente, procurando maximizar as possibilidades de recrutamento de novos elementos.

Os signatários apelam a todos os Riotintenses para serem parte activa de um movimento cívico e popular que lute pelos objectivos atrás enunciados e obrigue a Câmara Municipal de Gondomar a adoptar verdadeiras medidas de valorização e requalificação ambiental do rio Tinto e da cidade a que dá o nome.

Excerto do Manifesto do Movimento em Defesa do Rio Tinto, aprovado em 18 de Abril de 2006

Repare-se ainda na presença da expressão «movimento cívico», aliás, igualmente utilizada pelo Movimento Pró-Rio para se auto-definir, a qual possui, claramente, uma conotação positiva, remetendo para o exercício dos direitos e deveres da cidadania.

Tal como no caso do Movimento Pró-Rio, a preocupação em adoptar um discurso que o afasta

do confronto entre partidos políticos é evidente:

E depois também há o poder político. O poder político tem poder económico, ou, pelo menos, algum poder económico. E às vezes consegue facilmente disponibilizar meios que são fundamentais para a divulgação do problema. Mas aqui há aquela coisa que a mim, pessoalmente, não me agrada, que é misturar a política e os princípios do movimento. Mas é inevitável, nós temos de viver com isso. Nós, por exemplo, assumimos que, na última campanha eleitoral, não fizemos absolutamente nada. E, mesmo assim, somos frequentemente acusados de sermos favoráveis a um partido, depois a outro. Em determinadas ocasiões somos associados a um partido político, outras vezes somos a outro, o que prova um bocadinho a nossa distância. Mas nós temos contactos políticos. São os políticos que vão tomar as decisões fundamentais.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Tal como no caso do Movimento Pró-Rio, o Movimento em Defesa do Rio Tinto não se apresenta como um movimento ambientalista, apesar de insistir de forma mais vincada e desenvolvida no problema ambiental do que o anterior. Ao longo das entrevistas conduzidas, conseguimos perceber que nos grupos de coordenação de cada um deles nunca predominaram pessoas que se pudessem definir - ou que se definissem a si próprias - como ambientalistas, mesmo que revelassem alguma preocupação relativamente aos problemas ambientais e a adopção de alguns comportamentos «verdes», como por exemplo a separação do lixo. Embora, num caso e no outro, estivessem presentes pessoas com ligações ao movimento ambientalista, através da filiação em - ou colaboração com - associações «verdes», estas estiveram sempre em minoria. No discurso de alguns elementos do Move Rio Tinto, o ambientalismo surge como algo que pode resvalar para ideias e condutas tidas como radicais e nem sempre sustentáveis. Partindo do já referido conceito de movimento social proposto por Mario Diani (1996, 2003), a ausência da identificação com o movimento ambientalista impede-nos de qualificar estes grupos como parte dele.

Nem tudo que é defesa do ambiente me parece correcto. Às vezes há aqui a criação de alguns grupos que eu não sei muito bem o que é que vai dar, não é? E se eu não acreditar nos projectos, não é só porque alguém diz que é por aí. Por exemplo: quando falamos na questão dos produtos biológicos, isso para mim é uma coisa que não resulta, não resolve o problema. Primeiro porque não há uma cultura maciça das coisas, portanto, continua a haver gente a morrer à fome no mundo. Por outro lado, do meu ponto de vista, é impensável pensarmos nisso por causa dos preços. Isto tem tudo a ver um bocado com a relação preço - qualidade. Eu não vou falar da parte dos químicos, das terras que são utilizadas e tal porque essa parte eu não domino, mas se aquilo for perfeito, as pessoas não podem no seu dia-a-dia comprar as tangerinas, por exemplo, cinco vezes mais caras do que o preço delas como produto da outra cultura que se usa actualmente. É impensável.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Para além dos significados atribuídos à acção colectiva pelos seus protagonistas e da identidade que construíram para si próprios, devemos ainda referir uma terceira forma de legitimação da acção colectiva: a construção - ou, pelo menos, a tentativa de construção - de laços de cooperação com actores, individuais ou colectivos, dotados de notoriedade e reconhecimento social. Esta é, de acordo com Tilly (2004), uma das formas que os actores envolvidos no protesto encontram para exhibir o seu valor, e também de apresentarem as suas reivindicações como legítimas.

O Movimento Pró-Rio procurou associar dois historiadores reputados à sua luta; para além disso, a presença da Quercus e da comunidade escolar de Rio Tinto na primeira campanha de protesto também podem ser interpretadas como servindo, entre outras coisas, os esforços de legitimação do protesto. No entanto, esta é uma forma de legitimação presente, sobretudo, na segunda campanha de protesto estudada. A construção de laços de colaboração com diversos actores beneficia o Move Rio Tinto não só do ponto de vista da obtenção de recursos fundamentais para a acção colectiva através de um investimento em capital social, mas constitui, também, uma forma consciente e intencional de conquistar legitimidade. Quando, nas caminhadas anuais, estão presentes autarcas de Rio Tinto e Gondomar, o Movimento em Defesa do Rio Tinto passa a mensagem de que não é um movimento de contestação ou de oposição política, pretendendo antes trabalhar com os decisores que têm capacidade de decisão e influência para implementar medidas que visam a reabilitação do rio – embora, como já referimos, esta seja uma abordagem que tem como consequência o afastamento de pessoas que prefeririam uma estratégia de confronto com o poder local. Quando convida académicos de diversas áreas científicas – biologia, engenharia, arquitectura – para estarem presentes em algumas das suas iniciativas e tecerem algumas considerações e transmitirem

alguns conhecimentos relacionados com o rio, o seu estado ecológico e as possibilidades de reabilitação e integração do mesmo no tecido urbano e respectivas vantagens, este actor colectivo está a procurar demonstrar que os objectivos que propõe são tangíveis.

Ao ter ao seu lado algumas associações ambientalistas, entre as quais a mediática Quercus, beneficia da credibilidade que, geralmente, lhes é reconhecida (Soromenho-Marques, 2002). Associar o seu nome a algumas iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto e fazer-se representar nas mesmas é, aliás, e juntamente com a sua divulgação através da rede de contactos que possui, a principal forma que a Quercus tem de apoiar este actor colectivo, num contexto de múltiplas solicitações e poucos recursos.

R: O núcleo tem um trabalho muito diversificado, e em várias áreas, é núcleo para a região, quase. É muita coisa. Não nos podemos cingir a um ou outro sector. Vamos dar apoio a quem precisa de apoio, nem que seja só o nome. Isto às vezes funciona um pouco assim, é a Quercus, tem algum peso, embora eu diga sempre que o peso maior é das pessoas que fazem a Quercus, não do nome. Mas, em termos de promoção, por exemplo, de iniciativas em relação ao rio, não temos tido oportunidade. Têm sido muitos campos onde agir. Mas, por exemplo, qualquer apoio que seja pedido pelo movimento é aceite, tal como outro de um movimento qualquer que salvguarde as questões ambientais. Todos os dias recebemos no *mail* pedidos de ajuda, ou por causa das descargas num rio, ou porque estão a abandonar cães, ou isto ou aquilo. É muito abrangente. Acabámos por nos debruçar sobre várias áreas tão diferentes. O apoio pode, portanto, não ser tão grande como o desejado, mas vamos fazendo o que podemos, não é?

P: Portanto, essa falta de capacidade de pegar aqui no rio tem mais a ver com a divergência dos interesses e a falta de recursos que vocês têm neste momento, e as pessoas que vocês têm.

R: Sim, sim. E as pessoas que nós temos. Nós dependemos de voluntários. No núcleo do Porto só há uma pessoa que é remunerada, que é a que está permanentemente na sede da Quercus. De resto, todas as acções desenvolvidas, são voluntárias. E, neste contexto, dependemos muito das pessoas.

Elemento da Quercus

As primeiras edições das caminhadas anuais pelo Rio Tinto mostram bem como o Movimento em Defesa do Rio Tinto procurou associar pessoas com elevada notoriedade como forma de legitimar estas iniciativas. Para a primeira caminhada, foi constituída uma “comissão de honra”, na qual se encontravam individualidades de diversas áreas – desporto, política, mundo académico – algumas gozando de reconhecimento local, outras conhecidas a nível nacional, que deram o seu apoio à iniciativa. Entre estas contavam-se políticos locais, académicos e atletas profissionais. Na terceira edição desta iniciativa, o grupo publicou cerca de duas dezenas de textos de apoio à ideia da reabilitação do rio, da autoria, sobretudo, de locais de

Rio Tinto, vários deles com notoriedade, em muitos casos, pelo seu envolvimento na vida cívica e política da cidade, e ainda pelo então vereador do ambiente da Câmara Municipal de Gondomar, Castro Neves, pelo então administrador da Lipor, Fernando Leite, e pelo investigador e coordenador do Projecto Rios, Pedro Teiga. Apesar de estes textos remontarem a 2009, o blogue do Movimento em Defesa do Rio Tinto mantém, ainda, *links* para os mesmos visíveis na sua página inicial.

Em suma, observa-se que o Move Rio Tinto e o Movimento Pró-Rio construíram uma apresentação de si que contribui para a sua legitimação. Isto é perceptível, desde logo, nas designações através das quais são reconhecidos, na forma como se apresentam (um movimento popular de cidadãos no primeiro caso, um movimento cívico constituído sobretudo por jovens, no segundo), e também na maneira como insistem em vincar a sua independência relativamente a outros actores colectivos, designadamente a partidos políticos, e a outros interesses que não a defesa do Tinto. Outra forma de legitimação encontrada consistiu em procurar obter o apoio de actores colectivos e personalidades notáveis e dotados de reconhecimento social.

Nenhum dos actores colectivos que lideraram as campanhas de protesto estudadas se apresenta como um grupo ambientalista, isto apesar de terem estabelecido contactos com algumas associações ambientalistas. Para além de não ter sido essa a identidade colectiva escolhida, a generalidade seus elementos, ainda que admitindo ter sensibilidade para as questões ambientais e de procurar incorporar, no seu quotidiano, alguns comportamentos amigos do ambiente, não se define como ambientalista e, em alguns casos, mantém mesmo algumas reservas face ao movimento ambientalista. Recordando uma secção anterior da tese, verificamos que, apesar de todos os elementos centrais destes actores colectivos terem um percurso de participação política e cívica longo, poucos eram aqueles que tinham participado activamente no movimento ambientalista.

XIII

Os residentes das margens à margem do conflito

Alheios, de uma forma geral, dos processos estudados - sobretudo da sua liderança - estiveram aqueles que, à partida, se perfilariam como os seus mais prováveis protagonistas: as pessoas que mais directamente sofrem com os problemas de degradação do Tinto, ou seja, aquelas que vivem nas suas margens, sobretudo em zonas onde os incómodos e riscos resultantes da degradação do rio se fazem sentir de maneira mais premente.

Reorientemo-nos, lançando um olhar breve às nossas coordenadas teóricas: de acordo com um argumento encontrado em parte da literatura especializada, que procura explicar o protesto ambiental local convocando os próprios problemas ambientais que lhe estão associados, aquele emerge como uma reacção contra um problema ecológico dotado de uma elevada visibilidade primária e percebido como uma ameaça à saúde pública, à qualidade de vida ou aos interesses materiais de um grupo de pessoas, que assim se mobiliza com o objectivo, bem definido, de afastar essa ameaça do seu quotidiano. Também por isso, seria expectável que quem mora perto do Tinto e tem de suportar as más condições de salubridade do rio e já teve problemas com inundações estivesse activamente envolvido nas campanhas de protesto estudadas. No entanto, constatámos que, apesar de termos registado a presença de alguns – poucos - residentes ribeirinhos em iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto, os habitantes das margens do Tinto foram fundamentalmente espectadores do protesto, surgindo mesmo, ocasionalmente, como seus opositores. Isto é explicado por um conjunto de razões diversificadas, algumas delas específicas de cada uma das campanhas estudadas, outras comuns às duas.

Através das entrevistas que realizámos com moradores das margens do Tinto e com pessoas que, por uma razão ou outra, têm uma forte ligação ao rio, mas que estão afastadas das campanhas de protesto ambiental em causa, encontramos, frequentemente, um certo fatalismo, a crença de que a degradação do rio é irreversível. As razões para a existência desta crença na impossibilidade de recuperar o Tinto são várias. Uma delas tem a ver com a naturalização dos problemas ambientais, isto é, com a sua aceitação como fazendo parte do quotidiano. Recordamos que a degradação ambiental do rio é uma história que já conta com muitas décadas: a poluição começou a tornar-se mais visível e a interferir com algumas das

funções eco-sociais do rio pelo menos desde a década de 60 do século passado, a que se somou a progressiva ocupação das margens, transformação da morfologia e artificialização da linha de água. Alguns dos residentes da zona ribeirinha com quem conversámos conheceram sempre o Tinto como um rio sujo, um sítio desagradável e a evitar.

Eu sempre me habituei a ver o rio como um sítio de que tínhamos de estar afastados. E que não era muito agradável. Eu tenho um tio que gostava muito do rio, estava lá, todos os fins-de-semana, sempre a tentar tirar o lixo. Mas do que eu me lembro é ver as pessoas, os vizinhos, a atirar lixo *p'ra* lá. Era comum.

Moradora nas margens do Tinto

A crença na inevitabilidade da degradação, por parte de alguns residentes ribeirinhos está firmemente edificada sobre um segundo factor: uma grande desconfiança relativamente à capacidade dos poderes públicos para actuarem no sentido de introduzirem melhorias no estado ambiental da bacia do Tinto. Isto, por sua vez, está associado a três maneiras de perceber a sua actuação que geram esta descrença na possibilidade de, um dia, as entidades que tomam decisões relativamente à gestão do rio possam inverter a sua degradação.

A primeira tem a ver com a incompetência que lhes é atribuída em vários campos de actuação com impacto directo nas condições ambientais do Tinto. No discurso de alguns dos residentes da zona ribeirinha entrevistados, a responsabilidade por muitos dos problemas do Tinto é-lhes apontada porque se considera que não existiu a capacidade de os prever e evitar, tendo sido tomadas decisões que conduziram ao agravamento da situação. As instituições visadas são a Metro do Porto e a Câmara Municipal de Gondomar. À primeira é apontada responsabilidade na origem das cheias de 2009, através da má execução da construção da linha Dragão - Venda Nova, designadamente na zona das Perlinhas, onde o leito terá sido obstruído e estrangulado, gerando a inundação. O arrastamento de materiais de construção ao longo do canal também contribuiu para os estragos verificados.

Não sei se tem conhecimento, mas fica a saber, o seguro da Metro pagou os prejuízos todos das pessoas aqui [Perlinhas]. Ainda foram uns prejuízos avultados. Portanto, a responsabilidade deles foi de tal ordem que eles foram obrigados a pagar. Portanto, nessa altura, a empresa do metro não queria pagar nada. Nós tivemos que provar que, realmente, a culpa foi da Metro.

Morador nas margens do Tinto

A autarquia, por sua vez é acusada de negligenciar o saneamento, de dotar Rio Tinto com uma

rede de águas pluviais desadequada à dimensão da cidade, o que potencia as inundações, de ter artificializado o rio, e de ser permissiva relativamente à construção em excesso, e em locais onde não se deveria construir, e à impermeabilização de uma grande área do território de Rio Tinto.

Há muitas casas sem saneamento! Aqui estes prédios do lado esquerdo, e o restaurante, não têm. Nada tem saneamento! Isto é tudo para o rio!

Moradora nas margens do Tinto

As águas pluviais que transbordassem, iam para a margem do rio. Agora não passa. Entra pelas grelhas, o que está limitado. Ou então não entra pelas grelhas e espalha-se por aqui fora. Tem um inconveniente muito grande. Quando vem muita quantidade de água, ela espalha-se por aí. Tem uns lanhozinhos, mas não dá vazão. Antigamente tinha muito por onde passar, agora está atrofiado. Antes havia terrenos muito mais amplos. Antes da construção eram campos, os campos absorviam a água. Construíram, canalizaram tudo *p'raqui*. Portanto, está a ver, o caudal da água multiplicou-se a cem por cento. Atrofiaram a saída dele. Portanto, já está a fazer ideia do que é que acontece quando vem uma quantidade enorme de água. Não há hipótese. Para além de atrofiarem aqui, impermeabilizaram da parte de cima, canalizaram *p'raqui*. 'Tá a ver o problema que isto pode causar. Já causou, quando isto estava em obras, e se vier uma quantidade de água como vem de vez em quando, já se sabe o resultado que aqui vai ter. Vai ter toda a gente água dentro de casa.

Morador nas margens do Tinto

A segunda base em que assenta a descrença da capacidade dos poderes públicos reside na ideia de que a gestão pública é condicionada pela existência de interesses económicos que têm uma grande capacidade para influenciar a tomada de decisões. De acordo com esta percepção, os decisores tenderão a intervir em áreas que possam beneficiar esses interesses, relegando para segundo plano outros temas. Acreditando nisto, e vendo a reabilitação do Tinto como algo que implica um conjunto de medidas dispendiosas e que não gerariam retorno financeiro, as pessoas que partilham esta ideia não acreditam que possam ser aplicados recursos para intervir no rio. Outros, porém, consideram que a degradação do Tinto não será um problema suficiente grave, quando comparado com outros, para justificar uma intervenção prioritária num contexto de escassez de recursos.

O que interessa às câmaras é fazer muitas ruas e fazer arruamentos, *qu'é p'ra* vender terrenos *p'ra* prédios. Agora é que isso está um bocado parado, senão já tinham destruído isto [*zona da Levada, Rio Tinto, onde existem bosques e campos agrícolas*]. Já vieram aqui quantas vezes, fala-se que vão fazer aqui uma rotunda, vão abrir aí uma avenida nova até lá acima. Mas quando? Eu vou morrer e isto ainda vai continuar assim! Eles não têm dinheiro!

Morador nas margens do Tinto

Não acredito que mude isto [*a situação do rio*]. Porque é assim, a gente vê as notícias, e pensa. Não há dinheiro *p'ra* estas coisas, não é? Isto são coisas secundárias, *p'ra* muita gente. É mais prioridade para os velhotes, coitados, que os abandonam, podiam ao menos ter uma casinha *p'ra* estar abrigados da chuva e do vento, como se costuma dizer. Ao menos que não passassem fome. Acho que isso é mais importante do que o rio. Mas, em segundo lugar, se houvesse isto, pronto, a gente gostava e queria. Mas não há hipótese para isto. Não há verbas para semelhante.

Moradora nas margens do Tinto

Uma terceira percepção sobre exercício do poder político que ajuda a explicar a descrença na possibilidade da reabilitação do rio tem a ver com a ideia de que os eleitos utilizam os cargos políticos para servirem, em primeiro lugar, os seus próprios interesses, não se dedicando como deveriam à resolução dos problemas dos eleitores:

Os elementos do Move Rio Tinto tentavam dizer aos quatro residentes locais que o seu protesto individual era muito importante, de modo a fazer chegar às autoridades o seu descontentamento. Estes iam-se manifestando preocupados com a situação – sobretudo com as dimensões do problema mais visíveis e que directamente os afectavam (o mau cheiro que tinham de suportar e o perigo de cheias e erosão) – e iam dizendo que já tinham protestado várias vezes junto à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia. Por sua vez, os elementos do Move Rio Tinto retorquiam que não chegava fazer uma reclamação ou protesto oral, que era necessário apresentar um documento escrito, garantindo assim que ele não seria ignorado, que haveria resposta e que havia outros organismos a que se poderiam dirigir, como o SEPNA, com mais competências para lidar com o problema. Uma das pessoas da coordenação do Move Rio Tinto acabou por distribuir o número de telefone do SEPNA por estas quatro pessoas, recomendando que no Verão, quando os maus cheiros fossem mais intensos, apresentassem uma queixa. Revelava-se, por parte das pessoas do Move Rio Tinto, um conhecimento relativo ao funcionamento e competências dos diversos organismos públicos maior do que dos quatro residentes da margem. Estes, aliás, mostravam descrédito relativamente às instituições, dizendo que «não adianta» protestar ou agir, porque quem tinha poder e responsabilidades agia em interesse próprio, não se preocupando com os problemas reais.

Diário de Campo, 5.06.2010. Manifestação do Movimento em Defesa do Rio Tinto pela reparação de um talude e de um emissário de saneamento danificados durante as cheias de 2009.

Esta descrença na capacidade do poder político para reabilitar o Tinto assenta numa percepção muito negativa da actuação dos decisores, considerados incompetentes, subordinados ao poder económico e orientados por uma lógica de benefício do interesse próprio. Esta é uma avaliação que não é exclusiva das pessoas que moram nas imediações do Tinto, mas sim o reflexo de uma tendência geral na sociedade portuguesa. Como já tivemos oportunidade de referir, o grau de satisfação com a democracia portuguesa é, de acordo com Magalhães (2009) baixo, e uma das razões para essa insatisfação encontra-se na percepção de que os interesses e opiniões dos cidadãos não são atendidos pelos seus eleitos, que orientam a sua actuação para a obtenção para o interesse próprio e para os poderes económicos. Ainda de acordo com o mesmo autor, este sentimento de insatisfação e de distância entre eleitos e eleitores é tanto mais alto quanto mais baixas forem as qualificações dos indivíduos.

Mas não é apenas na forma como a actuação dos decisores é percebida que radica a explicação para não mobilização das populações das margens do Tinto durante as campanhas de protesto ambiental. Outra razão tem a ver com o reduzido conhecimento das mesmas. As acções desencadeadas pelo Movimento Pró-Rio, MRTC e Move Rio Tinto foram amplamente divulgadas pelos mesmos, e todos eles se deram a conhecer a um conjunto de organismos administrativos pertinentes, algumas associações ambientalistas e a várias instituições locais, adquirindo assim uma elevada visibilidade pública, pelo menos em Rio Tinto. Ainda assim, pelo menos nas margens do rio, encontram-se pessoas que nunca ouviram falar de nenhuma campanha de protesto motivada pelo curso de água que passa perto de sua casa. Por outro lado, entre algumas daquelas que já tiveram contacto com os promotores das campanhas de protesto, persiste alguma confusão relativamente à sua identidade, àquilo que fazem, e aos motivos pelos quais o fazem. Quando questionados sobre se conheciam algum actor colectivo que estivesse a procurar melhorar o estado do rio, alguns entrevistados responderam afirmativamente, dizendo que por vezes os viam visitando o rio nas proximidades de sua casa. Para algumas destas pessoas, o Move Rio Tinto confunde-se com a comunidade escolar local, ou com as universidades. Para outras, surge associada ao poder autárquico e às entidades que gerem o rio.

P: Essas pessoas que vêm aqui ver o rio, falou-me dos políticos, quem é que vem mais?

R: Não sei, são senhores que vêm. A gente não conhece, não sabe quem são. Perguntam isto, perguntam aquilo, vão perguntando, mas é como eu digo. A gente não sabe. No ano passado andaram aqui uns senhores, ainda foram até ali acima, ver aquilo, e ao final de contas ficou tudo na mesma.

P: Hum. Mas portanto, não conhece essas pessoas?

R: Não, não.

P: Nem sabe só se vieram aí naquele dia...

R: Não conheço, e já tem vindo muita gente. Já tem vindo cá muita gente.

Moradora nas margens do Tinto

Observamos, também, que as duas campanhas de protesto foram desenhadas de acordo com objectivos que afastaram a generalidade das pessoas que moram perto do rio. Isto produziu uma dissonância entre os protagonistas das primeiras e as segundas. O tema principal da primeira campanha de protesto, e aquele que esteve sempre presente, desde o seu início, foi, como já mostrámos anteriormente, o entubamento do Tinto e os uso do solo previsto pela Câmara Municipal para a zona do entubamento. A questão da poluição, designadamente do impacto das instalações da Lipor no rio, foi um tema secundário. No entanto, se aceitarmos a premissa de que os grupos afectados por problemas ambientais locais possuem, frequentemente, uma consciência ecológica menos ampla e pretendem, sobretudo, livrarem-se deles, a obra decidida pela Câmara Municipal de Gondomar iria de encontro às suas aspirações, fazendo, consequentemente, da oposição à mesma algo indesejável. Entubar um rio poluído é, para os moradores nas suas margens, retirá-lo do seu «quintal» (frequentemente no sentido literal do termo); manter esse rio a passar nas proximidades da residência é manter o mau cheiro, a água suja, o lixo, os mosquitos e os ratos, e o medo das inundações. Assim, percebe-se que muitos dos residentes das margens do Tinto não só não participaram nas actividades promovidas pelo Movimento Pró-Rio e pelo MRTC, como, em certos momentos, se opuseram às mesmas. Dois dos argumentos utilizados pela autarquia gondomarense para legitimar a obra que estava a executar eram, precisamente, o de que a intervenção levada a cabo daria um melhor aspecto ao centro de Rio Tinto, mais limpo, e o de que ela iria de encontro aos desejos dos habitantes locais, que desejavam livrar-se dos incómodos provocado pela degradação da qualidade da água do rio.

P: Como é que foi possível ganhar adesão e envolvimento popular se, como me disse, a população estava, na altura, de costas voltadas para o rio e se calhar até preferia o entubamento para resolver o problema de poluição e mau cheiro?

R: [pausa breve] Nunca essa adesão popular teve a participação dos moradores da zona ribeirinha. Aliás, até tivemos um pequeno incidente, quando fizemos uma manifestação na zona da Levada, onde tem a rotunda junto ao Centro de Saúde. Houve lá uma série de moradores que se viraram – viraram diplomaticamente – contra nós porque queriam ver o rio entubado. Mas em Rio Tinto, pela dimensão demográfica que tem, é fácil juntar pessoas que não sejam da zona propriamente afectada. Chegámos a ter acções com 250, 300 pessoas, seguramente, naquela altura [finais da década de 1990]. O que é muito bom.

Elemento do Movimento Pró-Rio

O Movimento em Defesa do Rio Tinto, como vimos, definiu-se de uma forma que não aliena à partida os residentes das margens do processo, colocando a ênfase na sua despoluição e na melhoria das condições da bacia, algo que, do ponto de vista da interpretação acima proposta, de acordo com a qual as vítimas dos problemas ambientais locais querem, sobretudo, livrar-se dos seus efeitos negativos, seria compatível com os seus desejos. No entanto, eles mantiveram-se, em grande medida, afastados da campanha de protesto desenvolvida. Um dos factores que nos ajuda a entender este afastamento tem a ver com a própria relação que os residentes construíram com o rio e com a sua degradação. Se, entre os mais velhos e aqueles que residem nas margens do rio há mais tempo, é possível encontrar pessoas que usufruíram do valor eco-social do Tinto, em várias das suas dimensões, há também casos de pessoas que, sendo mais jovens ou tendo-se mudado para a residência que agora ocupam há menos tempo, apenas o conheceram degradado e impossibilitado de desempenhar as suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais. Para estes, mas também para alguns dos anteriores, uma vez que a degradação do Tinto é um problema com uma história de várias décadas, o rio é um não-rio degradado e incómodo. O entubamento revela-se, para algumas das pessoas que vivem na zona ribeirinha, como uma das potenciais soluções para eliminar o incómodo que é ter o rio poluído a passar nas traseiras da casa, afastando-as de quem pretende um rio a correr a céu aberto.

Nós falámos com algumas pessoas, até foi engraçado, as pessoas viam lá uma data de gente que eram pelo movimento [*Movimento em Defesa do Rio Tinto*], e as pessoas a dizer: «ah, eu acho bem, vocês fazem muito bem» e não sei quê, não sei que mais, e nós perguntámos: «então o que é que é que acha que se pode fazer ao rio?». «Ah, obviamente entubar. Isto é uma coisa que ‘tá aqui porquíssima, cheira mal, obviamente entubar, isso é o que se deve fazer. E acho que vocês ‘tão a fazer muito bem». «Mas a gente não ‘tá aqui p’ra isso, a gente ‘tá aqui precisamente a lutar, a fazer barulho mas é para não entubarem o rio, p’ra tratarem o rio». E é giro que, para as pessoas de Rio Tinto, a única coisa que há a fazer é entubar o rio, porque o rio ‘tá feio, porco, cheira muito mal, é um autêntico esgoto a céu aberto. É o que elas sentem.

Elemento do grupo que emergiu da iniciativa Limpar Portugal - Porto

O excerto acima transcrito mostra uma dissonância clara entre aquilo que várias pessoas que moram nas imediações do rio Tinto desejam para este curso de água e a forma como os dinamizadores das duas campanhas de protesto definem os problemas que as afectam. Alguns dos primeiros estão, sobretudo, preocupados com o incómodo gerado pela presença da linha de água nas traseiras das suas casas, sendo a sua principal preocupação eliminar os efeitos perigosos e incómodos que ele acarreta. Aquilo que mais incomoda os nossos entrevistados é o risco de cheia, pela ameaça que coloca aos seus bens materiais e mesmo à sua integridade física, a este seguem-se as más condições de salubridade, a repulsa e o incómodo que a degradação causa, através dos ocasionais maus cheiros e do sempre presente lixo sólido no leito e nas margens, e ainda da presença de espécies animais indesejadas, como ratos e mosquitos.

Havia aqui uma ponte, isso foi tudo destruído com aquela cheia que houve há um tempo [em 2009]. Vieram coisas das obras do metro no rio e partiram tudo. Entrou-me a água em casa e levou-me tudo. Fiquei sem nada. E ainda não recebi nada! Só não morri porque não estava cá, fui passar o Natal à Suíça com o meu filho. A água andou dois metros dentro de casa, saía pelas janelas. [...] Faça o melhor que puder! Diga mesmo que nós estamos enterrados no lixo! Olhe, olhe ali os mosquitos! Os mosquitos até já se vêm daqui [*aponta para uma janela de casa aberta*]!

Residente nas margens do Tinto

A resolução deste problemas rio não tem necessariamente de implicar melhorias na sua qualidade ambiental: o seu entubamento permitiria mantê-los longe dos moradores, o que faz com que ele surja como uma solução desejada, embora não de modo unânime, como as nossas entrevistas com residentes das margens revelaram⁶¹. Colocando a tónica na reabilitação

⁶¹ A participação em iniciativas do Movimento em Defesa do Rio Tinto e a realização de entrevistas com residentes das margens mostrou-nos que, em alguns casos, o entubamento não é considerado uma solução admissível, ora porque a artificialização do rio é vista

integral da bacia do Tinto, o Move Rio Tinto terá tido, de acordo com a percepção dos seus participantes, algum sucesso no processo de sensibilização da população para os seus objectivos; no entanto, a colocação da ênfase do seu discurso na reconversão de certas zonas do rio em espaços de usufruto e lazer e na sua revalorização como marco simbólico e identitário de Rio Tinto gera também alguma distância face às pretensões dos moradores das margens, mais preocupados com a eliminação imediata do risco de cheia e das más condições de salubridade do local onde vivem do que com a requalificação da bacia do Tinto, à qual, de resto, nem sempre reconhecem qualquer tipo de potencial ou utilidade enquanto espaço integrante do tecido urbano, vendo-a, como dissemos, apenas como um vazadouro de lixos com mau aspecto e perigoso. Se se verifica, entre os moradores das margens, uma descrença relativamente à possibilidade de reabilitar o rio, a proposta do Move Rio Tinto surge como uma solução distante no tempo, senão mesmo utópica, face à opção de fazer desaparecer o Tinto e os problemas que ele trás sob o solo.

Nos depoimentos de alguns dos residentes das margens com os quais conversámos foi possível detectar, ainda, uma descrença relativamente à eficácia da acção colectiva pela melhoria das condições do Tinto: não são os grupos que se movimentam pelo rio que tomam as decisões que afectam o seu estado, e a sua capacidade para influenciar quem o faz é, de acordo com esta perspectiva, reduzida, uma vez que os interesses económicos e a procura de benefícios pessoais é que orientam as decisões políticas. Outra razão apresentada para duvidar da capacidade do Move Rio Tinto para contribuir para inverter a degradação do Tinto tem a ver com o número de pessoas, considerado reduzido, que o compõe e que ele consegue mobilizar, o que diminui a sua capacidade de influência.

O problema mais grave neste momento, para quem aqui vive, é o dos prejuízos, é o das cheias. Mas, para além disso, todos os riotintenses que vivem aqui gostariam de ter o rio como estava. E, lamentavelmente, o desânimo... embora haja aí alguns movimentos, que há. Mas são, com pouca apresentação, pouca força, e nós não temos hipóteses de despoluir o rio, o que, daqui por uns anos, vai ser mais difícil.

Morador nas margens do rio

Por outro lado, também é verdade que o actor colectivo não tem mostrado a capacidade para incluir as pessoas da zona ribeirinha e as suas preocupações no consenso em torno da reabilitação do Tinto que pretende construir.

como responsável por maiores estragos em momentos de cheia, ora porque, apesar de tudo, ainda há uma certa valorização do rio, assente na memória do Tinto prestador de serviços eco-sociais do passado.

Podemos não ter uma relação de proximidade, diária, mas às tantas, quando temos contacto com o rio, temos contacto com as pessoas que vivem lá. Agora, nós não temos uma linha de trabalho, para procurar envolver essas pessoas numa acção qualquer. É verdade que não temos, mas também tem a ver com outra coisa que é uma posição muito comum: «é pá isso não é connosco», ou seja, as pessoas não acreditam que isto se resolva com o trabalho que estamos a fazer. E não se querem envolver, ou seja: «ah e tal, não sei quê, não sei que mais; vocês não vão conseguir nada». E acabámos por não ter grande sucesso, de facto. Não é que a gente não tenha já tentado, porque logo de início a nossa perspectiva era essa, era procurar ter contacto com elas e tentar mobilizá-las a elas, porque eram as pessoas, às tantas, que sentem mais o problema, mas às vezes é precisamente o contrário. As pessoas que têm problemas são aquelas que são menos mobilizáveis. Porquê? Porque desacreditam, não acreditam, já sofreram tanto que estão quase que vacinadas, às vezes não têm motivação, estão deprimidas, aquelas situações deprimem-nas e elas não conseguem ver saídas, não conseguem ver perspectivas.

Elemento do Movimento em Defesa do Rio Tinto

Antes, vimos que algumas das razões que levam a generalidade dos residentes da zona ribeirinha a não participar nos protestos promovidos pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto e, antes, Movimento Pró-Rio e MRTC tem a ver com uma discrepância entre o que uns e outros pretendem para o rio. Mas isto não explica porque é que as pessoas em questão, que em alguns casos se mostram, como seria expectável, profundamente descontentes relativamente ao estado do Tinto, não se organizam colectivamente no sentido de tentar colocar a eliminação dos efeitos negativos que decorrem dos seus problemas ambientais. Verificámos a existência de algumas queixas motivadas pelos maus cheiros, sobretudo na zona do Meiral, onde se encontra uma ETAR cujo desempenho é frequentemente criticado. As pessoas afectadas pelas cheias de 2009, que sofreram prejuízos importantes, mostraram o seu descontentamento e procuraram reclamar indemnizações. Não obstante, foram situações isoladas, limitadas a esses momentos específicas e sem continuidade, e, por vezes, resultantes de iniciativas individuais. De um modo geral, os nossos entrevistados residentes nas margens do Tinto não dispõem de certos recursos importantes para o protesto, entendido enquanto um esforço deliberado no sentido de colocar um conjunto de reivindicações na agenda política recorrendo a meios que estão fora da esfera da política institucionalizada, e enquanto uma forma legítima de intervenção política e de exercício da cidadania.

O grupo de residentes e ex-residentes nas margens do rio que entrevistámos ocupava posições pouco favoráveis no espaço social, como é possível constatar através do seguinte quadro:

Quadro nº 15: Caracterização sociodemográfica dos residentes das margens entrevistados

Género	Idade	Escolaridade	Situação face à profissão	Profissão (actual ou última)
Masculino	80	3º ano	Reformado	Operário industrial
Feminino	54	11º ano	Trabalha por conta própria	Ama
Masculino	22	9º ano	Trabalha por conta própria	Técnico de montagem de estanteria
Feminino	27	Licenciatura em biologia	Desempregada à procura do primeiro emprego	-
Feminino	83	Sem escolaridade (não sabe ler nem escrever)	Reformada	Operária industrial (indiferenciada)
Feminino	69	Sem escolaridade (não sabe ler nem escrever)	Reformada	Empregada de limpeza
Feminino	65	4º ano	Trabalha por conta de outrem	Empregada doméstica
Masculino	66	5º ano do curso industrial	Reformado	Técnico de electricidade
Feminino	68	4º ano	Reformada	Calceira
Masculino	57	-	Trabalha por conta própria	Empresário

Se tivermos em conta que a participação cívica se encontra, na sociedade portuguesa, associada a um perfil social jovem e, sobretudo, escolarizado, não é surpreendente que, quando questionados sobre se costumam participar na vida cívica e política, e se excluirmos os contactos estabelecidos com diversos órgãos do poder relacionados com determinados episódios em que os problemas do Tinto afectaram de modo particularmente grave quem nos responde – referimo-nos, especificamente à cheia de 2009, episódio muito específico e excepcional - encontramos respostas negativas. De facto, dos nossos 10 entrevistados pertencentes à categoria de moradores e ex-moradores na zona ribeirinha do Tinto, apenas 4 nos revelaram procurarem, de algum modo, intervir de forma cívica ou política, mas de forma limitada: num caso, uma das entrevistadas disse-nos ter pertencido a uma associação de defesa dos animais, que já abandonou. Noutro caso, o nosso interlocutor disse-nos já ter participado numa caminhada do Move Rio Tinto. Num terceiro caso, uma entrevistada declarou participar em várias iniciativas deste actor colectivo, sempre que entendia ser desejável um número elevado de presenças nas mesmas, para lhes conferir mais força. No entanto, não participa no processo de tomada de decisões deste grupo, nem de planeamento e preparação das suas acções. Por último, uma entrevistada disse-nos estar envolvida em

algumas actividades da paróquia local, para além de, há décadas atrás, ter assistido a um comício político, apenas uma vez.

Algumas das razões que nos foram fornecidas pelos entrevistados para não se mobilizarem mais, seja pela melhoria das condições ecológicas do Tinto, seja por outras causas, são particularmente interessantes para nos ajudarem a compreender dois factores que inibem a participação. Atentemos nestes testemunhos:

P: Tomou a iniciativa de participar [*No Movimento em Defesa do Rio Tinto*]?

R: Exactamente. Ofereci-me logo para limpar [*o rio*] e isso. Porque, para assuntos assim mais altos, não viro muito para aí. Mas tudo o que seja trabalho, estar presente, essas coisas todas, eu lá estou.

P: Mas porque não?

R: Não sou assim muito dada para escritas, e para esse tipo de coisas que é preciso ter outros conhecimentos. E é preciso, também, perder mais tempo, porque eu sei que as pessoas que estão à cabeça perdem bastante tempo atrás deste, daquele e do outro. E eu não tenho tempo disponível para isso, não posso sair a qualquer altura.

Morada em Rio Tinto

P: Mas, no seu caso, porque não? Porque é que nunca procurou dar mais visibilidade a este problema, ou...

R: Porque... olhe, cada um é *p'ró* que nasce, como se costuma dizer. Nunca tive assim coisa de andar por lá. A única vez que eu fui, mais o meu marido e os meus filhos, que eram pequeninos, fui a uma... como é que se chama aquilo... onde está muito povo reunido e há um pregador a pregar...

P: Um comício?

R: Isso mesmo! Um comício. Fomos a um comício do Sá Carneiro. Veja lá.

Morada de Rio Tinto

Um dia eu andava lá a trabalhar [*num terreno agrícola nas margens do Tinto*] e chegou lá o gajo que era presidente da Junta. Ele queria falar com os outros colegas meus, mas era eu que tinha o arrendamento. E disseram-lhe *p'ra* falar comigo. E ele veio ter comigo e foi assim: “o senhor gostava de ver este rio entubado, de lá de cima *p'ra* baixo?” E eu disse-lhe: “olhe senhor Moura, eu *p'ra* mim, a coisa mais linda do rio é vê-lo correr. Sentir a água a cantar de noite, de pedra em pedra. Agora, se o senhor o quiser entubar, eu não meto o nariz nisso, porque a mim não me compete meter o nariz nisso”. E ele: “pois é, é *p'ra* entubar. Mas toda a malta com que tenho falado, também não estão muito de acordo, também são do seu gosto”. E eu: “mas *oh* senhor Moura, o senhor sabe muito bem que a Câmara, querendo, vai *p'ra* frente e vai”.

Morador de Rio Tinto

No primeiro excerto citado são apresentados dois motivos para a não participação, de uma forma mais sistemática e mais comprometida, no Movimento em Defesa do Rio Tinto. Neste

caso, o envolvimento em algumas actividades deste grupo consiste na única forma de mobilização cívica e política que a entrevistada nos revelou. O primeiro motivo, falta de tempo livre para poder dedicar a essa actividade, será uma forma comum que os sujeitos encontram para justificar um nível de participação cívico inócuo ou, como neste caso, relativamente reduzido. Foi uma justificação que encontrámos no discurso de mais dois dos nossos entrevistados, e poderá funcionar como uma forma de auto-justificação. No entanto, encontramos também outro motivo, a “falta de vocação” e mesmo de capital cultural (conhecimentos, nas palavras da nossa entrevistada) para participar, de outra forma, nas actividades do Move Rio Tinto. Isto vem reforçar a ideia de que o envolvimento nas duas campanhas de protesto promovidas foi facilitado pela posse de um volume elevado de capital cultural, recurso fundamental, como dissemos, para decifrar e utilizar a linguagem legal, produzir discursos e emitir opiniões na esfera pública, encetar contactos com diversos órgãos de poder, compreender e definir os problemas do Tinto e propor alternativas.

Mas atentemos, agora, na assumida falta de vocação para intervir de uma forma mais comprometida na vida pública. No primeiro excerto, ela surge associada à tal falta de “conhecimentos” auto-assumida; no segundo, ela aparece como algo natural: “cada um é *p’ró* que nasce”. Por outro lado, no terceiro depoimento apresentado, um entrevistado que cultivava um terreno agrícola na margem do rio, utilizando a sua água para rega – logo, com um interesse imediato relativamente à sua gestão – e que percebe os rios, também, como elementos de fruição e bem-estar (como de resto é perceptível pela forma como descreve o seu «gosto» pelo rio no excerto apresentado) revelou-nos que, questionado por um eleito local sobre o eventual entubamento de um troço, lhe respondeu não considerar isso da sua competência e, por isso, preferir não interferir no assunto - ou, dito de outra forma, optou por não formular uma opinião sobre uma decisão fundamental para o rio por considerar que não se devia envolver na mesma, que não era isso que se esperava dele.

Os excertos citados mostram que os entrevistados não reconhecem a si próprios competência para procurar influenciar decisões sobre o Tinto e, nalguns casos, para apresentar as suas opiniões relativamente a esse assunto. Manifestam assim, e ao contrário dos participantes regulares nos grupos de protesto, um baixo volume de competência política. Atentemos em mais um excerto de um diálogo mantido com uma moradora da zona ribeirinha do Tinto, em contexto de entrevista, breve mas revelador da forma como se recusa, inicialmente, a formar uma opinião, mostrando que esse não é um assunto sobre o qual não se considera

suficientemente competente para se pronunciar:

P: Que solução é que o rio tinha, na sua opinião?

R: Solução que tinha... olhe: não me pergunte porque eu não sou arquitecta! Eu não percebo nada!

Já discutimos o reduzido volume de capital cultural destes entrevistados, recurso fundamental, ainda de acordo com Bourdieu, para que se possa obter a legitimidade social para intervir politicamente. Mas a escassez dessa forma de capital não é o único factor que nos ajuda a compreender o afastamento dos nossos entrevistados em causa. Recordamos o conceito de competência política proposto por Navarro Yáñez: o sentimento de competência para intervir politicamente não está dissociado da capacidade efectiva para o fazer, e é na conjugação das duas que se encontra a competência política de um indivíduo. Esta depende não só do seu volume de capital cultural – na opinião do actor, devido à sua forte associação entre este e a capacidade de produção de opiniões e discursos, mas, na esteira de Bourdieu, nós acrescentaríamos que ele é também necessário para a legitimação e auto-legitimação da intervenção política - mas também do lugar ocupado no espaço social, da relação com o trabalho, do processo de socialização que ele teve (quanto maior a exposição à esfera da política, maior a sua capacidade de intervenção neste domínio) e, porque se encontra inevitavelmente associado ao processo de socialização a que cada indivíduo é sujeito, do género

Nos residentes locais entrevistados, a não mobilização pelos problemas do rio é, como vimos, consistente com uma cultura de participação cívica frágil, na maior parte dos casos, e, no caso de algumas mulheres mais idosas que entrevistámos, com uma rede social assente, sobretudo, nas relações de vizinhança, estando muito dependente do espaço de residência.

E depois são quase todas pessoas reformadas, pessoas velhinhas. Há aqui uma senhora com 82 anos. E depois, pronto, são pessoas com uma certa idade, que já não trabalham, e assim. Vêm cá *p'ra* fora e fazem de conta que estamos numa aldeia. Isto também é uma aldeia. Conversámos umas com as outras, rimos umas com as outras, passamos o nosso tempo aqui encantado.

Moradora nas margens do Tinto

De uma forma sintética, verifica-se um afastamento dos moradores das margens do Tinto relativamente ao protesto, face ao qual se situam por vezes como apoiantes, por vezes como

opositores, e frequentemente como espectadores. As razões para este afastamento são múltiplas. Algumas têm a ver com a longa história de degradação do rio, que fez com que os incómodos gerados tenham sido já interiorizados como algo que faz parte do quotidiano e, ao mesmo tempo, de resolução muito difícil ou impossível. Por outro lado, a percepção que se tem do poder político, muito negativa, condiciona também este afastamento: os entrevistados acreditam que os decisores não são competentes, estão condicionados por interesses económicos, e não colocam como prioridade servir a população, mas sim colher benefícios pessoais dos cargos para que foram eleitos. Podemos interpretar esta percepção, reveladora da insatisfação com o funcionamento do sistema político que Magalhães (2009) detecta na sociedade portuguesa e também como uma manifestação da «distância ao poder» que Villaverde Cabral (2000, 2011) identifica, de uma forma generalizada, no nosso país. Por fim, os moradores das proximidades do rio que entrevistámos ocupam posições sociais pouco vantajosas e possuem, em geral, um reduzido volume de capital cultural, apresentando, assim, um perfil geralmente identificado com uma predisposição menor para a participação e intervenção política (Bourdieu, 1979; Navarro Yáñez, 1996; Cabral, 2000). A participação reduzida ou nula nas campanhas de protesto associadas ao Tinto é coerente com uma história de mobilização cívica e política ao longo da vida frágil ou mesmo inexistente.

Por outro lado, olhando agora para o lado dos actores colectivos dinamizadores do protesto, vemos que estes não definiram os seus objectivos, nem os seus quadros de significados, de maneira a incluir os moradores da zona ribeirinha. A primeira campanha foi contra o desvio e a canalização coberta de parte do Tinto e a possibilidade de urbanização do centro da localidade: ora, para quem morava nas margens, cobrir o rio era fazer desaparecer o lixo, o mau cheiro e as inundações. Muitos moradores apoiaram a iniciativa da Câmara Municipal, antagonizando o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho. A segunda campanha definiu-se em torno da ideia de reabilitação do rio através da sua despoluição, renaturalização e criação de espaços verdes nas margens, um projecto que choca com o Tinto que quem mora nas margens conhece e que não abala a descrença na possibilidade de transformar esse não-rio de novo num rio. Onde uns vêem potencial ambiental e urbanístico, outros vêem apenas lixo e inundações. Apesar dos esforços de sensibilização do Movimento em Defesa do Rio Tinto, não houve uma linha de trabalho pensada para os residentes das margens e para as suas preocupações, nem contacto regular com eles. Um entrevistado disse não conhecer nenhum actor colectivo de defesa do rio, enquanto que outros tinham uma ideia

muito indefinida sobre a identidade das pessoas que viam visitar o Tinto, sinal claro de que as duas campanhas de protesto acabaram por se desenhar de uma forma que não incluiu aqueles que mais sofrem com a degradação do Tinto.

XIV

Conclusão

Ao longo das páginas anteriores analisámos duas campanhas locais de protesto ambiental centradas no Tinto, focando a nossa atenção na forma como o conflito se produziu, nos actores que o protagonizaram e na forma como o próprio rio se foi redefinindo. O Tinto, recordamos, é um pequeno afluente do Douro que, circulando por Ermesinde, Rio Tinto e Porto, se encontra fortemente poluído e artificializado.

A primeira campanha de protesto foi iniciada em 1997 pelo Movimento Rio Tinto a Concelho que, a partir de 1998, foi também liderada pelo Movimento Pró-Rio, e foi desencadeada pelos contornos de uma decisão da Câmara Municipal de Gondomar de entubar parte do rio, no centro de Rio Tinto. Associada a essa decisão estava a aprovação, dividida e controversa, de duas minutas de contrato-promessa onde a autarquia, em troca da cedência de uma parcela para realizar essa obra, se comprometia a dotar os terrenos envolventes, então integrados na RAN, com a máxima capacidade construtiva prevista pelo PDM ou, alternativamente, a indemnizar o seu proprietário. A canalização e cobertura do rio foram realizadas, mas as denúncias efectuadas por quem protestou levantaram sérios obstáculos à urbanização dos terrenos, desencadeando processos na CRRA de Entre Douro e Minho, na Provedoria de Justiça e na IGAT. Entretanto classificada como REN, e após ter sido recusado um pedido de desafecção feito pela Câmara Municipal de Gondomar, a zona permanece livre de construções, mas nela surgiu uma avenida construída sobre o canal do rio em 2001, uma linha de metro de superfície e uma estação da mesma, inauguradas em 2011. O Movimento Pró-Rio dissolveu-se pouco depois da construção da avenida referida. O Movimento Rio Tinto a Concelho ainda se opôs, em 2004, ao traçado da linha de metro, mas, apesar de alguns artigos assinados por um dos seus elementos e publicados num jornal local – dois deles, em 2006, sobre o Tinto - e de ter mantido representantes na Assembleia de Freguesia entre 2001 e 2013, tem estado pouco activo nos anos mais recentes. O seu blogue não é actualizado desde 2009 e a associação optou por não apresentar nenhuma lista candidata à Assembleia de Freguesia nas Autárquicas de 2013. Na conjuntura que se instalou nos últimos anos, a meta de elevar Rio Tinto a concelho tornou-se praticamente inatingível, o que estará relacionado com esta diminuição de actividade.

A segunda campanha de protesto foi iniciada em 2006, num momento em que já se sabia que

o metro de superfície iria não só entrar em conflito com o Tinto em alguns pontos, como passar paralelamente à Avenida do Rio Tinto, o que gerou novas inquietações sobre o futuro daquela zona da cidade. O seu promotor, o Movimento em Defesa do Rio Tinto (Move Rio Tinto), definiu como reivindicação central a reabilitação de toda a bacia do rio, colocando assim em causa o traçado do metro mas indo muito para além dessa questão e discutindo outras opções de utilização do solo no centro da cidade; a poluição da água e o desempenho da rede de recolha e tratamento de águas residuais; a artificialização e abandono das margens; a dimensão sócio-cultural do rio e a sensibilização ambiental da população. No momento em que escrevemos estas linhas, o Move Rio Tinto continua activo a desenvolver esforços no sentido de levar os diversos organismos que gerem o rio a implementarem medidas de requalificação e valorização ambiental, ao mesmo tempo que exerce uma vigilância sobre a linha de água e procura sensibilizar outras instituições e a população em geral incluindo as crianças e adolescentes para os problemas do rio.

Ao longo das próximas páginas, são apresentadas as conclusões resultantes da investigação realizada sobre as duas campanhas de protesto descritas.

1. Tinto – um caso exemplar. Mostrámos que o rio Tinto pode ser visto, em vários aspectos importantes, como um caso exemplar de degradação ambiental do que se passou em muitos locais de Portugal e, sobretudo, do Grande Porto. A degradação desta linha de água reflecte a realidade de um país que ainda se debate com carências a nível da recolha e do tratamento de águas residuais, que conheceu um processo de urbanização abrupto e desordenado, onde a legislação ambiental e os instrumentos de ordenamento do território são pouco eficazes e a fiscalização é deficitária, e onde a cultura ambiental dos cidadãos regista ainda níveis baixos. Os resultados de todos estes fenómenos são bem visíveis no curso de água referido, através das edificações mais diversas (casas, prédios, armazéns, campos de futebol, fábricas) a escassos metros do leito; da artificialização, que tem a sua máxima expressão nos troços canalizados sob o solo; da poluição hídrica, para a qual contribuem, fundamentalmente (mas não exclusivamente), as águas residuais domésticas que chegam de descargas directas e de uma ETAR com um desempenho abaixo daquilo que é exigível; das descargas industriais não tratadas que ainda ocorrem; da presença de resíduos sólidos e da existência de lixeiras nas margens; da manutenção do mau estado ecológico, apesar dos sucessivos estudos produzidos e de medidas entretanto implementadas e sobretudo anunciadas. Mas aquilo que o Tinto é hoje

também resulta de certas especificidades do território por onde circula, composto por zonas de fronteira entre diferentes concelhos do Grande Porto – sítios negligenciados e onde os efeitos da deficiente coordenação entre municípios e da ausência de uma política que planeie o grande aglomerado urbano como um todo se fazem sentir de forma mais perceptível – localizadas no seu lado oriental, desfavorecido face ao Grande Porto ocidental e com essa condição agravada pela actuação dos decisores políticos.

2. Tinto, um caso político. Tal como o próprio rio, as duas campanhas de protesto ambiental estudadas colocam em evidência determinados fenómenos sócio-políticos que também se podem extrapolar para a realidade nacional: a insatisfação com o funcionamento do regime democrático e a distância que existe entre o poder e os cidadãos, cujas origens, como afirma Villaverde Cabral (2000), devem ser procuradas junto do primeiro mas também dos segundos; uma cultura de participação cívica e política escassa e distribuída de forma desigual pelo espaço social; os poucos recursos das associações ambientalistas e, nesse contexto, a multiplicação de protestos locais focados em questões ambientais específicas e geograficamente muito circunscritas. O tema da distância ao poder manifesta-se na grande dificuldade que todos os protagonistas das duas campanhas de protesto sentiram e sentem em participar e influenciar processos decisórios dos quais são parte interessada mas, sobretudo, na exclusão generalizada de moradores da zona ribeirinha, possivelmente os primeiros interessados na resolução dos inconvenientes e perigos decorrentes da degradação do Tinto (mesmo tendo em conta que uma das soluções admitida por parte deles, o entubamento, agravaria drasticamente essa degradação) do conflito. Este segundo grupo mostrou-se distante não só dos decisores políticos, mas dos próprios actores colectivos que protagonizaram o protesto. Algumas justificações dadas para o afastamento - descrença na capacidade de influenciar o poder político, sentimento de incompetência para participar nas decisões ou o simples não equacionamento dessa hipótese - são reveladoras da distância que existe entre a política e o seu quotidiano. Outras, como as ideias de que as decisões políticas são condicionadas pelos poderes económicos, de que os decisores políticos defendem os seus próprios interesses, e não o «interesse comum», e de que os eleitos não atendem as expectativas dos eleitores, revelam que a insatisfação e descrença relativamente ao funcionamento do regime democrático podem contribuir para a desmobilização política e cívica. As dificuldades sentidas pelas associações ambientalistas reflectem-se na entrada

tardia da Quercus na primeira campanha e na participação modesta que tanto esta organização nacional como a Campo Aberto tiveram na segunda campanha, limitada, quase, à divulgação de iniciativas e à participação simbólica em algumas delas. A Liga para a Protecção da Natureza e a Associação Portuguesa para a Educação Ambiental surgem indirectamente associadas ao Tinto, através da adopção de troços de rio no âmbito do Projecto Rios.

3. Tinto - de «não-rio» a «rio». Afligido por todos os sintomas do síndrome de ribeiro urbano – artificialização e simplificação, poluição, perda de biodiversidade e desvalorização social – o Tinto transformou-se num «não-rio»: curso de água de tal modo transformado e poluído que é incapaz de oferecer benefícios significativos às populações dos territórios envolventes, antes pelo contrário. No momento em que o protesto eclode, ele encontra-se despojado do seu valor eco-social: em vez de um lugar de beleza, potenciador de utilizações económicas e recreativas e dotado de significados positivos, ele é visto como uma entidade suja e repelente, perigosa, para onde se deitam todo o tipo de desperdícios. Por vezes, o Tinto não é sequer reconhecido como um rio, mas como um canal de escoamento de esgoto e de lixo e, como tal, repugnante, incómodo que deveria ser tornado invisível. O Tinto era, nesta altura, um «não rio», isto é, um rio que se encontra degradado ao ponto de já não ser sequer reconhecido como tal.

A destruição do valor eco-social o Tinto está relacionada, em grande medida, com a poluição e artificialização: visivelmente contaminado e correndo sob o solo ou entre muros em boa parte do percurso, ele não tinha aspecto de rio, os benefícios ambientais, económicos e sociais que ele podia proporcionar estavam grandemente limitados e não lhe eram, geralmente, reconhecidos, tal como não lhe eram atribuídos valor ou importância. Mas esta destruição não se explica apenas pelas mudanças físicas que o rio conheceu, sendo necessário considerar também as transformações drásticas relacionadas com o território, a economia e os estilos de vida. Num contexto marcado pela urbanização e pela sociedade de consumo, o rio rural do passado não pode subsistir. Mesmo que estivesse hoje em bom estado, já não se lavaria profissionalmente roupa nas margens do Tinto e as suas águas já não seriam utilizadas para outros fins relacionados com a limpeza e higiene pessoais, a sua utilização enquanto local de lazer seria diferente, e já não há moinhos aos quais fornecer energia. O rio em bom estado já não seria tão útil como foi antes do colapso da ruralidade na sua bacia – isto mesmo se algumas marcas do passado rural persistem no tempo - ou, pelo menos, teria uma utilidade

diferente. Ainda assim, este rio do passado persiste, de forma algo romântica e nostálgica, na memória de quem beneficiou do seu valor eco-social, opondo-se radicalmente ao rio incómodo e perigoso que o substituiu e parecendo irrecuperável face a esta nova realidade. O Tinto do passado também é mencionado por pessoas demasiado jovens para terem beneficiado dos seus serviços ambientais, económicos e sócio-culturais, mas que o «conheceram» indirectamente, através dos relatos de familiares, amigos ou vizinhos mais velhos, num processo de transmissão intergeracional.

O conflito ambiental do Tinto teve uma importante componente simbólica. Ao ribeiro insignificante, imundo e a ocultar do ponto de vista da Câmara Municipal de Gondomar e partilhado por parte da população, o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho tentaram contrapor um rio onde inscreveram parte da história e da lenda local, promovendo-o a símbolo fundamental da cidade de Rio Tinto, capaz de contribuir para a organização de um sentido de lugar - e, assim, de a distinguir de outras localidades. Tudo isto num contexto de clara perda de uma pretensa especificidade local marcada por um processo de urbanização caótico. Mais tarde, a partir de 2006, o Movimento em Defesa do Rio Tinto esforçou-se por contrariar a visão predominante de um rio perigoso, incómodo e sem solução à vista, relembrando e enaltecendo os múltiplos serviços que ele proporcionou no passado e passando a ideia de que, uma vez recuperado e devidamente integrado no tecido urbano, poderia proporcionar novos e importantes benefícios ambientais e sócio-culturais num território urbano desordenado e desqualificado, melhorando a qualidade de vida no local e atenuando as consequências do desordenamento do território. Ou seja, passando de «não-rio» a rio.

4. Tinto – linha de água metropolitana ou desordenamento local? A investigação realizada também desvendou o porquê dos protestos terem ocorrido em dois momentos particulares de um longo historial de degradação do Tinto, articulando-os apenas a um dos locais atravessados pelo rio, e ligando-se a questões de ordenamento do território local. Isto é particularmente visível na primeira campanha de protesto, de que esteve ausente uma visão integrada do rio. Na segunda campanha, o troço do Tinto em Rio Tinto continua a merecer maior atenção, apesar de o Move Rio Tinto ter definido como objectivo a reabilitação de toda a bacia do rio, ter interagido com actores do Porto e Ermesinde e ter promovido algumas iniciativas nestes locais. Relativamente ao primeiro momento, a canalização do rio, associada

à possibilidade de urbanização de terrenos da RAN no centro da localidade, colocou o tema do Tinto no centro de um conflito sobre o ordenamento do território em Rio Tinto e de um debate sobre as possibilidades de construção do lugar e seus beneficiários directos, transcendendo assim o protesto sobre as questões da poluição e suas consequências. No segundo caso, o traçado da linha de Metro, uma das motivações iniciais para a segunda campanha de protesto, e outras questões entretanto abordadas, entre elas, de uma maneira mais evidente, a discussão em torno do Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto e o projecto de um parque urbano na zona da Levada, voltaram a colocar o rio no centro de uma questão de ordenamento. Acrescem as possibilidades para o futuro do centro de Rio Tinto que se apresentaram em confronto, primeiro devido ao entubamento do rio e à hipótese de construção de habitação em altura numa zona central da cidade, e depois, no período da segunda campanha de protesto, ao traçado da linha do metro passando por essa mesma zona e à proposta de construção de prédios num local próximo no âmbito Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto. Estas questões chamaram a atenção de partidos políticos, de várias instituições e de cidadãos cívica e politicamente activos, para a intersecção dos problemas do rio com as questões do ordenamento do território e foram estas que, num primeiro momento, conduziram a uma maior atenção à degradação do Tinto, que advém, em grande parte, do crescimento caótico da cidade.

Estes aspectos contribuíram, também, para a localização do protesto: se o motor do conflito está na articulação do ordenamento do território em Rio Tinto com a degradação da linha de água, ele centrou-se necessariamente nesta localidade. Deve ser lembrado que a cidade de Rio Tinto, que compreende duas freguesias – Rio Tinto e Baguim do Monte – foi uma localidade predominantemente rural num passado não muito distante que, a partir de meados do século XX, cresceu demograficamente e se urbanizou rapidamente, sobretudo entre 1960 e 1980, no caso da freguesia de Rio Tinto, e nas duas décadas seguintes, em Baguim do Monte. Hoje é uma cidade-satélite do Porto, com uma função predominantemente residencial, mas onde ainda persistem marcas e memórias do passado rural, num convívio difícil com os aspectos urbanos e suburbanos, e onde o tecido urbano é desorganizado e de baixa qualidade, faltando referências, espaço público e equipamentos. Consequentemente, existe um fenómeno de descaracterização de Rio Tinto e de desvalorização desta localidade, frequentemente rotulada como pouco mais do que um subúrbio, ou uma cidade-dormitório, do Porto, indistinta de outros locais na periferia das grandes cidades. Neste contexto, a proposta

fundamental dos protagonistas das duas campanhas de protesto associadas ao Tinto – a manutenção do espaço livre na zona em causa e o seu aproveitamento como espaço público, prolongando o pequeno parque urbano da Quinta das Freiras e fazendo do Tinto a referência deste espaço – pode ser interpretada como uma tentativa de valorizar Rio Tinto enquanto lugar, de várias formas diferentes: dotá-lo de maior legibilidade, reforçando a centralidade do «centro cívico de Rio Tinto»; criar espaços verdes que ofereçam benefícios ambientais aos residentes; criar espaço público que possa funcionar como local de lazer e encontro ao ar livre; criar um espaço que funcione como referência identitária para um território urbano descaracterizado. Este último aspecto revela-se pela insistência, por parte do Movimento Pró-Rio e do Movimento Rio Tinto a Concelho, em criar uma praça ou um jardim, decorados com estátuas, na zona de entubamento do Tinto, e no papel de elemento central desse eventual parque que é pensado para o Tinto também pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto.

O modo como as campanhas de conflito se desenvolveram, com o Tinto a ser simbolicamente reconstruído enquanto um marco incontornável da cidade e a Câmara Municipal de Gondomar definida como o principal alvo de ataque, contribuíram para que a dimensão local nunca fosse verdadeiramente transcendida, apesar dos esforços do Movimento em Defesa do Rio Tinto e da sua reivindicação de reabilitar toda a bacia terem conduzido a algum envolvimento de pessoas do Porto e a iniciativas nos troços do rio nesta cidade e em Ermesinde. Mas o trabalho desenvolvido em torno da reabilitação simbólica do Tinto, que incluiu a sua apresentação enquanto um marco físico do lugar onde se encontra inscrita uma parte importante da sua história e da sua cultura popular, e a ênfase conferida às questões relacionadas com o sentido do lugar e a criação de uma identidade própria, remeteram inevitavelmente o protesto para uma dimensão local.

O facto de este ter sido um conflito local não significa, no entanto, que não tenha envolvido actores supralocais. De facto, os protagonistas do protesto apelaram, por diversas vezes, a instituições regionais e nacionais. Na primeira campanha (1997), fizeram chegar as suas suspeitas relativas à ilegalidade do entubamento e as suas inquietações sobre o futuro do centro de Rio Tinto a vários organismos supralocais, mostrando-se conscientes de que estes poderiam impedir a decisão da Câmara Municipal e empurrar o conflito para um desfecho favorável às suas reivindicações. Na segunda campanha (2006), o Move Rio Tinto também denunciou aspectos que considerou ilegais na obra de construção da nova linha de metro a várias entidades e procurou sensibilizar organismos administrativos regionais e deputados da

Assembleia da República para a premência de um projecto de reabilitação para o Tinto.

5. Tinto – o mais belo rio da «aldeia». O recurso à amplificação do potencial eco-social de um rio pequeno, pouco visível, degradado e socialmente desvalorizado e esquecido e a sua utilização como argumento central para tentar, primeiro, impedir a urbanização de uma determinada área no centro de um território urbano de baixa qualidade e, depois, instalar nela um parque urbano tendo como mote central justamente a qualificação daquele massacrado curso de água, traz-nos ao pensamento os versos de Alberto Caeiro: «o Tejo é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia/ mas o Tejo não é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia/ porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia». As campanhas de protesto estudadas revelam o potencial que é atribuído a um rio, mesmo uma linha de água de reduzidas dimensões poluída e entubada como o Tinto, como referência para a construção da identificação com o lugar. Promover o Tinto a principal referência identitária da localidade enquanto lugar com sentido e memória inscritos no espaço, pode ser interpretado como uma tentativa de tornar as reivindicações do protesto mais mobilizadoras e reforçar a sua legitimidade; mas, num território com as características que Rio Tinto, também pode ser visto como um esforço no sentido de encontrar marcos físicos que dêem significado à localidade e a possam distinguir, enquanto lugar singular, de outros subúrbios. Devem ser mencionados, a este respeito, os significados que o MRTC e o Movimento Pró-Rio tentaram inscrever no rio, resgatando a sua importância no passado da localidade e estabelecendo uma forte ligação entre o rio Tinto e Rio Tinto em termos de história, cultura e identidade. De igual modo, o trabalho de redescoberta e preservação da memória do rio desenvolvido pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto, promoveu visitas a antigos moinhos localizados na linha de água e na ribeira da Castanheira e anunciou um esforço de recolha de testemunhos de pessoas mais velhas com uma história de vida associada ao rio que, até agora, apenas resultou na publicação de uma entrevista com uma local.

6. Tinto – da memória rural à promiscuidade local. Das duas campanhas de protesto analisadas pode ser feita, ainda, outra leitura. De acordo com Schmidt *et al*, há gerações de portugueses que vêem o mundo rural, de forma algo idílica, evocativa de uma memória mesmo artificializada, uma espécie de «*el dorado*» ambiental, o espaço onde é possível viver com uma qualidade de vida mais elevada (2000: 73). A valorização do espaço rural é também

revelada na apreciação de espaços verdes nas cidades, como forma de qualificação ambiental em contextos de urbanização desordenada. A recuperação e valorização da memória do Tinto por parte dos promotores dos protestos, que é indissociável do passado rural da localidade, relembra com nostalgia e por vezes associado a uma melhor qualidade de vida – isto apesar das condições de vida materiais menos vantajosas de então - por oposição à percepção do território suburbano de hoje, tido como confuso, incaracterístico e com baixa qualidade, evidencia essa relação, ainda vincada no país, entre o campo e a ideia de uma melhor qualidade de vida. E está presente na reivindicação insistente de uma grande zona verde no centro de Rio Tinto. Mas ela revela, também, os custos sociais e ambientais do processo de urbanização que o território conheceu: a perda de espaços abertos, a escassez de espaço público, a degradação extrema da linha de água que, noutros tempos, prestou serviços importantes a certos grupos, a inexistência de marcas identitárias no espaço físico, a face caótica do tecido urbano que cresceu depressa e de modo não planeado. Mais do que um reflexo da valorização do mundo rural, o protesto em torno do Tinto é a expressão do desejo de um urbanismo mais suportável do que o conjunto de edifícios confuso e pontuado por alguns espaços rurais que ainda hoje persistem.

Podemos, assim, considerar que as campanhas de protesto associados ao Tinto revelam, por um lado, um perfil de sensibilidade ambiental relacionado com uma memória que valoriza a ruralidade e, por outro lado, com a percepção de uma «proximidade (leia-se promiscuidade) entre o poder económico e o poder político que se associa à ideia de que os interesses privados se sobrepõem constantemente ao interesse público» (Lima e Schmidt, 1996). A primeira obra de canalização e cobertura de um troço do Tinto em Rio Tinto, em 1991, foi descrita por alguns dos protagonistas da primeira campanha de protesto como, apesar de tudo, uma intervenção legítima, por estar relacionada com a construção de estruturas consideradas necessárias e de interesse público – um acesso rodoviário ao Porto e uma piscina municipal. Já a obra de 1997, porque associada à possibilidade de urbanização de terrenos da RAN, foi vista como o primeiro passo para trocar uma zona verde por um pedaço de cidade denso e, assim, favorecer interesses imobiliários privados e prejudicar o interesse público. Posteriormente, a edificação de uma avenida sobre o troço canalizado do Tinto, a definição do traçado da linha F do metro do Porto, passando naquela zona perto da rua da Ranha e paralelamente à referida avenida, e, mais tarde, a possibilidade de transferir a localização de um equipamento cultural dos terrenos do antigo mercado de Rio Tinto para as proximidades

da linha de metro, para permitir edificar quatro prédios de habitação nos primeiros, foram vistos como um caminho que apenas beneficiaria os interesses privados de uma minoria. Em várias entrevistas que realizámos com participantes dos três actores colectivos que lideraram o protesto surgiu a ideia de que se Rio Tinto é, hoje, um território urbano desorganizado e sem qualidade, tal deve-se, em boa parte, a essa proximidade entre poder económico e poder político e ao recorrente favorecimento de interesses económicos nas decisões relativas à ocupação do espaço, em detrimento da qualidade de vida da generalidade dos residentes. Isto mostra que, para a eclosão do protesto, a par do desordenamento do território e suas consequências tanto na desestruturação do mundo rural, como na degradação do Tinto – contribuiu também fortemente a percepção de uma degradação dos actos e dos actores políticos, que são descritos como permissivos face a interesses económicos poderosos.

7. Tinto – um conflito multidimensional. As duas campanhas de protesto analisadas também mostram como as questões ambientais estão relacionadas com várias outras dimensões que ganham relevância à medida que a educação ambiental formal e informal avança. Uma delas é, inevitavelmente, a da qualidade de vida e do bem-estar, que surge associada a um ambiente urbano saudável, com linhas de água e espaços verdes devidamente valorizados e integrados na cidade. Em segundo lugar, elas podem ser fundamentais para a construção de uma determinada ideia de lugar. Se um lugar é um ponto geográfico dotado de sentido graças à articulação entre componentes físicas e simbólicas, questões como a paisagem, os recursos naturais e a utilização do espaço são incontornáveis para a definição da sua identidade. Com o seu motor localizado na utilização de terrenos numa zona central de Rio Tinto e com o seu enfoque no contributo do Tinto para a identidade do lugar, sendo-lhe atribuído, por quem protestou, um importante valor simbólico e histórico, os conflitos analisados revelam, mais do que uma resistência à descaracterização da localidade através da sua urbanização desorganizada, a procura de elementos territoriais e referências físicas a partir das quais se pudesse dotar o espaço de sentido, construindo um lugar, o que aponta o ressurgimento da importância do rio.

Mas as questões ambientais estão também directamente interligadas com questões cívico-políticas. Para a eclosão protesto ambiental, como vimos, teve também importância a percepção de uma proximidade indesejada entre o poder político e o poder económico e de que certas decisões tomadas pelo primeiro favorecem, sobretudo, os interesses do segundo.

Este alargamento dos temas do protesto para lá dos problemas ecológicos confere ao ambiente dimensões políticas, económicas, sociais e culturais, como demonstram as várias vertentes das duas campanhas de protesto pelo Tinto, em que se reivindicou a despoluição e reabilitação do rio, a criação de espaços verdes e um melhor ordenamento do território, mas também um processo de tomada de decisão mais transparente e participativo, um poder político que não esteja submetido ao poder económico, a recuperação do rio enquanto marco identitário do lugar e repositório de parte importante da sua memória, e a criação de espaços de lazer em detrimento de mais construção. Note-se, ainda, que nem o Movimento Pró-Rio nem o Movimento em Defesa do Rio Tinto se apresentaram, em nenhum momento, como grupos ecologistas, mas sim como movimentos populares, de cidadãos, interessados na defesa do rio enquanto elemento de valorização de um território urbano desordenado e incaracterístico.

8. Tinto – de esgoto a mote político. Paradoxalmente, a decisão tomada pela Câmara Municipal de Gondomar de agravar a condição de «não rio», escondendo-o sob o solo, acabou por tornar o rio, e os seus problemas, mais visíveis do que nunca, desencadeando um processo que reactivou a dimensão eco-social deste pequeno curso de água. Apesar de se terem preocupado, sobretudo, com a urbanização de uma zona central de Rio Tinto, a consequente perda de espaços verdes e o consequente agravamento dos problemas decorrentes da desorganização do tecido urbano nesta localidade, o Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho, com a ajuda de outros actores como a Quercus, o Fapas e uma escola local, entre 1997 e 2001, chamaram a atenção para os graves problemas de artificialização e de poluição que o rio conhecia. Para além disso, como vimos, procuraram recuperar o valor do rio, apresentando-o como um símbolo maior da cidade. O tema foi mediatizado, surgindo nas páginas dos jornais e nos ecrãs das televisões, e foi debatido na campanha eleitoral das autárquicas de 1997. Durante algum tempo, o rio foi mesmo utilizado como uma arma de arremesso no contexto da luta política e partidária local, sobretudo pelo Partido Socialista, ao qual o PSD procurou colar os actores colectivos envolvidos no protesto, aproveitando a presença de militantes da JS num deles. A questão foi também levada a diversos actores do estado, regionais e nacionais, desencadeando perguntas ao governo por parte de deputados da AR e estando na origem de processos sobre a legalidade da intervenção da Câmara Municipal de Gondomar.

Contudo, o passo decisivo para que o Tinto ressurgisse como um rio em toda a sua plenitude

foi dado na segunda campanha de protesto. O actor colectivo que nela mais se destacou, o Movimento em Defesa do Rio Tinto, definiu como objectivo principal a reabilitação de toda a bacia do Tinto. Para o conseguir, relegou para segundo plano a estratégia inicialmente pensada, de confronto e antagonismo face ao poder local, e procurou construir um consenso – ainda que pontuado por momentos de oscilação para uma abordagem mais confrontacional, geralmente associados a intervenções e medidas envolvendo o rio de que discorda, como a obra do Metro – em torno dessa ideia, tentando reunir os esforços de vários actores locais e supra locais e mediatizar o problema ambiental. O grupo desenvolveu um trabalho no sentido de colocar o tema na agenda dos diversos partidos políticos e dos decisores, apresentando reivindicações e propostas às autarquias que partilham o rio, às entidades nacionais que o supervisionam (ARH-N e CCDR-N), mas também estimulou a abordagem ao tema do rio nas escolas locais, procurou estabelecer pontes com as universidades e o movimento ambientalista, beneficiando da colaboração regular do coordenador-nacional do Projecto Rios, desenvolveu iniciativas que procuravam dar a conhecer à população não só os problemas ambientais do Tinto, mas também os seus potenciais benefícios enquanto elemento central de um espaço verde enquadrado harmoniosamente na cidade, e, tal como o Movimento Pró-Rio e o MRTTC antes de si, procurou inscrever no rio um valor simbólico para Rio Tinto enquanto lugar. O tema rio Tinto expandiu-se, assim, para lá do próprio grupo, surgindo em trabalhos, exposições e representações dramáticas das escolas da cidade, em trabalhos académicos, em grupos que adoptam troços no âmbito do Projecto Rios e nos seus encontros nacionais, e também no discurso político. A sua importância política no plano local foi revelada de forma esclarecedora nas Autárquicas de 2009, quando a CDU o voltou a utilizar como arma de arremesso política e todas as listas candidatas à Câmara Municipal de Gondomar, incluindo a do movimento Valentim Loureiro Gondomar no Coração, elegeram como prioridade a reabilitação daquela linha de água. Isto é, os mesmos decisores políticos que tinham procurado legitimar o entubamento do Tinto através da sua desvalorização, qualificando-o como um ribeiro imundo sem reabilitação possível, adoptaram, anos depois, um discurso favorável à valorização ambiental do rio, tornando-a numa ideia capaz de reunir um consenso importante. Se o Tinto foi, até tempos recentes, um «não rio», passou a ser um rio à força, pela força das campanhas de protesto que o reabilitaram simbolicamente e colocaram a sua reabilitação ambiental na agenda dos decisores políticos, voltando gradualmente a ser um «rio». Um rio que implica a discussão política e pública dos seus problemas e possíveis

soluções, num processo de redefinição dos seus significados e da sua redescoberta enquanto espaço com potencial de fruição e bem-estar, promovendo-se o contacto da população com zonas que ainda podem voltar a ser aprazíveis.

O passo decisivo para que o Tinto tenha começado a ressurgir enquanto um rio pleno foi dado, como dissemos, pela força do Movimento em Defesa do Rio Tinto e dos actores que conseguiu envolver em torno da reabilitação do rio. Mas este passo tem que ser compreendido à luz da conjuntura que se verificava no momento em que ele acontece. Em primeiro lugar, o Projecto Rios é iniciado em Portugal em 2006, ganhando importância crescente e visibilidade nos anos seguintes, envolvendo cada vez mais instituições em todo o país. Na bacia do Tinto, foram vários os grupos que adoptaram troços do rio. Em segundo lugar, e apesar de vários avanços e recuos, a educação ambiental nas escolas tem vindo a conquistar um peso e um estatuto crescentes. Por fim, refira-se a afirmação dos rios enquanto espaços de lazer sobretudo num contexto de crise económica e, não menos importante, a crescente valorização dos seus aspectos ambientais, presente, também, na legislação comunitária nacional dedicada à água – a DQA transposta como nova Lei da Água em 2005. Tratou-se de uma conjuntura favorável que não se encontrava reunida em 1997, altura em que se inicia a primeira campanha de protesto.

9. Tinto que permanece «tinto». Apesar de terem contribuído, de forma decisiva, para que as dimensões sócio-culturais do Tinto tenham sido reactivadas, as duas campanhas de protesto estudadas revelaram-se, até ao momento incapazes de contribuir, de um modo decisivo, para a inversão da degradação ecológica do Tinto. Alguns dos antigos dinamizadores da primeira campanha de protesto reclamam vitória no conflito que os opôs à Câmara Municipal de Gondomar, afirmando que a sua acção foi crucial para que os terrenos entre a Avenida do Rio Tinto e a rua da Ranha permaneçam, ainda hoje, livres de construções. No entanto, e ao contrário dos seus desejos, esses terrenos também não foram convertidos num espaço público capaz de funcionar como espaço de lazer, de encontro, de contacto com o «verde», e como âncora física do sentido de lugar. Depois de terem funcionado como entulheira e, posteriormente, como espaço polivalente onde se instalavam temporariamente tendas de circo e romarias populares, são hoje espaços entre uma linha de metro de superfície e uma avenida de quatro faixas e separador central, valorizado apenas pela presença de um afluente do Tinto e da sua galeria de vegetação ripícola. Para além disso, o projecto de entubamento do rio a

que se opuseram concretizou-se mesmo.

A ideia que continua a animar o Movimento em Defesa do Rio Tinto também está ainda longe de se concretizar. Apesar da melhoria da qualidade da água relativamente a anos anteriores (pelo menos no troço a montante da ETAR de Rio Tinto), da maior cobertura da rede de saneamento e da inauguração da ETAR do Freixo, no ano 2000, da construção do Parque Oriental em 2009, dos cuidados e da auto-vigilância exercidos pela Lipor sobre o seu aterro, e apesar dos vários estudos e projectos de despoluição que surgiram ao longo das últimas duas décadas, persistem graves problemas ambientais no Tinto. A artificialização do rio agravou-se, tal como a ocupação das margens e leitos de cheia. A qualidade da água continua a ser baixa ao longo de todo o percurso e continuam a verificar-se descargas de efluentes domésticos e industriais não tratados. Continua a registar-se deposição de lixo de todo o tipo nas margens e no leito do rio. As margens, em vários pontos, continuam física e socialmente degradadas e com um aspecto abandonado. O Move Rio Tinto considera ter dado um contributo importante para a mudança da atitude face ao rio por uma parte da população, mas assume que, apesar de as suas ideias serem, geralmente, bem recebidas pelos decisores, não tem conseguido exercer uma influência significativa no sentido de os forçar a passos concretos e sustentados no caminho da despoluição do rio e revalorização das margens. Na verdade, ainda que o Move Rio Tinto tenha conseguido suscitar uma espécie de controlo social saudável para a detecção e resolução de problemas pontuais, e ainda que todo o processo desencadeado tenha modificado o olhar e o discurso sobre o Tinto de alguns dos actores com responsabilidade sobre a sua gestão, o certo é que o prazo para a obtenção de um bom estado ecológico para esta linha de água, no âmbito dos objectivos colocados pela legislação comunitária e nacional relevante, foi derogado de 2015 para 2027, alegando-se inexecutabilidade técnica. Tendo em conta os seus objectivos ambiciosos para a bacia do Tinto, o Movimento em Defesa do Rio Tinto já obteve vitórias importantes, reactivando o rio de um ponto de vista sócio-cultural, contribuindo para a sua mediatização e para o reconhecimento de que os seus problemas têm de ser resolvidos, mas o triunfo final das suas reivindicações parece ainda distante no tempo e não é, sequer, certo. Apesar da mudança paradigmática que se verifica actualmente na maneira de pensar e gerir a água, conferindo uma importância crescente aos seus aspectos ambientais, a persistência da degradação do Tinto, a demora de uma acção de reabilitação profunda, concertada entre as diversas instituições responsáveis pela sua gestão e as questões colocadas pelo traçado da linha de metro relembra-nos que todos os processos de mudança são marcados

por avanços e recuos e por transformações e permanências, fazendo com que, como diz Arrojo Agudo (2001), certos aspectos do anterior paradigma ainda consigam persistir.

10. O Tinto indesejado. Por outro lado, os grupos que lideraram as campanhas de protesto e as associações ambientalistas que mais tarde se lhes juntaram em algumas ocasiões revelaram-se pouco ou nada capazes de envolver os residentes nas margens do rio, que são quem mais directamente sofre as consequências da sua degradação, na sua acção colectiva. De facto, a exclusão destas pessoas dos processos desencadeados explica-se sobretudo pela dificuldade evidenciada pelos promotores do protesto em construir reivindicações e argumentos capazes de as mobilizar. Os moradores da zona ribeirinha foram mesmo, em alguns momentos da primeira campanha, antagonistas do protesto, uma vez que o entubamento do rio servia o desejo de erradicar rapidamente o lixo e o mau cheiro da sua experiência quotidiana. Na segunda campanha, o objectivo de reabilitar o Tinto também não se revelou mobilizador para uma população ribeirinha profundamente descrente relativamente a essa possibilidade e preocupada sobretudo com o impacto negativo da degradação para o seu quotidiano, através de inundações e insalubridade. O Move Rio Tinto mostrou dificuldades em incluir estas pessoas e as suas preocupações na definição dos problemas e na acção, e isso, juntamente com a descrença na possibilidade de reabilitar o rio, resultou num distanciamento entre uns e outros, manifestado também no desconhecimento encontrado em alguns moradores das margens relativamente àquele actor colectivo, à sua identidade e aos seus objectivos. A diminuição deste distanciamento é algo que implica uma maior partilha de conhecimento, confiança e comunicação entre os actores colectivos e as pessoas que sofrem quotidianamente os efeitos da degradação do Tinto.

As entrevistas com moradores das margens sugerem que a sua reduzida capacidade para agir colectivamente e de forma sustentada no sentido de procurar inverter os problemas gerados pela degradação do Tinto tem a ver com a sua escassez de recursos sociais. Posicionadas em zonas do espaço social pouco vantajosas, o seu volume de capital económico, social e cultural é reduzido, dificultando a intervenção política. Mesmo que não se consiga generalizar esta conclusão a toda a população ribeirinha, já se sabe que entre a população da parte do vale do Tinto localizada no Porto, (já caracterizada por outros) predominam indivíduos situados em posições sociais penalizadoras, verificando-se uma elevada vulnerabilidade social. As nossas visitas ao rio deram-nos a sensação de que, ao longo de todo o percurso do rio, muitas zonas

ribeirinhas são habitadas por pessoas em condições similares, ideia que, aliás, nos foi confirmada, em entrevista, por um investigador universitário com um elevado conhecimento do rio.

Outra razão que concorre para a não mobilização da população das margens é a exposição prolongada à degradação ambiental. Esta funcionou mais como um factor de inibição da acção colectiva do que como um catalisador da mesma, produzindo uma crença na inevitabilidade da degradação, uma desvalorização da linha de água que passou a ser, tal como um esgoto, uma coisa que se quer invisível, tapada, e a ideia de que a recuperação do valor eco-social do Tinto é, para ela, uma ideia utópica. Já à necessidade de acautelar as cheias, eventualmente causadas pelo risco de entubamento do rio, as populações locais são mais sensíveis, embora não entendam como agir.

11. Tinto – redes e lideranças. Se uma boa parte da literatura sobre o protesto ambiental local descreve os seus protagonistas como actores colectivos constituídos pelas vítimas de problemas ambientais imediatamente perceptíveis e capazes de agregar indivíduos oriundos de zonas mais penalizadas do espaço social e com poucas ou nenhuma experiência de participação cívica e política anterior, estes pressupostos não ocorreram no caso do Tinto. Como se explicou no ponto anterior, os protagonistas das campanhas de protesto não foram, em nenhum momento, os grupos que mais sofrem com os riscos e inconvenientes da degradação do Tinto. Para além disso, na liderança do Movimento Pró-Rio, do Movimento Rio Tinto a Concelho e do Movimento em Defesa do Rio Tinto, estão sobrerrepresentados os indivíduos com percursos escolares longos e um historial de participação cívica e política prévia, que passou, conforme os casos, pela militância em partidos políticos, pela participação activa em associações profissionais, culturais ou desportivas e em IPSS, e pelo envolvimento em vários movimentos sociais. Muitos deles estavam unidos, de forma directa ou indirecta, por laços sociais pré-existent e enquadrados no local. Claro que, se considerarmos todos os participantes nas iniciativas de protesto desenvolvidas ao longo das duas campanhas, aí encontraremos um perfil social muito diversificado. Mas não estão na liderança. Estas iniciativas foram pensadas e planeadas por um pequeno núcleo de indivíduos para quem a intervenção na vida cívica e política não era uma novidade, revelando-se extremamente dependentes de um número restrito de pessoas comprometidas com a causa e capazes de mobilizar recursos diversos. Ainda que nas duas campanhas de protesto estudadas tenham

participado indivíduos com perfis diferentes, a verdade é que elas não teriam acontecido, pelo menos não da mesma forma nem com a mesma força, sem os esforços desenvolvidos por um grupo restrito de empreendedores da acção colectiva, marcados por características sociais que explicam a propensão para a intervenção política. A presença de um conjunto alargado e diverso de participantes explica-se, em boa parte, pelos esforços que esses empreendedores desenvolveram no sentido de angariar o maior número possível de participantes para certas iniciativas.

O interconhecimento prévio, as redes e os recursos mobilizáveis pelos elementos centrais do MRTC, Movimento Pró-Rio e Move Rio Tinto desempenharam um papel fundamental para o desencadear das campanhas. Relativamente ao primeiro aspecto, o Movimento Pró-Rio e o Move Rio Tinto foram-se formando, alargando e renovando ao longo das relações de conhecimento, directo ou indirecto, que já existiam entre pessoas com uma certa experiência de intervenção cívica e política, desenvolvida ao longo da vida. Na primeira campanha de protesto havia, entre elementos do MRTC e pessoas que viriam a liderar o Movimento Pró-Rio, laços sociais pré-existentes. As instituições locais e as redes sociais, locais e não só, foram fundamentais não só para a génese de alguns dos actores colectivos que promoveram o protesto, mas também para mobilizar certos recursos materiais e imateriais. Os protagonistas do protesto recorreram ao apoio de instituições locais e conseguiram utilizar as suas redes de relações para converter o seu capital social noutros recursos importantes para a acção colectiva dos quais não possuíam, à partida, um volume suficiente: dinheiro e materiais importantes para a realização de certas iniciativas, trabalho, conhecimentos científicos, informação. As redes construídas e os contactos estabelecidos foram também fundamentais para associar ao protesto alguns actores dotados de algum reconhecimento e prestígio social, como, por exemplo, escolas e cientistas, ampliando estratégia utilizada não só para mobilizar recursos mas também para ampliar a legitimidade das reivindicações apresentadas.

12. Tinto – estratégias de um movimento sustentável. Como dissemos em momentos anteriores, o facto de o caso do Tinto englobar duas campanhas de protesto diferentes abria, à partida, a possibilidade de estabelecer algumas comparações e, assim, enriquecer as descobertas da investigação. Esta característica do caso permitiu-nos recolher obter algumas pistas para perceber porque é que, apesar da natureza geralmente efémera do protesto ambiental, algumas campanhas se prolongam no tempo.

A primeira campanha ambiental foi iniciada no verão de 1997 e teve o seu período mais intenso nos dois anos seguintes. Em 2001 ainda havia protestos contra a edificação de uma avenida sobre o rio. Depois disso, um dos seus protagonistas, o Movimento Pró-Rio, desagrega-se, e o MRTC dedica cada vez menos energia ao assunto, registando-se uma última intervenção pública em 2004, contra o traçado da linha de metro de superfície entre o estádio do Dragão e a Venda Nova. Por outro lado, o Move Rio Tinto foi fundado na primavera de 2006 e, no momento em que escrevemos estas linhas, permanece activo e comprometido com as suas reivindicações, apesar de alguma oscilação na quantidade e tipo de iniciativas, relacionados com a disponibilidade que os seus elementos centrais encontram, ou não, em determinados momentos, e com a relação estabelecida com outros actores. Podemos, assim, dizer que a maior duração temporal da segunda campanha explica-se por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o Move Rio Tinto, como vimos, definiu os seus objectivos de uma forma mais abrangente: não se afirmou «contra» nada, como os seus antecessores, mas sim «a favor» da reabilitação do rio. Isto permitiu-lhe reajustar a sua estratégia, o seu discurso e os tópicos abordados à evolução dos acontecimentos e à actuação dos decisores que ficaram «desarmados» perante um desejo legítimo que até poderia (ou deveria) ser uma responsabilidade por eles assumida. Por outro lado, esta definição abrangente dos objectivos, conciliada com uma abordagem estratégica que favorece a procura de um consenso alargado em torno da reabilitação da bacia, empurrou-o para o diálogo com múltiplos actores sociais e para o estabelecimento de parcerias. Isto permitiu-lhe, por um lado, alargar o leque de recursos mobilizáveis. Para além disso, através do dito projecto de reabilitação do rio, envolvendo outros actores não governamentais, como o Projecto Rios, cientistas, várias escolas locais e outros grupos de defesa do ambiente, desencadeando um processo que acaba por o transcender e que já rola por si.

13. Tinto – outras linhas de abordagem possíveis. Outras questões podem ser colocadas a respeito do caso que estudámos. Seria possível utilizar o Tinto como estudo de caso para procurar resposta a outras perguntas sobre os problemas ambientais locais e os conflitos que estes originam. Uma primeira questão está relacionada com o tema da (in)justiça ambiental. O troço portuense do Tinto percorre uma zona periférica da cidade, com grande incidência de carências económicas e dificuldades de inclusão social plena. Em Rio Tinto, o segmento coberto mais extenso do rio atravessa uma zona central da cidade onde se concentram vários

equipamentos e serviços importantes; por outro lado, ele é uma das poucas linhas de água urbanas poluídas de pequena dimensão que, na cidade do Porto, ainda não foram total ou parcialmente cobertas – exceptuando um pequeno troço sob a rotunda do Freixo.

Como vimos, existe uma oposição oriente-ocidente, altamente desfavorável para o primeiro pólo, que marca o Grande Porto - patente, por exemplo, como diz Rio Fernandes (2005), na diferença das intervenções (e do seu impacto mediático) entre o Tinto (no oriente) e a ribeira da Granja (no ocidente). Esta polarização revela-se, por exemplo na localização escolhida para o aterro da Lipor e na instalação de duas ETAR num rio tão pequeno, distanciadas por cerca de 2 ou 3 quilómetros. Ela também ajuda a perceber a diferença entre o recente Parque Oriental do Porto, cruzado por um Tinto com a cor da água alterada e que produz odores desagradáveis, e o Parque da Cidade há muito instalado na zona oeste, onde isso não acontece. Tendo em conta estes aspectos, a não resolução das consequências sociais resultantes da degradação do Tinto em grande parte do seu percurso, pode ser equacionada como uma questão de injustiça ambiental.

Esta questão surge articulada com outra que poderia ser central para uma nova investigação sociológica sobre o Tinto: o porquê da persistência de problemas ambientais graves, com consequências sociais bem visíveis, em toda a bacia, apesar da multiplicação de estudos, projectos e declarações públicas tendo em vista a sua reabilitação e da existência de actores colectivos que têm procurado pressionar os poderes para que actuem nesse sentido. A resposta poderá passar por alguns aspectos acima referidos (injustiça ambiental, a oposição este-oeste e o seu agravamento pelas políticas adoptadas, a condição dos territórios de fronteira entre municípios diferentes no contexto metropolitano), mas tal investigação teria, ainda, de contemplar aspectos como a difícil articulação de políticas entre diferentes municípios de uma área metropolitana num contexto de ausência de uma política metropolitana integrada; a articulação, ou falta dela, entre as várias entidades gestoras do rio e aquilo que são as opções e prioridades, em termos de política ambiental, dos municípios que partilham a bacia do Tinto, as oportunidades e os constrangimentos financeiros, e as grandes orientações nacionais relativamente ao ambiente e à água.

A nossa investigação revelou ainda pistas sobre a importância que os laços de amizade que se constroem - ou que já existiam anteriormente, mas que se reforçam – no decurso do protesto para que a acção colectiva se possa prolongar no tempo num contexto de dificuldades relevantes para se conseguir atingir os seus objectivos e ver as suas reivindicações atendidas.

Quando interrogados sobre a sua adesão e participação no Movimento em Defesa do Rio Tinto, alguns dos seus elementos referiram que, apesar verem a reabilitação da bacia do Tinto como um desejo cada vez mais difícil de ser concretizado, mantêm-se motivados e comprometidos com a sua causa pelo carácter lúdico da sua participação no actor colectivo e pelos laços de amizade entretanto construídos ou enriquecidos. Este é outro aspecto que poderia ser aprofundado em investigações posteriores, não só sobre o protesto ambiental local, mas sobre o protesto social em geral.

A nossa investigação mostra que a participação em pequenos grupos informais de protesto ambiental pode ter uma certa importância do ponto de vista da promoção de uma consciência ambiental mais ampla, outro tema que poderia orientar futuras investigações sobre o tema. Isto é visível, sobretudo, no caso da segunda campanha de protesto. O Movimento em Defesa do Rio Tinto conta com alguns participantes regulares com percursos escolares e actividades profissionais que lhes conferem um conhecimento importante sobre algumas questões relacionadas com o estado ecológico das linhas de água e as suas implicações; para além disso, tem contactos com académicos especializados em questões relacionadas com as águas interiores, com associações ambientalistas e com técnicos de várias instituições. Têm, ainda, desenvolvido um esforço de legitimação das suas reivindicações que passa por as suportar com argumentos em que são utilizados conhecimentos científicos e também de instrumentos legais. Neste contexto, a participação regular no grupo que lidera o actor colectivo contribui para a aquisição de conhecimentos novos na área do ambiente e, eventualmente, para a mudança de percepções, disposições e atitudes. Mas mesmo a participação nas actividades promovidas pelo grupo, sem o envolvimento na tomada de decisões, tem por si só um carácter pedagógico: para além de potenciarem o contacto com a biodiversidade que, em certas zonas, o Tinto ainda alimenta - mas também com as consequências da sua degradação - iniciativas como as caminhadas e as limpezas do Tinto permitiram a exposição a informação diversa sobre diversos temas ambientais, desde aspectos da legislação sobre a protecção e gestão dos recursos hídricos, ao potencial das linhas de água urbanas enquanto corredores ecológicos, à biodiversidade que alimentam, e aos seus benefícios para a população, passando pelo funcionamento de uma ETAR, os efeitos ambientais da poluição e da artificialização e o risco de cheia.

14. Tinto – uma transformação sustentável? Por fim, seria igualmente interessante

continuar a acompanhar a actuação do Movimento em Defesa do Rio Tinto no futuro. Isto porque este actor colectivo, para além de persistir no tempo, alimentando há quase 8 anos uma campanha de protesto ambiental – contrariando o carácter geralmente efémero dos grupos de protesto ambiental local – tem revelado uma evolução interessante ao longo deste percurso: recusou um caminho exclusivamente de denúncia e confronto com o poder local, transcendeu eventuais identificações e motivações partidárias iniciais e evoluiu no sentido de construir uma estratégia que procura também o consenso e a sensibilização em torno dos seus objectivos, exercendo ainda um controlo social informal sobre o estado ecológico do rio e estabelecendo contactos com instituições e actores diversificados. Esta evolução, articulada com o carácter pedagógico e enriquecedor de conhecimentos e, por outro lado, lúdico, com que se reveste a participação dos seus membros, suportada em laços de amizade que se foram construindo e reforçando, mostra-nos o modo como se podem desencadear processos que, potencialmente, alargam a consciência ambiental daqueles que participam nas suas actividades e das comunidades onde se inserem, tornando-se exemplos de sustentabilidade transformativa.

XV

Bibliografia

Artigos de revistas científicas, teses académicas, relatórios, livros e capítulos de livros

Administração da Região Hidrográfica do Norte. 2011. *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro. Relatório Técnico. Versão para Consulta Pública.*

Allan, J. David. 2004. «Landscapes and Riverscapes: The Influence of Land Use on Stream Ecosystems». *Annual Review of Ecology and Systematics*, nº 35: 257-275

Arrojo Agudo, Pedro. 2009. «The New Water Paradigm: premises and promises». Em *Making The Passage Through the 21 st Century: Water as a Catalist For Change*, ed. Charles Buchanan, Paula Vicente, Evan Vlachos. Lisboa: Fundação Luso-Americana

Arrojo Agudo, Pedro. 2006. «Los Retos Éticos de La Nueva Cultura del Agua». *Polis, Revista de La Universidad Bolivariana*, 5, nº 14: 1-6

Arrojo Agudo, Pedro. 2001. «Hacia una nueva racionalidad económica en la gestión de las aguas». Actas do II Congresso Ibérico sobre Planeamento e Gestão da Água, Porto, 9-12 de Setembro de 2000. http://grupo.us.es/ciberico/archivos_html/indexportu.htm

Arrojo Agudo, Pedro. 1999. «El valor economico del agua». *Afers Internacionals*, Nº 45-46: 145 – 167

Arrojo Agudo, Pedro, Julio Sánchez Chóliz e Jorge Bielsa Callau. 1997. «Fundamentos para una gestión del agua coherente com un modelo de desarrollo sostenible». Actas do I e II Seminario del Agua: 167 – 190

Augé, Marc. 2008 (2aed). *Non-places. An introduction to supermodernity*. Londres: Verso

Barden, Lane. 2008. «The River – The LA River Picturing LA: Conduits, Corridors and the Linear City». Em *Los Angeles, pt1. In The Infrastructured City – Network Ecologies*, ed. Kazys Varnelis. Barcelona: Actar, The Los Angeles Forum for Architecture and Urban Design, The Network Architecture Lab

Barraqué, Bernard (2003) «Las políticas del agua en Europa a partir de la directiva marco del agua». *Ingeniería del Agua*, 10, Nº 3: 281 – 292

Barreto, António. 2004. *Tempo de incerteza*. Lisboa: Relógio de Água

Beck, Ulrich. 1992. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage

Becker, Howard S e Blanche Geer. 1957. Participant Observation and Interviewing: a comparison. *Human Organization*, 16, nº3: 28-32

Benford, Robert D.. 1997. «An insider's critique of the social movement framing perspective». *Social Inquiry*, 67, nº 4: 409-430

Benford, Robert D. e David A. Snow. 2000. «Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment». *Annual Review of Sociology*, 26: 611-639

Benton, Ted. 1991. «Biology and Social Science: why the return of the repressed should be given a (cautious) welcome». *Sociology*, 25, Nº 1: 1-29

Bernhardt, Emmily S. e Margaret A. Palmer. 2007. «Restoring Streams in an Urbanizing World». *Freshwater Biology*, 52: 738-751

Besrat, Abraham. 2000. «Foreword». Em *Water For Urban Areas – Challenges and perspectives*, ed. Juha I. Uitto e Asit K. Biswas. Nova Iorque: New York University Press

Bouguerra, Mohammed Larbi. 2005. *As Batalhas da Água*. Porto: Campo das Letras

Bourdieu, Pierre. 1979. *La Distinction: Critique Social du Jugement*. Paris: Minuit

Bourdieu, Pierre. 1980. “Le Capital Social: Notes Provisoires”. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 31, N°1: 2-3

Bourdieu, Pierre. 1986. “The forms of capital”, Em (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, org. J. G. Richardson. Nova Iorque: Greenwood

Bourdieu, Pierre. 2001. *Razões práticas – sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora (1ª edição 1997)

Bukowski, Jeanie, Mikalynn Katlak e Laura Doolin. 2012. «The *Fundación Nueva Cultura Del Agua* at the intersection of science and policy: a modification of the epistemic communities framework». Comunicação apresentada no VIII Congresso Ibérico de Gestão e Planeamento da Água, Lisboa, 5-7 de Dezembro de 2013

Burawoy, Michael. 1998. «The Extended Case Method». *Sociological Theory*, 16, N°1: 4-33

Burningham, Kate. 2000. «Using the language of NIMBY: a topic for research, not an activity for researchers». *Local Environment*, 5, n°1: 55-67

Burningham, Kate, Julie Barnett e Diana Thrush. 2006. «The limitations of the NIMBY concept for understanding public engagement with renewable energy techniques: a literature review». School of Environment and Development, University of Manchester. http://geography.exeter.ac.uk/beyond_nimbyism/deliverables/outputs.shtml

Burningham, Kate e Geoff Cooper. 1999. «Being Constructive: Social Constructionism and the Environment». *Sociology*, 33, n° 2: 297-316

Buttel, Frederick H.. 1987. «New Directions in Environmental Sociology». *Annual Review of Sociology*, 13: 465-488

Campo Aberto. 2006. *Reflectir o Porto e a Região Metropolitana do Porto: presente e futuro de uma cidade com passado e da sua região, 2001-2005*. Porto: Campo Aberto

Cabral, Manuel Villaverde. 2011. «Cidadania, inclusão e voz». *Caderno Metrópoles*, 13, nº26: 341-357

Cabral, Manuel Villaverde. 2000. «O exercício da cidadania política em Portugal». *Análise Social*, XXXV, nº 154-155.: 85-113.

Cabral, Manuel Villaverde. 1997. *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta

Câmara Municipal do Porto – Gabinete de Estudos e Planeamento. 2005. *Plano de Pormenor do Parque Oriental – Estudos de Caracterização: Relatório sobre as condições sócio-demográficas e equipamentos*, Porto: Câmara Municipal do Porto

Carolan, Michael S.. 2005. «Realism without reduccionism: toward an ecologically embedded sociology». *Human Ecology Review*, 12, nº 1: 1-20

Carvalho, Liliana (2008): Metodologias para a Análise Integrada dos Impactos Cumulativos em Sistemas Fluviais de Pequenas Bacias Sujeitas a Elevadas Pressões Antropogénicas, Tese de Doutoramento, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

Carter, Bob e Nicky Charles. 2009. *Society, nature and sociology. The Sociological Review*, 57, nº2: 1-20

Esteban Castro, José. 2007. «Water Governance in the twentieth-first century», *Ambiente & Sociedade*, X, nº2: 97 – 118

Esteban Castro, José. 2006. *Water, power and citizenship: social struggle in the basin of Mexico*. Basingstoke: Pallgrave-MacMillan

Catton, William R. e Riley E. Dunlap. 1978. «Environmental Sociology: a New Paradigm». *The American Sociologist*, 13: 41-49

Catton, William R. e Riley E. Dunlap. 1980. «A New Ecological Paradigm for the Post-Exuberant Society». *American Behavioral Scientist*, 24, nº 1: 15 – 47

Cautela, Afonso. 1977. *Ecologia e luta de classes em Portugal. Reportagens*. Lisboa: Socicultur

Cioc, Mark. 2002. *The Rhine: an Eco-Biography, 1815-2000*. Seattle: University of Washington Press

Coleman, James S.. 1988. «Social capital in the creation of human capital». *The American Journal of Sociology*, vol 94: S95 - S120

Çoban, Aykut. 2004. «Community base ecological resistance: the Bergama Movement in Turkey». *Environmental Politics*, 13, nº 2: 438 – 460

Costa, António Firmino da. 1999a. «A pesquisa de terreno em sociologia». Em *Metodologia das Ciências Sociais*, org. Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto. Porto: Afrontamento (10ª edição)

Costa, António Firmino da. 1999b. *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora.

Della Porta, Donatella e Mario Diani. 2006. *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackwell

Della Porta, Donatella e Gianni Piazza. 2007. «Local contention, global framing: The protest campaigns against the TAV in Val di Susa and the bridge on the Messina straits». *Environmental Politics*, 16, nº 5: 864 – 883

Diani, Mario. 2003. «Introduction. Social Movements' contentious actions, and social networks: from metaphor to substance». Em *Social Movements and networks*. Ed. Mario Diani e Doug McAdam. Oxford: Oxford University Press

Diani, Mario. 1992. «The concept of social movement». *The Sociological Review*, 40, nº 1: 111–131

Dias, M. Augusto e Conceição M. Pereira. 2001. *Ermesinde: Registos Monográficos*. Valongo, Câmara Municipal de Valongo

Dickens, Peter. 1996. *Reconstructing Nature. Alienation, Emancipation, and the Division of Labour*. Londres: Routledge

Domingues, Álvaro. 2006. *Cidade e Democracia: Trinta Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum

Domingues, Álvaro. 1999. «Formas e escalas da urbanização difusa – interpretação e intervenção no NO de Portugal». *Inforgo*, 14: 43-64

Dunlap, Riley E. e William R. Catton. 1994. «Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalisation of environmental sociology». *American Sociologist*, 25, nº1: 5-25

Dunlap, Riley E. e Kent Marshall. 2007. «Environmental Sociology». Em *21st Century Sociology – A Reference Handbook*. Vol.2. Ed. Clifton D. Bryant e Dennis L. Peck. Thousand Oaks: Sage

Durand, Jean-Yves (2003): «A diluição do consenso: a água de 'fonte de vida' a 'património colectivo'». *Etnográfica*, 2, nº 1: 15-31

Durkheim, Émile. 1998 [1895]. *As regras do método sociológico*. Lisboa, Presença

ERSAR. 2011. Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal. Lisboa. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Fernandes, António Teixeira. 1993. «Conflitualidade e movimentos sociais». *Análise Social*, XXVIII, 123-124: 787-828.

Fernandes, José Rio. 2005. «Contributos para a coordenação territorial no Grande Porto», em *Porto Cidade Região*, Reitoria da Universidade do Porto

Fernandes, José Rio. 2003. «A Cidade, o Município, e as Políticas: o Caso do Grande Porto». *Sociologia*, I nº 13: 227 - 251

Fernandes, José Rio. 2000. «Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: Realidades e Desafios», *História*, III, no 1: 127-143

Ferreira, José Gomes. 2012. *Saneamento Básico: Factores sociais de insucesso de uma política adiada. O caso do Lis*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciência Sociais

Ferreira, José Gomes. 2008. «Saneamento básico – Proposta de análise do problema em Portugal 1970-2000». Actas do VI Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água, Vitoria-Gasteiz, 4-7 Dezembro. <http://www.fnca.eu/congresoiberico/documentos/c0424.pdf>

Ferreira, Vítor Matias e Alexandra Castro. 2007. «O Território». *Em Retrato de Portugal – Factos e Acontecimentos*. Coord. António Reis. Lisboa: Instituto Camões, Ciclo de Leitores, Temas e Debates

Ferreira, Vítor Matias (org), Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandre Castro, Luís Wemans e Teresa Amor. 1997. *Lisboa: a Cidade e o Rio*. Lisboa: Bizâncio

Figueiredo, Elisabete e Teresa Fidélis. 2003. «'No meu quintal não!'. Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994) ». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65:151-153

Figueiredo, Elisabete, Teresa Fidélis e Artur Rosa Pires. 2001. «Grassroots environmental action in Portugal (1974-1994)». Em *Southern Europe: actors, institutions and discourses in a europeanizing society*, ed. Klaus Eder e Maria Kousis. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers

Fillieule, Olivier. 1997. *Stratégies de la rue: les manifestations en France*. Paris: Presses de Sciences Politiques

Findlay, Sophia J.e Mark Patrick Taylor. 2006. *Why Rehabilitate Urban River Systems?*. *Area*, nº 38: 312-325

Freudenburg, W. R. e S. Pastor. 1992. «NIMBYs and LULUs: Stalking the Syndromes». *Journal of Social Issues* 48, nº.4: 39-61.

Freudenburg, William R., Scott Frickel e Robert Gramling. 1995. «Beyond the nature/society divide: learning to think about a mountain». *Sociological Forum*, 10, nº 3: 361-392

FNCA. 2012. «Memoria de actividades». Fundación Nueva Cultura Del Agua. <http://www.fnca.eu/memorias>

Garavan, Mark (2007), «Resisting the costs of development: local environmental activism in Ireland», *Environmental Politics*, 16, nº 5: 844 – 863

Garcia, José Luís. 1999. *Poluição e Despoluição do Rio Lis*. Lisboa: Observa

Garcia, José Luís, Pedro Barata e Gisela Matos. 2000. «Orientação, cidadania e responsabilização». Em *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, org. João Ferreira de Almeida. Oeiras: Celta

Gato, Maria Assunção. 2013. *Dinâmicas habitacionais e populacionais na Área Metropolitana do Porto*. Lisboa: Dinâmia'CET, ISCTE-IUL

Giddens, Anthony. 1992. *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.

Gieryn, Thomas F.. 2000. «A space for place in sociology». *Annual Review of Sociology*, 26: 463-496

Glaser, Barney G e Anselm L. Strauss. 1967. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Company

Gleick, Peter H.. 2009. «Facing Down the Hydro Crysiss». *World Police Journal*, 26, nº 4: 17-23

Goffman, Erving. 1974. *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. London: Harper and Row

Goldman, Michael e Rachel Schurman. 2000. «Closing the 'great divide': new social theory on society and nature». *Annual Review of Sociology*, nº26: 563-584

Goldstone, Jack. 2004. «More Social Movements or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures to Relational Fields». *Theory and Society*, nº 33: 333-365.

Gomes, Fernando Amadeu Ribeiro. 2003. *Centralidades e Periferias em Torno da Cidade do Porto – des(Encontros) de Política e Planeamento Urbano*. Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Gould, Kenneth A.. 1993. «Pollution and Perceptions: Social Visibility and Local Environmental Mobilization». *Qualitative Sociology*, 16, no 2: 157 – 178

Gould, Kenneht A., Allan Schneiberg e Adam S. Weinberg. 1996. *Local Environmental Struggles – Citizen Activism in the Treadmill of Production*. Cambridge: Cambridge University Press

Gumprecht, Blake. 2005. «Who Killed the LA River?». Em *Land of Sunshine*, ed. William

Deverell e Greg Hise. Pittsburgh: Pittsburgh University Press

Hardin, Garrett. 1968. «The tragedy of the commons». *Science*, nº 162: 1243 - 1248

Harvey, David. 1996. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell

Haughton, Graham e Colin Hunter. 1994. *Sustainable Cities*. Londres: Regional Studies Association

IGAOT. 2004. *Avaliação do Desempenho Ambiental das Estações de Tratamento de Águas Residuais*

Urbanas em Portugal. Lisboa: Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

INAG. 2005. *Relatório-Síntese sobre a caracterização das regiões hidrográficas previstas na Directiva-Quadro da Água*. Lisboa: Instituto da Água

INAG. 2010. *Relatório do estado do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de águas residuais. Sistemas públicos urbanos. ISAAR 2009 (dados de 2008)*. Lisboa: Instituto da Água.

INE (2004), *Retrato da Área Metropolitana do Porto*. Porto: Instituto Nacional de Estatística – Direcção Regional do Norte.

Jiménez Sánchez, Manuel. 2005. *El impacto político de los movimientos sociales – un estudio de la protesta ambiental en España*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas

Jiménez Torrecilla, Néstor e Javier Martínez Gil. 2005. «The New Water Culture in Spain: a Philosophy Towards a Sustainable Development», *E-Water*, artigo nº 2005/07 <http://www.ewaonline.de/journal/online.htm>

Jodelet, Denise. 2001. «Le phénomène Nimby». Em *L'Environnement, question sociale*, Cord. Michel Boyer, Guy Herzlich e Bruno Maresca. Paris: Editions Odile Jacob

Julian, Roberta. 2004. «Inequality, Social Differences and Environmental Resources». Em *Controversies in Environmental Sociology*, ed. White, Robert. Cambridge: Cambridge University Press

King, Leslie e Debora McCarthy. 2005. *Introduction – environmental problems require social solutions*. Em *Environmental Sociology: from analysis to action*, ed. Leslie King e Deborah McCarthy. Oxford: Rowman e Littlefield

Kousis, Maria. 2007. «Local Environmental Protest in Greece, 1974-1994: exploring the political dimension». *Environmental Politics*, 16: nº 5: 785 – 804

Kousis, Maria. 2001. «Competing claims in local environmental conflicts in southern Europe». Em *Environmental politics in Southern Europe: actors, institutions and discourses in a europeanizing society*, ed. Klaus Eder e Maria Kousis. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers

Kousis, Maria. 1999. «Sustaining Local Environmental Mobilizations: Groups, Actions and Claims in Southern Europe». *Environmental Politics*, 8, nº 1: 172 – 198

Kousis, Maria, Donatella Della Porta e Manuel Jiménez. 2008. «Southern European Movements in Comparative Perspective». *American Behavioral Scientist*, 51, nº 11: 1627 – 1647

Lima, Aida Valadas de e Guerra, João. 2004. «Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus». Em *Ambiente e Desenvolvimento*, org. Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala. Lisboa: ICS

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa. 1998. «Processos de uma modernidade inacabada – mudanças estruturais e mobilidade social». Em *Portugal, que modernidade?*, org. José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa, Oeiras: Celta

Machado, José Pedro, coord..1981. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa, TomoIX*. Lisboa: Amigos do Livro

Magalhães, Albano, Fátima Silva, Fina D'Armada, Lício Lopes, Natália Correia e Olga Castro. 1999. *Rio Tinto: Aparentamentos Monográfico*. Gondomar: Junta de Freguesia de Rio Tinto

Magalhães, Pedro. 2009. *A qualidade da democracia em Portugal: a perspectiva dos cidadãos*. <http://www.sedes.pt/documentacao.aspx?args=2,8&tipo=artigos&ID=47>

Magalhães, Pedro. 2005. «Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal», *West European Politics*, 28: 973–991

Mansinho, Inês e Luísa Schmidt. 1994. «A emergência do ambiente nas ciências sociais». *Análise Social*, XXIX 125-126: 441-481

MAOTDR. 2007. *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013) (PEAASAR II)*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MAOTDR. 2000. *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2000-2006) (PEAASAR I)*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Marinho, Joaquim dos Santos. 2003. *Rio Tinto: Cidade com Nome de Rio*. Gondomar: Junta de Freguesia de Rio Tinto

Martell, Luke. 1994. *Ecology and Society*. Cambridge: Polity Press.

Martínez Gil, Javier. 2010. *Una Nueva Cultura del Agua y de la Vida – La Experiencia Fluviofeliz*. Fundación Nueva Cultura del Agua e Fco. Javier Martínez Gil

Martins, Manuel Meirinho. 2004. *Participação política e democracia. O caso português (1976-2000)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

McCarthy, John D. e Mayer N. Zald. 1977. «Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory». *American Journal of Sociology*, 82, nº 6: 1212-1241

McCright, Aaron M. e Terry Nichols Clark. 2006. « The intersection between community sociology and environmental sociology». Em *Community and ecology: dynamics of place, sustainability, and politics*, ed. Aaron M. McCright e Terry Nichols Clark. Oxford: Elsevier

Mendes, José Manuel. 2010. «Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede». *Análise Social*, XLV, 196: 447-465.

Mendes, José Manuel. 2005. «'Só é vencido quem deixa de lutar': protesto e Estado democrático em Portugal». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 72: 161-185

Mendes, José Manuel. 2004. «'Nós também fazemos história': protesto e cidadania num contexto democrático», Actas do V Congresso Português de Sociologia, Braga, 12-15 de Maio. http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461512e18d9c2_1.pdf

Mendes, José Manuel e Ana Maria Seixas. 2005. «Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 72: 99-127.

Mertig, Angela G., Riley E Dunlap e Denton E. Morrison. 2001. «The Environmental Movement in the United States». Em *Handbook of Environmental Sociology*, ed. Riley E. Dunlap e William Michelson. Westport: Greenwood Press

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. 2003. Declaração de Impacte Ambiental - “Prolongamento da Linha C Campanhã-Gondomar”.

Murphy, Raymond. 2002. «The internalization of autonomous nature into society». *Sociological Review*, 50: 313 – 333

Murphy, Raymond. 1995. «Sociology as if nature did not matter: an ecological critic». *The British Journal of Sociology*. 46, nº 4: 688-707

Nave, Joaquim Gil, Ana Horta e Catarina Lage. 2000. «Informação e cultura ambiental». Em *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, org. João Ferreira de Almeida. Oeiras: Celta

Nave, Joaquim Gil e Susana Fonseca. 2004. «Entre a cultura ambiental e o efeito NIMBY». Em *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, org. João Ferreira de Almeida. Oeiras: Celta

Nunes, João Arriscado e Marisa Matias. 2003. «Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65: 129-150

Oliveira, Camilo de. 1931. *O concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos*. Porto

ONU. 2003. *Water for people, water for life: a joint report by the twenty-three UN agencies concerned with freshwater: the United Nations world water development report*. Paris: UNESCO

Orlove, Ben; Caton, Steve. 2010. «Water Sustainability: Anthropological Approaches and Prospects». *Annual Review of Anthropology*, 39: 401-415

Pacheco, Hélder, coord. 1999. *O Vale de Campanhã na Memória da Gente*. Porto: Fundação Para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã

Pardo, Mercedes. 1996. «Sociologia e y medioambiente: hace un nuevo paradigma relacional». *Política y Sociedad*, 23: 33-49

Pato, João Howell. 2008. *O valor da água como bem público*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Paul, Michael J. e Ludy L. Meyer. 2001. «Streams in the Urban Scape». *Annual Review of Ecology and Systematics*, 32: 333-365

Petts, G.E.. 2001. «Geo-ecological Perspectives for the Multiple Use of European River Systems». Em *River Restoration in Europe – Practical Approaches*, ed. H.J. Nijland e M.J.R. Cals. Lelystad: RIZA

Pinto, José Madureira. 2010. «Reavaliando fundamentos e grandes orientações metodológicas das pesquisas sobre Fonte Arcada». Em *Ir e Voltar: Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)*, org. José Madureira Pinto e João Queirós. Porto: Afrontamento

Platt, Jennfier. 2005. «Cases of cases... of cases». Em *What is a Case? Exploring The Foundations of Social Inquiry*, ed. Charles C. Ragin e Howard S. Becker. Nova Iorque: Cambridge university Press (9ª edição)

Polletta, Francesca; Jasper, James M. (2001), «Collective Identity and Social Movements», *Annual Review of Sociology*, no 27, pp 283-305

Portela, José. 2001. «Entre a cidadania e a 'Nova Cultura da Água' – das Dificuldades de Ser Cidadão». Actas do II Congreso Ibérico sobre Planificación e Gestão da Água. Porto, 9-12 de Setembro de 2000. Disponível em http://grupo.us.es/ciberico/archivos_html/indexportu.htm

Portes, Alejandro. 2000. «Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea». *Sociologia Problemas e Práticas*. 33: 133 – 158

Price, Jennifer. 2005. «Thirteen Ways of Seeing Nature in LA». Em *Land of Sunshine*, ed. William Deverell e Greg Hise. Pittsburgh: Pittsburgh University Press

Putnam, Robert D.. 2000. *Bowling Alone*. New York: Touchstone

Reis, Manuela e Aida Valadas de Lima. 1998. «Desenvolvimento, território e ambiente». Em *Portugal, que modernidade?*, Org. José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa. Oeiras: Celta

Rodrigues, Eugénia. 2002. «Ciência, públicos e ambiente: o discurso 'científico' dos movimentos de protesto ambiental». *Sociedade e Cultura* 4, *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 18. nº 1-2: 271-290.

Rodrigues, Eugénia. 2000. «Ambientalismo em Portugal: actores e recursos no caso da incineradora de Estarreja». Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 17-19 de Abril. http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc25ad1f76_1.PDF

Rodrigues, Eugénia. 1995. «Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal». *Oficina do CES*, Nº 60.

Rome, Adam. 2001. *The Bulldozer in the Countryside*. Cambridge: Cambridge University Press

Rootes, Christopher. 2007. «Acting locally: The character, contexts and significance of local environmental mobilizations». *Environmental Politics* 16, nº 5: 722 – 741

Rootes, Christopher. 2006. «explaining the outcomes of campaigns against waste incinerators in England: community, ecology, political opportunities, and policy contexts». Em *Community and ecology: dynamics of place, sustainability, and politics*, ed. Aaron M. McCright e Terry Nichols Clark. Oxford: Elsevier

Rootes, Christopher. 2003. «The transformation of environmental activism: an introduction». em *Environmental protest in Western Europe*, ed. Christopher Rootes. Oxford: Oxford University Press.

Rootes, Christopher. 1999a. «Environmental Movements: from the local to the global» *Environmental Politics*, 8, nº 1: 1 – 12

Rootes, Christopher. 1999b. "Acting globally, thinking locally? Prospects for a global environmental movement". *Environmental Politics*, 8, nº 1: 290 – 310

Schmidt, Luísa. 2009. «Civic Action and Media in Water Issues». Em *Making The Passage Through the 21st Century: Water as a Catalyst For Change*, ed. Charles Buchanan, Paula Vicente e Evan Vlachos. Lisboa: Fundação Luso-Americana

Schmidt, Luísa. 2008. «Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes». Em *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Schmidt, Luísa. 2007a. *Portugal: país (in)sustentável*. Lisboa: Esfera do Caos

Schmidt, Luísa. 2007b. «Ondulações Mediáticas». Em *Reflexos da Água*, coord. Luís Veiga da Cunha. Lisboa: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos

Schmidt, Luísa. 2003. *O Ambiente no Ecrã. Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Schmidt, Luísa. 1999. «Sociologia do Ambiente: genealogia de uma dupla emergência». *Análise Social*, XXXIV, nº 135: 205-227

Schmidt, Luísa e Pedro Prista. 2010. «Água, o líquido social». Em CCDRC (ed.), *À Beira da Água*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Schmidt, Luísa e Susana Valente. 2003. «As dimensões mediáticas da água. Evolução e tendências». Actas do III Congresso Ibérico Sobre Gestão e Planificação da Água, Sevilha, 13-17 de Novembro de 2002

Schmidt, Luísa, Joaquim Gil Nave e João Guerra. 2010. «Educação ambiental. Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável». Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Schmidt, Luísa, Susana Valente e João Pinheiro. 2000. «País: percepção, retrato e desejo». Em *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, org. João Ferreira de Almeida. Oeiras: Celta

Schnaiberg, Allan. 2005. «The Economy and The Environment». Em *The Handbook of Economic Sociology*, ed. Neil Smelser e Richard Swedberg. Princeton: Princeton University Press.

Schnaiberg, Allan. 1980. *The Environment: From Surplus to Scarcity*. Nova Iorque: Oxford University Press

Schnaiberg, Allan, e Kenneth A. Gould. 1994. *Environment and Society: the enduring conflict*. Nova Iorque: St Martin's Press

Shemtov, Ronit. 2003. «Social Networks and Sustained Activism in Local NIMBY Campaigns». *Sociological Forum*, 18, nº 12: 215-244

Silva, José Pedro e José Gomes Ferreira. 2012. «Impulso externo e evolução da qualidade das águas superficiais – cronologia de um problema ambiental ainda sem solução», Actas do VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 19-22 de Junho

Simmel, Georg. 1968. *Conflict and the webb of group-affiliations*. Nova Iorque: The Free Press of Glencoe

Simmel, Georg. 1967 [1903]. *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar

Slöölösi-Nagy, András. 2009. «Water and the Decade 2005-2015 and Overview of Global Water: Scientific Challenges and Opportunities». Em *Making The Passage Through the 21st Century: Water as a Catalist For Change*, ed. Charles Buchanan, Paula Vicente e Evan Vlachos. Lisboa: Fundação Luso-Americana

Snow, David A., E. Burke Jr. Rochford, Steven K. Worden Steven e Robert D. Benford. 1986. «Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation». *American Sociological Review*, 51, nº4: 464-481

Soromenho-Marques, Viriato. 2007. «O ambiente». Em *Retrato de Portugal – Factos e Acontecimentos*, coord. António Reis. Lisboa: Instituto Camões, Ciclo de Leitores, Temas e Debates

Soromenho-Marques, Viriato. 2002. «The Portuguese Environmental Movement». Em *Environmental Activism in Society*, org. Lia Vasconcelos e Idalina Baptista. Lisboa: Fundação Luso-Americana

Spaargaren, Gert e Arthur P.J. Mol. 1992. «Sociology, Environment and Modernity: Ecological Modernization as a Theory of Social Change». *Society and Natural Resources*, 5: 323-344

Stake, Robert E.. 1995. *The Art of case Study Research*, Thousand Oakes: Sage

Teiga, Pedro. 2011. *Avaliação e mitigação de impactes em reabilitação de rios em zonas urbanas edificadas: uma abordagem participativa*. Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Teixeira, Luís Humberto. 2011. *Verdes Anos – História do Ecologismo em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos.

Tilly, Charles. 2008. *Contentious Performances*. Cambridge: University Press

Tilly, Charles. 2004. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers

Tilly, Charles. 1978. *From Mobilization to Revolution*. Reading: Addison-Wesley

Tilly, Charles e Sidney Tarrow. 2007. *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers

Tönnies, Ferdinand. 1955 [1887]. *Community and Association*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Tranter, Bruce. 2004. «The Environment Movement: Where to from Here?». Em *Controversies in Environmental Sociology*, ed. Rob White. Cambridge: Cambridge University Press

Van Liere, Kent e Riley E. Dunlap. 1980. «The Social Bases of Environmental Concern: A Review of Hypotheses, Explanations and Empirical Evidence». *Public Opinion Quarterly*, 44, nº2: 181-197

Vásquez, Isabel. 1992. «Crescimento Urbano e Suburbanização no Grande Porto: Uma Perspectiva Relacional». *Análise Social*, XXVII, nº 115: 191-205.

Vaughn, Diane. 2005. «Theory: the Heuristics of case analysis». Em *What is a Case? Exploring The Foundations of Social Inquiry*, ed. Charles C. Ragin e Howard S. Becker. Nova Iorque: Cambridge University Press (9ª edição)

Walton, John. 2005. «Making the Theoretical Case». Em *What is a Case? Exploring The Foundations of Social Inquiry*, ed. Charles C. Ragin e Howard S. Becker. Nova Iorque: Cambridge University Press (9ª edição)

Walsh, Chrisitopher J., Allison H. Roy, Jack W. Feminella, Peter D. Cottingham, Peter M. Groffman e Raymon P. Morgan. 2005. «The urban stream syndrome: current knowledge and the search for a cure». *Journal of The North American Benthological Society*, 24, nº3: 706-723

White, Rob. 2004. «Introduction: Sociology, Society and the Environment». Em *Controversies in Environmental Sociology*, ed. Rob White. Cambridge: Cambridge University Press

Navarro Yáñez, Clemente J.. 2000. «Competencia política, ambientalismo y cambio social.

Normas y comportamientos ambientales en Andalucía». *Política y Sociedad*, 33: 217 – 231
53

Yearley, Steven. 1992. *A causa verde. Uma sociologia das questões ambientais*. Oeiras: Celta Editora.

Yearley, Steven. 1992b. «Green ambivalence about science: legal-rational authority and the scientific legitimation of a social movement». *The British Journal of Sociology*, 43, nº 4: 512–552

Yearley, Steven. 2002. «The social construction of environmental problems: A theoretical review and some not-very-herculean labours». Em *Sociological Theory and the Environment. Classical Foundations, contemporary insights*, ed. Riley E. Dunlap, Frederik H. Buttel, Peter Dickens e August Gijswijt. Lanham, Boulder, Nova Iorque, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Yin, Robert K., ed. 2004. *The case study anthology*. Thousand Oakes: Sage

Yin, Robert K.. 2003. *Case Study Research – Design and Methods*. Thousand Oakes: Sage

Websites:

Assembleia da República: www.parlamento.pt

Comissão Nacional de Eleições: www.cne.pt

Diário da República Electrónico www.dre.pt

SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos: <http://snirh.pt/>

Instituto Nacional de Estatística: <http://censos.ine.pt>

Blogue do Movimento em Defesa do Rio Tinto: moveriotinto.blogspot.com

Site do Movimento em Defesa do Rio Tinto: moveriotinto.no.sapo.pt

Página no *Facebook* do Movimento em Defesa do Rio Tinto:

www.facebook.com/MovimentoemDefesadoRioTinto

Jornais:

Gondomar Actual

Jornal de Notícias

O Arauto de Rio Tinto

Voz de Rio Tinto

Vivacidade

ANEXOS

Anexo I: O rio Tinto - cronologia do conflito e principais incidentes

Ano	Acontecimento
1990	A Câmara Municipal de Gondomar, com o acordo da Junta de Freguesia de Rio Tinto, decide a canalização coberta de um troço do Tinto junto à Quinta das Freiras, para construir um acesso rodoviário ao Porto (Avenida da Conduta)
1991	A Câmara Municipal de Gondomar concretiza o projecto de canalização coberta de um troço do Tinto
1996	A Câmara Municipal de Gondomar aprova o desvio de um troço do rio Tinto e o prolongamento do entubamento decidido em 1990, para montante e para jusante A ETAR de Rio Tinto entra em funcionamento
1997	A Câmara Municipal de Gondomar aprova duas minutas de contrato-promessa que prevêem que a autarquia, em troca da doação de duas parcela de terreno na Quinta da Boavista para implementar a obra, se esforça por dotá-lo com a máxima capacidade de construção prevista no Plano Director Municipal ou, alternativamente, se compromete a indemnizar o seu proprietário. A Câmara Municipal de Gondomar inicia o desvio e entubamento do rio a jusante da Quinta das Freiras em terreno classificado como Reserva Agrícola Nacional. O <i>Arauto de Rio Tinto</i> publica o artigo “o rio Tinto vai acabar num extenso esgoto”, o primeiro de muitos onde se critica a decisão da autarquia O Movimento Rio Tinto a Concelho envia cartas a vários órgãos de poder locais e nacionais, pedindo a suspensão das obras de entubamento. O desvio, cobertura e canalização do Tinto torna-se tema de campanha eleitoral para as Autárquicas de 1997. A obra é criticada pela CDU e, sobretudo, pelo PS.
1998	O Movimento Pró-Rio participa numa sessão pública da Junta de Freguesia de Rio Tinto e numa reunião pública da Câmara Municipal de Gondomar, argumentando contra o entubamento do Tinto e contra os termos do compromisso entre a autarquia e o proprietário do terreno onde se efectuava a obra. O Jornal de Notícias publica o artigo “rio Tinto encanado”, iniciando a cobertura do conflito. O Movimento Pró-Rio organiza uma manifestação contra o entubamento do rio Tinto e contra a construção nos terrenos adjacentes. O conselho directivo da EB 2,3 de Rio Tinto questiona publicamente o entubamento do rio Tinto e entrega uma queixa contra a sua realização na Provedoria de Justiça. Em inspecção ordinária, a IGAT aprecia uma queixa da Quercus contra a canalização do Tinto em zona de RAN e REN. O Movimento Pró-Rio entrega uma queixa contra o desvio e a canalização coberta do Tinto na Provedoria de Justiça, que é apensada ao processo desencadeado pela EB 2,3 de Rio Tinto. A Provedoria de Justiça acabaria por concluir que a Câmara Municipal de Gondomar agiu dentro da legalidade. A Câmara Municipal de Gondomar pede à Comissão Regional de Reserva Agrícola de Entre Douro e Minho a desafecção da parcela de terreno da Reserva Agrícola Nacional, já depois de iniciada a obra. O pedido seria aprovado.

	<p>De acordo com o <i>Jornal de Notícias</i>, a obra de canalização do Tinto é suspensa pela Comissão Regional de Reserva Agrícola de Entre Douro e Minho. A CRRA move um processo de contra-ordenação contra a Câmara Municipal de Gondomar, da qual ela é absolvida.</p> <p>O Movimento Rio Tinto a Concelho promove a primeira “velada”, colocando velas no centro de Rio Tinto para velar pela morte do Tinto.</p>
1999	<p>A Câmara Municipal de Gondomar inicia a canalização de um troço do rio a montante do segmento canalizado no início da década.</p> <p>A Quercus organiza uma manifestação contra a canalização do Tinto, apoiada pelo Fapas e pelo Movimento Pró-Rio.</p>
2000	<p>É inaugurada a ETAR do Freixo, no Porto.</p> <p>De acordo com o <i>Arauto de Rio Tinto</i>, o administrador-delegado da Lipor reconhece publicamente que as suas instalações em Baguim do Monte poluem o Tinto.</p> <p>O Movimento Rio Tinto a Concelho solicita à Inspeção-Geral do Ambiente que visite o Tinto, para que possa constatar a sua degradação.</p> <p>Solicitado pelo Movimento Rio Tinto a Concelho, o Ministério do Ambiente informa que o terreno entre o leito primitivo do Tinto e o leito actual se encontra classificado como Reserva Ecológica Nacional.</p> <p>Manuel Martins, deputado municipal eleito pelo PS, protagoniza, na Assembleia Municipal de Gondomar, uma intervenção muito crítica da canalização do Tinto, pedindo à Câmara Municipal de Gondomar várias informações e documentos relacionados com o processo.</p> <p>Expirado o prazo legal de resposta ao seu pedido sem que a Câmara Municipal de Gondomar o tenha feito, Manuel Martins denuncia a canalização do rio Tinto à Inspeção-Geral da Administração do Território, desencadeando uma investigação à autarquia.</p>
2001	<p>A Câmara Municipal de Gondomar edifica uma avenida sobre o troço do Tinto entubado a jusante da Avenida da Conduta. O Movimento Pró-Rio e o Movimento Rio Tinto a Concelho manifestam-se contra, alegando violação da Reserva Ecológica Nacional.</p>
2002	<p>O Movimento Rio Tinto a Concelho denuncia a acumulação de entulho no terreno entre o antigo leito do Tinto e o seu canal actual.</p> <p>Devido às obras de construção do centro comercial Parque Nascente, é temporariamente desactivado um colector de saneamento. O Tinto passa a receber diariamente um elevado volume de esgoto não tratado.</p>
2003	<p>O Movimento Rio Tinto a Concelho denuncia à Inspeção Geral da Administração do Território o desvio e canalização do rio Tinto, a construção da Avenida do Rio Tinto sobre a linha de água e o prolongamento da linha de metro de superfície do Porto em Rio Tinto. A denúncia é incluída no processo desencadeado por Manuel Martins. A IGAT encontra irregularidades relativamente aos contratos-promessa na base da aquisição de terrenos para o entubamento e considera que a Avenida do Rio Tinto foi edificada em solos da RAN, mas aceita as iniciativas da Câmara Municipal para regularizar a situação.</p>
2004	<p>Uma notícia do <i>Jornal de Notícias</i> revela que o Movimento Rio Tinto a Concelho se opõe ao traçado da linha de metro para Gondomar, por considerar que ele permitirá a desafecção de REN e edificação dos terrenos entre o leito natural e o canal actual do Tinto.</p> <p>É construída em Campanhã, sobre o vale do Tinto, a Alameda de Azevedo, apesar da oposição de várias associações ambientalistas portuenses.</p>
2005	<p>O <i>Jornal de Notícias</i> publica um artigo sobre os maus cheiros gerados pela ETAR de Rio Tinto e as</p>

	<p>queixas da população local.</p> <p>O Secretário de Estado da Administração Local determina a realização de um inquérito à Câmara Municipal de Gondomar relacionado com as denúncias de Manuel Martins e Movimento Rio Tinto a Concelho.</p>
2006	<p>O jornal local <i>Vivacidade</i> publica uma entrevista com o presidente do concelho de administração da Lipor, onde este anuncia um investimento de 6 milhões de euros para valorização do aterro que iria, deste modo, deixar de poluir o Tinto.</p> <p>Primeira reunião pública do Movimento em Defesa do Rio Tinto e aprovação do seu manifesto.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto organiza um encontro sobre o rio Tinto que conta com a participação de cientistas e políticos com elevado conhecimento sobre a linha de água.</p> <p>A Assembleia de Freguesia de Rio Tinto delibera a favor de uma proposta do Movimento em Defesa do Rio Tinto sobre a criação do “dia do rio Tinto”, a celebrar-se no primeiro dia de Primavera de cada ano, como um dia de mobilização cívica e sensibilização para a reabilitação do Tinto.</p>
2007	<p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto organiza pela primeira vez uma acção de limpeza do rio Tinto, que conta com o apoio da Câmara Municipal de Gondomar e da Junta de Freguesia de Rio Tinto.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto organiza a primeira caminhada pelo Rio Tinto, que conta com mais de meia centena de participantes, incluindo figuras com elevada notoriedade local e nacional.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto estabelece contactos com vários actores institucionais (Lipor, Junta de Freguesia de Rio Tinto, Câmara Municipal de Gondomar, Águas de Gondomar, escolas de Rio Tinto), procurando criar um consenso alargado em torno da reabilitação do rio.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto sugere à Metro do Porto uma alteração no traçado da linha de metro a construir em Rio Tinto, propondo a sua deslocação, na zona da rua da Ranha, do antigo leito do rio para a avenida construída sobre o novo canal da linha de água.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto participa no processo de participação pública do Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto.</p>
2008	<p>É reposto o colector de saneamento desactivado em 2002 devido às obras de construção do centro comercial Parque Nascente.</p>
2009	<p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto participa no 1º encontro nacional do Projecto Rios.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto sugere à Metro do Porto que o troço do Tinto entubado a montante das piscinas municipais seja colocado a descoberto, uma vez que a obra implica uma intervenção na estrutura que tapa o rio</p> <p>O rio Tinto é tema de campanha eleitoral nas Autárquicas de 2009. Todos os candidatos à Câmara Municipal de Gondomar consideram importante reabilitar a linha de água.</p> <p>A zona de confluência do rio Tinto com a ribeira da Castanheira é identificada pela associação ambientalista Campo Aberto como uma de 50 zonas verdes ameaçadas no Grande Porto no âmbito do projecto “50 espaços verdes”.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto denuncia a obra de construção da linha de metro de Rio Tinto ao Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto, alegando interferência com zonas de RAN e REN, ocupação do leito do Tinto e canalização coberta de um troço, e inconformidade com a declaração de impacte ambiental.</p> <p>Cheia do Tinto gera prejuízos de dois milhões de euros e obriga ao realojamento temporário de 15</p>

	famílias.
2010	<p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto contacta com deputados da Assembleia da República eleitos pelo ciclo eleitoral do Porto, solicitando reuniões e pedindo a inclusão de medidas de reabilitação do Tinto no orçamento de estado.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto e a Campo Aberto organizam uma visita ao rio com o objectivo de aferir do impacto das obras para a construção da linha de metro Dragão-Venda Nova.</p> <p>O Geonúcleo da Universidade Fernando Pessoa adopta um troço do Tinto ao abrigo do Projecto Rios.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto participa na iniciativa Limpar Portugal, promovendo a limpeza simultânea de dois troços do Tinto.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto organiza uma manifestação na rua Actor Mário Viegas, reivindicando a reparação de um emissário de saneamento e a estabilização de um talude marginal danificados durante as cheias de 2009.</p> <p>Inicia-se a reparação provisória do colector de saneamento na rua Actor Mário Viegas.</p> <p>É iniciada a reparação do colector de saneamento e do talude marginal danificados na cheia de 2009 na rua Actor Mário Viegas, obra financiada pelo Fundo de Protecção de Recursos Hídricos da ARH do Norte e que envolve também a Câmara Municipal de Gondomar e a Águas de Gondomar.</p> <p>Reforço da estrutura que cobre alguns metros do troço final da ribeira da Castanheira é criticado pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto denuncia o mau desempenho da ETAR de Rio Tinto, citando declarações do hidrobiólogo Adriano Bordalo e Sá ao <i>Jornal de Notícias</i>.</p> <p>É inaugurado o Parque Oriental do Porto, no vale do rio Tinto.</p> <p>Limpeza do rio Tinto organizada pelo Movimento em Defesa do Rio Tinto, pelo Limpar Portugal e pela Quercus.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto apresenta uma queixa ao SEPNA por poluição na ribeira da Castanheira e denuncia a rotura de um colector de saneamento instalado no leito desse afluente do Tinto. A situação é reparada pela Águas de Gondomar.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto, o núcleo do Porto do Limpar Portugal e a escola EB 2,3 de Rio Tinto fazem-se representar no 2º Encontro Nacional do Projecto Rios.</p>
2011	<p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto denuncia junto da ARH do Norte, Câmara Municipal de Gondomar e Águas de Gondomar novo incidente de poluição com águas residuais domésticas na ribeira da Castanheira. A situação é reparada pela Águas de Gondomar.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto manifesta-se contra a proposta, no âmbito do Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto, de deslocação de um centro cultural dos terrenos do antigo mercado de Rio Tinto para a zona entre o leito antigo e o leito actual do Tinto e de edificação, nos primeiros, de 4 prédios de apartamentos.</p> <p>Um grupo que emergiu da iniciativa Limpar Portugal adopta um troço do Rio Tinto no Porto ao abrigo do Projecto Rios.</p> <p>O Movimento Rio Tinto a Concelho denuncia novos sinais de degradação no talude marginal da rua Actor Mário Viegas, questionando a obra lá realizada.</p> <p>A Águas de Gondomar anuncia um concurso público para obras de remodelação da ETAR de Rio</p>

	<p>Tinto, com o preço base de 4750000 €.</p> <p>O Movimento Rio Tinto a Concelho coloca faixas e cartazes contra a construção de prédios de habitação no terreno do antigo mercado de Rio Tinto.</p>
2012	<p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto entrega, junto da Câmara Municipal de Gondomar e da empresa Águas de Gondomar, garrações com água recolhida a montante e a jusante da ETAR de Rio Tinto, com o objectivo de demonstrar a poluição gerada por aquele equipamento.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto divulga que o Plano de Pormenor do Centro Cívico de Rio Tinto foi alvo de uma avaliação essencialmente negativa por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto organiza uma visita à Lipor I para discutir as medidas adoptadas por aquela entidade para evitar a contaminação do Tinto através do aterro sanitário.</p> <p>Apresentação pública, na Escola Secundária de Rio Tinto, do projecto Parque da Levada, um trabalho académico elaborado por mestrandos em Arquitectura Paisagística onde se propõe a reabilitação da zona da Levada convertendo-a num parque urbano com o Tinto como elemento central.</p> <p>O Movimento em Defesa do Rio Tinto e o grupo do Porto emergente do Limpar Portugal participam na iniciativa “Florestar Portugal”.</p>

Anexo II: fotografias

O vale do Tinto em Rio Tinto: urbanização desordenada e persistência de marcas rurais



O vale do Tinto no Pego Negro, Porto: paisagem rural atravessada por viadutos



O Tinto em Ermesinde, serpenteando entre e sob a malha urbana



Os terrenos entre a Avenida do Rio Tinto e a linha de metro, no centro de Rio Tinto

